

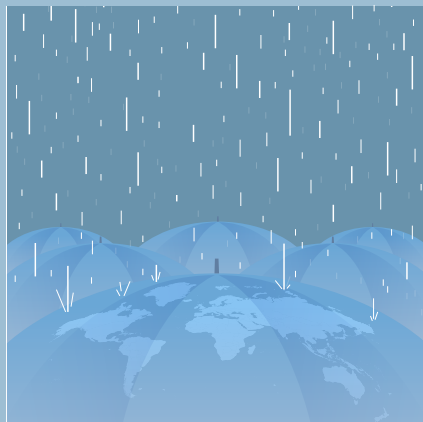
Relatório do Desenvolvimento Humano 2014



Sustentar o Progresso Humano:

Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resilência





O *Relatório do Desenvolvimento Humano* de 2014 é o mais recente de uma série de Relatórios do Desenvolvimento Humano Globais publicados pelo PNUD desde 1990 como uma análise intelectualmente independente e empiricamente fundamentada das principais questões, tendências e políticas do desenvolvimento.

Encontram-se disponíveis em linha recursos suplementares relacionados com o *Relatório do Desenvolvimento Humano* de 2014 em hdr.undp.org, incluindo textos completos e resumos do Relatório em mais de 20 línguas, uma série de documentos de investigação do desenvolvimento humano encomendados com vista ao relatório de 2014, bases de dados e mapas interativos contendo os indicadores nacionais de desenvolvimento humano, explicações integrais das fontes e metodologias subjacentes aos índices de desenvolvimento humano empregues no Relatório, fichas informativas dos países e outro material de base, bem como os anteriores Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDH) globais, regionais e nacionais.

Relatório do Desenvolvimento Humano 2014

Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência



*Empoderando vidas.
Fortalecendo nações*

Publicado pelo
Programa das
Nações Unidas
para o Desenvolvimento
(PNUD)

Agradecimento:

A tradução e a publicação da edição portuguesa do *Relatório do Desenvolvimento Humano 2014* só foram possíveis graças ao apoio do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

Relatórios do Desenvolvimento Humano 1990–2014

- 1990 Conceito e Medição do Desenvolvimento Humano
- 1991 Financiamento do Desenvolvimento Humano
- 1992 Dimensões Globais do Desenvolvimento Humano
- 1993 Participação das Pessoas
- 1994 Novas Dimensões da Segurança Humana
- 1995 Género e Desenvolvimento Humano
- 1996 Crescimento Económico e Desenvolvimento Humano
- 1997 Desenvolvimento Humano para Erradicar a Pobreza
- 1998 Padrões de Consumo para o Desenvolvimento Humano
- 1999 Globalização com Uma Face Humana
- 2000 Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano
- 2001 Fazer as Novas Tecnologias Trabalhar para o Desenvolvimento Humano
- 2002 Aprofundar a Democracia num Mundo Fragmentado
- 2003 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio: Um Pacto Entre Nações para Eliminar a Pobreza Humana
- 2004 Liberdade Cultural num Mundo Diversificado
- 2005 Cooperação Internacional numa Encruzilhada: Ajuda, Comércio e Segurança num Mundo Desigual
- 2006 A Água para lá da Escassez: Poder, Pobreza e a Crise Mundial da Água
- 2007/2008 Combater as Alterações Climáticas: Solidariedade Humana num Mundo Dividido
- 2009 Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e Desenvolvimento Humanos
- 2010 A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano
- 2011 Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro Melhor para Todos
- 2013 A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado
- 2014 Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência

Relatórios do Desenvolvimento Humano Regionais: Nas últimas duas décadas, foram produzidos RDH de âmbito regional sobre as principais regiões do mundo em desenvolvimento, com o apoio dos gabinetes regionais do PNUD. Com análises provocadoras e recomendações políticas claras, estes RDH regionais analisaram questões tão cruciais como o empoderamento político nos países árabes, a segurança alimentar em África, as alterações climáticas na Ásia, o tratamento das minorias étnicas na Europa Central e os desafios suscitados pela desigualdade e a segurança dos cidadãos na América Latina e nas Caraíbas.

Relatórios de Desenvolvimento Humano Nacionais: Desde o lançamento do primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano Nacional em 1992, foram produzidos RDH Nacionais em 140 países por equipas editoriais locais com o apoio do PNUD. Estes relatórios – cerca de 700 até à data – trazem uma perspetiva de desenvolvimento humano às preocupações das políticas nacionais através de consultas e investigação geridas localmente. Os RDH nacionais têm abordado muitas das questões fundamentais relacionadas com o desenvolvimento, desde as alterações climáticas ao emprego dos jovens, passando pelas desigualdades alimentadas por questões de género ou de etnia.

Copyright © 2014
do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
1 UN Plaza, New York, NY 10017, USA

Todos os direitos reservados. Nenhum excerto desta publicação poderá ser reproduzido, armazenado num sistema de recuperação ou transmitido sob qualquer forma ou por qualquer meio, nomeadamente, eletrónico, mecânico, de fotocópia, de gravação ou outro, sem prévia permissão

ISBN 978-92-1-626023-1
eISBN 978-92-1-056669-8

Está disponível um registo de catálogo para este livro na Biblioteca Britânica e na Biblioteca do Congresso.

Impresso nos Estados Unidos por PBM Graphics, RR Donnelley, com papel livre de cloro elementar certificado pelo Forest Stewardship Council®. Impresso com tintas à base de óleos vegetais.

[FSC LOGO WILL BE INSERTED HERE]

Edição e produção: Communications Development Incorporated, Washington DC, EUA
Design de informação e visualização de dados: Accurat s.r.l., Milão, Itália

Para uma lista de erros e omissões detetados após a impressão, visite o nosso sítio Web em <http://hdr.undp.org>

Equipa do Relatório do Desenvolvimento Humano 2014

Diretor e autor principal

Khalid Malik

Diretora-Adjunta

Eva Jespersen

Investigação e estatística

Maurice Kugler (Chefe de Investigação), Milorad Kovacevic (Chefe de Estatística), Subhra Bhattacharjee, Astra Bonini, Cecilia Calderon, Alan Fuchs, Amie Gaye, Sasa Lucic, Arthur Minsat, Shivani Nayyar, Pedro Martins, Tanni Mukhopadhyay e José Pineda

Comunicações e produção

William Orme (Chefe de Comunicações), Botagoz Abreyeva, Eleonore Fournier-Tombs, Anna Ortubia, Admir Jahic, Brigitte Stark-Merklein, Samantha Wauchope e Grace Sales

Apoio aos Relatórios de Desenvolvimento Humano Nacionais

Jon Hall (Head of Team), Christina Hackmann and Mary Ann Mwangi

Áreas operacional e administrativa

Sarantuya Mend (Diretora Operacional), Mamaye Gebretsadik e Fe Juarez-Shanahan

Prefácio

O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2014—*Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência*—debruça-se sobre dois conceitos interligados e extremamente importantes para a salvaguarda do progresso realizado em matéria de desenvolvimento humano.

Desde a primeira publicação do Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) global pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990, é possível observar que a maioria dos países registou um desenvolvimento humano significativo. O Relatório do corrente ano mostra que as tendências gerais a nível mundial são positivas e que o progresso continua a ser uma realidade. Contudo, há vidas perdidas e meios de subsistência e desenvolvimento comprometidos por crises e catástrofes naturais ou de origem humana.

Tais reveses não são, todavia, inevitáveis. Muito embora todas as sociedades sejam vulneráveis a riscos, algumas são muito menos penalizadas e recuperam com maior celeridade do que outras quando se veem confrontadas com a adversidade. O presente Relatório procura saber as razões dessa dicotomia e, pela primeira vez num HDR global, contempla as questões da vulnerabilidade e da resiliência pelo prisma do desenvolvimento humano.

Grande parte da atual investigação sobre vulnerabilidade tem em conta a exposição das pessoas a determinados riscos e, frequentemente, num setor específico. Este Relatório adota uma abordagem diferente e mais holística. Tem em consideração os fatores que comportam riscos para o desenvolvimento humano e, em seguida, analisa formas possíveis de reforçar a resiliência a um leque alargado de riscos emergentes.

Esta abordagem é especialmente importante num mundo interligado como o nosso. Muito embora a globalização tenha sido benéfica para muitos, também deu azo a novas preocupações, manifestando-se por vezes como reações locais às repercussões de acontecimentos longínquos. Preparar os cidadãos para um futuro menos vulnerável significa reforçar a resiliência intrínseca de comunidades e de países. O presente Relatório lança as bases desse processo.

Em consonância com o paradigma do desenvolvimento humano, o Relatório adota uma abordagem centrada nas pessoas, prestando especial atenção às disparidades existentes entre os países e no interior dos mesmos. Identifica os grupos de indivíduos “estruturalmente vulneráveis”, que são mais vulneráveis do que outros em razão da sua história ou da desigualdade de tratamento de que são alvo pelo resto da sociedade. Muitas vezes, estas vulnerabilidades não só passam por transformações sucessivas como persistem por longos períodos de tempo e podem estar associadas a determinados fatores, designadamente género, etnicidade, indigenismo ou localização geográfica, entre outros. Muitos dos grupos e indivíduos mais vulneráveis veem a sua capacidade de resposta aos contratempores reduzida por restrições várias e concomitantes. Por exemplo, os indivíduos que são pobres e pertencem simultaneamente a uma minoria, ou que são do sexo feminino e portadores de deficiência, enfrentam numerosas barreiras que podem reforçar-se mútua e negativamente.

O Relatório analisa as mutações das vulnerabilidades ao longo da vida, adotando uma abordagem de “ciclo de vida”. Ao contrário de modelos mais estáticos, esta análise sugere que crianças, adolescentes e adultos enfrentam diferentes conjuntos de riscos que exigem respostas específicas. Algumas fases da vida são identificadas como especialmente importantes: por exemplo, os primeiros 1 000 dias da vida de uma criança, a transição da escola para o trabalho ou do trabalho para a reforma. Os contratempores ocorridos nestes períodos podem ser especialmente difíceis de superar e ter repercussões de efeito prolongado.

Com base na análise dos dados disponíveis, o presente Relatório formula uma série de recomendações importantes suscetíveis de criar um mundo capaz de enfrentar as vulnerabilidades e reforçar a resiliência a futuros choques. Apela ao acesso universal aos serviços sociais básicos, em especial saúde e educação, a uma proteção social mais forte, designadamente pensões e subsídios de desemprego, e a um compromisso com o pleno emprego que reconheça que o valor do emprego vai muito

além do rendimento que gera. Examina a importância de instituições equitativas e com capacidade de resposta e de uma maior coesão social que favoreça o reforço da resiliência ao nível das comunidades e a redução do potencial de eclosão de conflitos.

O Relatório reconhece que, independentemente do grau de eficácia das políticas na redução de vulnerabilidades inerentes, as crises continuarão a ocorrer com consequências potencialmente devastadoras. É, pois, vital o reforço de capacidades de resposta e recuperação de catástrofes, que permita às comunidades fazer frente e recuperar de choques ou impactos. A nível mundial, reconhecendo que os riscos são, por natureza, transfronteiriços e requerem uma ação coletiva, o Relatório exorta a compromissos globais e a uma melhor governação internacional.

Estas recomendações são importantes e oportunas. No momento em que os Estados Membros das Nações Unidas se preparam para concluir as negociações sobre a agenda do desenvolvimento pós—2015 e lançar um conjunto de objetivos de desenvolvimento sustentável, os dados recolhidos e analisados no presente Relatório, bem como a perspetiva do desenvolvimento humano que lhe serve de base, revelam-se particularmente valiosos. Por exemplo, a erradicação da pobreza será um objetivo central da nova agenda. No entanto, o Relatório defende que a precariedade dos progressos alcançados no domínio do desenvolvimento se mantém, se as pessoas continuarem

em risco de regressar a uma situação de pobreza devido a fatores estruturais e vulnerabilidades persistentes. A erradicação da pobreza não passa apenas por “chegar ao nível zero”, mas também por o manter.

Para realizar a visão do PNUD de ajudar os países a alcançar simultaneamente a erradicação da pobreza e a redução significativa de desigualdades e de exclusão, bem como de promover o desenvolvimento humano e sustentável, importa aprofundar os conceitos de vulnerabilidade e resiliência. A menos que—e até que—as vulnerabilidades sejam resolvidas com eficácia e todas as pessoas tenham a oportunidade de participar do progresso alcançado no desenvolvimento humano, os avanços conseguidos não serão nem equitativos nem sustentáveis.

O presente Relatório visa ajudar os decisores e outros atores no domínio do desenvolvimento a preservar as conquistas em matéria de desenvolvimento através de políticas que reduzam as vulnerabilidades e reforcem a resiliência. Recomendando-o a todos os que aspiram a um progresso sustentado do desenvolvimento, em especial em benefícios das pessoas mais vulneráveis do mundo.



Helen Clark
Administradora do PNUD

Agradecimentos

O *Relatório do Desenvolvimento Humano 2014* é o produto de um esforço coletivo do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano (GRDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e de numerosos e eminentes consultores e colaboradores externos. No entanto, como em anteriores Relatórios, as conclusões, análises e recomendações políticas nele contidas vinculam exclusivamente os respectivos autores, não representando a posição oficial do PNUD e do seu Conselho Executivo. A Assembleia-Geral da ONU reconheceu oficialmente o *Relatório do Desenvolvimento Humano* como “um exercício intelectual independente” que se tornou “um importante instrumento de sensibilização em matéria de desenvolvimento humano no mundo”.¹

Congratulamo-nos por incluir neste Relatório contribuições especiais de Sua Excelência a Presidente da Libéria Ellen Johnson Sirleaf, Bill Gates, Stephen Hawking, James Heckman, Rajendra Pachauri, Juan Somavia, Joseph Stiglitz e M.S. Swaminathan. Estamos também muito gratos aos autores dos trabalhos encomendados para o presente Relatório 2014: Connie Bayudan; Des Gasper e Oscar Gomez; Andrew Fischer; Thomas Hale; Khalil Hamdani; Abby Hardgrove, Kirrilly Pells, Jo Boyden e Paul Dornan; Naila Kabeer; Inge Kaul; William Kinsey; Samir K.C., Wolfgang Lutz, Elke Loichinger, Raya Muttarak e Erich Striessnig; Rehman Sobhan; Adam Rose; Till von Wachter; Mary E. Young; e Ashgar Zaidi.

Ao longo da elaboração do Relatório, o GRDH recebeu a contribuição e orientação valiosa do nosso distinto painel de consultores, que integra Hanan Ashrawi, Edward Ayensu, Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque, Michael Elliott, Patrick Guillaumont, Ricardo Hausmann, Nanna Hvidt, Rima Khalaf, Nora Lustig, Sir James Alexander Mirrlees, Thandika Mkandawire, José Antonio Ocampo, Rajendra Pachauri, Samir Radwan, Rizal Ramli, Gustav Ranis, Frances Stewart, Akihiko Tanaka, e Ruan Zongze.

Gostaríamos também de agradecer ao painel responsável pelas estatísticas do GRDH, que proporcionou aconselhamento especializado

sobre as escolhas de metodologias e de dados relacionadas com o cálculo dos Índices de Desenvolvimento Humano utilizados no presente Relatório: Jose Ramon Albert, Sir Anthony Atkinson, Birol Aydemir, Rachid Benmokhtar Benabdellah, Wasmalia Bivar, Grant Cameron, Nailin Feng, Enrico Giovannini, D.C.A. Gunawardena, Peter Harper, Yemi Kale, Hendrik van der Pol e Eduardo Sojo Garza-Aldape.

Os Índices compostos do Relatório e outros recursos estatísticos assentam na experiência dos principais fornecedores internacionais de dados nas respetivas áreas de especialização, pelo que manifestamos a nossa gratidão pela sua contínua colaboração colegial com o GRDH. James Foster, Stephan Klasen e Conchita D'Ambrosio contribuíram com revisões críticas dos índices compostos do Relatório. A fim de garantir a exatidão e a clareza, a análise estatística do Relatório beneficiou ainda de uma revisão externa das conclusões estatísticas por Sabina Alkire, Adriana Conconi, Maria Emma Santos, Kenneth Harttgen, Hiroaki Matsuura, Claudio Montenegro, Atika Pasha e Jackie Yiptong.

As consultas realizadas em todo o mundo durante a elaboração do Relatório contaram com o generoso apoio de muitas instituições e indivíduos, demasiado numerosos para os enumerar aqui. Esses eventos tiveram lugar entre abril de 2012 e fevereiro de 2014 em Addis Abeba, Almaty, Bruxelas, Genebra, Islamabad, Manágua, Nova Iorque e Tóquio.² O apoio de instituições parceiras, incluindo os gabinetes nacionais e regionais do PNUD - enumerados em <http://hdr.undp.org/en/2014-report/consultations>, é reconhecido com enorme gratidão. A Conferência anual do GRDH sobre Medição do Progresso Humano permitiu-nos, igualmente, prosseguir um diálogo sistemático sobre os nossos índices e respetivo aperfeiçoamento com parceiros estratégicos governamentais, académicos e da sociedade civil.

Muitos dos nossos colegas do PNUD em todo o mundo - na qualidade de membros do Grupo de Leitores e do Grupo Executivo do GRDH - deram importantes contributos para a elaboração e redação final do Relatório.

Gostaríamos, em especial, de agradecer a Adel Abdellatif, Pedro Conceição, Samuel Doe, George Ronald Gray Molina, Heraldo Muñoz, Selim Jehan, Natalia Linou, Abdoulaye Mar Dieye, Magdy Martinez-Soliman, Stan Nkwain, Thangaval Palanivel, Jordan Ryan, Turhan Saleh, Ben Slay, Mounir Tabet, Antonio Vigilante e Mourad Wahba.

Os nossos colegas da Helpage, do Fundo das Nações Unidas para a Infância e da Organização Internacional do Trabalho contribuíram igualmente com observações e pontos de vista muito apreciados. Laurent Thomas e Neil Marsland, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, partilharam também generosamente o seu saber.

Agradecimentos especiais aos Governos de França (AFD) e da Alemanha (BMZ) pelas suas contribuições financeiras para o Relatório, e ao Governo do Japão (JICA) pelo seu apoio à Consulta Regional da Ásia Oriental.

Estamos muito gratos à nossa equipa de revisores e consultores, composta por Akmal Abdurazakov, Melissa Mahoney, Agnes Zabsonre e Simona Zampino.

Os nossos estagiários Caterina Alacevich, Ruijie Cheng, Bouba Housseini, Yoo Rim Lee, Élisée Miningou, Ji Yun Sul, Petros Tesfazion e Lin Yang são igualmente dignos de reconhecimento pelo seu contributo e dedicação. O Relatório beneficiou ainda dos muitos “amigos

do GRDH” que não se pouparam a esforços para ajudar a reforçá-lo. Beneficiámos muito das leituras críticas do projeto de Relatório e inerentes contributos de ordem textual de James Heintz, Shiva Kumar, Peter Stalker e Frances Stewart. Estamos muito gratos a Amartya Sen e a Joseph Stiglitz pela revisão e pelas observações que formularam sobre o Relatório.

Desejamos agradecer, em particular, o trabalho altamente profissional dos nossos editores da Communications Development Incorporated, liderados por Bruce Ross-Larson, bem como o de Joe Caponio, Christopher Trott e Elaine Wilson, e dos designers Federica Fragapane, Michele Graffieti e Gabriele Rossi, da Accurat Design.

Estou sobretudo profundamente grato, como sempre, a Helen Clark, Administradora do PNUD, pela sua liderança e visão, e a toda a equipa do GRDH pela dedicação e empenho em produzir um Relatório que se bate pela causa do desenvolvimento humano.



Khalid Malik

Director

Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano

Notas

1 Resolução 57/264 da AG da ONU, 30 de janeiro de 2003.

2 Os agradecimentos e a relação dos participantes estão disponíveis em <http://hdr.undp.org/en/2014-report/consultations>.

Índice

Prefácio	iv
Agradecimentos	vi

Síntese	1
---------	---

CAPÍTULO 1

Vulnerabilidade e desenvolvimento humano 15

Uma perspectiva de desenvolvimento humano	17
Pessoas vulneráveis, mundo vulnerável	19
Escolhas e capacidades	23
Políticas e ação coletiva	25

CAPÍTULO 2

Estado do desenvolvimento humano 33

Progresso humano	33
Ameaças ao desenvolvimento humano	46

CAPÍTULO 3

Pessoas vulneráveis, mundo vulnerável 55

Capacidades relacionadas com a vida e vulnerabilidades do ciclo de vida - interdependentes e cumulativas	56
Vulnerabilidades estruturais	73
Violência de grupo e vidas inseguras	79

CAPÍTULO 4

Reforçar a resiliência: liberdades alargadas, escolhas protegidas 83

Aprovisionamento universal de serviços sociais básicos	85
Lidar com as vulnerabilidades no ciclo de vida—a importância de uma intervenção oportuna	91
Promover o pleno emprego	94
Reforçar a proteção social	99
Abordar a inclusão na sociedade	104
Melhoria das capacidades com vista à preparação para as crises e à recuperação	109

CAPÍTULO 5

Aprofundar o progresso: bens globais e ação coletiva 113

Vulnerabilidades transnacionais e aspetos comuns	113
Colocar as pessoas em primeiro lugar num mundo globalizado	120
Medidas coletivas em prol de um mundo mais seguro	132

Notas	137
Bibliografia	143

ANEXO ESTATÍSTICO

Guia do leitor	160
----------------	-----

Classificação do IDH de 2013	165
------------------------------	-----

Tabelas estatísticas

1. Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes	166
2. Tendências dos Indicadores do Desenvolvimento Humano, 1980 – 2013	170
3. Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade	174
4. Índice de Desigualdade de Género	178
5. Índice de Desenvolvimento Humano por Género	182
6. Índice de Pobreza Multidimensional	186
6A. Índice de Pobreza Multidimensional - alterações ao longo do tempo em alguns países selecionados (países selecionados)	188
7. Saúde infantil e juvenil	190
8. Saúde dos adultos e despesas de saúde	194
9. Educação	198
10. Controlo e afetação dos recursos	202
11. Competências sociais	206
12. Insegurança pessoal	210
13. Integração internacional	214
14. Ambiente	218
15. Tendências populacionais	222
16. Indicadores suplementares: perceções de bem-estar	226

Regiões	230
---------	-----

Referências estatísticas	231
--------------------------	-----

CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL

Medição do progresso humano — Bill Gates	47
Responder ao «Desafio Fome Zero» — Professor M.S. Swaminathan	49
Combater as alterações climáticas — Rajendra Pachauri	52
Desenvolvimento humano e desenvolvimento na primeira infância—James Heckman	58
Valorizar a dignidade do trabalho — Dr. Juan Somavia	7
Deficiência e vulnerabilidade — Stephen Hawking	77
Aprofundar a nossa reflexão sobre vulnerabilidade	84

CAIXAS

1.1 Rumo à resiliência humana: conceitos e definições	16
1.2 Choques e ameaças ao desenvolvimento humano	21
1.3 Medição da vulnerabilidade	28
2.1 Observação sobre o rendimento disponível	42
2.2 Macroeconomia e austeridade	44
3.1 Diferenças significativas: mais 30 milhões de palavras	61
3.2 Somália: conflito e exclusão dos jovens	65

3.3	Violência contra as mulheres	75
3.4	Resiliência às catástrofes — a experiência do Japão	78
4.1	Políticas macroeconómicas em prol do pleno emprego	95
4.2	Sucessos das políticas na Ásia Oriental	6
4.3	Reduzir a vulnerabilidade através de instituições com capacidade de resposta	102
5.1	Cadeias de valor mundiais — prós e contras	115
5.2	Migração internacional	116
5.3	Entraves sistémicos à ação coletiva	118
5.4	Impasse na governação mundial em matéria de segurança	119
5.5	Pode a doutrina da responsabilidade de proteger ser alargada?	122
5.6	Quem é vulnerável às alterações climáticas?	129
5.7	Quatro agendas essenciais a nível mundial	130

FIGURAS

1.1	Quem é vulnerável a quê e porquê	19
1.2	Políticas de redução da vulnerabilidade e reforço da resiliência	26
2.1	Apesar das melhorias registadas em matéria de IDH em todas as regiões, começam a surgir sinais de abrandamento	34
2.2	Os quatro grupos de desenvolvimento humano experimentaram um abrandamento no crescimento do IDH	35
2.3	Progresso para a integração nos grupos de desenvolvimento humano mais elevado desde 1990	36
2.4	A perda média devido à desigualdade no Índice de Desenvolvimento Humano registou um decréscimo na maioria das regiões	38
2.5	A situação e o desempenho económicos de um país podem parecer menos relevantes quando ajustada à distribuição de rendimento	40
2.6	Nos países que registam uma desigualdade elevada ou crescente, a taxa de crescimento do consumo para os 40 por cento da população que vive em situação de maior pobreza tem sido mais lenta do que para o conjunto da população	4
2.7	Apesar de muitos países registarem um decréscimo da pobreza multidimensional e da pobreza de rendimentos no período 2005-2012, o ritmo do progresso é muito variável	43
2.8	A pegada ecológica do consumo mundial é atualmente superior à biocapacidade total	46
2.9	Desde a liberalização dos fluxos de capital e de uma maior integração financeira na década de 1980, a incidência de crises bancárias regista um forte aumento	47
2.10	Os preços dos produtos alimentares têm oscilado consideravelmente e de forma inesperada desde 2007	48
2.11	Entre 1901 e 1910, registaram-se 82 catástrofes naturais; entre 2003 e 2012 registaram-se mais de 4 000	50
2.12	Os conflitos armados internos e não-estatais representam a grande maioria dos conflitos em todo o mundo	51
3.1	Quando os investimentos nas capacidades relacionadas com a vida ocorrem precocemente, as perspetivas futuras são favorecidas	57
3.2	As regiões com as mais elevadas percentagens de crianças com idade inferior a 5 anos entre a população mundial são a África Subsariana, os Estados Árabes e a Ásia do Sul	58
3.3	As competências cognitivas, sociais, emocionais e verbais são interdependentes, pois todas são moldadas por experiências numa fase precoce da vida e todas contribuem para a formação de capacidades para o resto da vida	59
3.4	Aos 6 anos de idade, as crianças pobres já se encontram em situação de desvantagem em termos de aquisição de vocabulário, como o demonstra o caso do Equador	60
3.5	A introdução de políticas de educação acelerada e um crescimento económico acelerado colmatariam o fosso entre a oferta e a procura de jovens trabalhadores na Ásia do Sul e reduzi-lo-iam na África Subsariana entre 2010 e 2050	64

3.6	Na América Latina e Caraíbas, as taxas de homicídio entre a população masculina tendem a concentrar-se na faixa etária dos 15-39 anos, enquanto as taxas respeitantes à população feminina, muito inferiores, praticamente não variam ao longo do ciclo de vida	66
3.7	Na maioria dos países com dados disponíveis, o emprego atípico aumentou entre 2007 e 2010, enquanto o emprego total diminuiu	68
3.8	Prevê-se que, até 2050, a percentagem de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos entre a população mundial duplicará para 15,5%, devendo o maior aumento registar-se na Ásia Oriental e Pacífico	69
3.9	Nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, a taxa de pobreza tende a ser mais elevada entre os idosos do que entre a população em geral, e também mais elevada entre as mulheres idosas do que entre os homens idosos	71
3.10	Cerca de 1,2 mil milhões de pessoas vivem com menos de 1,25 dólares americanos por dia, e 1,5 mil milhões vivem em situação de pobreza multidimensional	72
3.11	Vários países possuem legislação discriminatória das mulheres em matéria de família, atividades económicas, violência e outros aspetos	74
3.12	Em 2011, os índices de pobreza entre as famílias Roma eram muito superiores aos registados entre as famílias não Roma	76
4.1	Vários países começaram a adotar medidas no domínio da segurança social quando o seu PIB per capita era inferior ao PIB atual da maioria dos países da Ásia do Sul	88
4.2	Evolução da cobertura da proteção na saúde em percentagem da população total em países selecionados	89
4.3	As despesas com a saúde, a educação e a segurança social que aumentam ao longo do ciclo de vida não promovem nem apoiam o desenvolvimento de capacidades durante os primeiros anos de vida, que são cruciais	91
4.4	Investimento na primeira infância: o exemplo sueco	92
4.5	O grau e a qualidade das interações com os pais e os cuidadores estão correlacionados com o comportamento futuro da criança, as suas capacidades cognitivas e o seu desenvolvimento emocional	93
4.6	Após a crise económica mundial de 2008, as taxas de desemprego eram mais baixas nos países nórdicos do que no resto da Europa	98
4.7	As sociedades coesas têm tendencialmente um melhor desempenho do que as sociedades menos coesas	103
5.1	Há um desfasamento entre os mecanismos de governação mundiais e os desafios globais	123
5.2	O aumento dos fluxos líquidos de capitais privados com destino aos países em desenvolvimento em 1980-2012 deixou muitas economias e populações em situação de vulnerabilidade	124
5.3	Nos últimos anos, os países de todas as regiões tornaram-se mais dependentes das importações e exportações	126

MAPA

3.1	Prevê-se que a percentagem de jovens entre a população total diminuirá na maioria das regiões entre 2010 e 2050	62
-----	---	----

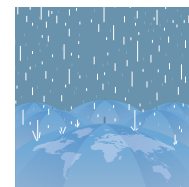
TABELAS

2.1	Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes, 2010 e 2013	34
2.2	Diferenças positivas mais acentuadas entre a classificação por Rendimento Nacional Bruto per capita e a classificação por Índice de Desenvolvimento Humano por grupo de Desenvolvimento Humano de 2013	37
2.3	Países com uma desigualdade de rendimento por região ascendente ou descendente, 1990-2012	38
2.4	Emprego vulnerável e trabalhadores pobres, 2010 e 2012	43
3.1	Pobreza de rendimentos e pobreza multidimensional, por região	73

“O progresso humano não é, nem automático, inevitável...”

Martin Luther King, Jr.

Síntese



O clássico *Um Conto de Duas Cidades* de Charles Dickens explora os múltiplos contrastes “a melhor de todas as épocas, a pior de todas as épocas” das cidades de Paris e Londres no século XVIII. Apesar de muito distinto, o mundo contemporâneo apresenta contrastes semelhantes uns agudos, outros porventura mais complexos.

Como os sucessivos *Relatórios do Desenvolvimento Humano* têm demonstrado, regista-se uma melhoria constante no plano do desenvolvimento humano para a maioria das pessoas na maioria dos países. Os avanços na tecnologia, educação e rendimentos constituem uma promessa sempre crescente de uma vida mais longa, mais saudável e mais segura.¹ No cômputo geral, a globalização propiciou grandes progressos no desenvolvimento humano, sobretudo em muitos países do Sul. No entanto, também se vive hoje, em todo o mundo, um sentimento generalizado de precariedade - no que respeita aos meios de subsistência, à segurança pessoal, ao ambiente e à política mundial.² As grandes conquistas em aspetos cruciais do desenvolvimento humano, como a saúde e a nutrição, rapidamente podem ser postas em causa por uma catástrofe natural ou uma grave crise económica. Os roubos e agressões podem deixar as pessoas debilitadas, física e psicologicamente. A corrupção e instituições públicas sem capacidade de resposta podem privar aqueles que carecem de ajuda, dos necessários recursos. As ameaças de índole política, as tensões entre comunidades, os conflitos violentos, a negligência perante a saúde pública, os danos ambientais, a criminalidade e a discriminação constituem, todos eles, fatores de agravamento da vulnerabilidade dos indivíduos e das comunidades.

Conseguir um progresso real em matéria de desenvolvimento humano não passa, assim, unicamente por ampliar o leque de opções de escolha determinantes das pessoas e a sua capacidade de acederem à educação e à saúde e de desfrutarem de um nível de vida razoável e de uma sensação de segurança. Depende também do grau de solidez dessas conquistas e da existência de condições suficientes para um desenvolvimento humano sustentado. Um balanço dos progressos em matéria de desenvolvimento humano que não inclua a abordagem e avaliação da vulnerabilidade estará sempre incompleto.

O conceito de vulnerabilidade é tradicionalmente utilizado para descrever a exposição ao

risco e a gestão de risco, incluindo a prevenção de choques e a diversificação de ativos e fontes de receita.³ No presente Relatório faz-se uso de uma abordagem mais ampla, que realça a correlação estreita que existe entre a redução da vulnerabilidade e a o progresso no domínio do desenvolvimento humano. Introduzimos o conceito de vulnerabilidade humana para descrever situações de deterioração das capacidades e possibilidades de escolha dos indivíduos. Examinando a vulnerabilidade por um prisma de desenvolvimento humano, chama-se a atenção para o risco de deterioração futura das circunstâncias e das conquistas individuais, comunitárias e nacionais, e propomos políticas e outras medidas tendentes a prevenir ameaças e a reforçar o processo de desenvolvimento humano.

Colocamos especial ênfase nos fatores sistémicos e persistentes de vulnerabilidade e questionamos os motivos que levam a que alguns indivíduos superem melhor do que outros a adversidade. Por exemplo, em quase toda a parte, as mulheres são mais vulneráveis do que os homens à insegurança pessoal. Indagamos também as causas estruturais que tornam algumas pessoas mais vulneráveis do que outras. As pessoas experimentam graus variáveis de insegurança e diferentes tipos de vulnerabilidade em diferentes fases do ciclo de vida. Visto que as crianças, os adolescentes e os idosos são intrinsecamente vulneráveis, questionamos os tipos de investimentos e intervenções que podem reduzir a vulnerabilidade própria dos períodos sensíveis de transição do ciclo de vida.

O presente Relatório advoga a ideia de que um desenvolvimento sustentado das capacidades dos indivíduos e das sociedades é necessário à redução das vulnerabilidades persistentes - muitas das quais são estruturais ou estão ligadas ao ciclo de vida. O progresso tem de consistir na promoção de um desenvolvimento humano resiliente. Embora o significado de resiliência seja muito controvertido, pomos a ênfase na resiliência humana - em assegurar que as pessoas façam escolhas sólidas,

agora e no futuro, que as habilitem a enfrentar e a adaptar-se a adversidades (capítulo 1).

As instituições, estruturas e normas podem reforçar ou enfraquecer a resiliência humana. As políticas estatais e as redes comunitárias de apoio podem capacitar as pessoas para ultrapassar ameaças quando e onde elas surjam, ao passo que a desigualdade horizontal é suscetível de afetar a capacidade de resposta de grupos específicos.

O presente Relatório debruça-se sobre tipos de políticas e reformas institucionais aptos a conferir resiliência ao tecido das sociedades e, em particular, a grupos excluídos e em etapas sensíveis do ciclo de vida. Analisa medidas universais aptas a pôr cobro à discriminação, com um enfoque na necessidade de ação coletiva tendente a resolver a vulnerabilidade imputável a instituições nacionais sem capacidade de resposta e a deficiências da governação global.

Porquê discutir a vulnerabilidade neste momento?

A vulnerabilidade humana não é um fenómeno novo, porém tem vindo a agravar-se em consequência da instabilidade financeira e do avolumar de pressões ambientais como as alterações climáticas, que têm um potencial crescente para minar o progresso em matéria de desenvolvimento humano. Com efeito, desde 2008 assistiu-se a uma desaceleração do crescimento dos três componentes do Índice de Desenvolvimento Humano na maioria das regiões do mundo (capítulo 2). Atacar a questão da vulnerabilidade neste momento é essencial para consolidar os ganhos obtidos e prevenir disrupções do progresso em curso.

O mundo está a mudar rapidamente. O âmbito e a escala da conectividade e das inseguranças que lhe são inerentes estão a aumentar, tal como as ameaças de contágio e exposição a catástrofes naturais e conflitos violentos. Com o aprofundamento da globalização, a margem de ação das instâncias políticas nacionais no domínio do reforço da capacidade de resposta torna-se cada vez mais limitada. Num mundo cada vez mais interconectado, o que outrora era local é hoje amiúde também global, por força do comércio, deslocações e telecomunicações internacionais. As cadeias de abastecimento integradas à escala global, por exemplo, geraram ganhos de eficiência, mas as disrupções que têm lugar num ponto da

cadeia são suscetíveis de originar graves problemas locais noutras paragens. Existe um défice dos tipos de bens públicos, quer nacionais quer globais, necessários para criar capacidade de resposta a longo prazo e sociedades resilientes. Por todo o mundo as pessoas sentem-se inseguras.

Com a aproximação da agenda pós-2015 e o desenvolvimento de um conjunto de objetivos de desenvolvimento sustentável, é também tempo de reflexão para a comunidade internacional e oportunidade de mudança e de adoção de novas formas de cooperação global. Como salientou o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, no seu discurso de julho de 2013 à Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas, o mundo tem de “dedicar particular atenção às necessidades e direitos dos mais vulneráveis e excluídos”.⁴ O Secretário-Geral apelou a uma nova visão capaz de realizar toda a gama das aspirações humanas e assegurar uma “vida digna para todos”. Este Relatório sobre a vulnerabilidade vem informar o debate global e encerra recomendações quanto ao modo de atingir novos objetivos e construir sociedades mais resilientes.

Reduzir tanto a pobreza como a vulnerabilidade dos indivíduos ao risco de caírem em situação de pobreza deve ser um objetivo central da agenda pós-2015. Erradicar a pobreza extrema não é apenas “reduzi-la a zero”; é também mantê-la a zero. Alcançar este objetivo só é possível prestando uma atenção renovada à vulnerabilidade e ao desenvolvimento humano. Implica assegurar às pessoas resgatadas a situações de privação extrema apoio público sustentado, que reforce a sua resiliência social e económica e reduza grandemente os fatores sistémicos subjacentes à sua vulnerabilidade.

Há boas notícias também. Como se reconhece no Relatório (no capítulo 2), a perda-média de desenvolvimento humano imputável à desigualdade declinou na maioria das regiões nos últimos anos, graças sobretudo aos amplos ganhos registados na área da saúde. Contudo, as disparidades de rendimento cresceram em várias regiões, e a desigualdade na educação manteve-se genericamente estável. A redução da desigualdade é de celebrar, porém contrabalançar disparidades crescentes de rendimento com progressos na saúde não chega. Para combater a vulnerabilidade, sobretudo nos grupos marginalizados, e consolidar as conquistas recentes, é essencial reduzir a desigualdade em todas as dimensões do desenvolvimento humano.

Se não forem objeto de uma atenção política específica, com a afetação de recursos próprios, em

Com o aprofundamento da globalização, a margem de ação das instâncias políticas nacionais no domínio do reforço da capacidade de resposta torna-se cada vez mais limitada.

todas as dimensões do desenvolvimento humano, os grupos e indivíduos mais vulneráveis correm o risco de ser deixados para trás, não obstante o movimento continuado de progresso humano em curso na maioria dos países e comunidades. Sem políticas e instituições nacionais e globais vocacionadas para reduzir a vulnerabilidade persistente e sistémica, a agenda de desenvolvimento pós-2015 continuará incapaz de dar resposta à complexidade e escala dos desafios do futuro.

Quem é vulnerável - e porquê?

A maioria das pessoas no mundo inteiro é vulnerável, em maior ou menor grau, a choques - catástrofes naturais, crises financeiras, conflitos armados -, bem como a transformações sociais, económicas e ambientais a longo prazo. As debilidades económicas estão a minar o Contrato Social até nas sociedades industrializadas mais avançadas, e nenhum país ficará imune aos efeitos a longo prazo das alterações climáticas.

Contudo, algumas pessoas são muito mais vulneráveis do que outras. Em muitos casos normas sociais discriminatórias e insuficiências de ordem institucional exacerbam essa vulnerabilidade, deixando determinados grupos privados do apoio familiar, comunitário ou estatal de que necessitam para reforçar a sua capacidade de fazer face às dificuldades. Esses grupos e as instituições e normas que lhes enfraquecem a capacidade e restringem as possibilidades de opção são o tema central do Relatório.

As pessoas em situação de pobreza e privação extremas integram o núcleo dos mais vulneráveis. Apesar dos recentes progressos na redução da pobreza, mais de 2,2 milhões de pessoas continuam a viver em situação de pobreza multidimensional ou quase. Isto significa que mais de 15 por cento da população mundial permanece vulnerável à pobreza multidimensional. Por outro lado, quase 80 por cento da população global não dispõe de protecção social alargada.⁵ Cerca de 12 por cento (842 milhões) padecem de fome crónica,⁶ e quase metade dos trabalhadores — mais de 1,5 mil milhões — trabalha em regime de emprego precário ou informal.⁷

Em muitos casos, os pobres - a par, por exemplo, das mulheres, dos imigrantes, dos grupos indígenas e dos idosos - são estruturalmente vulneráveis. A sua insegurança, perpetuada por longos períodos, agravou-se e criou divisões - de género, étnicas, raciais,

profissionais e de estatuto social - que não são fáceis de ultrapassar. Ainda que sejam tão aptas como as outras, as pessoas estruturalmente vulneráveis têm por vezes de enfrentar barreiras adicionais. Por exemplo, as pessoas com deficiência não dispõem de facilidade de acesso ao transporte coletivo, às repartições oficiais e a outros equipamentos públicos, como os hospitais, o que faz com que lhes seja ainda mais difícil participar na vida económica, social e política - ou obter assistência, quando confrontadas com ameaças ao seu bem estar físico.

Muitos sofrem mais do que um constrangimento estrutural na sua capacidade de lidar com as dificuldades - como os pobres que pertencem a um grupo minoritário, ou as mulheres com deficiência. Três quartos dos pobres do planeta vivem em zonas rurais, onde a mais elevada taxa de prevalência da pobreza se verifica entre os trabalhadores agrícolas. Expostos a ciclos implacáveis de baixa produtividade, desemprego sazonal e baixos salários, estes são particularmente vulneráveis à alteração dos padrões climáticos. As minorias étnicas e religiosas mais desfavorecidas são vulneráveis a práticas discriminatórias, têm um acesso limitado aos sistemas formais de administração de justiça e sofrem os efeitos do legado de repressão e preconceito do passado. Os povos indígenas, que correspondem a cerca de 5 por cento da população mundial, representam cerca de 15 por cento dos pobres do mundo, um terço dos quais em situação de pobreza rural extrema.⁸ À escala mundial, mais de 46 por cento das pessoas com 60 anos ou mais de idade sofrem de uma deficiência e enfrentam por isso sérios obstáculos a uma participação plena na sociedade, agravados ainda por atitudes sociais discriminatórias.⁹

As alterações climáticas comportam sérios riscos para todos os indivíduos em todos os países, mas, uma vez mais, alguns incorrem em perdas mais gravosas do que outros. No período 2000-2012, mais de 200 milhões de pessoas, sobretudo dos países em desenvolvimento, foram atingidas anualmente por catástrofes naturais, em especial inundações e secas.¹⁰ O Relatório do Desenvolvimento Humano 2011 demonstrou que o malogro continuado das tentativas de abrandar o ritmo do aquecimento global pode pôr em causa a erradicação da pobreza, dado que as comunidades mais pobres do mundo são as mais vulneráveis à subida das temperaturas e do nível dos mares e a outras consequências das alterações climáticas.¹¹

Apesar dos recentes progressos na redução da pobreza, mais de 2,2 milhões de pessoas continuam a viver em situação de pobreza multidimensional ou quase

As vulnerabilidades no ciclo de vida são objeto de particular atenção neste Relatório. As capacidades são granjeadas ao longo da vida dos indivíduos e carecem de ser acalentadas e preservadas, sob pena de poderem estagnar ou até regredir. As capacidades relacionadas com a vida são afetadas por investimentos feitos em etapas anteriores da vida, e a exposição a choques de curto prazo pode produzir efeitos a longo prazo. Um revés sofrido na primeira infância, por exemplo, pode ter sérias repercussões ao longo de toda a vida de uma pessoa, incluindo nas suas oportunidades de conservar um emprego, nas incertezas associadas ao envelhecimento e na transmissão da vulnerabilidade à geração imediata. O Relatório assinala a natureza cumulativa da vulnerabilidade e a necessidade de prossecução de políticas de intervenção oportuna e contínua. Urge dedicar particular atenção aos períodos críticos - investimentos na educação na primeira infância, na promoção de oportunidades de emprego para os jovens e no apoio à qualidade de vida dos idosos.

O desafio não consiste apenas em evitar que as populações vulneráveis recaiam em situações extremas de dificuldade e privação, consiste, também, em criar um ambiente que as habilite a continuar a fazer novos progressos de desenvolvimento humano ao longo das décadas subsequentes. Isto exige uma compreensão da pobreza e da privação como fenómenos multidimensionais que requerem políticas universais de extensão dos direitos e serviços a todos, com especial atenção à igualdade de oportunidades, às capacidades relacionadas com o ciclo de vida e à garantia de acesso aos excluídos. Intervenções desta natureza, que se reforçam mutuamente, têm o poder de desenvolver a resiliência das sociedades e reforçar a agência humana. As iniciativas de combate à pobreza e desenvolvimento humano mais bem-sucedidas até à data seguiram uma abordagem multidimensional, conjugando o apoio ao rendimento e a criação de emprego com o alargamento da oferta de cuidados de saúde e educação e outras intervenções de desenvolvimento comunitário.

Existem medidas que estreitam o fosso entre os indivíduos e entre os países e aumentam a resiliência e as capacidades daqueles que, de outra forma, permanecerão indefinidamente vulneráveis. Políticas que previnam a devastação causada por riscos, promovam a extensão dos benefícios da prosperidade a todos e reforcem a resiliência das sociedades podem, combinadas, proteger e sustentar

o progresso humano. Contudo, nenhuma surge por geração espontânea. Estas são o corolário de uma vigorosa ação coletiva, de respostas institucionais eficazes e equitativas e de lideranças com visão de futuro - locais, nacionais e globais. Em última análise, toda a sociedade retira benefícios de uma maior igualdade de oportunidades e, a menos que as vulnerabilidades multidimensionais e entrecruzadas em questão sejam reconhecidas e sistematicamente reduzidas, o progresso contínuo no plano do desenvolvimento humano pode ser interrompido ou mesmo invertido.

Segurança humana e desenvolvimento humano

Há vinte anos o *Relatório do Desenvolvimento Humano* introduziu o conceito de segurança humana como parte integrante do desenvolvimento humano. Este Relatório está em estreita sintonia com a abordagem da segurança humana, mas com incidência na vulnerabilidade e no modo como ameaça minar as realizações operadas no domínio do desenvolvimento humano. Nesse contexto, é dada ênfase aos imperativos de redução das disparidades e de construção da coesão social, particularmente por meio de ações dirigidas aos problemas da violência e discriminação sociais.

Os conflitos e os sentimentos de insegurança pessoal têm impactos adversos persistentes no plano do desenvolvimento humano e conduzem milhares de milhões de pessoas a condições de vida precárias. Muitos países do escalão mais baixo do Índice de Desenvolvimento Humano estão a emergir de longos períodos de conflito ou encontram-se ainda a braços com problemas de violência armada. Mais de 1,5 mil milhões de pessoas vivem em países afetados por conflitos - aproximadamente, um quinto da população mundial.¹² A instabilidade política recente tem tido custos humanos muito avultados - no final de 2012 cerca de 45 milhões de pessoas foram forçadas a deslocar-se por motivo de conflitos ou perseguição, o número mais elevado em 18 anos, mais de 15 milhões das quais refugiadas.¹³ Em algumas regiões da África Ocidental e Central, situações de anarquia e conflito armado continuam a fazer perigar os avanços no domínio do desenvolvimento humano, com reflexos a longo prazo no progresso nacional. Numa série de países da América Latina e das Caraíbas, a despeito dos

O desafio não consiste apenas em evitar que as populações vulneráveis recaiam em situações extremas de dificuldade e privação, consiste, também, em criar um ambiente que as habilite a continuar a fazer novos progressos de desenvolvimento humano ao longo das décadas subsequentes

grandes avanços alcançados no plano do desenvolvimento humano, muitas pessoas sentem-se ameaçadas pelo crescimento das taxas de homicídio e outro tipo de criminalidade violenta.

Em toda a parte as mulheres experienciam vulnerabilidade sob a forma de insegurança pessoal. A violência viola os seus direitos, e os sentimentos de insegurança pessoal tolhem a sua capacidade de ação tanto na esfera pública como na privada. Expandir as liberdades e a segurança humanas é, pois, também apoiar medidas que promovam mudanças nas instituições e normas com vista a reduzir a violência e a discriminação interpessoais. Os progressos em matéria de segurança pessoal são suscetíveis de ter um impacto profundo na vulnerabilidade real e percebida dos indivíduos e comunidades e no seu sentido de segurança, capacitação e agência.

A elevação dos níveis de rendimento não é, por si só, suficiente para reduzir a vulnerabilidade ao conflito e insegurança pessoal. A vulnerabilidade persistente, que em geral só é mitigável num horizonte temporal mais dilatado, requer múltiplas políticas de intervenção e alterações normativas que reforcem a tolerância e aprofundem a coesão social.

Reforçar a resiliência

O bem estar das pessoas é grandemente influenciado pelas liberdades mais vastas de que desfrutam e pela sua capacidade de reagir e recuperar da adversidade - natural ou obra do Homem. A resiliência está subjacente a toda a abordagem em torno da consecução e manutenção do desenvolvimento humano. Resiliência consiste, essencialmente, em assegurar que o Estado, a comunidade e as instituições globais se empenhem em capacitar e proteger os indivíduos. O desenvolvimento humano implica eliminar as barreiras que impedem as pessoas de usar a sua liberdade de agir. Trata-se de habilitar os desfavorecidos e excluídos a exercer os seus direitos, manifestar abertamente as suas preocupações, fazer-se ouvir e tornar-se agentes ativos na determinação do seu destino. Está em causa a liberdade de cada um viver a vida que valoriza e de a gerir de forma adequada. O Relatório destaca algumas das políticas, princípios e medidas chave que são necessários para desenvolver a resiliência - para reforçar as escolhas, expandir a agência humana e promover as competências sociais. Indica também que alcançar e manter o

progresso no plano do desenvolvimento humano pode depender da prontidão e eficácia da resposta no momento em que ocorrem choques.

Apostar na universalidade

Um empenho comum - nacional e global - na prestação universal de serviços sociais, no reforço da proteção social e na garantia do pleno emprego constituiria uma decisão político social de grande alcance que lançaria os alicerces para a criação de resiliência a longo prazo, dos países e dos seus cidadãos enquanto indivíduos. Tal empenho potenciaria a capacidade dos indivíduos, sociedades e países para resistirem e recuperarem de reveses, sem deixar de reconhecer que alguns se encontram mais expostos a riscos e ameaças do que outros e carecem de apoio adicional.

Prestação universal de serviços sociais. O acesso universal a serviços sociais básicos—de educação, prestação de cuidados de saúde, abastecimento de água e saneamento, bem como segurança pública—aumenta a resiliência. Não é apenas desejável—é também possível nos estádios iniciais de desenvolvimento, e a experiência recente—na China, no Ruanda e no Vietname, por exemplo—mostra que pode ser concretizado com bastante rapidez (em menos de uma década).

O acesso universal aos serviços sociais básicos pode elevar as competências sociais e reduzir a vulnerabilidade estrutural. Pode constituir um poderoso fator de igualização das oportunidades e resultados. Uma educação pública universal de alta qualidade tem potencialidades, por exemplo, para estreitar o fosso que existe entre a educação das crianças provenientes de famílias ricas e pobres. A transmissão intergeracional de capacidades, nomeadamente pela educação no seio das famílias, pode perpetuar os benefícios a longo prazo. As políticas universais promovem igualmente a solidariedade social pelo facto de não apresentarem as desvantagens das políticas orientadas -estigmatização social dos destinatários e estratificação no plano da qualidade dos serviços prestados, bem como a incapacidade de chegarem a muitos dos vulneráveis.¹⁴

Uma ideia errada muito difundida é a de que a proteção social e a prestação universal de serviços básicos só estão ao alcance dos países ricos. Conforme se documenta no Relatório, os indícios apontam no sentido contrário. A maioria das

A resiliência está subjacente a toda a abordagem em torno da consecução e manutenção do desenvolvimento humano. Resiliência consiste, essencialmente, em assegurar que o Estado, a comunidade e as instituições globais se empenhem em capacitar e proteger os indivíduos.

sociedades, com ressalva daquelas que atravessam processos de conflito e convulsões violentos, está em condições de criar, e muitas criaram, sistemas de prestação de serviços e proteção social básicos, tendo concluído que um investimento inicial de apenas uma pequena percentagem do PIB traz benefícios que superam largamente os custos iniciais.

Veja-se o caso do abono de família na África do Sul, que teve um custo de 0,7 por cento do PIB em 2008–2009 e reduziu a taxa de pobreza infantil de 43 por cento para 34 por cento, ou o programa brasileiro Bolsa Família, que custou 0,3 por cento do PIB em 2008–2009 e teve um peso de 20–25 por cento na redução da desigualdade.¹⁵ Os países em processo de crescimento económico acelerado, como os da Ásia Oriental, beneficiaram com o investimento no alargamento da cobertura e na melhoria dos serviços de saúde, educação e emprego e realizaram-no, apesar de disporem de recursos e receitas limitados.

A defesa do princípio da prestação universal de serviços sociais básicos assenta, acima de tudo, na ideia de que todos os seres humanos devem estar capacitados para viver uma vida que valorizem e de que o acesso a determinados elementos básicos de uma existência digna deve ser dissociado da capacidade de os pagar. Se as modalidades de prestação desses serviços podem variar em função das circunstâncias e do contexto do país, todas as experiências de sucesso têm como denominador comum a mesma ideia: incumbe ao Estado a responsabilidade primária de estender os serviços sociais à totalidade da população, de acordo com um Contrato Social básico entre os cidadãos e o Estado.

Reforçar a proteção social. A proteção social, incluindo o seguro de desemprego, os regimes de pensões e a regulamentação laboral, pode proporcionar às pessoas cobertura contra o risco e a adversidade ao longo de toda a sua vida, em especial nas fases mais críticas. Ao proporcionar-lhes um estrato adicional de apoio preestabelecido, os programas de proteção social ajudam as famílias a evitar vender os bens de que dispõem, retirar os filhos da escola ou adiar a realização de tratamentos médicos necessários, medidas todas elas prejudiciais ao seu bem estar a longo prazo. Além disso, as redes de distribuição e os mecanismos de administração dos programas de proteção social podem ser utilizados igualmente na resposta de emergência e assistência em situações de crise, como catástrofes naturais e secas.

Muitas formas de proteção social têm efeitos indiretos positivos. O seguro de desemprego melhora o funcionamento dos mercados de trabalho, criando condições para que os desempregados possam escolher empregos mais adequados às suas competências e experiência, em lugar de serem forçados a aceitar o primeiro emprego que lhes surja. Tem sido demonstrado que a prestação de apoio ao rendimento às famílias encoraja a participação no mercado de trabalho mediante a disponibilização de recursos que permitem às pessoas procurar melhores oportunidades e até migrar em busca de emprego. Alguns alegam que um apoio dessa natureza é pode reduzir o incentivo para regressar à atividade. Muito depende da forma como as políticas são concebidas. Não obstante, há indícios consideráveis de que a regulamentação laboral é globalmente benéfica e pode reduzir a desigualdade.

A proteção social é exequível em estádios iniciais de desenvolvimento e pode até trazer outros benefícios, como estimular a despesa e reduzir a pobreza. A proteção social compensa a volatilidade da produção mediante a redução das flutuações do rendimento disponível. As políticas de proteção social universal fortes não se limitam a aumentar a resiliência individual, incrementam também a resiliência da economia no seu todo.

Assegurar o pleno emprego. Como o Relatório mostra, o valor social do emprego está muito longe de se circunscrever ao salário. O acesso universal a um emprego digno é um elemento vital no processo de desenvolvimento da resiliência de uma sociedade. O trabalho é um meio de subsistência, na medida em que fortalece a agência humana e propicia o estabelecimento de conexões sociais e tem o poder, socialmente mais relevante, de proporcionar segurança às famílias e comunidades. O desemprego tende a ser associado ao aumento da criminalidade, suicídio, violência, consumo de droga e outros problemas sociais passíveis de fomentar a insegurança pessoal. Os empregos promovem a estabilidade e a coesão sociais, e os empregos dignos fortalecem a aptidão das pessoas para lidar com choques e com a incerteza. Contudo, poucos países, desenvolvidos ou em desenvolvimento, assumem a realização do pleno emprego como um objetivo social ou económico primordial. A expansão do emprego devia nortear as políticas públicas. São necessárias políticas do mercado de trabalho que auxiliem os trabalhadores desocupados

Para os países em desenvolvimento que enfrentam problemas de subemprego, as políticas ativas do mercado de trabalho não são suficientes, atendendo a que a maioria dos empregos se concentra no setor da economia informal

a recuperar o emprego - por exemplo, por meio de programas de emprego temporário ou de aquisição de competências que respondam às necessidades do mercado de trabalho. Os programas de criação de emprego podem ser totalmente integrados em objetivos de política mais amplos, como planos de construção de infraestruturas e conectividade, utilizando programas alargados de obras públicas, incluindo o recurso a esquemas de trabalho remunerado destinados aos pobres e desempregados.

Para os países em desenvolvimento que enfrentam problemas de subemprego, as políticas ativas do mercado de trabalho não são suficientes, atendendo a que a maioria dos empregos se concentra no setor da economia informal - que ocupa mais de 40 por cento dos ativos em dois terços dos 46 países emergentes e em desenvolvimento com dados disponíveis.¹⁶ Para conseguir do pleno emprego e a redução da vulnerabilidade relacionada com o emprego nesses países são necessárias políticas que promovam um crescimento gerador de emprego e que instituem um regime de proteção social extensivo a todos, tanto no setor formal como no informal.

Uma reforma estrutural da economia é, em certa medida, necessária para criar mais emprego -utilizando políticas seletivas de apoio ao desenvolvimento de setores e atividades estratégicas. Tal pode implicar políticas macroeconómicas que vão além de uma incidência exclusiva na estabilidade dos preços e na gestão da dívida. A cooperação global pode igualmente contribuir para assegurar que a intensificação da concorrência à escala mundial não redunde num nivelamento por baixo em matéria de normas laborais, mas antes num acorrido no sentido da promoção do pleno emprego e de um emprego digno para todos.

Instituições com capacidade de resposta e sociedades coesas

O desenvolvimento da resiliência humana requer instituições com capacidade de resposta. É necessário dispor de políticas e recursos adequados para garantir empregos adequados, cuidados de saúde e oportunidades de educação, sobretudo aos pobres e vulneráveis. Concretamente, os Estados que reconhecem a desigualdade entre grupos (a chamada desigualdade horizontal) e tomam medidas tendentes a reduzi-la são mais capazes de concretizar o princípio da universalidade, assegurar a coesão social e prevenir, bem como superar crises.

A vulnerabilidade persistente está enraizada num passado histórico de exclusão—as mulheres nas sociedades patriarcais, os negros na África do Sul e nos Estados Unidos, e os Dalits (os intocáveis) na Índia enfrentam situações de discriminação e exclusão decorrentes de práticas culturais e normas sociais ancestrais. Dispor de instituições de governação com capacidade de resposta e obrigadas a prestar contas é um fator essencial para se superar o sentimento de injustiça, vulnerabilidade e exclusão suscetível de alimentar o descontentamento social. A participação cívica e a mobilização coletiva dos cidadãos, por seu turno, são também indispensáveis para assegurar que os Estados reconheçam os interesses e os direitos das pessoas vulneráveis.

Os Estados podem recorrer a múltiplas estratégias para reduzir a desigualdade horizontal. As modalidades de intervenção direta como a discriminação positiva, ainda que surtam efeito no imediato na abordagem de injustiças históricas, têm um impacto discutível a longo prazo e nem sempre corrigem os determinantes estruturais subjacentes à desigualdade persistente. São necessárias políticas que, proporcionando respostas a curto prazo, promovam também o acesso a longo prazo e sustentável dos grupos vulneráveis a serviços sociais, emprego e proteção social. Entre elas podem incluir-se incentivos e sanções formais, tais como leis preventivas. Leis baseadas na atribuição de direitos, por exemplo, podem propiciar melhorias substanciais da situação dos grupos vulneráveis, dotando-os de meios de recurso e escrutínio público quando as instituições não cumpram a sua função.

Alterar as normas para promover a tolerância e aprofundar a coesão social é outra necessidade que é frequentemente descurada no processo de criação de sociedades resilientes. As sociedades mais coesas são mais capazes de proteger as pessoas da adversidade e, possivelmente, mais recetivas a políticas baseadas no princípio da universalidade. A falta de coesão social está correlacionada com a conflitualidade e a violência, especialmente em situações de desigualdade de acesso aos recursos ou aos benefícios decorrentes da riqueza natural, e com a incapacidade de lidar eficazmente com processos de mutação social ou económica acelerada ou com o impacto de choques económicos e de origem climática. Na realidade, concretizar objetivos de equidade, inclusão e justiça reforça as instituições sociais e aprofunda a coesão social, por seu turno.

Dispor de instituições de governação com capacidade de resposta e obrigadas a prestar contas é um fator essencial para se superar o sentimento de injustiça, vulnerabilidade e exclusão suscetível de alimentar o descontentamento social

O recurso a campanhas e mensagens destinadas a modificar as percepções das pessoas é indispensável para assegurar o processo de transformação social. As leis, as políticas e as medidas educativas e normativas adquirem mais peso quando os indivíduos são mais participativos e dispõem de mecanismos de responsabilização das instituições. Neste sentido, a capacidade de resposta do Estado pressupõe abertura, transparência e prestação de contas aos pobres e excluídos, bem como a promoção de uma dinâmica positiva entre as instituições de governação e a participação cívica.

Prevenção e resposta a crises

Se a ocorrência de catástrofes naturais e causadas pelo homem é inevitável, é, no entanto, possível envidar esforços no sentido de mitigar os respetivos efeitos e acelerar a recuperação. As oportunidades de “reconstruir melhor” podem ser aproveitadas. Efetivamente, o tsunami de 2004 levou diretamente à criação de um sistema de alerta contra tsunamis no oceano Índico. Porém, para que os dispositivos de prontidão e resposta a catástrofes aumentem a resiliência, é preciso que sejam concebidos de acordo com uma abordagem sistémica que, para além das ameaças e choques imediatos, tenha em conta as causas subjacentes bem como os impactos num horizonte temporal mais longo.

No caso das catástrofes naturais, os dispositivos de prevenção e resposta podem incluir, conforme consignado no Quadro de Ação de Hyogo, a melhoria da informação sobre o risco, a criação e o reforço de sistemas de alerta rápido, a integração da redução do risco de catástrofes no planeamento e nas políticas de desenvolvimento, e o fortalecimento das instituições e dos mecanismos de resposta. O planeamento com vista a uma resposta pronta e à recuperação pode fazer-se a todos os níveis - global, regional, nacional e de comunidade - e ser potenciado por meio da partilha de informação e solidariedade na ação. Isso é mais fácil quando os governos e as comunidades se encontram preparados. Quando as políticas são orientadas para a resposta a emergências, a mitigação pode ser descurada, e os choques podem repetir-se com impactos potencialmente superiores e custos de proteção subsequentes maiores. Os esforços de resposta a emergências são importantes e necessários, mas a resiliência exige esforços alargados tendentes a desenvolver a prontidão e as capacidades de resposta.

Os conflitos e perturbações internos continuam a ter enormes custos no plano do desenvolvimento dos países afetados. É possível identificar um conjunto de causas que estão na origem de conflitos desse tipo. Contudo, todas essas causas, desde as políticas de exclusão e de procura de lucro pelas elites às razões de queixa sociais ignoradas, têm como denominador comum o contributo para a discórdia social ou, pelo menos, o facto de impedirem que se atinja a base mínima de harmonia e coesão sociais capaz de propiciar a obtenção de resultados em matéria de desenvolvimento resiliente, questão que é discutida mais detidamente nos capítulos 3 e 4. Nos países e comunidades vulneráveis ao conflito e à violência, os esforços de prevenção e recuperação podem escorar-se em programas de reforço da coesão social.

As políticas e instituições que combatam a exclusão e a marginalização, forjem um sentido de pertença, promovam a confiança e gerem oportunidades de ascensão social podem reduzir o potencial de conflitualidade. A sensibilização e o alargamento do acesso à informação do público podem conseguir apoio para causa da paz e uma política menos conflituosa. O envolvimento de intermediários e mediadores credíveis pode fomentar a criação de um clima de confiança entre os grupos em confronto e consensos em questões de relevância nacional, desde a realização de atos eleitorais aos elementos de uma nova constituição. Comitês e grupos locais de cidadãos podem desenvolver a confiança a nível comunitário e lançar os alicerces das “infraestruturas para a paz”. O investimento na criação de emprego e meios de subsistência pode auxiliar as comunidades e os indivíduos a recuperarem de crises no curto prazo e aumentar a sua resiliência face aos desafios de futuras crises.

Ação global em prol do ‘mundo que desejamos’

A globalização aglutinou os países e gerou novas oportunidades. Mas agravou também o risco de uma propagação mais veloz dos eventos adversos. Os acontecimentos mais recentes puseram a nu enormes lacunas na forma como a globalização é gerida numa série de domínios, da segurança alimentar ao acesso à energia, da regulação financeira às alterações climáticas. Estes problemas transnacionais deverão persistir nas próximas décadas, com um défice de capacidade das instâncias

A ação coletiva, sob a forma de um compromisso global a favor da causa da universalidade, é especialmente necessária para facilitar o aprovisionamento de bens públicos globais

de governação global para prevenir ou minorar os choques. Os decisores e dirigentes políticos poderão chegar à conclusão de que não se encontram devidamente preparados para fazer face à rapidez e magnitude dessas transformações.

A emergência de novas ameaças reclama respostas, recursos e lideranças nacionais, transfronteiras e globais. É precisa uma ação coletiva com capacidade para hierarquizar as questões; estabelecer a cooperação entre silos organizados em função de problemas particulares; e congregar Estados, organizações internacionais, a sociedade civil e o sector privado em prol do desenvolvimento de sistemas globais mais resilientes. A ação coletiva, sob a forma de um compromisso global a favor da causa da universalidade, é especialmente necessária para facilitar o aprovisionamento de bens públicos globais e reduzir a probabilidade de ocorrência e a dimensão de choques transnacionais mediante a correção das deficiências das instâncias de governação global.

Compromisso global em prol da universalidade

As medidas nacionais—com vista à universalização da prestação de serviços sociais e proteção social e à prossecução do pleno emprego—são aplicadas mais facilmente quando existem compromissos a nível mundial e apoio de carácter global. Tais compromissos devem fazer parte da agenda pós-2015. A inclusão na agenda de elementos de um Contrato Social global poderá aumentar a margem de manobra a nível nacional na definição de abordagens que favoreçam a criação de emprego e a prestação de serviços sociais e regimes de proteção que funcionem melhor nos respetivos contextos, contudo são essenciais acordos globais pois podem instigar a ação e os compromissos, bem como gerar apoio financeiro e de outra natureza.

As opções políticas que retratem a disponibilização pública de formas de proteção social como um instrumento positivo podem permitir aos Estados a adoção e aplicação de políticas e programas de proteção dos indivíduos nos respetivos territórios. Um conjunto de normas que enfatize a universalidade pode incentivar os Estados a comprometer-se com uma proteção universal do trabalho que reduza a probabilidade da exploração laboral e, simultaneamente, incitar à fixação de mínimos de proteção social tanto

para os trabalhadores como para aqueles que estão afastados do mundo do trabalho.

Hoje, apenas 20 por cento das pessoas no mundo dispõem de uma cobertura de segurança social adequada e mais de 50 por cento não têm qualquer tipo de segurança social.¹⁷ Os objetivos de desenvolvimento sustentável constituem uma oportunidade para a comunidade internacional e os Estados, individualmente, afirmarem uma visão positiva do domínio público e consagrarem o princípio da universalidade - na prestação de serviços sociais, incluindo uma modalidade de acesso mínimo universal a cuidados de saúde e à educação, e na promoção do pleno emprego e da proteção social. Todos esses elementos são essenciais a um desenvolvimento humano mais sustentável e resiliente.

Facilitar o aprovisionamento de bens públicos globais

Numerosos bens públicos globais têm valor social e podem reduzir a vulnerabilidade, mas são subvalorizados pelos mercados. A sua escassez, desde o controlo das doenças transmissíveis a uma adequada regulação do mercado global, favorece a ocorrência de choques de alcance regional e global. À medida que a interdependência cresce e se aprofunda no mundo, a vulnerabilidade decorrente da escassez de bens públicos globais torna-se mais manifesta.

Os esforços multilaterais destinados a facilitar a cooperação e disponibilizar alguns desses bens afiguram-se débeis em confronto com os desafios e vulnerabilidades em causa, sendo-o também em confronto com a dinâmica dos mercados, o ritmo do processo de mercantilização e o poder dos interesses privados. As regras e normas internacionais são, com frequência, o reflexo de interesses privados, em vez de assegurarem a disponibilização de bens públicos e darem primazia aos interesses sociais.¹⁸ Os bens públicos globais e bens sociais universais capazes de corrigir ou complementar os mercados com vista a um crescimento mais inclusivo e sustentável permanecem, em larga medida, escassos.

Níveis mínimos de proteção social e compromissos em matéria de prestação de serviços sociais são bens públicos importantes e passíveis de serem integrados nos objetivos de desenvolvimento sustentável a fim de reforçar as capacidades dos indivíduos para lidar com choques adversos. Porém, há ainda bens públicos que são necessários para reduzir a probabilidade de ocorrência de crises,

Os sistemas de governação não só têm uma ação deficiente no que respeita à garantia da proteção e reforço das capacidades, como, em alguns casos, produzem novas vulnerabilidades

como promover a estabilidade climática ou mino-
rar a probabilidade de ocorrência de uma nova crise
financeira. No passado fizeram-se progressos—por
exemplo, com a erradicação da varíola. Agora, a
missão consiste em estender o mesmo tipo de es-
forço coletivo à disponibilização de outros tipos de
bens públicos que reduzem a vulnerabilidade.

Suprir as deficiências das instâncias de governação global.

Há um desfasamento entre os mecanismos de go-
vernação e a vulnerabilidade e a complexidade dos
processos globais. Muitas instituições e estruturas
internacionais foram concebidas para a ordem do
pós Segunda Guerra Mundial, e as reformas intro-
duzidas não refletiram as mudanças nas relações
de poder. Entretanto, novos regimes, como os dos
direitos de propriedade intelectual global, benefi-
ciam amiúde as elites de modo desproporcionado.
Os sistemas de governação não só têm uma ação
deficiente no que respeita à garantia da proteção
e reforço das capacidades, como, em alguns casos,
produzem novas vulnerabilidades. Em muitos as-
petos, as deficiências das instâncias de governação
global no campo da redução da vulnerabilidade
radicam em profundas assimetrias de poder, voz e
influência. Nos programas e políticas, os interesses
e necessidades dos países menos desenvolvidos e
das pessoas mais vulneráveis estão sub-repre-
sentados - por exemplo, os trabalhadores não
qualificados, imigrantes e idosos. Aqueles que
menor capacidade têm para fazer face a choques
e acompanhar o ritmo da mudança são os menos
envolvidos na definição de regulamentação, nor-
mas e objetivos da governação global.

A lista dos desafios de índole global é longa, e
às vezes as respostas podem parecer inexequíveis,
porém sabemos que é possível melhorar a regula-
mentação dos mercados, ajustar os sistemas finan-
ceiro e de comércio e mitigar as ameaças ambien-
tais. Há questões globais que podem ser objeto de
ajustamentos transversais, permitindo aumentar
as probabilidades de ação coletiva dos Estados e
assegurar a coesão ao nível da governação global.
Trata-se de mudanças de primeira linha que au-
mentam as perspetivas de progressos em questões
específicas nos planos político e institucional.

Em primeiro lugar, é imperioso garantir uma
participação equitativa dos países em desen-
volvimento na governação global, a fim de que
as necessidades das nações mais vulneráveis,

incluindo designadamente os Estados menos
desenvolvidos e os pequenos Estados insulares
em desenvolvimento não sejam descuradas. Em
segundo lugar, a participação pode ser ampliada,
abrindo-se ao setor privado e às sociedades civis a
possibilidade de dar apoio à ação coletiva global a
nível de Estados. Em terceiro lugar, a ação coletiva
é mais eficaz quando é inclusiva e as decisões são
tomadas no seio de instituições representativas,
e não em agrupamentos ad hoc de países, como
o Grupo dos 20 (G-20), ou em encontros de
carácter seletivo em que o processo de deliberação
carece de transparência. Finalmente, uma maior
coordenação e cooperação entre as instâncias de
governação global dos diferentes domínios pode
reduzir os efeitos indiretos e permitir um melhor
alinhamento dos objetivos.

O Relatório salienta o potencial da ação coletiva
para reestruturar os sistemas globais de um modo
que incuta novas capacidades nas pessoas, em
lugar de gerar novas vulnerabilidades e aumentar
a insegurança reinante. Uma cooperação alargada
entre os Estados, as instituições internacionais,
o setor privado e a sociedade civil é possível. Os
sistemas de governação global têm de quebrar o
elo entre globalização e vulnerabilidade, o que é
mais provável que ocorra quando se dispuser de
políticas e processos de decisão globais inclusivos,
coordenados e sujeitos a prestação de contas.

MENSAGENS-CHAVE

O Relatório procura promover uma melhor
compreensão e consciencialização da importân-
cia crucial que a redução da vulnerabilidade
e o reforço da resiliência têm para um desen-
volvimento humano sustentável. No processo,
defende as seguintes teses centrais:

- *A vulnerabilidade ameaça o desenvolvimento hu-
mano—e, a menos que seja abordada de forma
sistemática, mediante a alteração das políticas e
normas sociais, o progresso não será nem equitati-
vo nem sustentável.*

Ainda que o nível de desenvolvimento hu-
mano de quase todos os países tenha aumen-
tado nas últimas décadas, os ganhos recentes
não foram isentos de sobressaltos. O progresso
teve lugar num contexto de incerteza cres-
cente, em virtude da ocorrência de choques
mais profundos e mais frequentes. Fenómenos

A interseção ou
concomitância de
vulnerabilidades
decorrentes da
insegurança económica,
ambiental, física, de
saúde e outras amplifica
o impacto negativo
nas liberdades e na
capacidade de ação

Agenda pós-2015 : Abordar as vulnerabilidades e reforçar a resiliência

A dois anos do termo do prazo, em 2015, os progressos obtidos por África rumo aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio continuam a ser desiguais. Fizeram-se avanços notáveis em algumas áreas, como as do rácio de escolarização líquido no ensino primário, paridade entre rapazes e raparigas nesse nível de ensino, representação das mulheres no processo de decisão, alguma redução da pobreza, cobertura de imunização e redução da propagação do VIH/SIDA.

Não obstante esses progressos, existe ainda uma ampla margem para boas notícias. Alguns domínios que deveriam ter sido objeto de atenção prioritária foram descurados, por exemplo o da malária, primeira causa de morte entre as crianças na África Subsariana e em muitos outros locais do mundo. Acresce que no que respeita à meta de frequência escolar não se teve em conta a necessidade da qualidade do ensino.

Ao longo da última década, África deu grandes passos na adoção de reformas político económicas que começam a produzir frutos. Essas perspectivas de sucesso futuro são, porém, vulneráveis a numerosos fatores que escapam ao controlo do continente africano, mas podem ser corrigidos por meio de um esforço de mobilização coletiva e de uma nova parceria internacional para o desenvolvimento. Embora algumas partes do continente continuem a debater-se com problemas de instabilidade política, esses casos são agora uma raridade e já não a regra. A nova agenda global para o desenvolvimento a acordar em 2015 constitui para a África um ensejo de reequacionar esses desafios e a nossa posição no mundo.

A transformação económica é uma prioridade particular no meu continente. Ajudar-nos-á a reduzir a nossa vulnerabilidade a choques sociais, económicos e ambientais, mas não é uma prioridade exclusiva de África. O recente processo de derrocada económica que mergulhou o mundo numa recessão, o alargamento do fosso entre ricos e pobres com as inerentes desigualdades que alimentam a agitação social, e o flagelo crescente do desemprego juvenil, bem como as ameaças

ambientais geradas por políticas económicas negativas, mostram claramente que a transformação é necessária em toda a parte, e não apenas em África.

Aquando da reunião do Painel de Alto Nível nomeado pelas Nações Unidas sobre o pós-2015 que teve lugar na Libéria em janeiro de 2013, subordinada ao tema geral “transformação económica”, identificámos seis áreas chave que considerámos dever integrar uma agenda de transformação: a prossecução de um crescimento inclusivo que reduza as desigualdade; a promoção da diversificação económica e da produção de valor acrescentado; a criação de um ambiente de estabilidade que propicie o florescimento do setor privado e do empreendedorismo; a necessidade de alterar os nossos padrões de produção e de consumo para proteger os nossos ecossistemas; a criação e o fortalecimento de instituições justas e transparentes; e, finalmente, a necessidade de criar oportunidades iguais para todos.

Hoje existem oportunidades capazes de tornar a transformação não só plausível, como muito acessível. Vivemos numa era em que a evolução tecnológica acelerada, potenciada de modo especial pela revolução da informação, está a aprofundar a integração da economia mundial, a mudar a estrutura do emprego, a criar novas oportunidades económicas para todos os países, a facilitar um crescimento verde e a habilitar muitos países de baixo rendimento a queimar etapas no processo de transformação económica.

Dispomos de meios e capacidades para efetuar mudanças. As consultas globais em curso sobre uma agenda de desenvolvimento para o pós-2015 constituem um bom augúrio para um mundo imbuído de uma visão comum, com responsabilidades e oportunidades partilhadas. África contribuirá para a criação de um mundo em que ninguém seja deixado para trás, em que todos tenham as mesmas oportunidades de prosperar, e um mundo em que mostremos respeito pelo ambiente que nos rodeia.

que vão da maior instabilidade financeira ao elevado nível e volatilidade dos preços dos produtos de base, das catástrofes naturais recorrentes ao descontentamento social e político generalizado, levam a que os avanços em matéria de desenvolvimento humano se encontram mais expostos a adversidades.

Centenas de milhões de pobres, marginalizados e outras pessoas desfavorecidas permanecem sobremaneira vulneráveis a choques económicos, violações de direitos, catástrofes naturais, doença, conflito e riscos ambientais. Se não forem identificadas e reduzidas de modo sistemático, essas vulnerabilidades crónicas são suscetíveis de pôr em causa a sustentabilidade do progresso em matéria de desenvolvimento humano por várias décadas. Os choques derivados de múltiplas causas são inevitáveis e amiúde imprevisíveis, mas a vulnerabilidade humana pode ser minorada por Estados com maior capacidade de resposta, políticas públicas de melhor qualidade e alteração das normas sociais.

- *A vulnerabilidade no ciclo de vida, a vulnerabilidade estrutural e insegurança pessoal são fontes determinantes de privação persistente - e devem ser consideradas para se garantir o desenvolvimento humano e a sustentabilidade do progresso.*

A concomitância de diferentes tipos de vulnerabilidade pode reforçar os fenómenos de privação persistente. As vulnerabilidades no ciclo de vida—da infância à terceira idade, passando pela juventude e idade adulta—são passíveis de afetar a formação de capacidades relacionadas com a vida. Investimentos inadequados em fases críticas da vida geram vulnerabilidade a longo prazo. De modo similar, as vulnerabilidades ligadas a contextos sociais geram comportamentos discriminatórios e criam barreiras estruturais ao exercício por indivíduos e grupos dos seus direitos e escolhas, perpetuando essas situações de privação. O receio de ver posta em causa a integridade física na vida quotidiana tem implicações mais fundas nos progressos e sua preservação.

A interseção ou concomitância de vulnerabilidades decorrentes da insegurança econômica, ambiental, física, de saúde e outras amplifica o impacto negativo nas liberdades e na capacidade de ação. É assim muito mais difícil aos indivíduos e às sociedades recuperar dos choques sofridos. As vias de recuperação e as políticas públicas têm de integrar medidas de reforço da resiliência e elementos de estabilização para responder e superar desafios futuros.

- *As políticas de combate à vulnerabilidade devem prevenir ameaças, promover capacidades e proteger os indivíduos, especialmente os mais vulneráveis.*

A maioria das vulnerabilidades continua a apresentar um caráter persistente - uma consequência da marginalização social, da insuficiência dos serviços públicos e outras falhas da ação política. A vulnerabilidade persistente é reflexo de profundas insuficiências nas políticas e instituições públicas, nas normas sociais e na oferta de serviços públicos, incluindo a discriminação passada e presente contra grupos em razão da raça, religião, gênero e outros elementos identitários. É igualmente reveladora da incapacidade ou indisponibilidade do Estado ou da sociedade para antecipar e proteger as pessoas vulneráveis contra choques externos severos, muitos dos quais previsíveis, ainda que não no seu impacto ou momento de ocorrência.

O reforço da resiliência requer, assim, o reforço da capacidade dos indivíduos, sociedades e países para reagirem aos reveses. As pessoas com capacidades essenciais insuficientes, nomeadamente no que toca à educação e saúde, são menos aptas ao exercício da sua vontade para viver uma vida que as realize. Acresce que as suas escolhas podem ser limitadas ou cerceadas por barreiras sociais e outras práticas de exclusão, que podem contribuir para arrearçar mais ainda o preconceito social nas instituições e políticas públicas. Instituições com capacidade de resposta e medidas de intervenção política eficazes podem gerar uma dinâmica sustentável no sentido de estimular as capacidades individuais e as condições sociais que reforcem a agência humana—tornando os indivíduos e as sociedades mais resilientes.

- *Assiste a todos o direito à educação, cuidados de saúde e outros serviços básicos. A concretização deste princípio de universalidade na prática exige*

atenção e recursos específicos, em particular para os pobres e outros grupos vulneráveis.

A universalidade deve nortear todos os aspetos das políticas nacionais - para assegurar que todos os grupos e sectores da sociedade têm oportunidades iguais. Esta premissa implica dispensar um tratamento diferenciado e seletivo aos setores mais carenciados ou historicamente desfavorecidos, mediante a afetação de um volume de recursos e serviços proporcionalmente maior aos pobres, aos excluídos e aos marginalizados a fim de aumentar as capacidades e as possibilidades de escolha de todos.

A universalidade é um poderoso meio para dar resposta direta à natureza incerta da vulnerabilidade. As políticas sociais que têm um objetivo universal protegem não só aqueles que enfrentam situações de pobreza e problemas de saúde ou desemprego no presente, como também os indivíduos e famílias que se encontram hoje em boa situação, mas podem vir a debater-se com problemas dessa índole em caso de adversidade. Além disso, asseguram determinadas capacidades básicas essenciais das gerações vindouras.

- *Uma proteção social universal forte não se limita a aumentar a resiliência individual - pode desenvolver também a resiliência da economia no seu conjunto.*

Quase todos os países em qualquer estágio de desenvolvimento têm possibilidades de garantir um nível básico de proteção social. Esse nível pode depois ser elevado progressivamente, à medida que vão dispondo de margem orçamental para o efeito. Um país de rendimento mais baixo pode começar por assegurar a prestação de serviços de educação e cuidados de saúde de base e, posteriormente, alargar a sua ação social a programas de transferência de rendimentos ou proteção laboral de base. Um país de rendimento mais elevado que já disponha de bons sistemas de educação e cuidados de saúde de base e de programas de transferência condicionada de rendimentos pode alterar os critérios de elegibilidade para efeitos de seguro de desemprego de modo a abranger populações tradicionalmente excluídas, como os trabalhadores agrícolas ou do serviço doméstico, ou estender aos pais os regimes de licença parental.

O propósito de assegurar oportunidades de conseguir um emprego gratificante a todos os adultos que procuram colocação deve ser assumido como um objetivo universal, tal como a educação ou os cuidados de saúde

- *O pleno emprego deve ser um objetivo político das sociedades em qualquer nível de desenvolvimento.*

Quando um emprego é ou um desiderato inatingível ou muito mal remunerado, isso constitui uma grande fonte de vulnerabilidade com repercussões duradouras para os indivíduos e suas famílias e comunidades. É tempo de reconhecer que a oportunidade de ter um emprego digno constitui um aspeto fundamental do desenvolvimento de capacidades humanas e tempo, também, de encarar o pleno emprego como uma política social inteligente e eficaz. O propósito de assegurar oportunidades de conseguir um emprego gratificante a todos os adultos que procuram colocação deve ser assumido como um objetivo universal, tal como a educação ou os cuidados de saúde. O pleno emprego deve ser um objetivo consensual da sociedade, não por mera questão de justiça social e produtividade económica, mas por ser um elemento essencial de coesão social e da dignidade humana fundamental.

O trabalho digno, prestado contra o pagamento de um salário razoável e com a concessão formal de um contrato que previne o despedimento abrupto e é fonte de direitos em sede de segurança social, pode reduzir enormemente a vulnerabilidade do assalariado, ainda que tal efeito seja menor em situações de recessão. A necessidade de reduzir a vulnerabilidade do emprego reveste-se, pois, de enorme importância no plano da redução da vulnerabilidade humana em geral. Trata-se, contudo, de uma tarefa manifestamente difícil. A importância da garantia do pleno emprego e da dignidade é há muito reconhecida, mas o desemprego e o subemprego em grande escala persistem na maioria dos países.

- *Os efeitos das crises, quando ocorrem, podem ser mitigados por meio de esforços de preparação e de recuperação que podem igualmente tornar as sociedades mais resilientes.*

A eclosão súbita de riscos e crises, de catástrofes naturais a conflitos violentos, é uma ocorrência frequente, com efeitos devastadores para o progresso em matéria de desenvolvimento humano. O desenvolvimento de capacidades de preparação e recuperação pode habilitar as comunidades a enfrentar esses choques com menores perdas de vidas e recursos e servir de base a uma recuperação mais rápida. Esforços

de reforço da coesão social em áreas de conflito podem levar, a longo prazo, a reduções do risco de conflito, enquanto sistemas de alerta rápido e instituições com capacidade de resposta atenuam os impactos das catástrofes naturais.

- *As vulnerabilidades são cada vez mais globais na sua origem e impacto, requerendo ação coletiva e melhor governação internacional.*

A poluição, as catástrofes naturais, os conflitos, as alterações climáticas e as crises económicas não conhecem fronteiras políticas e não podem ser geridos exclusivamente pelos governos nacionais. As instituições globais fragmentárias de hoje não são suficientemente ágeis e sujeitas ao dever de prestar contas para darem resposta aos problemas globais urgentes com que o mundo se defronta. Uma melhor coordenação e, talvez, instituições melhores são necessárias para amortecer os choques transnacionais e dar resposta com urgência às alterações climáticas, no quadro da agenda pós-2015. Uma governação global mais forte e mais responsável e representativa é condição essencial de uma ação global mais eficaz. Muito pode ser feito no sentido de melhorar as respostas global e nacionais às crises, de prevenir a respetiva ocorrência e de reduzir a sua magnitude.

- *É necessário um esforço global tendente a assegurar que o processo de globalização avance e proteja o desenvolvimento humano - a aplicação de medidas nacionais tornar-se-á mais fácil se existirem compromissos globais e estiver disponível apoio global.*

Um consenso internacional em matéria de proteção social universal abriria espaço no plano nacional para a prossecução de políticas tendentes à prestação de melhores serviços destinados a todas as pessoas, minorando o risco de um movimento global de «nivelamento por baixo». Os elementos de um Contrato Social global consagrariam o direito de todos à educação, cuidados de saúde e um emprego digno e a ser ouvido sobre o seu próprio futuro. A agenda global deve procurar abordar a questão da vulnerabilidade e aumentar a resiliência em termos alargados. Independentemente de se prosseguirem tais fins em sede de definição de novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ou no quadro mais vasto do debate do horizonte pós 2015, um compromisso internacional formal contribuiria para garantir uma ação universal.

“Os direitos humanos não são violados apenas pelo terrorismo, a repressão ou o assassinato, as estruturas económicas injustas que geram enormes desigualdades também os violam”

Papa Francisco

1.

Vulnerabilidade e desenvolvimento humano



“Desenvolvimento humano é o processo de alargamento das escolhas dos indivíduos. As mais cruciais consistem em viver uma vida longa e saudável, adquirir conhecimentos e gozar um nível de vida decente.”

—*Relatório do Desenvolvimento Humano 1990 (PNUD 1990)*¹

“Vulnerabilidade não é o mesmo que pobreza. Não significa estar carente ou necessitado mas sim indefeso, inseguro e exposto a múltiplos riscos, choques e stress.”

—Robert Chambers (2006)²

Domingo, 26 dezembro de 2004, um terremoto ao largo de Sumatra desencadeou uma das piores catástrofes da História. Cerca de 230 000 pessoas em 14 países morreram, com danos incalculáveis para os meios de subsistência e as comunidades. Quase uma década mais tarde, muitas pessoas continuam a lutar para recuperar as suas vidas.

Os choques negativos podem ter várias origens. As alterações ambientais podem provocar catástrofes naturais, como inundações e secas. Os choques económicos podem levar à perda de empregos devido à recessão ou à degradação das condições comerciais. Os choques em matéria de saúde podem gerar uma redução dos rendimentos – bem como um aumento das despesas médicas – dos agregados familiares. As guerras e os conflitos civis podem ter impactos perversos e duradouros sobre o desenvolvimento humano.

Evitar as catástrofes é uma forma de reduzir a vulnerabilidade. A abordagem geral às alterações climáticas ou a organização dos sistemas financeiros globais podem ser extremamente importante para a redução da frequência e da magnitude dos choques. Quando a prevenção não é possível, os efeitos podem ser atenuados através do reforço das capacidades de resposta e da preparação. As catástrofes naturais não podem ser evitadas, mas os sistemas ambientais e a atividade sísmica podem ser monitorizados, e os sistemas de alerta precoce podem salvar vidas. Quando o vulcão Eyjafjallajökull entrou em erupção na Islândia, em 2010, não houve perdas de vidas: a monitorização contínua da atividade sísmica permitiu um alerta precoce, o que possibilitou acionar serviços de salvamento e planos de emergência destinados a evacuar a população local durante a noite, e, simultaneamente, encerrar o espaço aéreo em cerca de 20 países. Quando o ciclone Phailin atingiu a Índia, em outubro de 2013, o número de mortos foi inferior

a 50, graças a sistemas de rastreio de tempestades globais e à evacuação atempada de um milhão de pessoas; em contrapartida, da vez anterior que um ciclone de semelhantes proporções atingiu a região, em 1999, registaram-se 10 000 mortes.³

A vulnerabilidade pode também ser reduzida reforçando a resiliência tanto entre as pessoas como nas comunidades. Alguns aspetos do reforço da resiliência passam pela resposta a ameaças específicas, como por exemplo alterar as leis de utilização dos solos para evitar que as pessoas vivam em zonas propícias a inundações. Outros são mais sistémicos e de mais longo prazo, e consistem em dotar as pessoas e as sociedades de competências para enfrentar e recuperar de numerosos e variados choques. A coesão social pode afetar profundamente diferentes aspetos da vida, desde a recuperação de catástrofes até à qualidade da governação. A educação e o investimento, sobretudo dirigidos aos mais jovens, podem contribuir para a capacidade de adaptação dos indivíduos no caso de uma crise financeira ou catástrofe natural pôr em causa os seus meios de subsistência. Por outro lado, a proteção social e instituições com capacidade de resposta podem assegurar que aqueles que precisam de ajuda a recebam na justa medida, diminuindo assim os impactos adversos suscetíveis de transitar para as gerações futuras.

A *vulnerabilidade humana* prende-se com a perspetiva de erosão das conquistas do desenvolvimento humano e da sua sustentabilidade. Uma pessoa (ou comunidade, ou país) é vulnerável quando existe um risco elevado de uma futura degradação das circunstâncias e das conquistas alcançadas. Claro que vivemos todos num mundo pleno de incertezas, e talvez nunca venha a ser possível reduzir esses riscos a zero. Todos nós, ricos ou pobres, somos vulneráveis até certo ponto. Contudo, o presente Relatório centra-se

Rumo à resiliência humana: conceitos e definições

A *Resiliência* é usada de diversas formas por diferentes disciplinas. Na Ecologia e nas Ciências Naturais, a resiliência era tradicionalmente entendida como uma propriedade que permite que um sistema recupere o seu estado anterior depois de sofrer um choque¹. O termo passou agora a ser interpretado, não sem alguma controvérsia, em termos mais dinâmicos. O Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas define resiliência como “a capacidade de um sistema e respetivos componentes para antecipar, absorver, acomodar ou recuperar dos efeitos de um evento perigoso de forma atempada e eficiente.”² A resiliência social, um conceito afim, é definida como a capacidade dos indivíduos ou grupos para garantir resultados favoráveis em novas circunstâncias e, se necessário, por meios diferentes.³

Dada a sua origem no estudo dos sistemas naturais e da engenharia, a resiliência, como tradicionalmente definida, não tem em devida conta o empoderamento e a agência humana ou as conotações de vulnerabilidade relacionadas com o poder.⁴ Um grupo ou comunidade pode ser resiliente à custa de outro grupo.⁵ As avaliações da resiliência dos sistemas devem ter em consideração as possíveis compensações e assimetrias entre os diferentes grupos e indivíduos dentro do sistema.

A abordagem do desenvolvimento humano à resiliência centra-se nas pessoas e respetivas interações, onde o poder e a posição social constituem fatores importantes. A resiliência tem de ser reforçada a nível tanto dos indivíduos como

da sociedade, no que se refere às suas capacidades individuais e às suas competências sociais.

A resiliência promove também uma melhor compreensão dos sistemas, a interação dos componentes e os ciclos de ação/reação envolvidos. É importante ter em consideração a estrutura e a lógica interna dos sistemas, sobretudo porque alguns sistemas podem ser eles próprios fontes de vulnerabilidade.⁶ Pode igualmente ser útil para compreender o resultado da interação dos diferentes componentes do sistema e a forma como a sua interação pode provocar consequências inesperadas ou imprevisíveis.⁷ Por exemplo, um estudo sobre catástrofes climáticas deveria incluir as dinâmicas rural/urbana e migratória. Embora a maioria das pessoas seja vulnerável até um certo ponto, o presente Relatório visa os indivíduos especialmente vulneráveis a uma degradação grave do seu bem-estar e desenvolvimento humano. A redução do desenvolvimento humano provocada pelos choques depende da capacidade de resposta e ajustamento aos mesmos, e essa capacidade de resposta e de adaptação pode ser chamada resiliência humana. A vulnerabilidade pode ser reduzida através da prevenção contra choques ou do reforço da resiliência a nível quer individual quer comunitário. Dadas as nossas estruturas sociais, algumas pessoas enfrentam escolhas e capacidades limitadas. A resiliência humana implica a remoção das barreiras que retiram às pessoas a sua liberdade de ação e implica também permitir que os grupos desfavorecidos e excluídos expressem as suas preocupações, sejam ouvidos e sejam agentes ativos na construção dos seus destinos.

Notas

1. Holling 1973; Miller e outros 2010. 2. IPCC 2012, p. 2.3. Hall e Lamont 2013. 4. Cannon e Muller-Mahn 2010. 5. Por vezes, as famílias e as comunidades só conseguem reforçar a sua resiliência à custa do seu próprio bem-estar ou autoestima; ver Béné e outros 2012. 6. Stiglitz e Kaldor 2013a. 7. Gallopin 2006

na possibilidade de degradação *grave* das circunstâncias, que pode levar as pessoas a viverem em condições de pobreza e miséria inaceitáveis, ou agravar as condições daqueles que já se encontram em situação de baixo desenvolvimento humano.

A redução do desenvolvimento humano provocada pelos choques depende da capacidade das pessoas para lidar com os mesmos, bem como da ajuda que podem eventualmente receber para o efeito. No presente documento, entende-se por *resiliência humana* (caixa 1.1) a capacidade de resposta ou adaptação das pessoas. A maioria das pessoas é resiliente até certo ponto, podendo, por exemplo, adaptar-se a choques de menor dimensão. Contudo, a capacidade de adaptação a choques maiores ou persistentes sem pesados sacrifícios e perda de desenvolvimento humano varia de acordo com as suas circunstâncias. O ajustamento necessário depende da natureza do choque e das condições de vida das pessoas afetadas. Os indivíduos que estão em melhores circunstâncias e têm mais facilidade de adaptação são mais resilientes.

O presente Relatório desenvolve duas grandes ideias, a saber, a vulnerabilidade das pessoas é

consideravelmente influenciada pelas suas capacidades e pelo seu contexto social; e a ausência de proteção das pessoas contra a vulnerabilidade é sobretudo consequência de políticas inadequadas e de instituições sociais pouco sólidas ou disfuncionais. Embora quase todos possam ser vulneráveis a certos eventos ou choques, o Relatório visa os indivíduos especialmente vulneráveis a mudanças nas circunstâncias pessoais e a choques externos com origem sobretudo em ameaças persistentes ou sistemáticas ao desenvolvimento humano, como, por exemplo, as alterações climáticas, a violência e as barreiras sociais que impedem as pessoas de exercer sua plena capacidade de ação.

O presente Relatório defende duas teses centrais: a de que o reforço e a proteção sustentável das escolhas e capacidades individuais, bem como das competências sociais são essenciais; e a de que as estratégias e as políticas de desenvolvimento humano devem assumidamente visar a redução da vulnerabilidade e o reforço da resiliência. Uma melhor compreensão da vulnerabilidade e da resiliência à luz de uma perspetiva multidimensional de desenvolvimento humano permite

uma análise mais aprofundada dos fatores e das políticas determinantes para que alguns indivíduos, comunidades ou países sejam mais resilientes a adversidades e reajam melhor às mesmas.

Nesse sentido, o Relatório procura responder a algumas perguntas fundamentais:

- Quem são os mais vulneráveis? Que grupos são inerente ou estruturalmente vulneráveis?
- Como pode a vulnerabilidade ser reduzida e a resiliência humana reforçada?
- Existem questões estruturais ou sistêmicas a abordar, nomeadamente a nível mundial, para que o progresso do desenvolvimento humano possa ser mais seguro?

Uma perspetiva de desenvolvimento humano

O presente Relatório assume uma perspetiva de desenvolvimento humano da vulnerabilidade, indo além da interpretação limitada de vulnerabilidade como exposição ao risco. Esta perspetiva realça o papel da capacidade das pessoas na mitigação das consequências adversas dos choques e ameaças persistentes. Por outro lado, revela fatores importantes subjacentes à vulnerabilidade, como, por exemplo, a exclusão e a discriminação, que não seriam evidentes numa abordagem apenas baseada no risco. As causas estruturais subjacentes à vulnerabilidade são cruciais para entender a razão por que alguns grupos e pessoas ficam sistematicamente em piores condições para responder a uma situação de catástrofe, ou mesmo para manter vidas seguras, livres de ameaças violentas.

Uma abordagem baseada no risco recomendaria políticas, por exemplo o recurso a seguros, para gerir esse risco. Embora essas políticas sejam importantes, uma abordagem de desenvolvimento humano aponta para um leque mais alargado de políticas destinadas a reforçar a capacidade dos indivíduos e das sociedades e sugere princípios fundamentais a seguir e incorporar em políticas específicas com vista à redução da vulnerabilidade e ao reforço da resiliência.

As populações com um desenvolvimento humano mais elevado, nomeadamente com boa saúde e educação, são mais resilientes do que as que sofrem de subnutrição, que não têm estudos e que, por conseguinte, estão em pior posição para mudar de atividade ou localização em reação a choques adversos. A posse de bens permite às pessoas

protegerem as suas capacidades básicas, utilizando esses ativos quando as circunstâncias se degradam. Porém, o contexto social e as relações de poder exercem uma enorme influência sobre a vulnerabilidade das pessoas. As minorias ou os indivíduos com deficiência, por exemplo, mesmo os saudáveis e com estudos, podem sentir-se vulneráveis se não puderem manifestar abertamente as suas preocupações, se o sistema político não os souber ouvir, ou se as instituições não lhes derem resposta. Da mesma maneira, a natureza dos riscos, sobretudo quando persistentes ou sistêmicos, gera determinadas vulnerabilidades. A subida do nível das águas do mar, por exemplo, representa um risco a longo prazo para as comunidades costeiras.

Para proteger o bem-estar ou minimizar perdas quando as circunstâncias mudam, as pessoas ou famílias podem realizar uma série de ajustamentos, incluindo mudar a sua localização, atividade ou despesas, e usar os seus ativos ou empréstimos. O conjunto de opções disponíveis depende das capacidades dos indivíduos, da posição social e da idade, bem como de vários outros fatores. Alguns grupos, como os pobres e quase pobres, podem não dispor de grandes poupanças ou bens a que recorrer. Quando a adversidade bate à porta, têm de recorrer a estratégias de resposta perniciosas, como, por exemplo, cortar na alimentação ou reduzir os gastos com a saúde e a educação das crianças⁴.

A resiliência humana significa que as pessoas podem exercer as suas escolhas segura e livremente, incluindo a confiança de que as oportunidades que têm hoje não serão perdidas amanhã. Embora a redução da vulnerabilidade ande muitas vezes de mãos dadas com o reforço da resiliência, esta é mais do que um simples espelho da vulnerabilidade. É possível reduzir a vulnerabilidade diminuindo a incidência de choques e ameaças, mas a resiliência da sociedade pode permanecer inalterada, a menos que sejam igualmente tomadas outras medidas. As políticas ativas com vista à construção da comunidade, à remoção das barreiras à expressão individual e ao reforço das normas destinadas a ajudar os mais necessitados, podem todas elas ser necessárias para reforçar a resiliência. Uma boa forma de caracterizar esta relação é dizer que se trata da transição “da vulnerabilidade para a resiliência.”

A vulnerabilidade das pessoas a choques específicos não depende apenas da sua própria resiliência, mas também da reação dos outros relativamente às pessoas que sofrem as adversidades. As instituições que podem prestar apoio às

A abordagem do desenvolvimento humano é incompleta se não incluir a vulnerabilidade e a resiliência na análise

vítimas de adversidades incluem uma vasta gama de instituições sociais e governamentais locais, nacionais e internacionais. As instituições sociais são aquelas em que as pessoas agem coletivamente. Estão excluídas as instituições com fins lucrativos e o Estado.⁵ As instituições sociais mais importantes incluem as redes familiares (incluindo as redes familiares mundiais), as organizações comunitárias e as organizações não-governamentais.

A solidez do apoio das instituições sociais depende das normas em vigor - por exemplo, até que ponto prestar ajuda durante a adversidade é considerado uma obrigação social - e das suas competências sociais e capacidade para prestar apoio.⁶

A abordagem do desenvolvimento humano é incompleta se não incluir a vulnerabilidade e a resiliência na análise. O progresso sustentado no desenvolvimento humano implica alargar as escolhas das pessoas e manter essas escolhas seguras. Durante algum tempo, o mundo experimentou avanços no desenvolvimento humano, porém esse avanço parece cada vez mais ameaçado pela incerteza e pela desigualdade persistente, e ainda pelas alterações climáticas. Para definir as políticas e as ações que poderão sustentar o progresso, torna-se necessário compreender a vulnerabilidade e a resiliência no seu sentido mais profundo. Esta realidade foi reconhecida no *Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) 1994* sobre a segurança humana. A segurança humana foi nessa altura definida como abarcando dois aspetos principais: “Significa, em primeiro lugar, segurança contra ameaças crónicas como a fome, a doença, a criminalidade e a repressão. E, em segundo lugar, significa proteção contra perturbações súbitas e dolorosas nos padrões de vida diária, em casa, no emprego, em comunidade e no ambiente que nos circunda.”⁷

No *RDH 1994* e, mais recentemente, de acordo com a Comissão Ogata e Sen de Segurança Humana, considera-se que um bom desempenho em termos de segurança humana implica simultaneamente conseguir um bom nível de desenvolvimento humano e uma segurança relativa das populações contra os riscos decorrentes da economia, da doença, da violência e da degradação ambiental.⁸ O Relatório deste ano, embora defendendo claramente a abordagem da segurança humana, coloca a ênfase principal na vulnerabilidade: nas ameaças à concretização do desenvolvimento humano e nas formas de as reduzir. Esta é uma forma de lidar mais diretamente com uma questão tão complexa,

sobretudo porque a abordagem da segurança humana já foi interpretada de variadíssimas maneiras desde 1994. Houve quem confinasse a segurança humana à segurança individual contra as agressões físicas,⁹ enquanto outros usaram o termo para abranger quase todos os aspetos do desenvolvimento.¹⁰ A nossa abordagem à vulnerabilidade é mais ampla do que a primeira interpretação, mas não tão vasta quanto a segunda. Engloba a vulnerabilidade a qualquer tipo de adversidade que possa ameaçar as capacidades e escolhas das pessoas.

A principal motivação subjacente a esta abordagem assenta na constatação de que, apesar dos progressos no desenvolvimento humano em muitos países e em muitos aspetos (Capítulo 2), a vulnerabilidade de muitas pessoas é elevada e talvez crescente. Verificou-se um aumento dos riscos naturais associados às alterações climáticas e das flutuações económicas associadas à globalização e à recessão do final da década de 2000. A insegurança relativamente ao emprego, em particular, parece ter vindo a aumentar nos países tanto ricos como pobres,¹¹ enquanto as ameaças de pandemias mundiais permanecem elevadas. Em algumas partes do mundo, sobretudo no Médio Oriente e em algumas regiões de África, a violência política constitui uma forte ameaça, enquanto os incidentes terroristas geraram um nervosismo mundial. Encontrar políticas que reduzam tais ameaças, aumentem a resiliência humana e protejam as pessoas contra os perigos que enfrentam constitui uma prioridade urgente na perspetiva de desenvolvimento humano.

Os conceitos de vulnerabilidade e resiliência dão um enorme contributo para a abordagem do desenvolvimento humano, tendo em conta não apenas o que já foi conquistado, mas também os riscos e incertezas. Através deles, podemos explorar as potenciais desvantagens de qualquer nível de desenvolvimento humano e conceber políticas com vista a protegê-lo e a conferir maior resiliência ao progresso. Numa perspetiva *dife-rente*, a tónica é colocada no desenvolvimento humano sustentável e seguro. Quando os indivíduos experimentam a vulnerabilidade e as suas vidas são persistentemente limitadas no rescaldo de um choque, as suas capacidades podem ser prejudicadas a longo prazo, e esse agravamento das condições, sobretudo para as crianças e as mulheres, podem ter consequências intergeracionais.

FIGURA 1.1

Quem é vulnerável a quê e porquê



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

Pessoas vulneráveis, mundo vulnerável

A vulnerabilidade, enquanto conceito, pode parecer excessivamente árida e abstrata. Afinal, a maioria das pessoas e das sociedades em diferentes níveis de desenvolvimento são vulneráveis em muitos aspetos a eventos e circunstâncias adversos, alguns dos quais não podem ser antecipados ou evitados. Hoje em dia, algumas fragilidades económicas minam o contrato social, mesmo em sociedades industrializadas avançadas, e nenhum país ou comunidade está imune aos efeitos a longo prazo das alterações climáticas. Todavia, a vulnerabilidade enquanto conceito pode tornar-se menos abstrata quando a análise recai sobre quem é vulnerável, a que é vulnerável e porquê (figura 1.1).

Quem é vulnerável?

Em princípio, todos somos vulneráveis a algumas adversidades ou circunstâncias, mas algumas pessoas são mais vulneráveis do que outras. A identificação de grupos vulneráveis a choques ou adversidades pode ser efetuada com base em limiares; permitindo assim proceder a uma medição. As pessoas são vulneráveis à pobreza se estiverem “abaixo, ou em risco de ficar abaixo, de um certo limiar minimamente aceitável de escolhas fundamentais em diversas dimensões, como, por exemplo, a saúde, a educação, os recursos materiais

e a segurança.”¹² Estes limiares são suscetíveis de variar de acordo com o nível de desenvolvimento.

A pobreza e a vulnerabilidade estão ligadas, são multidimensionais e, por vezes, reforçam-se mutuamente. Mas não são sinónimos. Enquanto a vulnerabilidade constitui geralmente um aspeto importante da pobreza, ser rico não significa não ser vulnerável. Tanto a pobreza como a vulnerabilidade são dinâmicas. Os ricos podem não ser vulneráveis sempre, ou por toda a vida, tal como alguns pobres podem não permanecer sempre pobres.

Contudo, os pobres são inerentemente vulneráveis porque lhes faltam capacidades básicas suficientes para o exercício da sua agência humana. Sofrem muitas privações. Não só carecem de bens materiais adequados, como também tendem a ter uma educação e uma saúde insuficientes e a sofrer deficiências noutras áreas. Da mesma forma, o seu acesso aos sistemas de justiça pode ser limitado.¹³ Tendem a ser intrinsecamente vulneráveis.

Os pobres já vivem abaixo do limiar crítico da pobreza. Se as pessoas são vulneráveis quando enfrentam um risco elevado de cair abaixo desse limiar, os pobres, já abaixo do limiar, são todos vulneráveis. Isto é verdade por definição, mas é mais do que apenas uma questão de definição. Qualquer pessoa carente do essencial para viver uma vida minimamente aceitável é verdadeiramente vulnerável.

Quase 2,2 mil milhões de pessoas são vulneráveis à pobreza multidimensional, incluindo 1,5 mil milhões que são multidimensionalmente

Os conceitos de vulnerabilidade e resiliência dão um enorme contributo para a abordagem do desenvolvimento humano, tendo em conta não apenas o que já foi conquistado, mas também os riscos e incertezas

pobres.¹⁴ Três quartos dos pobres do mundo vivem em zonas rurais, onde os trabalhadores agrícolas sofrem a maior incidência de pobreza, presos na armadilha da fraca produtividade, do desemprego sazonal e dos baixos salários.¹⁵ Em termos globais, 1,2 mil milhões de pessoas (22 por cento) vivem com menos de 1,25 dólares por dia. Se elevarmos a linha de pobreza para 2,50 dólares por dia, a taxa de pobreza mundial aumenta para cerca de 50 por cento, ou seja, para 2,7 mil milhões de pessoas.¹⁶ Ao deslocar a linha de pobreza desta forma, passa a estar incluído um grande número de pessoas potencialmente vulneráveis à pobreza e às dificuldades. Na Ásia do Sul, 44,4 por cento da população - cerca de 730 milhões de pessoas—vivem com 1,25 a 2,50 dólares por dia.¹⁷

Muitos dos que se juntaram recentemente à classe média poderiam facilmente voltar à pobreza com uma súbita mudança de circunstâncias. Em todo o mundo, a proporção dos pobres e dos multidimensionalmente pobres tem vindo a diminuir, mas isso não significa necessariamente que a sua vulnerabilidade tenha sido reduzida (capítulo 3). Uma percentagem considerável da população está perto do limiar da pobreza (os “quase pobres”), e a existência desse grupo implica que os choques idiossincráticos ou generalizados poderão facilmente fazer um grande número de pessoas regressar à pobreza. Mas a vulnerabilidade vai ainda mais longe. Os problemas de saúde, a perda de emprego, o acesso limitado a recursos materiais, as crises económicas e a instabilidade do clima contribuem, no seu conjunto, para a vulnerabilidade e a insegurança económica das pessoas, sobretudo quando os dispositivos de redução dos riscos não estão bem definidos e as medidas de proteção social e os sistemas de saúde não são suficientemente sólidos ou abrangentes. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), apenas um terço dos países do mundo, com cerca de 28 por cento da população total, fornecem uma proteção social global aos seus cidadãos.¹⁸ Com uma proteção social limitada, as crises financeiras podem dar rapidamente origem a profundas crises sociais.

A taxa de pobreza da Indonésia subiu drasticamente de 11 por cento para 37 por cento durante a crise financeira asiática no final da década de noventa.¹⁹ Da mesma forma, a crise financeira mundial de 2007-2008 deu origem a uma subida acentuada do número de trabalhadores pobres. A OIT estima um acréscimo de 50 milhões de trabalhadores pobres em 2011. Apenas 24 milhões

deles ultrapassaram a linha de pobreza de 1,25 dólares por dia entre 2007 e 2011, em comparação com 134 milhões entre 2000 e 2007.²⁰

O trabalho é uma das principais fontes de segurança das pessoas. O emprego fornece e mantém a subsistência, mas ainda mais importante para a redução da vulnerabilidade é o acesso a empregos dignos, com as necessárias proteções sociais. Na conjuntura atual, conjugaram-se diversas forças para tornar os empregos dignos mais difíceis de encontrar. Uma delas é a globalização, que, ao exercer pressão sobre os pactos sociais, reduziu alguns dos “amortecedores” nacionais integrados.²¹ A ela junta-se a forte crença na autocorreção dos mercados, nos mercados de trabalho especialmente flexíveis e nas políticas macroeconómicas mais centradas na estabilidade dos preços do que no pleno emprego. Quando a crise se instala, o aumento do desemprego e as proteções sociais limitadas ou até mesmo inexistentes fazem disparar a insegurança económica e a vulnerabilidade.

O reforço das capacidades - na saúde, na educação e no controle sobre os recursos - reduz a vulnerabilidade, pois fornece às pessoas ferramentas que lhes permitirão superar as ameaças quando e onde surgirem. No entanto, um nível mais elevado de capacidades pode não ser suficiente por si só: as mulheres podem sentir-se inseguras, independentemente da sua educação. As pessoas também não funcionam sozinhas: a forma como os indivíduos se relacionam entre si ou em grupo pode determinar a forma como é proporcionada proteção durante as crises. A forma como as pessoas e as comunidades reagem ao risco e às ameaças é influenciada, quer por normas e valores restritivos que descurem certos grupos (como as mulheres e as minorias), quer pela falta de coesão na sociedade que restrinja a ação coletiva. Existe igualmente um problema intrínseco de equidade: os riscos são geralmente maiores para os pobres do que para os ricos. Os pobres e os países pobres estão particularmente sujeitos à vulnerabilidade. Enfrentam choques maiores, são menos adaptáveis e recebem menos compensações (ou nenhuma) quando ocorrem crises.

Vulnerabilidade a quê?

Que riscos enfrentam as pessoas e as sociedades, e o que mudou nos últimos anos para fazer com que as pessoas se sintam mais vulneráveis (caixa 1.2)? Alguns analistas afirmam que determinados

Com uma proteção social limitada, as crises financeiras podem dar rapidamente origem a profundas crises sociais

Choques e ameaças ao desenvolvimento humano

As ameaças ao desenvolvimento humano têm diversas origens.¹

Riscos económicos

Milhões de famílias vivem vidas incertas e inseguras, enfrentando uma ameaça constante de choques contra o seu rendimento e bem-estar. Por falta de poupanças privadas, de ativos financeiros e de suficiente proteção por parte da política nacional, estes agregados estão expostos às crises financeiras e às catástrofes naturais. A insegurança económica pode ser elevada nos países em desenvolvimento, onde uma larga percentagem do emprego se encontra na economia informal, sem a cobertura de qualquer segurança social. O setor informal é responsável por 25 por cento a 40 por cento da produção anual nos países em desenvolvimento de África e da Ásia.² Contudo, a vulnerabilidade económica não é um problema apenas dos países em desenvolvimento. Devido à lenta recuperação da crise económica global, muitas pessoas nos países ricos continuam a enfrentar uma enorme insegurança. Em 2014, o desemprego previsto é de mais de 11 por cento em França, cerca de 12,5 por cento em Itália e perto de 28 por cento na Grécia e em Espanha, com taxas ainda mais elevadas entre os jovens: quase 60 por cento em Espanha.³

Desigualdade

As 85 pessoas mais ricas do mundo têm a mesma riqueza que os 3,5 mil milhões mais pobres.⁴ Entre 1990 e 2010, a desigualdade de rendimentos nos países em desenvolvimento aumentou 11 por cento.⁵ A desigualdade nas áreas da saúde e da educação tem vindo a diminuir, mas continua elevada, sobretudo em algumas regiões. A África Subsariana regista a desigualdade mais elevada na área da saúde, e a Ásia do Sul regista a desigualdade mais elevada na área da educação.⁶ A desigualdade constitui uma ameaça considerável para o desenvolvimento humano, sobretudo porque reflete a desigualdade de oportunidades.⁷ Para além de um certo limiar, prejudica o crescimento, a redução da pobreza e a qualidade da participação social e política.⁸ A desigualdade elevada reduz também o sentido comum de objetivos e facilita a procura da maximização dos lucros pelos grupos mais influentes.⁹ A procura da maximização dos lucros, dirigida no sentido de obter uma fatia maior do bolo em vez de aumentar o seu tamanho, distorce a afetação dos recursos e enfraquece a economia.¹⁰ A desigualdade impede o desenvolvimento humano no futuro, reduzindo o investimento nos serviços básicos e nos bens públicos, diminuindo a progressividade do sistema fiscal e aumentando a perspectiva de instabilidade política.¹¹ A desigualdade elevada entre grupos não só é injusta, como também pode afetar o bem-estar e ameaçar a estabilidade política. Quando alguns grupos específicos são discriminados, os recursos e o poder não são distribuídos com base no mérito, pelo que as pessoas mais dotadas são postas de lado. Essa desigualdade entre grupos provoca insatisfação e sentimentos de injustiça.¹²

Riscos de saúde

Os choques em matéria de saúde podem estar entre os mais desestabilizadores para as famílias e para a sociedade, e a fome e a subnutrição crescem ao elevado risco das ameaças para a saúde relacionadas com a pobreza. Na Índia, o pagamento dos cuidados de saúde tornou-se uma das principais fontes de empobrecimento para os pobres e até mesmo para a classe média. Os problemas

de saúde do chefe de família podem conduzir e manter os agregados familiares numa situação de pobreza.¹³ Dados recentes indicam que mais de 40 por cento dos doentes hospitalizados têm de pedir dinheiro emprestado ou vender bens, e perto de 35 por cento caem na pobreza devido ao pagamento dos cuidados de saúde recebidos.¹⁴ De notar os fatores que tornam vulnerável a vida de todos, não só a dos pobres: a epidemia de VIH/SIDA, a propagação acelerada da malária e da tuberculose, a rápida disseminação da dengue e da gripe suína e as crescentes ameaças de bioterrorismo.

Ambiente e catástrofes naturais

Os riscos globais ligados ao ambiente e às alterações climáticas parecem estar a intensificar-se. As alterações climáticas provocarão mais secas em regiões áridas, bem como furacões, tornados e outros fenómenos climáticos extremos mais frequentes e mais intensos. Ocorrerá também um aumento dos níveis da água do mar, inundações, escassez de água em regiões cruciais, migrações ou extinção de espécies animais e vegetais e ainda acidificação dos oceanos.¹⁵ Outras ameaças ambientais decorrem de uma industrialização intensa e de uma rápida urbanização. Em todos os países surgem problemas crescentes de escassez de água, de má qualidade do saneamento, de terras degradadas, de erosão do solo, de poluição atmosférica e de ameaças à biodiversidade. As alterações climáticas juntam-se à variação dos rendimentos agrícolas e à insegurança dos meios de subsistência que dependem dos ecossistemas.¹⁶ Por exemplo, as comunidades pastorícias no Níger ocidental sofreram os efeitos da seca prolongada combinada com o sobrepastoreio, provocando a conversão da floresta aberta com gramíneas perenes num mosaico de terra nua e arbustos inúteis.¹⁷

Insegurança alimentar

A elevada volatilidade dos preços e o abastecimento alimentar são particularmente preocupantes, dado o seu considerável impacto para as populações e países pobres. Após a crise económica mundial de 2008, a subida vertiginosa dos preços dos alimentos e a recessão retardaram a redução da fome no mundo, que afeta 842 milhões de pessoas, segundo a estimativa de 2012 da Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas.¹⁸ Este facto mostra muito claramente a inadequação dos esforços mundiais para a eliminação da fome e a redução das privações de forma mais alargada.

Insegurança física

Os conflitos e as guerras infligem choques na sociedade e na segurança humana. Os surtos de violência local, os ataques de grupos terroristas, as batalhas entre gangues de rua e os protestos que se transformam em violência ameaçam fortemente as vidas e os meios de subsistência. A violência criminoso e doméstica aumenta a insegurança pessoal. A Organização Mundial de Saúde estima que cerca de 4 400 pessoas morrem todos os dias devido a atos intencionais de violência.¹⁹ Das cerca de 1,6 milhões de pessoas que morreram de violência em 2000, quase metade resultou de suicídios, praticamente um terço de homicídios e um quinto de situações relacionadas com a guerra (a maioria homens). Em alguns conflitos, os civis são visados e mutilados como estratégia deliberada para desmoralizar as comunidades e destruir as suas estruturas sociais. As violações são muitas vezes expressão de poder e brutalidade contra as comunidades.²⁰

Notas

Para uma lista exaustiva e uma cobertura total, ver Fórum Económico Mundial (2014). 2. Banco Mundial (n.d.). 3. OCDE 2013d.f. 4. Fuentes-Nieva e Galasso 2014. 5. PNUD 2014. 6. Dados do GRDH (ver tabela 3 do Anexo Estatístico). 7. Esta desigualdade decorre de fatores e circunstâncias fora do âmbito da responsabilidade individual, tais como raça e nível socioeconómico. Ver Roemer (1993) e Van de Gaer (1993). 8. PNUD 2014. 9. Trata-se também de um resultado desse comportamento, uma vez que a procura da maximização dos lucros redistribui recursos dos que estão na base para os que estão no topo da pirâmide. 10. Stiglitz 2012b. 11. Pineda e Rodríguez 2006b; Bénabou 2000; Alesina e outros 1996. 12. Stewart, Brown e Mancini 2005. 13. Narayan e Petesch 2007. 14. Raman e Björkman 2000. 15. IPCC 2013. 16. PNUD 2011a, 2012a. 17. Sinclair e Fryxell 1995; Tshimpanga 2011. 18. FAO, FIDA e PAM 2013. 19. Krug e outros 2002b. 20. Krug e outros 2002a.

O investimento, o comércio e o crescimento económico foram alimentados por um sistema mundial altamente integrado, porém quando as cadeias de abastecimento mundiais são interrompidas, é afetado um número muito mais elevado de pessoas do que no país de origem do choque

riscos parecem estar a intensificar-se, sobretudo os relacionados com o ambiente e as alterações climáticas e com a crescente interligação entre os países, o que põe em causa o poder das políticas nacionais.²² Com o aquecimento global, a vulnerabilidade torna-se mais grave em resultado da instabilidade climática, que se reflete na mudança dos padrões climáticos e na maior frequência e intensidade das catástrofes naturais. Como destaca o *RDH 2012*, essas ameaças crescentes afetam mais os pobres e as comunidades pobres: 98 por cento das pessoas que morreram ou foram afetadas por catástrofes naturais pertencem a países em desenvolvimento.²³ Em 2025, mais de metade das pessoas dos países em desenvolvimento pode ser vulnerável a inundações e tempestades.²⁴ Além disso, as ameaças de alterações ambientais estão a tornar-se crónicas, como o ilustram as décadas de seca no Sahel.²⁵ Além disso, os sistemas ambientais estão cada vez menos resilientes, como ficou patente com o reduzido valor de regeneração dos incêndios florestais nos Estados Unidos.

A vulnerabilidade e as ameaças crescentes atravessam fronteiras²⁶. Os choques naturais, financeiros e outros num país podem ter um alcance global, pondo em risco o progresso do desenvolvimento em comunidades e países em todo o mundo. A instabilidade financeira internacional, as pandemias regionais, as catástrofes relacionadas com o clima, os conflitos armados e os fracassos na imposição de normas e padrões internacionais têm frequentemente uma relação direta com as capacidades individuais e as competências sociais em todo o mundo.

As vulnerabilidades transfronteiriças não são novidade. As comunidades e os indivíduos, as organizações e as empresas sempre foram ameaçados por eventos externos perturbadores, como, por exemplo, catástrofes naturais e provocadas pelo homem, expansões e contrações económicas e doenças transmissíveis. Todavia, a maioria concordará que as redes de conectividade entre comunidades díspares nunca foram tão grandes como atualmente. O resultado é uma forma profunda e inteiramente nova de interdependência, em que as ações de cada ser humano têm o potencial de afetar as oportunidades de vida de outras pessoas em todo o mundo, bem como as das gerações futuras.

O investimento, o comércio e o crescimento económico foram alimentados por um sistema mundial altamente integrado, porém os choques podem ser contagiosos. Quando as cadeias de abastecimento mundiais são interrompidas,

é afetado um número muito mais elevado de pessoas do que no país de origem do choque, como aconteceu com o terremoto e o *tsunami* de Tohoku, em 2011. A crise financeira asiática de 1997 teve consequências devastadoras na região e para além dela. As falências bancárias de 2008 em Nova Iorque abalaram as capitais financeiras de todo o mundo e provocaram uma recessão global que ainda se arrasta, com efeitos a longo prazo. Os países e as populações estão pouco capacitados para reagir a choques mundiais, e algumas das respostas políticas adotadas até agora parecem estar a gerar novas vulnerabilidades²⁷.

Um mundo interligado também cria a procura a nível mundial de trabalhadores com competências diferentes. Essa criação de emprego é positiva e, geralmente, melhora a vida das pessoas. Hoje em dia, existem mais de 200 milhões de migrantes em todo o mundo, uma comunidade em geral vulnerável com proteções formais limitadas. Muitos migrantes, se não a maioria, possuem direitos precários e enfrentam futuros incertos. Têm de conciliar a perda da dignidade, a rutura das famílias e até mesmo o potencial de violência com a perspetiva de ganharem mais.

Em todo, os indivíduos estão cada vez mais interligados, uma situação facilitada pelas redes sociais. Graças ao Facebook e ao Twitter, as recém-interligadas comunidades trocam ideias e conhecimentos de uma forma inimaginável há apenas alguns anos atrás. Contudo, como observou o *RDH 2013*, muitas pessoas - sobretudo os jovens, que possuem mais educação e são mais esclarecidos no que respeita às redes sociais - têm vindo a pressionar no sentido de obter empregos melhores e mais seguros e de ser tratados com dignidade. Desafiam os governos em todo o mundo a melhorar o seu desempenho. Trata-se claramente de um motor de mudança, mas, como mostram os últimos anos, as mudanças sociais e políticas podem gerar situações instáveis, ou até mesmo conflitos, se não forem bem geridas.

Os motivos da vulnerabilidade

O presente relatório analisa a vulnerabilidade sistémica e geral, que reduz a capacidade dos indivíduos para gerir a própria vida e enfraquece as fundações da sociedade. Debruça-se sobre os grupos de pessoas que são estruturalmente mais vulneráveis e tenta apresentar os motivos subjacentes. Além disso, desenvolve o conceito das capacidades

de vida, analisando a forma como a vulnerabilidade se vai alterando ao longo de um ciclo de vida. Esta abordagem do ciclo de vida aponta para períodos de transição sensíveis, em que é necessário apoio e visa avaliar a interação entre as vulnerabilidades e o seu agravamento com a idade.

A vulnerabilidade estrutural tem por base a posição das pessoas na sociedade – género, etnia, raça, tipo de trabalho ou estatuto social - evoluindo e persistindo por longos períodos de tempo. Para se poder ter uma compreensão cabal desse tipo de vulnerabilidade é preciso reconhecer que pessoas com capacidades iguais podem no entanto enfrentar barreiras diferentes atendendo a quem são, onde vivem ou o que fazem.

Os pobres são um desses grupos estruturalmente vulneráveis, contudo, não são o único grupo que pode ser classificado nestes termos. A discriminação política e económica é transversal a países com níveis diferentes de Índice do Desenvolvimento Humano. Os grupos minoritários e socialmente excluídos sofrem uma elevada desigualdade horizontal e, muitas vezes, são igualmente alvo de discriminação no acesso ao emprego, à justiça e aos serviços.²⁸ O Projeto Minorias em Risco identifica mais de 283 grupos minoritários em mais de 90 países com níveis variados de exclusão política e económica, que vão desde a negligência à repressão.²⁹ Os povos indígenas, em particular, sofrem de fraca proteção dos direitos de propriedade,³⁰ expondo-os ao risco de expropriação e exploração.

As pessoas experimentam grandes vulnerabilidades com origem em inseguranças em matéria económica, ambiental, física, de saúde e outras. A sobreposição das vulnerabilidades estruturais pode ampliar substancialmente o impacto negativo sobre as liberdades e a capacidade de ação. Vejamos os idosos: o envelhecimento implica uma maior probabilidade de incapacidade. Mais de 46 por cento das pessoas com 60 anos ou mais em todo o mundo vivem com uma deficiência.³¹ Quando as vulnerabilidades se sobrepõem, os indivíduos consideram muito mais difícil recuperar dos choques vividos, ou converter as novas oportunidades em capacidades. As famílias pobres, em particular, manifestam receio de perder o emprego ou de não encontrar outro, de um filho adoecer, de não poder suportar a escola dos filhos e de enfrentar uma perda de dignidade. Estas vulnerabilidades resultam em disparidades generalizadas e persistentes nas capacidades dos grupos excluídos e nos indicadores do seu

bem-estar. Por exemplo, embora os povos indígenas representem cerca de 5 por cento da população mundial, correspondem a 15 por cento dos pobres de todo o mundo e a 33 por cento dos que vivem em situação de extrema pobreza nas zonas rurais em todo o mundo.³² Além disso, em muitas regiões, a exclusão política restringe a voz das mulheres, bem como a sua capacidade de influenciar as leis e as políticas que afetam as suas vidas. Só em Cuba e no Ruanda a proporção de mulheres no parlamento corresponde à sua percentagem da população.³³

Estas vulnerabilidades não são uniformemente distribuídas ao longo do ciclo de vida. Fazem-se sentir com maior incidência até à primeira infância, quando a suscetibilidade à doença, à rutura social e às carências a nível da aprendizagem e da alimentação é maior. Os cuidados de saúde de qualidade e os estímulos intelectuais precoces podem proporcionar à criança um caminho de vida mais profícuo no que se refere ao desenvolvimento das suas capacidades humanas. A adolescência apresenta oportunidades e vulnerabilidades nas esferas social e educacional e na saúde física e psicológica. Os idosos dependem de quem cuida deles, de serviços públicos acessíveis e, muitas vezes, de ajuda económica. O conceito de ciclo de vida ou de capacidades de vida engloba essas transições cruciais e o que implicam nas políticas destinadas a reduzir as vulnerabilidades.

Escolhas e capacidades

A vulnerabilidade reflete as ameaças às escolhas e às capacidades. Se o desenvolvimento humano consiste num alargamento das escolhas, a vulnerabilidade humana decorre essencialmente de uma restrição das escolhas cruciais para o desenvolvimento humano: escolhas em matéria de saúde, de educação, de controlo sobre os recursos materiais e de segurança pessoal.

Os indivíduos tendem a sentir-se mais vulneráveis quando dispõem de poucas opções e menos certas. As mulheres economicamente independentes tendem a ser menos vulneráveis do que as que dependem de outros para o seu sustento. Da mesma forma, os trabalhadores analfabetos e não qualificados são mais vulneráveis do que as pessoas com mais educação, pois possuem menos opções de trabalho. As famílias profundamente endividadas tendem a ser mais vulneráveis à exploração e menos capazes de se proteger na adversidade.

Se o desenvolvimento humano consiste num alargamento das escolhas, a vulnerabilidade humana decorre essencialmente de uma restrição das escolhas cruciais para o desenvolvimento humano

As escolhas dependem das capacidades. As capacidades de um indivíduo—tudo o que uma pessoa pode fazer ou ser—determinam as suas escolhas. As pessoas são vulneráveis quando não dispõem de capacidades básicas suficientes, uma vez que isso limita consideravelmente a sua capacidade de agência humana e as impede de fazer o que valorizam ou de fazer face a ameaças.

A vulnerabilidade é multifacetada e dinâmica. Abordar exclusivamente a vulnerabilidade económica, definida de forma estrita como rendimentos baixos e irregulares, não é suficiente. Pelo contrário, abordar a vulnerabilidade humana na perspetiva das capacidades, escolhas e liberdades, torna possível analisar toda a gama de vulnerabilidades. A privação de rendimento não é, claramente, a única fonte de vulnerabilidade. Uma pessoa com um rendimento elevado, mas que não tem oportunidade de participar politicamente, não é pobre no sentido usual, mas pode ser altamente vulnerável à discriminação e à negligência. Da mesma forma, um rico pode ser vulnerável a ataques violentos, mas os recursos de que dispõe podem reduzir a sua vulnerabilidade, uma vez que as pessoas mais ricas podem proteger-se melhor contra diversas adversidades.

Os desempregados com direito a beneficiar da segurança social ou de subsídios de desemprego podem ser menos vulneráveis à perda de rendimento, embora o desemprego tenha outros efeitos graves para as suas vidas. Comprovadamente, o valor de um emprego excede claramente o dos salários auferidos,³⁴ pelo que o desemprego não afeta apenas a perda de rendimento.

Os seus efeitos incluem os danos psicológicos (como, por exemplo, perda de motivação para o trabalho e de autoconfiança), o desgaste das competências, o aumento dos problemas e das doenças (chegando à morte), as perturbações nas relações familiares e na vida social e a exclusão social.³⁵

Ao abordarmos a vulnerabilidade no contexto das capacidades e das escolhas estamos a centrar a nossa atenção na importante relação que se estabelece entre a vulnerabilidade humana, as diferenças pessoais, as diversidades ambientais, as variações sociais, as perspetivas relacionais e a distribuição de recursos dentro das famílias. A vulnerabilidade pode depender da idade da pessoa, do género, dos papéis sociais, da localização, da atmosfera epidemiológica e de outras variações sobre as quais há pouco ou nenhum controlo.³⁶

A idade e a deficiência, em particular, constituem facetas importantes da vulnerabilidade. As crianças tendem a ser intrinsecamente mais vulneráveis. Perante uma fuga, uma inundação ou um furacão, são mais vulneráveis aos ferimentos e à morte do que os adultos. Da mesma forma, as pessoas idosas e as pessoas com deficiência que vivem em apartamentos de edifícios altos são mais vulneráveis em caso de incêndio do edifício do que os adultos e os jovens, que podem fugir com facilidade pelas escadas. Os jovens são mais vulneráveis aos comportamentos de alto risco, como, por exemplo, serem vítimas da sedução dos anúncios que promovam cigarros e álcool. Mesmo que os indivíduos possuam um rendimento ou uma educação semelhantes, a sua vulnerabilidade dependerá de poderem, ou não, participar na sociedade em igualdade de circunstâncias, independentemente da sua raça, religião ou etnia. Assim, a qualidade das instituições influencia a vulnerabilidade e a capacidade de lidar com as crises.

As ameaças tanto reais como percebidas afetam o comportamento. O receio de agressão violenta é especialmente preocupante para todas as mulheres. O termo *integridade física* confere um sentido concreto a essa vulnerabilidade.³⁷ Recorde-se a violação hedionda ocorrida em Deli em 2012, que fez manchete em todo o mundo e pôs em evidência o receio sentido pelas mulheres, no seu dia-a-dia, em muitas sociedades. Possuir educação ou um rendimento elevado não é o suficiente para superar uma ameaça à integridade física deste tipo.

Talvez nenhum outro aspeto da segurança humana seja tão vital para as pessoas como a sua segurança face à violência física, que pode inviabilizar o valor atribuído ao progresso humano. Mesmo na América Latina e nas Caraíbas, onde existe um desenvolvimento humano elevado, muitas pessoas temem que o progresso esteja a ser ameaçado por níveis crescentes de homicídios e outros crimes violentos. Em grande parte da África Ocidental e Central, os conflitos armados e a ausência de lei ameaçam inverter os ganhos de desenvolvimento humano, com repercussões a longo prazo para o progresso nacional.

Na vida dos pobres e dos socialmente excluídos a presença e a ameaça de violência são mais prováveis, afetam com maior probabilidade as mulheres nas suas escolhas e nas liberdades, bem como aqueles com menores recursos e capacidades para dirimir conflitos através da negociação. A violência é um exercício de poder que restringe

as escolhas e liberdades através de danos e ameaças físicas. É também um meio de impor o cumprimento de normas sociais e culturais.³⁸

Outra segurança essencial é a económica. No mundo de hoje, um grande número de pessoas receia a insegurança económica e teme não conseguir fazer face às despesas. Nos países em desenvolvimento, metade a três quartos dos empregos não agrícolas encontram-se na economia informal.³⁹ Na ausência de segurança no emprego e de proteção social, os trabalhadores informais levam vidas imprevisíveis e precárias, vulneráveis a abusos e corrupção, muitas vezes cometidos pelas autoridades civis e responsáveis pela aplicação da lei que, ao invés, os deveriam proteger. Nos países desenvolvidos, os impactos da crise financeira global perduram. A Grécia, a Irlanda e Itália ainda têm de recuperar da crise económica de 2008.⁴⁰ Os Estados Unidos podem ter recuperado em grande parte o crescimento do seu PIB, contudo muitos indivíduos permanecem no desemprego de longa duração.⁴¹ Toda uma geração de jovens enfrenta um futuro de elevada insegurança tanto ao nível financeiro como da empregabilidade.⁴²

A segurança económica e a segurança pessoal estão interligadas. As pessoas sentem-se seguras quando têm empregos que garantem boa proteção social e quando estão confiantes no futuro. O pleno emprego reduz a criminalidade e aumenta o bem-estar geral.⁴³ Em contrapartida, o desemprego elevado gera incerteza e um sentimento de desespero. Da mesma forma, os tratamentos desiguais e as recusas de direitos há muito impostos contribuem para uma discriminação profunda dando origem, por vezes, a grupos ou comunidades que tentam corrigir as desigualdades de longa data por meios violentos. Na Índia, as estimativas variam entre um décimo e um terço dos distritos que possuem movimentos de insurreição ou lutas armadas conduzidas por grupos dissidentes como os naxalitas e outros grupos maoistas.⁴⁴ A desigualdade horizontal e os direitos fundamentais não satisfeitos são frequentemente as causas da violência de grupo.⁴⁵

Políticas e ação coletiva

A liberdade de viver uma vida que valorizamos, de gerir a nossa existência de forma adequada, é um aspeto central do desenvolvimento humano. Possuir maiores capacidades, especialmente no que

respeita à educação, promove a agência humana — a capacidade das pessoas de fazerem escolhas. Trata-se de um tipo de liberdade — a liberdade de agir. Porém, dispor de maiores capacidades pode não ser suficiente. Uma agência humana plena pressupõe também que as pessoas estejam livres de constrangimentos sociais, institucionais e outros, que possam inibir a sua capacidade de agir. Embora o empoderamento seja fundamentalmente individual, pode usar-se a mesma analogia para as sociedades. Se a coesão social não for forte e existir fragmentação de natureza étnica ou outra, a capacidade de determinada sociedade para agir coletivamente face a acontecimentos adversos fica extremamente reduzida.

Tal como salientado anteriormente, o presente Relatório centra-se na vulnerabilidade profunda e sistêmica e procura estudar as políticas e as instituições sociais que capacitam as pessoas e permitem construir fundações mais sólidas para populações e sociedades mais resilientes. Não procura identificar soluções políticas que respondam a determinados riscos ou ultrapassar as insuficiências de sistemas específicos na gestão de riscos, tais como os que respondem a catástrofes naturais.

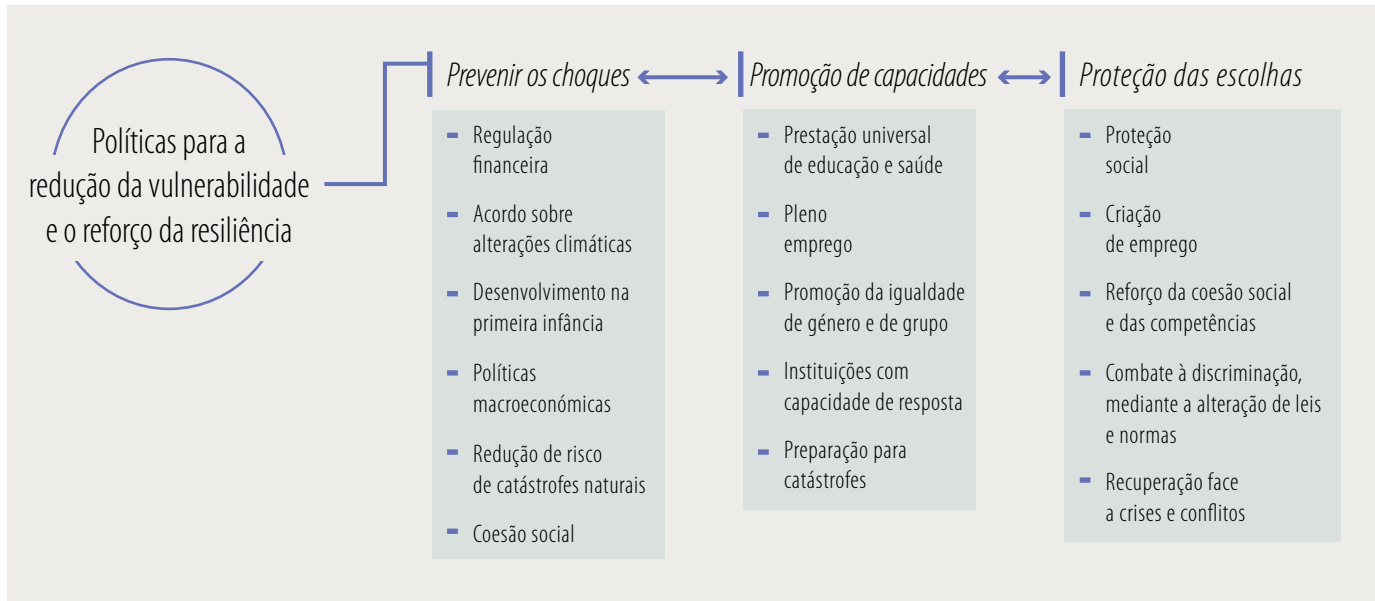
Cabe aos governos nacionais a principal responsabilidade na ajuda aos mais vulneráveis, especialmente quando outras instituições não conseguem fazê-lo, porém o desempenho dessa responsabilidade varia consideravelmente. Nas sociedades socialmente coesas, os governos e instituições sociais tendem a desempenhar um papel mais substancial.⁴⁶ Onde a coesão social é forte, as instituições sociais apoiam as pessoas vulneráveis. Em sociedades divididas, as instituições sociais conseguem prestar um apoio substancial no seio de determinado grupo, porém, não tanto de forma transversal aos diferentes grupos. O apoio internacional (oficial e não oficial) também é útil, trazendo financiamento e recursos, geralmente em resposta a grandes catástrofes, por exemplo, na sequência de *tsunamis*, furacões ou guerras.

As políticas nacionais e a ação internacional são interdependentes. Por vezes, as regras, normas e ações coletivas a nível mundial influenciam e determinam até o alcance e a eficácia das respostas nacionais às grandes crises, podendo inclusivamente chegar a produzir novas vulnerabilidades. Apesar de ter trazido bastantes benefícios — fomentando o investimento, o comércio e o crescimento económico — a existência de um sistema global integrado também exacerbou a vulnerabilidade. Os choques numa região do mundo — de origem

Talvez nenhum outro aspeto da segurança humana seja tão vital para as pessoas como a sua segurança face à violência física, que pode inviabilizar o valor atribuído ao progresso humano

FIGURA 1.2

Políticas para a redução da vulnerabilidade e o reforço da resiliência



Fonte: Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano.

financeira, natural ou outra—podem propagar-se rapidamente a outras regiões. Não existe, por enquanto, qualquer analogia, a nível mundial, com os contratos sociais implícitos que, em muitos dos países desenvolvidos e em alguns países em desenvolvimento, comprometem os Estados com a proteção do bem-estar das populações, por via da segurança social e dos subsídios de desemprego nas situações em que as circunstâncias económicas e sociais das pessoas são postas em causa.

A vulnerabilidade não afeta apenas os indivíduos, pode caracterizar igualmente comunidades, regiões e países. Alguns países sofrem mais, com choques mais significativos (económicos, ambientais e políticos) do que outros. Alguns países são mais resilientes do que outros — apresentando maior capacidade para manter o seu nível de desenvolvimento humano face a esses choques. À semelhança do que acontece com os indivíduos, os países pobres são geralmente mais vulneráveis do que os ricos, sofrem choques maiores e são menos resilientes. Em comparação com as populações dos países ricos, as dos países pobres tendem a ser mais vulneráveis, a possuir menos competências sociais e a ter governos com recursos mais limitados para as proteger das adversidades.

Os governos podem estar cientes destas questões, mas os mercados não, são cegos. É certo que o funcionamento dos mercados pode reduzir a

vulnerabilidade—aumentando a produção, o crescimento económico e os rendimentos—mas pode também claramente exacerbar as vulnerabilidades, negligenciando os bens públicos e a insegurança humana na sua procura pela eficiência e o lucro. Por conseguinte, é preciso que os mercados sejam regulados, e a sua ação complementada, caso se pretenda reduzir a vulnerabilidade. Os bens públicos podem levar a um melhor funcionamento do mercado e proporcionar resultados mais sustentáveis, a níveis nacional e global. Por conseguinte, é preciso que os governos e as instituições sociais regulem, controlem e complementem a ação do mercado.

Prevenção, promoção e proteção

Os grandes problemas, que se encontram na origem da vulnerabilidade de pessoas e comunidades, podem ser paliados por políticas e medidas conexas em três grandes áreas: prevenção, promoção e proteção (figura 1.2). O interesse reside, neste caso, em políticas úteis nas três vertentes e que permitam aumentar a resiliência de indivíduos e sociedades. O compromisso com a educação universal pode ajudar em duas ou nas três vertentes, melhorando as capacidades individuais, contribuindo para a coesão social e reduzindo as privações. Por seu turno, o aumento

Os bens públicos podem levar a um melhor funcionamento do mercado e proporcionar resultados mais sustentáveis, a níveis nacional e global. Por conseguinte, é preciso que os governos e as instituições sociais regulem, controlem e complementem a ação do mercado

das oportunidades para que se escutem e sejam traduzidas em políticas vozes diversas permite que indivíduos e sociedades respondam às suas preocupações particulares e promovam a igualdade de oportunidades de vida, lançando as bases de um desenvolvimento seguro e sustentável.

Prevenir os choques. As políticas que visam prevenir conflitos, melhorar a estabilidade econômica e reduzir o impacto dos choques ambientais, bem como travar a propagação das doenças, podem ajudar a reduzir a incidência e a dimensão dos choques. É possível ajudar a prevenir os choques através de medidas nacionais, como a adoção de macropolíticas estáveis, a redução das doenças através da vacinação e a redução da probabilidade de inundações. Em contrapartida, a redução, a nível mundial, da volatilidade nos fluxos de capital ou dos preços dos alimentos e a prevenção de grandes aumentos de emissões de dióxido de carbono exigem uma ação coletiva a nível mundial. Na ausência desta, as políticas nacionais podem ter valor limitado.

A prevenção permite antecipar tendências futuras. Atente-se no aumento da obesidade. Com base nas tendências atuais, o número de pessoas obesas em todo o mundo, em 2030, será o dobro das de 2008—1,12 mil milhões contra 0,5 mil milhões—aumentando consideravelmente a vulnerabilidade a problemas de saúde.⁴⁷ É necessária uma intervenção política determinada, com vista a prevenir o aumento significativo destes valores. Ou atente-se na formação de capacidades de acordo com a abordagem de ciclo de vida. Investimentos certos na altura certa, especialmente durante os períodos sensíveis da infância e adolescência, poderão reduzir vulnerabilidades futuras. Na maioria dos casos a prevenção possui igualmente uma boa relação custo eficácia.

Outra grande preocupação na prevenção de choques adversos é a elevada e crescente desigualdade. Se forem ultrapassados determinados limites, a elevada desigualdade pode conduzir de forma transversal à alienação, à agitação social e à vulnerabilidade de grandes camadas da população.⁴⁸ A elevada desigualdade pode conduzir à erosão das competências sociais, podendo ser atingidos «pontos de rutura», para além dos quais a degeneração da sociedade é inevitável.⁴⁹

Promover capacidades. É possível promover as capacidades de base, as que podem melhorar

diretamente a resiliência humana, através de políticas económicas e sociais mais adequadas. Será, desse modo, possível reduzir barreiras societárias e de outra natureza à capacidade dos indivíduos e comunidades para fazerem face às adversidades (através de melhores normas e leis e da proteção dos direitos). A proteção dos direitos poderá exigir políticas que reduzam ou eliminem as restrições às oportunidades e à capacidade de escolha, por exemplo, eliminando a discriminação, melhorando a igualdade de género e atribuindo direitos aos imigrantes (capítulo 4). Evidentemente que serão sempre importantes políticas específicas que permitam abordar as diferentes vulnerabilidades, contudo, o grande interesse, neste caso, reside nas políticas de base que reduzam as vulnerabilidades de forma transversal à sociedade.

Proteger as escolhas. Evitar choques e tornar os indivíduos e as sociedades mais resilientes podem ser objetivos das políticas. Porém, continuarão a existir acontecimentos adversos—antropogénicos ou outros. Algumas populações incapazes de fazer face aos choques, precisarão de ajuda. Os reveses económicos e as pressões da globalização, mesmo que bem geridas, continuarão a gerar desemprego. A morte repentina do principal provedor do sustento do agregado familiar torna imediatamente vulneráveis inclusivamente os lares mais abastados. As respostas políticas podem passar por seguros de saúde, proteção social e programas de trabalho ativo e de criação de emprego. O apoio por parte das famílias ou da comunidade protege igualmente as escolhas e o bem-estar geral.

Princípios subjacentes às políticas

Tendo por base ideias que regem o desenvolvimento humano e a promoção da igualdade de oportunidades de vida, propomos quatro princípios orientadores para a conceção e execução de políticas que reduzam as vulnerabilidades e reforcem a resiliência: abraçar a universalidade, colocar as pessoas em primeiro lugar, o empenho na ação coletiva e a coordenação dos Estados e instituições sociais. Tendo em conta a necessidade de uma variedade de abordagens e perspetivas para a redução da vulnerabilidade, consoante o tipo de acontecimentos adversos que as pessoas enfrentam, estes princípios podem tornar o desenvolvimento mais sustentável e resiliente.

Medição da vulnerabilidade

Nos últimos 40 anos, assistimos a um considerável trabalho de medição de vulnerabilidade. Os investigadores propuseram que se medissem vários tipos de vulnerabilidades, muitos deles abarcados no presente relatório. Algum desse trabalho tem incidido em vulnerabilidades específicas: as catástrofes naturais, a pobreza de rendimento ou a volatilidade dos preços dos alimentos. Outros investigadores adotam uma abordagem sistémica mais ampla que permite avaliar a vulnerabilidade de uma economia ou ambiente aos choques. Contudo, pouco tem sido feito para avaliar a vulnerabilidade e sustentabilidade dos progressos do desenvolvimento humano.

Na década de 1970, grande parte do trabalho inicial sobre a vulnerabilidade centrava-se nas catástrofes naturais. Um estudo de referência mostrou que a incidência de catástrofes naturais e de mortes foi aumentando e que o ónus dessas mortes recaía de forma desproporcionada nos países em desenvolvimento.¹ Um dos seus autores desenvolveu o conceito de vulnerabilidade como sendo tanto externo (exposição a riscos) como internos (capacidade de reação das pessoas).² Alguns documentos mais recentes, como o Relatório Mundial sobre o Risco, vieram acrescentar uma terceira componente, a adaptação (capacidades de mudança societária de longo prazo).³

A pobreza pode ser observada diretamente, ao passo que a vulnerabilidade não: é essencialmente uma medida do que pode acontecer no futuro. A medição da vulnerabilidade à pobreza visa geralmente as prováveis fontes de vulnerabilidade e na identificação das populações vulneráveis. Um estudo realizado na Etiópia, por exemplo, analisou o impacto e as possíveis interações em domínios como a saúde, a educação e o consumo entre os pobres, concluindo que as pessoas afetadas tanto pela subnutrição crónica como pelo analfabetismo são mais vulneráveis à pobreza e apresentam maior probabilidade de permanecer por mais tempo em situação de pobreza profunda.⁴

O Quadro Macroeconómico de Avaliação da Vulnerabilidade do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento avalia a capacidade de um país para fazer face a uma crise, no curto prazo, e identificar os domínios políticos que carecem de consolidação, a fim de reforçar a resiliência a longo prazo.⁵ Analisa as fontes e os canais de transmissão da vulnerabilidade, bem como os mecanismos de resposta a essas situações.

O Índice Global de Segurança Alimentar da Economist Intelligence Unit, que mede a vulnerabilidade à fome, inclui a medição da acessibilidade, disponibilidade, qualidade e segurança alimentar. Cerca de 870 milhões de pessoas em todo o mundo não possuem qualquer fonte segura de alimentos: não se verificam alterações rápidas nestes números, sendo que, em média, apenas 2,5 milhões de pessoas por ano saem da situação de insegurança alimentar.⁶ O Índice Global da Paz do Instituto de Economia e Paz avalia a vulnerabilidade dos Estados a conflitos e agrega 22 indicadores de violência ou ausência de violência na sociedade. Uma medida paralela, o Índice de Paz Positiva, avalia atitudes nacionais, instituições e estruturas com vista a determinar a capacidade das mesmas para criar e manter uma sociedade pacífica.⁷

As abordagens mais amplas incluem o trabalho destinado a avaliar a vulnerabilidade ambiental e económica. O Secretariado da Comunidade do Pacífico, por exemplo, desenvolveu um Índice de Vulnerabilidade Ambiental composto por

três pilares: perigo (por exemplo, fenómenos climáticos extremos), resistência (por exemplo, território) e danos (por exemplo, espécies ameaçadas de extinção).⁸

As Nações Unidas utilizam a vulnerabilidade económica na definição dos países menos desenvolvidos: os países de baixo rendimento «que sofrem de obstáculos estruturais ao desenvolvimento sustentável, ... que se traduzem num baixo nível de desenvolvimento dos recursos humanos e num elevado nível de vulnerabilidade económica estrutural.» Recorre a um índice de vulnerabilidade económica estrutural para refletir o risco que representam os choques, juntamente com o rendimento nacional bruto per capita e um índice de ativos humanos. O índice de vulnerabilidade económica inclui indicadores de choques (naturais e externos), tais como a instabilidade das exportações e da produção agrícola e as vítimas de catástrofes naturais, juntamente com a medição da exposição a choques, tais como a percentagem de população nas zonas costeiras baixas. Salienta a elevada vulnerabilidade dos países menos desenvolvidos e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e mostra que a vulnerabilidade está a decrescer mais lentamente nos países menos desenvolvidos do que em outros países em desenvolvimento.⁹

Estudar a vulnerabilidade global da sociedade à perda de desenvolvimento ou bem-estar humanos é ainda mais difícil. O trabalho experimental da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico definiu a vulnerabilidade a perdas futuras de bem-estar como a situação em que as pessoas não possuem «ativos que são cruciais à resiliência perante os riscos.» Propõe um conjunto de indicadores destinados a avaliar a vulnerabilidade de uma sociedade com base no acesso a diferentes tipos de capital: económico (pobreza), humano (educação) e social (redes de apoio), bem como a bens coletivos, como serviços essenciais.¹⁰

Estas abordagens, embora diferentes, partilham ideias comuns. Em primeiro lugar, o risco global é definido pela interação entre a possibilidade de um acontecimento (exposição) e o seu provável impacto caso efetivamente ocorra (vulnerabilidade). Em segundo lugar, é mais fácil de tratar a análise e a medição da vulnerabilidade quando se analisa separadamente a exposição ao risco e a capacidade de resposta ou de adaptação. Em terceiro lugar, a vulnerabilidade é, em si mesma, um conceito multidimensional, que pode incluir medições da capacidade das pessoas, tanto para dar resposta (em matéria de competências, recursos ou aptidões) como de adaptação a longo prazo.

Todas estas abordagens oferecem uma perspetiva mais limitada da vulnerabilidade do que a utilizada no presente Relatório e medem, em geral, a vulnerabilidade a um determinado tipo de ameaça (choques económicos, fome, catástrofes naturais). Por conseguinte, podem ser úteis para fornecer medições parciais da vulnerabilidade, mas não avaliam a vulnerabilidade sistémica geral, que é o objeto deste Relatório. Também não esclarecem cabalmente a eventual vulnerabilidade gerada pelos próprios sistemas.

Há evidentemente muitos aspetos que carecem ainda de reflexão e muito para aprender com base no trabalho existente. O presente Relatório não propõe medições novas, preferindo concentrar-se na inclusão efetiva da vulnerabilidade na abordagem do desenvolvimento humano, o que, em seguida, poderá abrir caminho a um novo trabalho no domínio da medição.

Notas

1. O'Keefe, Westgate Wisner 1976. 2. Wisner e outros 2004. 3. Alliance Development Works 2012. 4. Kwak e Smith 2011. 5. PNUD2011d. 6. Ver <http://foodsecurityindex.eiu.com>. 7. Ver <http://economicsandpeace.org/research/iep-indices-data/global-peace-index>. 8. Ver www.sopac.org/index.php/environmental-vulnerability-index. 9. UNDESA 2013a. 10. Morrone e outros, 2011.

Abraçar a universalidade. Todos os indivíduos têm igual valor e igual direito a proteção e apoio. Assim, impõe-se um maior reconhecimento de que os mais expostos a riscos e ameaças, crianças ou pessoas portadoras de deficiência, podem necessitar de apoio adicional com a vista a garantir que suas oportunidades de vida sejam iguais às dos demais. A universalidade pode, por isso, exigir direitos e atenção desiguais. De igual modo, uma atenção igual a todos poderá exigir um tratamento desigual a favor dos mais desfavorecidos.⁵⁰

A ideia que subjaz ao desenvolvimento humano é a promoção de oportunidades de vida iguais para todos, com base no princípio kantiano de que todas as pessoas são de igual valor,⁵¹ tal como consagrado na Carta das Nações Unidas. É necessário empoderar os seres humanos para que vivam uma vida que valorizem. As políticas económicas e sociais influenciam simultaneamente as oportunidades de vida e as capacidades das pessoas. Visar os objetivos mais amplos da equidade e da justiça reforça as competências sociais e permite aprofundar a coesão social. O reforço da solidariedade social e a prevenção da fragmentação e do estigma serão determinados pelo êxito das políticas e sistemas de resposta da governação em promover as perspetivas da maioria dos membros da sociedade.

Colocar as pessoas em primeiro lugar. A redução de vulnerabilidades apela à renovação da mensagem essencial do desenvolvimento humano, «colocar as pessoas primeiro lugar» — uma mensagem constantemente promovida em todos os *Relatórios do Desenvolvimento Humano*, desde o primeiro, publicado em 1990. Todas as políticas públicas, em especial as macroeconómicas, devem ser vistas como um meio para atingir um fim, e não como um fim em si mesmas. É preciso que os decisores políticos façam algumas perguntas essenciais. Estará o crescimento económico a melhorar a vida das pessoas em aspetos efetivamente importantes — saúde, educação e rendimentos — que permitam a segurança humana e liberdades pessoais de base? Sentirão as pessoas maior vulnerabilidade? Estarão algumas pessoas a ser deixadas para trás? E, em caso afirmativo, quem são, e como podem essas vulnerabilidades e desigualdades ser abordadas com maior eficácia?

A ideia de colocar as pessoas em primeiro lugar não se cinge apenas a políticas centradas nas

pessoas. Passa também por políticas que influenciam as pessoas, para que todos os membros da sociedade tenham plenos direitos como cidadãos e voz, ouvida nas políticas de desenvolvimento. A redução da vulnerabilidade requer que a voz dos mais desfavorecidos seja ouvida com clareza. Empoderar todos os cidadãos é um instrumento poderoso para a redução dos riscos. Como Amartya Sen observou: «A fome é fácil de evitar se houver um esforço sério para o fazer, e um governo democrático, face a eleições e às críticas dos partidos da oposição e de jornais independentes, não pode deixar de enviar esse esforço. Não é de surpreender que a Índia, enquanto esteve sob domínio britânico até a independência, tenha sido assolada fome e que, ... [com um governo democrático, após a independência] esse fenómeno tenha desaparecido.»⁵²

Colocar as pessoas em primeiro lugar traz consequências para as políticas e medidas: são indissociáveis, porque «o que medimos afeta o que fazemos; e se as nossas medidas não estiverem certas, as decisões podem ser distorcidas.»⁵³ Como se tem defendido em todos os RDH, colocar demasiada ênfase no PIB e no seu crescimento é enganoso. O crescimento económico é importante, não em si mesmo, mas na medida em que permita a determinado país e população viver com os recursos que gera. Um crescimento que não gere emprego suficiente — um crescimento sem emprego — não pode ser visto da mesma forma que o crescimento que o faz.⁵⁴ O emprego é uma fonte de dignidade e de autoestima. O emprego de maior qualidade ou o emprego digno contribuem para a coesão social e a estabilidade política.⁵⁵ Por exemplo, a austeridade na Europa está a colocar sob grave pressão as estruturas sociais, recaindo os encargos mais pesados sobre os jovens e os idosos,⁵⁶ mesmo depois de se admitir a necessidade de redução dos défices orçamentais.

O Índice de Desenvolvimento Humano — uma medida composta do rendimento, educação e saúde — foi apresentado em 1990 como uma alternativa ao PIB. A sua adoção generalizada reflete o desejo da parte dos países de se certificarem se as pessoas estão a viver melhor, de que forma isso acontece e por que razões. Após a sua introdução, foram acrescentadas ao cabaz medições de desenvolvimento humano ligadas à desigualdade de género e à pobreza.

Todas estas medições aferem as conquistas em matéria de desenvolvimento humano, contudo,

De igual modo, uma atenção igual a todos poderá exigir um tratamento desigual a favor dos mais desfavorecidos

não incorporam a medição da vulnerabilidade. Esta exige que, para além das conquistas, se tenham em conta os perigos e as flutuações, especialmente os que afetam os grupos mais desfavorecidos, como os pobres e quase pobres (caixa 1.3). O presente Relatório não propõe uma nova medição da vulnerabilidade humana. As políticas destinadas a reduzir a vulnerabilidade exigem que se vá para além das médias, a fim de avaliar a segurança dos benefícios conseguidos e a forma como são distribuídos; de medir a redução da pobreza e das privações; de verificar se existe emprego digno suficiente e se a proteção social é suficiente para ajudar os indivíduos e as sociedades a enfrentarem acontecimentos adversos (capítulo 2). Em conjunto, fornecem uma lista de verificação que permite avaliar se as políticas públicas estão orientadas para as pessoas e se as metas mais amplas do desenvolvimento humano estão a ser devidamente cumpridas.

O empenho na ação coletiva. Os desafios atuais exigem uma ação coletiva (capítulos 4 e 5). Quando agem coletivamente, os indivíduos mobilizam as suas capacidades e escolhas individuais para superar as ameaças, e a sua resiliência combinada consolida o progresso do desenvolvimento, tornando-o mais sustentável. O mesmo se aplica aos Estados quando agem coletivamente com vista à redução das vulnerabilidades a ameaças transfronteiriças, mediante o aprovisionamento de bens públicos globais. Apesar das muitas incertezas que nos rodeiam, parece existir uma certeza: uma visão positiva do domínio público dependerá em grande medida do êxito do aprovisionamento de bens públicos, tanto a nível nacional como mundial.

Tudo isso é viável. É possível regulamentar melhor os sistemas financeiros. É possível desbloquear as negociações comerciais, como o testemunha o recente acordo da Organização Mundial do Comércio, em Bali.⁵⁷ É possível sujeitar a conduta das empresas em todo o mundo a códigos e normas comuns. É possível mitigar as alterações climáticas. Porém, só é possível se os cidadãos e os Estados, seja onde for, reconhecerem o valor da colaboração transfronteiriça e dos bens públicos mundiais e aceitarem que o bem-estar das populações não pode ser deixado aos caprichos do mercado ou de meras respostas nacionais.

Um planeta partilhado, onde as decisões individuais têm a capacidade de influenciar os outros e o futuro de toda a humanidade requer aceitação

e promoção de normas sociais que encarnem a responsabilidade recíproca pelo outro. Exige também obrigações locais, nacionais e mundiais, a fim de evitar as vulnerabilidades e de ajudar aqueles que são atingidos por acontecimentos adversos. A histórica Declaração do Milénio, assinada por 189 países no ano 2000, e o Pacto relativo aos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, um pouco mais tarde, constituem, provavelmente, as expressões mais claras dessa solidariedade a nível mundial. Essa solidariedade expressa nas conversações mundiais entre os governos sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, ou num crescente sentimento de cidadania ecológica na Conferência mundial Rio+20, em junho de 2012, tem de continuar a ser acarinhada e interpretada, no contexto da vulnerabilidade, como uma responsabilidade coletiva de ajuda aos que se encontram em situação de necessidade.⁵⁸

Coordenação entre Estados e instituições sociais. É igualmente tempo de olhar para questões estruturais mais amplas e revisitar a dinâmica entre Estados e mercados, e entre os países e as forças globais, a fim de analisar o alcance dos espaços público e privado. A vulnerabilidade atual está profundamente arraigada e é sistémica. As ligações globais em várias frentes fundiram grande parte dos domínios anteriormente separados da política nacional num grande domínio público mundial ainda em expansão. No entanto, este último tem sido caracterizado pela crença excessiva no valor e na adequação dos mercados sem restrições. O aviso de Polanyi — sobre a destruição social que pode ser provocada por mercados não regulados — é tão relevante hoje como quando escreveu *The Great Transformation* (A grande Transformação), in 1944.⁵⁹ É hoje necessária a resposta que antecipou, a saber, a intervenção do Estado para proteger populações e sociedades dos perigos da crença na autorregulação dos mercados.

Os indivíduos não podem prosperar sozinhos. De facto, não podem funcionar sozinhos. Quando nascem, a família constitui o seu suporte de vida. Por sua vez, as famílias não podem funcionar independentemente das sociedades em que estão inseridas. As políticas que visam melhorar as normas, a coesão e as competências sociais são essenciais para que os Estados e instituições sociais atuem concertadamente na

Quando agem coletivamente, os indivíduos mobilizam as suas capacidades e escolhas individuais para superar as ameaças, e a sua resiliência combinada consolida o progresso do desenvolvimento, tornando-o mais sustentável

redução das vulnerabilidades. Sempre que os próprios mercados e sistemas gerem vulnerabilidades, os Estados e as instituições sociais devem orientar os mercados no sentido de limitar as vulnerabilidades e ajudar as pessoas, onde estes não o conseguem fazer.

As políticas são tão positivas quanto os seus resultados. Não importa ficarem bem no papel, as políticas só são eficazes se funcionarem na prática. São muitos os fatores que podem afetar a economia política e alguns, como a coesão social ou a confiança dos cidadãos no governo, são abordados mais adiante no presente Relatório. Além dessas preocupações específicas, no entanto, a qualidade da governação é crucial para a eficácia das políticas. As populações, seja onde for, pretendem que os governos sejam mais eficazes — para que existam serviços de qualidade, menos corrupção e um maior compromisso com o Estado de direito. O presente Relatório não pretende abordar em profundidade esses grandes temas, apenas salienta a sua extrema importância para os resultados em matéria de desenvolvimento.

* * *

A maioria dos países tem registado progressos consideráveis em matéria de desenvolvimento humano ao longo das últimas décadas. Porém, face aos níveis de vulnerabilidade elevados e crescentes, aumenta a possibilidade de erosão dessas conquistas de desenvolvimento humano, a necessidade de verificar se essas conquistas são sólidas e sustentáveis, bem como a necessidade de identificar políticas destinadas a reduzir a vulnerabilidade e reformar a resiliência. O Capítulo 2 documenta que um elevado número de pessoas vive muito melhor, especialmente ao longo da última década, em diversos aspetos relacionados com o bem-estar. Aponta igualmente para a crescente evidência de uma desaceleração recente desse progresso e para o contexto de crescente incerteza e riscos. Na análise deste progresso, colocamos a ênfase na necessidade de verificar atentamente de quem é o bem-estar alvo de avaliação e de pôr as pessoas em primeiro lugar na formulação das políticas. O alargamento e garantia da manutenção futura do leque de escolhas das pessoas exigem que se conheçam as ameaças que estas enfrentam e os fatores que configuram a vulnerabilidade.

“Em qualquer parte do mundo, o ser humano precisa de liberdade e segurança para conseguir realizar o seu pleno potencial.”

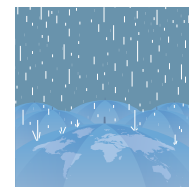
Aung San Suu Kyi

“Qualquer tolo pode fazer coisas maiores, mais complexas e mais violentas. É preciso um toque de génio - e muita coragem - para avançar na direção oposta.”

Albert Einstein

2.

Estado do desenvolvimento humano



A quase totalidade dos países tem registado melhorias em matéria de desenvolvimento humano ao longo das últimas décadas, sendo que milhares de milhões de pessoas têm uma situação substancialmente melhor. O *Relatório de Desenvolvimento Humano* 2013 (RDH) revelou que mais de 40 países em desenvolvimento - a maioria da população mundial - registaram ganhos mais significativos no IDH do que seria de prever tendo em conta a sua situação em 1990. A esperança de vida à nascença aumentou devido à menor mortalidade de lactentes e infantil, ao menor número de mortes causadas pelo VIH/SIDA e a uma melhor nutrição. Os níveis de educação aumentaram em razão de maiores investimentos e de um empenho político mais forte. A pobreza multidimensional sofreu uma redução considerável, embora se mantenha uma grande variação entre países e regiões.

Contudo, não podemos dar por garantidas estas conquistas. Comprovadamente, a taxa global de progresso tem vindo a decrescer, o que é preocupante. Cumpre-nos igualmente fazer uma pergunta básica: quem beneficia da prosperidade que observamos? Impõe-se olhar para além das médias e limiares de rendimentos para se poder ter uma visão mais abrangente da forma como são distribuídas as melhorias ao nível do bem-estar pelos indivíduos, comunidades e países. Também é necessário avaliar se os ganhos são seguros e o progresso sustentável. Em suma, precisamos de uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas subjacentes à vulnerabilidade e desigualdade.

Os ganhos recentes não seguiram um percurso linear. Desde a maior instabilidade financeira aos preços elevados e voláteis dos produtos de base, desde catástrofes naturais recorrentes ao descontentamento social e político generalizado, a incerteza é uma característica cada vez mais comum do nosso mundo. A interdependência entre os países não só é maior como mais profunda. As decisões e os acontecimentos numa determinada parte do mundo originam choques noutras paragens, em especial na medida em que os mercados estão integrados e as pessoas comunicam à velocidade do instante. A transmissão internacional de choques - como por exemplo a subida galopante dos preços dos produtos alimentares, as crises financeiras, as catástrofes naturais e os conflitos armados - cria um sentimento de precariedade, até mesmo de desproteção. Os países e os indivíduos não controlam, com solidez, os seus próprios destinos, o que os torna vulneráveis a decisões ou acontecimentos que ocorram noutras paragens. Perante isto, é absolutamente vital reduzir a vulnerabilidade às ameaças sistémicas e persistentes que podem comprometer o desenvolvimento humano presente e futuro. Sustentar e acelerar

o desenvolvimento humano exigirá claramente maior ambição política nacional e internacional.

Progresso humano

O desenvolvimento humano prende-se com oportunidades de vida iguais para todos. Implica não só a expansão de capacidades a fim de alargar o atual leque de escolhas das pessoas - ter uma vida saudável, produtiva e segura -, como também garantir que estas escolhas não comprometam ou limitam as que estarão disponíveis às gerações futuras. Pôr as pessoas em primeiro lugar tem repercussões na medição do progresso e formulação de políticas. Exige um enquadramento analítico mais alargado e uma revisão dos instrumentos políticos disponíveis. A análise dos dados e a definição de políticas são indissociáveis, já que “a leitura dos dados afeta a nossa atuação; assim, se a nossa leitura for incorreta, as decisões podem resultar distorcidas”.²

Progresso desigual e desaceleração no desenvolvimento humano

Desde 1990, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tem constituído uma importante medida de progresso - um índice composto relativo à esperança de vida, anos de escolaridade e rendimento. O Relatório deste ano apresenta valores do IDH para 187 países. Atualmente, o IDH global é de 0,702, sendo que a maioria dos países em desenvolvimento continuam a registar avanços, muito embora o ritmo do progresso se mantenha extremamente desigual (tabela 2.1).

Os valores mais baixos do IDH a nível regional registam-se na África Subariana (0,502) e Ásia do Sul (0,588) e o mais elevado na América Latina e Caraíbas (0,740), seguidos com grande

TABELA 2.1

O Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes, 2010 e 2013

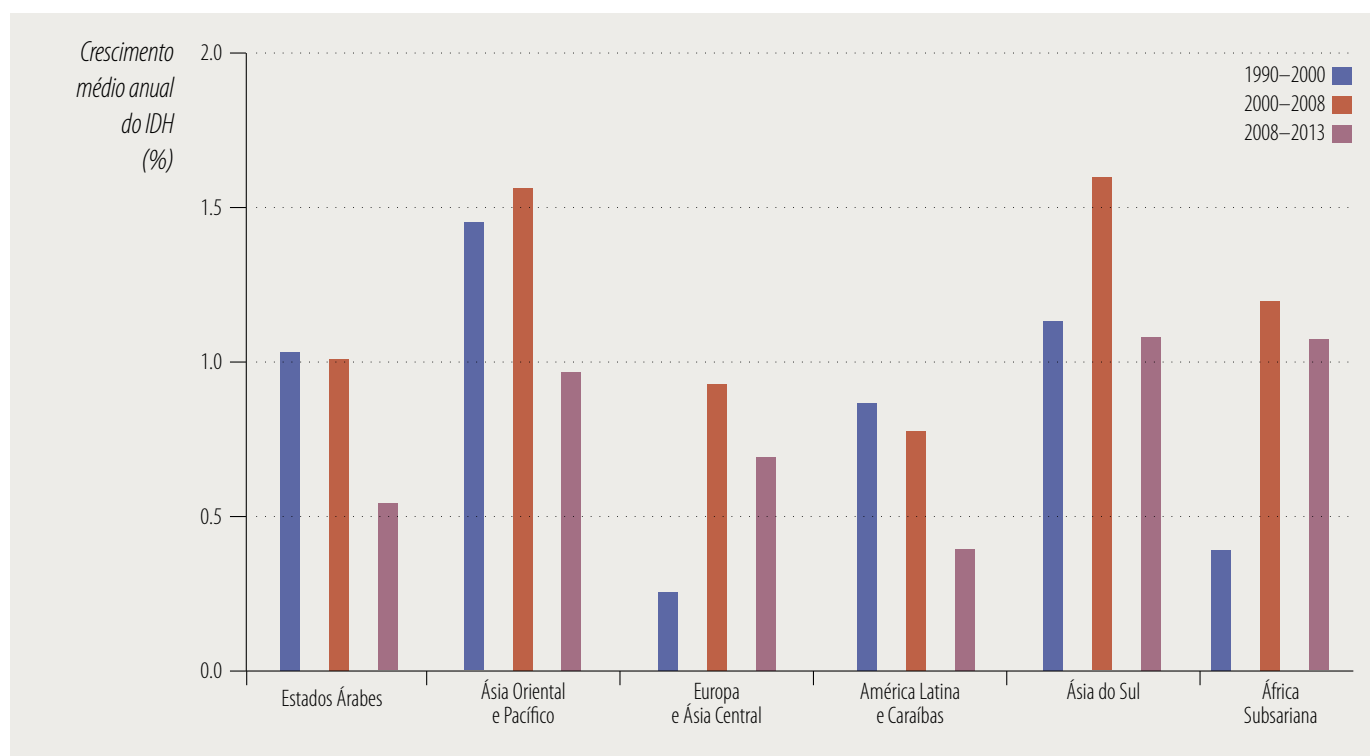
Agrupamento ou regiões por Índice de Desenvolvimento Humano	Índice de Desenvolvimento Humano		Esperança de vida à nascença (anos)		Média de anos de escolaridade (anos)		Anos de escolaridade esperados		Rendimento Nacional Bruto per capita (PPC USD 2011)	
	2010	2013	2010	2013	2010	2013	2010	2013	2010	2013
Desenvolvimento Humano muito elevado	0,885	0,890	79,7	80,2	11,7	11,7	16,2	16,3	38.548	40.046
Desenvolvimento Humano elevado	0,723	0,735	73,9	74,5	8,1	8,1	13,1	13,4	11.584	13.231
Desenvolvimento Humano Médio	0,601	0,614	67,1	67,9	5,5	5,5	11,3	11,7	5.368	5.960
Desenvolvimento Humano Baixo	0,479	0,493	58,2	59,4	4,1	4,2	8,7	9,0	2.631	2.904
Estados Árabes	0,675	0,682	69,7	70,2	6,2	6,3	11,7	11,8	15.281	15.817
Ásia Oriental e Pacífico	0,688	0,703	73,5	74,0	7,4	7,4	12,3	12,5	8.628	10.499
Europa e Ásia Central	0,726	0,738	70,7	71,3	9,6	9,7	13,3	13,6	11.280	12.415
América Latina e Caraíbas	0,734	0,740	74,2	74,9	7,9	7,9	13,8	13,7	12.926	13.767
Ásia do Sul	0,573	0,588	66,4	67,2	4,7	4,7	10,6	11,2	4.732	5.195
África Subsaariana	0,468	0,502	55,2	56,8	4,8	4,8	9,4	9,7	2.935	3.152
Mundo	0,693	0,702	70,3	70,8	7,7	7,7	11,9	12,2	12.808	13.723

PPC - Paridade de poder de compra.

Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano

FIGURA 2.1

Apesar das melhorias registradas em matéria de IDH em todas as regiões, começam a surgir sinais de abrandamento



Nota: Painel de 99 países em desenvolvimento ponderado em função da população.

Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

proximidade da Europa e Ásia Central (0,738). O grupo de países com desenvolvimento humano muito elevado—segundo a medição do IDH—registra um valor de 0,890, consideravelmente superior ao dos agrupamentos por IDH médio e baixo. Todavia, os agrupamentos que registam um desenvolvimento humano mais baixo continuam a convergir para os níveis dos mais elevados.³

Apesar das melhorias registadas em matéria de IDH em todas as regiões, começam a surgir sinais de abrandamento—tal como medido pela taxa de crescimento dos valores do IDH (figura 2.1).⁴ Embora quatro das seis regiões tenham registado ganhos mais rapidamente no período 2000-2008 do que na década de 1990, o progresso em todas as regiões deu nota de abrandamento no período 2008-2013, tendo sido particularmente visível nos Estados Árabes e na América Latina e Caraíbas—onde o crescimento médio anual caiu em cerca de metade—e na Ásia. A crise financeira

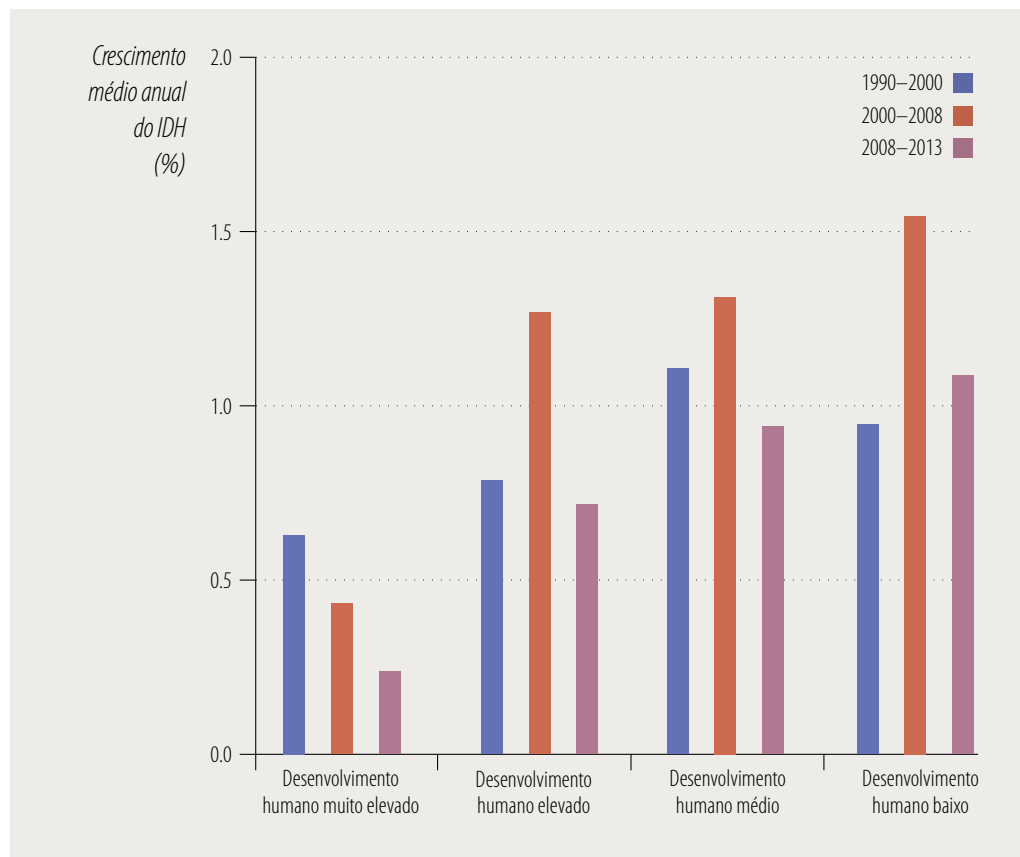
e económica mundial parece ter tido um impacto generalizado.

A desaceleração é evidente nos três componentes do IDH. O crescimento no rendimento nacional bruto (RNB) per capita diminuiu, em particular nos Estados Árabes e na Europa e Ásia Central. As taxas de crescimento da esperança de vida à nascença desceram recentemente na maioria das regiões,—especialmente na Ásia—muito embora tenham subido na África Subsariana. De notar que desde 2008, o aumento dos anos de escolaridade esperados também sofreu um decréscimo.

Os quatro grupos de desenvolvimento humano experimentaram um abrandamento no crescimento do IDH (figura 2.2). Na verdade, o agrupamento de desenvolvimento humano muito elevado tinha vindo a registar um progresso mais lento, ainda antes da crise mundial. Em contrapartida, o agrupamento de desenvolvimento humano baixo dá nota de uma aceleração no período 2000-2008, vindo no entanto, posteriormente, a registar um

FIGURA 2.2

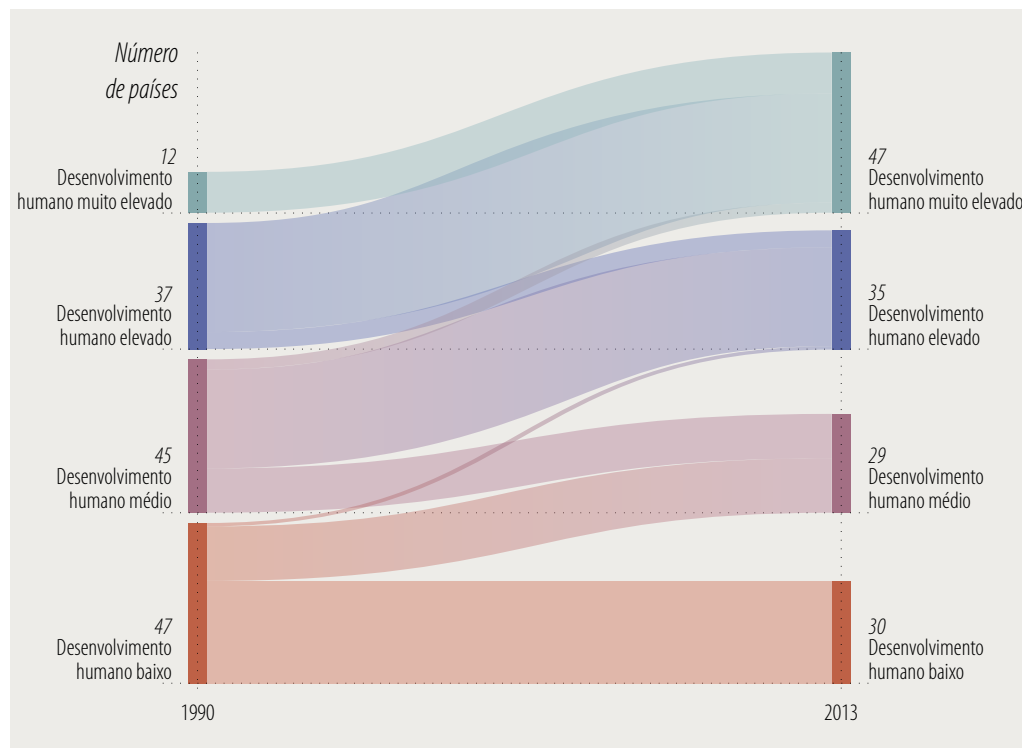
Os quatro agrupamentos de desenvolvimento humano registaram um abrandamento no crescimento do IDH



Nota: Painel de 141 países desenvolvidos e em desenvolvimento ponderado em função da população.
 Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

FIGURA 2.3

Transição para agrupamentos de desenvolvimento humano mais elevado desde 1990



Nota: Os Agrupamentos de Desenvolvimento Humano são definidos com recurso aos valores limite de 2013. Os dados são relativos a 141 países desenvolvidos e em desenvolvimento

Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

decréscimo, devido em grande parte a um declínio no crescimento dos anos de escolaridade. Apesar dos progressos ao nível do ensino primário—com taxas brutas de matrículas na ordem dos 100 por cento, poderá revelar-se mais difícil a transição de um maior número de alunos para o ensino secundário ou mais avançado ainda. Neste grupo de países, 43 por cento das crianças matriculadas no ensino primário não o concluem, e as taxas brutas de matrículas no ensino secundário são em média de apenas 39 por cento. Consequência: a transição do ensino primário para o ensino secundário e superior é inaceitavelmente baixa. É necessário investir com mais empenho a fim de evitar vulnerabilidades no futuro.

Alguns países têm um desempenho muito melhor em matéria de desenvolvimento humano do que apenas de rendimento — como se observa na grande diferença verificada entre as classificações por RNB per capita e por IDH (tabela 2.2). As diferenças positivas mais acentuadas na classificação registam-se, principalmente, na Ásia Oriental e Pacífico e na Europa e Ásia Central, enquanto as diferenças negativas predominam nos Estados

Árabes e na África Subsariana. Os países com diferenças positivas tendem a ter um valor de IDH mais elevado, sendo que a maioria passou a fazer parte de um agrupamento de desenvolvimento humano mais elevado. Registam igualmente uma menor desigualdade, bem como uma menor percentagem de pessoas em situação de pobreza ou quase pobreza. Regra geral, começaram por revelar uma desigualdade bastante baixa, objeto posteriormente de uma redução, em parte, resultante de fortes investimentos na saúde e educação das populações, bem como de despesas com a proteção social.

O melhor acesso aos serviços de saúde reduziu a mortalidade materna e infantil e, de uma forma geral, aumentou a qualidade de vida. Aumentar as taxas de alfabetização e desenvolver as competências tem sido crucial para promover as capacidades dos indivíduos, bem como a sua empregabilidade e produtividade. As medidas de proteção social, como os Programas de transferência condicionada de rendimentos e outras formas de apoio ao rendimento, têm-se revelado eficazes para proteger dos choques os mais vulneráveis. Todos estes aspetos são fundamentais para o progresso do desenvolvimento humano.⁶

Desigualdade persistente no desenvolvimento humano

Um dos principais escolhos para o desenvolvimento é a profunda e crónica desigualdade, que restringe as escolhas e corrói o tecido social. As grandes disparidades de rendimento, riqueza, educação, saúde e outras dimensões do desenvolvimento humano persistem por todo o mundo, aumentando a vulnerabilidade dos grupos marginalizados e minando a sua capacidade para recuperar de choques. Os grupos de pessoas que se mantêm em último lugar na cadeia de distribuição socioeconómica não ocupam essa posição por acaso. Não dispõem de uma série de capacidades necessárias para poder viver uma vida plena, e normalmente são os mais vulneráveis a riscos de saúde, calamidades ambientais e choques económicos.

O *Relatório do Desenvolvimento Humano 2010* introduziu o IDH Ajustado à Desigualdade, uma medida de desigualdade, que leva em conta a forma como o progresso de cada país é distribuído nas três dimensões do IDH—esperança de vida, anos de escolaridade e rendimento.⁷ Um índice que não contempla apenas as tradicionais aferições de desigualdade com base no rendimento para avaliar as disparidades na educação e saúde.

A informação transmitida corresponde à perda do valor do IDH devido à desigualdade, que mede a diferença entre o IDH e o IDH Ajustado à Desigualdade, em termos percentuais. Com base em dados relativos a 94 países em desenvolvimento, a perda média devida à desigualdade decresceu na maioria das regiões — com exceção da Ásia Oriental e Pacífico (figura 2.4). A perda mais acentuada regista-se na África Subsariana (34 por cento), seguida pela Ásia do Sul (29 por cento), pelos Estados Árabes (26 por cento) e América Latina e Caraíbas (25 por cento). A perda menor verifica-se na Europa e Ásia Central (13 por cento).

Entre os componentes do IDH, a desigualdade média foi de 19 por cento para a saúde (23 por cento em 2010), 27 por cento para a educação (o mesmo que em 2010) e 23 por cento para o rendimento (21 por cento em 2010). No que se refere à saúde, a maior desigualdade registou-se na África Subsariana (37 por cento), seguida da Ásia do Sul (25 por cento). Contudo, ambas as regiões realizaram progressos substanciais, provavelmente devido às campanhas de vacinação e a uma melhor nutrição que reduziu grandemente a mortalidade das crianças com menos de cinco anos de idade.

TABELA 2.2

Diferenças positivas mais acentuadas entre a classificação por Rendimento Nacional Bruto per capita e a classificação por Índice de Desenvolvimento Humano por agrupamento de Desenvolvimento Humano, 2013

	Classificação por Rendimento Nacional Bruto per capita	Classificação por Índice de Desenvolvimento Humano	Diferença
<i>Desenvolvimento Humano Muito Elevado</i>			
Nova Zelândia	30	7	23
Austrália	20	2	18
Coreia, República da	33	15	18
Irlanda	28	11	17
Polónia	51	35	16
<i>Desenvolvimento Humano Elevado</i>			
Geórgia	116	79	37
Sri Lanca	103	73	30
Tonga	127	100	27
Fiji, Ilhas	114	88	26
Ucrânia	109	83	26
<i>Desenvolvimento Humano Médio</i>			
Samoa	134	106	28
Tajiquistão	157	133	24
Palestina, Estado da	129	107	22
Vanuatu	153	131	22
Quiribati ^a	154	133	21
<i>Desenvolvimento Humano Baixo</i>			
Ruanda	171	151	20
Madagáscar	174	155	19
Zimbabué	175	156	19
Ilhas Salomão	172	157	15
Nepal ^b	158	145	13

a. O Quirguizistão, um país com desenvolvimento humano médio, regista igualmente uma diferença de classificação de 21.

b. O Quênia e o Togo, países com desenvolvimento humano baixo, registam igualmente uma diferença de classificação de 13.

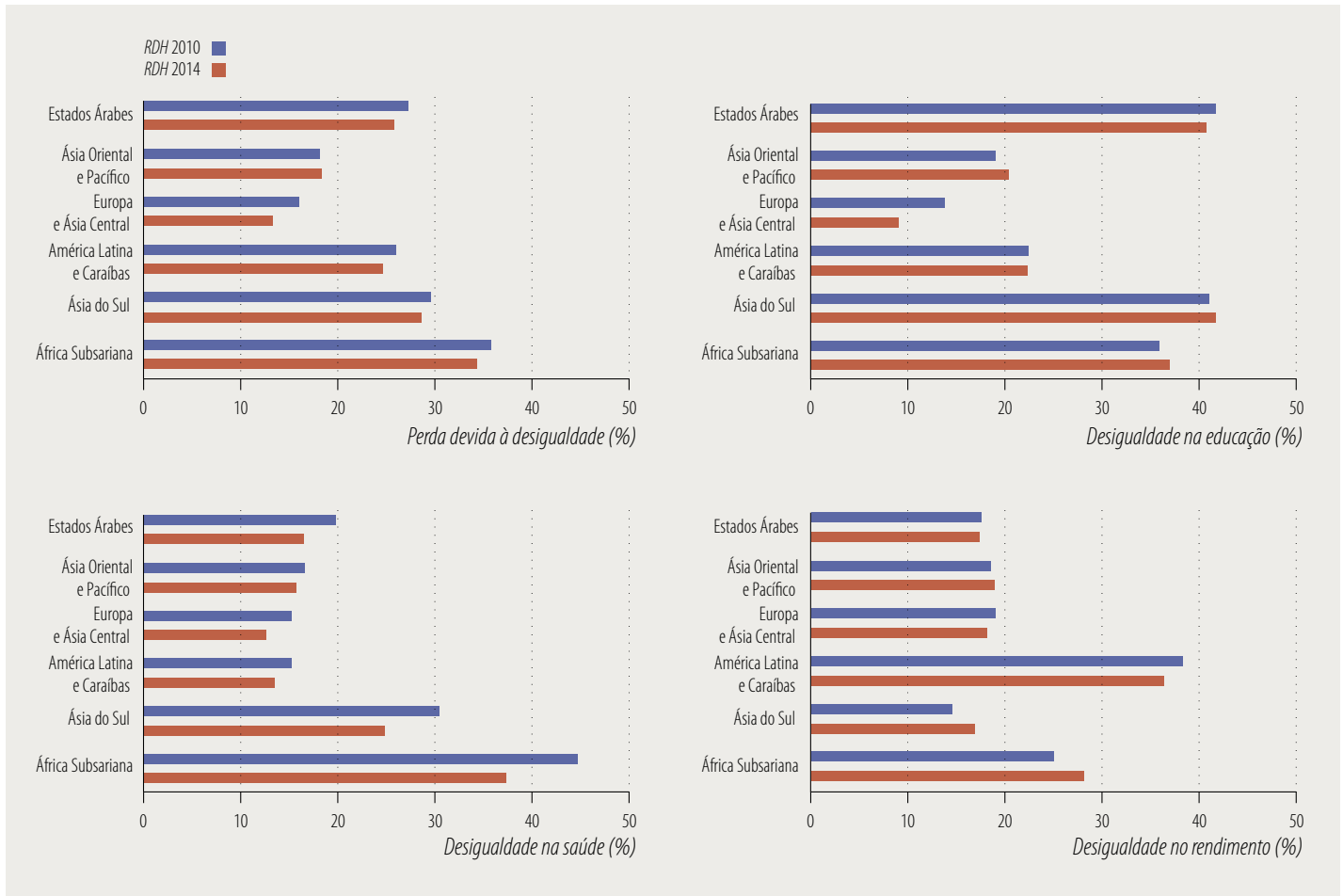
Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano (com base na tabela 1 dos *Anexos Estatísticos*).

No que se refere à educação, os níveis mais elevados de desigualdade surgem na Ásia do Sul (42 por cento), nos Estados Árabes (41 por cento) e na África Subsariana (37 por cento). A redução das disparidades no domínio da educação dá nota de progressos limitados, exceto na Europa e Ásia Central.⁸

No que respeita ao rendimento, o nível de desigualdade mais acentuado observa-se na América Latina e Caraíbas (36 por cento), seguida

FIGURA 2.4

A perda média no Índice de Desenvolvimento Humano devido à desigualdade registou um decréscimo na maioria das regiões



Nota: O RDH de 2010 reflete a desigualdade no período 2000–2010 e o RDH de 2014 reflete a desigualdade no período 2003–2013. Painel de 94 países em desenvolvimento ponderado em função da população.
 Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

TABELA 2.3

Países com uma desigualdade ascendente ou descendente de rendimento por região, 1990–2012

Região	Desigualdade ascendente	Desigualdade descendente	Sem tendência ^a	Total
África	13	19	3	35
Ásia	18	10	3	31
América Latina e Caraíbas	4	14	2	20
Europa, América do Norte, Oceânia e Japão	30	8	6	44
Total	65	51	14	130
Percentagem de países	50.0	39.2	10.8	100.0
Percentagem da população total	70.6	25.3	4.1	100.0

a. A desigualdade manteve-se relativamente constante ou registou alguma variação sem uma clara tendência ascendente ou descendente, durante o período em causa.
 Source: UNDESA 2013.

da África Subariana (28 por cento). A desigualdade de rendimento diminuiu na América Latina e Caraíbas, embora haja indícios de uma subida na Ásia do Sul e na África Subariana. No geral, a desigualdade decrescente no IDH decorre principalmente do fator saúde, uma vez que a desigualdade de rendimento parece ter aumentado em várias regiões, sendo que a desigualdade na educação manteve-se em grande medida nos mesmos níveis.

O RDH de 2013 identifica uma relação negativa entre desigualdade e desenvolvimento humano.⁹ A desigualdade reduz o ritmo do desenvolvimento humano e pode até conduzir à sua estagnação. Embora a desigualdade global no IDH tenha registado recentemente um decréscimo, este ainda não é suficiente para contrabalançar as crescentes disparidades ao nível do

rendimento com o progresso na área da saúde e da educação. Para combater a vulnerabilidade e sustentar as recentes conquistas, é fundamental reduzir a desigualdade em todas as dimensões do desenvolvimento humano.

Embora as disparidades de rendimento entre os países tenham decrescido ao longo dos últimos 20 anos pelo facto de as economias emergentes terem reduzido o fosso face aos países desenvolvidos, a desigualdade no seio de muitos países tem aumentado em todo mundo (tabela 2.3).¹⁰ A redução da desigualdade, nomeadamente na América Latina e Caraíbas, ficou a dever-se à expansão da educação e às transferências públicas a favor dos pobres).¹¹

Estas duas tendências — redução da desigualdade de rendimento entre os países e aumento da desigualdade dentro dos países — acabam praticamente por se anular mutuamente, o que sugere que a desigualdade de rendimento a nível mundial (entre os cidadãos do mundo) se mantém persistentemente elevada.¹² Estima-se que dois terços dos mais pobres da população mundial recebem menos de 13 por cento do rendimento mundial, ao passo que 1 por cento dos mais ricos arrecada quase 15 por cento.¹³

Para além do rendimento, cerca de metade da riqueza do mundo pertence a um por cento dos mais ricos da população mundial, sendo que as 85 pessoas mais ricas detêm, no seu conjunto, a mesma riqueza que a metade mais pobre da população mundial.¹⁴ A globalização, o progresso tecnológico, a desregulamentação dos mercados de trabalho e as políticas macroeconómicas mal orientadas são susceptíveis de criar e sustentar estes grandes fossos no plano do rendimento e da riqueza.

Combater a desigualdade é importante para reduzir a vulnerabilidade e sustentar o progresso. A crescente desigualdade de rendimento nos países desenvolvidos e em desenvolvimento tem estado associada à maior volatilidade económica e ao abrandamento do progresso no desenvolvimento humano.¹⁵ Uma elevada e persistente desigualdade dificulta igualmente a redução da pobreza. Os dados indicam que um aumento de 1 por cento no rendimento nacional contribui para a redução da pobreza de rendimentos em 4,3 por cento nas sociedades mais igualitárias, mas em apenas 0,6 por cento nas menos igualitárias.¹⁶ A questão da desigualdade não interessa apenas aos que situam no extremo mais pobre da cadeia de distribuição, mas também à sociedade no seu todo — uma vez que esta ameaça a coesão social

e dificulta a mobilidade social, alimenta as tensões sociais que podem traduzir-se em agitação civil e instabilidade política. As grandes disparidades de rendimento podem inclusive minar os valores democráticos, no caso de indivíduos ricos influenciam as agendas políticas (por exemplo, garantindo incentivos fiscais para as pessoas que auferem de rendimentos mais elevados e impondo cortes nos serviços sociais) ou tentarem moldar as perceções sociais (através dos media).

Revisitar o progresso económico

A situação e o desempenho económicos de um país podem parecer menos relevantes quando ajustados à distribuição de rendimento. O RNB *per capita* é mais elevado nos Estados Unidos do que no Canadá, mas o inverso é verdadeiro para o RNB ajustado à desigualdade *per capita*. No Botsuana, Brasil e Chile há que introduzir largos ajustamentos ao RNB *per capita* devido à elevada desigualdade (figura 2.5).

O desempenho do Reino Unido é igualmente menos positivo depois do ajustamento à desigualdade. Na década de 1980 o rendimento médio das famílias cresceu 3,2 por cento por ano, mas o crescimento ajustado com o coeficiente de Gini reduziu-o para apenas 2,1 por cento.¹⁷ Esta situação é semelhante ao crescimento ajustado de 2 por cento na década de 1990, uma década pouco animadora. Durante o período de 1961-2010, o ajustamento reduz o crescimento médio anual no rendimento médio familiar de 1,9 por cento para cerca de 1,5 por cento.

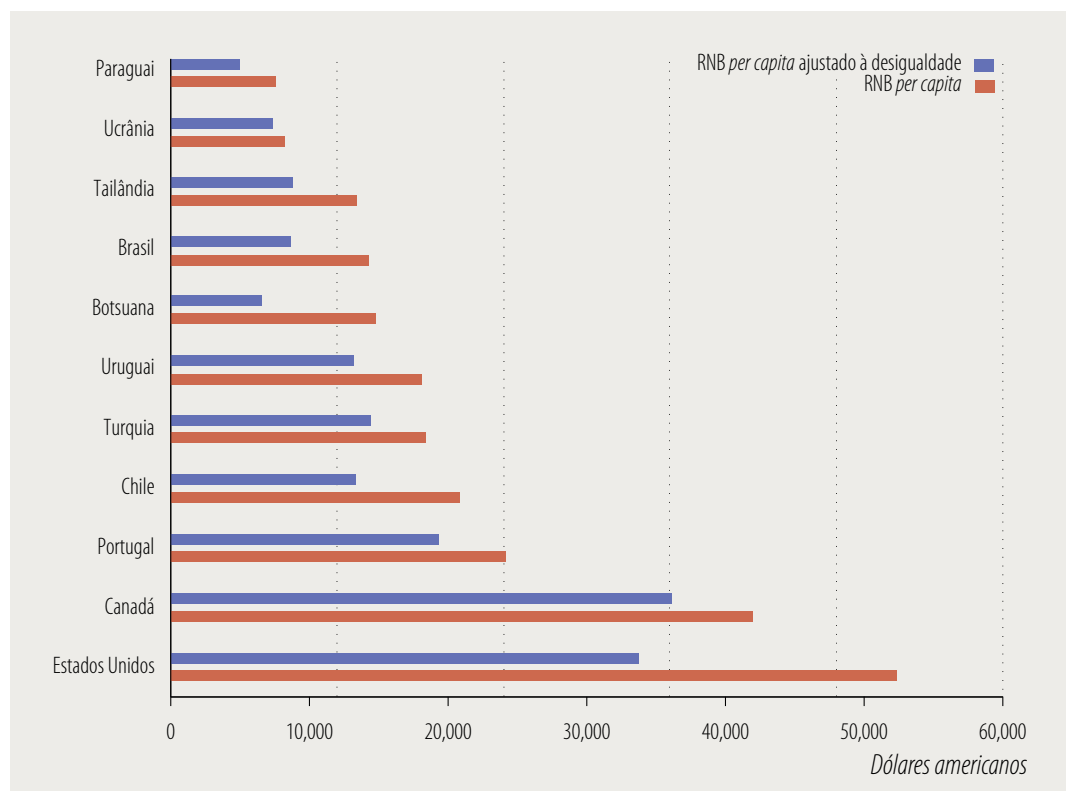
Outra forma de avaliar o progresso é acompanhar o crescimento do consumo entre os 40 por cento mais pobres da população. Com base nessa medição, alguns países têm tido um bom desempenho. Na Bolívia, Brasil e Camboja, o crescimento do consumo entre os 40 por cento mais pobres foi mais rápido do que para o conjunto da população (figura 2.6). Todavia, nos países que registam uma desigualdade elevada ou crescente, como na China, na Malásia e Uganda—o crescimento do consumo para os que situam no extremo mais pobre da cadeia de distribuição tem sido mais lento do que para o conjunto da população.

Desigualdade de género

As mulheres experimentam vários tipos de desvantagens e discriminação no domínio da saúde,

FIGURA 2.5

A situação e o desempenho económicos de um país podem parecer menos relevantes quando ajustados à distribuição de rendimento



Nota: O RNB per capita ajustado à desigualdade utiliza o índice Atkinson. Os dados são relativos a 2013.
 Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

A questão da desigualdade não interessa apenas aos que situam no extremo mais pobre da cadeia de distribuição, mas também à sociedade no seu todo—uma vez que esta ameaça a coesão social e dificulta a mobilidade social, alimenta as tensões sociais que podem traduzir-se em agitação civil e instabilidade política

educação e emprego. A fim de salientar essas disparidades, este relatório apresenta os valores de IDH separadamente para mulheres e homens em relação a 148 países. Em todo o mundo, o valor do IDH para o género feminino é em média 8 por cento mais baixo do que o valor do IDH masculino. Entre as regiões, a maior diferença regista-se na Ásia do Sul (17 por cento). A diferença é pequena (3 por cento) no agrupamento de desenvolvimento humano muito elevado, mas cifra-se em 17 por cento no agrupamento de desenvolvimento humano baixo. A Eslováquia alcançou a paridade de género, sendo os valores do IDH feminino ligeiramente mais elevados do que os valores para o género masculino em 15 países—ver tabela 3 em *Anexo Estatístico*.

O Índice de Desigualdade de Género relativo a 149 países revela até que ponto as realizações nacionais na área da saúde reprodutiva, empoderamento e participação no mercado de trabalho são esboroadas pela desigualdade de género. Ao contrário do IDH, um valor do Índice de

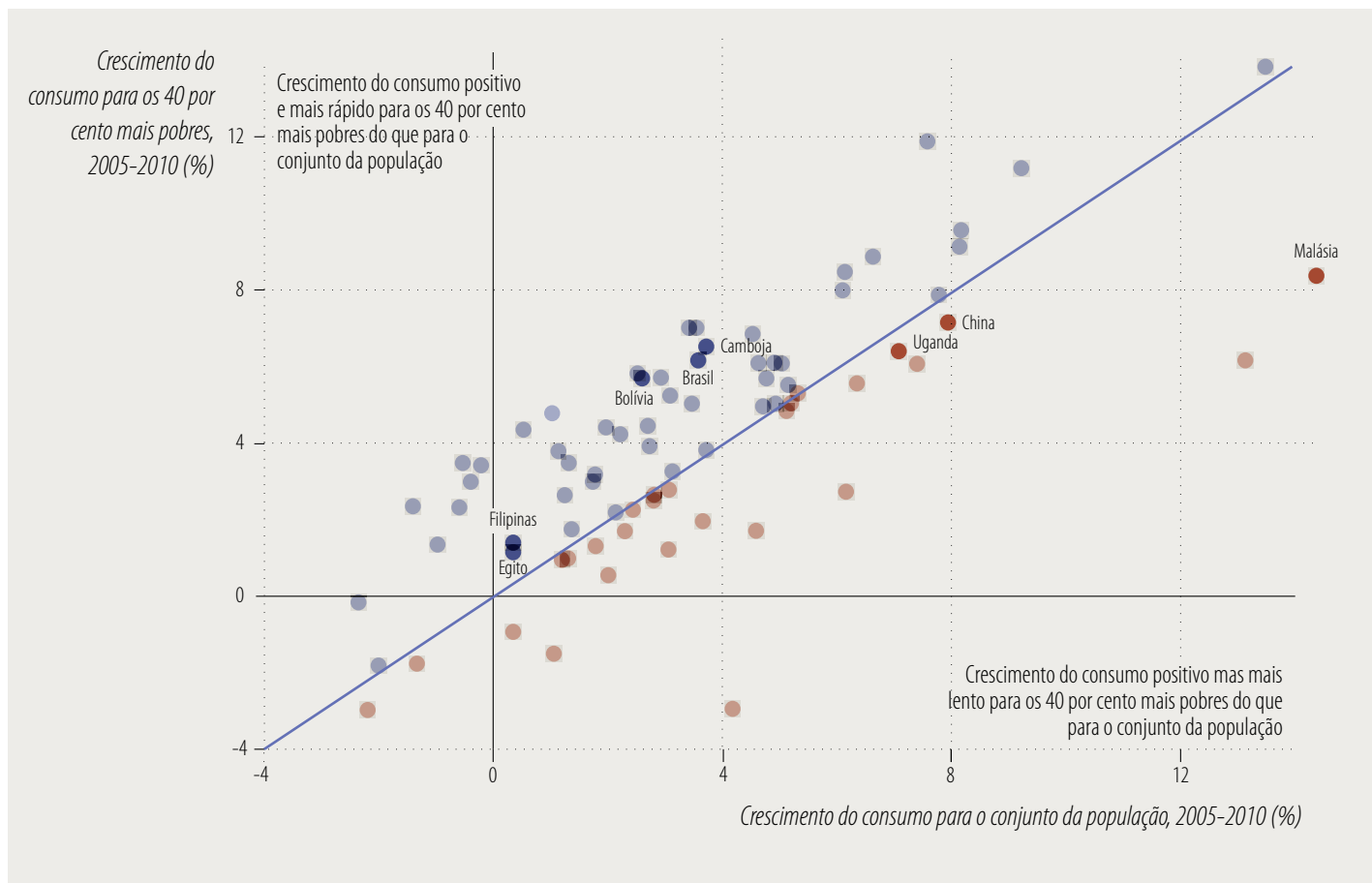
Desigualdade de Género mais elevado indica um desempenho fraco. Os valores variam entre uma média de 0,317 para a Europa e Ásia Central e 0,575 para a África Subsariana e entre uma média de 0,197 para o agrupamento de desenvolvimento humano muito elevado e 0,586 para o agrupamento de desenvolvimento humano baixo. A Eslovénia supera todos os outros países (0,021), enquanto o Iémen regista o valor mais elevado (0,733).

A nível mundial, as mulheres estão em desvantagem na representação política nacional. Em média, ocupam 21 por cento dos assentos nos parlamentos nacionais. Na América Latina e Caraíbas, a situação é melhor, com cerca de 25 por cento dos assentos. Nos parlamentos dos Estados Árabes, as mulheres ocupam menos de 14 por cento dos assentos.

Os insuficientes serviços de saúde reprodutiva constituem uma das principais razões da desigualdade de género, em especial nos países em desenvolvimento. Por exemplo, o rácio de mortalidade materna é de 474 por 100 000

FIGURA 2.6

Nos países que registam uma desigualdade elevada ou crescente, a taxa de crescimento do consumo para os 40 por cento da população que vive em situação de maior pobreza tem sido mais lenta do que para o conjunto da população



Fonte: Narayan, Saavedra-Chanduvi e Tiwari 2013.

nascimentos na África Subsaariana. As mortes maternas têm, naturalmente, graves implicações para os recém nascidos e seus irmãos mais velhos deixados sem cuidados maternos, cujas vidas poderão manter-se num registo de baixo desenvolvimento humano em todo o seu ciclo de vida. A maternidade na adolescência poderá também dar origem a um enfraquecimento do desenvolvimento humano para as jovens mães e seus filhos. Na África Subsaariana, os dados indicam 110 nascimentos por 1 000 adolescentes com idades entre os 15 e 19 anos.

Os défices no domínio da educação são igualmente elevados. Em média, 60 por cento das mulheres a partir dos 25 anos de idade concluíram pelo menos algum nível de ensino secundário, comparativamente a 67 por cento dos homens. Esta discrepância é particularmente acentuada no agrupamento de desenvolvimento

humano baixo (15 por cento versus 29 por cento). A Ásia do Sul regista a maior diferença entre géneros no domínio da educação (15 pontos percentuais). O agrupamento de desenvolvimento humano muito elevado regista uma quase paridade de género, a este nível (cerca de 86 por cento contra 88 por cento).

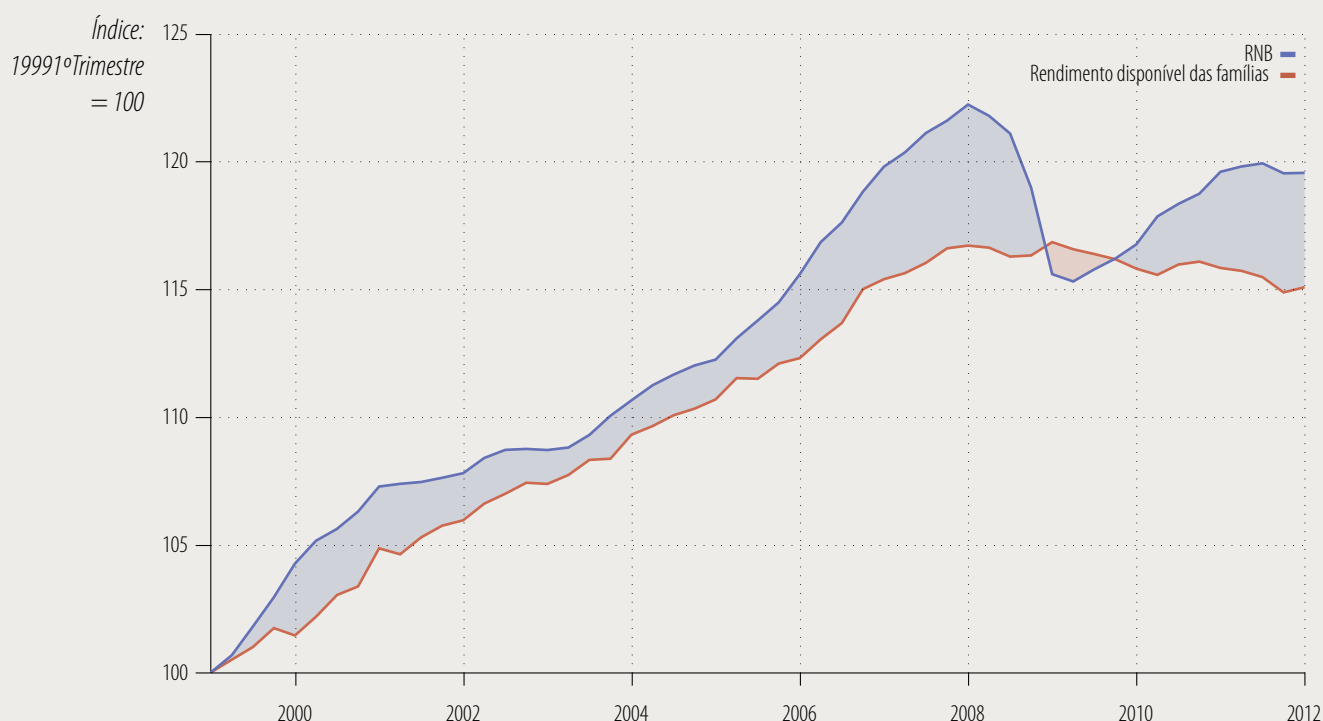
A participação das mulheres no mercado de trabalho também é menor do que a dos homens (51 por cento em comparação com 77 por cento). A situação é menos promissora para as mulheres nos Estados Árabes, onde 25 por cento das mulheres em idade ativa participam no mercado de trabalho, comparativamente a 73 por cento dos homens. As taxas de participação na força de trabalho tende a ser mais elevada entre as mulheres na África Subsaariana, porque se vêm, com maior frequência, forçadas a lutar pela subsistência no setor informal.

Observação sobre o rendimento disponível

Os padrões de vida material podem ser mais bem acompanhados, especialmente durante as crises económicas, por meio de medições que se prendem com o consumo e rendimento das famílias e não com o PIB (ver figura). Por exemplo, enquanto o PIB caiu drasticamente (5,7 por cento) na área do euro em 2008 e 2009, o rendimento disponível das famílias manteve-se em níveis de pré-crise, o que pode dever-se, pelo menos em parte, aos estabilizadores automáticos de proteção social e a medidas discricionárias que protegem

o rendimento das famílias nos primeiros anos da crise. Da mesma forma, o rendimento disponível das famílias subiu menos rapidamente do que o PIB no período pré-crise até 2007. Há espaço para concluir que se nos afastarmos das medições padrão ligadas ao rendimento é possível mudar a perspectiva do progresso económico e social. No entanto, assentar no rendimento disponível também tem desvantagens, porque gera a assunção de que os regimes fiscais e benefícios sociais são comparáveis entre países.

Enquanto o PIB caiu drasticamente na área do euro em 2008 e 2009, o rendimento disponível das famílias manteve-se em níveis de pré-crise



Nota: O rendimento disponível das famílias é medido em termos reais, utilizando o deflator da despesa de consumo final das famílias sazonalmente ajustado. O PIB é medido em termos reais utilizando o deflator do PIB.
Fonte: Atkinson 2013.

Pobreza

As habituais medidas destinadas a combater a pobreza têm por base o rendimento ou o consumo, que registam importantes dimensões da privação, contudo dão apenas uma imagem parcial. As privações a que as pessoas estão sujeitas podem ir muito além do rendimento, nomeadamente, a falta de saúde, a má nutrição, a escolaridade e competências insuficientes, modos de vida e condições familiares inadequados e ainda exclusão social.

Alguns destes aspetos mais alargados da pobreza são integrados no conceito de pobreza

multidimensional. Em 104 países em desenvolvimento, 1,2 mil milhões de pessoas tinham um rendimento de 1,25 dólares, ou menos, por dia.¹⁸ Contudo, o número de pessoas em situação de pobreza multidimensional em 91 países em desenvolvimento foi estimado em cerca de 1,5 mil milhões de pessoas—segundo a medida do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM).¹⁹ De acordo com o IPM, que foi introduzido no RDH de 2010 para medir as privações em três dimensões do IDH — saúde, educação e padrões de vida — 2,2 mil milhões de pessoas vivem em situação de pobreza multidimensional ou quase pobreza

(de 10). O IPM mede não só a percentagem de indivíduos que vivem privações, como também a intensidade da privação para cada agregado familiar pobre, proporcionando uma visão mais abrangente (ver capítulo 3).

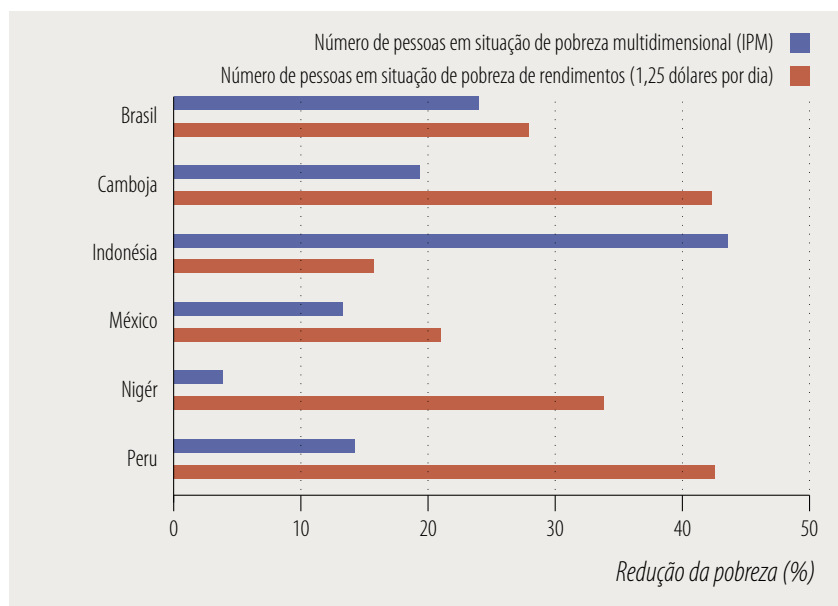
A percentagem de pessoas em situação de pobreza multidimensional é geralmente superior à das que vivem com menos de 1,25 dólares por dia. No Camboja, 47 por cento da população viviam em situação de pobreza multidimensional em 2010, porém apenas 19 por cento viviam com menos de 1,25 dólares por dia. De notar ainda que no Brasil e na Indonésia, a pobreza de rendimento é superior. Acresce também que, embora em muitos países, tanto a pobreza multidimensional como a de rendimento tenham diminuído, a taxa de progresso é muito variável (figura 2.7). O número de pessoas em situação de pobreza multidimensional desceu mais rapidamente do que as confinadas à pobreza de rendimento na Indonésia, embora suceda o oposto no Peru.

Emprego vulnerável e salários estagnados

O crescimento económico que não gera emprego digno suficiente tem poucas probabilidades de promover o desenvolvimento humano. O RDH

FIGURA 2.7

Apesar de muitos países registarem um decréscimo da pobreza multidimensional e da pobreza de rendimentos no período 2005-2012, o ritmo do progresso é muito variável



Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

de 1993 chamou a atenção para a subida da taxa de desemprego nas situações em que a produção aumenta, mas a taxa de emprego não acompanha o ritmo.²⁰ A questão parece ter ressurgido. O

TABLE 2.4

Emprego vulnerável e trabalhadores pobres, 2010 e 2012

	Emprego vulnerável ^a (% do emprego total)		Trabalhadores pobres ^b (% do emprego total)	
	2010	2012	2010	2012
Mundo	53,1	49,2	26,6	12,3
Economias desenvolvidas e União Europeia	11,2	10,1	-	-
Outros Estados da Europa ^c e Comunidade de Estados Independentes (CEI)	23,8	19,7	5,0	1,7
Ásia Oriental	58,4	48,9	31,2	5,6
Sudeste Asiático e Pacífico	65,2	61,1	33,7	11,7
Ásia do Sul	81,3	76,9	43,9	24,4
América Latina e Caraíbas	35,8	31,5	7,8	3,5
Médio Oriente	33,5	27,0	1,4	1,8
Norte de África	42,1	41,4	9,5	6,4
África Subariana	81,8	77,2	56,7	40,1

a. Soma de trabalhadores por conta própria e trabalhadores que contribuem para o agregado familiar.

b. Empregados por conta de outrem que ganham menos de 1,25 dólares por dia por pessoa.

c. Refere-se a países não membros da UE e do Sudeste Europeu e Europa Central.

Fonte: OIT 2013d.

desemprego aumentou consideravelmente após a crise de 2008. Uma análise sobre a situação de 65 países mostrou que, em mais de dois terços dos países, a taxa de emprego não regrediu para o nível de pré-crise até o final de 2012. Em alguns países, como a Irlanda e a Espanha, a taxa de desemprego de longa duração aumentou pelo menos em 20 pontos percentuais no período de 2007-2012.²¹ Atualmente, no mundo, cerca de 200 milhões de indivíduos estão no desemprego.

Apesar do forte crescimento da produtividade, os salários reais revelam uma grande estagnação. Entre 2000 e 2011, os salários reais aumentaram apenas 5 por cento nas economias desenvolvidas e 15 por cento na América Latina e Caraíbas, tendo decrescido no Médio Oriente. Porém, na Ásia, registaram um crescimento notável de 94 por cento. Em consequência, a quota-parte do trabalho no RNB diminuiu em muitas regiões do mundo. Com base nos dados existentes relativos a 16 países desenvolvidos, a quota-parte do trabalho desceu cerca de 75 por cento no RNB, em meados da década de 1970, para cerca de 65 por cento nos

anos que antecederam a crise económica e financeira mundial.²²

São essenciais empregos dignos e bem remunerados para melhorar a qualidade de vida. Mesmo tendo em conta as recentes melhorias, a percentagem de trabalhadores com empregos instáveis continua a ser muito elevada na África Subsariana e na Ásia do Sul—cerca de 77 por cento do emprego total (tabela 2.4). Quase metade da população ativa do mundo continua a ter um emprego vulnerável, apanhada na teia de empregos precários e de baixa remuneração. A elevada percentagem de trabalhadores pobres indica que o rendimento do trabalho continua abaixo do que é necessário para garantir condições de vida dignas. O progresso pode ter sido impressionante em várias regiões, mas a verdade é que 40 por cento dos trabalhadores na África Subsariana e 24 por cento dos trabalhadores na Ásia do Sul continuam a viver em famílias que ganham menos de 1,25 dólares por dia por pessoa.

A precariedade do emprego também aumentou em vários países desenvolvidos, aumentando o

CAIXA 2.2

Macroeconomia e austeridade

Nos anos que antecederam a crise financeira global, as finanças públicas da maioria dos países desenvolvidos estavam em boa forma. Os défices orçamentais diminuía, e a dívida encontrava-se estável ou em decréscimo. Posteriormente, a recessão económica impôs o recurso a estabilizadores automáticos, como subsídios de desemprego, e a pacotes de incentivo fiscal que contribuíram para o aumento da despesa pública. Alguns governos assumiram a responsabilidade relativamente a elevadíssimas dívidas do setor privado, especialmente de bancos em situação problemática. As receitas fiscais diminuíram nesse ambiente de desaceleração. As tendências combinadas do aumento da dívida com a queda do PIB fizeram os défices orçamentais e os rácios PIB/dívida pública subir acentuadamente.

Apesar dos primeiros sinais de retoma económica, em parte graças a políticas orçamentais anticíclicas, muitos governos — especialmente na Europa — mudaram rapidamente a sua orientação política para medidas de austeridade. Os programas de austeridade têm, entre outros, contribuído para uma drástica queda do investimento público na Europa. Entre 2008 e 2012, a formação bruta de capital fixo público caiu 65 por cento na Irlanda, 60 por cento na Grécia e em Espanha, 40 por cento em Portugal e 24 por cento na Itália. No geral, o investimento público na área do euro (17 países) desceu de 251 mil milhões de euros em 2009 para 201 mil milhões de euros em 2012 — uma descida de 20 por cento em valor nominal, o que sucede depois de uma tendência de queda constante do investimento como parte do PIB desde a década de 1970. Os cortes orçamentais também têm afetado a prestação de serviços públicos. Entre 2009 e 2011, os gastos com a saúde diminuíram um terço nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) — incluindo a Grécia, Irlanda, Portugal e Reino Unido. Os resultados? Redução da despesa com programas de prevenção, reduções na

oferta de serviços de saúde, aumento dos pagamentos diretos correntes e cortes de salários nos hospitais. A crise também inverteu a tendência de longo prazo de maior investimento na educação. Em 2011-2012, 15 países da OCDE fizeram cortes nos seus orçamentos para a educação.

Esta concentração desproporcionada nas despesas e na dívida pública desvia a atenção de uma questão mais profunda e mais fundamental: como conseguir um crescimento inclusivo e sustentável a longo prazo? A austeridade cria um ciclo vicioso. Os cortes nas despesas públicas que reforçam o crescimento — como o investimento de capital e despesa social — enfraquecem a base coletável e aumentam a necessidade de assistência social, agravam os défices orçamentais e a dívida e conduzem a novas medidas de austeridade. Os cortes também minam o desenvolvimento futuro humano e correm o risco de inverter os ganhos tão duramente conquistados, além de que tendem a aumentar as desigualdades, o que em si mesmo é um obstáculo ao crescimento sustentado e aumenta o risco de crises económicas e financeiras.

A política macroeconómica reflete-se no desenvolvimento humano. Influencia a quantidade e a qualidade do emprego, o nível de proteção social e de prestação de serviços públicos. É cada vez mais visível que as atuais políticas macroeconómicas — especialmente em países desenvolvidos — incentivam a volatilidade do rendimento e das taxas de câmbio, aumentam a desigualdade e, por conseguinte, prejudicam o desenvolvimento humano. Esta situação deve-se em grande parte a uma concentração excessiva na estabilidade dos preços e na falta de oportunidade das políticas de austeridade, que agravam os problemas da dívida pública e privada e pouco fazem para lançar as bases da recuperação económica. É tempo de reavaliar o fundamento das medidas de austeridade e reorientar os esforços políticos no sentido de promover os investimentos com vista a um crescimento sustentável a longo prazo.

número de trabalhadores com contratos temporários e a tempo parcial, e a estagnação dos salários reais dificultou a introdução de melhorias nos padrões de vida. Na maioria dos países em desenvolvimento, o emprego vulnerável continua a ser a norma. O emprego assalariado no setor formal está disponível para um número restrito de indivíduos, sendo que a maioria da população dedica-se a atividades por conta própria ou sem remuneração—como por exemplo, praticando a agricultura de subsistência e o comércio de rua—, muitas vezes associadas a uma maior vulnerabilidade a choques (capítulos 3 e 4). Os maus resultados em termos de emprego geram efeitos económicos adversos, assim como também podem conduzir a uma perda de capacidades adquiridas (como competências e estado de saúde), restringir as escolhas e liberdades, afetar o bem-estar psicológico dos indivíduos e alimentar o descontentamento social.

Um enquadramento político centrado nas pessoas precisa de estar alinhado com as políticas macroeconómicas e estruturais, com intervenções no mercado de trabalho e com a proteção social. Estas políticas devem ser orientadas para estimular o crescimento económico inclusivo, criando empregos dignos e produtivos e garantindo serviços sociais básicos e proteção social — prestando simultaneamente uma atenção especial à equidade e à sustentabilidade. Os problemas complexos que as sociedades modernas enfrentam exigem um olhar novo sobre os tipos de políticas que podem criar sinergias que promovam e sustentem o desenvolvimento humano (caixa 2.2).

Assegurar e sustentar o desenvolvimento humano

Ao longo dos anos muito se tem debatido sobre o significado de sustentabilidade e sobre as medidas que podem acompanhar o progresso sustentável—ou a sua ausência. Em 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro, apontou para uma visão mais alargada, a saber, que o progresso sustentável deve abranger todas as três dimensões que afetam as oportunidades de vida dos indivíduos -social, económica e ambiental.

Proteger o meio ambiente pode ser encarado como um bem em si, contudo Amartya Sen e outros têm defendido que a concentração na sustentabilidade das pessoas e suas escolhas constitui uma abordagem mais profícua.²³ Os seres humanos

sempre dependeram da generosidade e resiliência do mundo natural, porém, é manifesta a precariedade do futuro, o que aumenta a vulnerabilidade dos indivíduos. A degradação ambiental e as alterações climáticas ameaçam a sobrevivência, a longo prazo, da humanidade. Por conseguinte, sustentar o progresso é um desafio que passa por garantir que as escolhas e capacidades atuais não comprometam as escolhas e liberdades disponíveis para as gerações futuras.²⁴ Embora a sustentabilidade possa ser controlada através de poupanças líquidas ajustadas e pegadas ecológicas, estas medições não refletem adequadamente a natureza dinâmica das opções a que os indivíduos têm acesso. Um aspeto importante deste enquadramento é o facto de, além de exigir uma maior atenção às tensões latentes entre as escolhas presentes e futuras, salientar também a necessidade de proteger os ganhos em matéria de desenvolvimento humano de choques negativos e acontecimentos adversos.

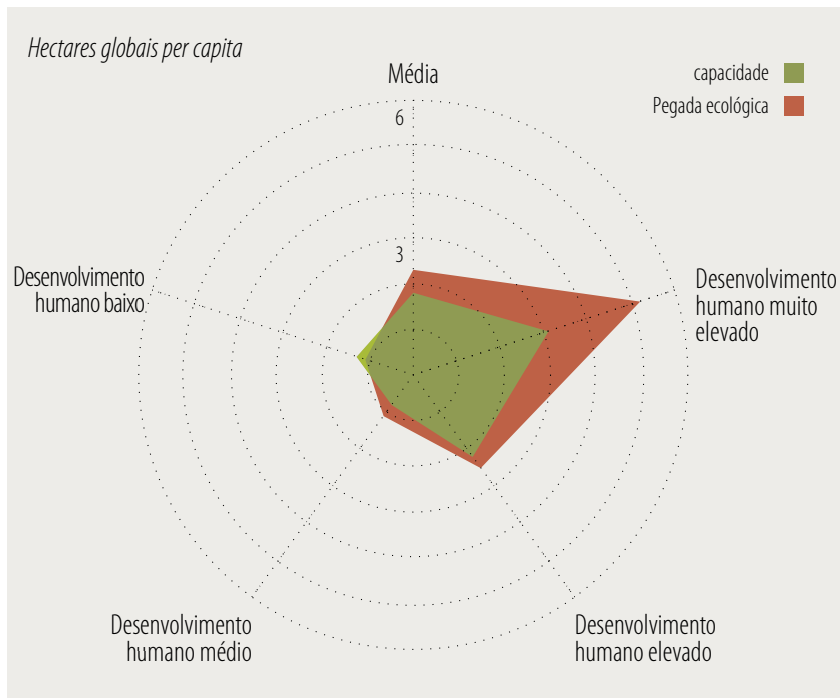
Os *RDH* 2011 e 2013 defendem que as catástrofes ambientais, não só poderão atrasar o desenvolvimento humano, como até inverter o seu processo. As alterações climáticas podem tornar-se o maior obstáculo de todos às ambições manifestas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e às agendas de desenvolvimento pós-2015.²⁵ As ameaças ambientais tornam visíveis potenciais soluções de compromisso entre o bem-estar das gerações atuais e futuras. Se o consumo atual ultrapassar os limiares impostos pelas nossas fronteiras planetárias, as opções das gerações futuras e atuais ficarão seriamente comprometidas.²⁶

A possibilidade de um país ou de uma comunidade estar no caminho do desenvolvimento sustentável depende da sua posição face aos limiares locais e globais. Um limiar local prende-se com os recursos disponíveis dentro das fronteiras de um país, enquanto um limiar global assume uma perspetiva mais ampla, considerando as fronteiras planetárias. Por exemplo, o consumo de um recurso natural de um país pode muito bem ocorrer dentro dos seus limiares locais—em razão da abundância de recursos dentro das suas fronteiras—, mas o seu consumo per capita pode exceder o limiar global. O cruzamento desses limiares pode ter consequências nefastas dentro e fora das fronteiras, pelo que importa estudar a forma de equilibrar essas fronteiras locais e globais.

O princípio da universalidade constitui um bom ponto de partida para a combinação da

FIGURA 2.8

A pegada ecológica do consumo mundial é atualmente superior à biocapacidade total (hectares globais per capita)



Nota: Dados relativos a 2010
 Fonte: Global Footprint Network 2014 e cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

equidade na utilização dos recursos ambientais com outros recursos, dentro e entre as gerações. A ciência adianta uma ideia dos limiares globais para determinados recursos, enquanto a justiça social exige que a todos assista o mesmo direito ao recurso disponível para utilização pelas gerações atuais. Este princípio permite-nos identificar os países que enveredam por um caminho de desenvolvimento insustentável, principalmente com base em determinados indicadores ambientais.

Muito embora o ambiente seja uma dimensão chave que afeta as escolhas das gerações atuais e futuras, não é a única. Os fatores económicos, sociais e políticos também são determinantes para o alargamento ou a restrição das escolhas. Não obstante, a boa definição dos limiares da sustentabilidade ambiental global permitem avaliações mais formais.

Muitos países, especialmente os dos agrupamentos de desenvolvimento humano elevado, enveredam atualmente por caminhos de desenvolvimento insustentável.²⁷ Dos 140 países relativamente aos quais existem dados, 82 registam pegadas ecológicas superiores à capacidade global. Consequentemente, a pegada ecológica mundial

per capita é substancialmente mais elevada do que o limiar de sustentabilidade global. As emissões de dióxido de carbono em 90 de 185 países excedem o limiar global, sendo que estas são suficientemente elevadas para elevar as emissões globais per capita acima da sustentabilidade mundial. As retiradas de água doce em 49 dos 172 países para os quais existem dados disponíveis excedem também o limiar global. Em geral, a correlação é positiva entre a consecução do IDH mais elevado e as emissões e pegadas ecológicas insustentáveis, enquanto o consumo de água é insustentável em todos os países desenvolvidos e em desenvolvimento.²⁸

A pegada ecológica mundial do consumo é atualmente superior a toda a sua biocapacidade, isto é, a capacidade da biosfera para satisfazer a procura humana no que respeita ao consumo material e eliminação de resíduos (figura 2.8). O agrupamento de desenvolvimento humano muito elevado, em particular, regista um grande défice ecológico—visto que a sua pegada ecológica é quase o dobro da biocapacidade disponível.

Embora o desenvolvimento humano exija a expansão das opções atualmente disponíveis aos indivíduos, é igualmente importante ter em conta o impacto nas escolhas das gerações futuras a favor da equidade intergeracional. O desenvolvimento humano não deve acontecer à custa das gerações futuras. Para garantir e sustentar o desenvolvimento humano e evitar repercussões dramáticas locais e globais, é fundamental atuar com urgência e ousadia no que se refere à sustentabilidade ambiental.

Ameaças globais ao desenvolvimento humano

Os choques económicos, sociais e ambientais têm um forte impacto na vida das pessoas e constituem um desafio fundamental à promoção e sustentabilidade do desenvolvimento humano. As mudanças imprevisíveis nas condições de mercado e as perceções sociais e ambientais podem ter efeitos desestabilizadores dramáticos, a saber, restringir escolhas atuais e futuras dos indivíduos e das famílias e impedir o progresso de sociedades inteiras. Por exemplo, as alterações bruscas nos preços e na atividade económica—como se pôde observar na crise económica e financeira global de 2007-2008 e na crescente volatilidade dos preços dos produtos de base desde 2007 — ameaçam a subsistência dos indivíduos e a coesão social, criando

Os choques económicos, sociais e ambientais têm um forte impacto na vida das pessoas e constituem um desafio fundamental à promoção e sustentabilidade do desenvolvimento humano

Medição do progresso humano

As realizações na era dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) têm sido extraordinárias: para dar apenas um exemplo, o número de mortes na infância por ano desceu quase para metade, passando de mais de 12,4 milhões para 6,6 milhões. Esta conquista não chega a atingir o objetivo de dois terços incluído no ODM 4, mas é um feito para a humanidade.

Com o prazo para a consecução dos ODM previsto para 2015, a toda comunidade que se dedica ao desenvolvimento começa a considerar o próximo conjunto de objetivos globais e a forma de avançar a partir do progresso atual. O Secretário-Geral das Nações Unidas convocou um Painel de Alto Nível para se debruçar sobre a questão, e uma das prioridades que este painel salientou designa-se por «revolução dos dados». De acordo com o painel, para acelerar o ritmo do progresso, as organizações orientadas para o desenvolvimento e os governos de países em desenvolvimento precisam de ter acesso a mais e melhores dados.

Poucas pessoas acreditam no poder dos dados como eu. Na verdade, eu escrevi a carta anual da Fundação Bill & Melinda Gates em 2012 sobre a importância da «medição». Segundo a minha experiência, o lema da Gestão «O que é quantificado é realizado» continua válido. O simples ato de rastrear os principais indicadores torna muito mais provável a introdução de mudanças efetivas nesses indicadores. Em segundo lugar, a análise de estatísticas sobre desenvolvimento permite retirar ensinamentos que melhoram os resultados ao longo do tempo. Por exemplo, a recente proliferação de excelentes sistemas comunitários de saúde nos países em desenvolvimento tem muito a ver com o facto de os trabalhadores da linha de frente obterem resultados.

Uma vez que há consenso sobre a importância dos dados e a necessidade de uma «revolução dos dados», o próximo passo é aprofundar o debate sobre os conteúdos específicos dessa revolução.

Uma das prioridades é simplificar os processos de recolha de dados em curso. Atualmente, o fornecimento de dados é extremamente fragmentado, ao ponto de diferentes intervenientes registarem, frequentemente e várias vezes, os mesmos elementos de forma ligeiramente diferente, negligenciando a possibilidade de reunir também outra informação estatística útil. A resposta não é recolher todos e quaisquer dados possíveis sobre o desenvolvimento económico e humano, o que

aumentaria os custos e conduziria a um impasse. É necessário um mecanismo de coordenação que reúna o consenso entre a toda comunidade orientada para o desenvolvimento e os próprios países em desenvolvimento sobre uma lista limitada de indicadores que mereçam ser cuidadosamente monitorizados.

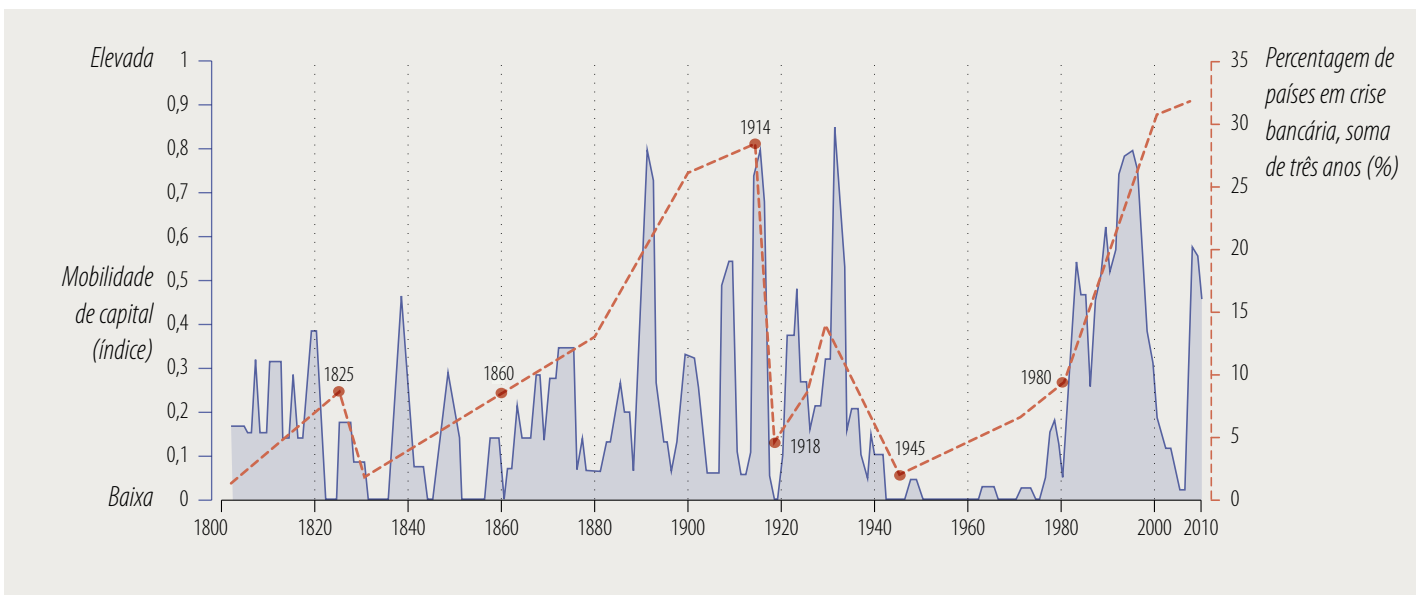
Uma segunda prioridade é investir na capacidade dos países em desenvolvimento de recolher dados a longo prazo: no final, os dados de desenvolvimento só têm valor se forem utilizados no país pelos decisores políticos. Não devemos lançar uma revolução dos dados com base numa enorme injeção de capital para recolher uma imensidão de dados num único ponto no tempo tendo em vista o próximo conjunto de objetivos globais. Em vez disso, para que uma verdadeira revolução seja duradoura, precisamos de ajudar os países a contratar e formar mais especialistas e a investir nos seus próprios sistemas para monitorização dos dados que lhes interessam para os próximos anos. Parte desta tarefa implicará considerar seriamente o contributo que a tecnologia digital pode dar para melhorar a recolha de dados em países que possuem técnicas com dezenas de anos de atraso. Por exemplo, utilizar um sistema de posicionamento global, em vez de uma fita métrica e de uma bússola para estimar a produtividade agrícola pode acelerar o trabalho em mais de um fator de 10.

A terceira prioridade é garantir que os dados sobre o desenvolvimento humano sejam amplamente disseminados, informem a política pública e aumentem a responsabilização. Isso significa dar aos cidadãos, à sociedade civil, aos doadores, aos empresários e parlamentares total acesso a dados estatais, independentemente do conteúdo dos mesmos. Significa, igualmente, garantir que os especialistas utilizem os dados disponíveis para tomar melhores decisões políticas.

O benefício de uma revolução dos dados traduz-se no efeito que terá sobre cada uma das prioridades relativas ao desenvolvimento e saúde a nível mundial. Os países, se dispuserem de melhores dados, farão um melhor trabalho relativamente a cada um dos objetivos que definir, sejam eles salvar vidas de crianças, aumentar a produção agrícola, ou o empoderamento das mulheres. Em última análise, melhores dados podem significar uma vida melhor para milhões de pessoas.

FIGURA 2.9

Desde a liberalização dos fluxos de capital e de uma maior integração financeira na década de 1980, a incidência de crises bancárias regista um forte aumento



Fonte: Reinhart 2012.

simultaneamente um clima de incerteza que afeta a tomada de decisões e a assunção de riscos.

Nos últimos anos, os preços dos ativos financeiros, os preços dos produtos de base e os fluxos de capital têm sido particularmente voláteis.²⁹ Além disso, a instabilidade social e política eclodiu desde o norte de África até à América Latina, mesmo em países que tinham bons padrões de vida ou que apresentavam rápidas melhorias a esse respeito. Sem pretender ser exaustivo ou minucioso, o resto deste capítulo analisa quatro ameaças globais interligadas suscetíveis de aumentar a vulnerabilidade e prejudicar o progresso do desenvolvimento humano: a instabilidade financeira, a volatilidade dos preços dos produtos alimentares, as catástrofes naturais e os conflitos violentos.

Instabilidade financeira

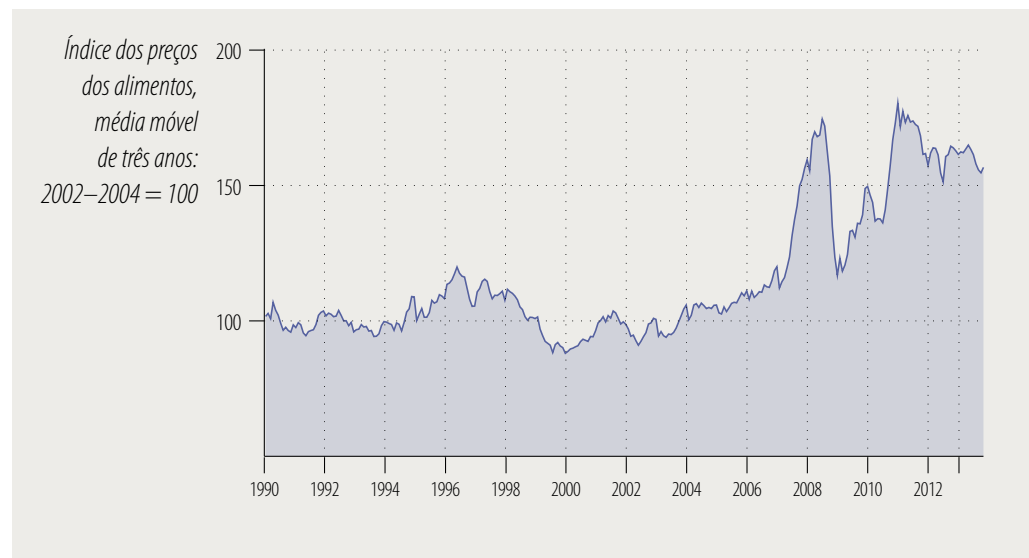
Ao longo das últimas décadas, o mundo tem sofrido crises financeiras mais profundas e com maior frequência que se refletiram rapidamente noutros setores da economia, criando incerteza, afetando os meios de subsistência e ameaçando a estabilidade social. No período de crise mais recente, o desemprego mundial aumentou em quase 30 milhões entre 2007 e 2009 e as estimativas relativas à taxa de desemprego atual permanecem muito acima dos níveis pré-crise.³⁰ Os choques económicos podem ter consequências negativas a

longo prazo, especialmente se desencadearem um ciclo vicioso de baixo desenvolvimento humano e de conflitos.³¹ As catástrofes naturais e os choques políticos — como secas e golpes de Estado — têm, na generalidade, fortes impactos negativos sobre o desenvolvimento humano. Contudo, os choques financeiros — como as crises bancárias — são a causa mais provável de regressão do IDH.³² O número de países afetados por crises bancárias parece ser superior em períodos de elevada mobilidade de capital internacional. Entre 1950 e 1980, quando era mais comum proceder ao controlo de capitais, poucos países tiveram crises bancárias. Porém, depois da liberalização dos fluxos de capital e da maior integração dos mercados financeiros, a incidência de crises bancárias regista um forte aumento (figura 2.9).³³ A crise bancária nórdica em 1997 e a recente crise financeira global são exemplos dessa instabilidade crescente.

Embora os países mais pobres estivessem mais isolados do choque financeiro inicial — devido à sua limitada integração nos mercados de capitais globais — foram extremamente vulneráveis aos canais de transmissão secundários, como por exemplo, a redução da procura externa das suas exportações e um investimento estrangeiro mais baixo. Regra geral, os países em desenvolvimento são menos capazes de dar resposta a grandes choques económicos e levam, habitualmente, mais

FIGURA 2.10

Os preços dos produtos alimentares têm oscilado consideravelmente e de forma inesperada desde 2007



Fonte: FAO 2013.

Responder ao “Desafio Fome Zero”

O “Desafio Fome Zero”, lançado em 2012 pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, integra um programa para reduzir a zero a perda e desperdício de alimentos e um programa para um sistema alimentar 100 por cento sustentável. Como pode ser executado? Permitam-me que refira o caso da Índia.

Há mais de 70 anos atrás, grassou a fome no subcontinente indiano, na região de Bengala, que levou à morte de mais de 3 milhões de crianças, mulheres e homens. A população da Índia era, à data, de 300 milhões; hoje ultrapassa 1,2 mil milhões. Em 2013, a Índia testemunhou uma transição histórica, passando das condições de fome de 1943 para um compromisso legal de garantir, a um custo muito baixo, as calorias mínimas essenciais a mais de 75 por cento da população recorrendo a alimentos cultivados no agregado familiar. O desafio agora é manter o direito a beneficiar do compromisso referido numa época de alterações climáticas, que pode ser caracterizada por alterações desfavoráveis de temperatura, precipitação e nível das águas do mar.

A experiência da Índia mostra que o desafio pode ser abraçado através de uma estratégia de seis vertentes que consiste em:

- Atenção à melhoria das boas condições do solo e à conservação de boas áreas de cultivo para a exploração agrícola.
- Recolha de água das chuvas, recarga de aquíferos e utilização conjunta das águas subterrâneas, águas de superfície, águas residuais tratadas e água do mar. A água do mar constitui 97 por cento do recurso hídrico global, e atualmente é possível promover sistemas de exploração que utilizam a água do mar, com recurso a plantas halófitas e à aquíicultura.
- Difusão de tecnologias apropriadas e dos insumos necessários.
- Crédito a juros baixos e seguros eficazes de grupo e individual.
- Comercialização assegurada e remunerada.
- Garantir aos agricultores com pequenas explorações uma economia de escala e respetivos benefícios através de cooperativas, grupos de autoajuda, empresas de produtores e exploração agrícola por contrato.

Através da combinação entre a nutrição e a agricultura com base na ciência, existem soluções do ponto de vista da agricultura que podem fazer face a doenças nutricionais. Para alcançar a segurança nutricional, existe a necessidade de

dar atenção em simultâneo à subnutrição ou privação de calorias, à fome de proteínas e à fome oculta causada pela deficiência no regime alimentar de micronutrientes como ferro, iodo, zinco, vitamina A e vitamina B12. A deficiência proteica pode ser reduzida através do aumento da produção e do consumo de leguminosas (leguminosas para grão), leite e ovos. A falta de micronutrientes pode ser abordada através da divulgação dos produtos agrícolas biofortificados. As variedades de micronutrientes enriquecidos começam a estar disponíveis em diversas culturas, como o arroz, feijão e trigo. As Nações Unidas designaram 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar, e os países em desenvolvimento devem envidar esforços para que cada exploração familiar seja uma cultura biofortificada. Também deve ter como objetivo prestar formação na área nutricional a uma mulher e a um homem em cada aldeia para atuarem como agentes que combatem a fome na Comunidade.

Fatores como água potável, saneamento, cuidados de saúde primários e educação nutricional têm de ser abordados na perspetiva de alcançar a segurança nutricional para todos. Acima de tudo, a melhor forma de superar a pobreza e a má nutrição é atribuir prioridade à ajuda às pequenas famílias de agricultores a produzir e a ganhar mais. A Lei da Segurança Alimentar indiana tem várias aspetos interessantes dignos de emulação. Alguns deles passam por adotar uma abordagem de ciclo de vida, com especial atenção aos primeiros 1 000 dias na vida de uma criança, e por designar a mulher mais velha na casa como o destinatário dos alimentos subsidiados. Assim sendo, o papel fundamental que as mulheres desempenham na segurança alimentar das famílias é reconhecido nos termos desta Lei.

Na maioria dos países em desenvolvimento, a segurança da subsistência de mais de 50 por cento da população depende de culturas e da criação de animais, da pesca em águas marinhas e águas interiores, da silvicultura e sistemas agroflorestais, da transformação de produtos agrícolas e agro-indústria. Nestas condições, se a agricultura não produzir bons resultados, nada mais o fará. As tendências recentes dos preços dos alimentos indicam que o futuro pertence a países com sementes e não armas.

tempo para recuperar de situações de crise. Por exemplo, a volatilidade do crescimento do PIB é frequentemente superior nos países mais pobres—exceto nos últimos anos—e a percentagem de anos passados em recessão profunda também é superior nestes países, em parte devido às suas estruturas económicas não diversificadas e a uma margem de manobra no plano político limitada.³⁴

As crises económicas geram frequentemente desemprego e dificuldades, mas as súbitas expansões económicas podem aumentar a desigualdade—o que pode contribuir para a próxima crise.³⁵ Com efeito, a desigualdade pode ser tanto uma causa como uma consequência da instabilidade macro-económica.³⁶ Uma distribuição mais equitativa do rendimento pode estimular o crescimento económico e promover uma maior estabilidade social e política. De facto, uma desigualdade de rendimento baixa tem sido associada a períodos

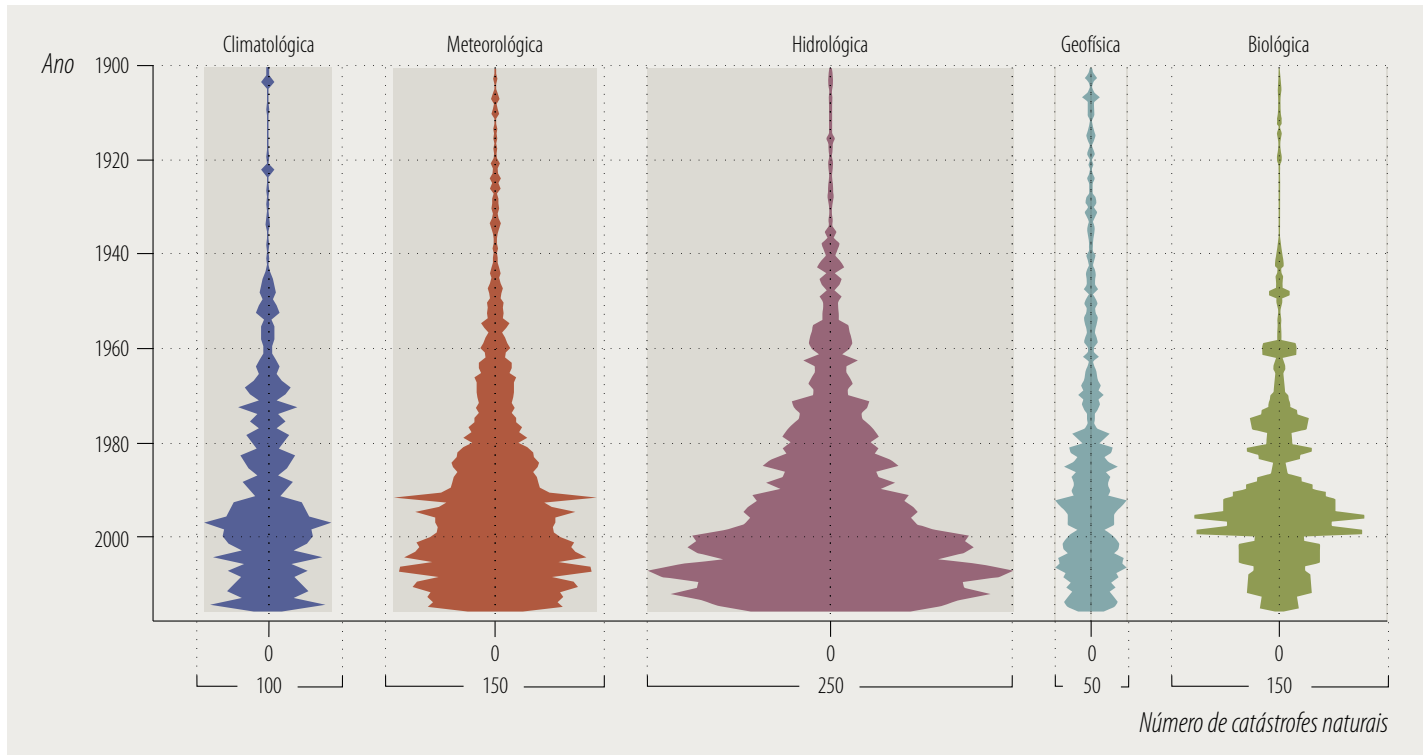
de crescimento mais longos e, assim, a maior sustentabilidade económica.³⁷

Volatilidade dos preços dos produtos alimentares

A volatilidade dos preços dos alimentos passou a ser uma ameaça crescente à segurança alimentar e, naturalmente, ao desenvolvimento humano. Os preços agrícolas são inerentemente variáveis, além de que os preços dos alimentos têm oscilado consideravelmente e de forma inesperada, desde 2007 (figura 2.10).³⁸ Os preços elevados e voláteis dos alimentos podem ter consequências a longo prazo sobre o bem-estar físico e mental dos indivíduos, uma vez que as famílias pobres são forçadas a consumir produtos alimentares mais baratos, embora menos nutritivos, a reduzir nas porções e até mesmo a suprimir refeições. Poderão também ter de trabalhar mais horas ou desistir de outros gastos

FIGURA 2.11

Entre 1901 e 1910, registaram-se 82 catástrofes naturais; entre 2003 e 2012 registaram-se mais de 4 000



Nota: Os principais tipos de catástrofes incluem temperaturas e secas extremas (climatológicas), tempestades (meteorológicas), inundações (hidrológicas), terremotos (geofísicas) e epidemias (biológicas).
Fonte: CRED 2013.

com a saúde ou educação. Embora os preços altos beneficiem os produtores de alimentos e os países exportadores de alimentos, são lesivos para os consumidores pobres. Além disso, uma maior incerteza relativamente ao preço afeta igualmente os pequenos produtores e comerciantes.

Entre 1960 e 1990 os preços dos alimentos em geral desceram — dado que os avanços tecnológicos contribuíram para que a produção agrícola crescesse mais rapidamente do que a procura. Contudo, num futuro próximo, os preços tendem a permanecer elevados e voláteis. Por quê? Porque o crescimento populacional e o aumento do rendimento nas economias emergentes e em desenvolvimento elevam a procura até níveis recorde. A crescente procura de biocombustíveis também desempenha um papel neste contexto. Entretanto, a oferta é reduzida pela degradação do solo, pelas alterações climáticas e baixo investimento na agricultura, nomeadamente, a negligência face a serviços de investigação e de extensão rural. Os preços tendem a ser mais voláteis em consequência do número mais elevado de eventos meteorológicos extremos, da “financiarização” dos

mercados de produtos de base e da volatilidade das taxas de câmbio.

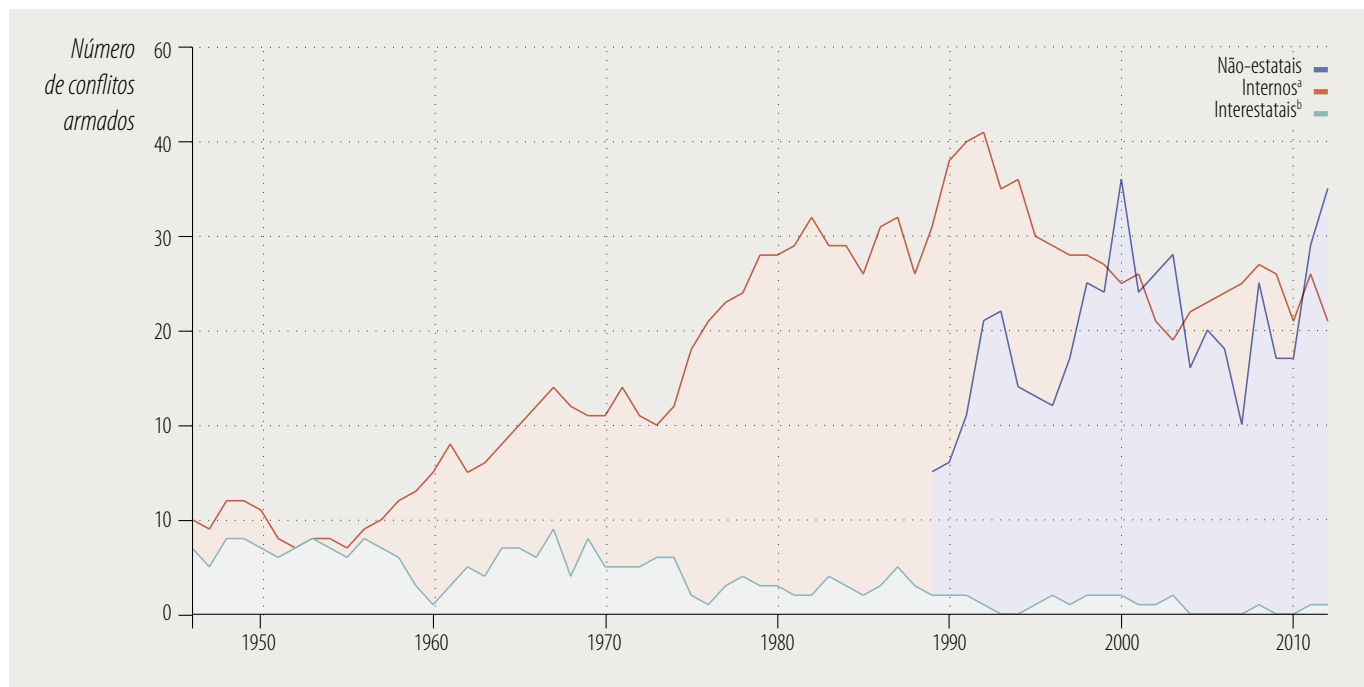
Catástrofes naturais

As catástrofes ambientais cada vez mais frequentes e intensas vão destruindo vidas, meios de subsistência, infraestruturas físicas e ecossistemas frágeis. Podem prejudicar as capacidades humanas e ameaçar o desenvolvimento humano em todos os países — especialmente nos mais pobres e mais vulneráveis.³⁹ O rendimento mais elevado e o estatuto socioeconómico estão associados a uma maior capacidade para absorver perdas e a uma maior resiliência. As mulheres, pessoas portadoras de deficiência e minorias raciais e étnicas podem enfrentar maiores entraves à recuperação de catástrofes, em parte porque dispõem de menos bens pessoais e de acesso desigual aos vários tipos de assistência.⁴⁰ As crianças, as mulheres e os idosos são particularmente vulneráveis.⁴¹

As catástrofes naturais têm vindo a aumentar tanto na frequência como na intensidade. Entre 1901 e 1910 registaram-se 82 catástrofes,

FIGURA 2.12

Os conflitos armados internos e não-estatais representam a grande maioria dos conflitos em todo o mundo



a. Inclui conflitos internos internacionalizados

b. Inclui conflitos extra-sistêmicos.

Fonte: UCDP e PRIO 2013; UCDP 2013.

contudo, entre 2003 e 2012, registaram-se mais de 4 000. Mesmo tendo em conta melhores técnicas de registo, o aumento é substancial. Um fator particularmente preocupante é a maior incidência de catástrofes hidrológicas e meteorológicas (figura 2.11). Apesar do número de mortes em resultado das catástrofes naturais parecer estar a descer, o número de pessoas afetadas tem vindo a aumentar.

A frequência e a gravidade das ondas de calor, inundações, secas e elevada precipitação têm estado associadas às alterações. Estes fenómenos meteorológicos extremos infligem custos económicos e sociais excecionalmente elevados. Além disso, cada vez são mais as provas científicas de que a ação do Homem é responsável pelo aquecimento da atmosfera e dos oceanos, pelo aumento do nível das águas do mar e por alguns fenómenos climáticos extremos.⁴² O aquecimento global aumenta a probabilidade de impactos graves, profundos e irreversíveis.⁴³ Assim, alguns destes fenómenos meteorológicos extremos poderiam, potencialmente, ser evitados, ou pelo menos mitigados. As alterações climáticas e a degradação ambiental constituem as principais ameaças ao desenvolvimento humano. As ações

destinadas a reduzir estas vulnerabilidades, incluindo a celebração de um acordo mundial sobre as negociações em matéria de alterações climáticas será fundamental para garantir e sustentar o desenvolvimento humano.

Conflitos violentos

Os conflitos armados impõem custos desmedidos aos indivíduos, comunidades e países. Além da perda de vidas, destroem os meios de subsistência, geram insegurança e perturbam os serviços sociais, instituições e mercados. Os conflitos também podem dar origem a grandes deslocamentos populacionais. Até ao final de 2012, cerca de 45 milhões de indivíduos foram deslocados à força devido a conflitos ou perseguições — o número mais elevado em 18 anos — sendo 15,4 milhões refugiados.⁴⁴ Populações deslocadas, afastadas dos seus empregos, dos bens e das redes sociais são altamente vulneráveis a outro tipo de violências, doença, pobreza e catástrofes naturais e lesam a capacidade de fazer face à adversidade.

Os conflitos armados internos e não-estatais representam a grande maioria dos conflitos em

Combater as alterações climáticas

Abordar o problema das vulnerabilidades e reforçar a resiliência obrigará a fazer face aos impactos das alterações climáticas, que poderão tornar-se progressivamente graves se a mitigação das emissões de gases de efeito estufa (GEE) não for atempada ou for inadequada em magnitude. O recente relatório do Grupo de Trabalho I do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC), no quadro do Quinto Relatório de Avaliação, adianta claramente que as últimas três décadas têm sido sucessivamente mais quentes no que se refere à superfície da Terra do que qualquer década anterior desde 1850. No Hemisfério Norte, o período 1983–2012 foi provavelmente o período de 30 anos mais quente dos últimos 1400 anos.

O ritmo de subida do nível das águas do mar desde meados do século XIX tem sido superior à média registada nos dois milénios anteriores. Durante 1901–2010 o nível médio das águas do mar no mundo aumentou 0,19 metros. As projeções indicam que, num cenário de maior concentração de GEE, a subida do nível das águas do mar se situará entre 0,52 e 0,98 metros até 2100 e entre 0,58 e 2,03 metros até 2200. Uma situação destas testaria, sem dúvida, muito severamente as capacidades de resiliência e de adaptação das sociedades nas zonas costeiras de baixa altitude e de pequenos Estados insulares. Também é provável que a subida do nível médio das águas do mar contribua para tendências crescentes de fenómenos extremos de praia mar.

A duração, a frequência e a intensidade dos períodos quentes ou ondas de calor aumentarão na maioria da superfície terrestre. Com base em cenários de emissões, a ocorrência de um dia mais quente em 20 anos é provável que passe a ser um fenómeno de 1 em 2 anos até ao final do século XXI na maioria das regiões. A frequência de precipitação intensa ou a percentagem de precipitação total proveniente de chuvas fortes aumentará no século XXI em muitas áreas do planeta. Um Oceano Ártico quase sem gelo no mês de setembro poderá ser uma realidade antes de meados do século no cenário da maior concentração de GEE. À semelhança destas alterações, prevê-se que o aumento da temperatura relativo a 1986–2005 venha a variar entre de 2,6°C e 4,8°C no período 2081–2100.

Algumas das mudanças esperadas decorrentes das alterações climáticas serão abruptas, deixando menos tempo para adaptação. Uma grande parte das alterações climáticas antropogénicas resultantes das emissões de CO₂ é irreversível numa escala de tempo multicentenária a milenar. Por

exemplo, dependendo do cenário, cerca de 15 a 40 por cento do CO₂ emitido permanecerá na atmosfera durante mais de 1000 anos. Também é praticamente certo que a subida do nível médio das águas do mar se mantenha para além de 2100, e devido ao aumento das temperaturas assim se manterá por muitos séculos. A perda sustentada de massa das camadas de gelo causará uma maior subida do nível das águas do mar, sendo que uma parte da perda de massa poderá ser irreversível. Há forte probabilidade de que a manter-se um maior aquecimento para além de um determinado limiar levaria à perda quase total da camada de gelo da Gronelândia no espaço de um milénio ou mais, causando uma subida do nível médio das águas do mar, em todo o mundo, de 7 metros. As estimativas atuais indicam que o limiar é maior do que 1 °C, sensivelmente, mas inferior a cerca de 4 °C. O Quarto Relatório de Avaliação declarou que em cenários SRES, a população costeira poderia aumentar de 1,2 mil milhões de indivíduos em 1990 para 1,8–5,2 mil milhões de indivíduos até 2080, dependendo dos pressupostos sobre migração. Com o aumento da população mundial, o número de pessoas vulneráveis à elevação do nível das águas do mar tenderá igualmente a aumentar.

As ações que vão desde uma transição por etapas a mudanças transformacionais são essenciais para reduzir os riscos de fenómenos climáticos extremos. A sustentabilidade social, económica e ambiental pode ser reforçada por abordagens de adaptação e gestão do risco de catástrofes. Uma condição prévia para a sustentabilidade no contexto das alterações climáticas passa por abordar as causas subjacentes à vulnerabilidade, incluindo as desigualdades estruturais que criam e sustentam a pobreza e restringem o acesso aos recursos.

As ações com vista à adaptação e redução dos riscos de catástrofes mais eficazes são as que oferecem benefícios em matéria de desenvolvimento num prazo relativamente curto, bem como a redução da vulnerabilidade a mais longo prazo. Existem muitas abordagens e caminhos para um futuro sustentável e resiliente. No entanto, os limites da resiliência são postos em causa quando os limites ou pontos de rutura associados aos sistemas sociais e naturais são ultrapassados, colocando graves desafios em termos de adaptação. Por conseguinte, a sociedade mundial tem de estar ciente de que nem a mitigação nem a adaptação sozinhas podem evitar todos os impactos das alterações climáticas. A adaptação e mitigação podem complementar-se e, em conjunto, podem reduzir significativamente os riscos de alterações climáticas.

todo o mundo (Figura 2.12).⁴⁵ O número de conflitos não estatais aumentou recentemente e, embora o número total de conflitos internos registre um decréscimo, o número de conflitos internos internacionalizados está em ascensão. Os conflitos interestatais têm diminuído devido, em parte, ao fim das guerras coloniais e da Guerra Fria. Os conflitos armados ocorrem por diferentes razões e em diferentes contextos. Contudo, os défices em termos de desenvolvimento, os ressentimentos não resolvidos (incluindo conflitos do passado) e os lucros obtidos com os recursos naturais são pontos em comum na maioria dos conflitos armados.

A agitação civil tem sido alimentada por uma crescente perceção de que a formulação de políticas não tem dado prioridade às necessidades dos indivíduos ou ouvido as suas vozes, o que deve ser encarado como um convite significativo a uma melhor governação. Isso exige uma maior responsabilização e capacidade de resposta por parte dos governos às preocupações dos seus cidadãos. São necessárias transformações profundas — para além de mudanças no governo como ilustrou a Primavera Árabe — para criar margem de manobra política e permitir a agência humana. As crescentes tensões económicas e sociais, que emergem de uma maior desigualdade e da falta

de oportunidades económicas, são suscetíveis de continuar a alimentar a agitação social.⁴⁶

Existem vários fatores a nível global que podem alimentar conflitos e aumentar a fragilidade, como o crime organizado transnacional, os mercados internacionais de serviços de segurança e produtos militares, e a propagação do extremismo radical. Abordar estas fontes de vulnerabilidade será crucial para promover a paz e promover o desenvolvimento humano.⁴⁷

O mundo sempre esteve sujeito à incerteza e imprevisibilidade. Contudo, a crescente frequência e gravidade dos choques económicos e ambientais ameaçam o desenvolvimento humano, o que torna fundamental a adoção de políticas nacionais e internacionais ousadas destinada a reduzir a vulnerabilidade dos indivíduos, comunidades e países e a aumentar a sua resiliência (capítulos 4 e 5).

* * *

Apesar do progresso contínuo em matéria de desenvolvimento humano, são muitos os indivíduos que continuam vulneráveis a choques que prejudicam a sua capacidade de viver uma vida saudável e gratificante. O próximo capítulo identifica grupos populacionais específicos que são particularmente vulneráveis a ameaças sistémicas, bem como os mecanismos através dos quais essas vulnerabilidades afetam o desenvolvimento humano.

“Não existe revelação mais nítida da alma de uma sociedade do que a forma como trata as suas crianças”

Nelson Mandela

“Uma pedra atirada no momento certo é melhor do que ouro oferecido no momento errado”.

Provérbio persa



Pessoas vulneráveis, mundo vulnerável

Quase todas as pessoas se sentem vulneráveis em algum momento da vida. Porém, alguns indivíduos e alguns grupos são mais vulneráveis do que outros devido à exposição, em grau variável e em diferentes fases do seu ciclo de vida, a determinadas condições sociais e económicas, desde o nascimento. Este relatório centra-se nas pessoas confrontadas com a possibilidade de uma deterioração significativa das suas circunstâncias de vida, em consequência de acontecimentos adversos. O que se pretende é analisar em que medida as características individuais e sociais condicionam os impactos que as pessoas sentem em resposta a choques persistentes e riscos de carácter mais geral. Colocando especial ênfase na vulnerabilidade permanente e sistémica, interrogamo-nos sobre quem é vulnerável e porquê, o que nos leva a analisar alguns dos fatores cruciais subjacentes, geradores de tais impactos.

As pessoas com limitações a nível das suas capacidades essenciais, como a educação e a saúde, são menos capazes de viver facilmente a vida que gostariam de viver, e as suas escolhas poderão ser restringidas ou coartadas por entraves sociais e outras práticas de exclusão. A par das capacidades limitadas, a redução das possibilidades de escolha¹ impede-as de saber lidar com ameaças. Em determinadas fases do ciclo de vida, as capacidades podem ser restringidas devido a investimentos e níveis de atenção inadequados nos momentos apropriados, produzindo vulnerabilidades que se podem acumular e intensificar. Basta pensar como a falta de desenvolvimento de competências cognitivas e não cognitivas na primeira infância influi nos resultados profissionais, e mesmo no consumo de drogas e álcool, em fases posteriores da vida.² Entre os fatores que condicionam a forma como os choques e reveses são sentidos e resolvidos estão as circunstâncias do nascimento, a idade, a identidade e o estatuto socioeconómico - circunstâncias sobre as quais os indivíduos têm pouco ou nenhum controlo.

Este capítulo destaca as vulnerabilidades do ciclo de vida e as vulnerabilidades estruturais (bem como as suas interseções). Analisa também a forma como a segurança influencia as escolhas e afeta alguns grupos mais do que outros, com ênfase na insegurança pessoal.

- *As vulnerabilidades do ciclo de vida* prendem-se com ameaças que os indivíduos enfrentam em diferentes fases da sua vida, desde a infância à velhice, passando pela juventude e idade adulta. A incidência nas vulnerabilidades do ciclo de vida e na formação das capacidades relacionadas com a vida chama a atenção para fases sensíveis em que a pessoa pode estar particularmente suscetível. Uma atenção inadequada nesses períodos pode limitar as capacidades e aumentar a

vulnerabilidade. Os investimentos feitos numa fase precoce e mantidos tornam mais sólida a formação de capacidades relacionadas com a vida. Esta abordagem ajuda a identificar intervenções e políticas que reforçam a resiliência humana, assunto do próximo capítulo.

- *As vulnerabilidades estruturais* estão enraizadas em contextos sociais. Esta ênfase põe em evidência características individuais e de grupo, incluindo a identidade de grupo, que estão associadas a uma maior vulnerabilidade a circunstâncias adversas. A reduzida capacidade para reagir pode estar ligada a investimentos inadequados no desenvolvimento de capacidades, não só no momento, mas também ao longo de todo o ciclo de vida; a uma deficiência; a um distanciamento geográfico ou outro tipo de isolamento; ou a barreiras societárias que impedem as pessoas de realizar o seu potencial, mesmo que, noutras circunstâncias, tivessem capacidades semelhantes (é o caso da discriminação e da exclusão das mulheres). As instituições sociais, incluindo as normas, moldam as capacidades e as escolhas proporcionadas aos indivíduos. As liberdades de que as pessoas gozam podem ser consideravelmente limitadas por normas, como a discriminação contra determinados grupos, um Estado de direito e sistemas de recurso fracos e a resolução de conflitos por meio da violência. Os fatores estruturais também podem sujeitar as pessoas ou os grupos a múltiplas desvantagens. A discriminação e a exclusão em função do grupo existem em inúmeras dimensões – participação política, cuidados de saúde, segurança pessoal e educação, para mencionar apenas algumas - e geram vulnerabilidades crónicas e coexistentes no caso das minorias e outros

grupos excluídos, limitando as suas capacidades e o seu papel potencial na sociedade alargada.

- *Violência de grupo e vidas inseguras.* A vulnerabilidade acrescenta uma dimensão importante a qualquer avaliação do desenvolvimento humano e do seu progresso. O desenvolvimento humano não se prende apenas com o alargamento das escolhas, mas também com a possibilidade de essas escolhas serem seguras e passíveis de subsistir no futuro. A possibilidade de fazer escolhas livremente pode ser prejudicada pela insegurança pessoal e pelo medo da violência. A violência condiciona as opções e as liberdades através de atentados à integridade física e ameaças e floresce em países com Estados fracos, uma governação limitada e instituições sociais sem capacidade de resposta. A violência está também associada a índices elevados de pobreza e desigualdade. As mulheres e as minorias sexuais, étnicas e religiosas, bem como outros grupos e comunidades que enfrentam discriminação social, têm mais probabilidade de sentir insegurança pessoal e ameaças de violência, potenciais ou reais.

O facto de as sociedades serem coesas, ou não, pode influenciar a forma como os indivíduos e as comunidades respondem a choques persistentes e generalizados. A falta de coesão social a par de uma elevada desigualdade ameaça os progressos alcançados em matéria de desenvolvimento humano, pelo “enviesamento” da ação das instituições e a deterioração do contrato social.³ Para além de um determinado limiar, a desigualdade exacerba a procura do lucro, o que impede o crescimento, retarda a redução da pobreza e limita a qualidade do compromisso sociopolítico. Obviamente que o inverso também é válido, uma vez que as atividades de procura do lucro podem levar ao aumento das desigualdades.⁴ A desigualdade impede igualmente o desenvolvimento humano, ao reduzir o investimento em serviços sociais básicos e bens públicos e ao aumentar a instabilidade política.⁵ As sociedades coesas e mais equitativas obtêm melhores resultados na maioria das vertentes do desenvolvimento humano, incluindo a resposta a ameaças e desafios.⁶ As pessoas sentem-se mais seguras quando os Estados funcionam bem e quando a coesão social é reforçada pela proteção de todos os direitos e pela promoção de normas que fomentam a tolerância e a inclusão. Esses Estados tendem também a ter fortes instituições sociais, que criam espaço para

os indivíduos e os grupos se sentirem seguros para expressar as suas preocupações, reclamar os seus direitos em termos de apoio e proteção, e construir alianças em prol da ação coletiva.

Capacidades relacionadas com a vida e vulnerabilidades do ciclo de vida—interdependentes e cumulativas

As capacidades são construídas ao longo da vida e devem ser alimentadas e mantidas, sob pena de não sofrerem evolução. Muitas das vulnerabilidades (e pontos fortes) das pessoas são consequência da sua história de vida, sendo que os resultados do passado influenciam o grau de exposição presente e a resposta às situações.⁷ Há dois aspetos que caracterizam a formação das capacidades relacionadas com a vida:

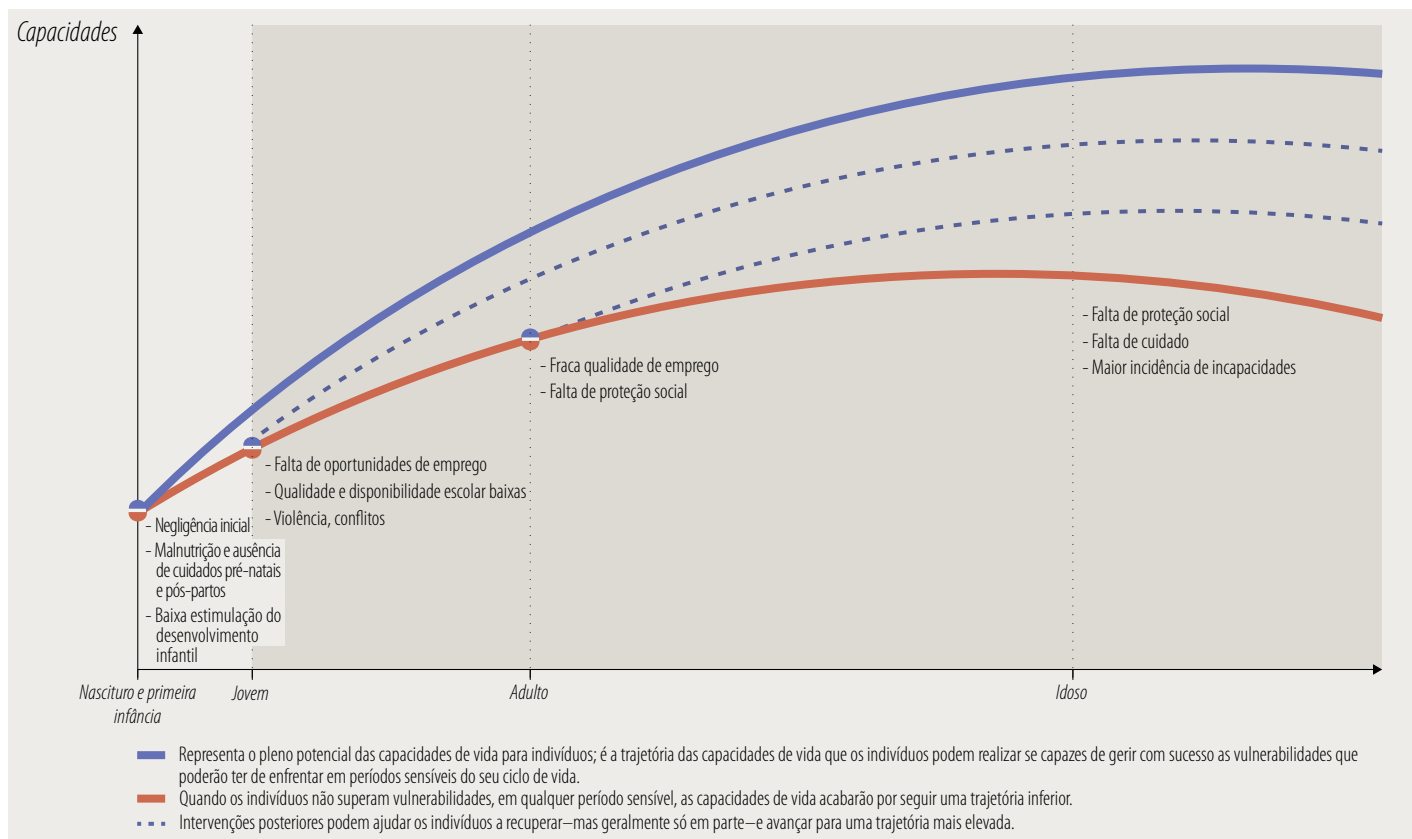
- Em primeiro lugar, as capacidades relacionadas com a vida dependem, em qualquer fase da vida, da trajetória efetuada—isto é, são afetadas por investimentos realizados nas fases anteriores da vida. Estão também sujeitas a uma relação ecológica e são afetadas pela interação entre o ambiente imediato, a comunidade e a sociedade.
- Em segundo lugar, os choques a curto prazo têm frequentemente consequências a longo prazo. As pessoas podem não reagir automaticamente ao que aparenta ser um choque transitório (histerese). A título de exemplo, um revés na infância pode ter consequências sérias ao longo do resto da vida, incluindo na capacidade de manutenção do emprego, nas incertezas associadas ao envelhecimento e na transmissão de vulnerabilidades à próxima geração. Algumas consequências podem ser revertidas, mas nem sempre;⁸ a reversão depende do contexto específico e não tem necessariamente uma boa relação custo-eficácia.⁹

Quando os investimentos nas capacidades relacionadas com a vida ocorrem numa fase precoce, as perspetivas futuras são melhores (ver a linha azul contínua na figura 3.1). O contrário também é verdade: a falta de investimentos tempestivos e continuados nas capacidades relacionadas com a vida pode comprometer fortemente a capacidade do indivíduo para atingir o seu pleno potencial de desenvolvimento humano (ver a linha vermelha contínua na figura 3.1). Intervenções posteriores podem ajudar as

Quando os investimentos nas capacidades relacionadas com a vida ocorrem numa fase precoce, as perspetivas futuras são melhores

FIGURA 3.1

Quando os investimentos em capacidades relacionadas com a vida ocorrem mais cedo, as perspectivas de futuro são melhores



Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

peças a recuperar—normalmente, apenas em parte—e a enveredar por uma trajetória de desenvolvimento humano mais elevada (ver as linhas azuis a tracejado na figura 3.1).

As vulnerabilidades estruturais - decorrentes de fatores como o género, a etnia, a desigualdade entre grupos (ver próxima secção)—interagem com a dinâmica do ciclo de vida, colocando em maior risco determinados grupos de crianças, jovens, trabalhadores e idosos. Um exemplo é a transmissão intergeracional da vulnerabilidade dos pais desfavorecidos aos filhos. Essa interação é influenciada pelo contexto social e o nível de agência humana. As pessoas não vivem as crises passivamente, pelo que têm um papel fundamental na determinação dos seus destinos. Este papel ativo, ou interventivo, do indivíduo ou da coletividade é mais facilmente concretizado nas sociedades que criam espaço para os cidadãos expressarem as suas opiniões, manifestarem as suas preocupações e tomarem decisões fundamentais sobre os tipos de vida que querem viver.

A possibilidade de interação dos indivíduos com os Estados ou de ação direta para reduzir a vulnerabilidade vai além da democratização no sentido institucional. Até mesmo nas democracias, o controlo dos sistemas políticos pelas elites pode limitar o alcance do debate público e reduzir as possibilidades de análise crítica dos valores e prioridades de uma sociedade.

Primeira infância—construir bases sólidas para quebrar o ciclo intergeracional de privação

O período fundamental é a primeira infância, uma janela de oportunidade para resolver a desigualdade em início de vida e alcançar um desenvolvimento socioeconómico sustentável e inclusivo (caixa 3.1). A população mundial de crianças com menos de 5 anos de idade eleva-se a 659 milhões (9,1 por cento do total). As regiões onde é mais elevada a percentagem de crianças com menos de 5 anos entre a população total são

Desenvolvimento humano e desenvolvimento na primeira infância

A investigação recente sobre a economia, a psicologia e a neurociência do desenvolvimento humano convergem para nos dar a conhecer de forma mais profunda como nos tornamos aquilo que somos. O presente relatório oferece orientações sobre o modo como este conhecimento deve nortear as nossas políticas.

Numerosas são as capacidades que moldam uma vida próspera. É preciso que os decisores políticos vão para além de uma abordagem unidimensional, que mede o desenvolvimento humano em função da pontuação em testes de desempenho, como o Programa de Avaliação Internacional de Estudantes, e ter em consideração uma variedade muito mais ampla de competências essenciais para a vida.

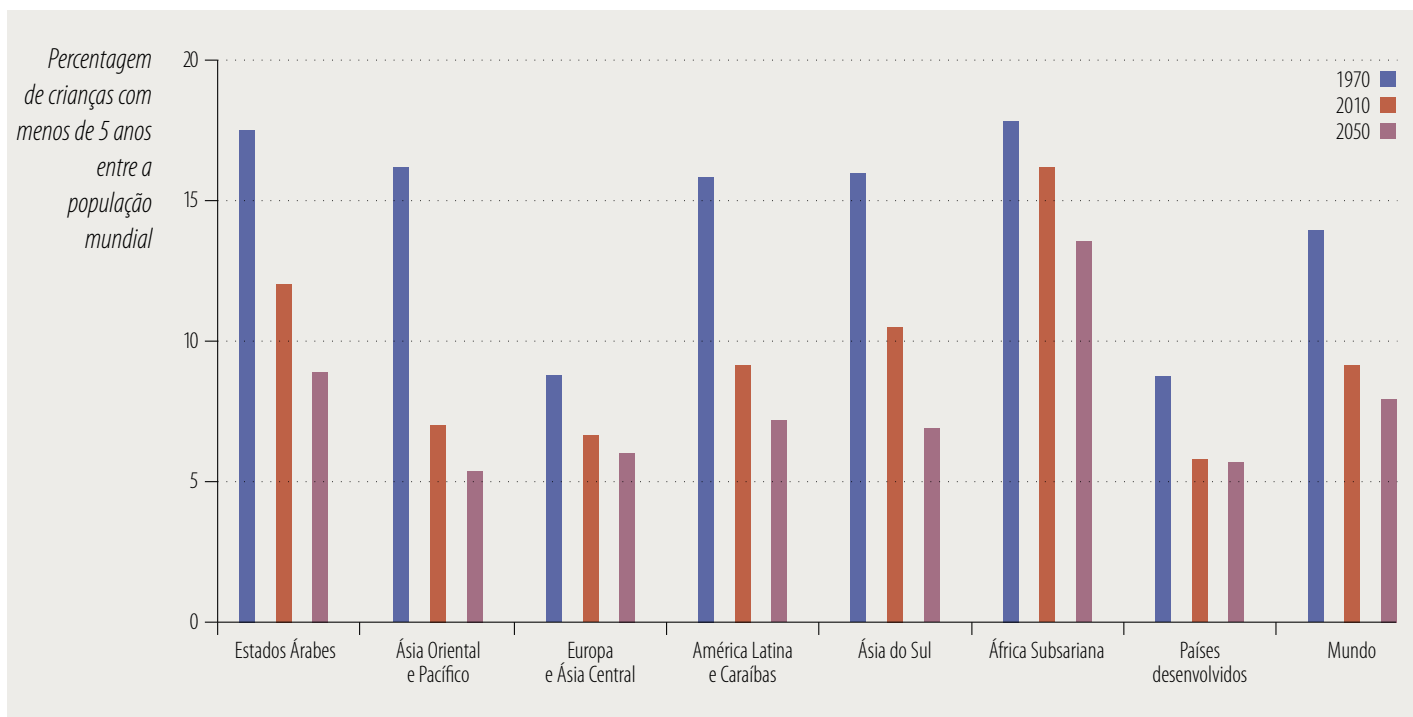
Os primeiros anos são importantes na criação de capacidades humanas. Os decisores políticos devem agir no entendimento de que as competências geram competências, que as vidas prósperas assentam em bases sólidas estabelecidas desde o início, e que na formação das competências ocorrem défices substanciais ainda antes de as crianças ingressarem na escola. Este relatório oferece orientações sobre estratégias eficazes de desenvolvimento humano, desde o útero materno e continuando até a velhice.

Os investimentos no desenvolvimento na primeira infância podem desempenhar uma função importante na redução do papel do acidente do nascimento na determinação dos resultados da vida. Os investimentos mais produtivos fomentam as competências parentais, o apego e as interações entre pais e filhos. Possuir boas competências parentais é muito mais importante do que dinheiro. Uma criança economicamente favorecida sujeita a um acompanhamento de baixa qualidade pelos progenitores é mais desfavorecida do que uma criança economicamente desfavorecida com progenitores que dela cuidam e a orientam sabiamente.

A nova ciência da primeira infância mostra que o que é socialmente justo pode ser economicamente eficiente. Complementos de elevada qualidade para a vida familiar que fomentem as interações positivas entre pais e filhos e estimulem as crianças possuem um retorno económico elevado que mais do que justifica o investimento efetuado. Um desenvolvimento de qualidade na primeira infância pode dar um importante contributo para uma estratégia de desenvolvimento económico nacional coroada de êxito.

FIGURA 3.2

As regiões com as mais elevadas percentagens de crianças com idade inferior a 5 anos entre a população mundial são a África Subariana, os Estados Árabes e a Ásia do Sul



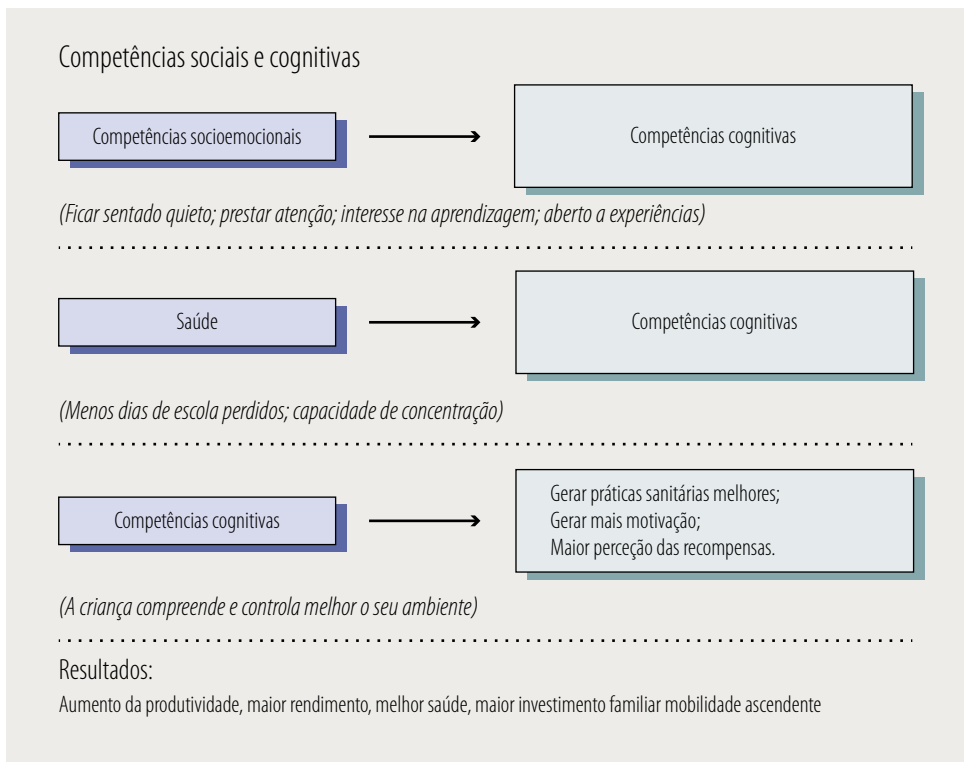
Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em Lutz e KC (2013).

a África Subariana (16,2 por cento), os Estados Árabes (12 por cento) e a Ásia do Sul (10,5 por cento; figura 3.2). Prevê-se que em 2050 a referida percentagem a nível mundial tenha baixado para 7,9 por cento, registando-se a maior queda

na Ásia do Sul (6,9 por cento). Em 2050, apenas os Estados Árabes e a África Subariana registarão percentagens acima da média de crianças com idade abaixo dos 5 anos.¹⁰

FIGURA 3.3

As competências cognitivas, sociais, emocionais e verbais são interdependentes, pois todas são moldadas por experiências numa fase precoce da vida e todas contribuem para a formação de capacidades para o resto da vida



Fonte: Heckman 2013.

Ao proporcionarem cuidados de saúde básicos, uma alimentação adequada, e carinho e estimulação num ambiente acolhedor, as intervenções a nível do desenvolvimento na primeira infância ajudam a garantir a progressão da criança na escola primária e ao longo da escola secundária, e, mais tarde, uma entrada na vida adulta e um envolvimento no mercado de trabalho bem sucedidos.¹¹

Os acontecimentos no início da vida afetam o desenvolvimento dos circuitos do cérebro, as interações dinâmicas genes ambiente e a programação dos sistemas imunológicos, neurológicos e endócrinos do corpo, o que tem implicações para as trajetórias posteriores do desenvolvimento humano.¹² Tanto a arquitetura de aptidões (capacidade de resposta a situações e competências cognitivas e não cognitivas) como o processo de formação de competências são fortemente influenciados por circuitos neurais que se desenvolvem em consequência de interações dinâmicas entre genes e ambientes e experiências no início da vida. Por outras palavras, o ambiente pode afetar os indivíduos de forma diferente consoante as respetivas características genéticas,

e a mesma herança genética produz resultados diferentes dependendo do ambiente.¹³ Essa interação obedece a regras hierárquicas numa sequência de eventos, de modo que as realizações posteriores assentam sobre bases estabelecidas anteriormente.

As competências cognitivas, sociais, emocionais e verbais são interdependentes, pois todas são moldadas por experiências numa fase precoce da vida e todas contribuem para a formação de capacidades para o resto da vida (figura 3.3).¹⁴ Por conseguinte, as situações adversas no início da vida, como privações socioeconómicas, formas de cuidar disruptivas e comportamentos parentais violentos, tendem a estar associados a dificuldades na vida adulta, incluindo a incidência de doenças crónicas. Estudos levados a cabo na Nova Zelândia e Estados Unidos associaram os abusos e outras adversidades vividas na infância a uma série de problemas de saúde, incluindo as doenças coronárias, hipertensão arterial, diabetes tipo 2, obesidade e cancro, bem como a problemas mentais e de comportamento, como a depressão, o alcoolismo, o tabagismo e o consumo de outras substâncias.¹⁵

Em qualquer parte do mundo, os bebês e crianças de tenra idade, expostos a inúmeros riscos, são extremamente vulneráveis aos efeitos de um acesso inadequado a cuidados de saúde e educação, água potável e saneamento básico, e alimentação.¹⁶ Quanto mais longa a exposição a condições ou privações severas, maior o peso sobre o sistema de resposta do organismo às adversidades.¹⁷

É um erro, porém, assumir que as capacidades são fixas. Numerosas capacidades, tanto cognitivas como não cognitivas, desenvolvem-se continuamente desde os primeiros anos de vida, numa diversidade de situações de aprendizagem tendentes a promover a aquisição de competências e o desempenho futuros. Muitos destes processos são interativos.¹⁸ Por exemplo, a motivação académica não só aumenta os resultados do ensino, mas também tende a reduzir o consumo de drogas e álcool, ambos associados à criminalidade. A valorização de traços da personalidade, como a motivação académica, pode promover a aprendizagem, que por sua vez melhora os resultados. Ao invés, os comportamentos agressivos, antissociais e de violação das regras podem levar ao crime e a um mau desempenho no mercado de trabalho.¹⁹

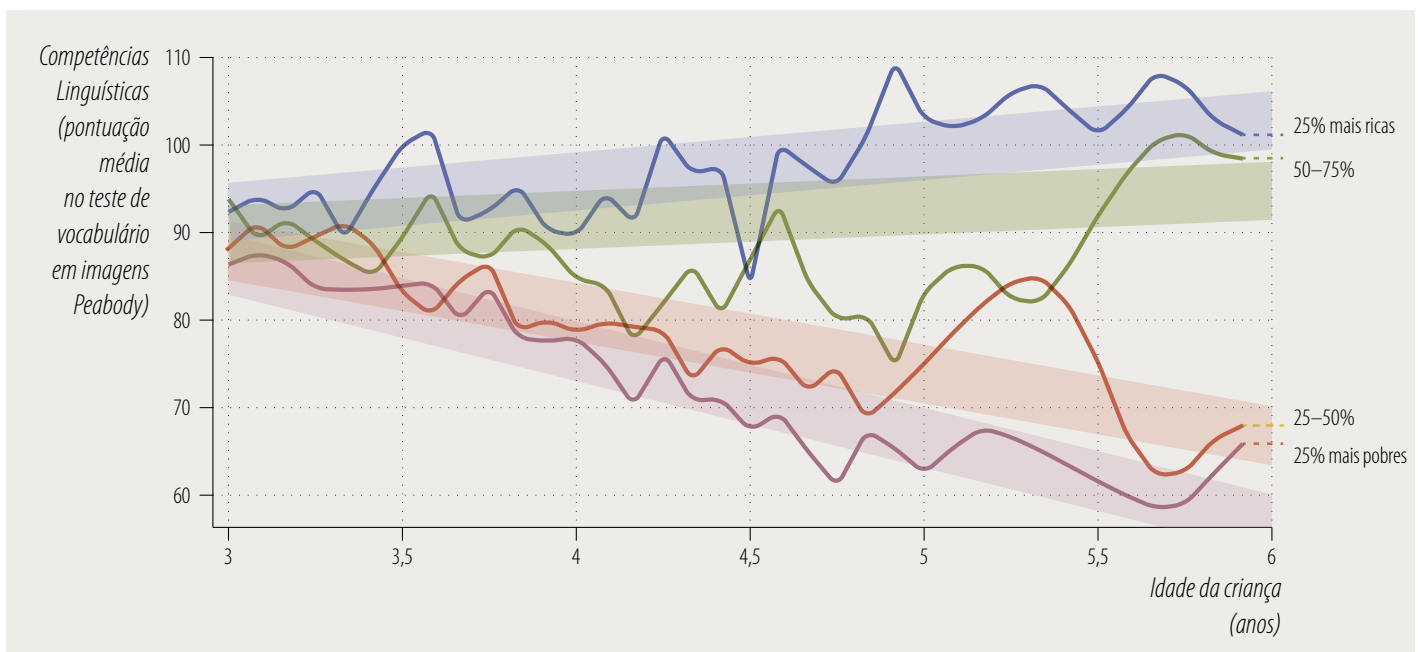
Com demasiada frequência, a pobreza perturba o curso normal de desenvolvimento na

primeira infância: mais do que uma em cada cinco crianças nos países em desenvolvimento vive em situação de pobreza económica absoluta e é vulnerável à subnutrição.²⁰ Nos países em desenvolvimento (onde vivem 92 por cento das crianças) 7 em cada 100 crianças não sobreviverão para além dos 5 anos, 50 não terão o seu nascimento registado, 68 não receberão educação infantil, 17 nunca se matricularão na escola primária, 30 sofrerão de raquitismo, e 25 viverão em situação de pobreza.²¹ A alimentação, o saneamento e a higiene inadequados aumentam o risco de infeções e atrasos de crescimento: cerca de 156 milhões de crianças são raquíticas, em consequência de subnutrição e infeções.²² A subnutrição contribui para 35 por cento das mortes por sarampo, malária, pneumonia e diarreia.²³ O impacto é maior se a privação ocorrer na primeira infância.²⁴ As crianças também são afetadas se as mães forem pobres, tiverem baixos níveis de educação ou sofrerem de depressão ou elevados níveis de stresse, em consequência, porventura, de violência, deficientes condições de habitação ou falta de serviços.

Na ausência de alimentação básica, cuidados de saúde e estímulos que promovam um crescimento saudável, muitas crianças pobres entram

FIGURA 3.4

Aos 6 anos de idade, as crianças pobres já se encontram em situação de desvantagem em termos de aquisição de vocabulário, como o demonstra o caso do Equador



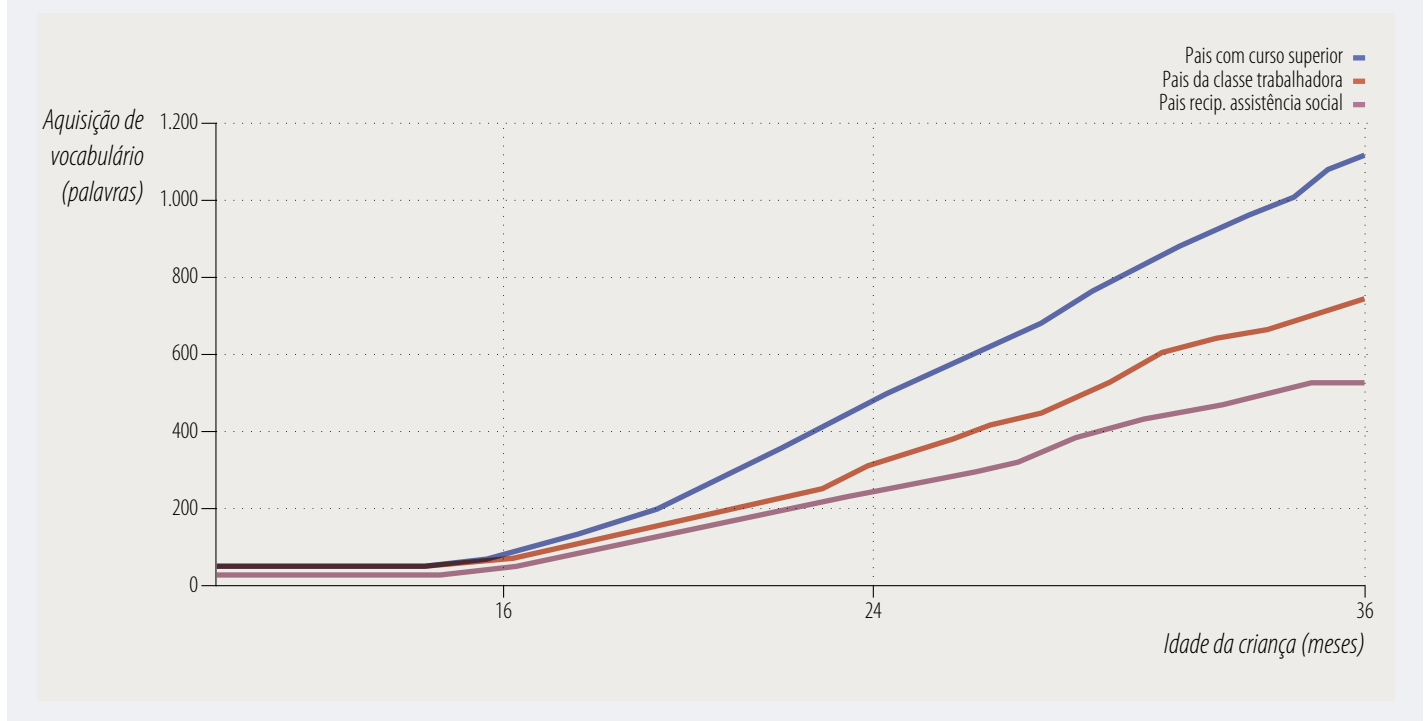
Fonte: Paxson e Schady 2007.

Diferenças significativas: 30 milhões de palavras mais

A exposição precoce das crianças à língua, em função do estatuto e rendimento da família, difere de situação para situação. Dados obtidos nos Estados Unidos põem em evidência a importância de uma boa interação e estimulação entre os pais e a criança, especialmente no caso de crianças inseridas em contextos socioeconômicos mais desfavorecidos, bem como dos papéis fundamentais desempenhados pela família e a comunidade (ver tabela e figura). O maior ou menor êxito da criança no futuro depende da qualidade do ambiente em casa nos primeiros anos de vida.

Experiências cumulativas de aquisição infantil de vocabulário nos Estados Unidos

Estatuto socioeconômico da família	Palavras ouvidas por hora	Palavras ouvidas até aos 4 anos de idade
Recipientes de assistência social	616	13 milhões
Classe trabalhadora	1,251	26 milhões
Quadros profissionais	2,153	45 milhões

As lacunas nas competências desenvolvem-se cedo, antes da entrada na escola - vocabulário

Fonte: Hart e Risley 1995.

na escola sem estarem preparadas para aprender, registam um fraco desempenho escolar, são repetentes e têm propensão para o abandono escolar. Para as crianças que sobrevivem, a pobreza e a subnutrição na idade pré escolar são responsáveis por uma perda subsequente de mais de dois anos escolares. Mesmo com 6 anos de idade, ou no momento de ingresso na escola, uma criança pobre pode já estar em situação de desvantagem (figura 3.4).²⁵ As lacunas nas competências desenvolvem-se cedo. Tomemos o exemplo da acumulação de vocabulário, que começa numa fase muito precoce da vida. Nos Estados Unidos, aos 36 meses de idade, as competências verbais das crianças de diferentes estratos socioeconômicos diferem de

forma acentuada, e as diferenças, ou trajetórias, no que respeita às competências verbais, continuam a manifestar-se aos 9 anos (caixa 3.2).²⁶ As crianças de origem pobre aprendem mais lentamente quando os pais têm um baixo nível de educação. Na Colômbia e México, a fluência verbal semântica está fortemente associada à educação dos progenitores.²⁷

Nos primeiros anos de vida, uma boa interação adulto criança é um estímulo essencial para o desenvolvimento do cérebro, e que não depende necessariamente do dinheiro.²⁸ Na verdade, a comunicação dos pais com os filhos e a sua sensibilidade às necessidades emocionais das crianças podem diminuir os efeitos de um baixo nível

socioeconómico no desenvolvimento cognitivo e socio-emocional das crianças.²⁹

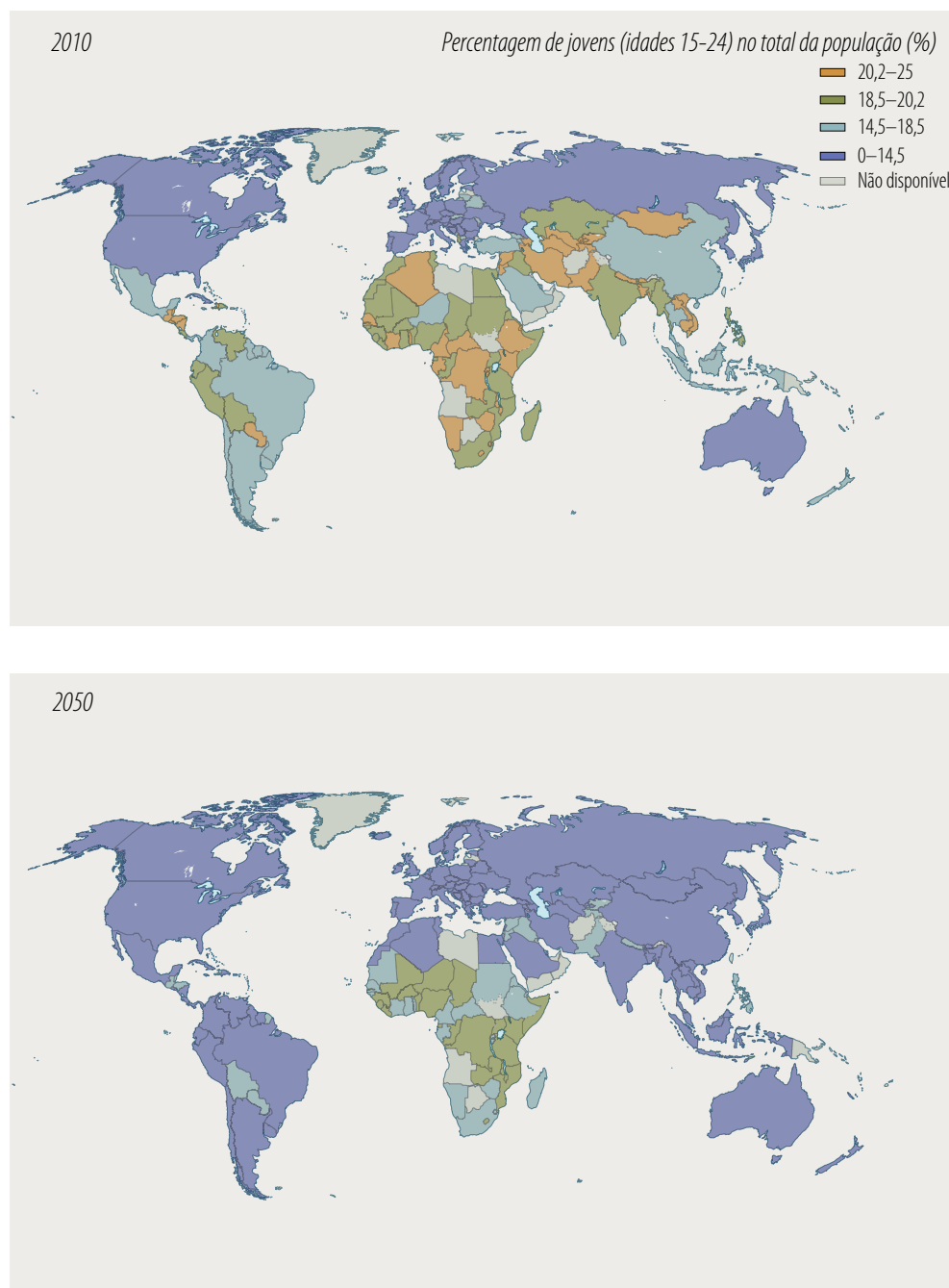
A recessão económica também pode perturbar o desenvolvimento educativo da criança - especialmente quando os pais perdem o emprego. A crise na Indonésia em 1998 saldou-se por um declínio de 5 por cento a 8 por cento no número

de matrículas de crianças com 13 e 14 anos de idade,³⁰ e as crises nos países pós-soviéticos e da Ásia Central reduziram as matrículas em 3 por cento a 12 por cento.³¹

Quando o nível de escolaridade é reduzido, as vulnerabilidades são transmitidas através das gerações, condicionando as possibilidades futuras

MAPA 3.1

Prevê-se que a percentagem de jovens entre a população total diminuirá na maioria das regiões entre 2010 e 2050



Nota: Estes mapas são estilizados e não estão à escala. Não refletem a posição do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento sobre o estatuto jurídico de qualquer país ou território ou sobre a delimitação de quaisquer fronteiras.

Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em Lutz e KC (2013).

da criança no que respeita à aprendizagem e emprego.³² A pobreza e a subnutrição na idade pré escolar estão associadas a uma perda de rendimentos de mais de 30 por cento.³³ As condições experimentadas antes dos 18 anos, incluindo vulnerabilidades estruturais como a pobreza e a desigualdade de grupo, contribuem para cerca de metade da desigualdade nos rendimentos ao longo da vida.³⁴

A violência, a negligência e o conflito também prejudicam o desenvolvimento na primeira infância. As crianças na Faixa de Gaza têm o triplo dos problemas emocionais e comportamentais das crianças de classe média no Canadá.³⁵ E as crianças que testemunham situações de espancamento da mãe por um companheiro íntimo são mais propensas do que as outras a tornarem-se vítimas ou autoras de violência no futuro.³⁶

Particularmente expostas ao risco de abuso sexual estão as crianças com deficiência e as que são psicológica ou cognitivamente vulneráveis³⁷ – assim como as que vivem em comunidades onde o desemprego e o abuso de substâncias são galopantes -, ou que são abandonadas, vítimas de tráfico ou obrigadas a trabalhar fora de casa.³⁸ As crianças criadas em instituições também podem sofrer profundas privações que prejudicam o desenvolvimento do cérebro.³⁹ As próprias escolas podem ser fontes de insegurança. De facto, quando os pais temem pela segurança física e sexual das filhas, são suscetíveis de as manter fora da escola.⁴⁰

Ao mitigar os piores efeitos da pobreza e privação e ao quebrar o ciclo intergeracional da pobreza, oferecem-se às crianças melhores oportunidades.

Vulnerabilidades transitórias na juventude

A juventude, que abrange as idades entre os 15 e os 24 anos, é um período chave de transição em que os jovens aprendem a envolver-se ativamente com a sociedade e o mundo do trabalho.⁴¹ O número de jovens está a aumentar em muitos países. A população mundial de jovens é de 1,2 mil milhões (17,6 por cento da população total), e as regiões com as percentagens mais elevadas de jovens entre a sua população são a África Subsariana (20,2 por cento), os Estados Árabes (19,6 por cento) e a Ásia do Sul (19,6 por cento). Prevê-se que em 2050 a percentagem de jovens entre a população mundial total tenha baixado para 13,8 por cento, sendo a maior queda na Ásia Oriental e no Pacífico (de

17,3 por cento, em 2010, para 10,7 por cento, em 2050).⁴² Os dados por país também mostram que, previsivelmente, a proporção de jovens entre a população total diminuirá igualmente na maioria das regiões até 2050 (mapa 3.1).

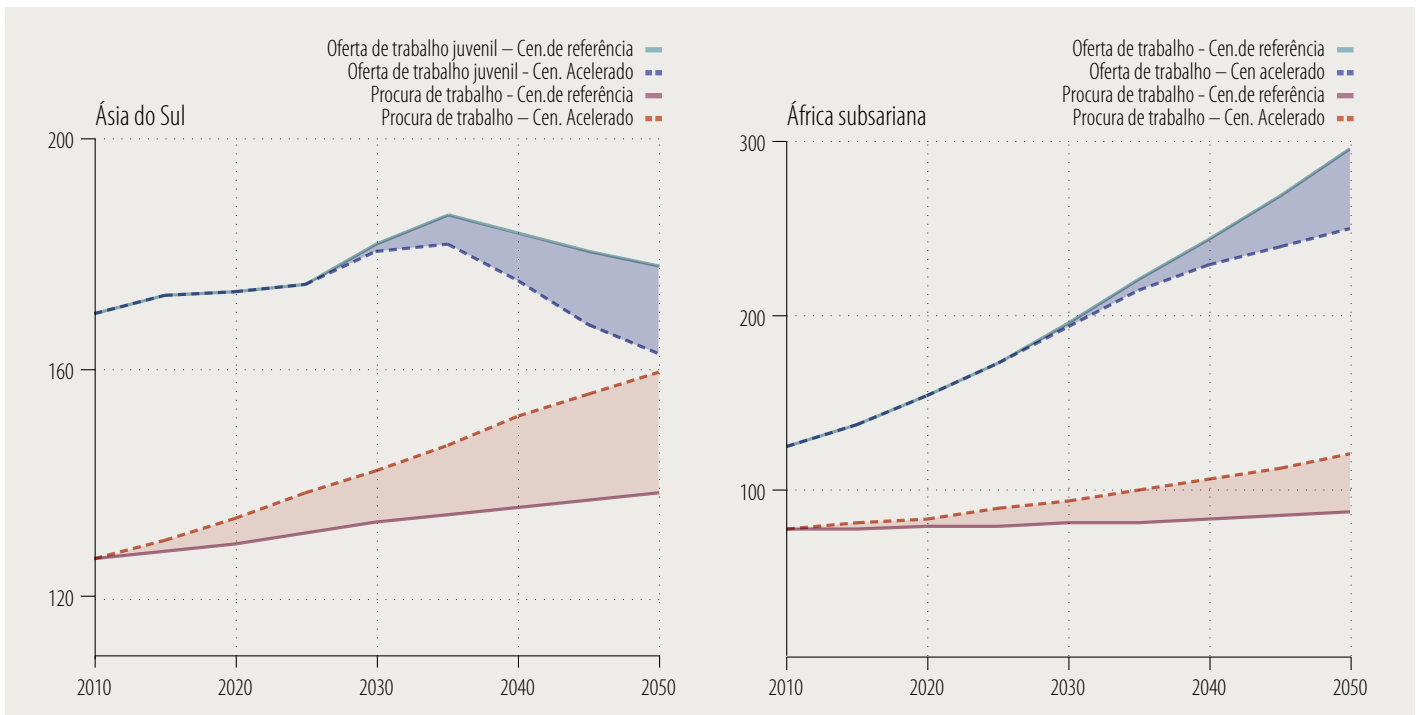
Os governos terão de assegurar oportunidades de emprego suficientes para os jovens, sob pena de terem de enfrentar agitação social e política. As recentes convulsões sociais mostram que o desfazamento entre jovens cada vez mais educados e as oportunidades de emprego pode gerar alienação e desespero. As previsões da Organização Internacional do Trabalho relativamente à criação de emprego no Médio Oriente apontam para a manutenção do índice atual, o que poderá levar a um desajustamento permanente entre as oportunidades e as aspirações.⁴³

Em todo o mundo, os jovens são especialmente vulneráveis à marginalização no mercado de trabalho, pois faltam-lhes a experiência de trabalho, as redes sociais, as competências de procura de emprego e os recursos financeiros para encontrar trabalho. Assim, é maior entre os jovens a probabilidade de estar na situação de desempregado, subempregado ou empregado ao abrigo de contratos mais precários. As taxas de desemprego de jovens, quase sempre superiores às dos adultos, também são mais sensíveis aos choques macroeconómicos.⁴⁴ Em 2012, a taxa de desemprego juvenil a nível mundial foi estimada em 12,7 por cento – quase o triplo da taxa dos adultos.⁴⁵ Quando surge uma crise, os jovens têm mais probabilidade de ficar desempregados do que os adultos, e a diferença entre a taxa de desemprego dos jovens e a dos adultos permanece elevada mesmo depois de a economia começar a recuperar.⁴⁶

Um grande número dos desafios socioeconómicos que os jovens enfrentam atualmente, incluindo o desemprego, deve ser analisado tendo em conta a interação entre tendências demográficas singulares e contextos económicos específicos.⁴⁷ Em consequência do acentuado decréscimo das taxas de fertilidade,⁴⁸ em muitos países em desenvolvimento a percentagem de jovens entre a população total tem aumentado nos últimos 40 anos, dando lugar a um aumento súbito da população juvenil. Isto representa uma oportunidade para promover o desenvolvimento humano à medida que a força de trabalho cresce,⁴⁹ com trabalhadores mais bem qualificados e potencialmente mais produtivos. Mas a crescente força de trabalho jovem não tem sido acompanhada por um aumento das

FIGURA 3.5

Políticas de educação acelerada e crescimento económico rápido eliminarão a disparidade entre oferta e procura de trabalhadores jovens na Ásia do Sul e contribuirão para a sua redução na África Subsaariana entre 2010 e 2050



Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em Lutz e KC (2013) e dados do Centro Pardee para os Futuros Internacionais (2013).

oportunidades de emprego produtivo. A atual elevada taxa de desemprego juvenil representa uma perda significativa de desenvolvimento humano potencial, que não só ameaça o progresso económico,⁵⁰ como também aumenta o risco de agitação social, violência e criminalidade.⁵¹

Impõem-se políticas ambiciosas para responder às expectativas dos jovens em relação ao mercado de trabalho. Num cenário de “política ambiciosa”, o desemprego juvenil mundial seria inferior a 5 por cento em 2050,⁵² devido ao duplo efeito de um menor número de jovens a entrar no mercado de trabalho e um maior crescimento económico. Contudo, existem heterogeneidades regionais importantes. Num cenário sem alterações, o fosso continuaria a crescer, sobretudo na África Subsaariana.⁵³ Mas a introdução de políticas ambiciosas (políticas de educação acelerada e crescimento económico acelerado) colmataria o fosso entre a oferta e a procura de jovens trabalhadores na Ásia do Sul e contribuiria para a sua redução na África Subsaariana (figura 3.5). Na Ásia do Sul a lacuna seria fechada até 2050, devido ao duplo efeito das políticas de educação na dinâmica populacional (que irá reduzir o número de jovens

que entram no mercado de trabalho) e de um maior crescimento económico. No caso da África Subsaariana, para colmatar o fosso serão necessárias políticas adicionais tendentes a aumentar a intensidade de crescimento do emprego.

Os jovens também são vulneráveis na medida em que enfrentam mudanças na sua vida física, cognitiva, social, emocional e em termos de género. Por exemplo, os adolescentes poderão correr o risco de ficar fora da escola e fora do mercado de trabalho, o que limita a sua participação na sociedade. Alguns são vítimas de trabalhos forçados, traficados para fins sexuais ou tornam-se migrantes ilegais. Essas experiências são moldadas pelo ambiente socioeconómico. Em numerosos países, os jovens veem as suas escolhas condicionadas pela insegurança económica e pelas mudanças tecnológicas, convulsões políticas, conflitos (caixa 3.2) e alterações climáticas, o que pode transformar o entusiasmo e empreendedorismo em frustração e desespero.

As transições sociais dos jovens também são moldadas por fatores estruturais mais amplos, como a pobreza, o género e a desigualdade, bem como por práticas locais. Em algumas regiões, as mudanças sociais e a expansão da educação formal

Somália: conflito e exclusão dos jovens

As privações, a exclusão e as injustiças são situações particularmente generalizadas durante os conflitos. São alimentadas pelo subdesenvolvimento e a pobreza, por uma desigual distribuição do poder e por desigualdades entre grupos que conduzem a múltiplas exclusões e a competição pelos recursos. Na Somália, os jovens experimentam a exclusão em três vertentes - sociocultural, económica e política – e confrontam-se com a falta de oportunidades. Em consequência, tornam-se não só vítimas mas também fontes de conflito. Encurralados entre o conflito e a pobreza, não têm emprego nem voz ativa. Com vista a fazer compreender as suas privações e frustrações, e destacar o potencial de energia e entusiasmo em prol da mudança no país, o *Somalia National Human Development Report: Empowering Youth for Peace and Development (Relatório nacional da Somália sobre o desenvolvimento humano: Empoderar os jovens para a paz e o desenvolvimento)*, de 2012, mobilizou a juventude para ouvir a sua opinião sobre a sua situação.

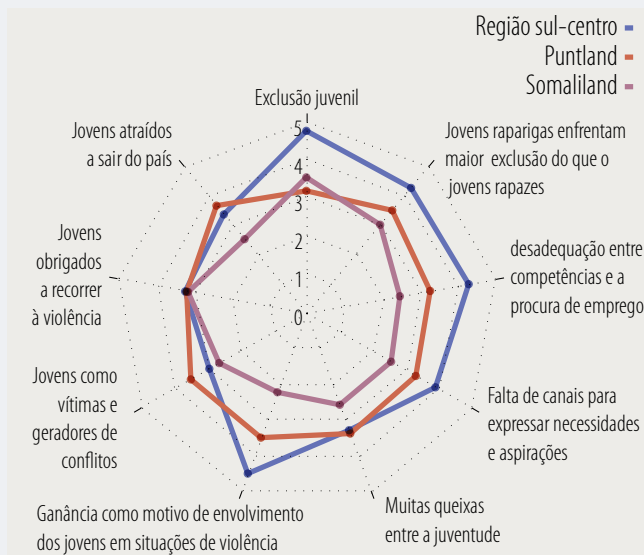
Em todas as regiões somalis os jovens experimentam um desajustamento entre a educação e as oportunidades de emprego que impede o seu empoderamento socioeconómico (ver figura). Também consideram ter

poucas oportunidades para participar na sociedade e expressar as suas necessidades e aspirações. Este sentimento é particularmente forte na Somália Central e Meridional, a região mais afetada pelo conflito. A falta de voz ativa, possibilidades de escolha e opções obriga os jovens a envolverem-se em violência e conflito. Os motivos, tanto financeiros como não financeiros, prendem-se com a necessidade de segurança pessoal ou remetem para a necessidade de identidade, estatuto e vingança.

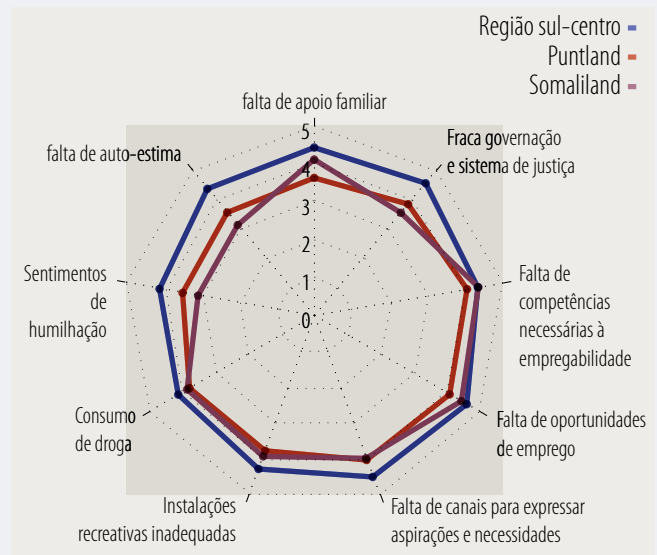
Combinando estes resultados num novo índice de frustração da juventude, a pontuação da Somália é 3,96 em 5 (em que 5 corresponde ao mais frustrado). Sendo a falta de competências de empregabilidade, a falta de oportunidades de emprego, a falta de voz ativa e a falta de atividades recreativas as causas de frustração mais relevantes, é óbvio que a juventude se sente desvalorizada e excluída de várias partes da sociedade.

Apesar dos desafios com que estão confrontados, os jovens na Somália ainda têm esperanças e aspirações para o futuro, o que evidencia a importância de lhes dar voz na sociedade e atribuir um papel na construção da paz.

Perceções de exclusão e estratégias de compensação dos jovens



Frustração da juventude e causas subjacentes



Fonte: PNUD 2012e.

estão a alterar as possibilidades e as condicionantes da transição social dos jovens para a vida adulta. Por exemplo, os jovens estão a casar-se mais tarde e a adiar a maternidade e a paternidade.

Investir mais cedo no ciclo de vida tem-se revelado eficaz na melhoria dos resultados que os adolescentes alcançam em fases posteriores. No entanto, se ocorrerem privações substanciais na infância, existe a possibilidade de se verificarem prejuízos a longo prazo.⁵⁴ Um estudo recente teve como objeto jovens de 15 anos que sofreram de escassez de alimentos aos 12. No Peru, verificou-se que esses

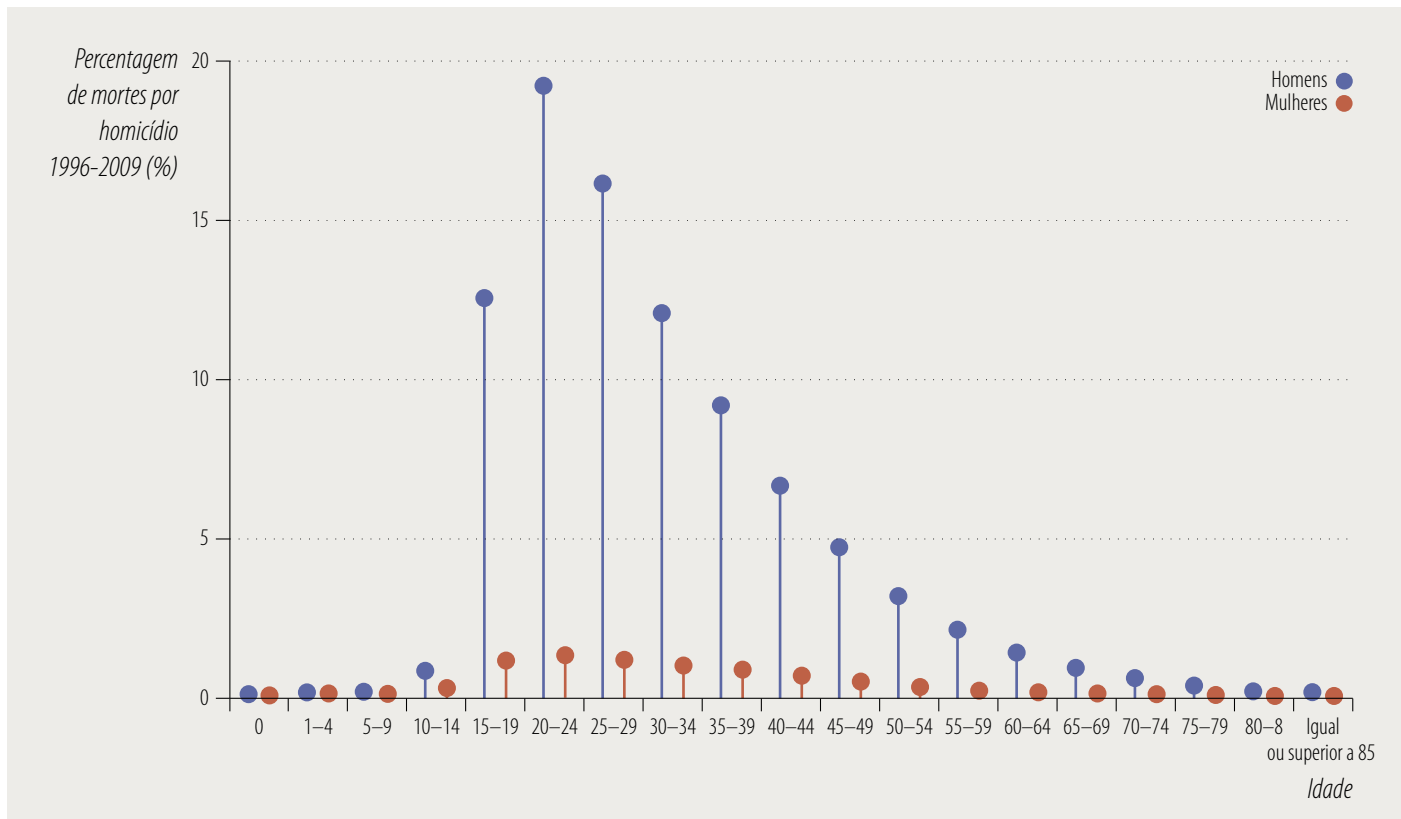
jovens possuem 60 por cento menos probabilidade de ter um índice de massa corporal saudável; na Etiópia e Andhra Pradesh, na Índia, obtiveram pontuações menores no desempenho cognitivo; no Vietname e Andhra Pradesh, indicaram valores inferiores na autoavaliação do estado de saúde; e na Etiópia e Peru, deram nota de níveis mais baixos de bem-estar subjetivo.⁵⁵

Normalmente, as oportunidades são maiores nas zonas urbanas.⁵⁶ Em Andhra Pradesh, 25 por cento dos jovens nas zonas rurais já deixaram de frequentar a escola, em comparação com 15

As recentes convulsões sociais mostram que o desfasamento entre jovens cada vez mais educados e as oportunidades de emprego pode gerar alienação e desespero

FIGURA 3.6

Na América Latina e Caraíbas, as taxas de homicídio entre a população masculina tendem a concentrar-se na faixa etária dos 15-39 anos, enquanto as taxas respeitantes à população feminina, muito inferiores, praticamente não variam ao longo do ciclo de vida



Fonte: PNUD 2013b.

por cento nas zonas urbanas. As raparigas eram necessárias para o trabalho em casa ou nas terras da família, enquanto os rapazes deixaram a escola ou para exercer um trabalho remunerado ou devido à irrelevância ou fraca qualidade atribuídas ao ensino. Entre os jovens de castas e tribos discriminadas era dupla a probabilidade de terem deixado a escola. As famílias urbanas também têm acesso a uma maior variedade de instituições de ensino.⁵⁷

A desigualdade de género molda a experiência escolar dos jovens. Na Etiópia rural, raparigas de 15 anos de idade no quintil de riqueza mais baixo obtiveram, num teste de matemática, uma classificação média de 2,1 em 20, ao passo que os rapazes da mesma idade obtiveram, em média, 7,4. Nas zonas rurais do Vietname, as raparigas de 15 anos obtiveram uma média de 9,4, enquanto a classificação média dos rapazes da mesma idade foi 18,1.⁵⁸

O início da puberdade abre a via a outras vulnerabilidades, com diferentes ramificações para rapazes e raparigas.⁵⁹ Preocupação de monta é a gravidez na adolescência, que comporta riscos

médicos para a mãe e a criança, aumenta a depressão materna e diminui o estatuto da mãe no que se refere à educação e emprego.⁶⁰ A gravidez precoce também tem implicações para os jovens adultos, ao impor-lhes obrigações financeiras e sociais que ainda não estão preparados para assumir.⁶¹ Existem preocupações semelhantes em relação ao casamento precoce, frequentemente “arranjado” no caso de jovens com opções socioeconómicas limitadas.⁶² Porém, na maior parte do mundo, o casamento precoce de raparigas é organizado por forma a atender às suas necessidades materiais e às da sua família. A prática do casamento precoce tende a continuar quando as opções sociais e económicas de mulheres jovens são limitadas.

Estes e outros costumes locais e práticas socio-culturais moldam a transição social dos jovens para a vida adulta. Por exemplo, os jovens adultos do sexo masculino podem ter obrigações intergeracionais que definem a sua transição social, tais como cuidar de pais idosos.

Valorizar a dignidade do trabalho

No mundo de hoje, defender a dignidade do trabalho é uma luta árdua e constante. O pensamento económico dominante vê no trabalho um custo de produção, que numa economia global tem de ser o mais baixo possível para ser competitivo, e encara os trabalhadores como consumidores a quem, devido aos seus salários relativamente baixos, há que conceder acesso fácil ao crédito para estimular o consumo e acabar por conseguir dívidas incriveis. Em lado nenhum se vê a sociedade atribuir ao trabalho a sua importância como alicerce da dignidade pessoal, como fonte de estabilidade e desenvolvimento das famílias e como um contributo para as comunidades que vivem em paz. É este o significado de “trabalho digno”. Este relatório representa um esforço para nos inteirarmos de que estamos a falar de políticas que lidam com a vida de seres humanos, não apenas de resultados finais. Esta a razão por que a constituição da Organização Internacional do Trabalho nos diz que “O trabalho não é uma mercadoria”.¹ Sabemos que a qualidade do trabalho define de muitas maneiras a qualidade de uma sociedade. Devemos, pois, começar por ajudar os trabalhadores pobres a sair da pobreza e do trabalho informal e a passar a ter uma vida de qualidade, com base num emprego independente ou num emprego no setor formal. É disso que as nossas políticas deveriam tratar: ajudar as pessoas a avançar progressivamente para melhores empregos, pautados por salários dignos, respeito pelos direitos dos trabalhadores, não discriminação e igualdade de género, facilitação da organização dos trabalhadores e da negociação coletiva, proteção social universal, pensões adequadas e acesso a cuidados de saúde. Milhões de seres humanos em todo o mundo estão a dizer nos: “Dêem-me uma oportunidade justa para ter um trabalho digno e eu farei o resto; não quero caridade nem esmolas.” Isto tardará mais a acontecer nos países em desenvolvimento do que nos países desenvolvidos, e exigirá uma ênfase diferente nuns e noutros, mas todas as sociedades enfrentam desafios em relação ao trabalho digno, especialmente no meio da crise global que ainda paira sobre nós.

Por que é tão difícil alcançar estes objetivos? Há muitas explicações históricas e políticas convergentes, mas existe um sólido facto subjacente: os valores do mundo de hoje ditam que o capital é mais importante do que o trabalho. Os sinais estão em toda a parte, desde o crescimento inadmissível da desigualdade até à quota parte cada vez mais reduzida dos salários no PIB. Devemos todos refletir sobre as implicações disto para a paz social e a estabilidade política, incluindo aqueles que beneficiam das suas vantagens atuais. O Papa João Paulo II recordou nos que “Todos devem trabalhar para que o sistema económico em que vivemos não perturbe a ordem fundamental da primazia do trabalho sobre o capital, do bem comum sobre o interesse privado.” Tal como Gandhi afirmou, “Existe no mundo o suficiente para satisfazer as necessidades de todos, mas não para alimentar a ganância de cada um.”

Mas as coisas estão a mudar. Muitos países emergentes e em desenvolvimento têm mostrado grande autonomia política na definição das suas respostas a crises, guiados por um olhar atento sobre o emprego e a proteção social, como este relatório defende. As políticas que levaram à crise sobrevalelizaram a capacidade dos mercados para se autorregular, subestimaram o papel do Estado, das políticas públicas e da regulamentação, e desvalorizaram o respeito pelo ambiente,

a dignidade do trabalho, os serviços sociais e as funções de proteção social na sociedade. Abriram caminho a um padrão de crescimento insustentável, ineficiente e injusto. Começámos lentamente a fechar este ciclo político, mas não temos uma alternativa preparada para tomar o seu lugar. Estamos a avançar para um período algo moroso de incerteza, sem qualquer fonte óbvia de liderança política global: um período em que iremos marcar passo, mais do que pugnarmos por uma tomada de decisão global. Estamos perante uma oportunidade política e um desafio intelectual extraordinários para o Sistema das Nações Unidas. Unir esforços em torno de uma visão global criativa pós 2015, com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável inequívocos, pode ser um primeiro passo rumo a um novo ciclo político centrado no que deve ser o mundo do pós crise. Precisamos de ir além das Nações Unidas e escutar. Existe uma grande inquietação e insegurança em numerosas sociedades. Desde as sondagens às eleições, passando pelos que se manifestam nas ruas e os movimentos sociais cada vez mais visíveis, há uma mensagem clara que passa, dirigida aos líderes governamentais e empresariais: “As vossas políticas não resultam para a grande maioria de nós.”

Daí a insistência deste Relatório na importância de reivindicar o papel do pleno emprego e da proteção social universal e retomar o rumo do trabalho digno, partindo do consenso que presidiu à maior reunião de Chefes de Estado e de Governo na história das Nações Unidas. Na Cimeira de 2005, declararam o seguinte: “Apoiamos vigorosamente uma globalização justa e tomamos a decisão de tornar as metas do emprego pleno e produtivo e do trabalho digno para todos, incluindo as mulheres e os jovens, um objetivo fulcral das nossas políticas nacionais e internacionais pertinentes, bem com das nossas estratégias de desenvolvimento nacionais.”² Assim, pelo menos no papel, o compromisso foi assumido, e foi-o em termos inequívocos.

Termino com um exemplo de uma das mudanças necessárias, em relação à qual creio existir um consenso generalizado. Fortes investimentos na economia real, grandes e pequenos, com a sua importante capacidade de criação de emprego, devem afastar as operações financeiras do lugar de condutor da economia global. A expansão dos lucros a curto prazo nos mercados financeiros, com pouca criação de emprego a ela associada, canalizou os recursos para fora do horizonte a longo prazo das empresas sustentáveis da economia real. O mundo está inundado de liquidez que importa transformar em investimentos produtivos, através de um quadro regulamentar capaz de garantir que as instituições financeiras cumpram a sua missão original de canalizar a poupança para a economia real. Além disso, o aumento da participação dos salários no PIB, a par de taxas de inflação razoáveis, aumentará a procura real e atuará como fonte de crescimento do desenvolvimento sustentável. O ponto de partida deve ser mudar das políticas comprometidas com salários mínimos para uma distribuição muito mais justa dos ganhos de produtividade e dos lucros.

Serão sonhos ou é a realidade potencial? Veremos, mas não tenhamos dúvidas de que é em torno destas problemáticas que girarão a política e as lutas sociais nos próximos anos.

Notas

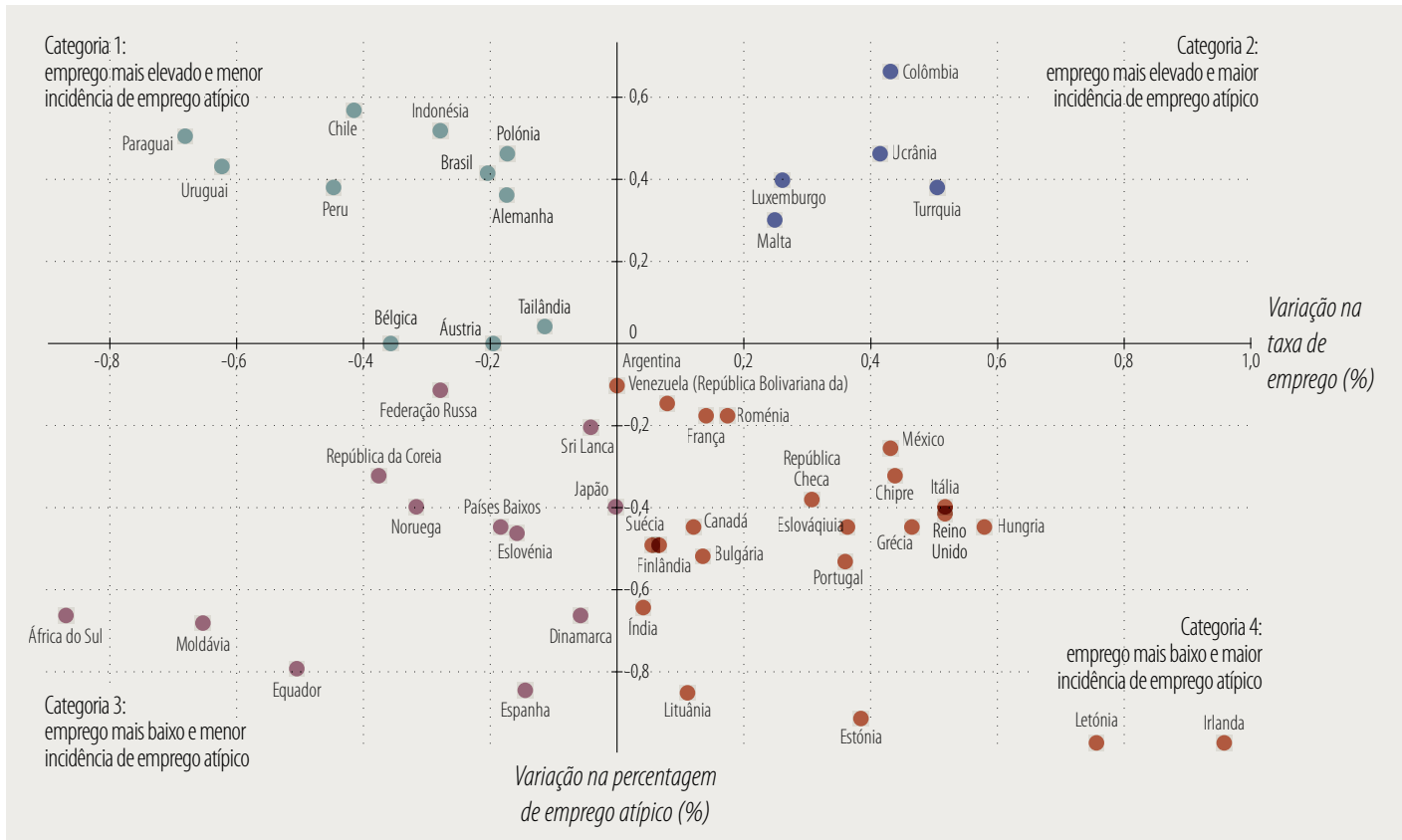
1. OIT 2010. 2. ONU 2005

Os jovens adultos são também particularmente vulneráveis à violência,⁶³ o que pode levar à exclusão, desespero, falta de propósito na vida e, sobretudo entre as raparigas, ao aumento da ansiedade, depressão e stresse pós traumático.⁶⁴ Atendendo às taxas de homicídio, o problema afigura-se maior na América Latina, onde a taxa é

superior a 70 por 100 000.⁶⁵ Crê-se que, por cada jovem vítima de homicídio, 20-40 outros serão vítimas de ferimentos que requerem tratamento hospitalar. As taxas de homicídio, mais elevadas entre a população masculina na faixa etária dos 15-29 anos, tendem a diminuir com a idade, enquanto as taxas respeitantes à população feminina,

FIGURA 3.7

Na maioria dos países com dados disponíveis, o emprego atípico aumentou entre 2007 e 2010, enquanto o emprego total diminuiu



Fonte: OIT 2012c.

muito inferiores, permanecem praticamente inalteradas durante o ciclo de vida (figura 3.6).⁶⁶

Os jovens estão particularmente expostos ao risco de serem coagidos ou manipulados para envolver-se pela criminalidade por gangues e grupos criminosos chefiados por adultos. Em ambientes com uma elevada taxa de desemprego juvenil, os gangues oferecem uma ocupação, um sentido de identidade e pertença e uma plataforma para protestar contra a sociedade.

Idade adulta e de trabalho—mais do que apenas dinheiro

Espera-se dos adultos que assegurem a satisfação das suas necessidades e as da sua família através do trabalho remunerado e não remunerado. Os que possuem emprego são frequentemente considerados menos vulneráveis. No entanto, muitos deles estão expostos a situações de emprego precário ou à ameaça de desemprego. Em 2012, o número de adultos desempregados no mundo inteiro

ultrapassava os 200 milhões. O emprego vulnerável representa mais de metade do emprego total e é particularmente elevado no Sudeste Asiático (61 por cento), Ásia do Sul (77 por cento) e África Subsariana (77 por cento).⁶⁷ Mesmo os que estão empregados podem estar a ganhar muito pouco. Em 2011, estimava-se que 397 milhões de pessoas com idades acima dos 15 anos estavam empregadas, mas faziam parte de agregados familiares que viviam com menos de 1,25 dólares por pessoa por dia. As regiões com o maior índice de trabalhadores pobres enquanto percentagem do emprego total são a Ásia do Sul (25,7 por cento) e a África Subsariana (41,7 por cento).⁶⁸

O trabalho proporciona mais do que simplesmente um salário. O emprego, especialmente se for decente, está associado a dignidade e estatuto – e a comunidades e sociedades estáveis e coesas (caixa 3.4). O emprego estável traz benefícios à sociedade, ao permitir à força de trabalho adquirir experiência, conhecimentos e produtividade, melhorando assim o desempenho económico.⁶⁹ O

pleno emprego também contribui para a coesão social, sobretudo na medida em que contribui para a melhoria do bem-estar das raparigas. O aumento do emprego feminino ajuda a mudar as mentalidades quanto ao “valor” das raparigas e incentiva o investimento na sua educação e saúde. Contribui igualmente para a redução da pobreza.

Para um grande número de trabalhadores, a recente crise económica saldou-se por períodos relativamente longos de desemprego. Desde o último trimestre de 2007, na maioria dos 42 países com dados disponíveis, uma elevada percentagem dos trabalhadores desempregados mantiveram-se nessa situação durante 12 meses ou mais.⁷⁰ Mesmo que o período de recessão económica não seja longo, a situação pode deixar nas pessoas “cicatrices” com consequências negativas duradouras. Nos países desenvolvidos, uma perda de emprego traduz-se numa redução de 10 por cento a 25 por cento do rendimento salarial, e esta diminuição pode prolongar-se por 5 a 20 anos.⁷¹ Também se

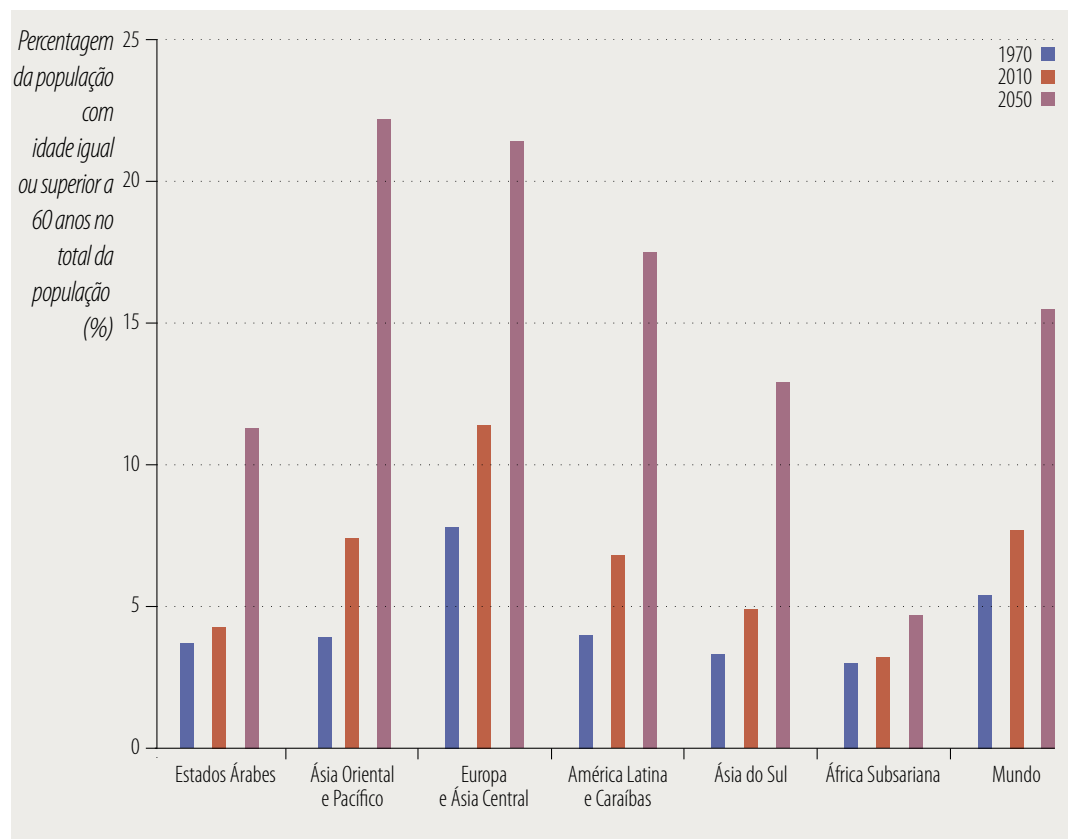
registaram perdas significativas de rendimentos devido à deslocalização imprevista de postos de trabalho em países em desenvolvimento,⁷² onde as crises económicas têm importantes efeitos adversos no rendimento e nível de consumo das famílias e na sua situação de pobreza.⁷³

A falta de um emprego digno pode ter consequências graves que ultrapassam a perda de rendimentos. As tensões associadas a situações de despedimento e desemprego podem reduzir a expectativa de vida em consequência de problemas de saúde, como acidentes vasculares cerebrais ou ataques cardíacos.⁷⁴ Os períodos de desemprego também estão associados a elevados índices de depressão e alcoolismo.⁷⁵ Existem também preconceitos sexistas. No Reino Unido, as mulheres com 60 anos de idade ou mais têm mais probabilidade do que os homens da mesma idade de ter rendimentos baixos, e as mulheres que tiveram uma situação profissional inferior ou a tempo parcial recebem geralmente uma pensão profissional mais baixa.⁷⁶

Melhores resultados em termos de emprego geram benefícios sociais que vão além do próprio indivíduo

FIGURA 3.8

Prevê-se que, até 2050, a percentagem de pessoas com idades acima dos 60 anos entre a população mundial duplicará para 15,5 por cento, devendo o maior aumento registar-se na Ásia Oriental e Pacífico



Fonte: Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em Lutz e KC (2013).

Um grande número de trabalhadores pobres tem um emprego atípico, isto é, um trabalho involuntariamente a tempo parcial ou um trabalho temporário, nos países avançados, e um emprego informal nos países em desenvolvimento. Idealmente, com o tempo, os países registam um aumento das taxas de emprego e uma diminuição na incidência de emprego atípico (ver países da Categoria 1 na figura 3.7). Contudo, na maioria dos países com dados disponíveis, tanto o desemprego como o emprego atípico aumentaram entre 2007 e 2010⁷⁷ (ver países da Categoria 4 na figura 3.7).⁷⁸

O emprego informal, que constitui um particular desafio para os países em desenvolvimento, representa mais de 40 por cento do emprego total em dois terços dos 41 países emergentes e em desenvolvimento com dados disponíveis.⁷⁹ As definições variam muito, mas, regra geral, emprego informal é aquele que não goza de proteção social, jurídica e regulamentar.⁸⁰ Os que têm um emprego informal ganham menos, em média, do que aqueles com postos de trabalho no setor formal.⁸¹

As vulnerabilidades das pessoas que trabalham no setor informal não se limitam a rendimentos baixos e voláteis: a capacidade de lidar com choques adversos fica comprometida pela falta de proteção social formal, e as suas vulnerabilidades agravam-se quando estas pessoas são perseguidas pelas autoridades públicas. Muitos dos que têm um emprego a tempo parcial ou um emprego temporário deparam-se com problemas semelhantes: podem não gozar das mesmas proteções ou benefícios, como o seguro de saúde, de que gozam os trabalhadores efetivos com um emprego a tempo inteiro.

Quase metade dos trabalhadores do mundo tem empregos vulneráveis, presos que estão a um trabalho precário geralmente fora da alçada da legislação laboral e da proteção social. Ano após ano, em resposta à volatilidade económica e a repetidas crises, os empregadores estão a optar por contar cada vez mais com o trabalho a tempo parcial e o trabalho temporário.⁸² Entre as regiões em desenvolvimento, é na Ásia do Sul e África Subsariana que se regista a mais elevada percentagem de emprego vulnerável (77,5 por cento em 2011).⁸³

Quando um membro do agregado familiar perde o emprego, os outros poderão tentar compensar a situação.⁸⁴ Em alguns casos, se um trabalhador do sexo masculino perde o emprego, um maior número de mulheres poderá procurar trabalho para reequilibrar a situação. Em períodos de recessão económica, porém, as mulheres podem ser

afastadas do mercado de trabalho. E quando uma crise aperta os recursos das famílias, a probabilidade é que aumente o tempo que as mulheres despendem em trabalho não remunerado.⁸⁵ O aumento da participação das mulheres na força de trabalho pode intensificar os conflitos no seio da família: as mulheres que passam à condição de assalariadas podem ser vítimas de mais violência doméstica.⁸⁶

Quando os adultos perdem os seus empregos, as crianças também são afetadas.⁸⁷ Nos países em desenvolvimento, as condições económicas adversas podem reduzir em até 12 por cento as taxas de inscrição escolar.⁸⁸ Acresce que as crianças podem abandonar o ensino para ir trabalhar, comprometendo ainda mais as suas possibilidades de escapar à pobreza no futuro.

Melhores resultados em termos de emprego geram benefícios sociais que vão além do próprio indivíduo.⁸⁹ As sociedades em que todos têm acesso a oportunidades de emprego que correspondam a um padrão básico de dignidade tendem a ter menos conflitos, redes sociais mais fortes e um maior sentido de equidade e justiça.⁹⁰ Estes resultados afetam o grau de coesão social no seio de um país e tendem a fazer as instituições funcionar melhor, ao criarem um ambiente que apoia o desenvolvimento humano. Há também implicações a nível das despesas sociais, uma vez que os gastos com a saúde pública podem aumentar na sequência de períodos prolongados de supressão de postos de trabalho.⁹¹

Envelhecer com dignidade—uma realidade ilusória para muitos

A população mundial de pessoas com idades acima dos 60 anos é de 500 milhões (cerca de 8 por cento do total). Entre as regiões de países em desenvolvimento, a Europa e Ásia Central têm a maior percentagem de pessoas idosas entre a população total (11,4 por cento; figura 3.8). Prevê-se que até 2050 a proporção de idosos entre a população total duplicará para 15,5 por cento, devendo os maiores aumentos registar-se na Ásia Oriental e Pacífico (de 7,4 por cento, em 2010, para 22,2 por cento, em 2050). Crê-se que, em 2050, apenas a África Subsariana terá uma proporção de idosos abaixo de 5 por cento.⁹²

A pobreza e a exclusão social são problemas para os que estão a envelhecer, especialmente porque cerca de 80 por cento da população idosa do mundo não tem uma pensão e depende do trabalho

A pobreza na velhice tem uma forte dimensão de género

e da família para o seu sustento.⁹³ Acresce que à medida que envelhecem as pessoas se tornam, geralmente, física, mental e economicamente mais vulneráveis.⁹⁴ A pobreza crónica é mais frequente na velhice, uma vez que a falta de oportunidades e segurança económicas em fases anteriores da vida se acumula, traduzindo-se em vulnerabilidades na velhice. As desvantagens cumulativas em fases anteriores da vida também implicam a transferência da pobreza de geração em geração. No Bangladeche, por exemplo, quase um terço da população em geral integra agregados familiares com uma pessoa idosa, enquanto muitas outras pessoas noutros agregados familiares fazem parte de uma rede de apoio a, e de, pessoas mais velhas.⁹⁵

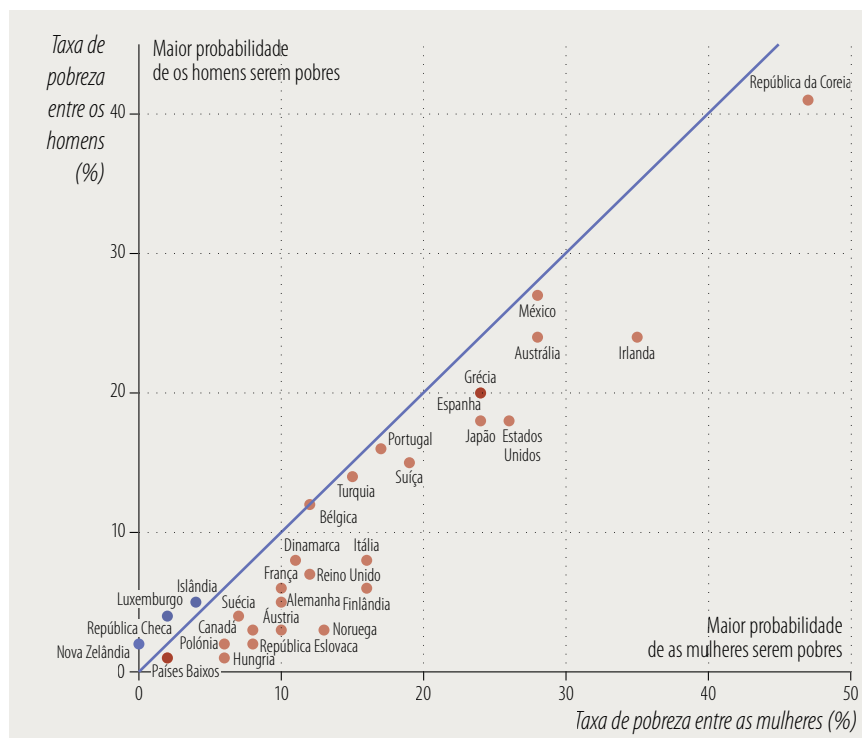
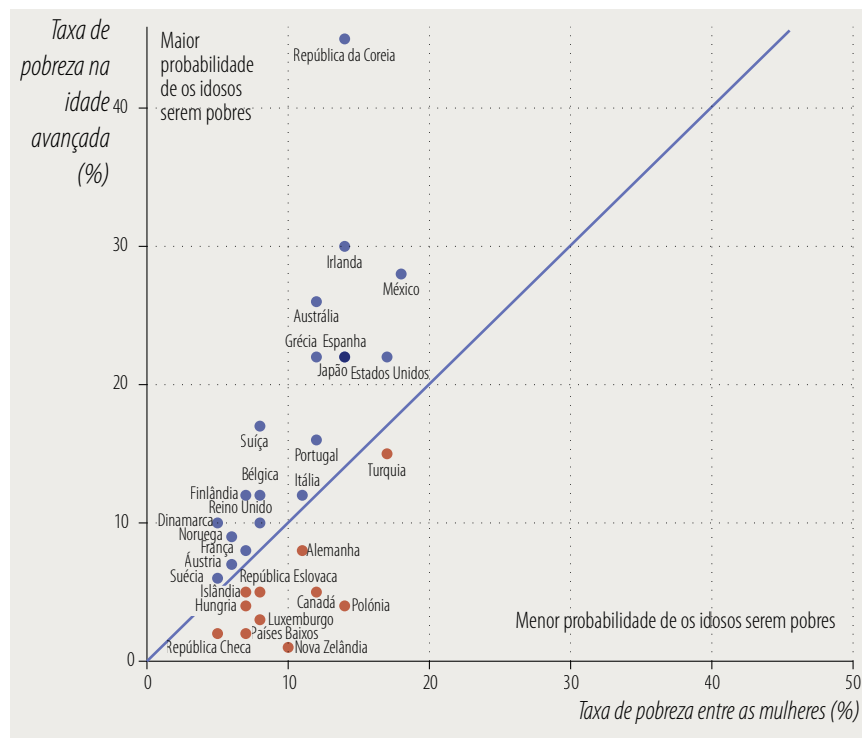
Não são apenas os baixos rendimentos que fazem aumentar a vulnerabilidade entre as pessoas idosas; outras desvantagens podem agravar a sua incapacidade de lidar com as situações, como nos casos em que uma perda de rendimentos é acompanhada por uma situação de doença ou invalidez que esgota os recursos financeiros. A reduzida capacidade para auferir rendimentos pessoais e contribuir para o rendimento familiar, mesmo que indiretamente, tem claras implicações para a dignidade e o protagonismo das pessoas idosas no seio da família. Mesmo quando as pessoas mais velhas são apoiadas pela sua família no que respeita à alimentação e alojamento, o facto de não terem os seus próprios recursos pode afetar a sua autonomia e capacidade de escolha e levar a que sejam potencialmente encaradas como um fardo.⁹⁶

A morte prematura do parceiro, o acesso insuficiente a cuidados físicos e de saúde a preços razoáveis, a exclusão da participação na sociedade, a falta de habitação, a perda de autonomia, a institucionalização, a falta de contactos sociais e a solidão, são, todos eles, fatores que contribuem para a vulnerabilidade dos idosos. Estes podem também defrontar-se com um ambiente social e físico restrito, que, quando aliado a capacidades pessoais diminuídas e ambientes físicos e sociais restritos, os pode impedir de tirar partido de oportunidades à sua disposição e combater as ameaças que os afetam.

A pobreza na velhice tem uma forte dimensão de género. A expectativa de vida das mulheres é maior do que a dos homens, pelo que as mulheres são passíveis de viver mais tempo em situação de pobreza do que os homens. As mulheres têm maior probabilidade de perder o seu parceiro, e menor probabilidade de voltar a casar. Um nível de educação inferior e a necessidade de

FIGURA 3.9

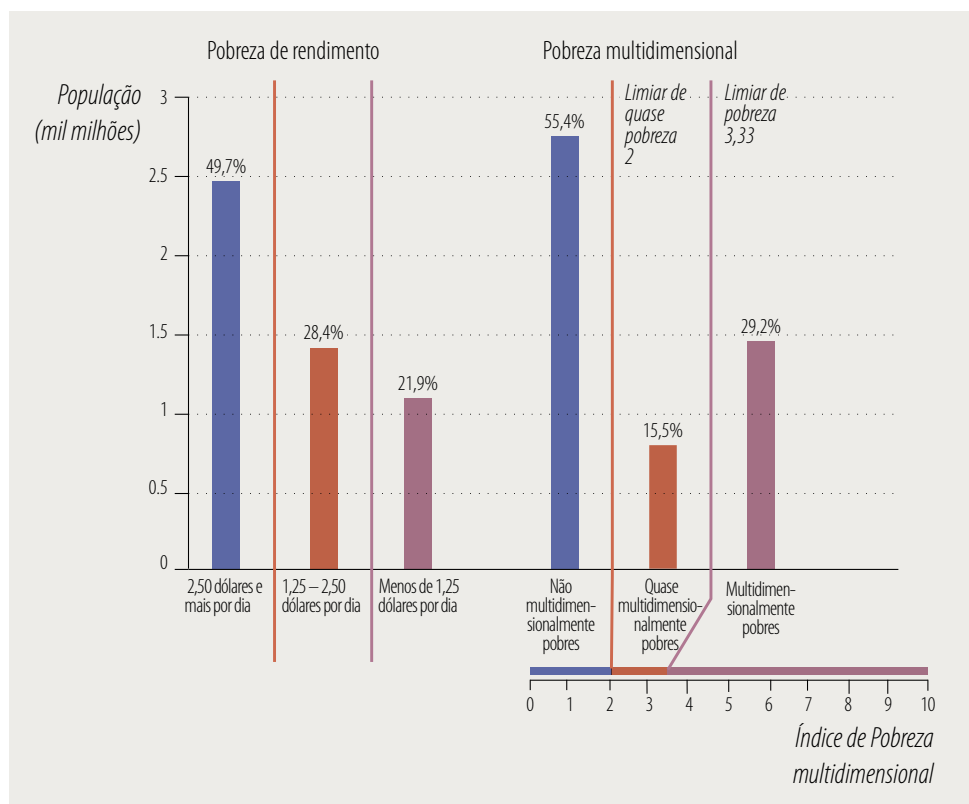
Nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, a taxa de pobreza tende a ser mais elevada entre os idosos do que entre a população em geral, e também mais elevada entre as mulheres idosas do que entre os homens idosos



Nota: Dados referentes a 2008. Fonte: OCDE 2011b.

FIGURA 3.10

Cerca de 1,2 mil milhões de pessoas vivem com menos de 1,25 dólares por dia, e 1,5 mil milhões vivem em situação de pobreza multidimensional



Fonte: Pobreza multidimensional, cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em vários inquéritos a famílias, incluindo os Inquéritos sobre Demografia e Saúde da ICF Macro, os Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e vários inquéritos nacionais a agregados familiares; pobreza de rendimentos, cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em dados da base de dados Indicadores do Desenvolvimento Humano do Banco Mundial.

conciliar a vida profissional com o cuidado dos filhos significa que é maior entre as mulheres a probabilidade de trabalhar no setor informal. As mulheres mais velhas, especialmente as viúvas e as que não têm filhos, são particularmente vulneráveis, tanto económica como socialmente.⁹⁷ Podem estar sujeitas a aviltamento e abuso e a viver em condições de abandono.⁹⁸

A maioria das pessoas idosas e das pessoas que vivem num agregado familiar com uma pessoa mais velha enfrentam taxas de pobreza mais elevadas. Nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, a taxa de pobreza dos idosos é mais elevada do que a taxa de pobreza média do conjunto da população (13,5 por cento contra 10,6 por cento),⁹⁹ e a probabilidade de viver em situação de pobreza é maior entre as mulheres idosas do que entre os homens idosos (figura 3.9). A situação é semelhante em muitos países em desenvolvimento. Na República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Honduras e

Paraguai, mais de 40 por cento da população com idades acima dos 60 anos é pobre.¹⁰⁰

Com a idade, a probabilidade de ter uma deficiência aumenta. Mais de 46 por cento das pessoas de todo o mundo com idades acima dos 60 anos são portadoras de uma deficiência,¹⁰¹ e, com deficiência ou não, 1-30 por cento das pessoas mais velhas vivem sozinhas ou sem um adulto em idade ativa.¹⁰² O abuso de idosos assume proporções consideráveis. Um estudo levado a cabo em 2011-2012 em 36 países concluiu que 43 por cento das pessoas idosas temem ser vítimas de violência ou maus tratos.¹⁰³

As pessoas mais velhas também são as principais cuidadoras dos seus parceiros e netos, e cada vez mais dos seus pais também. De modo especial, nos países com elevada prevalência do VIH/SIDA, os avós são normalmente quem cuida dos órfãos da SIDA.¹⁰⁴ A situação é semelhante no caso dos migrantes. Cerca de 69 por cento dos bolivianos que emigraram para Espanha

TABELA 3.1

Pobreza de rendimentos e pobreza multidimensional, por região

Regiões	Número de países na amostra	Pobreza de rendimento (%)	Quase-pobreza de rendimento (%)	Número de países na amostra	Pobreza multidimensional (%)	Intensidade da privação (%)	Quase-pobreza multidimensional (%)
Estados Árabes	10	6,5	36,4	9	15,5	48,4	8,7
Ásia Oriental e Pacífico	11	12,7	25,1	10	6,4	44,7	16,2
Europa e Ásia Central	15	1,4	6,0	15	1,8	37,3	4,5
América Latina e Caraíbas	20	5,7	7,0	14	6,7	42,8	9,5
Ásia do Sul	8	30,6	44,4	7	53,4	50,8	17,9
África Subariana	40	50,9	27,8	36	59,6	55,0	16,2

Fonte: Pobreza multidimensional, cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em vários inquéritos a famílias, incluindo os Inquéritos sobre Demografia e Saúde da ICF Macro, os Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e vários inquéritos nacionais a agregados familiares; pobreza de rendimentos, cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em dados da base de dados Indicadores do Desenvolvimento Humano do Banco Mundial.

deixaram os filhos em casa, geralmente com os avós. Na China rural, os avós cuidam de 38 por cento das crianças com menos de 5 anos de idade cujos pais foram trabalhar para a cidade.¹⁰⁵

Vulnerabilidades estruturais

Nos casos em que as instituições sociais e legais, as estruturas de poder, os espaços políticos, ou as tradições e as normas socioculturais não servem de forma equitativa os membros da sociedade—criando em relação a algumas pessoas e grupos obstáculos estruturais ao exercício dos seus direitos e escolhas—, geram vulnerabilidades estruturais. As vulnerabilidades estruturais manifestam-se frequentemente através de desigualdades profundas e pobreza generalizada, associadas a desigualdades horizontais ou de grupo baseadas na pertença a um grupo socialmente reconhecida e construída.¹⁰⁶ As vulnerabilidades estruturais são perpetuadas através da exclusão, do desenvolvimento humano baixo, da posição das pessoas na sociedade, todos eles fatores redutores da capacidade de lidar com riscos de deterioração da situação e choques.

Os pobres, as mulheres, as minorias (étnicas, linguísticas, religiosas, migrantes ou sexuais), os povos indígenas, as pessoas em zonas rurais ou remotas ou portadoras de deficiência, e os países encravados ou com recursos naturais limitados tendem a enfrentar obstáculos maiores, por vezes de natureza jurídica, à criação de capacidades, ao exercício de escolhas e à reivindicação dos seus direitos a apoio e proteção em caso de choques. Mesmo que as leis não sejam

explicitamente discriminatórias, a ausência de políticas eficazes pode tornar as pessoas excluídas e vulneráveis. As desigualdades de grupo (ou horizontais) e a exclusão limitam a influência política de alguns grupos, mesmo sendo eles a maioria da população, como acontece com os pobres. As desigualdades horizontais podem levar ao controlo, pelas elites, de políticas que favorecem determinados grupos, não a sociedade como um todo.¹⁰⁷ Isto incrementa as vulnerabilidades dos excluídos, pela limitação da quantidade e qualidade dos serviços públicos que recebem.

Alguns grupos podem também estar mais expostos a determinados riscos e têm menos capacidades e possibilidades intrínsecas para lidar com choques. A exposição de alguns grupos e a forma como a sociedade trata as suas características intrínsecas produz resultados adversos.¹⁰⁸ Os choques também criam novas vulnerabilidades ou novos grupos de pessoas vulneráveis. Por exemplo, pensa-se que cerca de 200 mil pessoas viverão com uma deficiência a longo prazo em consequência de ferimentos sofridos durante o terramoto de janeiro de 2010, no Haiti.¹⁰⁹ Pode argumentar-se que não foi o terramoto propriamente dito que afetou um tão grande número de pessoas, mas antes a sua interação com a vulnerabilidade do país.¹¹⁰

Pobreza e vulnerabilidade

Embora estejam interligadas e frequentemente se reforçam mutuamente, a pobreza e a vulnerabilidade não são sinónimos. As pessoas que são pobres são mais vulneráveis do que outras na sociedade,

pois na maioria das vezes o risco de choques adversos é maior para os pobres do que para os outros, como bem o ilustram os choques ambientais.¹¹¹

Cerca de 1,2 mil milhões de pessoas vivem com menos de 1,25 dólares por dia, e 2,7 mil milhões vivem com menos de 2,5 dólares por dia (figura 3.10).¹¹² Além disso, 1,5 mil milhões de pessoas vivem em situação de pobreza multidimensional, e praticamente 0,8 mil milhões vivem em situação de quase pobreza,¹¹³ o que significa que 2,2 mil milhões vivem com duas ou mais privações graves. Estes números estão a diminuir, mas muitas pessoas vivem pouco acima do limiar de pobreza. Por conseguinte, choques idiossincráticos ou generalizadas poderiam facilmente empurrá las de novo para a pobreza. A percentagem de pessoas que se encontram pouco acima do limiar de pobreza (de rendimentos ou multidimensional) é maior na Ásia do Sul, África Subsariana, e Ásia Oriental e Pacífico (tabela 3.1).

A pobreza multidimensional tem uma componente geográfica forte, uma vez que tende a ser maior nas zonas rurais. Na Somália, afeta 60 por cento da população pertencente a agregados familiares urbanos e mais de 95 por cento da que vive em famílias rurais. No Burkina Faso, as proporções são 43 por cento e 94 por cento, no Níger

56 por cento e 96 por cento, e na Etiópia 54 por cento e 96 por cento, respetivamente.

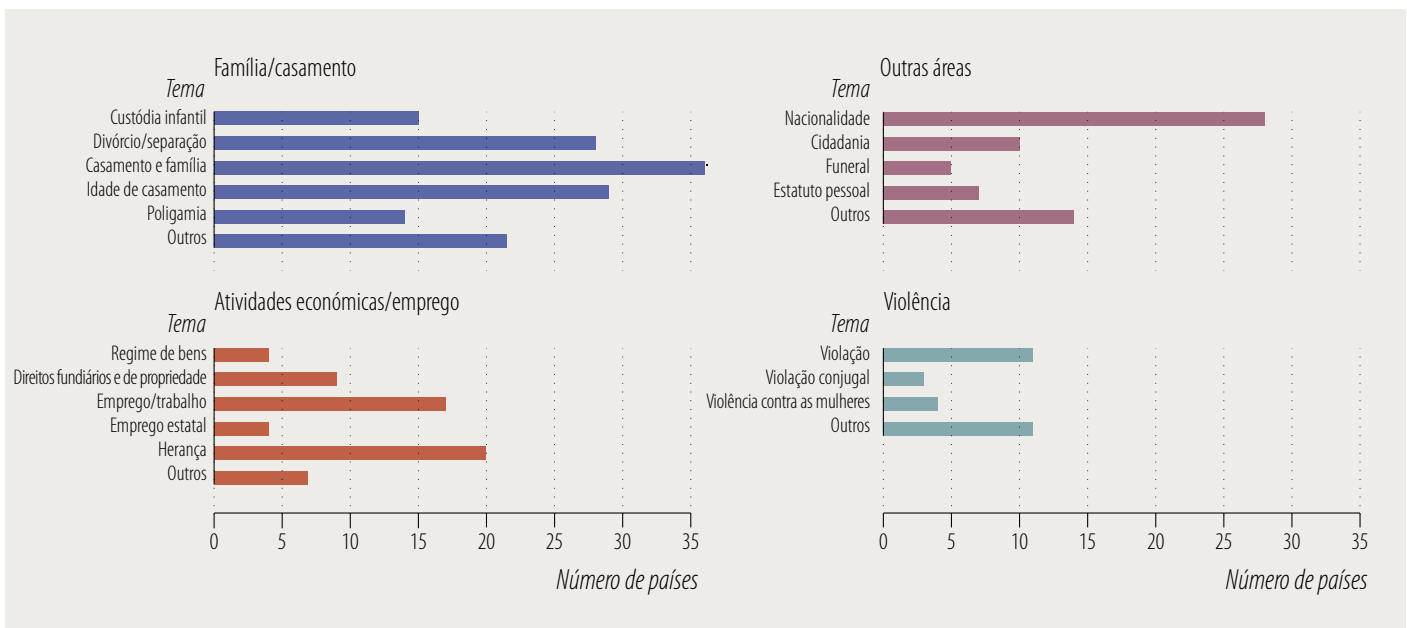
Em numerosos países, a pobreza multidimensional também é mais provável entre os agregados familiares com uma mulher como chefe de família e nos que incluem uma pessoa com mais de 60 anos de idade. Outro fator importante é a presença de crianças pequenas. Na Bolívia, por exemplo, a proporção geral da população em situação de pobreza multidimensional é de 12 por cento, mas em agregados familiares com pelo menos uma criança com menos de 5 anos de idade é de 34 por cento. As proporções correspondentes são de 21 por cento e 42 por cento no Gana, 7 por cento e 19 por cento no Peru, e 4 por cento e 11 por cento República Árabe da Síria.

A vulnerabilidade aumenta quando a pobreza interage com outras condições do agregado familiar.¹¹⁴ As pessoas pobres têm mais probabilidade de viver em zonas vulneráveis aos impactos das alterações climáticas, quer seja nas regiões costeiras de baixa altitude em maior risco de inundação devido ao aumento dos níveis do mar ou em terras marginais sujeitas a aridez e seca crescentes resultantes das alterações climáticas.¹¹⁵

As pessoas pobres são vulneráveis, pois regra geral não têm acesso a poupanças, empréstimos ou outros ativos com que possam contar para

FIGURA 3.11

Vários países têm leis discriminatórias das mulheres em matéria de família, atividades económicas, violência e outras questões



Fonte: Equality Now 2011.

Violência contra as mulheres

Acontecimentos ocorridos em 2012 e 2013 chamaram a atenção dos meios de comunicação social a nível mundial para as proporções epidémicas da violência contra as mulheres. Malala Yousafzai foi baleada por talibãs, no Paquistão, uma jovem estudante foi fatalmente violada por um gangue, na Índia, e houve notícias de violações e outras manifestações de assédio sexual contra mulheres na praça Tahrir, no Cairo. Estes acontecimentos são chamadas de atenção para o facto de que a violência estrutural contra as mulheres ainda é endémica em todo o mundo e levanta sérios problemas à participação das mulheres na vida da sociedade, à segurança da comunidade, e à segurança em termos mais gerais.

Cerca de um terço das mulheres em todo o mundo foi ou será vítima, pelo menos uma vez na vida, de violência sexual ou outra forma de violência física, mormente por parte de um parceiro íntimo (são estes os responsáveis, também, por quase 40 por cento de todos os feminicídios – realidade igualmente extensível aos assassinatos por questões de honra e relacionados com o dote),¹ descritas como “vulnerabilidades relacionais” estruturais enraizadas em categorias específicas de relações sociais.² Uma análise recente da Organização Mundial da Saúde sugere que 7,2 por cento das mulheres em todo o mundo – isto é, 1 em 14 – é submetida a violência sexual cometida por outrem que não o parceiro.³

Dados de inquéritos realizados pela Gallup em 143 países, em 2011, sugerem um medo de violência em função do género. Segundo esses dados, não só as mulheres se sentem menos seguras do que os homens em todos os países, mas também a diferença de género em termos de percepção das ameaças não corresponde aos níveis de rendimento: constataram-se diferenças de dois dígitos em muitos países de rendimento médio e elevado.⁴

A correlação entre violência por parte de um parceiro íntimo e pobreza é forte e positiva, e há padrões regionais dominantes. A probabilidade de as mulheres em África serem vítimas de violência é quase dupla da das mulheres em países europeus de baixo e médio rendimento. No Sudeste Asiático, as mulheres têm quase oito vezes mais probabilidade de serem vítimas de violência cometida por um atual ou anterior parceiro do que por outrem.

As campanhas e a mobilização públicas têm conduzido a mudanças na justiça civil e penal, com a introdução de legislação e decisões judiciais que defendem a proteção das mulheres. Numerosos países dispõem de recursos legais

e outros para apoiar as vítimas e os seus filhos e aprovaram medidas corretivas civis, incluindo legislação relativa à ordem de restrição para proteger o parceiro contra o seu agressor. Mas as mudanças nas normas sociais e na legislação são frequentemente marginais e fortemente combatidas. As alterações à Lei Penal na Índia na sequência de recentes casos de violação⁵ não criminalizam a violação conjugal,⁶ pondo em evidência tanto o alcance como os limites do direito enquanto agente de mudança social.

A violência interfere com a possibilidade de as mulheres participarem na atividade económica fora de casa. No México, o principal motivo para as mulheres abandonarem o mercado de trabalho foram as ameaças e violência reprovadoras por parte dos maridos.⁷ Na Índia, a violência real ou as ameaças de violência dos maridos impedem muitas mulheres de participar em reuniões de grupos de autoajuda.⁸ As intervenções que colocam a ênfase nas normas sociais (aceitação da violência de género) e na redução de barreiras psicossociais (vergonha, culpa, ressentimento e preconceito) podem reduzir a violência contra as mulheres e, de forma mais geral, reforçar o empoderamento das mulheres. Um exemplo é o programa “Yo quiero. Yo puedo” (Eu quero, eu posso), lançado no México. Centrado nas pessoas como ponto de partida, o próprio programa aumenta a sua apropriação e sustentabilidade ao conceber a intervenção pessoal e o empoderamento intrínseco simultaneamente como um processo e um estado.

Tem sido dedicada menor atenção aos impactos intangíveis na liberdade de movimento, bem estar emocional e capacidade de imaginação e pensamento das mulheres, todas elas dimensões chave da capacidade humana.⁹ Além do atentado à personalidade, dignidade e sentido de valor que toda a violência inflige às suas vítimas, as consequências da violência contra as mulheres também refletem o seu carácter sistémico: é uma forma de violência que não obedece a uma distribuição aleatória entre a população, mas é dirigida a um grupo específico em virtude de sua identidade enquanto grupo subordinado. Como Iris Marion Young afirma, “A opressão da violência não consiste apenas na vitimização direta, mas também no conhecimento diário, partilhado por todos os membros do grupo oprimido, de que estão sujeitos a violação simplesmente devido à sua identidade de grupo. O simples facto de viverem sob a ameaça de ataque priva os oprimidos da liberdade e da dignidade, e gasta desnecessariamente a sua energia.”¹⁰

Notas

1. OMS 2013a. 2. Kabeer, Mumtaz e Sayeed 2010. 3. OMS 2013. 4. Gallup 2013. 5. Parlamento da Índia Rajya Sabha 2013. 6. Harvard Law and Policy Review 2013. 7. Funk, Lang e Osterhaus 2005.

8. Sen 1998; Kabeer e outros 2012. 9. Nussbaum 2005. 10. Young 1990, p. 62.

Fonte: Chalabi e Holder 2013; Kabeer 2014; Pick e Sirkin 2010

dar resposta a contingências imprevistas. Perante uma perda de emprego ou outro choque que afete os rendimentos, recorrem a estratégias de compensação mais prejudiciais, como cortar na alimentação ou reduzir as despesas com a saúde e a educação dos filhos.¹¹⁶ Mesmo com um nível de rendimentos mais elevado, as famílias podem não estar, e nem sequer se sentir, menos vulneráveis, e apesar dos progressos realizados nas últimas décadas, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, as pessoas sentem-se menos seguras do ponto de vista económico.¹¹⁷

As recentes medidas de austeridade têm aumentado a pobreza em mais de metade dos países europeus, e os grupos de maior risco são as crianças, os imigrantes e as pessoas oriundas da imigração, as minorias étnicas e as pessoas com deficiência.¹¹⁸

Os impactos das catástrofes naturais são desproporcionalmente elevados entre os grupos de baixos rendimentos, os idosos e as pessoas com deficiência. Quando das inundações em Mumbai, em 2005, as famílias mais pobres foram as mais vulneráveis. Embora os prejuízos possam não parecer elevados em termos absolutos, a média dos prejuízos incorridos pelas famílias equivaliu, grosso modo, às poupanças de um agregado familiar médio. A capacidade de recuperação e reconstrução, no rescaldo das cheias, foi prejudicada pelo esgotamento das poupanças familiares e pela perda de bens domésticos.¹¹⁹ Os terramotos em El Salvador, em 2001, reduziram em um terço os rendimentos per capita das famílias mais atingidas.¹²⁰ No Bangladesh, nas grandes inundações ocorridas em alguns anos, foram danificados perto de

7,5 milhões de hectares de culturas, prejudicando principalmente os pobres.¹²¹

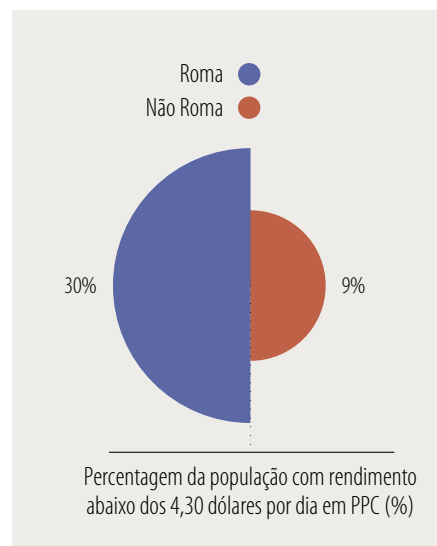
Durante e após as catástrofes, as crianças de famílias pobres são especialmente vulneráveis à subnutrição e a outras consequências a longo prazo. A seca no Zimbabué em 1982-1984 aumentou a probabilidade de raquitismo infantil, e também atrasou em 3,7 meses, em média, a inscrição das crianças na escola, o que prejudicou o seu desempenho escolar durante até 16 anos após a catástrofe. Na Etiópia, entre 2002 e 2006, 90 por cento dos agregados familiares no quintil de rendimentos inferior experimentaram pelo menos um risco de choques a acontecimentos adversos, enquanto muitos deram conta de múltiplos riscos, com uma média de 4,2 riscos por família.¹²² Em resposta aos choques, as famílias cortam na alimentação, reduzem os bens domésticos, acumulam dívidas, todas elas reações suscetíveis de ter consequências a longo prazo para o desenvolvimento das crianças. Os choques que afetam os rendimentos têm grandes impactos na frequência e desempenho escolares das crianças de famílias pobres.¹²³

As pessoas portadoras de deficiência estão particularmente expostas quando ocorrem catástrofes naturais e conflitos violentos

O efeito das catástrofes sobre as pessoas e as comunidades é condicionado não apenas pelas suas capacidades e competências, mas também pela sua base de ativos – o seu capital financeiro e natural. A título de exemplo, a degradação considerável do ecossistema pode ameaçar o sustento de vida das comunidades rurais que dependem diretamente dos recursos naturais, ou seja, do acesso à biodiversidade marinha, a produtos florestais não lenhosos e à agricultura e pecuária em pequena escala ou de subsistência. O grau de vulnerabilidade dessas comunidades é determinado pelo estado da base de recursos naturais para o desenvolvimento de atividades económicas atuais e alternativas, pelos regimes de gestão desses recursos e pelo estado de aproximação dos ecossistemas naturais a pontos de rutura para além dos quais a produtividade deixa de poder ser restabelecida. A degradação do ambiente e o depauperamento dos recursos naturais são ameaças de monta. Em 2011, 40 por cento da população mundial economicamente ativa era composta por trabalhadores rurais, 60 por cento dos quais em países com baixo Índice de Desenvolvimento Humano. Dois terços das pessoas em situação de pobreza extrema vivem em zonas rurais, e a sua subsistência depende em larga medida da agricultura e dos recursos naturais. A degradação do solo e a falta de água são preocupações de monta. Prevê-se que, em 2025, a escassez

FIGURA 3.12

Em 2011, os índices de pobreza entre as famílias roma eram muito superiores aos registados entre as famílias não-roma



Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em PNUD, Banco Mundial e CE (2011).

de água afetará mais de 1,8 mil milhões de pessoas, atingindo sobretudo os trabalhadores agrícolas e os agricultores pobres.¹²⁴

Género

Em termos globais, são as mulheres que sofrem a discriminação mais generalizada. Os sistemas jurídicos emanam de tradições culturais ricas e diversificadas, mas em alguns países as leis consuetudinárias e religiosas prevalecem sobre leis civis que, supostamente, protegem os direitos humanos das mulheres. As leis podem ser explicitamente discriminatórias contra as mulheres em matéria de família, casamento, direitos económicos e violência (figura 3.11). Podem igualmente condicionar o direito das mulheres à propriedade da terra e exigir o consentimento do cônjuge para que a mulher tenha acesso à contratação e ao planeamento familiar.

As mulheres podem também sofrer discriminação por via de instituições sociais, como o casamento precoce, práticas de herança discriminatórias, cargas mais pesadas em termos de trabalho não remunerado de assistência a pessoas dependentes, violência contra as mulheres (Caixa 3.3), preferência por filhos, e restrições de acesso ao espaço público e aos recursos produtivos. Ao violar os direitos das mulheres, a discriminação

Deficiência e vulnerabilidade

Enquanto físico teórico compreendo muito bem o conceito de vulnerabilidade: pouco existe no universo que não seja suscetível de sofrer danos. Até o próprio universo poderá um dia extinguir-se.

A Humanidade sempre foi vulnerável a diferentes desafios. Não há dúvida alguma de que as grandes descobertas científicas—desde a penicilina à tabela periódica, desde a teoria da evolução à eletricidade—ajudaram-nos a compreender o nosso mundo, a reduzir a nossa vulnerabilidade e a construir sociedades mais resilientes.

Porém, apesar os grandes e variados progressos realizados, continuam a existir grupos e indivíduos vulneráveis—e nenhum o é mais do que o portador de deficiência. As Nações Unidas estimam que mais de mil milhões de pessoas vivam com alguma forma de deficiência, tendo uma representação desproporcionada entre as pessoas mais pobres do mundo, correndo o risco de serem vítimas de violência, de catástrofes, de despesas de saúde astronómicas e de muitas outras dificuldades.

A grande maioria das pessoas portadoras de deficiência já tem enorme dificuldade em sobreviver, quanto mais ter uma vida que valorizem—usando o léxico do desenvolvimento humano. Contudo, a deficiência não tem de constituir um obstáculo ao êxito. Durante quase toda a minha vida de adulto tive uma doença motora do foro neurológico, mas isso não me impediu de ter uma carreira proeminente na área da física teórica e uma vida familiar feliz.

Compreendo, naturalmente, que, fui sobejamente bafejado pela sorte. O meu sucesso na área da física teórica assegurou que eu pudesse viver uma vida

que valorizo. Beneficiei de cuidados médicos de excelência. Posso contar com uma equipa de assistentes que me permite viver e trabalhar com conforto e dignidade. A acessibilidade da minha casa e local de trabalho foi adaptada em função as minhas necessidades. Peritos informáticos apoiaram-me com um sistema de comunicação assistido e um sintetizador de voz que me permitem preparar palestras e documentos e comunicar com diferentes audiências.

As pessoas portadoras de deficiência são vulneráveis devido às múltiplas barreiras que enfrentam: de ordem comportamental, física e financeira. Ter em conta estas barreiras é algo que está ao nosso alcance, e temos o dever moral de o fazer. Para além desse dever moral, seria bom termos presente as muitas outras razões para agir. A legislação atual destinada a auxiliar os portadores de deficiência beneficiará um dia praticamente toda a gente: em dado momento da nossa vida, quase todos ficaremos debilitados ou cuidaremos de alguém nessas condições. Invenções, tais como o reconhecimento ótico de caracteres e a tecnologia controlada pelo cérebro, oferecem muitos outros benefícios, para além de ajudar as pessoas portadoras de deficiência.

O mais importante, porém, é que a eliminação destas barreiras libertará o potencial de numerosas pessoas que tanto podem contribuir para o mundo. Os governos do mundo inteiro não podem continuar a descurar as centenas de milhões de pessoas portadoras de deficiência a quem é negado o acesso à saúde, reabilitação, apoio, educação e emprego—e às quais nunca é dada a oportunidade de brilhar.

por via de instituições sociais também conduziu a resultados mais pobres em matéria de desenvolvimento humano. Verificou-se que, nos 21 países cujas instituições sociais foram consideradas as mais discriminatórias contra as mulheres, a taxa de conclusão do ensino primário era, em média, mais de 15 por cento inferior à da dos outros países em desenvolvimento, e os índices de subnutrição infantil e mortalidade materna eram duas vezes mais elevados.¹²⁵ O número de crianças subnutridas é, em média, 60 por cento mais elevado nos países onde as mulheres não têm direito a possuir terra e 85 por cento mais elevado nos países onde as mulheres não têm qualquer acesso ao crédito. As taxas de mortalidade materna são também geralmente mais elevadas nos países onde as mulheres têm menos controlo sobre a sua integridade física.

As crises económicas estão associadas a um aumento quase quántuplo da mortalidade infantil feminina em comparação com a mortalidade infantil masculina.¹²⁶ A recente crise económica mundial saldou-se por um aumento estimado de 30 000-50 000 mortes infantis na África Subsariana, principalmente entre os pobres e predominantemente femininas.¹²⁷

Na maioria dos países as mulheres são livres de participar em atividades políticas, mas apenas em dois, Cuba e Ruanda, a quota parte de mulheres no parlamento corresponde ou excede a sua

proporção entre a população. Nas eleições parlamentares no Ruanda, em 2013, 51 dos 80 lugares (64 por cento) foram ocupados por mulheres.¹²⁸ Todavia, em cerca de 60 por cento dos países com dados disponíveis, as mulheres representam menos de 20 por cento dos assentos parlamentares. Uma melhor representação das mulheres na vida política pode melhorar significativamente a situação das mulheres em geral. O Ruanda tem hoje algumas das mais progressistas leis em África para empoderar as mulheres e protegê-las da violência. As leis e as políticas por si só não são suficientes para erradicar a discriminação, mas podem ser importantes primeiros passos.

As catástrofes naturais e as alterações climáticas agravam frequentemente a desigualdade e a discriminação, nomeadamente as baseadas no género.¹²⁹ Mas o empoderamento e a intervenção das mulheres podem reduzir essas vulnerabilidades. A título de exemplo, três semanas após o tsunami no Oceano Índico, em 2004, um grupo de aldeãs pobres que sobreviveram aos terremotos de 1993 e 2001, em Latur (Maharashtra) e Kutch (Gujarat), apoiaram ativamente os esforços de recuperação e viajaram para Tamil Nadu, a fim de mostrar a sua solidariedade com mulheres como elas e ajudar no processo de reabilitação.¹³⁰

Resiliência às catástrofes – a experiência do Japão

Só nos últimos cinco anos assistimos a um sismo no Haiti (2010), a uma onda de calor no Hemisfério Norte (2010), a um tsunami no Japão (2011), a um período de seca na África Oriental (2011-2012) e a um tufão nas Filipinas (2013). Estes fenómenos climáticos adversos causaram um elevado número de mortes e avultados custos económicos. O progresso do desenvolvimento humano foi debilitado por estes impactos e, em certos casos, os avanços conseguidos a muito custo foram invertidos.

O Japão é um país atreito a catástrofes que pode oferecer perspectivas importantes em matéria de resiliência a catástrofes. Em 2011, um poderoso sismo ao largo da costa oriental do Japão deu origem a grandes ondas de tsunami que mataram mais de 15 000 pessoas e provocaram danos consideráveis na infraestrutura económica e social. Este fenómeno esteve também na origem de uma catástrofe nuclear em Fukushima. Porém, apesar da grande perda de vidas humanas e de um volume recorde de custos financeiros – estimado em 210 mil milhões de dólares —, o impacto poderia ter sido ainda muito pior. O terramoto em Tohoku, cuja magnitude foi estimada em 9,0, continua a ser o quarto maior do mundo desde que os registos foram iniciados em 1900, tendo as ondas resultantes do tsunami atingido 40 metros de altura e percorrido até 10 km no interior do território.

O sistema de alerta precoce do Japão impediu que o número de mortes fosse muito superior. Assim que a atividade sísmica foi detetada, foram emitidos alertas através da televisão, da rádio e das redes de comunicações móveis. Isto permitiu que muitas pessoas se preparassem e atenuassem o impacto, deslocando-se, por exemplo, para zonas mais elevadas, tendo a rede rodoviária e a atividade das unidades fabris sido rapidamente interrompidas - evitando assim maiores danos. Desempenharam igualmente um papel crucial no salvamento de vidas as sirenes de emergência, as vias de evacuação claramente assinaladas e os programas de educação pública. Códigos de construção rigorosos asseguraram que muitos edifícios altos resistissem ao terramoto, enquanto cinturas verdes florestadas e barreiras de betão ofereceram às comunidades alguma

proteção contra o tsunami. As instituições públicas estão tradicionalmente envolvidas com as comunidades locais a fim de melhorar a preparação em caso de catástrofe e de elaborar planos de evacuação. No Japão, os investimentos de longa data em tecnologia e na sensibilização do público foram essenciais para evitar uma catástrofe ainda maior. Ainda que os debates no Japão sobre a preparação e recuperação tenham sido fundamentais, o caso do Japão evidencia que o risco está inerentemente associado ao desenvolvimento e que uma estratégia abrangente de redução dos riscos e de recuperação deve constituir uma componente integral da governação global. Sistemas de alerta precoce, vias de evacuação, códigos de construção rigorosos e colaboração com as comunidades locais são elementos que devem emanar de sistemas institucionais, legais e governativos que dão prioridade à redução de catástrofes e à recuperação.

Em março de 2015, a Terceira Conferência Mundial da ONU sobre a Redução do Risco de Catástrofes (WCDRR) terá lugar em Sendai, uma das cidades atingidas pelo terramoto e o tsunami de Tohoku em 2011. Esta conferência permitirá que os Estados-Membros revejam a aplicação do Quadro de Ação de Hyogo (HFA) e adotem um quadro para a redução do risco de catástrofes após 2015. O HFA, um plano decenal destinado a reforçar a capacidade de resiliência às catástrofes das nações e comunidades foi acordado na Conferência Mundial de 2005 sobre a Prevenção de Catástrofes com as seguintes cinco principais prioridades de ação: tornar a redução do risco de catástrofes uma prioridade; conhecer os riscos e agir; fomentar a sensibilização e entendimento; reduzir o risco; e estar preparado e pronto para atuar.

No entanto, desenvolver a preparação para as catástrofes leva tempo, requer investimentos significativos a longo prazo em educação, tecnologia e infraestrutura, bem como instituições e quadros regulamentares adequados. Aprender com as recentes experiências em matéria de catástrofes será essencial para definir uma agenda global orientada para o futuro, que permita um desenvolvimento humano resiliente e sustentável.

Fonte: UNISDR (2012a), Fraser e outros (2012)

Grupos étnicos e minorias

Os povos indígenas constituem cerca de 5 por cento da população mundial, mas representam 15 por cento do rendimento mundial dos pobres e mais de 30 por cento dos extremamente pobres nas zonas rurais.¹³¹ Estas pessoas tendem a ter baixo nível de escolaridade, oportunidades desiguais e acesso desigual à terra e a outros bens produtivos.¹³² Na América Latina, o rendimento médio dos trabalhadores indígenas é cerca de metade do dos trabalhadores não indígenas.¹³³

Na Europa, um dos grupos mais vulneráveis é o dos roma. Em 2011, cerca de 30 por cento dos roma viviam com menos de 4,30 dólares por dia, em comparação com 9 por cento da população não roma (figura 3.12). Foram empreendidas numerosas iniciativas a nível nacional e regional com vista a melhorar as condições deste grupo. No entanto, estas pessoas continuam a sofrer os

efeitos da exclusão social e do acesso limitado aos serviços básicos que lhe estão associados.¹³⁴

Deficiência

As pessoas portadoras de deficiência são confrontadas com barreiras físicas que dificultam a reivindicação de direitos e o exercício de escolhas. Frequentemente, debatem-se com a falta de acesso fácil a transportes públicos, a organismos públicos e a outros espaços públicos, como hospitais, o que lhes torna mais difícil participar na vida económica, social e política — ou procurar ajuda quando confrontadas com ameaças ao seu bem-estar físico. Particularmente vulneráveis entre as pessoas portadoras de deficiência são as que vivem em situação de pobreza. As pessoas portadoras de deficiência são também mais suscetíveis de ser vítimas de violência do que a população em geral.¹³⁵ Têm também menos capacidade para trabalhar e, por conseguinte, são geralmente mais pobres do que o resto da

população. Além disso, as pessoas portadoras de deficiências que afetam a sua capacidade de comunicar são também mais suscetíveis de ser vítimas de abusos, inclusivamente por parte dos cuidadores.

As pessoas portadoras de deficiência estão particularmente expostas quando ocorrem catástrofes naturais e conflitos violentos. As deficiências cognitivas, intelectuais ou físicas podem reduzir a sua capacidade de acesso à informação e de atuar em conformidade.¹³⁶ Podem ser deixadas para trás em operações de evacuação, ou ver recusado o acesso a abrigos e campos de refugiados por necessitarem de cuidados médicos complexos. A comunidade envolvida na redução dos riscos de catástrofes deve promover a participação das pessoas portadoras de deficiência—e tomar em consideração os obstáculos e constrangimentos ambientais com que estas se deparam.¹³⁷

As vulnerabilidades geradas pelas deficiências dependem de outros fatores sociais, económicos e demográficos. Por exemplo, as pessoas portadoras de deficiência são igualmente mais suscetíveis de ter menos capacidade para trabalhar e, portanto, mais pobres do que os seus pares sem deficiência. Com efeito, as pessoas com deficiência apresentam taxas de emprego mais baixas.¹³⁸ Dados recolhidos no Inquérito Mundial de Saúde realizado em 51 países mostram taxas de emprego de 52,8 por cento para homens portadores de deficiência e 19,6 por cento para mulheres portadoras de deficiência, em comparação com 64,9 por cento para homens sem deficiência e 29,9 por cento para mulheres sem deficiência.¹³⁹ No entanto, ter em conta o problema das barreiras e da vulnerabilidade das pessoas portadoras de deficiência pode desbloquear o seu potencial e beneficiar a sociedade no seu todo.

Migrantes

A maioria dos migrantes internacionais, que representa mais de 3 por cento da população mundial, goza de menos direitos e menos proteção, mesmo legais, do que os nacionais, e têm menos acesso à proteção social.¹⁴⁰ São tradicionalmente excluídos da vida social e pública e, sem direitos de voto, pouca influência têm sobre as políticas que os afetam—muito embora possam estar a contribuir para o progresso económico do país de acolhimento. A sua vulnerabilidade sobrepõe-se a outras vulnerabilidades estruturais. Por exemplo, o número de mulheres que migra está a aumentar. Atualmente,

as mulheres representam metade da população migrante internacional, atingindo 70-80 por cento em alguns países, e sofrem de uma exposição acrescida à exploração e abuso no tráfico de seres humanos.¹⁴¹

A migração forçada em virtude de conflitos é outra forma de vulnerabilidade, como a crise síria dramaticamente demonstra. Embora os refugiados constituam uma pequena parcela da população migrante—cerca de 10,5 milhões de pessoas em 2011—o conflito armado deslocou cerca 5 milhões de pessoas da região (das quais mais de 255 000 apenas entre dezembro de 2012 e janeiro de 2013).¹⁴²

Países vulneráveis e geografia

Os esforços tendentes a reduzir a vulnerabilidade de indivíduos e comunidades devem ter em conta a vulnerabilidade dos respetivos países. Um importante fundamento para o tratamento especial de países reside na sua vulnerabilidade estrutural, a qual depende de fatores externos dificilmente geridos pela política interna. Por exemplo, os países menos desenvolvidos foram definidos como países pobres que sofrem de debilidades estruturais que impedem o crescimento. São mais suscetíveis do que outros a permanecer pobres. Os países em desenvolvimento sem acesso ao mar e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento são outros dois grupos de países que enfrentam consideráveis desafios estruturais.

O presente Relatório analisa muitas das vulnerabilidades estruturais que os países enfrentam, incluindo a forma como uma maior interconetividade gera novas vulnerabilidades. A maior parte das análises e dos dados sobre a vulnerabilidade de um país concentra-se nas catástrofes ambientais ou naturais, tais como sismos ou erupções vulcânicas, e nos choques climáticos (ver Caixa 3.4)—ou em eventos económicos externos, tais como quebras da procura externa e choques relacionados com os termos de troca.

Violência de grupo e vidas inseguras

O Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) de 1994 introduziu o conceito de segurança humana, abrindo com a declaração «O mundo jamais viverá em paz se as pessoas não tiverem segurança na sua vida quotidiana».143 Os

A desigualdade no acesso a recursos e resultados coincidentes com diferenças culturais podem servir de motor a uma variedade de convulsões e agitação de ordem política

conceitos de segurança exigem uma visão da pessoa humana que inclua a vulnerabilidade psicológica e física, os pontos fortes e os pontos fracos, incluindo limitações em termos de percepção do risco.¹⁴⁴

Em 2000, cerca de 400 pessoas morreram diariamente em resultado de atos intencionais de violência autoinfligida, interpessoal ou coletiva,¹⁴⁵ e muitos milhares de outras, de alguma forma, afetadas por atos de violência. Além disso, os custos com o tratamento das vítimas, o apoio a famílias destroçadas, a reparação de infraestruturas, as ações judiciais contra os autores e a perda de produtividade e investimento são avultados.¹⁴⁶

A percepção das ameaças por parte dos indivíduos espelha os esforços políticos e mostra claramente o peso do medo nas suas vidas.¹⁴⁷ O RDH de 2005 relativo à Costa Rica e o RDH de 2013 relativo à América Latina põem em evidência as restrições impostas à vida das pessoas, ao evitarem sair à noite ou viajar por temerem a violência.¹⁴⁸ Foi identificada uma correlação entre a existência de gangues e o baixo apoio a mecanismos formais de controlo e regulação social, o que abre ainda mais o caminho para que os grupos criminosos sejam a única fonte de proteção.¹⁴⁹ A desigualdade horizontal persistente que se faz sentir a nível das dimensões política, económica e social pode criar condições que promovem atos de violência física que ameaçam o desenvolvimento humano para um grande número de pessoas, incluindo alguns grupos específicos. Os atos de homicídio e de violência armada ocorrem com maior frequência nas regiões urbanas atingidas pela pobreza, que se caracterizam pela falta de emprego, condições de habitação deficientes, lotação excessiva e baixos níveis de escolaridade e de infraestruturas sociais. Os homicídios são mais comuns nas zonas mais pobres das cidades com elevados níveis de desigualdade, desde a Cidade de Nova Iorque ao Rio de Janeiro, e nos estados e cidades americanos e províncias canadianas que apresentam as desigualdades mais acentuadas. A investigação corrobora estas correlações entre pobreza e desigualdade.¹⁵⁰ No entanto, a violência e a criminalidade estão associadas não só ao aumento das desigualdades, mas também à presença de armas de fogo e de estupefacientes, encarados como explicação para elevadíssimos níveis de violência em certos países de médio rendimento da América do Sul e Central, onde a desigualdade tem vindo a diminuir nos últimos anos.

Como foi referido no capítulo 2, os conflitos violentos, e sobretudo a nível nacional, bem como a

agitação civil interna, continuam a impor enormes custos ao desenvolvimento nos países afetados. É possível identificar uma combinação de várias causas para este tipo de conflitos. No entanto, uma característica comum continua a residir no facto de estas causas—desde as políticas de exclusão e elites em busca de lucro às injustiças sociais negligenciadas—serem fatores que contribuem para semear a discórdia social ou, pelo menos, para impedir o nível mínimo de harmonia e coesão social que conduziria a resultados sólidos em matéria de desenvolvimento, um tema que é abordado de forma mais circunstanciada no capítulo 4.

Uma sociedade «socialmente coesa» é uma sociedade que trabalha para o bem-estar de todos os seus membros, que combate a exclusão e a marginalização, que cria um sentimento de pertença, promove a confiança e oferece aos seus membros a oportunidade de mobilidade ascendente.¹⁵¹ A ausência destes atributos está frequentemente relacionada com o conflito e a violência, especialmente em situações de acesso desigual aos recursos ou benefícios provenientes de riquezas naturais, ou com a incapacidade de lidar eficazmente com as rápidas mutações sociais ou económicas, ou ainda com o impacto dos choques económicos ou climáticos.

A desigualdade no acesso a recursos e resultados coincidentes com diferenças culturais podem servir de motor a uma variedade de convulsões e agitação de ordem política. Isto não se deve apenas ao ressentimento dos excluídos e desfavorecidos. A agitação e o conflito podem também eclodir se os privilegiados tomarem medidas para assegurar que os desfavorecidos não reivindiquem acesso a mais recursos ou poder político.¹⁵²

Em quase todos os países existem grupos que são vítimas de exclusão social,¹⁵³ o que ocorre quando as instituições negam sistematicamente a alguns grupos os recursos e o reconhecimento que lhes permitiriam participar em pleno na vida social.¹⁵⁴ A desigualdade horizontal e a exclusão social podem perdurar por longos períodos de tempo e estar associadas à negação de direitos a alguns grupos e ao seu acesso desigual a serviços sociais. Em alguns casos, as desigualdades persistentes e as privações prolongadas duram séculos.¹⁵⁵

Existem provas de uma certa correlação entre as desigualdades entre grupos e o conflito violento, que se torna mais provável quando as desigualdades socioeconómicas e políticas se intensificam.¹⁵⁶ Por exemplo, a probabilidade de conflito

aumenta significativamente em países com acentuada desigualdade horizontal em termos económicos e sociais. Do mesmo modo, a ocorrência do conflito violento é mais provável quando o desenvolvimento é mais fraco e a polarização religiosa é maior.¹⁵⁷ Embora haja muitos exemplos de sociedades multiculturais pacíficas, os laços culturais podem constituir uma poderosa fonte de mobilização e de potencial conflito quando interagem com fortes privações económicas e sociais.¹⁵⁸ Além disso, o aumento acentuado das desigualdades entre grupos reforça a probabilidade de tensões e conflitos.¹⁵⁹

A resposta dos governos aos protestos, mesmo quando estes começam pacificamente, explica o modo como a exclusão social pode induzir alguns grupos a recorrer à violência. As manifestações pacíficas em que o Estado limita o espaço e a proteção dos manifestantes podem, ou gerar pouca mudança e maior frustração, ou desencadear ações de violência e exclusão por parte do Estado, unificando os manifestantes e transformando em violência manifestações que eram essencialmente pacíficas.

As instituições, especialmente as instituições do Estado que funcionam bem, têm uma função importante na criação de um espaço cultural onde vários grupos podem dialogar pacificamente e onde as pessoas podem começar a incorporar as ideias de outros na sua própria compreensão do mundo. Este diálogo poderia ser muito importante para a resolução pacífica de conflitos, evidenciando um papel importante na prevenção de conflitos violentos.¹⁶⁰

Instituições inclusivas e representativas podem reduzir o potencial de conflito, pois podem tomar medidas para combater a exclusão e alterar as práticas relativas aos fornecimento de bens e serviços públicos. Entre os exemplos de políticas tendentes a reduzir a desigualdade horizontal incluem-se o reforço da posse coletiva de terras por meio da redistribuição de terras pertencentes ao governo, das aquisições compulsivas e das restrições à propriedade nas ilhas Fiji, na Namíbia, na Malásia e no Zimbabué. Outros exemplos são as quotas de emprego no setor público (Índia, Malásia e Sri Lanca e a exigência de um regime de emprego equilibrado no setor privado na África do Sul).¹⁶¹

O conflito armado constitui um importante fator de vulnerabilidade para o desenvolvimento, devido aos seus efeitos agregados não só na sociedade mas em grupos específicos. Em Caxemira, comprovou-se que a exposição à violência in

utero e na infância reduz a altura das crianças. As crianças nas zonas afetadas pela insurreição eram mais baixas - desvio padrão de 0,9-1,4 - do que as crianças menos afetadas pela insurreição. O efeito era mais acentuado nas crianças nascidas durante picos de violência.¹⁶²

Os conflitos forçam igualmente as pessoas a fugir das suas casas e a abandonar os seus meios de subsistência. As mulheres e crianças representam 80 por cento dos refugiados e das pessoas deslocadas a nível mundial.¹⁶³ Entre 2012 e 2013 mais de um milhão de pessoas fugiram dos seus países de origem devido a conflitos e a perseguição, principalmente na região oriental da República Democrática do Congo, no Mali, no Sudão e na República Árabe da Síria.¹⁶⁴ O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados regista no total perto de 36 milhões de pessoas que constituem motivo de preocupação.¹⁶⁵

O número de mortes resultantes de guerras transfronteiras diminuiu acentuadamente após um pico registado em 1995, para cerca de 320 000 por ano. Não obstante, os conflitos armados continuam a constituir um importante obstáculo ao desenvolvimento humano, especialmente para os países com um baixo Índice de Desenvolvimento Humano.¹⁶⁶ Em 2012, registaram-se, a nível mundial, 37 941 mortes conflitos decorrentes de 41 conflitos.¹⁶⁷ Os conflitos prejudicam o funcionamento de serviços públicos essenciais, como os cuidados de saúde básicos¹⁶⁸ e a educação, causando prejuízos permanentes às pessoas ao longo de toda a vida, nomeadamente problemas de saúde duradouros para gerações inteiras de crianças em zonas de conflito, frequentemente impedidas de concluir o ensino primário. Além disso, o conflito armado pode originar enormes distúrbios psicológicos.¹⁶⁹ A perda de familiares e da comunidade, a perda de casas e de meios de subsistência, a deslocação e o desmembramento podem gerar consequências mentais graves, que afetam muitas decisões das famílias, incluindo a migração.¹⁷⁰

Em alguns conflitos a população civil é visada e mutilada como estratégia deliberada para desmoralizar as comunidades e destruir as respetivas estruturas sociais; a violação foi usada como uma arma deliberada enquanto ato de humilhação e de vingança contra o inimigo como um todo.¹⁷¹ Por exemplo, o número de mulheres violadas durante o conflito na Bósnia-Herzegovina foi estimado em 10 000 a 60 000.¹⁷²

“Num país bem governado, a pobreza é algo que deve causar vergonha; num país mal governado, a riqueza é algo que deve causar vergonha.”

Princípio de Confúcio

“Esperei muito tempo para ter uma voz, agora que a tenho, jamais me calarei”

Madeleine Albright



Reforçar a resiliência: liberdades alargadas, escolhas protegidas

No presente Relatório, discutiram-se as ameaças persistentes ao desenvolvimento humano e a natureza da vulnerabilidade. Discutiu-se ainda a maneira como os indivíduos ficam mais vulneráveis nuns momentos cruciais das suas vidas do que noutros, e o modo como os contextos sociais podem tornar alguns indivíduos mais vulneráveis do que outros. As crises sob a forma de catástrofes naturais e conflitos violentos diminuem as capacidades e os ativos materiais de comunidades inteiras, tornando-as ainda mais vulneráveis. As políticas tendentes a reduzir essa vulnerabilidade têm obrigatoriamente de ter em conta esses fatores.

O reforço da resiliência requer algo mais do que a redução da vulnerabilidade—requer empoderamento e menos restrições ao exercício da agência—a liberdade de ação. Requer ainda instituições sociais e estatais sólidas, capazes de apoiar os esforços das pessoas para fazer face a eventos adversos. O bem-estar é influenciado em larga medida pelo contexto das liberdades mais alargadas em que as pessoas vivem. As normas e práticas da sociedade podem ser prejudiciais ou discriminatórias. Por isso, o reforço da liberdade de ação exige um tratamento dessas normas e a sua transformação.

No capítulo 1, apresentaram-se os princípios fundamentais que necessariamente terão de informar as escolhas políticas. Com base nesses princípios, o presente capítulo destaca as principais políticas nacionais suscetíveis de diminuir a vulnerabilidade e aumentar a resiliência—tanto a nível do indivíduo como da sociedade. Essas políticas incluem, sem pretender ser exaustivas, o aprovisionamento universal de serviços sociais básicos, o tratamento de vulnerabilidades no ciclo de vida, a promoção do pleno emprego, o reforço da proteção social, a promoção da inclusão social e o reforço de capacidades, como formas de preparação para as crises e de recuperação das mesmas.

Há diversas considerações subjacentes à focalização nessas políticas. Em primeiro lugar, cada uma delas lida com a vulnerabilidade em múltiplas dimensões. Por exemplo, o aprovisionamento universal de serviços sociais básicos pode promover todo o tipo de oportunidades, dissociando os direitos básicos da capacidade de os pagar. De modo semelhante, uma taxa de emprego elevada tem um amplo impacto positivo no bem-estar das pessoas, ao mesmo tempo que reduz a violência e fomenta a coesão social.

Em segundo lugar, essas políticas estão interligadas, existindo fortes sinergias entre as mesmas.

As vias de desenvolvimento que não atendem às vozes de todas as partes interessadas não são desejáveis nem sustentáveis. Porém, quando as sociedades criam espaço para que todas as vozes sejam ouvidas, existe uma maior probabilidade de os responsáveis políticos estarem mais atentos às preocupações e necessidades das minorias e de outros grupos vulneráveis. Além disso, as pessoas podem ser simultaneamente agentes e beneficiários do progresso. Existe também uma maior probabilidade de essas sociedades atribuírem grande prioridade à criação de emprego e à adoção de uma política social universal. Com efeito, se o pleno emprego alarga a base fiscal, cria também maior espaço orçamental para a prestação de serviços sociais de qualidade.

Em terceiro lugar, essas políticas abordam a questão da vulnerabilidade em diferentes pontos do ciclo de vida de um indivíduo e em diferentes pontos da via de desenvolvimento de um país. Serviços sociais bem concebidos são capazes de assegurar a prestação de cuidados e educação às crianças na fase mais crucial das suas vidas, e a prestação de cuidados adequados aos mais idosos no momento em que deles precisam. As políticas que favorecem o pleno emprego ajudam os jovens no difícil processo de transição da escola para o emprego. Essas políticas criam igualmente ciclos virtuosos que conferem sustentabilidade às vias de desenvolvimento nacionais. Países tão diversos quanto a República da Coreia e a Suécia colheram os benefícios de uma mão-de-obra instruída no seu caminho para a industrialização.

Os tipos de políticas que aqui se discutem poderão levar tempo a reforçar a resiliência de pessoas e sociedades. Haverá ações específicas capazes de, a curto prazo, acelerar essa resiliência e proteger as escolhas futuras e as capacidades? No capítulo 3, defendeu-se a necessidade de uma perspetiva alargada na análise dos fatores determinantes da

Alargando a nossa reflexão sobre vulnerabilidade

Há muito que as Nações Unidas chamam a atenção para a segurança humana, em todas as suas dimensões.¹ Na altura em que ocupei o cargo de economista principal no Banco Mundial, inquirimos milhares de pessoas pobres em todo o mundo para perceber qual era a sua maior preocupação. No topo da lista (a par das preocupações óbvias relacionadas com a falta de rendimento e de capacidade para se fazerem ouvir sobre as matérias que afetavam as suas vidas) aparecia a insegurança—a vulnerabilidade.²

No seu nível básico, entende-se por vulnerabilidade uma exposição a uma queda acentuada do nível de vida, e é motivo de especial preocupação quando é prolongada, e quando os níveis de vida caem abaixo de limiares críticos, a um ponto de privação.

A tradicional determinação dos economistas em se focalizarem no PIB levou-os a perder de vista a vulnerabilidade. Os indivíduos são avessos ao risco. O facto de se darem conta da sua vulnerabilidade conduz por isso a grandes perdas de bem-estar—mesmo antes de enfrentarem as consequências de um choque propriamente dito. A incapacidade dos nossos sistemas métricos para captar de forma adequada a importância da segurança para o bem-estar do indivíduo e da sociedade foi uma das principais críticas ao PIB formuladas pela Comissão Internacional sobre a Aferição do Desempenho Económico e do Progresso Social.³

Se queremos formular políticas para reduzir a vulnerabilidade, é fundamental adotar uma visão alargada sobre as causas dessa vulnerabilidade. Indivíduos e sociedades estão inevitavelmente expostos àquilo que os economistas designam por “choques”, eventos adversos que potencialmente podem causar quedas acentuadas dos níveis de vida. Quanto maior é a amplitude dos choques, maiores são a sua profundidade e duração, e maior é a vulnerabilidade, mantendo-se inalterados os demais fatores. No entanto, quer os indivíduos quer as sociedades desenvolvem mecanismos para lidar com os choques. Algumas sociedades e economias trabalharam melhor do que outras no reforço da capacidade de lidar com os choques. As vulnerabilidades maiores surgem nas sociedades que se permitiram ficar expostas a grandes choques, mas deixaram largas camadas das suas populações sem mecanismos adequados para lidar com eles.

Espirais viciosas

Quando pensamos em vulnerabilidade, pensamos inevitavelmente em espirais descendentes viciosas. Um sistema robusto tem bons amortecedores de choques: um indivíduo que sofre um choque adverso recupera rapidamente. Uma das funções das leis sobre falências consiste em dar a quem tem dívidas excessivas a possibilidade de começar de novo. Isso pode não resolver totalmente os problemas de quem deve, mas pelo menos impede que o indivíduo seja arrastado num amontoado de dívidas. Infelizmente, em muitas sociedades por todo o mundo, largas camadas da população continuam altamente vulneráveis, altamente expostas a essas espirais descendentes viciosas—e, em certos casos, a situação tende a agravar-se.

Existem numerosos canais para estas espirais descendentes funcionarem. Os indivíduos com rendimentos insuficientes tendem a não se alimentar bem, aumentando assim as probabilidades de contraírem uma doença. No entanto, uma vez doentes, não podem custear cuidados de saúde adequados; e isso significa, em sociedades que não dispõem de serviços públicos que prestem cuidados de saúde adequados, que um acidente ou uma doença podem ser o princípio do fim. Sem cuidados de saúde adequados, essas pessoas correm o risco de ver o seu poder aquisitivo diminuir consideravelmente; essa diminuição faz baixar ainda mais a sua capacidade de custear os cuidados de saúde.

Um estudo recente demonstrou como as energias mentais das pessoas pobres são dirigidas de forma desproporcionada para o aqui e agora—as exigências da sobrevivência. Essas pessoas não conseguem pensar de forma estratégica; não conseguem fazer planos a longo prazo. Por isso, não é de admirar que não consigam tomar decisões (inclusive sobre investimentos) que poderiam tirá-las da pobreza.

Vulnerabilidades económicas

A atenção mundial centra-se inevitavelmente nas vítimas de catástrofes naturais—um *tsunami*, uma cheia ou um terramoto. No entanto, as catástrofes económicas são tão devastadoras quanto as catástrofes naturais.

As alterações por que passou nas últimas décadas a economia mundial criaram muitas mais vulnerabilidades. As interligações de bancos e países aumentaram a probabilidade de contágio financeiro, como o que ocorreu na crise financeira de 2008. Esses acontecimentos mostraram quão importante é a regulamentação do setor financeiro—incluindo interruptores de circuitos e controlos de capitais. A devastação que a crise infligiu à economia mundial—contraindo as economias e mergulhando milhões de pessoas na pobreza—mostra à evidência que não se trata de questões que apenas dizem respeito ao setor bancário. Trata-se de prioridades importantes para o desenvolvimento humano em geral.

As alterações não se limitaram a aumentar a exposição ao risco, mas reduziram também os mecanismos de que as sociedades se servem para ajudar as pessoas mais vulneráveis a lidar com a situação. Isto é especialmente verdade nos países em desenvolvimento, onde fortes laços sociais e familiares têm estado tradicionalmente no centro da proteção social. Todavia, em grande número de países, o enfraquecimento desses laços foi mais rápido do que a criação de sistemas públicos nacionais de proteção social.

Como contribuíram as políticas para o aumento da vulnerabilidade

Uma das principais críticas às políticas do Consenso de Washington é que essas políticas fizeram aumentar sistematicamente a vulnerabilidade—quer aumentando os choques a que indivíduos e sociedades ficaram expostos, quer reduzindo os mecanismos de resposta aos mesmos. Políticas como a liberalização dos mercados de capitais (associada a grandes flutuações dos fluxos monetários para dentro e para fora dos países) fizeram aumentar a exposição dos países em desenvolvimento a choques provenientes do exterior. A liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros originaram maiores choques internos—bolhas de crédito e de ativos que rebentaram inevitavelmente. O enfraquecimento dos sistemas de proteção social enfraqueceu simultaneamente os estabilizadores automáticos, e algumas políticas financeiras originaram desestabilizadores automáticos—amplificando assim os efeitos de qualquer choque. Ao mesmo tempo, as políticas enfraqueceram a capacidade de largas camadas da população para lidar com os choques que atingiram essas economias. As políticas do Consenso de Washington foram frequentemente acompanhadas por um enfraquecimento dos sistemas de proteção social; o seu efeito negativo na vulnerabilidade deveria ser óbvio.

Assim, essas “reformas” aumentaram a vulnerabilidade tanto dos indivíduos como do sistema económico no seu conjunto. Por exemplo, a tão proclamada transição das prestações definidas para as contribuições definidas aumentou a vulnerabilidade individual e sistémica.

Mesmo nos países desenvolvidos, porém, muitos argumentavam que, para competir num mundo globalizado, tinha de haver cortes no Estado-providência e nos sistemas de proteção social, deixando assim mais vulneráveis as pessoas que estão no fundo e no meio.

Muitas das vezes as políticas do Consenso de Washington também causaram maior desigualdade, e aqueles que estão no fundo ficarão inevitavelmente mais vulneráveis, a menos que o governo tome medidas de proteção ativas.

Desigualdade e vulnerabilidade

Um dos fatores que mais contribui para a vulnerabilidade—algo que tem efeitos negativos em muitos dos outros fatores mencionados—é a desigualdade, que assume muitas formas. A desigualdade causa instabilidade, aumentando a frequência de grandes oscilações na economia.⁴ A desigualdade extrema significa que camadas mais largas da população vivem na pobreza—com menor capacidade para lidar com os choques quando estes ocorrem. A desigualdade económica extrema conduz inevitavelmente à desigualdade política—daí resultando uma menor

(continuação)

Alargando a nossa reflexão sobre vulnerabilidade (continuação)

probabilidade de os governos providenciarem sistemas de proteção social capazes de proteger os que se encontram no fundo contra as consequências dos grandes choques.⁵ É necessário que comecemos a pensar na desigualdade não apenas como uma questão moral—que o é—mas também como uma preocupação econômica fundamental, que faz parte integrante da reflexão sobre o desenvolvimento humano e é especialmente relevante para uma análise da vulnerabilidade.

Limitar a vulnerabilidade

Algumas intervenções para limitar a vulnerabilidade são bem conhecidas e desde há muito caíram no âmbito do desenvolvimento humano. Trata-se de intervenções que incluem melhorias a nível da educação e da proteção social. Nesta perspetiva, a educação é importante não só porque habilita os indivíduos a viverem de acordo com o seu potencial e faz aumentar a produtividade, mas também porque aumenta a capacidade dos indivíduos para lidarem com os choques. Os indivíduos mais instruídos têm mais facilidade, por exemplo, em mudar de emprego. Embora os efeitos benéficos dessas políticas possam ser evidentes, a verdade é que continuam a ser cruciais.

No entanto, há outros benefícios que não são assim tão evidentes. Muitos aspetos do nosso sistema económico fazem implicitamente parte da absorção dos riscos—por outras palavras, ajudam a atenuar a vulnerabilidade. É extremamente importante dispor de uma lei de falências que proteja os cidadãos comuns (devedores)—em vez de tentar extrair o máximo possível dos mais desfavorecidos para beneficiar os credores, como é o caso de sistema americano. Boas leis sobre falências permitem aos indivíduos começar de novo.

Os empréstimos à educação reembolsáveis em função dos rendimentos podem ajudar as famílias a sair da armadilha da pobreza, a iniciar uma ascensão. Por outro lado, conforme referido, um bom sistema de proteção social afeta não só o bem-estar de quem enfrenta dificuldades, mas também o desempenho geral do sistema económico.

A vulnerabilidade tem múltiplas causas e consequências. A sua redução é um ingrediente fundamental em qualquer agenda para melhorar o desenvolvimento humano. No entanto, para conseguirmos reduzir a vulnerabilidade, temos de a abordar numa perspetiva sistémica alargada.

Notas

1. Ogata e Sen 2003. 2. Narayan e outros 2000. 3. Stiglitz, Sen e Fitoussi 2010. 4. O Fundo Monetário Internacional chamou a atenção para este aspeto; ver Berg e Ostry (2011). 5. A desigualdade tem, obviamente, muitos outros efeitos negativos, assinalados em Stiglitz (2012b). A desigualdade está associada a menos crescimento, compromete a democracia, aumenta a agitação social e abala a confiança.

vulnerabilidade. Inevitavelmente, a resposta tem de ser abrangente e a longo prazo. No entanto, há ações a curto prazo que podem ser mais consentâneas com necessidades a mais longo prazo.

Os choques e perigos persistentes requerem políticas públicas determinadas a longo prazo, mas os sistemas de resposta de emergência podem facilitar melhor os ajustamentos a curto prazo a eventos adversos, de maneira a proteger as escolhas e minimizar os impactos a mais longo prazo. Veja-se, por exemplo, a iniciativa “Bolsa Família” no Brasil, um programa de transferência de rendimentos que visa minimizar os impactos negativos a mais longo prazo, incluindo a manutenção das crianças na escola e a proteção da sua saúde.¹ O impacto de uma subida abrupta dos preços dos alimentos em 2008, na sequência da crise financeira mundial, foi atenuado pelo aumento das transferências. Para além disso, pouco mais se pode fazer a não ser a ajuda de emergência ad hoc, que por muito bem planeada que seja não é a melhor solução a longo prazo. Dependendo de modalidades de proteção social mais abrangentes, é possível iniciar programas de transferência de rendimentos com relativa facilidade e com um impacto orçamental limitado, desde que exista uma infraestrutura a que recorrer, como aconteceu no Brasil. É necessário que esses programas sejam concebidos de modo a assegurar a proteção das capacidades—especialmente as da próxima geração.

Prestação universal de serviços sociais básicos

A universalidade pressupõe a igualdade de acesso e de oportunidades para criar capacidades fundamentais. O acesso universal a serviços sociais básicos—educação, cuidados de saúde, abastecimento de água, saneamento básico, segurança pública—aumenta a resiliência. A universalidade é uma via poderosa para lidar diretamente com a incerteza que caracteriza a vulnerabilidade. Uma política que tenha um objetivo universal não protege apenas as pessoas que no momento se encontram em situação de pobreza, doença ou desemprego; ela protege também os indivíduos e os agregados familiares que estão bem, mas que podem vir a ter dificuldades se as coisas correrem mal. Além disso, assegura determinadas capacidades fundamentais básicas das gerações futuras.

A cobertura universal dos serviços sociais básicos não é apenas indispensável — é também possível nas fases iniciais de desenvolvimento. Evidências recentes mostram que é possível alcançar esse objetivo em menos de uma década. Além do mais, o aprovisionamento universal de serviços sociais básicos é preferível ao aprovisionamento direcionado, que conduz ao estigma social dos beneficiários e à segmentação da qualidade dos serviços, dado que as pessoas que podem optar por não recorrer aos serviços públicos fazem isso mesmo.

A argumentação a favor do prestação universal de serviços sociais básicos reside então, acima de tudo, nas seguintes premissas: devem ser facultadas a todos os seres humanos capacidades para viverem vidas que valorizam, e o acesso a determinados elementos básicos de uma vida digna deve ser dissociado da capacidade de pagamento de cada indivíduo

O provisionamento universal de serviços sociais básicos pode aumentar as competências sociais por diversas vias. Pode constituir uma força poderosa para garantir a igualdade de oportunidades e de resultados—e um facilitador poderoso da capacitação da sociedade. A educação pública universal pode atenuar a disparidade existente a nível da qualidade da educação que é ministrada às crianças de famílias ricas e às de famílias pobres. A transmissão de capacidades entre gerações, como a educação no seio das famílias, pode perpetuar os benefícios a longo prazo. Além disso, as políticas universais promovem a solidariedade social.²

A argumentação a favor da prestação universal de serviços sociais básicos reside então, acima de tudo, nas seguintes premissas: devem ser facultadas a todos os seres humanos capacidades para viverem vidas que valorizam, e o acesso a determinados elementos básicos de uma vida digna deve ser dissociado da capacidade de pagamento de cada indivíduo. No relatório do Secretário-Geral da ONU de 2013 intitulado “Uma Vida Digna para Todos”, afirma-se que um dos pré-requisitos para a agenda de desenvolvimento sustentável pós-2015 é uma visão do futuro firmemente ancorada nos direitos humanos e nos valores e princípios universalmente aceites, incluindo os que estão consagrados na Carta, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Declaração do Milénio.³ No documento que contém as conclusões da Cimeira dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio realizada em setembro de 2010, afirma-se que a promoção do acesso universal a serviços sociais e o fornecimento de níveis básicos de proteção social podem dar um importante contributo para a consolidação e obtenção de ganhos de desenvolvimento adicionais.⁴

Um compromisso no sentido do provisionamento universal de serviços sociais requer uma profunda decisão societária e política e reflete-se no tipo de sociedade que as pessoas desejam. Embora as modalidades de prestação desses serviços possam variar em função das circunstâncias e do contexto de cada país, há uma única ideia comum a todas as experiências bem-sucedidas: o Estado é o principal responsável por alargar os serviços sociais a toda a população, num contrato social básico entre o povo e o seu Estado.

Num nível mais orientado para a política, não basta olhar apenas para os orçamentos; é igualmente crucial ver como e quando são utilizados. É

bem possível que sejam necessários mais recursos para alargar os serviços sociais básicos a toda a população, mas a realização de investimentos modestos no momento certo pode contribuir de forma considerável para a redução da vulnerabilidade. É necessário que os orçamentos acompanhem medidas legislativas e outras para garantir a igualdade de acesso a serviços e oportunidades.

Cobertura universal ou direcionada

Assistimos nas últimas décadas a uma mudança global na política de despesas sociais, transferindo a tónica do desenvolvimento para a redução da pobreza.⁵ O resultado foi uma maior ênfase no direcionamento das despesas sociais mais a favor da população pobre do que de toda a população. Os serviços direcionados eram considerados mais eficientes, menos onerosos e mais eficazes para assegurar a redistribuição. No entanto, as evidências históricas apresentam uma imagem mais matizada da situação. A prestação universal tem sido associado em numerosos casos a maior redução da pobreza, maior redistribuição e menos desigualdade, o que é quase um paradoxo se tivermos em conta que as prestações direcionadas são teoricamente mais redistributivas.⁶ De notar neste contexto um fator essencial, a saber, sempre que as prestações são direcionadas de forma muito restrita, a classe média e as elites estão menos dispostas a financiá-las através de impostos. Todavia, se o provisionamento for universal, as elites estarão mais disponíveis para financiar os serviços, e algumas das ineficiências na redistribuição serão compensadas pela base mais alargada de fundos disponíveis.⁷

Nos Estados-providência europeus, a cobertura universal da segurança social foi impulsionada pelas expectativas e reivindicações da classe média.⁸ De igual modo, o provisionamento universal de educação e cuidados de saúde nos países nórdicos era sustentável devido à qualidade elevada da educação e dos cuidados de saúde de que todos podiam usufruir. Garantia-se assim a disponibilidade da classe média para financiar o seu provisionamento com impostos. Por essa razão, foram feitos apelos a uma política de solidariedade—adotando princípios universalistas para levar a classe média a apostar no provisionamento social e construir assim uma aliança entre pobres e não pobres.⁹ O direcionamento pode comprometer essa solidariedade e dar origem a sistemas com dois pesos e duas medidas: serviços de má qualidade subfinanciados

para os pobres e serviços comerciais de melhor qualidade para as classes médias e os ricos.

Há anos que se conhecem e se aplicam princípios universalistas na política social de vários países. De forma ambiciosa, esses princípios foram incluídos nas constituições nacionais e reconhecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Todavia, muitos países, em diferentes áreas geográficas e em todas as fases de desenvolvimento, têm ainda de se comprometer com o aprovisionamento universal de serviços sociais básicos. Uma preocupação que subsiste tem sido a de encontrar recursos suficientes para financiar o aprovisionamento universal. Por exemplo, existe uma assunção tácita de que o aprovisionamento universal de cuidados de saúde depende de um crescimento económico que produza rendimentos mais elevados. As crises financeiras de 2008 vieram suscitar preocupações relativamente a um reduzido espaço orçamental—inclusivamente nos países desenvolvidos—, as quais levaram à adoção de medidas de austeridade.¹⁰ No entanto, o rendimento, por si só, não tem necessariamente de limitar as políticas sociais universais. Embora as limitações em termos de recursos sejam uma preocupação válida, a mobilização de recursos, a reestruturação do espaço orçamental, a redefinição das prioridades da despesa e a melhoria da eficiência da prestação de serviços através de uma melhor conceção institucional podem criar mais opções.

A prestação universal é viável, mesmo em fases iniciais de desenvolvimento

Três factos estilizados emergem de um estudo sobre as condições existentes num conjunto de países selecionados que adotaram os princípios da universalidade. Em primeiro lugar e de um modo geral, os princípios foram adotados antes de os países se industrializarem e se tornarem prósperos. Em segundo lugar, foram adotados sob uma variedade de sistemas políticos—desde autocracias a democracias altamente funcionais. Em terceiro lugar, foram necessários muitos anos, por vezes décadas, para que a cobertura universal se concretizasse nos países que primeiro a adotaram, mas em alguns dos países que a adotaram mais recentemente o tempo necessário foi mais reduzido. No entanto, os benefícios de uma cobertura alargada começaram a aumentar muito antes de a mesma se tornar universal.

Na Costa Rica, na Dinamarca, na República da Coreia, na Noruega e na Suécia, o primeiro passo

para o aprovisionamento universal de serviços sociais básicos foi dado numa altura em que o rendimento per capita era relativamente baixo. A Costa Rica adotou medidas abrangentes nos setores da educação, saúde pública e segurança social, no âmbito da alteração constitucional de 1949, imediatamente a seguir a um violento conflito político que deu lugar à democracia, e numa altura em que o seu PIB per capita era de 2 123 dólares internacionais de 1990. A Suécia (em 1891) e a Dinamarca (em 1892) aprovaram legislação em matéria de seguro de doença quando o seu PIB per capita era de 1 724 e 2 598 dólares, respetivamente. A Noruega aprovou uma lei sobre o seguro de acidente obrigatório em 1894, quando o seu PIB per capita era de 1 764 dólares. A República da Coreia já tinha obtido importantes ganhos na educação no início da década de 1960, quando o seu PIB per capita era inferior a 1 500 dólares.¹¹ O Gana iniciou a cobertura universal no setor da saúde em 2004, quando o seu rendimento per capita ascendia a 1 504 dólares—a cobertura ainda não é total, mas as despesas correntes têm registado importantes reduções.¹² Estes países começaram a adotar medidas de segurança social quando o seu PIB per capita era inferior ao PIB atual da Índia e do Paquistão (figura 4.1).

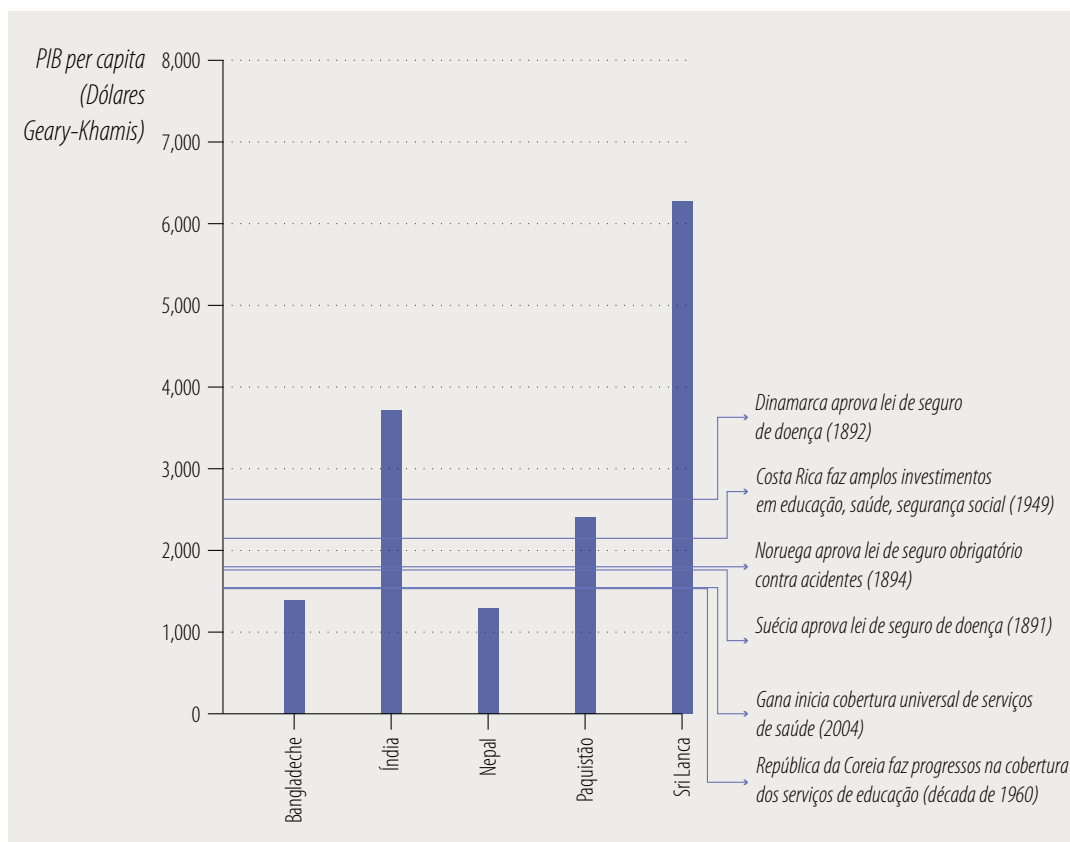
Em 1842, quando a Suécia tornou a escolaridade obrigatória para todas as crianças, o seu PIB per capita (926 dólares) era inferior ao atual PIB per capita de todos os países da Ásia do Sul. Logo, um rendimento nacional elevado não é condição prévia para começar a investir amplamente no aprovisionamento de serviços sociais básicos. O investimento em serviços públicos antecedeu o arranque do crescimento em todos os países que acabámos de referir.

As primeiras medidas para a generalização—quando não universalização—da educação, dos cuidados de saúde e da proteção social foram adotadas em contextos políticos muito variados (figura 4.2). Em França e nos países nórdicos, um espírito de igualitarismo e uma visão solidária da providência como um direito de cidadania precederam a adoção de medidas em matéria de assistência social. A Alemanha deu início à educação para as massas sob o regime prussiano. A República da Coreia investiu fortemente na educação mesmo sendo um país recém-independente em finais da década de 1940 e continuou a alargar o acesso à educação durante os períodos de agitação política e guerra.¹³ O Sri Lanca, que

Embora as limitações em termos de recursos sejam uma preocupação válida, a mobilização de recursos, a reestruturação do espaço orçamental, a redefinição das prioridades da despesa e a melhoria da eficiência da prestação de serviços através de uma melhor conceção institucional podem criar mais opções

FIGURA 4.1

Vários países começaram a adotar medidas de segurança social quando o seu PIB per capita era inferior ao PIB atual da maioria dos países da Ásia do Sul



Fonte: Cálculos baseados em Maddison (2010).

partilha uma história de colonialismo semelhante à da Índia e do resto do subcontinente, esteve perto de alcançar a universalidade da educação e dos cuidados de saúde apesar dos anos de hostilidades e guerra.

Enquanto a transição para a cobertura universal demorou bastante tempo nos países que a adotaram mais cedo, a obtenção de ganhos foi mais rápida nos países que a adotaram mais recentemente. Embora a obrigatoriedade da educação e da proteção social tenha sido introduzida na Dinamarca, na Noruega e na Suécia em finais do século XIX, os vários regimes tornaram-se verdadeiramente universais mais de 10 anos depois da Segunda Guerra Mundial, entre 1955 e 1963. Na República da Coreia, foram necessárias umas cinco décadas para se alcançar a quase universalidade dos ensinos primário, secundário e superior.¹⁴ Em comparação, a China, o Ruanda e o Vietname passaram de uma cobertura muito reduzida dos

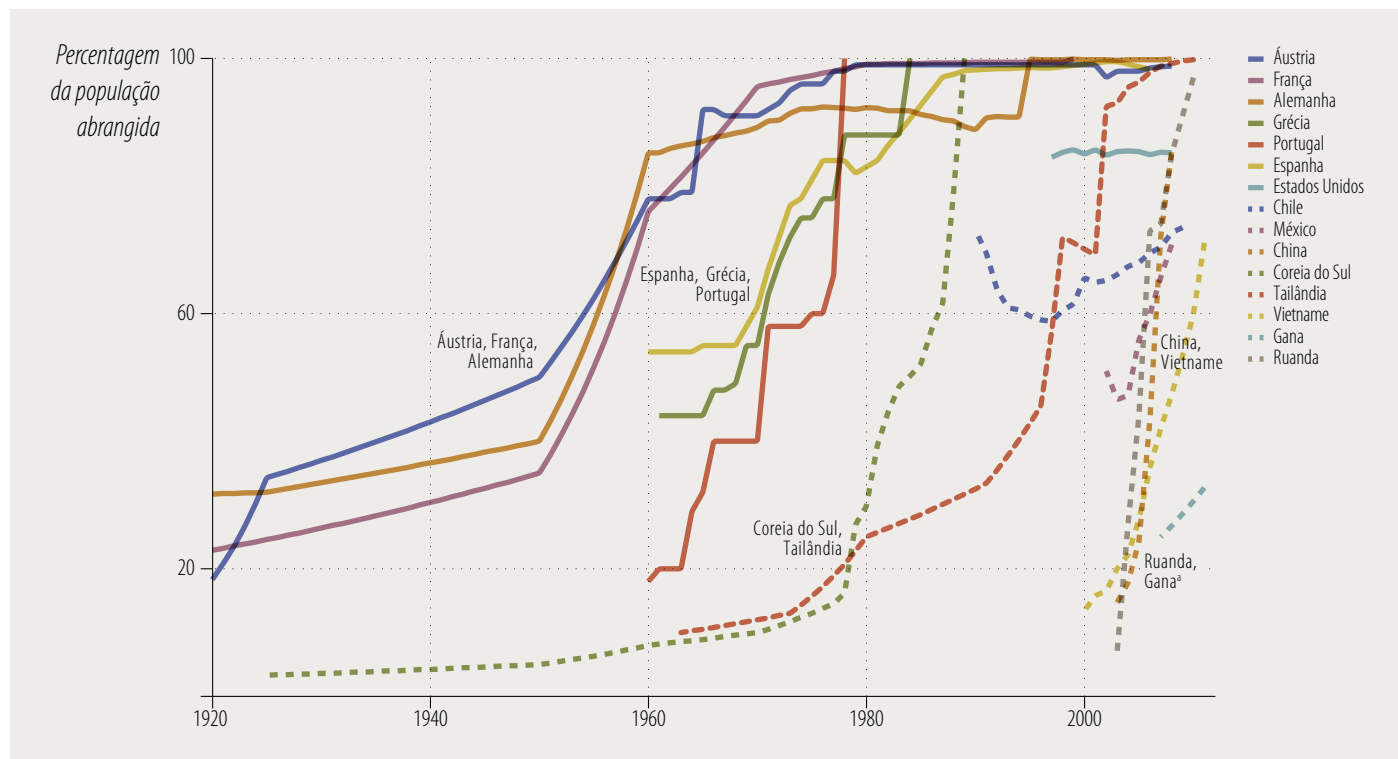
cuidados de saúde para uma cobertura quase universal no espaço de uma década.¹⁵

Por vezes os choques graves podem atrasar o progresso do desenvolvimento humano, incluindo os esforços para alcançar a cobertura universal dos serviços sociais básicos, mas a resposta certa de curto prazo pode evitar danos a longo prazo. No rescaldo das crises que abalaram a Ásia Oriental no final da década de 1990, a Indonésia, a República da Coreia, a Malásia, a Tailândia e outras economias estavam ainda a recuperar das deficiências do mercado e do choque da fuga de capitais. As perdas de empregos e a quebra do crescimento daí resultantes levaram a que largas camadas da população ativa perdessem os seus rendimentos, com impactos imediatos nas despesas e consumos das famílias e com repercussões diretas na saúde e educação.

Uma análise mais atenta revela que os países responderam de modo diferente às crises.¹⁶ Os dirigentes da Indonésia viram-se limitados

FIGURA 4.2

Evolução da cobertura da proteção na saúde em percentagem da população total em países selecionados



a. Estimado
Fonte: OIT 2011b

pela incerteza política, e verificou-se uma diminuição da despesa pública nos sectores sociais. A constante agitação social impediu as redes comunitárias informais de serem tão resilientes ou engenhosas quanto necessário. Os gastos das famílias com a saúde e a educação também caíram, fazendo aumentar as taxas de doença e abandono escolar.¹⁷ O Governo tailandês implementou medidas de assistência nos sectores do emprego, da saúde e da educação.¹⁸ Na Indonésia, porém, foi mais difícil pôr em prática uma resposta semelhante. A diferença entre estas duas experiências é frequentemente associada à diferença de níveis das políticas proativas adotadas pelo governo.¹⁹

Benefícios macroeconómicos e outros

O aprovisionamento alargado de serviços públicos básicos pode reduzir a pobreza e a desigualdade mesmo antes de a sua cobertura ser universal. A conceção e alcance das políticas sociais afetarão a desigualdade a nível do poder aquisitivo das pessoas ao longo da vida. No México, entre 1997 e 1998,

o programa “Oportunidades” reduziu a taxa de pobreza em 17 por cento. No Brasil, o programa “Bolsa Família” foi associado a uma queda de 16 por cento da taxa de extrema pobreza.²⁰ Na Europa, a consolidação do aprovisionamento universal coincidiu com uma diminuição da desigualdade a nível dos rendimentos, dando azo a associações entre o volume das despesas sociais e a redução da desigualdade, a chamada “size-redistribution thesis” (tese da redistribuição em função do volume).²¹

Diversos estudos demonstraram desde então que o desenho institucional, mais do que o volume da despesa, poderá ter impulsionado os resultados.²² Com efeito, os países podem assegurar uma melhor cobertura e qualidade para os recursos que dependem no aprovisionamento de serviços sociais básicos. E é possível explorar fontes inovadoras de financiamento para financiar o aprovisionamento universal. A Bolívia, por exemplo, introduziu uma pensão de velhice universal em 1997 e financiou-a parcialmente com recursos obtidos através da privatização de empresas públicas. Em 2007, a idade para ter direito à pensão baixou de 65 para 60, e os impostos aplicados às vendas de

hidrocarbonetos tornaram-se a principal fonte de financiamento.²³

As despesas sociais têm sido associadas à redução da pobreza no conjunto da população e em subgrupos.²⁴ Com um limiar da pobreza em 50 por cento do rendimento mediano equivalente, os países nórdicos reduziram a pobreza em 80 a 90 por cento entre as famílias com filhos, através da redistribuição em meados da década de 1990.²⁵ Outros países europeus—nomeadamente a Bélgica, a França, a Alemanha, os Países Baixos e a Espanha—também reduziram a pobreza em mais de 50 por cento entre as famílias com filhos. Graças aos direitos a prestações não sujeitas a condição de recursos na Suécia, a pobreza diminuiu cerca de 72 por cento, independentemente do nível de prestações sujeitas a condição de recursos.²⁶ Em 2009, na Argentina, a introdução de um abono por filho a cargo de âmbito universal, abrangendo 85 por cento das crianças, reduziu a pobreza em 22 por cento e a extrema pobreza em 42 por cento.²⁷

O universalismo na política social pode contribuir também para o crescimento económico, criando assim um ciclo virtuoso de crescimento e de desenvolvimento humano. Na Ásia Oriental em particular, a rápida obtenção de ganhos no domínio da educação e formação permitiram aos países alavancar a nova economia global baseada no conhecimento. O aprovisionamento universal afeta os resultados do desenvolvimento através de uma variedade de canais, incluindo melhorias a nível dos recursos humanos que poderão contribuir para o crescimento, criando assim um ciclo virtuoso. Por exemplo, os países que colheram dividendos demográficos tiveram de um modo geral melhores resultados a nível da educação antes do arranque do crescimento. Embora não exista uma correspondência direta entre desenvolvimento humano e crescimento económico, este último aumenta o controlo que um país tem sobre os seus recursos, e daí a sua importância para o desenvolvimento.

O alargamento da cobertura da educação e dos cuidados de saúde permitiu a diversos países a obtenção de dividendos demográficos.²⁸ Na República da Coreia, por exemplo, o rácio de dependência infantil variava entre 74 por cento e 81 por cento na década de 1960, tendo aumentado até 1966 para baixar depois, de forma consistente, até aos 22 por cento, em 2011. O arranque económico do país iniciou-se em meados da década de 1960 e foi também precedido

de realizações em larga escala no domínio da educação. Em 1945, a maioria da população não tinha escolaridade e menos de 5 por cento tinha concluído o ensino secundário ou superior, mas em 1960 as inscrições no ensino primário tinham triplicado (com 96 por cento das crianças em idade escolar a frequentar os 6 primeiros anos de ensino), as inscrições do ensino secundário tinham aumentado mais de oito vezes e as do ensino secundário tinham decuplicado. No início da década de 1990, a taxa de diplomados com um grau do ensino superior era de 90 por cento. Esta revolução na educação prosseguiu, apesar da instabilidade política, da pobreza e da guerra, e a educação no país tinha uma cobertura universal antes de se iniciar o crescimento económico.

A China apresenta uma imagem mais complexa. Durante a década de 1960, o rácio de dependência infantil situava-se acima dos 70 por cento. Começou a diminuir em meados da década de 1970, precisamente antes das reformas de 1978, e em 2011 já tinha caído para 26 por cento. Em 1982, o ano mais recuado com dados disponíveis, a taxa de literacia entre as mulheres adultas era de 51 por cento.²⁹ Em 2000, era de 87 por cento e em 2010 ultrapassava os 91 por cento. Em 1997, o ano mais recente com dados disponíveis, a taxa de conclusão do ensino primário era de 94 por cento, situando-se em 92 por cento no caso das mulheres. A inscrição no ensino primário passou a ser universal por volta de 2007. Em consequência disso, o crescimento da indústria transformadora durante as duas últimas décadas foi alimentado não só por uma força de trabalho crescente, como também por uma força de trabalho qualificada e produtiva.

Nas últimas décadas, porém, assistiu-se na China a uma erosão da cobertura dos cuidados de saúde e da proteção social. Entre 1950 e a década de 1970, os cuidados de saúde tinham uma cobertura quase universal—graças à rede de saúde pública e aos regimes de seguro de doença urbanos e rurais. Após 1978, porém, uma mudança para mecanismos orientados para o mercado e o aumento dos custos dos cuidados médicos, juntamente com o colapso do sistema de cuidados de saúde cooperativo rural, deixaram largos setores da população (incluindo grupos urbanos) sem cuidados a preços acessíveis. Em 2009, foi anunciado um plano para a reforma do sistema de saúde, que tinha por objetivo introduzir a cobertura universal de todos os habitantes das zonas urbanas e rurais.³⁰ Em finais de 2013, dizia-se que 99 por

O desenvolvimento na primeira infância oferece um bom exemplo do modo como a universalidade ajuda a apoiar investimentos nas capacidades humanas ao longo do ciclo de vida

cento da população rural da China tinha acesso aos cuidados de saúde através do novo sistema de seguro médico cooperativo rural.³¹

Uma política social universal não se implementa de maneira uniforme. O fornecimento de acesso a grupos marginalizados e excluídos, incluindo os pobres e vulneráveis, requer esforços e recursos adicionais. A implementação de políticas que se pretendem universais começa frequentemente pela colheita dos “frutos mais fáceis de colher”, como é evidente nas políticas que visam ajudar os pobres que estão mais perto do limiar da pobreza a superar esse limiar. Para evitar esta falsa opção, será necessário começar no “último quilómetro”—a fim de fornecer acesso a serviços básicos que satisfaçam em primeiro lugar as necessidades dos mais pobres e dos mais vulneráveis. Uma segunda questão tem a ver com a qualidade. Embora a maior parte dos países esteja perto da inscrição universal no ensino primário, a conclusão da escolaridade nesse nível está longe de ser universal. Além disso, as crianças que frequentam as escolas públicas recebem frequentemente uma educação de muito má qualidade: quando coexistem sistemas de ensino públicos e privados, pode verificar-se uma diferença sistemática em termos de qualidade em caso de subfinanciamento do ensino

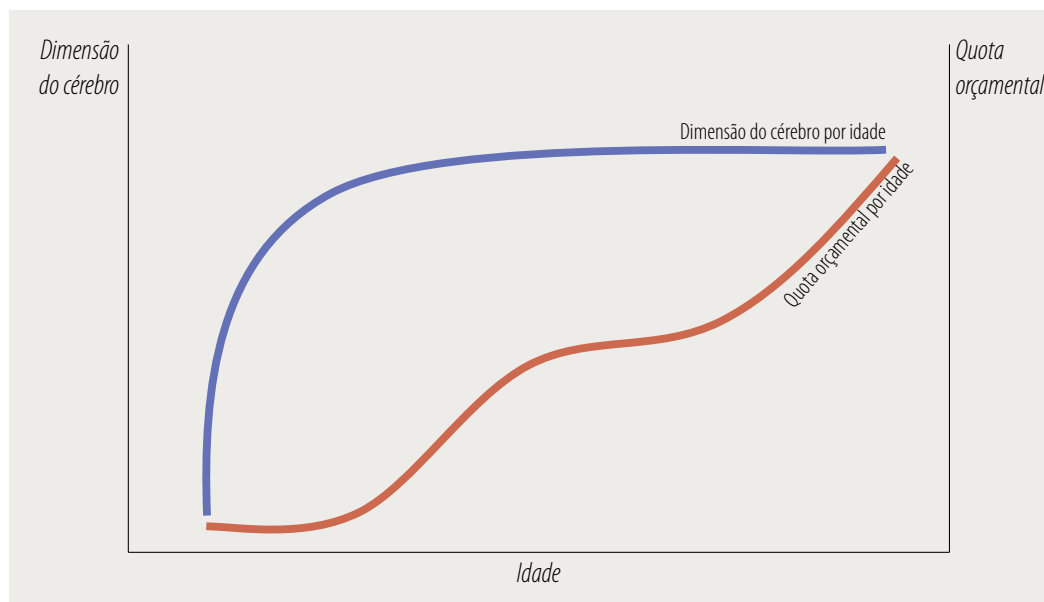
público. A qualidade dos cuidados de saúde a que as pessoas podem aceder (mediante pagamento) e os serviços que estão incluídos na cobertura de saúde universal podem também fazer uma grande diferença em termos de resultados. Quando o ensino público tem um financiamento adequado, concorre de forma favorável com o ensino privado.³² O alargamento da cobertura requer, portanto, uma avaliação clara do equilíbrio apropriado entre espaços públicos e privados na prestação desses serviços básicos. Um sistema “misto” tende a segmentar a prestação dos serviços—os ricos e a classe média tendem a não optar pelo ensino público, de que resulta um menor empenhamento no fornecimento de ensino de qualidade no sistema organizado a nível público.

Lidar com as vulnerabilidades no ciclo de vida — a importância de uma intervenção oportuna

Uma cobertura que abranja todos os indivíduos pressupõe a necessidade de providenciar serviços sociais em diferentes pontos do ciclo de vida, especialmente em períodos sensíveis da vida de uma pessoa, incluindo a primeira infância e a transição

FIGURA 4.3

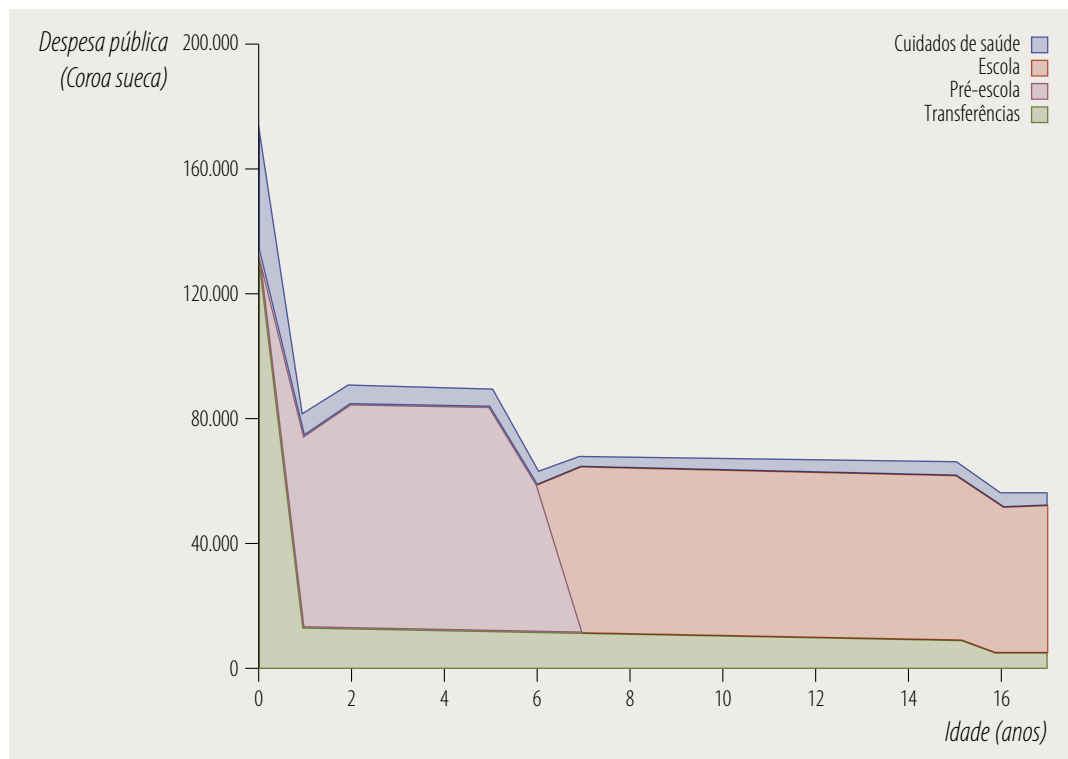
As despesas com a saúde, a educação e a segurança social que aumentam ao longo do ciclo de vida não promovem nem apoiam o desenvolvimento de capacidades durante os primeiros anos de vida, que são cruciais



Fonte: Karoly e outros 1997.

FIGURA 4.4

Investimento na primeira infância: o exemplo sueco



Fonte: Dalman e Bremberg 1999.

da adolescência para a juventude e da idade adulta para a velhice, a fim de reforçar a resiliência ao longo da vida. É fundamental definir um calendário para as intervenções—já que fica dispendioso corrigir mais tarde as consequências da falta de apoio ao desenvolvimento de capacidades no momento certo. O desenvolvimento na primeira infância oferece um bom exemplo do modo como a universalidade ajuda a apoiar investimentos nas capacidades humanas ao longo do ciclo de vida.

Aqui o foco incide sobre o desenvolvimento na primeira infância. Igualmente crucial é a transição da juventude para a idade adulta. Os aspetos mais importantes para os jovens prendem-se com as transições da escola para o trabalho e com a precariedade do emprego. (As políticas de emprego são abordadas na secção seguinte, e as pensões e o seguro de invalidez são tratados na secção dedicada à proteção social.)

O ideal seria os governos integrarem a saúde, a educação, a família e os serviços de proteção social para crianças e famílias durante toda a vida. No entanto, habitualmente, os recursos disponíveis para apoiar o desenvolvimento na primeira infância são mais reduzidos e as despesas sociais per capita

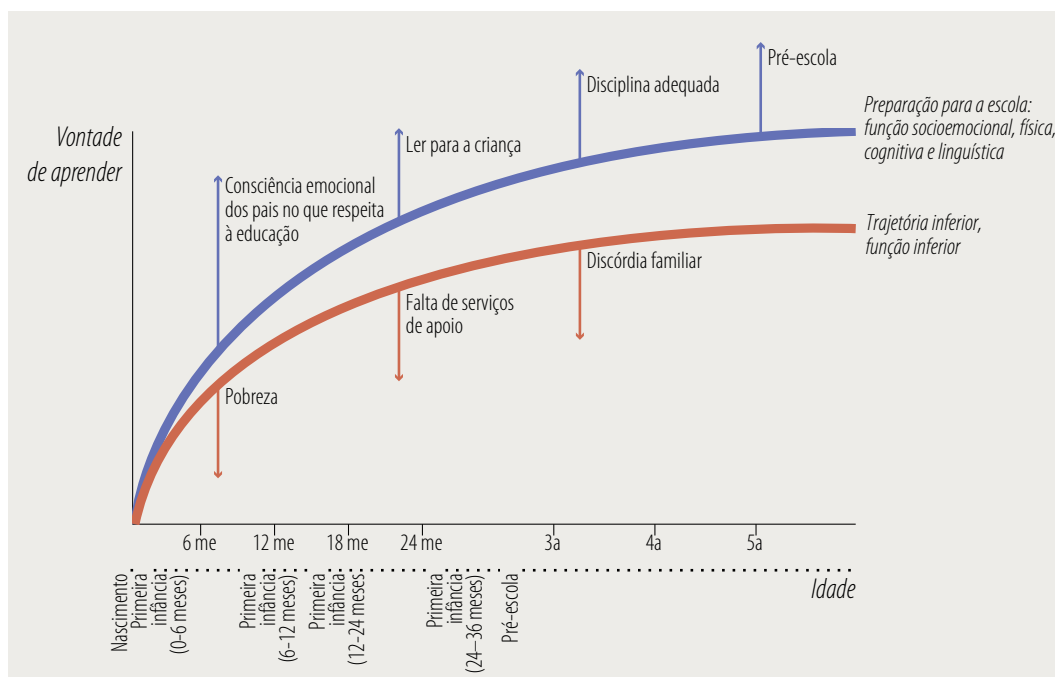
aumentam com a idade.³³ As despesas com a saúde, a educação e a segurança social que aumentam ao longo do ciclo de vida não promovem nem apoiam o desenvolvimento de capacidades durante os primeiros anos, que são cruciais (figura 4.3).

A Suécia é um modelo raro em que o governo afeta despesas aos primeiros anos de vida³⁴, refletindo assim os investimentos cruciais durante as fases sensíveis do desenvolvimento do cérebro— as fases pré-natal e pós-natal (figura 4.4). No lançamento ou alargamento de amplos programas nacionais, há quatro ingredientes que merecem especial atenção: os cuidados pré- e pós-natais; a educação e formação dos pais; o rendimento; e a nutrição. Como se salientou no capítulo 3, o desenvolvimento do cérebro é extremamente rápido durante os primeiros anos e tende a abrandar posteriormente. No entanto, as dotações orçamentais dos serviços sociais públicos são mais reduzidas nos primeiros anos de vida e aumentam nas fases posteriores (ver figura 4.3).³⁵

As vantagens conseguidas graças a intervenções precoces eficazes são mais sustentadas quando seguidas de investimentos continuados numa educação de grande qualidade. As intervenções a nível

FIGURA 4.5

O grau e a qualidade das interações com os pais e os cuidadores estão correlacionados com o comportamento futuro da criança, as suas capacidades cognitivas e o seu desenvolvimento emocional



Fonte: Young 2014.

do desenvolvimento na primeira infância, isoladamente, não são suficientes. São também necessários investimentos complementares na aprendizagem ao longo da vida durante a adolescência, a idade adulta e a velhice, a fim de assegurar o desenvolvimento das capacidades individuais até atingirem todo o seu potencial. Contudo, as atuais políticas de educação e de formação profissional muitas das vezes não são devidamente focalizadas e tendem a enfatizar as competências cognitivas em detrimento das competências sociais, da autodisciplina, da motivação e de outras competências transversais (“soft skills”) que determinam o sucesso na vida.

O desempenho em termos de educação estabiliza cedo (cerca dos 7 ou 8 anos de idade), e o ambiente familiar pode determinar desigualdades (figura 4.5).³⁶ As interações com os pais e os cuidadores são particularmente importantes.³⁷ O grau e a qualidade dessas interações—incluindo o jogo, as interações vocais, as expressões faciais e o contacto físico—estão correlacionados com o comportamento futuro da criança, as suas capacidades cognitivas e o seu desenvolvimento emocional.³⁸ Grande parte desses cuidados é trabalho não remunerado e fora do mercado.

A infância é dos períodos mais formativos da vida de uma pessoa. Os investimentos nas crianças—de tempo, dinheiro e outros recursos—alargam as suas escolhas no futuro, reforçam capacidades e conduzem a melhorias sustentáveis do desenvolvimento humano. No entanto, as crianças que nascem na pobreza, passam fome e não recebem cuidados adequados tendem a ter menos rendimento na escola, a ser menos saudáveis, e têm menos probabilidades de arranjar um emprego digno. Além disso, quando adultos, investem muito pouco nos seus próprios filhos, perpetuando a vulnerabilidade ao longo de várias gerações. Quando as famílias estão sujeitas a choques persistentes, programas como “Bolsa Família” e “Oportunidades” podem reduzir a probabilidade de as crianças serem retiradas da escola ou sofrerem de má nutrição.

Dado que os pais e os cuidadores de famílias com baixos rendimentos e empobrecidas podem ter de gastar mais tempo num trabalho remunerado para garantirem o seu sustento, resta-lhes pouco tempo para investir nas crianças. Os adultos das famílias com mais recursos dispõem de mais dinheiro—e muitas das vezes de mais tempo. Esta situação ajuda a explicar as correlações

entre estatuto socioeconómico e desenvolvimento na primeira infância.³⁹ Além disso, mostra os benefícios do acesso universal a medidas a favor do desenvolvimento na primeira infância, proporcionando iguais oportunidades.

Promover o pleno emprego

O pleno emprego enquanto objetivo esteve no centro das políticas macroeconómicas das décadas de 1950 e 1960. Desapareceu da agenda global durante o período de estabilização que se seguiu aos choques petrolíferos de 1973 e 1979. É então chegada a hora de reassumir esse compromisso para garantir um progresso sólido e facilmente sustentado. Os debates sobre universalidade associam-no frequentemente às políticas sociais—nomeadamente nos domínios da saúde, da educação, dos cuidados infantis e do apoio ao rendimento. No entanto, a universalidade é também aplicável ao mercado de trabalho—assegurando que todas as pessoas têm acesso a oportunidades dignas de emprego remunerado. Nem todas as pessoas optarão por um emprego remunerado, mas a universalidade significa que deverão ter a possibilidade de fazer essa opção. O acesso universal a oportunidades de emprego digno é frequentemente explicitado em termos de políticas de pleno emprego. O pleno emprego não só estende a universalidade ao mercado de trabalho como ainda apoia o aprovisionamento de serviços sociais. Com efeito, o pleno emprego foi importante para garantir a sustentabilidade do modelo nórdico, visto que uma taxa de emprego elevada ajudou a assegurar receitas fiscais suficientes para financiar o aprovisionamento universal.

O pleno emprego é também desejável em razão dos seus benefícios sociais. O desemprego acarreta custos económicos e sociais elevados, originando uma perda permanente de produção e uma diminuição das qualificações da mão-de-obra e da produtividade. A perda de produção e das correspondentes receitas fiscais pode exigir mais despesa pública para apoiar o seguro de desemprego. O desemprego de longa duração constitui também uma séria ameaça à saúde (física e mental) e à qualidade de vida (incluindo a educação das crianças). Além disso, o desemprego é tendencialmente associado a um aumento da criminalidade, do suicídio, da violência, da toxicod dependência e de outros problemas sociais. Logo,

os benefícios sociais de um emprego superam de longe o benefício privado—o salário.

Os empregos fomentam a estabilidade social e a coesão social, e os empregos dignos reforçam a capacidade das pessoas para gerirem os choques e a incerteza. Enquanto meio de subsistência, os empregos fortalecem a agência humana e têm um valor mais alargado para as famílias e as comunidades. Um emprego seguro tem também um elevado valor psicológico.

No entanto, são poucos os países, desenvolvidos ou em desenvolvimento, que perseguem o pleno emprego como um objetivo social ou económico abrangente. Em quase todo o lado, as políticas macroeconómicas estão atualmente focalizadas na estabilidade dos preços e na gestão da dívida. Os mercados financeiros conectados a nível mundial são rápidos a penalizar os países que, no seu entender, não estejam a prosseguir devidamente estes objetivos. Mesmo em teoria, os mercados não conseguem garantir o pleno emprego devido aos obstáculos existentes a nível da informação e a outros atritos a nível do mercado de trabalho. Além disso, os mercados não regulamentados dificultam de modo especial a obtenção dos resultados desejáveis no mercado de trabalho.

Um compromisso nacional mais forte em prol do pleno emprego e políticas públicas ativas deverão ser orientados para a criação de empregos e para a sua proteção. Vale a pena lembrar que em 2008 o compromisso de Copenhaga de 1995 em prol do pleno emprego foi incluído nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio como a meta 1.B. O aumento e a conservação dos empregos, e não a sua destruição, deverão doravante orientar políticas criativas e ativas para o mercado de trabalho. Apesar da sua utilidade, os subsídios de desemprego e a compensação por acidentes de trabalho são de natureza reativa e atacam sobretudo os efeitos das vulnerabilidades económicas. Políticas ativas do mercado de trabalho procuram ultrapassar essas vulnerabilidades, ajudando os trabalhadores a recuperar o emprego através de esquemas de emprego temporário ou dando-lhes competências que garantam a sua empregabilidade. Por exemplo, Singapura premeia a estabilidade do emprego em épocas de recessão económica, pagando subvenções salariais aos empregadores (em vez de pagar subsídios de desemprego aos trabalhadores) que aumentam os salários no segmento inferior da escala salarial.

O aumento e a conservação dos empregos, e não a sua destruição, deverão doravante orientar políticas criativas e ativas para o mercado de trabalho

CAIXA 4.1 Políticas macroeconómicas em prol do pleno emprego

O objetivo do pleno emprego foi prosseguido e, na sua maior parte, concretizado em meados do século XX na Europa e na América do Norte. As economias da Ásia Oriental obtiveram resultados semelhantes, na época em que registaram um forte crescimento, nas décadas de 1970 e 1980. Um elevado nível de poupança e um elevado nível de investimento agregado (ambos acima de 30 por cento do PIB) produziram um crescimento inclusivo que transformou a estrutura das suas economias e conduziu ao pleno emprego.¹

Em muitos outros países em desenvolvimento, contudo, subsiste a vulnerabilidade e a precariedade da maior parte dos empregos. Os pobres, com pouca ou nenhuma segurança social, não se podem dar ao luxo de ficar desempregados, antes têm de aceitar qualquer trabalho e salário que encontrem, frequentemente no setor informal. O objetivo é o pleno emprego digno—no sentido de maior produtividade, maior valor acrescentado, maior qualidade e formas de emprego mais bem remuneradas. Isso implica geralmente uma transição da mão-de-obra do setor agrícola para outros setores da economia. Daí a necessidade de as políticas abordarem a reforma agrária e a insegurança da mão-de-obra que transita da agricultura. O pleno emprego também tem implicações na política orçamental. Por exemplo, desde meados da década de 1990, o aumento do emprego formal urbano e dos salários na China têm sido financiados através do aumento dos défices orçamentais dos governos provinciais.² De igual modo, a Índia utiliza receitas fiscais para financiar o Sistema Nacional de Garantia de Emprego Rural.

Nos períodos de recessão económica, um estímulo orçamental contracíclico pode aumentar a procura agregada. A política macroeconómica deve, portanto, contemplar múltiplas metas (e não apenas a taxa de inflação) e múltiplos instrumentos (e não apenas a política monetária) complementados com um regime de proteção social universal que não se limite a atenuar as vulnerabilidades existentes na população, mas estabilize também a economia face aos choques. No entanto,

em alguns países em desenvolvimento, as políticas contracíclicas poderão não ser o primeiro passo se existirem obstáculos estruturais à criação de emprego.

Nas economias desenvolvidas, foram tradicionalmente adotadas três abordagens políticas que visam a restauração do pleno emprego, o qual tem necessariamente de ser reconhecido de forma explícita como um objetivo importante da política económica e incorporado na política macro — quer orçamental quer monetária. Em primeiro lugar, uma abordagem keynesiana à política macro permitia o aumento dos défices orçamentais durante os períodos de recessão, e a política monetária era orientada pelo objetivo do emprego bem como pela estabilidade dos preços. Na recente recessão, alguns países desenvolvidos (os Estados Unidos e inicialmente o Reino Unido) e vários países em desenvolvimento com rendimento médio adotaram, com efeito, políticas de défice keynesianas.³

Em segundo lugar, a fim de facilitar a mudança estrutural e reduzir a vulnerabilidade do emprego que a acompanha, as políticas de investigação e desenvolvimento podem promover a inovação tecnológica para desenvolver novas fontes de emprego, aumentar o nível de educação da força de trabalho e proporcionar mais formação e reconversão profissional, bem como subsídios de desemprego para as pessoas que mudam de setor de atividade.

Em terceiro lugar, a tónica na atualização para novas atividades diminui a necessidade de reformas no mercado de trabalho que implicam geralmente menos segurança do emprego e salários mais reduzidos. De facto, os salários mínimos devem ser aumentados para incentivar a mudança para atividades mais produtivas.⁴ De um modo geral, as reformas do mercado de trabalho do modelo neoliberal carecem de uma reavaliação criteriosa na perspetiva da redução da vulnerabilidade do emprego. Em conjunto, estas três abordagens à política ajudarão a reduzir a vulnerabilidade do emprego em países de rendimento elevado e médio.

Notas

1. Muqtada 2010. 2. Fang e Yang e Meiyang 2010. 3. Jolly e outros 2012. 4. O aumento dos salários mínimos foi uma resposta à crise no Brasil e contribuiu para melhorar os salários e a distribuição do rendimento (Berg 2009).

No entanto, para os países em desenvolvimento que se debatem com o subemprego, as políticas ativas do mercado de trabalho não são suficientes. Para se alcançar o pleno emprego, são necessárias políticas que promovam um crescimento a favor dos mais pobres e criem uma estrutura de segurança social. São ainda necessárias políticas macroeconómicas que vão além de uma focalização exclusiva na estabilidade dos preços e na gestão da dívida. Os países em desenvolvimento têm normalmente uma taxa reduzida de desemprego formal—de facto, o desemprego é geralmente um estatuto que só as pessoas com recursos se podem permitir. Estes países também enfrentam desafios urgentes de criação de um grande número de novos empregos nos próximos anos para acomodar o forte aumento da sua população juvenil.

Há em todo o mundo iniciativas promissoras em matéria emprego—desde o forte empenhamento da China em assegurar um elevado nível de crescimento a fim de absorver os recém-chegados ao mercado de trabalho, até ao Sistema Nacional de Garantia de Emprego Rural adotado pela Índia

para garantir emprego como um direito básico de todos os cidadãos. Estes exemplos põem em evidência as oportunidades de prosseguir vigorosamente o pleno emprego como um objetivo estratégico, em diferentes fases de desenvolvimento, para reduzir a vulnerabilidade e reforçar a resiliência das pessoas e das sociedades.

Nas últimas décadas, porém, os quadros macroeconómicos na maioria dos países em desenvolvimento têm tido uma focalização unidimensional na estabilidade dos preços em detrimento do pleno emprego, originando um baixo nível de crescimento e uma elevada taxa de desemprego.⁴⁰ As deficiências são igualmente evidentes nos países desenvolvidos. Ao diminuir ainda mais a procura agregada quando seria necessário impulsioná-la, a austeridade orçamental pode não ser apropriada enquanto política macroeconómica porque agrava o impacto da recessão económica no desemprego (caixa 4.1). Um trabalho digno que pague salários razoáveis pressupõe contratos formais que impeçam os despedimentos repentinos e garantam direitos à segurança social, e pode contribuir muito

para reduzir a vulnerabilidade do trabalhador, embora em menor grau quando há recessão. Reduzir a vulnerabilidade do emprego é, portanto, extremamente importante para reduzir a vulnerabilidade humana em geral. Há muito tempo que se reconhece a importância de assegurar o pleno emprego e o trabalho digno, mas o desemprego e o subemprego continuam a ser fenômenos generalizados na maioria dos países devido à implementação prolongada de políticas macroeconômicas que não têm sido suficientemente contracíclicas.

Todas estas áreas políticas estão relacionadas entre si, e uma abordagem global para lidar com as deficiências do mercado de trabalho exigirá uma coordenação de esforços. Para tal, será indispensável uma transformação estrutural da economia, no sentido de maior produtividade e atividades de maior valor acrescentado—aplicando políticas específicas que apoiem o desenvolvimento de setores e atividades estratégicos.⁴¹

Os países em desenvolvimento requerem políticas especiais

A prossecução do pleno emprego nos países em desenvolvimento requer abordagens diferentes. As políticas tradicionais, como as que salientámos anteriormente, são mais adequadas para os países desenvolvidos. Essas políticas apenas dão um contributo muito diminuto para a redução da vulnerabilidade do emprego, ajudando uma minoria no setor formal moderno. O objetivo a longo prazo consiste, portanto, em assegurar uma mudança estrutural de modo a que o emprego formal moderno incorpore gradualmente a maior parte da força de trabalho, como aconteceu em países desenvolvidos e em muitos países emergentes, como a China e a República da Coreia. Uma tal transformação implica a transição da agricultura

para a indústria e os serviços, apoiada por investimentos em infraestruturas, educação e formação, como mostram as economias bem sucedidas.⁴²

São, portanto, necessárias políticas que apoiem a transformação estrutural, aumentem o emprego formal e regulem as condições de trabalho, tendo em vista a redução da vulnerabilidade do emprego a médio e longo prazo, mas serão insuficientes para lidar com as vulnerabilidades da maioria da força de trabalho a curto prazo. Por isso, é também essencial adotar políticas para lidar com as vulnerabilidade —e assegurar os meios de subsistência—da maior parte da força de trabalho que no curto prazo irá permanecer em atividades tradicionais e informais.

Em primeiro lugar, há uma série de intervenções que podem contribuir para esse fim a médio e longo prazo, incluindo esquemas de microcrédito, apoio a novas e melhoradas tecnologias em pequena escala, assistência aos pequenos agricultores com tecnologia, crédito e mercados, etc. Além disso, as inovações sociais e institucionais podem contribuir para uma melhoria das condições. Cooperativas de agricultores, grupos de mulheres que se ocupam de trabalhos florestais e muitos outros podem melhorar a produtividade e aumentar o poder de negociação e, por essa via, os termos de troca e os rendimentos de produtores muito pobres.⁴³

Em segundo lugar, as respostas a choques de curto prazo podem aumentar o apoio dado às pessoas que exercem atividades de rendimento muito reduzido, seja de um modo geral, seja durante a adversidade em particular. Essas respostas incluem transferências de rendimentos (condicionadas ou não), pensões de velhice (que contribuem para o bem-estar da família), apoio nutricional através de subsídios alimentares e da satisfação de necessidades escolares, programas de confeção

CAIXA 4.2

Sucessos das políticas na Ásia Oriental

De um modo geral, as diversas medidas políticas adotadas na Ásia Oriental não seguiram o modelo das reformas flexíveis do mercado de trabalho e das abordagens puramente baseadas no mercado para resolver os problemas do emprego. A melhor maneira de as caracterizar é como desenvolvimento industrial através de intervenções do Estado acompanhadas de medidas destinadas a reforçar os meios de subsistência ou a segurança do emprego e evitar deslocações e conflitos sociais excessivos (entre outros objetivos).

A política industrial conduzida pelo Estado criou as condições para a transição da mão-de-obra para empregos mais produtivos, de maior valor acrescentado e

bastante formalizados fora da agricultura. As políticas monetárias destinadas a suportar a procura agregada de um nível máximo de emprego incluíam tolerância por uma inflação moderada. A participação do Estado no setor bancário na República da Coreia e posteriormente na China permitiu o financiamento da política industrial e de atividades geradoras de emprego, tais como a construção de infraestruturas, sem que nenhuma delas seja necessariamente rentável a curto prazo. Políticas comerciais, macroeconômicas, financeiras e industriais, todas elas aumentaram a qualidade e a quantidade do emprego. As políticas orçamentais foram igualmente direcionadas para a criação de emprego.

de refeições e de alimentação em comunidade, e esquemas de seguro de baixo custo. Tal como os serviços médicos gratuitos, as transferências de rendimentos administradas a nível local podem ajudar as famílias em caso de doença das pessoas que asseguram o rendimento principal.

Em terceiro lugar, os programas para a criação direta de emprego podem ajudar as pessoas que enfrentam uma situação de emprego vulnerável. Uns asseguram emprego permanente por baixos salários a agregados familiares pobres. Outros são temporários, são introduzidos em períodos de recessão e em situações pós-conflito como uma resposta a curto prazo a períodos em que as saídas de emprego são particularmente precárias. Os dois tipos de esquema, desde que numa escala suficiente, reduzem a vulnerabilidade do emprego. Eis alguns exemplos:⁴⁴

- Na Índia, o Sistema Nacional de Garantia de Emprego Rural garante a todos os agregados familiares rurais 100 dias de trabalho por ano por um salário razoável.⁴⁵
- Na Argentina, o programa “Jefes y Jefas de Hogar Desocupados” introduzido em 2001 em resposta a uma crise económica, abrangia 2 milhões de beneficiários em finais de 2003.⁴⁶
- Os esquemas de fornecimento de alimentos em troca de trabalho adotados no Bangladesh permitiram uma ampla redução da pobreza desde 1975, em especial entre os trabalhadores rurais durante as estações de menor atividade, assegurando anualmente 100 milhões de dias de trabalho a 4 milhões de pessoas.⁴⁷
- O Padat Karya indonésio foi introduzido em 1998–1999 em resposta à crise financeira e forneceu emprego aos que perderam o seu emprego.⁴⁸
- O Programa de Emprego de Emergência no Nepal, direcionado para comunidades marginais, foi estendido a cerca de 5 por cento da população para satisfazer a necessidade de emprego pós-conflito e cumprir um dividendo de paz.⁴⁹

Alguns grupos enfrentam riscos e incertezas mais alargados no mercado de trabalho, e será importante investir no desenvolvimento das suas qualificações e na sua educação.⁵⁰ O combate à segregação residencial, a melhoria dos transportes e a redução do custo da criação de melhores empregos permitirão uma integração dos mercados de trabalho e uma maior acessibilidade das oportunidades de emprego.⁵¹ O fornecimento de informações sobre

as oportunidades disponíveis e a ligação das pessoas que procuram um emprego melhor a novas oportunidades melhoram o funcionamento dos mercados de trabalho. As pessoas que têm um emprego informal, muitas delas em regime de autoemprego, precisarão de um melhor acesso ao crédito e aos mercados. Tudo isto exigirá investimento público.

À medida que o desenvolvimento avança, os trabalhadores mudam de formas de subsistência rurais pouco produtivas mas estáveis para formas de rendimento menos previsíveis, incluindo ordenados e salários.⁵² Em vez de agravar a insegurança através de políticas flexíveis do mercado de trabalho, é necessário que a política pública se focalize primeiro em facilitar a transição das pessoas para empregos dignos com um certo grau de autonomia, permitindo-lhes assim adotar uma forma de subsistência em resposta à mudança estrutural socioeconómica, que seja mais consentânea com os seus conjuntos de competências e expectativas de emprego, como se pode ver na China e na República da Coreia.

O aprovisionamento mais universal de segurança social e de serviços sociais ajuda as populações que abandonam a agricultura e a subsistência rural a prepararem-se para eventos económicos negativos e a lidarem com a precariedade do emprego no processo de desenvolvimento. Os regimes de segurança social são parte integrante do—não uma alternativa ao—reforço das capacidades das pessoas e das competências das sociedades durante o processo de transição.⁵³

Para incentivar esta mudança e criar emprego produtivo generalizado, são necessárias estratégias mais eficazes de desenvolvimento económico, incluindo mais investimento público em infraestruturas, desenvolvimento de capacidades humanas, promoção ativa da inovação e políticas estratégicas para o comércio, em especial para as exportações.

Alguns países da Ásia Oriental facilitaram uma transição rápida para fora do setor agrícola (caixa 4.2). Na República da Coreia, a percentagem de mão-de-obra empregada no setor primário (sobretudo na agricultura) caiu de 30 por cento em 1980 para 9 por cento em 2006. Na Malásia, caiu de 55 por cento na década de 1960 para 16 por cento em 2000. Na China, por seu turno, caiu de quase 84 por cento em 1952 para 81 por cento em 1970, 69 por cento em 1980, 60 por cento em 1990, 50 por cento em 2000 e 37 por cento em 2010.⁵⁴ O ritmo a que se processaram estas transições é notável.

As transições têm sido mais lentas, por exemplo, no Brasil, onde a percentagem de mão-de-obra do setor primário caiu de cerca de 29 por cento para 20 por cento entre 1980 e 2006, e muito mais lentas na Índia, onde essa percentagem quase não sofreu qualquer queda entre 1960 e 2005, fixando-se em torno dos 70 por cento.⁵⁵ O fracasso da Índia no processo de transição para a indústria tem de ser solucionado—os empregos na externalização de processos comerciais são uma ajuda para a balança de pagamentos mas dificilmente o serão para o emprego em massa.

Podemos considerar que é um êxito o facto de se evitar uma situação em que o grosso da mão-de-obra em transição acaba no emprego informal inseguro, como aconteceu numa parte importante da América Latina, onde os trabalhadores são altamente urbanos e informais. Para cerca de mil milhões de pessoas a nível mundial,⁵⁶ os meios de subsistência precários das que operam fora do mercado de trabalho e se dedicam a atividades de autossubsistência não podem ser reforçados a longo prazo sem um aumento do emprego digno. A curto prazo, a proteção social que abrange a totalidade da população é essencial para proteger

aquelas pessoas cujos meios de subsistência estão em risco durante a transição (ver abaixo).

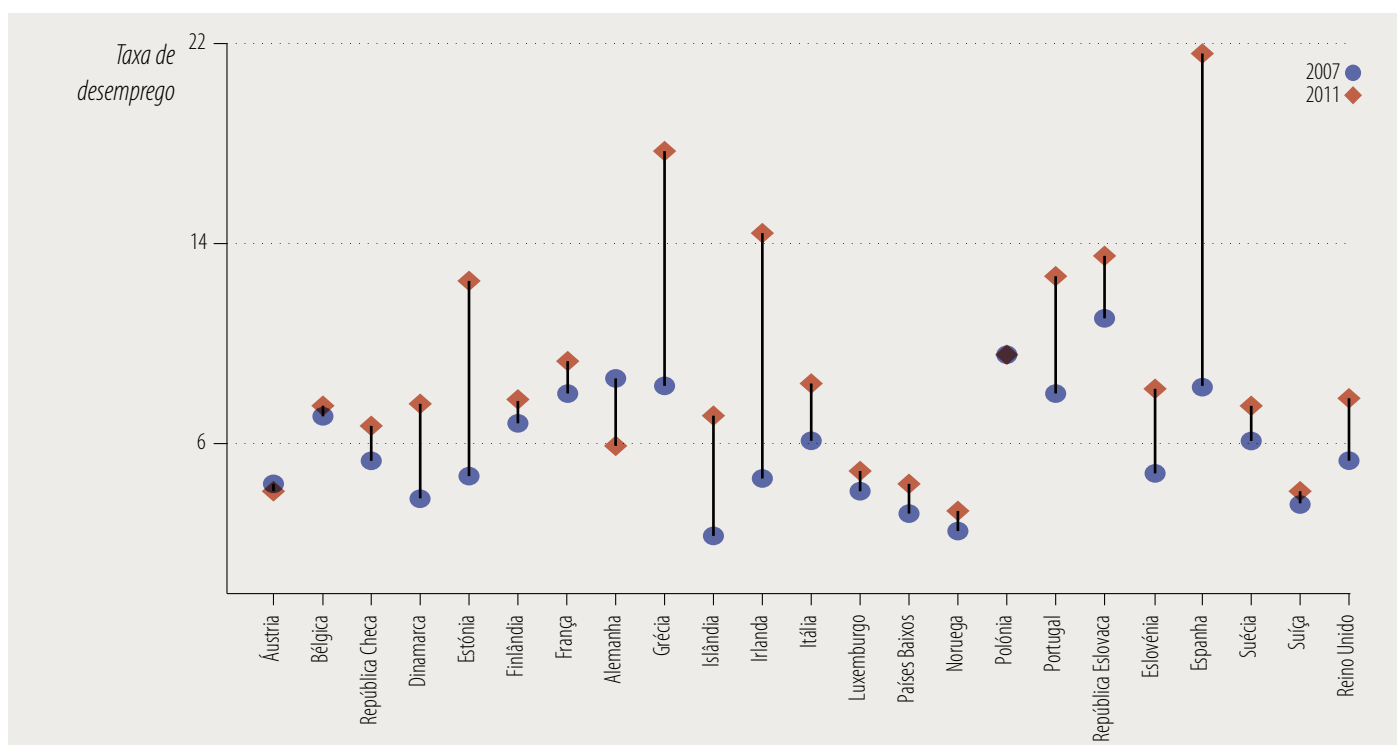
Preservar o emprego

Diversos países têm promovido a segurança do emprego para os trabalhadores mais vulneráveis através de intervenções específicas no mercado de trabalho. Desde a década de 1980, Singapura reduziu temporariamente as contribuições obrigatórias dos empregadores para a segurança social, a fim de minimizar as perdas de emprego durante os períodos de recessão económica.⁵⁷ Em 2009, o governo introduziu um sistema de créditos de emprego com duração de um ano, que ajudou as empresas a preservar os empregos durante a recessão. No seu orçamento para 2013, incluiu um sistema de créditos salariais para aumentar os salários dos trabalhadores com rendimentos mais baixos. Desta forma, os empregadores têm um incentivo para partilharem os ganhos de produtividade com todos os trabalhadores.

A China tem praticado um certo grau de igualização salarial no emprego público nas áreas urbanas, aumentando os salários reais em todo o

FIGURA 4.6

Após a crise económica mundial de 2008, as taxas de desemprego eram mais baixas nos países nórdicos do que no resto da Europa



Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados na OCDE (n.d).

país desde a década de 1990. Presumivelmente, esta medida também fez aumentar os salários no setor privado, tanto no emprego formal como no informal. Há também países europeus que têm oferecido subsídios aos empregadores para contratarem trabalhadores desempregados. Em 2003, a Alemanha subsidiou quase 6 por cento das transições de pessoas de meia-idade que estavam no desemprego.⁵⁸ Os trabalhadores subsidiados auferiam salários que não eram muito diferentes dos dos seus homólogos não subsidiados; no entanto, como tinham tendência para manter os seus empregos, os seus salários cumulativos acabavam por ser substancialmente mais elevados.⁵⁹ O emprego subsidiado também gerou mais receitas fiscais e para a segurança social, e reduziu o custo dos subsídios de desemprego.

Há, no entanto, há alguns grupos que dificilmente arranjarão emprego, mesmo numa economia saudável—trata-se sobretudo dos jovens ou dos desempregados de longa duração. Para ultrapassar essa dificuldade, os Estados Unidos oferecem aos trabalhadores um crédito fiscal sobre o rendimento auferido, com benefícios alargados para os que têm famílias com crianças. Combinando o apoio aos salários e as transferências sociais, o sistema tem um forte impacto em termos de combate à pobreza. O Chile introduziu em 1991 um programa de subvenções salariais pagas aos empregadores e associadas à formação. Ao abrigo do seu programa “Chile Joven”, os empregadores que contratassem e dessem formação a jovens desempregados recebiam uma subvenção para cobrir os custos da formação.⁶⁰ Há alguns dados que indicam que, três meses depois de receberem formação, metade dos participantes conservavam o emprego—geralmente em postos de trabalho relacionados com essa formação.

Pelo menos 10 países da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE) possuem políticas a favor dos trabalhadores com deficiência. Em 1998, a Dinamarca, a título de extensão da sua política social ativa, introduziu o “Flexjob”, que oferece subvenções salariais aos empregadores para que consigam manter no emprego os trabalhadores com doenças crónicas ou deficiência. Embora haja poucos estudos sobre a eficácia do “Flexjob”, pelo menos um concluiu que o programa teve efeitos substanciais e positivos a nível do emprego no período de 1994 a 2001.⁶¹

Reforçar a proteção social

A proteção social⁶² pode oferecer cobertura contra riscos e adversidades durante a vida das pessoas e, em especial, durante fases e transições críticas. Ao providenciar um nível de apoio adicional e previsível, pode ajudar as famílias a evitar certas estratégias de resolução de problemas como a retirada das crianças da escola, o adiamento de cuidados médicos necessários, ou a venda de ativos, todas elas prejudiciais para o bem-estar a longo prazo. Além disso, as redes de distribuição e os mecanismos de administração dos programas de proteção social podem proporcionar benefícios líquidos em termos de segurança, em caso de catástrofe natural.

Para além de ser uma proposta viável nas fases precoces de desenvolvimento, a proteção social proporciona ainda outros benefícios como a estimulação da procura agregada sempre que necessário e a redução da pobreza. A proteção social atenua as flutuações, compensando a volatilidade do produto com rendimento disponível (capítulo 2).

Políticas sólidas de proteção social universal aumentam a resiliência individual e reforçam a resiliência da economia, como sucedeu na Europa após a crise económica mundial de 2008, quando o PIB per capita caiu mais de 5 por cento.⁶³ Com as suas políticas sociais mais abrangentes, os países nórdicos foram mais bem-sucedidos, atingindo níveis de produtividade mais elevados do que os restantes países europeus em 2010 e uma taxa de emprego de 51 por cento da população. Comparativamente, no Reino Unido e na Irlanda, a produtividade desceu 12 por cento e o emprego 9 por cento. As taxas de emprego foram mais baixas em toda a Europa, embora a produtividade da mão-de-obra no continente igualasse a dos países nórdicos. A nível do desemprego, os resultados nos países nórdicos também foram, em média, muito melhores do que os de outros países da OCDE na Europa (figura 4.6). Apenas a Áustria, o Luxemburgo, os Países Baixos e a Suíça registaram taxas de desemprego inferiores às dos países nórdicos antes e depois da crise.

Ações a curto prazo podem reforçar a resiliência no quadro da política de desenvolvimento humano de longo prazo

O presente capítulo incide sobretudo na redução da vulnerabilidade e no reforço da resiliência a

A proteção social pode oferecer cobertura contra riscos e adversidades durante a vida das pessoas e, em especial, durante fases e transições críticas

Os choques e perigos persistentes requerem políticas públicas determinadas a longo prazo, mas os sistemas de resposta de emergência podem facilitar melhor os ajustamentos a curto prazo a eventos adversos, de maneira a proteger as escolhas e minimizar os impactos a mais longo prazo

longo prazo—ou seja, sobre as políticas de desenvolvimento humano que produzem melhorias sistêmicas. No entanto, quando as crises aparecem, também é necessária uma reação imediata da parte dos governos. Como podem eles ser bem-sucedidos sem prejudicarem o desenvolvimento humano a mais longo prazo?

Um artigo de 2011⁶⁴ propõe uma taxonomia útil que divide as políticas pós-crise em dois grupos: as que atenuam o impacto de uma crise (por exemplo, reduzindo o horário de trabalho para manter o emprego, ou facilitando a concessão de crédito de emergência) e as que promovem a recuperação a longo prazo (por exemplo, investindo na educação ou alterando práticas agrícolas para adaptação às alterações climáticas). No caso de algumas políticas, poderá haver uma solução de compromisso: algumas políticas de atenuação poderão abrandar a recuperação a mais longo prazo. Uma crítica que raramente se ouve acerca do Programa Nacional de Garantia do Emprego Rural da Índia é que a possibilidade de encontrar facilmente um trabalho pode desincentivar os trabalhadores de se mudarem para setores mais produtivos da economia, comprometendo assim as perspectivas de crescimento a mais longo prazo.⁶⁵ Seria conveniente ter especialmente em atenção as políticas que são duplamente benéficas, atenuando o impacto e promovendo a economia em simultâneo.

Claro está que nem sempre é assim tão fácil encontrar políticas duplamente benéficas, nem é necessariamente suficiente ter um plano. Podem não existir as capacidades necessárias para executar esse plano. O tipo de ações que efetivamente poderão ser executadas dependerá do seu custo e da capacidade das instituições. Como se refere no artigo, quando os orçamentos do Estado diminuem, como acontece com frequência em tempos de crise, a questão mais pertinente que se coloca é a de saber quais são as políticas que se devem preservar, e não quais as políticas adicionais que se devem adotar.⁶⁶ Por isso, as intervenções têm de ser simultaneamente exequíveis e flexíveis. A preparação, diz-se no artigo, é fundamental—e é mais demorada. A criação de instituições ou de novas políticas, nomeadamente redes de segurança, durante uma crise é um processo difícil e moroso.

Em tempos de crise, é necessário dar prioridade aos cuidados de saúde, incluindo os cuidados de saúde reprodutiva, por causa das suas consequências a longo prazo e intergeracionais, o que obriga a que se tomem decisões difíceis quando há falta

de recursos e de capacidade. Por isso, existem alguns limiares mínimos, como o Minimal Initial Service Package for Reproductive Health, para orientar os decisores, embora a investigação revele diferentes níveis de êxito devido a questões como uma formação insuficiente.⁶⁷

Os programas “Bolsa Família”, do Brasil, e “Oportunidades”, do México, são outros exemplos de políticas duplamente benéficas. Podemos destacar três lições no reforço da ligação entre ações de curto prazo e políticas a mais longo prazo para reforçar a resiliência. Em primeiro lugar, deverá existir uma infraestrutura social que permita um acesso rápido às redes de distribuição quando surge uma crise. Em segundo lugar, os pagamentos por transferência condicionada poderão ajudar a proteger a educação e o estado de saúde, especialmente dos jovens, e a reduzir as consequências intergeracionais. Em terceiro lugar, o apoio social que começa com a cobertura dos principais grupos vulneráveis poderá vir a servir de base para uma proteção social básica mais abrangente no futuro.

Uma infraestrutura social serve de quadro operacional que as instituições públicas podem utilizar para transferir rendimento para pessoas carenciadas. Além disso, uma vez que o desenvolvimento de sistemas formais de proteção social demora o seu tempo, a infraestrutura básica de programas como a “Bolsa Família” permite uma transferência de recursos rápida e eficaz. Quando se registam flutuações e eventos adversos, as transferências de recursos permitem proteger a população pobre e outros grupos vulneráveis.

Embora os choques e riscos persistentes reclamem políticas abrangentes a longo prazo, é possível conceber sistemas de resposta de emergência para facilitar, no curto prazo, ajustamentos a eventos adversos, de maneira a proteger escolhas a longo prazo. Por exemplo, a “Bolsa Família” foi adaptada para abranger também situações de emergência a curto prazo. O aumento das transferências condicionadas a seguir à crise financeira mundial de 2008 salvaguardou níveis de consumo básicos, e a natureza condicional das transferências, por seu turno, protegeu a formação de capacidades a longo prazo, mantendo as crianças na escola e protegendo o seu estado de saúde.

À medida que surgem modalidades mais abrangentes de proteção social (ver abaixo), os programas de transferência de rendimentos podem ser viáveis em termos quer de orçamento quer de infraestrutura social. O êxito desses programas

reside, em parte, no facto de serem concebidos para proteger capacidades. Além disso, podem ser rapidamente reforçados para atenuar os efeitos negativos de um choque a curto prazo, como uma recessão repentina ou um pico nos preços dos bens alimentares, como sucedeu no Brasil a seguir à crise de 2008.

Existem por toda a parte exemplos semelhantes. Em 2009, atingido pela grande recessão mundial, o PIB da Tailândia registou uma queda de 2,3 por cento. Não obstante, inquéritos socioeconómicos realizados em 2007–2010 revelam um aumento do consumo real per capita em relação a 2008 na maior parte dos grupos, incluindo pessoas pobres, agregados familiares urbanos e rurais, homens, mulheres e crianças. Quem ficou a perder foram os habitantes de Banguécoque que trabalhavam no setor das exportações, especialmente os do grupo etário dos 20 aos 29 anos, e os que trabalhavam em vendas e serviços. Durante a recessão, as taxas de matrículas escolares não baixaram, e as compras de bens duradouros até cresceram.

Em 2008, o Governo tailandês cortou os impostos em 40 mil milhões de baht, ofereceu empréstimos de emergência (num total de 400 mil milhões de baht), reduziu os preços da energia e introduziu subsídios de transporte (por um custo de 50 mil milhões de baht). Depois, em 2009, introduziu um primeiro pacote de estímulos, para alargar as políticas iniciais, e adotou um orçamento suplementar no valor de 117 mil milhões de bahts: foram enviados cheques de 2 000 baht aos agregados familiares com baixo rendimento, foram enviados subsídios de 500 baht aos presos, e o ensino público passou a ser gratuito até aos 15 anos de idade. Em maio de 2009, já tinha sido paga metade das verbas orçamentadas, e existe a convicção de que os seus efeitos foram favoráveis aos pobres.⁶⁸ Esta mostra de resiliência social no Brasil e na Tailândia radica na adoção de medidas de curto prazo para complementar políticas de longo prazo.

Estabilizadores automáticos

Os estabilizadores automáticos e as políticas contracíclicas podem apoiar os níveis de vida durante os períodos de contração económica, como sucedeu na Europa desde que se iniciou a grande recessão em 2008. Os países nórdicos aumentaram a parcela do RNB destinada ao rendimento disponível, mesmo quando o RNB estava em queda, porque as políticas contracíclicas mantinham os

níveis de vida. No entanto, em alguns países europeus—principalmente aqueles em que as despesas sociais públicas representam uma parcela reduzida do PIB⁶⁹—os níveis de vida (medidos em termos de rendimento disponível) baixaram.⁷⁰

As despesas sociais públicas podem atenuar as flutuações do produto. Como documenta a investigação realizada pela OCDE, vários países europeus ficaram protegidos do impacto total da crise económica mundial de 2008 devido aos efeitos atenuantes das transferências sociais, dos regimes de benefícios fiscais e das políticas de estímulos orçamentais.⁷¹ Na Noruega e na Suécia, por exemplo, uma parte importante dos efeitos da queda do rendimento disponível foi amortecida, e a recuperação foi mais rápida, graças à eficiência, em termos de custos, da prestação de serviços sociais, a uma política monetária expansionista, a uma boa gestão das receitas provenientes dos recursos (na Noruega), e aos estabilizadores automáticos na política orçamental (na Suécia). Por outro lado, a Finlândia, que pertence à área do euro, não pôde recorrer aos cortes das taxas de juro (como fez a Suécia), tendo por isso uma taxa de desemprego mais elevada. Confrontada com um crescimento “tépido”, a Noruega expandiu o orçamento de Estado em 2013. As pressões para baixar ou introduzir maior desigualdade nos rendimentos foram aliviadas pelo recurso a benefícios sociais e transferências sociais como estabilizadores automáticos (aumento das transferências sociais e descida dos impostos sobre os rendimentos durante as recessões). Os efeitos negativos da crise sobre a pobreza dependem dos níveis das despesas sociais. A proteção social pode ter um efeito atenuante, pois constatou-se que os países com níveis elevados de despesas com a saúde e a educação são relativamente mais resilientes face às crises financeiras.⁷² Podemos concluir com segurança que o custo humano da recessão foi menor nos países em que a proteção social é universal.

As políticas de proteção social incluem um seguro de desemprego, programas de pensões e regulamentação do mercado de trabalho—nomeadamente leis em matéria de salário mínimo ou normas de saúde e segurança. Um argumento contra essas políticas é a possibilidade de terem consequências inesperadas. Há quem defenda que as leis relativas ao salário mínimo podem reduzir o incentivo à criação de novos empregos e que o seguro de desemprego pode reduzir o incentivo ao regresso ao trabalho.⁷³ Há muita coisa que depende da conceção da política, mas há dados consideráveis que comprovam que a regulamentação

A proteção social pode ter um efeito atenuante, pois constatou-se que os países com níveis elevados de despesas com a saúde e a educação são relativamente mais resilientes face às crises financeiras

Reduzir a vulnerabilidade através de instituições ativas

Uma faceta fundamental da vulnerabilidade é frequentemente a incapacidade de influenciar as decisões que afetam a vida de cada cidadão: em vez disso, as decisões são tomadas por atores mais poderosos, que podem não compreender a situação das pessoas vulneráveis, nem necessariamente ter em conta os seus interesses.¹ Para resolver esta situação, é necessário que os Estados tenham a capacidade de reconhecer as preocupações das populações vulneráveis e de lhes dar resposta através de intervenções adequadas. Nesse sentido, é necessário, entre outras coisas, dar às populações pobres e marginalizadas mais voz no processo de tomada de decisão² e oportunidades de recurso em caso de violação dos seus direitos ou de discriminação. Os estudos realizados sugerem que as mulheres têm mais probabilidade do que os homens de serem vítimas de negligência, de pequena corrupção e de assédio quando contactam as instituições públicas.³

A mera compreensão da causa técnica de uma vulnerabilidade não basta para conceber políticas que permitam reduzi-la. Pelo contrário, é imperioso que se identifiquem primeiramente os processos que criaram o risco e que existam incentivos e vontade políticos para lidar com eles. As liberdades políticas são uma parte fundamental desse processo, como salientaram Drèze e Sen (1989) quando discutiram o papel dos meios de comunicação social na responsabilização dos governos durante os períodos de fome.⁴ A representação direta, os movimentos sociais, e as pressões dos sindicatos e da sociedade civil também dão forma à política e aos processos políticos na economia política mais alargada e são importantes para representar os interesses dos grupos vulneráveis.

Existem dados que sugerem que as instituições do Estado podem tornar-se mais capazes de dar resposta às necessidades das populações pobres⁵ e vulneráveis quando:

- As administrações públicas implementam políticas de maneira eficiente, são transparentes e responsáveis e respondem aos utilizadores. Isso trava a corrupção e o assédio, e o poder do Estado é utilizado de forma proativa para afetar recursos para ações públicas que beneficiem as populações pobres. Alguns exemplos encorajadores incluem reformas da função pública no Botsuana e na África do Sul, onde as reformas realizadas em ministérios e a racionalização de departamentos reforçaram a prestação dos serviços e a sua eficácia.⁶
- Um sistema jurídico é favorável aos pobres, concedendo e defendendo direitos, e é acessível à população pobre. Intervenções promissoras neste contexto ocorreram no Camboja, com a criação do Conselho de Arbitragem, um órgão nacional estatutário de resolução alternativa de litígios, e em Moçambique, com a implementação da lei de terras progressista, que contribuiu para aumentar o acesso das populações pobres à terra.⁷
- Os governos centrais e locais estão em sintonia para assegurar a prestação de serviços públicos universais e minimizar a margem de captura por parte de elites ou grupos dominantes. Várias formas de descentralização estão em curso em diversos países que têm tentado atender às necessidades e interesses das comunidades excluídas. Por exemplo, as Filipinas têm tentado desde há muito tempo resolver a questão dos direitos do povo indígena em Palawan e dar resposta à sua reivindicação sobre os recursos florestais, e o Código do Governo Local de 1991 proporcionou-lhes uma oportunidade de interagirem com as instituições governamentais e de participarem na gestão da floresta.⁸

- Os governos geram apoio político à ação pública contra a pobreza, criando um clima favorável a ações em prol dos pobres, facilitando o crescimento de associações de pessoas pobres e aumentando a capacidade política da população pobre. Esses movimentos sociais e esse ativismo político impeliram o partido do Governo do Brasil a desenvolver políticas a favor dos pobres e ajudou a definir a agenda da liderança política na África do Sul pós-apartheid.⁹
- Os regimes políticos respeitam o Estado de direito, permitem a expressão da voz política e a participação dos grupos vulneráveis nos processos políticos.¹⁰ Um bom exemplo disso é a transição democrática pacífica ocorrida na Bolívia, que colocou no poder a maioria indígena do país após uma longa história de exclusão.

No entanto, os desafios que se colocam à criação de instituições ativas são múltiplos: desde falta de vontade política até à insuficiência de capacidades e financiamento das instituições públicas, incluindo a função pública e os tribunais. Aumentar a responsabilização através de medidas que promovam a transparência, tais como a Lei do Direito à Informação da Índia, pode expor a corrupção e aumentar a eficiência. Aumentar as oportunidades de participação, através de processos como o orçamento participativo e uma maior representação no governo, pode dar mais voz aos excluídos.

Face às pressões orçamentais que se fazem sentir em momentos de volatilidade e de crise, os governos respondem com demasiada frequência com medidas de austeridade que limitam as despesas sociais. Conforme referido nos capítulos 1 e 2, muitas das vezes, estas medidas afetam sobretudo os mais vulneráveis, que já se encontram sob pressão. Por outro lado, quando a conjuntura é favorável, as receitas extraordinárias da expansão económica são frequentemente devolvidas sob a forma de cortes fiscais em vez de serem utilizadas na criação de reservas da proteção social para a próxima recessão, ou investidas no reforço de capacidades institucionais mais alargadas e da resiliência sistémica.

Todavia, um aprovisionamento adequado, por si só, poderá não ser suficiente: é necessário que as próprias instituições sejam concebidas de modo a poderem responder às necessidades de todos e não apenas dos da sociedade dominante. Embora as instituições nacionais sejam um produto da história e da política de um país, aquelas que muitas vezes trabalham melhor em diferentes contextos permitem a participação e a responsabilização,¹¹ são mais capazes de representar a diversidade das suas populações,¹² são favoráveis a transições de poder pacíficas¹³ e são capazes de manter a independência e integridade de instituições como o setor judiciário¹⁴ e o controlo civil sobre o setor militar¹⁵ através de uma separação de poderes e de um sistema de controlos e equilíbrios.¹⁶ Estas características são importantes nos períodos de estabilidade, mas são particularmente importantes para a proteção dos direitos das populações vulneráveis nos períodos de crise.

No entanto, qualquer que seja a forma que as instituições assumem em diferentes sociedades, a proteção dos direitos dos cidadãos continua a ser vista sobretudo como sendo da responsabilidade do Estado-nação, embora isso possa não ser suficiente num mundo cada vez mais globalizado, em que a população que vive numa parte do mundo pode ser ameaçada por eventos e ações ocorridos noutra parte qualquer. A criação de instituições ativas a nível nacional requer um esforço paralelo a nível internacional para as apoiar e reforçar.

Notas

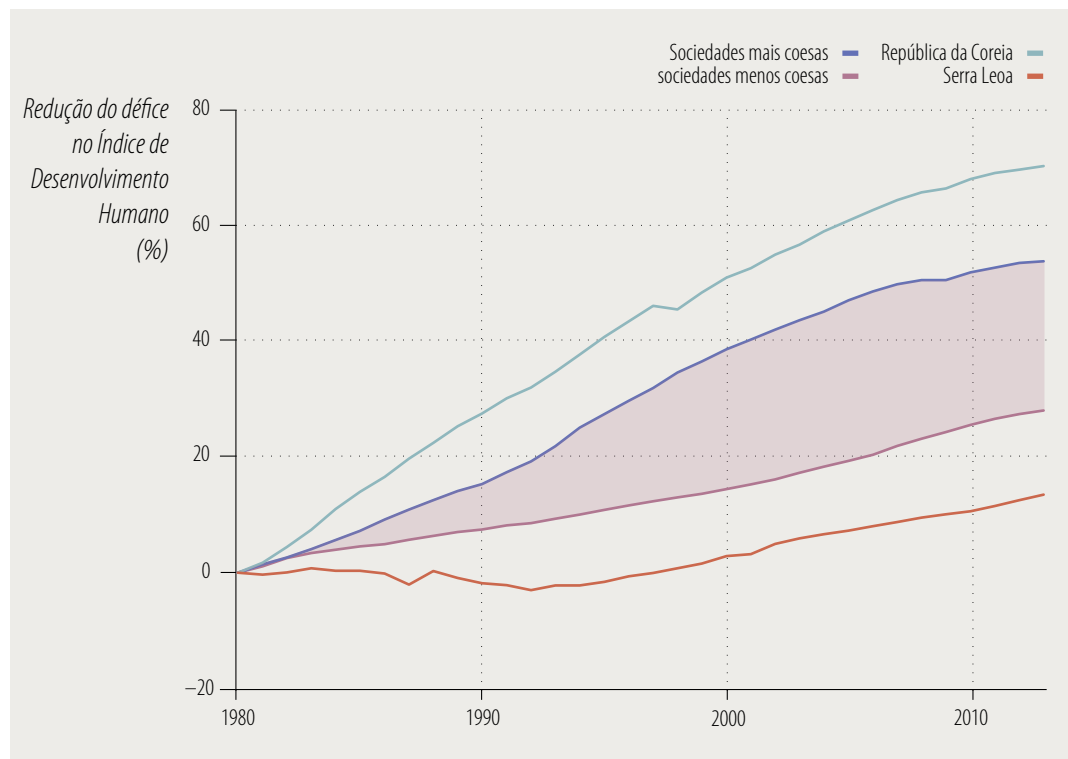
1. Nações Unidas 2012a. 2. Mearns e Norton 2010. 3. PNUD 2012d. 4. Drèze e Sen 1989. 5. Banco Mundial 2000. 6. UNECA 2010. 7. Assembleia-Geral da ONU 2009. 8. Seitz 2013. 9. Heller 2014. 10. UNSSC 2010. 11. McGee e Gaventa 2011. 12. Temin 2008. 13. DFID 2010. 14. ACNUDH 2003. 15. Sulmasy e Yoo 2007. 16. Waldron 2013.

do mercado de trabalho tem um benefício líquido e reduz a desigualdade.⁷⁴ Muitas medidas de proteção social têm efeitos positivos. O seguro de desemprego melhora o funcionamento dos mercados de trabalho ao permitir que os desempregados escolham empregos mais compatíveis com as suas qualificações e experiência, em vez de os obrigar a aceitar o primeiro

emprego que aparece.⁷⁵ O apoio ao rendimento das famílias incentiva a participação no mercado de trabalho, ao disponibilizar recursos que permitem às pessoas procurar melhores oportunidades, permitindo inclusivamente que membros da família emigrem para procurar emprego.⁷⁶

FIGURA 4.7

As sociedades coesas têm tendencialmente um melhor desempenho do que as sociedades menos coesas



Fonte: Easterly, Ritzen e Woolcock 2006 e Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

Nos países desenvolvidos, a segurança social prevê a substituição do rendimento a curto prazo e, em certos casos, a médio ou mesmo longo prazo. No que toca aos benefícios, a substituição do rendimento cobre perdas de emprego a curto prazo. No entanto, a crescente probabilidade de que a duração dessas perdas se prolongue por mais tempo do que o esperado e o facto de o desemprego (e não a perda de salário) estar normalmente coberto por um seguro, os benefícios poderão vir a ser demasiado curtos e demasiado reduzidos.

O princípio da conjugação do desenvolvimento económico com programas de segurança social foi demonstrado pelo êxito dos países recém-industrializados da Ásia Oriental. Esses países foram extremamente bem-sucedidos, quer na rápida redução da taxa de fertilidade, quer na criação de emprego—o que lhes permitiu beneficiar do dividendo demográfico. Como? Conjugando uma política industrial proativa com políticas sociais universais nas áreas da educação e da saúde (mas não na assistência social, que permaneceu em níveis mínimos até à década de 1990, ao contrário de outros Estados providência europeus). Um elemento central da política industrial conduzida pelo Estado

foi o facto de radicar em empresas públicas, contas de capitais regulamentadas e um duplo objetivo: promover a competitividade e criar emprego.

A rápida universalização da saúde e da educação ajudaram a criar emprego e apoiar a industrialização. Uma extensa reforma agrária e a rápida expansão do sistema educativo para além do ensino primário também prosseguiram como parte da estratégia de desenvolvimento.

Na sequência da crise económica mundial de 2008, alguns países adotaram medidas para aumentar o emprego e a proteção social, estabilizando assim a procura agregada interna e protegendo as populações vulneráveis. A Organização Internacional do Trabalho sugere que essas medidas de proteção social criaram ou salvaram entre 7 e 11 milhões de empregos nos países do G20 em 2009.⁷⁷

Proteção social básica

Em 2009, a iniciativa “Piso de Proteção Social” definiu um quadro global para o acesso universal a transferências e serviços sociais essenciais, nomeadamente cuidados de saúde, educação básica, pensões, proteção no desemprego e assistência à criança.⁷⁸

Em 2009, a iniciativa Piso de Proteção Social definiu um quadro global para o acesso universal a transferências e serviços sociais essenciais, nomeadamente cuidados de saúde, educação básica, pensões, proteção no desemprego e assistência à criança

A iniciativa assenta na ideia de que quase todos os países em qualquer fase de desenvolvimento podem providenciar um nível básico de transferências sociais, inclusivamente através de uma melhor coordenação transetorial. Além disso, incentiva os países a alargarem progressivamente a proteção social para níveis mais elevados à medida que o espaço orçamental o permite.⁷⁹ Um país com um rendimento mais baixo poderá começar com um nível básico de educação e cuidados de saúde e expandi-lo mais tarde para oferecer transferências de rendimentos ou um nível básico de proteção do trabalho. Um país com rendimento mais elevado, com sistemas bem estabelecidos de educação básica, cuidados de saúde, transferências condicionadas de rendimentos, poderá alargar o direito ao seguro de desemprego a populações tradicionalmente excluídas, como é o caso dos trabalhadores agrícolas ou domésticos, ou alargar as políticas em matéria de licença parental de modo a incluir os dois progenitores.

As políticas de proteção social básica reduzem a pobreza. As estimativas da Organização Internacional do Trabalho apontam para que a aplicação universal das pensões de velhice e dos abonos de família para crianças em idade escolar na Tanzânia venha a reduzir a taxa de pobreza em 35 por cento entre a população no seu conjunto e em 46 por cento nas famílias com crianças e entre os idosos.⁸⁰

A abordagem à proteção social depende das circunstâncias e dos recursos do país e varia de acordo com o seu nível de desenvolvimento. Níveis adicionais de proteção social, como as transferências condicionadas de rendimentos destinadas às famílias desfavorecidas, correspondem a um custo adicional, ainda que relativamente reduzido, para um programa de proteção social. O Fundo de Garantia de Emprego Rural custou à Índia cerca de 0,3 por cento do seu PIB em 2008.⁸¹

O aprovisionamento de prestações básicas de segurança social às populações pobres de todo o mundo custa menos de 2 por cento do PIB mundial.⁸² As estimativas de 2010 da Organização Internacional do Trabalho relativas ao custo do aprovisionamento de um nível básico de proteção social—pensões de velhice e de incapacidade básicas universais, subsídios para assistência básica à criança, acesso universal a cuidados básicos de saúde, assistência social e um sistema de emprego de 100 dias—em 12 países africanos e asiáticos de baixo rendimento variava entre mais de 10 por cento do PIB no Burkina Faso e menos de 4 por cento

do PIB na Índia.⁸³ Os atuais recursos domésticos cobriam menos de 5 por cento (Paquistão) das despesas totais estimadas em proteção social básica. No entanto, se a proteção social básica crescesse até um valor equivalente a 20 por cento da despesa pública, os recursos nacionais cobririam entre 30 por cento (Burkina Faso) e 100 por cento (Índia, Paquistão e Vietname) do custo total. Um pacote de proteção social básica tem um custo acessível, desde que os países de baixo rendimento reafetem fundos e aumentem os recursos nacionais, com a ajuda da comunidade internacional de doadores.⁸⁴

Abordar a inclusão na sociedade

Perante uma desigualdade horizontal, torna-se necessário adotar medidas específicas para chegar a toda a população. Foi experimentada uma mistura de intervenções políticas para combater a desigualdade horizontal (como a discriminação positiva), medidas indiretas (como legislação preventiva e sanções) e inclusão mais alargada (através de mudanças normativas e na educação). As instituições sociais reforçam a política do governo através de uma maior coordenação e uma maior responsabilização. Quando a sociedade civil se mobiliza para articular os interesses dos cidadãos, existe uma melhor articulação entre as necessidades da população e as políticas do governo.

A vulnerabilidade persistente está enraizada em exclusões históricas. Por exemplo, a população negra na África do Sul e nos Estados Unidos e os Dalits na Índia passaram por sofrimentos terríveis, enquanto nas sociedades patriarcais as mulheres continuam a ser vítimas de discriminação e exclusão por causa de normas sociais e práticas culturais antigas. Muitos países têm tentado aplicar políticas de discriminação positiva ou medidas especiais.⁸⁵ As normas e as leis que favorecem os membros desses grupos para aumentar a possibilidade de usufruírem de iguais oportunidades podem tornar a sociedade mais justa e mais inclusiva.

As sociedades coesas são tendencialmente mais bem-sucedidas do que as sociedades menos coesas na maioria dos aspetos do desenvolvimento humano (figura 4.8).⁸⁶ Como é que as sociedades corrigem divisões profundas e exclusões historicamente enraizadas? Aumentando o aprovisionamento de serviços sociais básicos, reforçando as políticas de emprego e alargando a cobertura da proteção social. No entanto, essas políticas universais mais

abrangentes podem não visar exclusões específicas e a desigualdade horizontal de grupos marginalizados, especialmente quando normas e leis sociais não protegem os direitos de grupos específicos que enfrentam a discriminação na vida pública, inclusive nas instituições políticas e nos mercados.

As sociedades respondem de diferentes maneiras a pressões, vicissitudes e catástrofes. Algumas demonstram possuir maior resiliência e recursos para enfrentar as crises e delas recuperar. Outras caem em armadilhas perniciosas que aprofundam e ampliam os impactos de tais crises. Certas variáveis macroeconômicas podem ter um impacto substancial na capacidade das sociedades para gerir esse tipo de pressões e choques, incluindo a desigualdade econômica, o grau de fragmentação social e a adequação das instituições, três aspectos que interagem. A coesão social pode, portanto, moldar a qualidade e a competência das instituições, algo que, por sua vez, influencia o modo e a possibilidade de as políticas benéficas para as pessoas serem concebidas e aplicadas.⁸⁷

Medidas diretas para corrigir a desigualdade entre grupos

As medidas diretas são normalmente consideradas como medidas de discriminação positiva, o que inclui metas, cotas e tratamento preferencial para melhorar o acesso do grupo discriminado a empregos, bens, serviços, contratos com o governo e representação política. Estas políticas são imediatas, embora por vezes sejam formas controversas de gerir injustiças históricas, uma vez que o impacto a longo prazo é ambíguo—podem ser vistas como perpetuando clivagens sociais, aumentando o estigma e correndo o risco de apropriação indevida de recursos pelas elites e de discriminação inversa. Tais políticas incidem sobre alguns sintomas de discriminação, mas nem sempre são capazes de corrigir os fatores estruturais que impulsionam a desigualdade persistente. Estas medidas funcionam melhor quando políticas mais amplas a favor dos pobres, bem como cláusulas de caducidade, são aplicadas para impedir a discriminação inversa.

Brasil—os números parecem melhores

O Brasil está a tentar reduzir as disparidades raciais⁸⁸ para a sua população afro-brasileira e mestiça que constitui mais de metade dos seus 200 milhões de habitantes, através da implementação de

políticas de discriminação positiva na educação.⁸⁹ Em agosto de 2012, aprovou uma lei determinando cotas para a entrada preferencial de estudantes afro-brasileiros e mestiços, numa razão proporcional ao seu peso na população local (por exemplo, 80 por cento no estado da Bahia, no Nordeste, e 16 por cento em Santa Catarina, no Sul) em 59 universidades federais do país e em 38 institutos técnicos federais. Em 1997, 2,2 por cento dos estudantes de raça negra ou mestiça com idades entre os 18–24 frequentaram universidades; em 2012, foram 11 por cento.⁹⁰ Ao abrigo dessa legislação, o número de vagas reservadas em universidades federais para os brasileiros desfavorecidos também duplicou, tendo passado de 30 000 para 60 000. As instituições de ensino têm usado os objetivos e as cotas para grupos sub-representados, incluindo mulheres e pessoas não brancas, aumentando assim a sua diversidade e criando oportunidades para grupos sub-representados e vulneráveis.

África do Sul—é difícil isolar uma ligação direta

As políticas de emprego que incentivam o recrutamento de candidatos do sexo feminino ou provenientes de minorias têm aumentado a sua participação na força de trabalho da África do Sul. O fim do apartheid deixou para trás um mercado de trabalho racialmente organizado, com empregos qualificados reservados para pessoas brancas e empregos não qualificados para outros grupos, discriminando sistematicamente negros, mulheres e pessoas com deficiência.⁹¹

Perante este cenário, a África do Sul democrática aplicou políticas de discriminação positiva para corrigir a desigualdade no mercado de trabalho. A lei contra a discriminação no acesso ao mercado de trabalho, “Employment Equity Act”, de 1998, ofereceu incentivos às empresas para a contratação, como trabalhadores qualificados, de pessoas de grupos historicamente desfavorecidos. Um estudo de 2009 veio a documentar o êxito na redução do desemprego e da pobreza em empregos qualificados e semi-qualificados.⁹²

Atribuir estas melhorias às políticas de discriminação positiva continua a ser uma ideia contestada. Os críticos argumentam que esses esforços diretos tiveram um impacto meramente residual na redução das disparidades laborais ou salariais e que as melhorias obtidas poderão ser fruto dos esforços globais para melhorar o acesso

Embora não possa existir uma resposta absoluta e única sobre se a discriminação positiva reduz as desigualdades que afetam um determinado grupo, os exemplos demonstram que as políticas proativas podem melhorar as condições para os grupos vulneráveis e em contextos específicos

e a qualidade da educação para os africanos e dos efeitos do crescimento económico acelerado sobre o emprego.⁹³ Porém, ninguém contesta que estes esforços mais amplos e estas iniciativas mais específicas melhoraram, em conjunto, o historial da África do Sul na correção dos desequilíbrios estruturais que afetam a força de trabalho, reduziram o sentimento de injustiça histórica e melhoraram a participação de grupos historicamente excluídos e desfavorecidos.

Malásia—equacionando algumas consequências indesejadas?

Alguns observadores criticaram as medidas diretas por serem desacertadas e sem correspondência com os problemas estruturais mais profundos que precisam de ser abordados.⁹⁴ Por exemplo, as políticas de discriminação positiva a favor dos grupos étnicos malaaios ou Bumiputras (“filhos da terra”), aplicadas na Malásia em relação à população chinesa dominante e à população indiana minoritária, têm melhorado o seu acesso à educação e ao emprego, realizando mais plenamente as suas potencialidades económicas. No entanto, os cidadãos das minorias chinesa e indiana da Malásia, revoltados com cotas de 70 por cento nas admissões às universidades, afluem em número crescente às escolas privadas e estrangeiras, acabando por ficar frequentemente fora do país. Em 2011, cerca de 1 milhão de malaaios deixaram o país, cuja população total é de 29 milhões, pertencendo na sua maior parte à etnia chinesa e muitos sendo altamente instruídos e qualificados.⁹⁵ Cerca de 60 por cento destes emigrantes malaaios invocaram a injustiça social como uma razão importante para a sua saída.

O contexto é essencial

Embora não possa existir uma resposta absoluta e única sobre se a discriminação positiva reduz as desigualdades que afetam um determinado grupo, os exemplos demonstram que as políticas proativas podem melhorar as condições para os grupos vulneráveis e em contextos específicos. Fundamental é que este tipo de medidas diretas não constitua apenas intervenções isoladas, mas faça antes parte intrínseca de um compromisso alargado para melhorar as condições dos mais desfavorecidos e remediar as especificidades da exclusão de determinados grupos. O êxito é mais comum em contextos que se

reforçam mutuamente, em que as intervenções das políticas de coesão são incorporadas em esforços mais amplos em prol dos pobres, sustentadas por incentivos e sanções formais, como as leis, e complementadas por mudanças na opinião pública e nas normas sociais.

Leis e normas: combater a discriminação e influenciar o comportamento

As interações sociais no domínio público estão imbuídas de uma discriminação com raízes históricas, que pode tornar possível o êxito de intervenções de discriminação positiva ou, então, comprometer a sua aplicação.⁹⁶ Isto explica-se pelo facto de as decisões privadas e as políticas públicas serem moldadas por preferências pessoais e societárias, por incentivos materiais e outros estímulos explícitos (leis), e por sanções sociais ou recompensas (normas).⁹⁷

A mudança nas leis e normas também pode encorajar comportamentos desejáveis. A título de exemplo, a defesa pública e as restrições legais foram fundamentais nos Estados Unidos para mudar as normas e reduzir o consumo de tabaco. Da mesma forma, a promoção de práticas de higiene, tais como lavar as mãos e usar mosquiteiros para reduzir a transmissão da malária, ajudou a melhorar a saúde pública. Estratégias de marketing social destinadas à mudança comportamental—através de publicidade, marketing e comunicação do sector privado—têm levado cada vez mais a vitórias em matéria de saúde pública provocando mudanças no comportamento individual e de grupo.

Campanhas e mensagens baseadas na norma visam alterar a perceção das pessoas sobre o que constituem comportamentos ou valores “aceitáveis” ou “desejáveis” entre seus pares.⁹⁸ Podem determinar a legitimidade e a eficácia de intervenções políticas, tornando-as amplas e credíveis, especialmente quando procuram desafiar hierarquias existentes e alterar relações de poder.⁹⁹ Prestar atenção aos valores públicos é indispensável para garantir a eficácia e a sustentabilidade da mudança social.

Abordagem de conflitos violentos, transformando as normas e alargando os esforços de inclusão

Aproveitando as lições de países em conflito, a comunidade internacional tem tentado integrar intervenções de segurança e desenvolvimento, a fim

de reforçar a segurança da comunidade através da coesão social. Uma vasta gama de intervenientes estatais e da sociedade civil desenvolve coletivamente respostas coordenadas a ameaças ao nível da comunidade e constrói um ambiente propício a nível nacional. Estas abordagens da coesão social e segurança comunitária destacam um maior compromisso participativo e uma melhor prestação de serviços, reduzindo a exclusão social através do reforço das relações entre grupos sociais e fortalecendo a governação democrática.¹⁰⁰

No município de Santa Lucia, na Guatemala, uma comissão para a segurança dos cidadãos coordenou um plano de ação que proibiu armas em bares, exerceu controlo sobre a venda de álcool, melhorou a iluminação pública, introduziu policiamento comunitário, recuperou espaços públicos e fez face ao problema da mendicidade e dos sem-abrigo. No espaço de dois anos, a taxa de homicídios caiu de 80 para menos de 50 por cada 100 000 pessoas. Com base neste êxito, uma nova lei nacional estabeleceu um conselho nacional de segurança para coordenar a reforma do setor da segurança e mandar o desenvolvimento de planos de segurança dos cidadãos em cada município. Da mesma forma, o projeto “Comunidades Mais Seguras”, na Croácia, foi o piloto de uma abordagem que identificou a falta de opções de lazer para os jovens como uma das causas da falta de segurança. Um antigo parque infantil foi remodelado como um local de encontro para os jovens, integrando um parque de skate e recintos de atividades. Numa comunidade muito dividida de pós-conflito entre croatas e sérvios, esta infraestrutura tornou-se um local de encontro para os jovens de ambos os lados e tem ajudado a construir pontes entre estas comunidades em confronto.¹⁰¹

Mediação pela sociedade civil com os Estados e os mercados

As pessoas mobilizam-se, mesmo perante desafios intransponíveis e desigualdades enraizadas, para melhorar situações e tornar as instituições sociais mais adequadas às suas necessidades. A sociedade civil tem sido eficaz na responsabilização política dos Estados pelo desenvolvimento a favor dos pobres. Contudo, isso só é possível quando há oportunidades para a participação, com transparência e responsabilização. Uma avaliação empírica de 96 países sugere que os regimes políticos participativos têm uma mediação mais eficaz dos

conflitos sociais e encorajam o estabelecimento de compromissos entre grupos de cidadãos. A referida avaliação defende que “A democracia torna-nos menos egoístas e reforça o espírito cívico”.¹⁰² Um outro estudo econométrico de 82 países desenvolvidos e em desenvolvimento concluiu que a capacidade do Estado para empreender uma ação política eficaz não é apenas uma questão de competência tecnocrática e vontade política.¹⁰³ O espaço político para a ação pública decisiva é também muito influenciado por conflitos e clivagens sociais. Estas clivagens sociais podem levar a diferentes níveis de confiança nas instituições públicas e influenciar o seu desempenho.

Os indivíduos podem exercer maior pressão através da sua mobilização em grupos—os agrupamentos de produtores, as associações de trabalhadores ou os movimentos sociais. Podem enveredar pela ação coletiva e negociar de forma mais eficaz nos mercados, com as suas entidades patronais ou com o Estado. Frequentemente, os grupos economicamente vulneráveis organizam-se coletivamente—seja como empresas, pequenos agricultores, pastores ou pescadores. Desta forma, podem promover produtos de comércio equitativo ou apoiar movimentos cooperativos para produtores locais. Neste momento, novas formas de ação coletiva e novas energias cívicas interagem politicamente a nível local, com vista a processos de orçamento participativos em Porto Alegre, Brasil, com vista à lei do direito à informação, na Índia, e com vista a auditorias sociais, que aumentam a transparência e a responsabilização das autoridades locais pela disponibilização de fundos públicos para regimes de ajuda de emergência.

A forma como a sociedade

A forma como a sociedade civil influencia políticas e resultados a favor das populações é um aspeto fundamental da interação da sociedade civil-Estado. O Brasil enveredou pelo desenvolvimento e pela consolidação democrática, tendo como cenário a desigualdade e as clivagens étnicas e raciais. O governo aplicou uma combinação de intervenções políticas destinadas a impulsionar o mercado de trabalho, a ter em conta a despesa pública e as transferências de rendimento, a expandir o ensino primário universal e a corrigir disparidades de género e raciais. A mortalidade infantil desceu quase para metade entre 1996 e 2006, e a proporcão de meninas na escola primária

Campanhas e mensagens baseadas na norma visam alterar a perceção das pessoas sobre o que constituem comportamentos ou valores “aceitáveis” ou “desejáveis”

aumentou de 83 por cento para 95 por cento entre 1991 e 2004. Os esforços do Brasil para reduzir as suas desigualdades de longa data, promovendo a redistribuição de rendimentos e o acesso universal à educação, saúde, abastecimento de água e serviços de saneamento, melhoraram também a nutrição infantil, resultando numa grande redução das crianças com atraso no crescimento entre os 20 por cento mais pobres da população.¹⁰⁴

Desde o início destes esforços, a sociedade civil do Brasil permaneceu autónoma em relação aos partidos políticos, tendo fomentado um conjunto de instituições e processos participativos que têm influência na política pública e responsabilizam o aparelho do Estado pelos resultados locais. No âmbito do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Brasil, ou MST, as cooperativas organizaram comunidades em terras expropriadas para cerca de um milhão de famílias, com centenas de escolas construídas pelo MST e permitindo que dezenas de milhar de pessoas aprendessem a ler e a escrever.¹⁰⁵ O apoio do MST foi essencial para colocar o Partido dos Trabalhadores no poder, em 2002, o que conduziu a um maior investimento nos serviços básicos e nas transferências de rendimento e expandiu o acesso à educação. Entre 2001 e 2007, os seis decimais mais pobres e que anteriormente representavam 18 por cento dos rendimentos passaram a representar 40 por cento do crescimento total do rendimento, tendo o coeficiente de Gini da desigualdade caído de 0,59 em 2001 para 0,53 em 2007.¹⁰⁶

No Bangladeche, a sociedade civil cresceu ao longo das décadas, tornando-se num dos maiores sectores de organizações não-governamentais do mundo, em resposta aos inúmeros desafios do país, incluindo as suas frequentes catástrofes naturais. As organizações não-governamentais encontraram um nicho na brecha entre a sociedade e o Estado, visando promover o bem-estar das pessoas através de iniciativas populares. Servem igualmente como mecanismos de prestação de serviços importantes e como parceiros responsáveis pela execução, especialmente no caso de situações de catástrofes e devastação ambientais, e de programas que vão desde a ajuda de emergência e reabilitação ao financiamento por microcrédito para empoderamento das mulheres. Se bem que a expansão da sociedade civil no Bangladeche reflita a realidade vivida no terreno, também levanta questões sobre as ligações com a sociedade

política e com o Estado. Enquanto os recursos utilizados na criação de instituições do Estado mais eficientes e sustentáveis continuam insuficientes, a sociedade civil tem evoluído mais rapidamente e com maior capacidade e alcance do que as instituições formais responsáveis pela prestação e distribuição de serviços. Até que essas instituições sejam igualmente revitalizadas e dinamizadas, o sector das organizações não-governamentais no Bangladeche continuará a ser um recurso de capacidade indispensável para consolidar a resiliência social.

Ainda assim, ao ir além da mobilização local e comunitária, é necessário examinar o impacto agregado que a sociedade civil e o ativismo público podem ter nas instituições governamentais de um país e no seu desempenho em termos de desenvolvimento global. Este ponto levanta importantes observações sobre a forma como as experiências de mobilização social, a nível local e micro, podem ser ampliadas em termos de impacto, e como estas se relacionam com as questões de nível macro.¹⁰⁷ Avaliações de experiências de mobilização social destacam a discrepância entre estas iniciativas, em grande parte de carácter local, e o seu impacto num desenvolvimento mais amplo. Deste modo, é necessária uma avaliação cuidadosa das barreiras que, a nível nacional, se opõem a um substancial aumento de escala e um desenvolvimento de modelos novos e criativos de participação cívica e de mobilização social, tais como empresas sociais que envolvam os mais pobres como investidores e acionistas.¹⁰⁸

A sociedade civil e uma mobilização social mais ampla podem fazer-se ouvir para reclamar direitos intrínsecos e promover políticas e ações públicas de carácter progressista. A sua resiliência pode ser promovida por Estados que criem um ambiente e espaço propícios a uma sociedade civil vibrante e empenhada. A sociedade civil não pode nem deve substituir as instituições do Estado. No entanto, uma relação positiva e simbiótica entre ambas representa um grande contributo para o seu fortalecimento. A participação cívica é, portanto, um fator determinante importante e indispensável para estimular as instituições sociais formais e informais a responderem às necessidades e solicitações públicas, tornando-as equitativas e eficientes na sua resposta às situações de vulnerabilidade.

Melhoria das capacidades tendo em vista a preparação da sociedade para enfrentar as crises e recuperar das mesmas

Os enquadramentos físicos e sociais em que as comunidades existem e procuram prosperar vivem sob o signo da complexidade e da imprevisibilidade. Apesar do conhecimento disponível sobre as falhas da crosta terrestre, a frequência e a intensidade dos riscos geofísicos continuam largamente imprevisíveis, e as alterações climáticas evidenciam o modo como partes do mundo, anteriormente consideradas seguras, estão à mercê dos efeitos destrutivos dos riscos meteorológicos. Independentemente da eficácia das políticas de redução das vulnerabilidades existentes, riscos súbitos terão lugar, incluindo catástrofes com baixa probabilidade de ocorrência, mas de elevado impacto, como o terramoto de 2010, no Haiti. Como a Primavera Árabe evidenciou, mesmo um profundo conhecimento dos fatores que podem desencadear agitação social e conflitos violentos numa determinada sociedade não é garantia de que um conflito violento possa sempre ser previsto e prevenido. Choques desta envergadura podem ter consequências inevitáveis e potencialmente destrutivas para o progresso do desenvolvimento humano e para a resiliência de países, comunidades, famílias e indivíduos.

As vulnerabilidades são expostas pelos choques ocorridos e pelas condições subjacentes. Embora seja natural responder a uma crise quando ocorre um choque, há igualmente a necessidade de acompanhamento da situação através do desenvolvimento de uma resposta mais abrangente a crises futuras. As políticas no sentido de prevenir, responder e recuperar em matéria de crises devem tornar-se parte integrante das políticas e estratégias de desenvolvimento humano, especialmente em ambientes de não crise, em vez de dependerem da ajuda de emergência ad hoc às comunidades afetadas. Quando as políticas são orientadas para a resposta de emergência, a mitigação pode ser descurada e os choques podem ressurgir com maior potencial de impacto e maiores custos subsequentes de proteção. Os esforços de resposta em situação de emergência são importantes e necessários, mas os esforços abrangentes para capacitar as comunidades no sentido de uma melhor preparação e recuperação de choques e crises constituem um alicerce fundamental da resiliência.

Redução do risco de catástrofes e resposta posterior

As catástrofes naturais expõem e exacerbam as vulnerabilidades, como a pobreza, a desigualdade, a degradação ambiental e a má governação. Os países e as comunidades com um baixo nível de preparação, sem conhecimento dos riscos e com capacidade preventiva mínima são aqueles que sofrem muito mais severamente o impacto das catástrofes. Os países pobres tendem também a sofrer desproporcionalmente com estes impactos. Nos últimos 20 anos, pelo menos 1,3 milhões de pessoas perderam a vida e 4,4 mil milhões foram afetadas por catástrofes que custaram à economia mundial pelo menos 2 milhões de milhões de dólares.¹⁰⁹ No entanto, a perda de vidas devido a catástrofes naturais diminuiu devido aos sistemas de alerta precoce e de resposta. Por exemplo, um violento ciclone no Bangladeche, em 1991, causou cerca de 140 000 mortes, enquanto um ciclone de magnitude semelhante, em 2007, matou 4 234 pessoas. A redução do número de mortes relacionadas com o ciclone foi alcançada principalmente pela melhoria dos sistemas de alerta precoce, pelo desenvolvimento de abrigos e planos de evacuação, pela construção de aterros costeiros, pela manutenção e melhoramento da cobertura de floresta costeira e pelas ações de sensibilização ao nível da comunidade.¹¹⁰

São necessários maiores esforços para reforçar os sistemas de alerta precoce nacionais e regionais. Os principais domínios de ação, identificados na Segunda Conferência sobre Alerta Precoce, em 2003, foram: uma melhor integração do alerta precoce em processos de desenvolvimento e políticas públicas; melhor disponibilização de dados para a investigação, previsão e gestão de riscos em diferentes escalas temporais; melhor capacidade e robustez dos sistemas de alerta precoce, particularmente nos países em desenvolvimento; desenvolvimento de sistemas de alerta precoce centrados nas pessoas e programas de resposta à ocorrência de catástrofes.¹¹¹ A cooperação regional, em especial em matéria de alerta precoce, pode ser altamente eficaz, uma vez que as catástrofes naturais, muitas vezes, afetam simultaneamente vários países. O alerta precoce é um importante elemento de redução do risco em situações de catástrofe. Salva vidas e reduz as perdas económicas e materiais decorrentes de catástrofes. O Quadro de Ação de Hyogo destaca a importância de mecanismos de alerta precoce a nível local, nacional e regional,

As vulnerabilidades são expostas pelos choques ocorridos e pelas condições subjacentes

em condições de fornecerem avisos de perigo em tempo real, que sejam compreensíveis e contenham indicações claras para ações de resposta, e estabeleça ainda compromissos inequívocos neste sentido.

Independentemente do grau de preparação de um país e da qualidade das suas políticas, as catástrofes acontecem, muitas vezes com consequências inevitáveis e altamente destrutivas. Neste contexto, o principal objetivo é a reconstrução, ao mesmo tempo que se aumenta a resiliência social, material e institucional. As ações de resposta a fenómenos meteorológicos de extrema violência têm sido dificultadas por instituições fracas e por conflitos. A primeira resposta a qualquer crise é inevitavelmente de carácter humanitário. O método de prestação da ajuda humanitária é importante porque estabelece as bases para a transição rumo à reabilitação e à restauração a longo prazo. Uma abordagem atempada em termos de recuperação precisa de congregar as principais vertentes das respostas humanitárias e de desenvolvimento, assegurando que a estratégia de resposta consegue satisfazer as necessidades iniciais, sem comprometer as necessidades, a mais longo prazo, de capacidade e resposta do Estado.

Da resiliência de um país faz parte a sua capacidade de recuperar rapidamente e em boas condições dos efeitos das catástrofes. Tal implica gerir os efeitos imediatos das calamidades, bem como implementar medidas específicas para evitar maiores consequências socioeconómicas. As sociedades mal preparadas para gerir situações de choque incorrem muitas vezes em perdas e prejuízos que vêm a ser muito mais extensos e prolongados. Por exemplo, o sismo no Haiti custou o equivalente a 120 por cento do PIB do Haiti, fazendo retroceder décadas de investimentos em desenvolvimento.¹¹² Contudo, nem esta imagem transmite toda a profundidade do impacto, nem o período de tempo necessário para uma recuperação total. Quando a recuperação é um processo parcial e não orientado no sentido de aumentar a resiliência, o impacto da catástrofe pode ser duradouro e ter efeitos persistentes sobre gerações inteiras.

A resiliência tem a ver com a transformação das estruturas e sistemas que perpetuam a fragilidade e comprometem a resiliência. Os choques externos podem, por vezes, servir de incentivo para iniciar esta transformação. Tal pode exigir a integração de medidas de preparação e recuperação na legislação, políticas e mecanismos institucionais por forma a permitir uma boa resposta do país ou comunidade. Estas medidas, quando apoiadas por orçamentos e

recursos, permitem ter em conta a preocupação com a redução de riscos em cada nível do processo de desenvolvimento, desde a comunidade até ao governo nacional. Deste modo, a redução do risco de catástrofes não constitui uma despesa adicional, um suplemento, mas sim uma componente nuclear incorporada no desenvolvimento logo desde o início.

Prevenção de conflitos e recuperação

Uma estratégia eficaz para aumentar a resiliência em áreas afetadas por conflitos e para prevenir a ocorrência destes é reforçar a coesão social. Porém, a construção da coesão social em países propensos a conflitos, ou em comunidades em recuperação de situações de conflito, é um desafio particularmente estimulante. A fragmentação social pode ser elevada, os meios de subsistência podem estar ameaçados e as instituições estão muitas vezes fragilizadas e mal equipadas para conceber e aplicar políticas que reduzam as divisões (ver caixa 4.4). Dito isto, países tão diversos como a Bolívia, o Quênia, o Nepal, o Peru, o Quirguizistão, Timor-Leste e Togo—têm investido em medidas para criar confiança, colaborar e promover o diálogo através de intermediários credíveis e de “infraestruturas para a paz”. Estas medidas deram origem a resultados positivos, incluindo votações pacíficas, menos conflitos relacionados com a posse de terra e de recursos naturais, bem como o apaziguamento de tensões entre grupos.¹¹³

Os esforços para construir a coesão social variam de acordo com o contexto e as circunstâncias nacionais, mas existem quatro elementos que podem ser identificados como comuns:

- *Aumentar a consciência da opinião pública e o acesso à informação.* Podem ser feitos esforços para aumentar as posições públicas a favor da paz, do desenvolvimento e de políticas menos beligerantes. Em 2006, a Guiana teve as primeiras eleições nacionais livres de violência desde a sua independência. Fundamental para este resultado foi o Programa de Coesão Social, implementado em 2002 em resposta à violência do passado.¹¹⁴ O programa baseou-se num debate nacional em torno da governação, tendo este sido conduzido pelo presidente, com esforços sistemáticos ao nível da comunidade para melhorar as relações interétnicas e uma campanha pública sistemática, visando a criação de um sentimento de identidade nacional mais forte

Quando a recuperação é um processo parcial e não orientado no sentido de aumentar a resiliência, o impacto da catástrofe pode ser duradouro e ter efeitos persistentes sobre gerações inteiras

e mais pacífico. Posteriormente, as eleições de 2011 também foram pacíficas.

- *Intermediários internos e mediadores com credibilidade.* Organismos objetivos e independentes podem estabelecer e consolidar a confiança entre grupos ou setores em conflito ou polarizados, facilitando o consenso sobre questões específicas de importância nacional. Em ambas as eleições nacionais no Gana, em 2008 e 2012, houve um papel ativo do Conselho Nacional da Paz, um organismo criado em 2006 para funcionar como plataforma autónoma, numa perspectiva de facilitar o diálogo e promover a mediação em conflitos sobre política e identidade e também para apoiar eleições pacíficas. Esta missão foi reconhecida publicamente por todos os líderes no país e na região pela Rede da África Ocidental para a Construção da Paz.

Mais recentemente, a Tunísia tem procurado gerir a sua transição pós-Primavera Árabe. A violência política esporádica não inflamou mais tensões e os partidos seculares e islâmicos encontraram formas de trabalharem juntos no âmbito de um quadro político pluralista. Um fator importante nesta transição tem sido o serviço prestado pela União Geral dos Trabalhadores da Tunísia que tem atuado como intermediário. Fundado em 1948, e com um alcance profundo em todos os segmentos da sociedade tunisina, o sindicato tem usado a sua posição para orientar o discurso político, afastando-o do conflito e encaminhando-o para os desafios sociais e económicos.

- *Comités locais e grupos de cidadãos.* Os grupos constituídos na comunidade podem contribuir para a formação de confiança a nível local, ajudando a impedir o conflito. Quer na Guiana, quer na Tunísia, foram os grupos de cidadãos que proporcionaram monitores e mediadores para ajudar a construir a confiança e aliviar as tensões antes de questões maiores eclodirem e inquinarem o processo político. O Conselho Nacional para a Paz do Gana está formalmente associado, através de legislação, a organismos similares ao nível regional e distrital. No Iémen, as organizações juvenis têm feito a ligação entre os jovens, têm dado apoio social na procura de emprego, na gestão dos problemas financeiros e na organização de atividades na comunidade. A participação ajudou a construir a coesão social, tendo inculcido hábitos de cooperação, solidariedade e civismo.¹¹⁵
- *Reconstruir meios de subsistência.* A experiência tem demonstrado que o apoio aos meios de

subsistência e à recuperação económica pode promover a coesão social. O apoio aos meios de subsistência permite que as comunidades e os indivíduos afetados recuperem a curto prazo, tornando-os mais resilientes aos desafios de futuras crises. A existência de oportunidades de emprego pode criar um sentimento de confiança que é extremamente necessário em zonas de conflito. A análise transnacional da Europa e da América Latina sugere que o emprego pode dar origem à confiança nos outros e nas instituições. As comunidades em situações de crise e pós-crise enfrentam uma série de desafios económicos e sociais, incluindo, por vezes, a reintegração a curto prazo dos ex-combatentes na sequência de um conflito armado e dos deslocados internos e refugiados. Recriar oportunidades de emprego e meios de subsistência pode ajudar a estabilizar as comunidades e a evitar um subsequente retorno à violência.

Os esforços para fortalecer a coesão social não têm qualquer reflexo substancial no processo de construção da paz no pós-conflito, sendo a maior parte do investimento canalizado para realização de eleições ou criação dos requisitos físicos para a recuperação económica. Por mais essenciais que estes investimentos sejam, a resolução pacífica de crises e conflitos futuros exigirá capacidades sistemáticas de colaboração—e uma nova cultura política—entre grupos políticos que estão habituados a promover os seus interesses através do conflito e do impasse em vez da negociação. A crescente importância conferida a processos de diálogo nacional é uma mudança positiva neste sentido. No entanto, são necessários investimentos consideráveis no domínio da coesão social, com procedimentos sistemáticos de acompanhamento e avaliação de impacto, de modo a sustentar estes ganhos iniciais.

* * *

Tal como a maior parte da sua análise e dados, as recomendações políticas do presente capítulo, por mais importantes que sejam, destinam-se, na sua totalidade, aos governos nacionais. Porém, como se tem visto frequentemente, muitas ameaças e perigos ultrapassam as fronteiras nacionais. Chegou o momento de garantir o alinhamento dos esforços nacionais e internacionais, fazendo com que governos e organismos internacionais trabalhem melhor em conjunto, num compromisso de apoio mútuo para reduzir vulnerabilidades.

As oportunidades de emprego e os meios de subsistência podem ajudar a estabilizar as comunidades e a evitar um subsequente retorno à violência

“A diferença entre o que fazemos e o que somos capazes de fazer bastaria para solucionar a maioria dos problemas do mundo.”

Mahatma Gandhi

“Seguir um caminho completamente novo é difícil, mas não mais difícil do que perpetuar uma situação que não potencie a plenitude da mulher”

Maya Angelou

5.

Aprofundar o progresso: bens globais e ação coletiva



O presente capítulo centra-se nos aspetos mundiais da vulnerabilidade e na sua relação com as vulnerabilidades a nível nacional, comunitário e individuais. Chama a atenção para as manifestações de vulnerabilidade que acompanham a interdependência mais ampla e profunda. Advoga que muito mais pode ser feito para que a globalização seja benéfica para as populações.

A globalização, tal como hoje existe não é suficientemente benéfica para as populações e, nalguns casos, a integração produz novas vulnerabilidades. Vejam-se as disparidades crónicas verificadas nas dimensões do desenvolvimento humano em todo o mundo, a percentagem extremamente elevada de pessoas com empregos vulneráveis nalgumas regiões e os choques imprevisíveis que podem ter alcance global, como as pandemias, as catástrofes naturais, os conflitos armados e a instabilidade financeira. A globalização pode ter gerado numerosos vencedores e produzido ganhos gerais. As ligações internacionais e os acordos multilaterais podem promover a partilha de conhecimentos e a assistência mútua e, em muitos casos, aumentar a resiliência. A densa rede global de instituições e relações característica do mundo atual pode ser aproveitada para fomentar a resiliência. Porém, nem todas as pessoas conseguiram fazer ouvir a sua voz ou dispor dos recursos para influenciar o sentido da mudança ou beneficiar da integração global, e as ações multilaterais têm sido lentas na resposta aos crescentes desafios do mundo.

Hoje, um número crescente de inseguranças exige uma ação coletiva a nível mundial e regional. Os sistemas financeiros podem ser mais bem regulamentados. As negociações comerciais podem ser desbloqueadas. Os mercados podem ser sujeitos a códigos e normas. As alterações climáticas podem ser mitigadas. Estão em curso processos para a construção de sistemas mais resilientes, contudo, a provisão de bens públicos importantes pode ser melhorada, e os sistemas de governação mundial aperfeiçoados.

Este capítulo aborda a geração de novas vulnerabilidades que a integração mundial provoca, a par das novas oportunidades de reforço do desenvolvimento humano e da resiliência. Salienta as semelhanças entre as vulnerabilidades emergentes, como a carência de bens públicos (incluindo a proteção social universal e um regime climático

eficaz), e as deficiências na estrutura da governação mundial, que permitem ameaças como a volatilidade financeira excessiva. Aborda igualmente as iniciativas mundiais em curso e contribui para a discussão da agenda pós-2015, enumerando os tipos de bens públicos que podem melhorar a capacidade dos países e das populações para fazer face a acontecimentos adversos, bem como o tipo de melhorias na governação que permitam reduzir a probabilidade e o impacto dos choques.

Todas elas ligadas ao alargamento da margem de manobra política dos governos nacionais, de molde a tornarem os respetivos países e populações mais resilientes. A mensagem geral é a de que uma maior resiliência sistémica exige um compromisso internacional para o fornecimento de bens públicos, que contribuam para que as populações sejam mais seguras, conseguidos através de uma ação coletiva por parte de indivíduos, comunidades e Estados.

Vulnerabilidades transnacionais e aspetos comuns

A integração transnacional dos sistemas comercial, financeiro, migratório e de comunicação tem vindo a sustentar os progressos em matéria de desenvolvimento humano, oferecendo oportunidades de entrada nos mercados globais, de inovação através da partilha de conhecimentos e de tecnologia, e de acesso a redes transnacionais. A conexão das populações e a partilha de recursos e capacidades mundiais grangeia enormes oportunidades de reforço da resiliência por parte dos indivíduos, dos países e do mundo. Contudo, os riscos transnacionais parecem estar a intensificar-se. Os capítulos 1 e 2 alertam para as tendências mundiais que, a longo prazo, poderão minar o progresso humano—desde a alteração dos padrões atmosféricos e do aumento da frequência e intensidade das catástrofes naturais ao

O âmbito e a escala da conectividade e das inseguranças conexas tem vindo a aumentar, e as ameaças de contágio a nível mundial são uma realidade. O espaço de manobra da política nacional para melhorar a capacidade de resposta é cada vez mais restrito

alastramento dos conflitos e das doenças transmissíveis e à volatilidade dos preços dos ativos financeiros, dos preços dos produtos de base e dos fluxos de capital. O capítulo 2 chama a atenção para o facto de a volatilidade dos preços dos alimentos e a volatilidade financeira ameaça-rem os meios e sobrevivência das populações e minarem a coesão social.

Cada uma dessas ameaças é única, contudo, partilham alguns aspetos comuns, cuja compreensão pode nortear a ação coletiva com vista a soluções eficientes e eficazes. O âmbito e a escala da conectividade e das inseguranças conexas tem vindo a aumentar, e as ameaças de contágio a nível mundial são uma realidade. O espaço de manobra da política nacional para melhorar a capacidade de resposta é cada vez mais restrito. Os sistemas globais comprometem igualmente as capacidades individuais. As causas subjacentes à maioria das vulnerabilidades transnacionais são a escassez de bens públicos e as falhas ao nível da governação interna. Bens públicos e políticas e instituições adequadas podem fazer pender a balança para o lado de uma maior resiliência.

Ameaças crescentes

Aceleração do ritmo das conexões e inseguranças. A integração transnacional e ameaças conexas não são novas, mas têm vindo a sofrer uma aceleração. Os seres humanos sempre foram vulneráveis à propagação das doenças. No século XIV, caravanas e navios mercantes levaram a peste negra a todos os continentes, causando enormes perdas de vidas em toda a Ásia e Europa. Porém, o ritmo da transmissão aumentou drasticamente, sendo a aviação o jacto responsável pela propagação da gripe aviária em todo o mundo, no espaço de horas.

Há muito que o mundo se caracteriza também pelas ligações económicas, políticas e sociais mundiais e regionais, hoje conhecidas pelo termo «globalização». No entanto, esta conectividade mundial tem sofrido uma aceleração nos últimos anos. Entre 1999 e 2012, o rácio do comércio mundial em relação ao PIB aumentou de 37 por cento para 51 por cento.¹ Entre 2000 e 2013, o número de migrantes internacionais aumentou de 175 a 232 milhões.² Os fluxos financeiros entre os países aumentaram de 31 por cento da totalidade dos fluxos, em 1970, para mais de 180 por cento, em 2007.³ As bolsas de valores operam 24 horas

por dia, cinco dias por semana, e as transações foram, em média, de 5,3 milhões de milhões de dólares por dia em abril de 2013.⁴ A produção de muitos bens e serviços estende-se por vários continentes em cadeias de valor integradas a nível mundial. As redes sociais, como o Facebook e o Twitter, aumentam o potencial de alargamento dos espaços sociais entre regiões geográficas mais amplas.

Estas tendências têm trazido benefícios e oportunidades importantes para muitos. Porém, em domínios que vão desde as finanças à segurança e ao meio ambiente, o ritmo e a escala da conectividade não foram acompanhados por medidas destinadas a reduzir as vulnerabilidades emergentes, com vista a evitar choques, melhorar as capacidades e proteger as escolhas das pessoas. Por exemplo, a integração da produção em cadeias de valor mundiais gerou o tão necessário emprego, contudo, a concorrência para atrair investimentos pode acarretar o risco de se nivelar por baixo a regulamentação laboral e ambiental (caixa 5.1).

Riscos de contágio. Os choques—e mesmo as mudanças políticas—num país podem ter alcance mundial e uma relação direta com as capacidades e escolhas individuais, comprometendo potencialmente a evolução do desenvolvimento em comunidades e países distantes. Em 2008, o colapso de um banco em Nova Iorque, desencadeou uma crise financeira global. Em 2010, um vulcão na Islândia interrompeu as viagens aéreas na Europa e deixou produtos frescos a apodrecer na América Latina e em África, custando ao Quênia 5 000 postos de trabalho agrícolas e 1,3 milhões de dólares por dia só no setor das flores.⁵ Em 2011, um tsunami ao largo do Japão cortou o fornecimento de componentes automóveis a fabricantes de automóveis dos Estados Unidos, agravando a insegurança do emprego decorrente da recessão para milhares de trabalhadores.⁶ Em 2012, os conflitos na República Democrática do Congo, Mali, Sudão do Sul, Sudão e República Árabe da Síria forçaram 1,1 milhões de refugiados a deslocar-se para países vizinhos.⁷ Em 2013, o colapso de um prédio em Bangladeche desencadeou protestos civis contra grandes armazéns da Europa e da América do Norte.

Uma margem de manobra política limitada. A integração mundial pode diminuir a margem de manobra política e restringir as capacidades nacionais para fazer face à vulnerabilidade. As

Cadeias de valor mundiais—prós e contras

Os processos de produção tornaram-se altamente dispersos e fragmentados ao longo de cadeias de valor mundiais. Para muitos produtos, o fornecimento de matérias-primas, a produção de componentes, a montagem, comercialização e entrega de produtos acabados ocorre em diferentes países, muitas vezes em diferentes regiões do mundo. Hoje, o comércio de bens e serviços intermediários é responsável por cerca de 60 por cento do comércio mundial, ou seja 20 milhões de milhões de dólares.¹ Os países que participam nestes processos têm benefícios ao nível do emprego, das exportações e do investimento direto estrangeiro, o que pode fornecer-lhes os capitais e as tecnologias tão necessários, e aumentar assim a resiliência. No entanto, estas ligações são complexas e podem igualmente surgir novas vulnerabilidades.

Benefícios agradáveis, caso seja possível obtê-los

As cadeias de valor mundiais podem suscitar problemas de distribuição relacionados com os salários, os lucros e o número de postos de trabalho. Um estudo da cadeia de valor do iPod da Apple conclui que a maioria dos postos de trabalho necessários se situavam na Ásia, enquanto o maior volume salarial é pago nos Estados Unidos. Em 2006, a China foi responsável por 30 por cento dos postos de trabalho relacionados com o iPod, porém, os trabalhadores chineses levaram para casa apenas 3 por cento dos rendimentos auferidos pelos trabalhadores que trabalharam nesse produto.²

A partilha dos lucros e os custos dos fatores de produção relativos ao iPhone apresentam um padrão semelhante. Os dados disponíveis a partir de 2010 mostram que a Apple é, de longe, o maior beneficiário da produção do iPhone. A mão-de-obra chinesa, embora beneficie do acesso ao emprego, auferir menos de 2 por cento do valor final da venda (ver figura).³

Trabalho perigoso mal remunerado

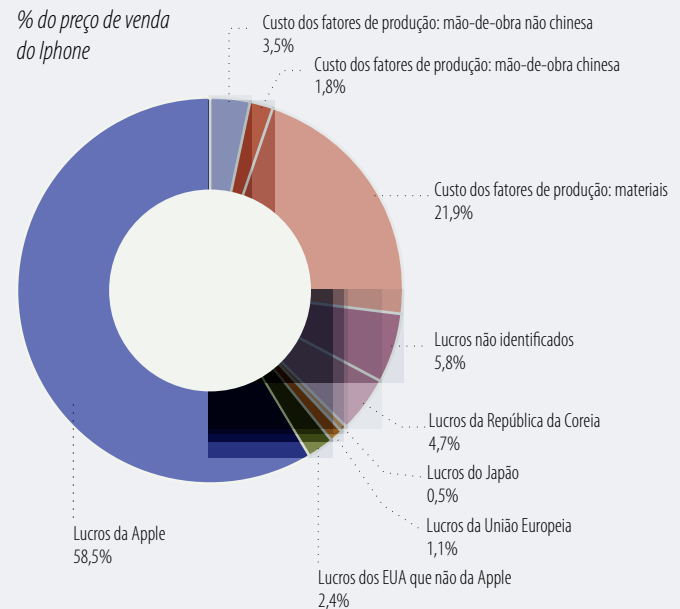
As más condições de trabalho são uma realidade para muitos trabalhadores que não fazem parte de cadeias de abastecimento globais, mas as pressões competitivas nos sistemas de produção mundiais podem exacerbar as condições precárias, especialmente para os trabalhadores menos qualificados. Embora alguns trabalhadores possam beneficiar de empregos formais em empresas multinacionais, a economia das cadeias de valor tem incentivado a existência de contratantes externalizados que fornecem trabalhadores flexíveis a baixo custo, por vezes, até mesmo através de meios coercitivos. Nos piores dos casos, esses trabalhadores são vítimas de servidão por dívida e de tráfico de seres humanos.⁴

Compreensivelmente, os governos pretendem incentivar o investimento privado e a criação de emprego, contudo, nesse processo, tendem a dar à indústria rédea livre, através da desregulamentação, da privatização, de incentivos financeiros e de uma aplicação laxista da legislação. Os Estados podem, pois, ver-se em posição difícil, caso apenas consigam atrair investimento e aumentar o emprego por via de legislação laboral ou ambiental menos estrita, o

que acarreta o risco de um nivelamento por baixo a nível mundial. Com efeito, existem provas de que, durante as décadas de 1980 e 1990, a aplicação das leis laborais em todos os países foi menor, como resposta à concorrência para atrair investimento direto estrangeiro.⁵ Numerosas empresas multinacionais estrangeiras possuem códigos de conduta, no entanto, estes abrangem, principalmente, as suas próprias filiais e sucursais, mas nem sempre os seus fornecedores de segunda linha ou outros.⁶

A postura negligente de governos e empresas é agora posta em causa pelo jornalismo de investigação, pelos defensores da sociedade civil e pela reação adversa dos consumidores. Na indústria de vestuário, os grupos da sociedade civil e os sindicatos têm desafiado com êxito o setor empresarial a melhorar a governação das suas cadeias de abastecimento: Por exemplo, mais de 150 retalhistas assinaram o acordo sobre Construção Segura contra Incêndios, no Bangladesh, um acordo juridicamente vinculativo, aprovado em 2013.⁷

Quem beneficia com os iPhones?



Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em Kraemer, Linden e Dedrick (2011).

Notas

1. CNUCED 2013. 2. Calculado com base nos tabelas 2 e 3 em Linden, Kraemer e Dedrick (2011). 3. Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em Kraemer, Linden e Dedrick (2011). 4. Barrientos 2013. 5. Davies e Vadhnamanni 2013. 6. CNUCED 2012a. 7. A Bangladesh Accord Foundation 2013.

pressões competitivas internacionais podem restringir as escolhas dos governos, dificultando a criação e proteção de postos de trabalho ou a educação, a saúde e a proteção social universais. É possível que, nas décadas de 1950 e 1960, os Estados tenham visado o pleno emprego, mas hoje limitam muitas vezes a sua ambição ao subsídio de desemprego, que, embora importante, oferece muito menos estabilidade social. No

quadro da agenda pós-2015, os acordos coletivos em matéria de emprego, serviços sociais e proteção social poderão alargar a margem de manobra política nacional e empoderar os governos, permitindo que adotem as políticas de redução da vulnerabilidade recomendadas no capítulo 4.

Exposição mundial. Os meios de subsistência, a segurança e o bem-estar pessoais encontram-se

Migração internacional

Os migrantes contam-se entre as populações mais vulneráveis a uma miríade de riscos e obstáculos. Em 2013, 232 milhões de pessoas viviam fora do seu país natal.¹ Em países desenvolvidos e em desenvolvimento, os trabalhadores migrantes, especialmente aqueles que não possuem documentos, encontram-se em situação de vulnerabilidade. Podem estar excluídos das habituais proteções laborais e proibidos de aderir a sindicatos locais. Podem não ter acesso a programas de proteção social que proporcionem proteção contra as vicissitudes do mercado de trabalho. Podem ainda ser vítimas de discriminação racial, étnica e religiosa e de exclusão social.

O próprio processo de migração está repleto de riscos. Considerem-se os 300 imigrantes eritreus que morreram quando o barco que os transportava naufragou perto da ilha italiana de Lampedusa, em outubro de 2013—ou os requerentes de asilo em centros de acolhimento na Papuásia Nova Guiné e em Nauru no mesmo ano.² As estruturas familiares e as relações podem igualmente sofrer uma erosão. De particular preocupação, numa perspetiva de ciclo de vida, são os impactos da migração nas crianças: uma maior probabilidade de sofrerem abusos, um maior envolvimento em atividades ilegais, o consumo excessivo de drogas e álcool e uma atenção reduzida na escola.³

Uma categoria especial de migração que deixa as pessoas especialmente vulneráveis é a causada por conflitos armados e pelas populações que fogem de situações de perigo e de perseguição. O número de pessoas deslocadas devido a conflitos tem aumentado nos últimos anos, tendo atingido o valor mais elevado em quase duas décadas.⁴ Um número mais elevado de grupos de refugiados foge de catástrofes, e os números tendem a aumentar devido às alterações climáticas. Tem sido tema de debate o destino das populações dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, caso o aumento do nível médio das águas do mar torne o seu país inabitável, e tendo, em muitos casos, o estatuto de asilo sido rejeitado.⁵ Para além da vulnerabilidade que atinge os migrantes em situação irregular, os refugiados enfrentam o desafio adicional de não lhes

ser permitido trabalhar na maioria dos países de acolhimento e de, frequentemente, serem alojados em acampamentos temporários com serviços de má qualidade e condições inseguras.

Uma migração gerida pode reduzir alguns dos riscos que os migrantes enfrentam. Por exemplo, o sistema de autorizações de trabalho da República da Coreia dá resposta à escassez de mão-de-obra nacional, protegendo, simultaneamente, os direitos dos trabalhadores migrantes e aumentando a transparência e segurança do processo de migração.⁶ Porém, os acordos bilaterais possuem um alcance limitado, dada a escala e o âmbito da migração. Esses programas visam principalmente imigrantes regulares e não os irregulares que são mais vulneráveis.

É necessário que a vulnerabilidade relacionada com a migração seja resolvida coletivamente através de um regime de migração internacional. As regulamentações nacionais são insuficientes para fazer face às várias categorias e riscos a que os imigrantes, refugiados, pessoas deslocadas e apátridas estão expostos. Impõem-se esforços mais significativos para desenvolver um consenso quanto ao tratamento da migração como um bem público global, para codificar interesses e metas comuns—especialmente para a proteção dos direitos humanos e a redução dos custos da migração e do envio de remessas—e melhorar a perceção pública dos imigrantes e da migração. A redução dos custos do envio de remessas pode igualmente ajudar os países de destino a alcançar maior estabilidade macroeconómica.⁷

A sociedade civil e as organizações não-governamentais envolveram os governos num diálogo e cooperação sobre questões específicas (como o tráfico de seres humanos). É possível conceber, com base nesse progresso, uma abordagem mais ampla que inclua a definição de normas e a elaboração de um regime internacional de migração. O recente diálogo das Nações Unidas sobre migração é um passo inicial bem-vindo, sendo encorajados esforços para incluir a migração na agenda de desenvolvimento pós-2015.⁸

Notas

1. Divisão da População das Nações Unidas 2013. 2. Serviço de Notícias das Nações Unidas 2013a, 2013b. 3. UNICEF 2007. 4. Observatório do Deslocamento Interno 2013. 5. Welford 2013. 6. OIT 2010b. 7. Bettin, Presbitero e Spatafora 2014. 8. ONU 2013a.

expostos não só à alteração das condições locais, mas também das estruturas e acontecimentos mundiais e regionais. A insegurança que transcende fronteiras torna-se relevante—que se traduza no risco de perda de emprego durante uma recessão mundial, quer na incerteza sobre o acesso a fontes suficientes de alimentação diária quando os preços dos alimentos variam subitamente, quer ainda em preocupações com a segurança pessoal em situações de instabilidade social e conflito. Os indivíduos atravessam igualmente as fronteiras nacionais em maior número, expondo-se a novas inseguranças e contextos sociais com que não estão familiarizados (caixa 5.2). Muitas das ameaças com incidência na vulnerabilidade do ciclo de vida, na vulnerabilidade estrutural e na insegurança pessoal (capítulo 3) podem estar associadas a acontecimentos e sistemas mundiais. O reforço da resiliência requer, além das ações nacionais recomendadas no capítulo 4, uma ação e coordenação a nível mundial com vista a aumentar a

margem de manobra política nacional e reduzir a ameaça de choques mundiais.

Causas comuns

As vulnerabilidades transnacionais podem ser vistas como expressões dos mesmos problemas: a falta de determinados tipos de bens públicos que melhoram a capacidade de reação às adversidades; a incompatibilidade entre o grau de integração mundial e os desafios globais; e a capacidade das estruturas de governação para evitar ou minimizar choques. Qualquer país dispõe isoladamente de uma capacidade limitada para reduzir de forma independente a vulnerabilidade, pois os bens globais, tais como a estabilidade do clima, são fornecidos de forma mais eficaz mediante uma ação coletiva a nível mundial. No entanto, a decisão política a nível nacional é a via primordial escolhida pelos Estados para fazer face à vulnerabilidade. Nalguns casos, o fornecimento de bens públicos importantes é simplesmente deixado ao mercado.⁸

A orientação nacional da decisão política no domínio público debate-se cada vez mais com a natureza mundial dos desafios políticos.

Numa altura em que o sistema de governação internacional é chamado a promover a estabilidade do clima ou a reduzir a probabilidade de mais uma crise financeira, a cooperação é, em muitos casos, ad hoc, fragmentada e dispersa em silos de governação organizados em torno de questões específicas. A comunidade internacional enfrenta numerosas solicitações—perturbações económicas, conflitos armados e discórdia entre as principais potências mundiais. As organizações internacionais são oneradas com défices de financiamento e pela crescente procura de ajuda humanitária. Embora as respostas a catástrofes naturais e crises humanitárias sejam, muitas vezes, céleres, a dinâmica com vista à resolução das questões globais a longo prazo é menor. Assim sendo, a ação coletiva justifica uma visão abrangente, que vai para além das ameaças e choques imediatos e visa as causas e os impactos subjacentes de longo prazo.

Escassez de bens globais. Como pode a comunidade internacional assegurar a provisão de bens que aumentam a resiliência? São muitos os bens que possuem valor social e podem reduzir a vulnerabilidade—a investigação da malária, a redução da poluição, ou as inovações agrícolas destinadas a agricultores pobres—, porém são desvalorizados pelos mercados. A gestão e controlo da volatilidade dos preços dos alimentos, das recessões mundiais e das alterações climáticas constituem igualmente bens públicos essenciais, que os mercados estão mal equipados para fornecer. A tendência recente tem sido a de incentivar os mercados a gerar bens privados que permitam atingir as metas globais desejadas. Contudo, os bens privados não fornecem bens públicos essenciais suficientes para reduzir a vulnerabilidade.⁹ O mercado mostra-se especialmente avesso a mudanças nas estruturas de governação mundial com vista a reduzir choques e reforçar a resiliência. Fornecer de modo universal determinados bens essenciais exige uma ação coletiva entre os Estados, uma vez que nenhum país ou comunidade pode, por si só, resolver falhas de mercado mundiais.

A necessidade de bens públicos globais encontra-se bem documentada.¹⁰ A escassez mundial de bens públicos globais—desde o controlo das doenças transmissíveis a uma regulamentação

adequada dos mercados a nível mundial—dá azo a que os choques tenham um impacto regional e mundial. Para além dos bens públicos globais tradicionais destinados a reduzir a vulnerabilidade, há ainda necessidade de “bens de interesse social” ou “bens sociais universais”, bens essenciais para a estabilidade social e o progresso contínuo.¹¹ Os níveis mínimos de proteção social e o empenho na prestação de serviços sociais podem ser vistos como bens universais de interesse social—fornecidos universalmente a nível nacional e transnacional, com vista a melhorar a equidade e reforçar os valores partilhados a nível mundial.¹² Estes tipos de bens oferecem proteção aos grupos vulneráveis e, quando fornecidos em conjunto com os bens públicos globais que reduzem a probabilidade de choques, podem reforçar a resiliência a nível mundial.

Os esforços multilaterais facilitam a cooperação com vista à provisão de alguns destes bens, mas são débeis face à dimensão dos desafios e das vulnerabilidades. São débeis em relação à dinâmica dos mercados, ao ritmo da mercantilização e ao poder de interesses privados. Os bens públicos globais e bens sociais universais que corrigiriam ou complementaríamos os mercados com vista a um crescimento mais inclusivo e sustentável permanecem, em grande medida, escassos.

É claramente viável uma ação coletiva a nível mundial com vista ao fornecimento de bens públicos. Veja-se a erradicação da varíola. A partir de 1966, a Organização Mundial da Saúde liderou um programa coletivo a nível mundial de vacinação universal, vigilância apertada de novos casos e de contenção de surtos esporádicos. O custo foi baixo e, em 1980, o programa havia erradicado a doença.¹³ Este exemplo estimulou uma ação coletiva semelhante relativamente a outras doenças e, graças aos avanços na medicina e a um esforço mundial de prontidão das respostas no domínio da saúde, os países são mais resistentes a pandemias. Existem igualmente iniciativas produtivas público-privadas de partilha de custos para a consecução de progressos em matéria de saúde pública, tais como as patrocinadas pela Fundação Bill e Melinda Gates¹⁴ e a mobilização de fontes privadas por parte da Médecins sans Frontières para apoiar a ajuda humanitária médica e tornar os medicamentos antirretrovirais mais acessíveis e disponíveis.¹⁵

A tarefa que agora se impõe é estender este tipo de defesa coletiva a outros riscos transnacionais—a reconfiguração da estrutura e dos sistemas de governação mundiais para que possam

Entraves sistêmicos à ação coletiva

O desfasamento entre a escala e a urgência das questões globais e a capacidade das estruturas de governação existentes para resolver estes problemas não são exclusivos de um domínio em particular. O impasse na governação mundial é um processo sistémico e de contingência histórica, e não um fenómeno idiossincrático específico de determinada problemática. Porém, as questões globais são muitas vezes discutidas de forma compartimentada, como se as barreiras à ação coletiva fossem exclusivas de cada uma delas. Esta perspetiva pode comprometer a procura de soluções, pois presume que os problemas podem ser resolvidos de forma independente. Na prática, evidentemente, as políticas abordam questões específicas. Contudo, a paralisação na governação mundial relativamente a várias questões, desde o lento progresso em matéria de alterações climáticas ao impasse na Ronda de Negociações Comerciais de Doha, são problemas sistémicos, que podem ser atribuídos à crescente multipolaridade, à inércia institucional, à maior gravidade dos problemas e à fragmentação institucional.

Multipolaridade crescente

O número de Estados tem vindo a aumentar ao longo do último meio século, bem como o número daqueles cuja cooperação é essencial para a resolução de um problema mundial. Os custos de transação da governação mundial também têm crescido. Quando as organizações de Bretton Woods foram fundadas, em 1945, as regras da economia mundial eram determinadas, essencialmente, por um número restrito de potências mundiais. Hoje, o Grupo dos 20 tornou-se um fórum importante para a gestão da economia global, porque os problemas não podem ser resolvidos sem compromissos entre um número mais elevado de países. A inclusão de mais países nos processos decisórios mundiais deve ser bem-vinda, porém, os custos de transação da governação mundial tornam-se mais elevados.

Inércia institucional.

Quando pilares-chave da governação do período pós-Segunda Guerra Mundial, incluindo o Conselho de Segurança da ONU e as instituições de Bretton Woods, foram concebidos, foram atribuídos privilégios especiais aos países ricos e

poderosos da época. O objetivo era garantir a participação de determinados países na governação mundial. Hoje, com a ascensão do Sul, o poder afastou-se do da ordem mundial da década de 1940, por conseguinte um leque mais alargado de participação e uma abordagem universal mais inclusiva serão necessários para fazer face à maioria das questões mundiais. Porém, uma vez que poucas instituições de governação foram concebidas para se ajustar naturalmente às flutuações geopolíticas, não se adaptam facilmente.

Problemas de maior gravidade

Os problemas que requerem cooperação transnacional são mais alargados, afetando um maior número de países e indivíduos. São também mais intensos, permeando mais profundamente o espaço político nacional e as interações diárias. Por exemplo, os problemas ambientais deixaram de ser preocupações sobretudo locais, acerca da poluição atmosférica ou da água, e passaram a ser problemas mundiais e sistémicos, tais como as alterações climáticas e a perda de biodiversidade, caracterizados por uma profunda interdependência. As mudanças desta natureza aumentam a complexidade dos incentivos necessários para se avançar rumo a acordos mundiais.

Fragmentação institucional

Os esforços com vista à resolução dos problemas transnacionais têm lugar no quadro de um denso sistema de organizações multilaterais e transnacionais. Embora essa situação não seja, por si só, um problema, pode aumentar a possibilidade de existência de conflitos entre mandatos institucionais, a descoordenação das intervenções e a competição por recursos escassos. Com essas consequências, a proliferação de instituições reduz a capacidade das instituições multilaterais de fornecerem bens públicos. Os pontos focais poderiam orientar as políticas e ajudar a definir a natureza e forma de cooperação.

A resolução de qualquer problema a nível mundial exige, em primeiro lugar, o reconhecimento desses desafios—e, posteriormente, uma atuação coletiva para os superar. É essencial que se pense de forma criativa e rigorosa sobre o reforço da cooperação internacional nestas condições adversas.

Fonte: Hale 2014; Hale, Held e Young 2013

continuar a proporcionar a conectividade e a eficiência, mas também apoiar a provisão de bens públicos essenciais a nível global e nacional. São necessárias conversações a nível mundial para identificar os bens e as pessoas que os mercados descaram e os bens que podem ser trazidos para a esfera pública com vista a construir uma trajetória de desenvolvimento global mais resiliente.

Os défices da estrutura da governação mundial.

Apesar dos esforços de atuação e cooperação a nível mundial, o défice estrutural da arquitetura de governação para fazer face aos riscos mundiais e tornar as populações mais seguras limita o ritmo do progresso (caixa 5.3). Existe um desfasamento entre os mecanismos de governação e a vulnerabilidade e complexidade dos processos mundiais. As instituições mundiais fragmentadas dos nossos dias não são responsabilizadas, nem atuam com celeridade suficiente para enfrentar os desafios mundiais. 16 Trabalham habitualmente de forma ad hoc, sem os

mandatos e os recursos necessários para fazer face às ameaças mundiais. Essas instituições e a regulamentação existente visam igualmente questões específicas, gerando, por vezes, repercussões transversais a vários domínios políticos—por exemplo, as políticas comerciais podem afetar a saúde, restringindo o acesso a determinados tipos de medicamentos e as políticas fiscais que agravam as desigualdades podem afetar a segurança.

Em muitos aspetos, a incapacidade da estrutura de governação mundial na redução da vulnerabilidade provém de profundas assimetrias de poder, voz e influência. Muitas instituições de governação e estruturas internacionais foram concebidas para uma ordem pós-Segunda Guerra Mundial, e as reformas não refletiram as mudanças nas relações de poder ou a natureza mutável dos desafios (ver Caixa 5.4). Entretanto, novos regimes, como os de direitos de propriedade intelectual mundiais beneficiam, muitas vezes de forma desproporcionada, interesses privados. Os interesses e

Existe um desfasamento entre os mecanismos de governação e a vulnerabilidade e complexidade dos processos mundiais

Impasse na governação mundial em matéria de segurança

A cooperação internacional com vista à gestão da violência e dos conflitos é dificultada por uma incompatibilidade entre o sistema mundial de acordos de segurança, instituições e políticas e os mais prementes desafios atuais em matéria de segurança. Estas restrições limitam a capacidade da comunidade internacional na garantia da segurança individual, na redução da ocorrência e propagação dos conflitos e na ajuda à recuperação das crises—elementos, todos eles, essenciais para reduzir a vulnerabilidade extrema das populações em regiões como o Sudão do Sul, a República Árabe da Síria e os países das regiões do Sahel e dos Grandes Lagos da África Oriental, bem como de países e regiões limítrofes.

As origens do problema podem ser atribuídas aos acordos institucionais de segurança que surgiram após a Segunda Guerra Mundial e à sua incompatibilidade com as ameaças à segurança registadas hoje em dia. A ONU foi fundada explicitamente para defender a segurança coletiva de Estados soberanos. A proteção contra a invasão estrangeira foi garantida a todos os Estados-Membros, sendo atribuído um mandato ao Conselho de Segurança ao abrigo do Capítulo VII da Carta da ONU para que tome as medidas necessárias, inclusivamente com o uso da força, contra países que ameçassem a paz nesses termos.

Este sistema ajudou a impedir a guerra entre as grandes potências. Porém, hoje, os desafios de segurança mudaram, com conflitos internos e guerras civis no Sul, concentrados nos Estados Árabes, na Ásia do Sul e na África Subsaariana, onde a maior parte dos conflitos armados ocorrem em número muito superior ao da década de 1940 (ver figura 2.12, no capítulo 2). A estrutura dominante das forças armadas—assente num modelo de despesa militar estatal e de Guerra entre Estados-nação que tem estado em declínio ao longo do último meio século—permanece mal equipada para ter resultados em regiões onde a necessidade de segurança se impõe hoje com maior urgência. A resolução de crises e a reconstrução pós-crise exigem a cooperação e a colaboração entre forças armadas e comunidade internacional, sendo essencial atentar nas causas dos conflitos internos.

Juntamente com a mudança ocorria nas ameaças à segurança, registou-se uma transformação do conceito tradicional de soberania, como autonomia do Estado, numa noção muito mais ampla, que inclui o compromisso de defesa dos direitos dos cidadãos ao abrigo de uma série de tratados. Em 2005, na maior reunião de sempre de Estados-Membros da ONU, os países concordaram, por unanimidade, aprovar uma “responsabilidade de proteger”, nacional e internacional, todos os seres humanos do planeta. Mas o consenso em adotar este princípio foi quebrado por desavenças graves quanto à sua implementação.

O Conselho de Segurança continua a ser o órgão essencial de defesa da segurança humana. Contudo esta instituição foi concebida para garantir a segurança dos Estados, e mantém uma estrutura de governação que data de 1945, assente num consenso entre as Grandes Potências. Por conseguinte, as decisões são inevitavelmente influenciadas pelos seus interesses nacionais. Quando os membros permanentes discordam, não é provável que se verifique qualquer atuação a nível internacional. Mesmo quando o Conselho de Segurança consegue tomar decisões, cabe aos militares nacionais ou os órgãos regionais, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte e a União Africana, a execução do mandato do Conselho, suscitando novas possibilidades de por em causa a atuação decidida.

A passagem de conflitos inter-estatais para conflitos internos mudou o cerne da prevenção de conflitos e da recuperação posterior. Esta mudança, combinada com a emergência do moderno regime de direitos humanos, mudou radicalmente a natureza da soberania. Ao mesmo tempo, o impasse na governação mundial da segurança—nomeadamente a multipolaridade, o acréscimo de gravidade dos problemas e a inércia institucional—bloqueia as novas instituições ou as reformas que poderiam dar resposta ao objetivo de segurança coletiva. O défice de governação que daí resulta limita a capacidade de governação internacional, com vista à solução dos problemas de segurança urgentes, passando o ónus para as populações em zonas de conflito.

Fonte: Hale 2014.

necessidades dos países menos desenvolvidos e das populações mais vulneráveis—entre as quais, os trabalhadores não qualificados, os trabalhadores domésticos, os imigrantes e os idosos—encontram-se frequentemente sub-representados nas agendas e políticas. Aqueles que apresentam menor capacidade para lidar com choques e para se ajustar à velocidade das mudanças são os que menos estão envolvidos na definição da regulamentação, das normas e das metas da governação mundial. Como resultado, as regras e normas internacionais geralmente refletem os interesses privados, em vez de fornecerem bens públicos e de promoverem os interesses sociais.¹⁷ Essa questão é evidente na governação financeira. No Comité de Basileia, que estabelece normas financeiras, os interesses particulares possuem um estatuto privilegiado, que não é contrabalançado por qualquer outro poder.¹⁸

Os sistemas de governação não são apenas ineficazes na oferta de proteção e no reforço das capacidades—nalguns casos, geram

novas vulnerabilidades. No domínio financeiro, as políticas monetárias centradas na desregulamentação e na liberalização têm aumentado a fragilidade do sistema financeiro. As políticas financeiras, tais como rácios rígidos entre o montante do empréstimo e o valor dos ativos (loan-to-value ratio) encorajaram os bancos a alimentar bolhas imobiliárias, quando empréstimos ajustáveis que refletissem o estado da economia poderiam ter produzido maior estabilidade financeira.¹⁹ As deficiências na arquitetura dos sistemas de governação geram uma escassez de bens públicos globais, bens de interesse social e de bens sociais universais que corrigiriam ou complementaríamos os sistemas existentes, com vista a uma resiliência mais inclusiva e sustentável.²⁰

A inação acarreta o risco de instabilidade social, quer provocada pelos riscos da inação, quer induzida por crises financeiras, por catástrofes relacionadas com o clima, ou ainda pelo desemprego em massa e a pobreza. Com efeito, os recentes números relativos a protestos locais e mundiais (843

Um espaço público mundial que consiga um maior equilíbrio entre interesses públicos e privados pode aumentar a margem de manobra política nacional

registados entre 2006 e 2013) são semelhantes em escala às ondas de contestação de 1848, 1917 e 1968.²¹ Esses protestos são geralmente locais e nacionais, mas são dirigidos contra uma experiência global comum: o aumento da insegurança e da desigualdade. Refletem a oposição à arquitetura atual da globalização e à sua negligência face aos bens públicos e ao bem-estar social.

A ação coletiva pode reestruturar os sistemas globais de uma forma que incuta nas pessoas novas capacidades em vez de gerar novas vulnerabilidades, exacerbando a insegurança existente. A cooperação entre Estados, instituições internacionais, setor privado e sociedade civil é possível —incluindo uma competência mundial que reconheça as potenciais repercussões e reações transversais aos países e entre os diferentes domínios de intervenção. Os sistemas de governação mundial podem quebrar a ligação entre globalização e vulnerabilidade, porém, é mais provável que assim seja se as políticas e os processos decisórios mundiais forem inclusivos, passíveis de responsabilização e coordenados.

Colocar as pessoas em primeiro lugar num mundo globalizado

Reforçar as capacidades e proteger as escolhas podem reduzir a vulnerabilidade às ameaças transnacionais, permitindo que as pessoas reajam melhor. O mesmo se pode dizer da redução da frequência, gravidade e extensão dos choques ou da sua prevenção total. Os meios para atingir esses objetivos são duplos. Em primeiro lugar, o fornecimento de certos tipos de bens públicos, aqueles que poderiam ser considerados elementos de um contrato social global, é passível de abrir espaço político nacional e ajudar as pessoas a enfrentar os acontecimentos adversos. Em segundo lugar, melhorar os sistemas de governação global pode facilitar a provisão de bens públicos e reduzir a probabilidade e o âmbito dos choques transnacionais.

Elementos de um contrato social global

As capacidades podem ser reforçadas e as escolhas protegidas a nível nacional através da prestação universal de serviços, como a educação, a saúde, a água e eletricidade, bem como por meio da proteção social universal, que dota os indivíduos de maiores recursos para resistir aos choques externos (capítulo 4). Esses bens públicos reduzem

a pressão que recai sobre os indivíduos que têm de tomar decisões difíceis: as pessoas não deveriam ter de escolher qual dos seus filhos deve abandonar os estudos quando perdem o emprego e as propinas são demasiado elevadas, ou ter de optar por atividades humilhantes e perigosas, como a prostituição ou a catação de lixo, para conseguir pagar alimentos e abrigo.

As medidas nacionais são aplicadas mais facilmente quando existem compromissos a nível mundial e se encontra disponível apoio de carácter global. Por isso, a agenda pós-2015 deve incluir como metas essenciais para a comunidade mundial a prestação de serviços públicos nacionais universais, plataformas nacionais de proteção social e pleno emprego. Estes elementos de um contrato social global podem equilibrar a maximização dos benefícios da integração mundial e minimizar os custos e inseguranças. A existência de compromissos a nível mundial para a consecução destes objetivos poderá aumentar a margem de manobra política a nível nacional na definição de abordagens que favoreçam a criação de emprego e a disponibilização de serviços sociais e regimes de proteção que funcionem melhor nos respetivos contextos, contudo, são essenciais acordos globais, pois podem instigar a ação e os compromissos, bem como gerar apoio financeiro e institucional.

As opções políticas têm sido fortemente influenciadas por crenças arraigadas na eficiência dos mercados e no poder da privatização. Os governos de todo o mundo privatizaram empresas públicas, reduziram os controlos sobre o movimento de capitais, desregulamentaram os mercados de trabalho e introduziram novos regimes de propriedade intelectual.²² Foram-se sedimentando ideologias semelhantes relativamente aos indivíduos. Espera-se das pessoas que exaltem o individualismo, a autosuficiência e o empreendedorismo; que equiparem a procura do interesse próprio à liberdade e que associem os governos à ineficiência e à corrupção.²³ Essas crenças são predominantes, mesmo entre os grupos vulneráveis que mais precisam da proteção dos bens públicos e do apoio do governo.

Um espaço público mundial que consiga um maior equilíbrio entre interesses públicos e privados pode aumentar a margem de manobra política nacional. As opções políticas que retratem a disponibilização pública de proteção social como um instrumento positivo podem permitir aos Estados a adoção e aplicação de políticas e programas de proteção dos indivíduos nos respetivos territórios.

Essas opções podem incentivar os Estados a comprometer-se com uma proteção universal do trabalho que reduza a probabilidade da exploração laboral ao incentivar à fixação de mínimos de proteção social tanto para os trabalhadores como para aqueles que estão afastados do mundo do trabalho, ou porque se encontram desempregados e procuram emprego, ou porque estão feridos, são deficientes, idosos ou grávidas. Hoje, apenas 20 por cento das pessoas no mundo em idade ativa possuem uma cobertura adequada da segurança social, sendo que muitas não possuem qualquer tipo de segurança social.²⁴ Uma visão mais positiva do domínio público promoveria a exigência de serviços públicos universais e de uma proteção social que melhorasse a capacidade de resposta dos indivíduos quando as crises ocorrem.

A necessidade de serviços sociais e de proteção social foi já consagrada em convenções e acordos internacionais, em particular na Declaração do Milénio.²⁵ Os artigos 22.º, 25.º e 26.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948)²⁶ reconhecem o direito à segurança social, o mesmo acontecendo com o artigo 9.º do Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966).²⁷ No Tratado de Lisboa de 2007, a União Europeia identificou medidas para a coordenação das políticas de inclusão social e de proteção social.²⁸ Em 2009, a iniciativa Piso de Proteção Social reuniu 19 órgãos da ONU, várias instituições financeiras internacionais e 14 parceiros de desenvolvimento para promover o objetivo do acesso universal a serviços essenciais, a saber, a saúde, a educação, a habitação, a água e o saneamento, bem como transferências sociais destinadas a garantir rendimento e segurança alimentar e nutricional adequada.²⁹ O artigo 26.º da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) reconhece o direito de toda criança a beneficiar da segurança social, incluindo seguro social.³⁰ A Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) relativa à norma mínima de segurança social (1952) está entre as primeiras iniciativas a exigir que os Estados que a ratificaram garantam um leque de benefícios relacionados com a doença, o desemprego, a velhice, os acidentes, a invalidez e a maternidade.³¹

Mais recentemente, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável no Rio de 2012 apelou a que se adotasse um conjunto de metas de desenvolvimento sustentável.³² Essas metas produziriam um domínio público mais

estável, colocando a igualdade e a sustentabilidade no centro dos esforços do desenvolvimento mundial. Juntamente com a preparação para a agenda pós 2015, a criação de metas de desenvolvimento sustentável representa uma oportunidade para que a comunidade internacional e os Estados-Membros promovam o princípio da universalidade da prestação pública de serviços sociais e do acesso universal aos cuidados de saúde, à educação, ao pleno emprego e à proteção social, elementos essenciais de um desenvolvimento humano mais sustentável e resiliente.

Estados frágeis e situações de conflito. A proteção das escolhas dos indivíduos em Estados frágeis e em situações de conflito exige uma reflexão especial. Garantir o acesso à proteção social, a serviços, como a saúde e a educação, e ao emprego em Estados frágeis é particularmente importante e um dos mais difíceis desafios em matéria de desenvolvimento. A inação em Estados frágeis pode ter repercussões para a segurança, a estabilidade e a prosperidade nacional, regional e internacional.³³ É possível gerar contratos sociais dentro de Estados frágeis, e os compromissos mundiais para com universalidade e a proteção social podem incentivar a que se preste maior apoio a esses esforços da comunidade internacional e a um maior empenho por parte das elites dos Estados frágeis.³⁴

O Novo Acordo (new Deal) para os Estados Frágeis, iniciativa conjunta dos 19 países frágeis do G7 + e da comunidade de doadores, constitui uma plataforma de apoio a vários aspetos dos contratos sociais em Estados frágeis.³⁵ Promove soluções baseadas na apropriação nacional, bem como uma abordagem abrangente do desenvolvimento e da segurança. Reconhecendo que o êxito assenta nos esforços combinados e numa liderança eficaz, todos os membros se comprometeram a empreender ações e reformas coletivas com vista à implementação deste Novo Acordo. Desde a sua criação em 2011, o Afeganistão, a República Centro-Africana, a República Democrática do Congo, a Libéria, a Serra Leoa, a Somália, o Sudão do Sul e Timor-Leste, têm manifestado interesse em protagonizar o Novo Acordo. A Serra Leoa é um dos primeiros países a fornecer uma avaliação da fragilidade, que revela um progresso considerável, embora também desafios relacionados com os seus recursos limitados e restrições em matéria de capital humano.³⁶ A consecução de apoio suplementar para a elaboração e

A inação em Estados frágeis pode ter repercussões para a segurança, a estabilidade e a prosperidade nacional, regional e internacional

Pode a responsabilidade de proteger ser alargada?

A doutrina da Responsabilidade de Proteger, também conhecida pela sigla inglesa R2P, é um instrumento essencial da responsabilização da comunidade internacional e de cada um dos países pelas pessoas vulneráveis. Trata-se de um instrumento crucial, embora pouco desenvolvido, para fazer face a um conjunto específico de vulnerabilidades—responsabilizar os Estados pelo genocídio, pelos crimes de guerra, pela limpeza étnica e pelos crimes contra a humanidade.

Embora tenha havido muitas críticas e preocupação sobre a interpretação que tem vindo a ser dada à doutrina da Responsabilidade de Proteger, não deixam de existir também oportunidades para alargar o seu alcance de forma a proteger os grupos vulneráveis durante as crises. O principal princípio que lhe está subjacente—que a soberania não constitui um privilégio, mas sim uma responsabilidade—não deveria ficar limitado às atrocidades de larga escala, como o genocídio, tendo em conta a miríade de outras vulnerabilidades persistentes que as populações enfrentam, desde as crises financeiras às catástrofes relacionadas com o clima. Esta doutrina poderia ser alargada de modo a incluir a responsabilidade dos Estados na proteção de grupos vulneráveis, incluindo mulheres, crianças e jovens, idosos

e imigrantes. Na verdade, o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais já estipula que os Estados têm a responsabilidade de proteger os direitos à vida, à segurança, à integridade física, circulação e propriedade.¹

O Fundo de População das Nações Unidas sugeriu que a doutrina da Responsabilidade de Proteger possa, pelo menos no espírito, promover instituições como os serviços de saúde e de educação.² Estão igualmente em curso trabalhos com vista a impor a responsabilidade do Estado na proteção dos migrantes, incluindo aqueles que tentam escapar de conflitos nos países de origem, mas não apenas estes.³ O aspeto primordial do alargamento do âmbito da doutrina passaria pelo compromisso para com os limiares acordados e pelo estabelecimento de mecanismos de intervenção e assistência.

Esse seria um passo ambicioso, embora não isento de controvérsia. Porém, existe uma necessidade urgente de um compromisso coletivo e sólido no sentido de proteger os grupos vulneráveis, um compromisso que alargue as narrativas e as normas de proteção para além das calamidades de grande dimensão a fim de contemplar as inseguranças mais persistentes.

Notas

1. UN 1966. 2. UNFPA 2010. 3. Davies and Glanville 2010.

operacionalização dos contratos sociais em Estados frágeis será uma parte crucial dos compromissos universais para com a proteção e serviços sociais e o emprego.

Margem fiscal. De onde provirão os recursos para a proteção social universal e os serviços sociais? Alguns serão fornecidos por doadores tradicionais no cumprimento dos compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio de aumento da ajuda pública ao desenvolvimento.³⁷ Várias economias emergentes possuem igualmente grandes reservas internacionais que poderiam financiar bens públicos.³⁸ Os Estados podem, a título individual, captar recursos através de uma tributação mais eficaz das atividades transfronteiriças e da redução dos fluxos financeiros ilícitos. Os governos perdem receita quando as empresas transferem obrigações fiscais para jurisdições com uma tributação baixa, explorando, de forma legal, as disparidades entre as regulamentações nacionais. Em 2013, em audições públicas no Reino Unido e nos Estados Unidos, os legisladores condenaram a evasão fiscal por parte de empresas multinacionais (como a Apple, a Amazon e a Starbucks) que exploram, de forma legal, as diferenças nas regulamentações nacionais para minimizar os pagamentos aos governos dos países de acolhimento.³⁹ Os países poderiam chegar a um conjunto de regras comuns com vista a impedir a concorrência em matéria de capital, decorrente do decréscimo dos impostos sobre pessoas coletivas.⁴⁰ Dessa forma, ajudar-se-iam

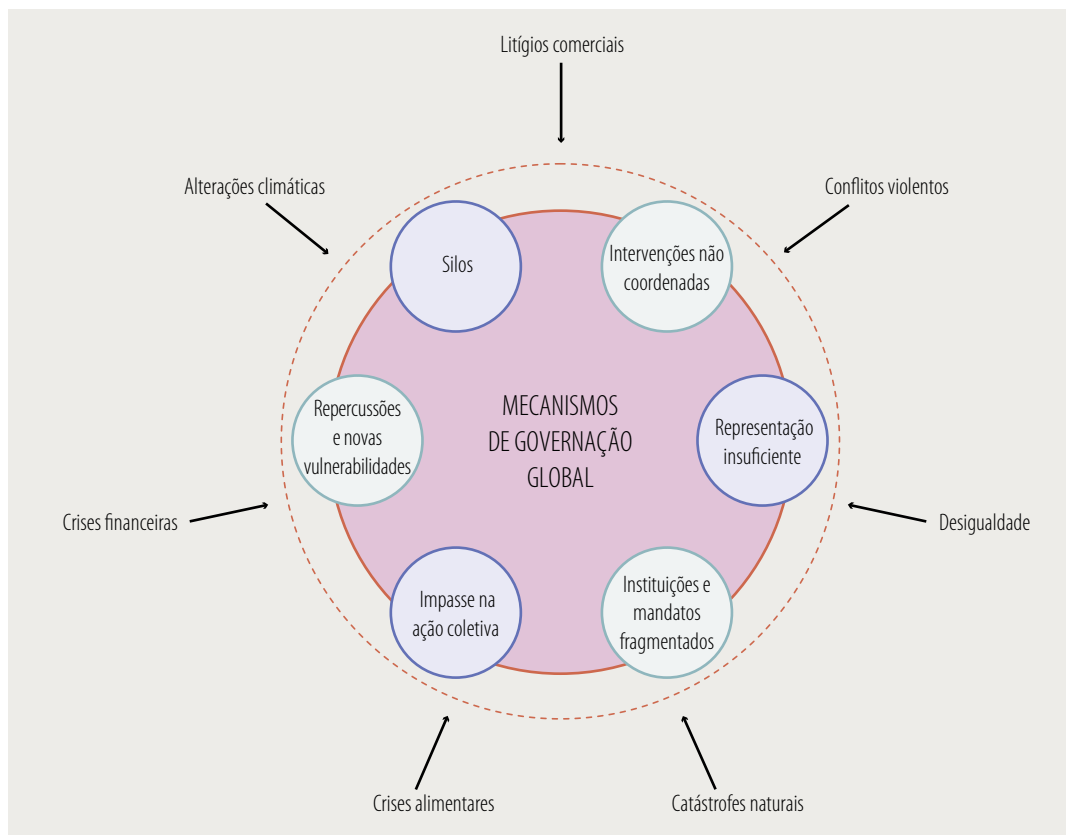
numerosos países em desenvolvimento a aumentar a sua base tributária, deixando mais recursos para o investimento público.⁴¹

É igualmente necessária uma atuação internacional para conter os fluxos financeiros ilícitos. No que se refere aos países menos desenvolvidos, os fluxos financeiros ilícitos aumentaram de 9,7 mil milhões de dólares em 1990 para 26,3 mil milhões em 2008, sendo que 79 por cento desses fluxos se ficaram a dever à avaliação incorreta das operações comerciais. Para contextualizar esta questão, por cada dólar de ajuda pública ao desenvolvimento recebido pelos países menos desenvolvidos, em média, 60 centavos foram perdidos em fluxos ilícitos entre 1990 e 2008.⁴² A perda de receitas fiscais nos países em desenvolvimento devida aos fluxos ilícitos foi de 98-106 mil milhões de dólares por ano entre 2002 e 2006.⁴³ Entre 2008 e 2010, África perdeu 38 mil milhões de dólares por ano devido à avaliação incorreta das transações, ou a faturas falsas, e outros 25 mil milhões de dólares noutras saídas ilícitas — mais do que a ajuda pública ao desenvolvimento recebida durante o mesmo período.⁴⁴ Têm sido propostos esforços com vista a aumentar a transparência, contudo, uma iniciativa global poderia encorajar e apoiar uma definição de preços transparente nestes países.

Entre o Grupo dos 20, está em curso um exercício de harmonização, com vista a reduzir a evasão e a fraude.⁴⁵ Merecem igual consideração outras propostas, como a do Painel de Progresso de África que visa fazer face à evasão fiscal relacionada

FIGURA 5.1

Existe uma discrepância entre os desafios globais e os mecanismos de governação global



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

com as receitas das empresas de exploração de petróleo, gás e mineração. A Organização para Cooperação e de Desenvolvimento Económico promove igualmente o cumprimento e divulgação voluntários através do Grupo de Trabalho sobre a Fraude e Evasão Fiscais do Comité dos Assuntos Fiscais.⁴⁶ O próximo passo a dar poderia passar por um esforço mais alargado e coerente nos Estados e organizações, com vista à criação de um regime de investimento internacional abrangente e de legislação fiscal harmonizada. Esse esforço poderia fazer parte da agenda pós-2015, com ênfase na geração de uma maior margem de manobra para as políticas públicas e facilitando o progresso na consecução de outros objetivos.

Melhorar a governação global

Os serviços e a proteção sociais não reduzirão a frequência e o alcance das ameaças transnacionais. Para isso será preciso alterar a arquitetura dos sistemas globais de forma a reduzir os choques

e maximizar os resultados sociais positivos em benefício de todos, em vez de promover o lucro e o exercício do poder por poucos. Colocar as pessoas em primeiro lugar num mundo globalizado exige uma ação coletiva com vista a garantir a resposta dos sistemas regulamentares regionais e mundiais à insegurança, bem como o reforço das capacidades das pessoas para fazer face aos choques transnacionais.

À medida que a globalização se consolida, assume maior importância uma conjugação de múltiplos desafios—das alterações climáticas aos conflitos, passando pelas crises económicas e pela agitação social. Os anteriores períodos de mudança e incerteza conduziram à criação de novas instituições e normas de base alargada com vista às interações mundiais, incluindo a ascensão do liberalismo e do comércio livre no século XIX, uma aposta na despesa pública inspirada no keynesiano na sequência da Grande Depressão da década de 1930 e o estabelecimento do sistema de Bretton Woods, após a Segunda Guerra Mundial. Hoje, surge a oportunidade de reconfigurar o

O sistema financeiro internacional não está adaptado para minimizar as vulnerabilidades e proteger os ganhos de desenvolvimento humano

funcionamento dos mercados e as estruturas de governação mundiais com mudanças institucionais igualmente ousadas para que a globalização assente num equilíbrio entre a maximização da eficiência dos mercados e a proteção das pessoas (figura 5.1).

A lista de desafios globais é longa, e as recomendações aqui apresentadas não são, de forma alguma, exaustivas, contudo, é possível regular melhor os mercados, ajustar mais os sistemas financeiro e comercial e reduzir as ameaças ambientais. Estas questões merecem atenção, porém, a governação em assuntos, como a alimentação, a migração, a saúde pública e outras grandes temáticas a nível mundial, é igualmente importante. Na verdade, estes domínios não se excluem mutuamente, sendo numerosas as sobreposições, pelo que, por exemplo, ajustar a arquitetura financeira poderia reduzir a volatilidade dos preços dos alimentos e introduzir alterações nos regimes comerciais poderia reduzir a vulnerabilidade dos migrantes.

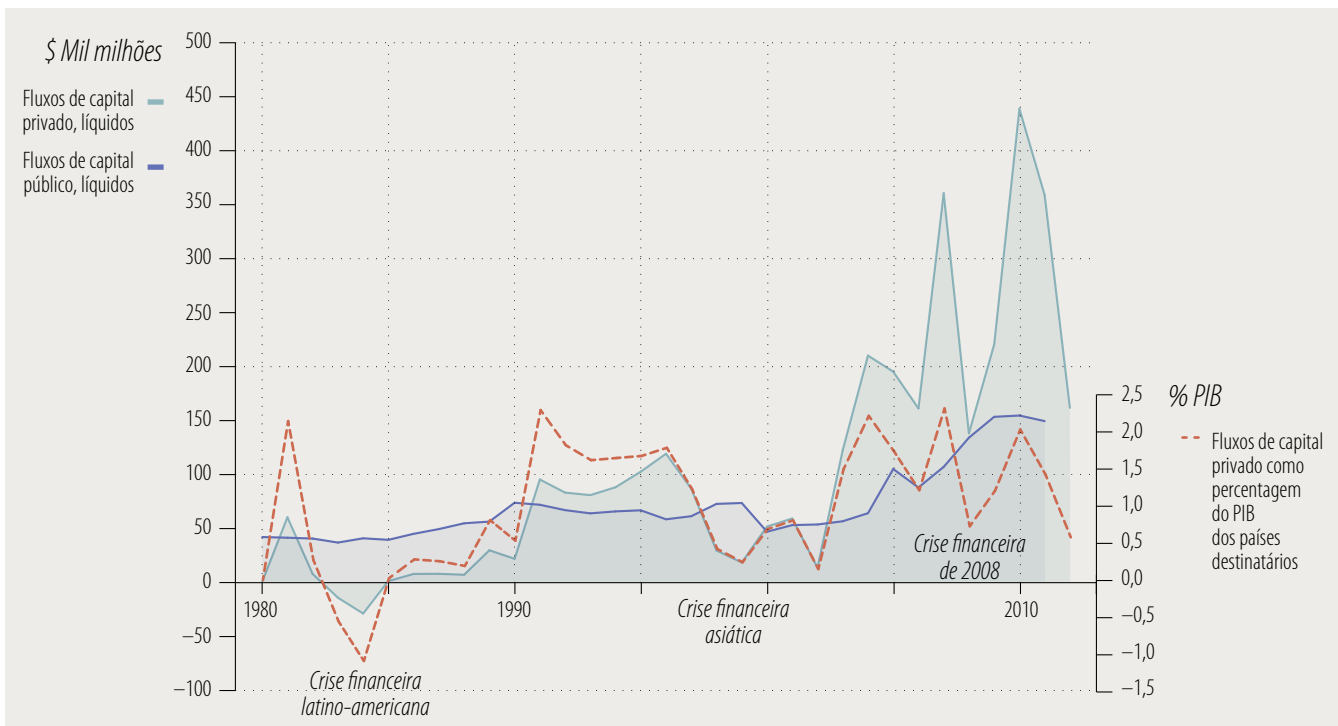
Princípios de governação. É possível introduzir ajustamentos de forma transversal a estas questões

globais com vista a aumentar a probabilidade de os Estados agirem coletivamente e garantir a coesão na governação global (ver caixa 5.3 para uma visão geral dos problemas sistémicos da governação global). Estes princípios constituem mudanças de primeira ordem, que é forçoso fazer para que o progresso político e institucional seja provável relativamente a problemas específicos, como a volatilidade financeira, os regimes comerciais desequilibrados, ou as alterações climáticas.

Em primeiro lugar, é imperativo assegurar a participação equitativa dos países em desenvolvimento na governação global, reformando as estruturas de governação do pós-Segunda Guerra Mundial, a fim de que as necessidades dos países mais vulneráveis, particularmente os países menos desenvolvidos e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, não sejam marginalizadas.⁴⁷ Em segundo lugar, a participação pode ser alargada para incluir as perspetivas do setor privado e da sociedade civil a fim de garantir o apoio à ação coletiva global entre Estados. Em terceiro lugar, uma vez que a ação coletiva é mais eficaz quando é inclusiva, as decisões devem ser tomadas em instituições representativas, e não em grupos ad hoc

FIGURA 5.2

O aumento dos fluxos líquidos de capitais privados com destino aos países em desenvolvimento em 1980–2012 deixou muitas economias e populações em situação de vulnerabilidade



Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em CNUCED (2014).

de países como o Grupo dos 20, ou em reuniões seletivas, onde o processo decisório não é transparente.⁴⁸ Em quarto lugar, é possível envidar esforços para aumentar a coordenação e a cooperação entre as instituições de governação global relativamente a diversas questões, de modo a limitar as suas repercussões e alinhar melhor os objetivos.

Subscrever estes princípios reforçaria a cooperação entre países que podem revelar-se hesitantes em partilhar a sua soberania com vista ao bem coletivo, bem como entre as instituições internacionais que possuem mandatos, políticas e programas que se sobrepõem e carecem de coordenação.

Finanças. O sistema financeiro internacional não está adaptado para minimizar as vulnerabilidades e proteger os ganhos de desenvolvimento humano. Os efeitos da crise económica global de 2008 para as populações e os países comprovam-no cabalmente. A crise foi consequência de uma insuficiente regulação de instrumentos complexos nos principais centros financeiros do mundo.⁴⁹ Porém, o impacto foi sentido em todo o mundo. Com efeito, os países com sistemas financeiros que, noutras circunstâncias, seriam sólidos, sofreram diminuições reais do PIB e do emprego. Foram perdidos postos de trabalho, e os trabalhadores viram-se obrigados a trabalhar menos horas por salários mais baixos. Só na indústria têxtil e do vestuário, as estimativas mais elevadas indicam que a China perdeu 10 milhões de postos de trabalho, a Índia 1 milhão, o Paquistão 200 000, a Indonésia 100 000, o México 80 000, o Camboja 75 000 e o Vietname 30 000.⁵⁰ No Bangladeche, Camboja, Indonésia, República Democrática do Laos, Mongólia, Tailândia e Vietname, as remunerações dos trabalhadores chegaram a cair 50 por cento.⁵¹ Em muitos países, as maiores perdas de postos de trabalho registaram-se entre os jovens, os trabalhadores pouco qualificados e os trabalhadores urbanos.⁵²

Embora os choques económicos afetem as pessoas tanto em países ricos como pobres—vejam se os graves efeitos da recessão global na Grécia e em Espanha—, os indivíduos mais vulneráveis são, muitas vezes, os que vivem em países em desenvolvimento. A quebra, por via da recessão, nas vendas de automóveis novos nos EUA conduziu à perda de empregos na Libéria, país fornecedor de borracha para pneus.⁵³ Foi oferecida aos trabalhadores do sector automóvel norte americano proteção no desemprego após a

crise económica, contudo, milhares de seringueiros da Libéria, a maioria contratados, foram demitidos sem meios alternativos de apoio.⁵⁴ As crises económicas podem igualmente ter efeitos duradouros, relacionados com o ciclo de vida, na futura capacidade de resposta. Um número elevado de famílias pobres, que perde os respetivos meios de subsistência, vê-se forçado a tirar as crianças da escola ou a reduzir sua ingestão de alimentos.⁵⁵ No Cazaquistão, as famílias cortam no consumo de carne, produtos lácteos, frutas e legumes frescos e adiam os cuidados de saúde e as intervenções médicas.⁵⁶

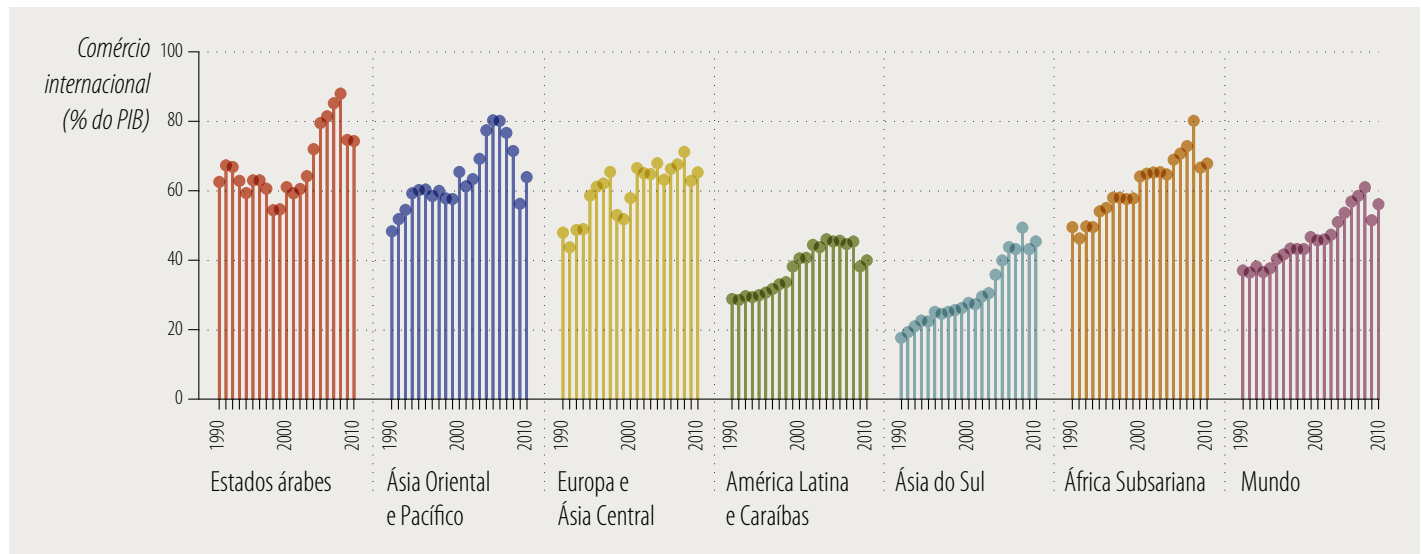
Os recentes aumentos dos fluxos de capital privado para países em desenvolvimento, embora importantes para o desenvolvimento, deixam muitas economias e pessoas vulneráveis. A vulnerabilidade resulta de fluxos de capitais voláteis e contracíclico (figura 5.2).⁵⁷ O capital privado é atraído pelos ganhos e dissuadido pelo risco, e os fluxos financeiros transnacionais tendem a ser pró cíclicos: durante os períodos de crescimento económico, o fluxo de capital intensifica-se, durante as crises, é interrompido. Os fluxos pró-cíclicos podem ainda ser exacerbados por uma perda de confiança dos mercados, minando a taxas de câmbio e provocando contração económica, com efeitos de contágio entre países. Foi o que aconteceu na Ásia Oriental em julho de 1997. A confiança dos mercados foi influenciada sobretudo por avaliações mais baixas do que as esperadas por parte das agências de notação; as perdas na classificação provocaram o pânico e desestabilizaram os mercados.⁵⁸

Em vez de possuírem um sistema de governação abrangente para a gestão das taxas de câmbio e o controlo do capital, as instituições financeiras globais são organizações ad hoc e fragmentadas. As redes transgovernamentais—instituições que reúnem funcionários nacionais para coordenar políticas—abordam determinados aspetos do problema, tais como as normas bancárias, a regulamentação dos seguros e regulamentação de valores mobiliários. Contudo, sendo instituições fundamentalmente tecnocratas, possuem mandatos limitados para o exercício de funções reguladoras genéricas, centrando-se, muitas vezes, mais em facilitar os fluxos financeiros do que na gestão dos seus perigos. Na verdade, só raramente levaram os sectores que regem a adotar grandes mudanças comportamentais, com a exceção parcial do

Uma estrutura regulatória para a estabilidade financeira global pode reduzir a volatilidade dos fluxos de capital transfronteiriços

FIGURA 5.3

Nos últimos anos, os países de todas as regiões tornaram-se mais dependentes das importações e exportações



Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em Banco Mundial (2014b).

Comité de Basileia.⁵⁹ Algumas incluem uma considerável representação do sector nas suas estruturas de governação, como com o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade. É agora necessário um sistema financeiro que convoque o espírito dos mecanismos financeiros de Bretton Woods—instituições e mecanismos financeiros inclusivos que assegurem o acesso a liquidez, a redução da volatilidade dos fluxos financeiros e a minimização do contágio.

- *Assegurar o acesso à liquidez.* O acesso às reservas internacionais e regionais durante as crises económicas e as crises financeiras, alturas em que fuga de capitais é mais provável, pode ajudar os países a fazer face à volatilidade financeira. Muitas economias emergentes garantem a sua própria cobertura e contam com consideráveis reservas próprias de divisas. Contudo, esta abordagem tem grandes custos de oportunidade traduzidos em perdas de financiamento ao desenvolvimento.⁶⁰ Muitos outros países em desenvolvimento enfrentam fortes diminuições de capital privado durante as crises financeiras (altura em que os recursos são mais necessários). O apoio de organizações multilaterais (incluindo as instituições regionais), bem como de agências bilaterais é fundamental para financiar as despesas contracíclicas e garantir um financiamento adequado para programas de protecção social, políticas de emprego e outras políticas

nacionais de protecção. A regulamentação pode também levar e incentivar governos e instituições financeiras a evitar riscos financeiros excessivos durante as fases de crescimento económico.

Para indivíduos e comunidades, facilitar o fluxo das remessas pode aumentar a poupança e melhorar a capacidade de fazer face às crises económicas. Em 2013, as remessas para os países em desenvolvimento foram estimadas em 414 000 milhões de dólares, podendo chegar aos 540 000 milhões de dólares em 2016.⁶¹ Estes fluxos excedem as reservas cambiais em pelo menos 14 países em desenvolvimento.⁶² No entanto, os custos de transação para o envio de remessas para os países de origem permanecem elevados. O custo médio de envio de 200 dólares de um país para outro chegou a atingir 27 por cento em 2013.⁶³ Reduzir este custo poderá aumentar significativamente a liquidez e deve ser uma das preocupações das reformas financeiras.

- *Reduzir a volatilidade dos fluxos financeiros.* Uma estrutura regulatória para a estabilidade financeira global pode reduzir a volatilidade dos fluxos de capital transfronteiriços. O Fundo Monetário Internacional tem sido moderadamente favorável a essas disposições.⁶⁴ O Grupo dos 20 tem defendido uma gestão dos fluxos de capital contracíclico que deixe espaço para

as decisões políticas nacionais, observando que não existe um conjunto de medidas de gestão de fluxo de capital que sirva em todas as realidades.⁶⁵ Estas políticas podem depender da dimensão dos sectores financeiros nacionais e do âmbito da capacidade regulatória. Alguns países possuem maior potencial para afetar outros por meio de decisões políticas nacionais e, ao ponderar as opções políticas, é possível ter em conta potenciais repercussões. Vejam-se as ameaças que pesam sobre as economias emergentes—as elevadas taxas de juro do dólar e a fuga de capitais—face às reduções iminentes por parte da Reserva Federal dos EUA.⁶⁶ Os emitentes de moeda de reserva podem afetar os fluxos de capital com as suas decisões de política macroeconómica e evitar desequilíbrios excessivos e inversões bruscas de políticas.

- *Fundos monetários regionais.* As instituições financeiras regionais podem reduzir a transmissão de choques e diminuir o potencial de contágio global.⁶⁷ Podem também ajudar a estabilizar as taxas de câmbio bilaterais, proporcionar conhecimentos específicos regionais para enfrentar crises financeiras e fornecer liquidez em momentos de crise, mediante um financiamento contra cíclico.⁶⁸ Podem conferir uma voz mais forte aos pequenos países. A margem de manobra política nacional pode ser ampliada por meio de coordenação macroeconómica em regiões onde já existem iniciativas em curso, incluindo acordos de intercâmbio de divisas (swaps) e instituições regionais que congregam recursos, como a multilateralização da Iniciativa de Chiang Mai, a embrionária União Monetária da Comunidade da África Oriental, o Fundo de Reserva da América Latina, o Fundo Anti-Crise da Comunidade Económica Eurasiática e o Fundo Monetário Árabe.⁶⁹ Outra iniciativa promissora é a proposta do Banco dos BRICS.⁷⁰ O projeto mais ambicioso até à data é a multilateralização da Iniciativa de Chiang Mai e os seus acordos de intercâmbio de divisas entre os bancos centrais dos países membros. Respondendo às lições da Crise Financeira Asiática de 1997, reconhece o valor do diálogo em matéria de política regional na prevenção do contágio e fornece liquidez face a ataques especulativos.⁷¹

É possível que tenha chegado o tempo da criação de um Fundo Monetário Asiático de pleno direito e de um Fundo Monetário

Latino-americano para reunir reservas, estabelecer taxas de câmbio, fornecer fundos de curto prazo aos países e exercer vigilância. Com base nas estruturas existentes, outras regiões poderiam, então, seguir estes exemplos. Nas situações em que a adesão é parcial e a capacidade de prestar os serviços financeiros necessários baixa, a participação de economias desenvolvidas ou emergentes pode fornecer um conjunto de poupanças e reservas de crescimento rápido e aumentar a solvabilidade.⁷² Os fundos monetários regionais podem complementar os fundos globais, e o seu funcionamento num ambiente mais competitivo pode fortalecer os serviços de ambos.

Comércio. Nos últimos anos, os países tornaram-se mais dependentes de importações e exportações (figura 5.3). O acesso aos mercados globais tem sido um importante motor de desenvolvimento, especialmente nos países que investiram consideravelmente em recursos humanos.⁷³ Num ambiente externo favorável, os países podem, através do comércio, rumar ao crescimento. Porém, quando a economia global desacelera, as economias orientadas para a exportação tornam-se vulneráveis às flutuações dos preços dos produtos de base, aos termos de troca e à procura externa. Entre as consequências negativas da crise financeira de 2008 contam-se a diminuição do comércio, do emprego e dos salários. Nos três primeiros trimestres de 2009, o comércio mundial de mercadorias caiu 30 por cento, e as exportações para todas as regiões do mundo mais de 20 por cento.⁷⁴ As taxas de emprego decresceram também em todas as regiões, e o crescimento médio dos salários reais para uma amostra de 53 países caiu de 4,3 por cento, em 2007, para 1,4 por cento, em 2008.⁷⁵

Para alguns indivíduos, empresas e governos, a adaptação a um ambiente internacional competitivo pode gerar insegurança. Os trabalhadores de alguns países podem ter benefícios, visto que o emprego e as exportações aumentam, no entanto, noutros os trabalhadores podem perder os seus empregos à medida que as empresas encerram e as indústrias se deslocalizam. Os ajustamentos são particularmente difíceis para os segmentos mais vulneráveis da sociedade, cujas posições negociais já são fracas.

A vulnerabilidade relacionada com o comércio é parcialmente abordada em acordos comerciais internacionais e por instituições que

Apesar da existência de protocolos que permitem aos países usar salvaguardas temporárias contra as variações bruscas de preços, o sistema de comércio global ainda deixa os países e indivíduos vulneráveis às alterações nos preços, na proteção e na produção

definem regras, como a Organização Mundial do Comércio. No entanto, a estrutura do comércio global tem deficiências que vão desde o processo decisório até uma tendência para acordos comerciais bilaterais e as assimetrias no poder de negociação para a definição de políticas agrícolas e direitos de propriedade intelectual. O acesso ao mercado assume igualmente prioridade sobre as questões do desenvolvimento. Estas deficiências exigem atenção, caso se pretenda aprofundar a integração comercial sem gerar choques e vulnerabilidade adicionais.

- *Regras comerciais flexíveis.* A principal instituição de governação do comércio mundial continua a ser a Organização Mundial do Comércio e, apesar de algumas falhas, as suas regras multilaterais proporcionam alguma flexibilidade na proteção contra a volatilidade do comércio. Os países podem recorrer ao princípio da nação mais favorecida, aos direitos anti dumping e aos mecanismos de resolução de litígios para proteger as respetivas economias face a medidas de outros países. Podem ainda recorrer à cláusula de habilitação, que facilita os acordos comerciais Sul-Sul que são de âmbito parcial, e podem tomar medidas de salvaguarda temporárias contra as variações bruscas de preços—tais como picos nos preços de alimentos importados. Além disso, existe proteção especial para os países menos desenvolvidos, aos quais tem sido conferido um tratamento diferenciado e favorável, incluindo o acesso livre de direitos e contingentes e períodos de carência no cumprimento dos respetivos compromissos. Foram também tomadas medidas para expandir as oportunidades comerciais dos países menos desenvolvidos, tais como assistência técnica e a Ajuda ao Comércio.⁷⁶ Estes protocolos surgiram ao longo das décadas à medida que os países perceberam que as reduções pautais, por si só, nem sempre promoveriam o comércio equitativo.

A tendência recente para acordos bilaterais de comércio pode reduzir a capacidade dos países em desenvolvimento de responderem aos riscos e à volatilidade do comércio e comprometer o progresso multilateral rumo ao comércio equitativo. São numerosos os acordos que incluem disposições não diretamente relacionadas com o comércio, tais como a proteção de patentes, liberalização dos investimentos e contratos públicos de aquisição.⁷⁷ O poder de negociação desigual na conceção de

acordos bilaterais tem ainda minado a capacidade dos países em desenvolvimento para adotarem medidas com vista à gestão de fluxos de capital.⁷⁸ Se se pretender que os países possam vir a ter benefícios a longo prazo, será preciso inverter a tendência de redução da margem de manobra política nacional nos acordos comerciais, quer atribuindo prioridade aos acordos multilaterais em detrimento dos bilaterais, quer através da redução das assimetrias na negociação dos acordos bilaterais.

- *A liberalização agrícola.* Apesar da existência de protocolos que permitem aos países usar salvaguardas temporárias contra as variações bruscas de preços, o sistema de comércio global ainda deixa os países e indivíduos vulneráveis às alterações nos preços, na proteção e na produção. A Agenda de Desenvolvimento de Doha reconhece “a vulnerabilidade específica dos países menos desenvolvidos e as dificuldades estruturais especiais que enfrentam na economia global”.⁷⁹ Durante a Nona Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, em Bali, na Indonésia, foi alcançado um acordo que poderia aumentar o número de opções dos países em desenvolvimento para garantirem a segurança alimentar e estimular o comércio dos países menos desenvolvidos.⁸⁰ Porém, depois de uma década de negociações, o acordo de 2013, proporcionava pouca proteção aos países menos desenvolvidos ou aos trabalhadores agrícolas do Sul. Entretanto, os picos nos preços de alimentos e de outros produtos de base têm vindo a agravar a privação de alimentos e a fome entre as populações pobres e vulneráveis.⁸¹

As restrições aos subsídios na agricultura apresentam lacunas, que permitem aos países desenvolvidos manter e até aumentar os subsídios.⁸² Os países em desenvolvimento têm de competir, nos seus próprios mercados, com alimentos subsidiados e perdem o acesso aos mercados de países terceiros, limitando o seu crescimento agrícola e deixando-os mais vulneráveis aos choques relacionados com os preços dos alimentos.⁸³ É forçoso que a liberalização agrícola seja seletiva, visando as mercadorias exportadas sobretudo por países em desenvolvimento, a fim de evitar o aumento dos preços dos produtos alimentares de base nos países em desenvolvimento.⁸⁴ Um processo de revisão poderia ajudar a garantir que as regras

São essenciais esforços a nível mundial para orientar a ação e oferecer incentivos aos atores sub-nacionais e não estatais

Quem é vulnerável às alterações climáticas?

Sem sombra de dúvida, as alterações climáticas representam uma real e crescente perturbação para a vida de quase todos os habitantes do Planeta, bem como para as futuras gerações.¹ Contudo, as alterações climáticas são um fenómeno complexo, com impactos diferenciados em países, regiões, sectores, grupos de rendimento, faixas etárias, grupos étnicos e géneros. As alterações climáticas afetam os indivíduos de forma diferente inclusivamente no seio das famílias. Os que provavelmente mais perderão com as alterações climáticas são os que se já encontram extremamente expostos às mesmas.

- *Pequenos Estados insulares.* Os 51 pequenos Estados insulares em desenvolvimento do mundo e respetivas populações enfrentam uma ameaça existencial. A maior parte dessas populações vive menos de um ou dois metros acima do nível das águas do mar, e o aumento deste nível pode tornar inabitável partes e, nalguns casos, a totalidade do seu território. Estes países são já afetados por fenómenos climáticos extremos mais frequentes. Muitos pequenos Estados insulares encontram-se expostos a tufões do Pacífico ou furacões do Atlântico, que provocam danos a propriedades e infraestruturas e desviam as finanças públicas para outras áreas que não o desenvolvimento. Os fenómenos climáticos têm perturbado também o turismo, de que dependem muitas ilhas, e a acidificação dos oceanos e a descoloração dos corais têm minado os modos de vida tradicionais das comunidades piscatórias.²

- *Cidades costeiras.* Quase 45 por cento da população mundial vive em zonas costeiras, a maioria em grande cidades.³ Mesmo nos países mais desenvolvidos, as cidades costeiras já hoje são devastadas por tempestades, que muitas vezes afetam os mais vulneráveis. Os furacões Katrina e Sandy custaram aos Estados Unidos 149 mil milhões de dólares— 50 por cento mais do que os compromissos de financiamento assumidos a nível mundial em matéria de clima em benefício dos países em desenvolvimento.⁴ O impacto para as cidades costeiras dos países em desenvolvimento será maior, mesmo porque os recursos disponíveis para resolver os problemas são menores.
- *Pequenos agricultores.* As alterações na precipitação e temperatura serão sentidas de forma mais intensa pelas pessoas que dependem de sistemas naturais para o cultivo e a criação de gado e por aqueles que dependem destes para alimentação. Em particular, os agricultores sem acesso à irrigação sentirão de forma mais imediata os impactos de chuvas imprevisíveis. Os pequenos agricultores no Sul da Ásia são particularmente vulneráveis—só a Índia possui 93 milhões de pequenas explorações agrícolas.⁵ Estes grupos já enfrentam escassez de água. Alguns estudos preveem, para as próximas décadas, um decréscimo da produção agrícola de até 30 por cento, a par do aumento das pressões populacionais.⁶

Notas

1. IPCC 2007, 2012, 2013. 2. Banco Mundial 2013b. 3. Atlas dos Oceanos da ONU 2013. 4. NOAA 2013. 5. IFAD 2013. 6. Banco Mundial 2013b.

Fonte: Hale 2014.

comerciais e as reformas propostas na agricultura contribuíssem para o desenvolvimento da segurança alimentar e a subsistência dos agricultores dos países em desenvolvimento.

- *Direitos de propriedade intelectual.* O regime de direitos de propriedade intelectual favorece o direito de proteger a propriedade intelectual, em vez de incentivar, tanto quanto possível, a mais ampla divulgação e utilização do conhecimento e da tecnologia.⁸⁵ Os países e populações mais pobres podem, contudo, não ser capazes de suportar produtos médicos e farmacêuticos. Trata-se de um problema não apenas no domínio do comércio, mas também no da saúde pública mundial, visto que o ónus das doenças pode permanecer elevado.⁸⁶ O regime atual impede também o progresso em direção a uma economia hipocarbónica, restringindo uma ampla disseminação de inovações tecnológicas.⁸⁷ A falta de incentivos nacionais e internacionais à investigação e desenvolvimento com vista a atender às necessidades de grupos pobres e vulneráveis vem ainda piorar a situação.⁸⁸ As reformas da regulamentação relativa aos direitos de propriedade intelectual poderiam incentivar o investimento e permitir um acesso mais amplo aos tipos de tecnologias e progressos que reforçam a resiliência.

- *Comércio de serviços.* Impõe-se igualmente a revisão das regras que norteiam o comércio de serviços. O Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços abre oportunidades para que se facilite a circulação de pessoas (Modo 4), que poderão ter repercussões para os migrantes através de uma liberalização parcial da migração. No entanto, os compromissos assumidos de liberalização da circulação de pessoas têm sido mínimos, limitando-se, em grande medida, a facilitar as transferências e a mobilidade de executivos, gestores e especialistas. Esses compromissos poderiam ser alargados, com vista a reduzir a vulnerabilidade dos migrantes em situação irregular.⁸⁹

Alterações climáticas. Alguns dos efeitos esperados das alterações climáticas serão abruptos, deixando muito pouco tempo para a adaptação. Entre aqueles incluem-se o desaparecimento do gelo do mar Ártico no final do Verão e a extinção de espécies marinhas e terrestres. É muito provável que aumentem, em frequência e duração, as ondas de calor e a precipitação forte. A incidência e magnitude de níveis extremamente elevados das águas do mar tendem igualmente a aumentar no final do Século XXI. O nível médio das águas do mar poderá mesmo atingir 80 centímetros

Quatro agendas globais essenciais

Existem quatro agendas globais essenciais que visam dar resposta a alguns dos maiores desafios mundiais: catástrofes naturais, crises humanitárias, alterações climáticas e desenvolvimento sustentável. Contudo, só conseguirão gerar uma mudança duradoura se resolverem as questões estruturais da governação global—a garantia de uma participação mais equitativa e inclusiva, promovendo a coordenação entre as instituições de governação global e elaborando conscienciosamente normas de cooperação internacional e de cidadania global.

Quadro de Ação de Hyogo

O Quadro de Ação de Hyogo, adotado em 2005 por 168 países, tem como objetivo a redução do risco global de catástrofes até 2015.¹ Propõe um conjunto abrangente de tarefas e ações que se centram no reforço da capacidade das instituições locais e nacionais; no apoio a sistemas de alerta precoce e a uma cultura de segurança e resiliência; na redução dos fatores de vulnerabilidade e no reforço da preparação e resposta a catástrofes.

O quadro lançou a ação coletiva destinada à redução do risco de catástrofes nas agendas nacionais, regionais e internacionais. Porém, há que fazer mais, pois o progresso não tem sido uniforme em todos os países ou áreas de ação. Os restantes desafios incluem a definição e utilização de indicadores e a instalação de sistemas de alerta precoce em ambientes de perigos múltiplos, bem como o reforço da capacidade dos Estados para integrar a redução do risco de catástrofes nas políticas de desenvolvimento sustentável e um planeamento a nível nacional e internacional.

Conferência Mundial de Ajuda Humanitária

A Conferência Mundial de Ajuda Humanitária, prevista para 2016, tem por objetivo tornar a ação humanitária mais global, eficaz e inclusiva—e mais representativa das necessidades de um mundo em rápida mudança.² Constituirá uma oportunidade de coordenação das organizações humanitárias internacionais em torno da redução da vulnerabilidade e da gestão do risco.

A resposta ao crescente número de emergências humanitárias complexas começará por identificar e implementar abordagens que visem a redução e gestão dos riscos humanitários. A Conferência constituirá uma oportunidade para avaliar o método que os intervenientes nas questões humanitárias e de desenvolvimento adotarão para conceber uma abordagem mais sistemática e coesa no que se refere ao planeamento, definição de prioridades e programas de financiamento—e para garantir a coordenação da ação nos domínios

económico, social e ambiental. Esta incentivará a colaboração entre os países afetados, doadores e organizações internacionais para que, em conjunto, definam estratégias humanitárias e de desenvolvimento.

Alterações climáticas—O limite de 2o C

No Acordo de Copenhaga em 2009 e no Acordo de Canyon em 2010, os 195 participantes da Conferência Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (CQNUAC) concordaram em limitar o aumento médio da temperatura global a menos de 2 graus Célsius com base nos níveis do período pré-industrial.³ Este compromisso baseia-se no consenso científico geral de que um aumento de 2 graus é o máximo que o mundo pode suportar, de modo a limitar os impactos perigosamente negativos.

As promessas e compromissos da comunidade internacional não são ainda suficientes para atingir este objetivo. As projeções do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC) indicam que a temperatura global tenderá a aumentar para mais de 1,5 graus até ao final do século XXI e que facilmente poderá ultrapassar os 2 graus se não forem tomadas medidas de relevo por forma a reduzir as emissões.⁴ Alcançar o objetivo é ainda técnica e economicamente viável, contudo é necessária ambição política para eliminar até 2020 a diferença entre as emissões atuais e o nível que lançará o mundo na trajetória dos 2 graus abaixo.

Agenda e objetivos de desenvolvimento sustentável pós-2015

Nas vésperas da agenda pós-2015 e da definição dos objetivos de desenvolvimento sustentável, a comunidade internacional tem uma oportunidade única de definir a redução da vulnerabilidade como uma prioridade nos quadros internacionais de desenvolvimento. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio contribuíram para a redução da pobreza e para a melhoria das condições de vida de muitos, porém, a menos que se reduzam os choques e se melhorem as capacidades de resposta das pessoas, a continuidade do progresso não está garantida. Neste contexto, o apelo à “pobreza zero” deve ser alargado por forma a manter a situação de “pobreza zero”, sendo que o progresso noutras áreas tem de continuar. Impõe-se empoderar e proteger os mais vulneráveis a catástrofes naturais, alterações climáticas e reveses financeiros. Encarar a redução da vulnerabilidade como uma questão fulcral das futuras agendas de desenvolvimento é a única forma de garantir um progresso resiliente e sustentável.

Notas

1. UNISDR 2005. 2. UNOCHA 2014. 3. UNFCCC 2009, 2011. 4. IPCC 2013

acima dos níveis atuais até 2100.90 Hoje, mais de 6 por cento da população mundial—perto de quinhentos milhões de pessoas—vive a uma altitude inferior a 5 metros.⁹¹

Os efeitos de retorno das alterações na refletividade da superfície da Terra e na extensão dos sumidouros de carbono poderão igualmente acelerar as alterações climáticas. As reduções na cobertura de neve e vegetação reduzem a quantidade de calor passível de ser refletida pela superfície da Terra, o que conduz a um aquecimento mais elevado, que não está relacionado com os gases de efeito estufa na atmosfera. Um clima mais quente pode ainda acelerar a deterioração dos sumidouros de

carbono terrestres e marinhos, liberando grandes quantidades de dióxido de carbono armazenado para a atmosfera.⁹²

A vulnerabilidade a fenómenos climáticos extremos e às crises alimentares tem sido uma ameaça recorrente (caixa 5.6). No primeiro semestre de 2012, o Níger experimentou uma grave crise alimentar e de nutrição desencadeada por uma seca que durou de finais de 2011 ao início de 2012. O país havia passado por uma crise alimentar semelhante entre fevereiro e agosto de 2010, uma vez mais desencadeada pela seca. Esta situação tinha sido precedida por uma crise alimentar ainda mais grave, em 2005, resultado

de uma seca em 2004. Estas secas afetaram igualmente os países vizinhos e outros no Sahel.⁹³ Os acontecimentos noutros países tiveram uma influência na crise no Níger. Por exemplo, a crise de 2012 foi agravada pela instabilidade no vizinho Mali e a entrada de dezenas de milhar de pessoas em fuga desse conflito.⁹⁴

O papel da seca na crise da Síria é menos conhecido. De 2006 a 2010, a República Árabe da Síria sofreu uma seca sem precedentes, devastando grande parte da sua sociedade rural.⁹⁵ Os agricultores atingidos pela pobreza invadiram os bairros degradados das cidades. Os observadores estimam que 2,3 milhões dos 10 milhões de habitantes rurais do país tenham sido votados a uma situação de pobreza extrema.⁹⁶ Essas privações, combinadas com a falta de postos de trabalho, uma resposta inadequada da parte do Estado e da comunidade internacional, contribuíram para a rápida acumulação da insatisfação e uma grande consciencialização da desigualdade de grupo, terreno fértil para a guerra civil, que começou em 2011.

Os apelos humanitários e a assistência financeira e alimentar podem dar resposta ao direito à alimentação, mas não resolvem as vulnerabilidades subjacentes. A Estratégia Integrada das Nações Unidas para o Sahel adota uma abordagem multifacetada das atividades humanitárias, de desenvolvimento e de segurança.⁹⁷ No entanto, não visa diretamente o fator determinante subjacente, as alterações climáticas. São necessárias ações urgentes nessa frente, a fim de reduzir a vulnerabilidade relacionada com o clima. Existem ações promissoras a nível sub-nacional, porém, a ação multilateral é a chave para um futuro resiliente para todos.

- *Redes de Municípios.* Os órgãos governamentais sub-nacionais podem ser apoiados e incentivados. São, cada vez mais, tomadas medidas, em especial, ao nível dos municípios, com vista a mitigar as alterações climáticas e a reforçar a resiliência. Os exemplos destas iniciativas vão desde a Rede C40, que reúne 58 megacidades, à rede do Conselho Internacional para as Iniciativas Ambientais Locais (CIIAL) constituída por milhares de municípios de menor dimensão, passando por redes regionais e setoriais específicas, como a Rede de Cidades Asiáticas Resilientes às Alterações Climáticas.⁹⁸ Esses municípios reúnem os conhecimentos e partilham as melhores práticas sobre o desenvolvimento de

sistemas de transporte ou de parques habitacionais hipocarbónicos e a proteção contra a subida do nível médio das águas do mar e as variações das condições atmosféricas. A nível global, as cidades são responsáveis por praticamente 70 por cento do total das emissões,⁹⁹ pelo que a expansão destas iniciativas encerra um extraordinário potencial de mitigação, mesmo nos países que tardam em adotar planos de ação nacionais. Nos Estados Unidos, a ação nacional foi bloqueada pelo Congresso, porém, os compromissos ao nível das cidades e dos diversos Estados abrangem quase metade das emissões norte-americanas.¹⁰⁰

- *Divulgação e redução voluntárias por parte do setor privado.* Estão igualmente a ser tomadas medidas de redução das emissões por parte de atores não-governamentais. As empresas e os investidores, muitas vezes em parceria com a sociedade civil, procedem à identificação dos riscos climáticos nas respetivas cadeias de abastecimento e verificam o “impacto do carbono” nos seus modelos de negócio. Por exemplo, o programa Climate Savers do Fundo Mundial para Natureza (WWF) ajuda as grandes empresas a desenvolver estratégias de redução de emissões.¹⁰¹ O projeto de divulgação de informações sobre o carbono, Carbon Disclosure Project, disponibiliza uma ferramenta que permite às empresas dar a conhecer as respetivas pegadas de emissões aos investidores—em 2013, o programa incluiu 722 investidores responsáveis por 87 milhões de milhões de dólares em ativos—que podem, então, pressionar as empresas para que reduzam o respetivo risco climático.¹⁰² As 500 maiores empresas do mundo produzem 3,6 mil milhões de toneladas de gases com efeito estufa, pelo que as reduções de emissões empresariais possuem um enorme potencial.¹⁰³ Podem ser tomadas outras medidas com vista a encorajar e incentivar esses esforços voluntários, podendo também ser envidados para proceder ao levantamento da extensão das iniciativas existentes e avaliar o potencial de aumento do âmbito e ambição das mesmas.
- *Ação multilateral urgente.* São essenciais esforços a nível mundial para orientar a ação e oferecer incentivos aos atores sub-nacionais e não estatais (caixa 5.7). As abordagens unilaterais às alterações climáticas, muitas vezes concentram-se em subconjuntos de emissores, e não oferecem possibilidades para uma “grande

São necessárias avaliações completas e exaustivas das múltiplas e, por vezes sobrepostas, estruturas de governação global para assegurar a eficiência da cooperação global e a sua orientação para as áreas mais críticas

Os indivíduos estão mais dispostos a apoiar o provisionamento de bens públicos globais, quando se consideram cidadãos do mundo—membros de uma comunidade global que beneficia de controlos de capital, direitos laborais e direitos das mulheres

negociação”. Ainda assim, permanecem válidas, pois cada tonelada de carbono mitigado significa a necessidade de menos adaptação. Porém, são parciais e, por natureza, não a melhor opção. São igualmente limitadas na atenção que dedicam à adaptação, especialmente importante para os grupos vulneráveis e numerosas populações nos países menos desenvolvidos.

Os organismos multilaterais podem participar dessas iniciativas menores e ligá-las aos processos multilaterais, a fim de fortalecer a governação mundial do ambiente de forma mais alargada. Favorecer o dinamismo que permite a transição das ações tomadas a níveis inferiores para o processo multilateral poderia permitir gerar coligações políticas de apoio a um tratado mundial. Em dezembro de 2011, de acordo com o Grupo de Trabalho Ad Hoc sobre a Plataforma de Durban para Ação Fortalecida, os países concordaram em negociar até 2015 um novo tratado, juridicamente vinculativo, que entraria em vigor em 2020.¹⁰⁴ A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas pode coordenar e canalizar as capacidades dos países, cidades, empresas e organizações da sociedade civil por meio de iniciativas de cooperação.¹⁰⁵ O Fundo Verde para o Clima, criado em Cancun, no México, em 2010, poderá apoiar financeiramente estes esforços.¹⁰⁶

A ação coletiva em prol de um mundo mais seguro

O sistema internacional vive um impasse que limita a ação coletiva internacional em áreas fundamentais.¹⁰⁷ Entretanto, a vulnerabilidade intensifica-se na medida em que os organismos mundiais não chegam a acordo quanto aos mecanismos de resposta apropriados e não dão seguimento à introdução de regulamentação adequada destinada a minimizar os riscos e a assegurar sistemas globais de apoio ao bem comum. A redução da vulnerabilidade a ameaças transnacionais, seja através da reestruturação das arquiteturas de governação que viabilize a redução dos choques, seja através da tomada de medidas suscetíveis de capacitar as pessoas, exige uma maior liderança e cooperação entre os Estados e entre as organizações internacionais. Exige igualmente uma abordagem mais coerente, que estabeleça prioridades e reduza as repercussões

negativas e permita ainda um envolvimento mais sistemático com a sociedade civil e o setor privado.

Cooperação

A falta de coordenação, cooperação e liderança a nível internacional impede a realização de progressos no caminho da resolução dos desafios globais e da redução da vulnerabilidade. Esta não é uma realidade nova. Ao longo dos anos têm sido apresentadas várias propostas para melhorar a cooperação entre os Estados. Em 2006, foi proposto um Fórum de Líderes Mundiais, composto por metade dos membros do Conselho Económico e Social das Nações Unidas, com o objetivo de melhorar a coordenação política do Conselho a fim de dar cumprimento aos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.¹⁰⁸ Em 2009, a Comissão Stiglitz propôs ao Conselho de Coordenação Económica Global que fossem identificadas as lacunas e respetivas repercussões no atual sistema de cooperação e apresentadas propostas de solução.¹⁰⁹ Foram ainda apresentadas outras propostas tendentes à reforma do Conselho Económico e Social das Nações Unidas.¹¹⁰

Emergindo como uma voz de liderança na governação global, o Grupo dos 20 inclui potências emergentes como o Brasil, a China, Índia e México. Contudo, configura de alguma forma um clube e carece de estrutura, mandato ou responsabilização para fornecer bens públicos e proceder a reestruturações na arquitetura da governação global. A ascensão do Sul apresenta uma oportunidade para tornar a governação global mais representativa—e mais eficaz.¹¹¹ Porém, será necessário uma nova determinação na cooperação e liderança internacionais. Uma das opções é recorrer a propostas anteriores e estabelecer um Fórum de Líderes Mundiais. Esta reunião regular de um grupo representativo de chefes de Estado facilitaria a cooperação com vista à redução da vulnerabilidade entre Estados e o sistema da ONU, incluindo o Secretariado, fundos e programas da ONU; o Fundo Monetário Internacional; a Organização Internacional do Trabalho; o Grupo do Banco Mundial; a Organização Mundial de Saúde; e ainda a Organização Internacional para as Migrações e a Organização Mundial do Comércio.¹¹²

O Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável, criado na Conferência Rio +20 em junho de 2012, foi igualmente promissor relativamente à liderança

e orientação políticas para fazer face aos grandes desafios globais. Goza de legitimidade para ser convocado anualmente sob a égide do Conselho Económico e Social das Nações Unidas e, de quatro em quatro anos, sob a égide da Assembleia-geral das Nações Unidas. Com início em 2016, o fórum analisará os progressos do desenvolvimento sustentável nos países desenvolvidos e em desenvolvimento a fim de reforçar a responsabilização e incentivar a aplicação de medidas.¹¹³

Coerência

A governação global tende a ser organizada em silos, com instituições separadas centradas em questões como comércio, clima, finanças e migração, o que muito dificilmente permite ter uma perspetiva sistematizada dos desafios globais ou identificar os efeitos e contradições na atuação dos Estados e agências internacionais.

São necessárias avaliações completas e exaustivas das múltiplas e, por vezes sobrepostas, estruturas de governação global para assegurar a eficiência da cooperação global e a sua orientação para as áreas mais críticas. Estas avaliações deveriam ser realizadas, preferencialmente, por um órgão não político, constituído por peritos independentes que podem ter uma perspetiva objetiva e sistémica das questões globais e apresentar pareceres e recomendações aos órgãos dirigentes. Um grupo independente de especialistas poderá definir as prioridades para a cooperação entre os Estados e as organizações internacionais. Poderá identificar os efeitos das ações políticas transversais aos organismos especializados no sistema das Nações Unidas—por exemplo os efeitos na saúde das políticas comerciais ou os efeitos ambientais das políticas orçamentais—e propor soluções. Poderá ainda avaliar as tendências globais a fim de apurar se as questões urgentes estão, ou não, a ser abordadas e identificar novos desafios que devem passar a constar das agendas políticas globais e nacionais

Esse grupo poderá também realizar estudos circunstanciados sobre a relação custo-benefício passíveis de demonstrar o impacto das políticas em todos os países e grupos populacionais. Poderá ainda incentivar a ação coletiva, uma vez que os países, frequentemente, evitam estabelecer cooperações se não estiverem seguros quanto aos potenciais resultados. Para refletir a diversidade de

pontos de vista, haverá que dar voz, com grande latitude, aos peritos dos países em desenvolvimento e, especialmente, dos países vulneráveis, incluindo os países menos desenvolvidos e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

As comissões independentes podem ter êxito. A Comissão Brundtland fez da sustentabilidade um objetivo comum de desenvolvimento, e a Comissão Stiglitz-Sen-Fittoussi ajudou a tornar o bem-estar um tema mais proeminente nas agendas de desenvolvimento. No entanto, estas comissões foram orientadas para questões específicas. O que atualmente se afigura útil seria um tipo de conselho diretor mundial—incumbido de responder ao grande desafio de acompanhar as tendências globais por forma a entender se o mundo está “em equilíbrio”, a garantir resposta às questões prementes e a assegurar que as preocupações emergentes passam a figurar nas agendas políticas.¹¹⁴

Participação

A Governação melhora quando existe uma participação direta por parte dos cidadãos. Os governos, ao estabelecerem relações estreitas com o público, podem obter informações precisas sobre as vulnerabilidades dos indivíduos e acompanhar os efeitos das intervenções políticas. Esta participação pode garantir intervenções estatais eficientes, bem como a existência de recursos públicos.¹¹⁵ Isto acontece quando os indivíduos gozam da liberdade, segurança, capacidade e voz para influenciar a tomada de decisões. As populações devem também acreditar no seu poder de produzir os efeitos desejados através da ação coletiva.¹¹⁶ Um exemplo de participação alargada do cidadão é o orçamento participativo no Brasil.¹¹⁷

A estrutura tripartida da Organização Internacional do Trabalho aponta para as possibilidades de cooperação entre os atores estatais e não estatais. Os governos, organizações de trabalhadores e representantes dos empregadores debatem, livre e abertamente, questões como normas laborais com o intuito de afiançar que os resultados das políticas reflitam os pontos de vista de todas as partes. Esta estrutura é diferente da de outros organismos internacionais, que não concedem o mesmo peso aos intervenientes não-estatais. Regra geral, limitam o processo de consulta a uma seleção de organizações

não-governamentais, com um acesso que varia entre a mais elevada participação no Conselho Económico e Social das Nações Unidas à menor representação e participação no Fundo Monetário Internacional.¹¹⁸

As convenções e conferências mundiais anteriores aumentaram os direitos e a visibilidade de grupos limitados pela vulnerabilidade estrutural. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 1990 tornou expressa a necessidade de cuidados especiais e proteção das crianças.¹¹⁹ A Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Pequim, em 1995, comprometeu os Estados a tomar medidas específicas para garantir os direitos das mulheres.¹²⁰ A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência exorta os Estados signatários a eliminar os obstáculos que impedem a plena participação das pessoas com deficiência na sociedade.¹²¹ A Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas, prevista para setembro de 2014, tem por objetivo promover a cooperação global no sentido de garantir os direitos dos povos indígenas.¹²² Uma vez ratificadas as convenções internacionais, os signatários comprometem-se a adotar legislação pertinente e a informar periodicamente a comunidade internacional sobre os progressos verificados nos respetivos domínios. Mesmo conferências a nível consultivo podem incentivar os Estados a tomar medidas com vista à redução da vulnerabilidade estrutural.

Os indivíduos estão mais dispostos a apoiar o aprovisionamento de bens públicos globais, quando se consideram cidadãos do mundo—membros de uma comunidade global que beneficia de controlos de capital, direitos laborais e direitos das mulheres.¹²³ Em princípio, esta situação é agora muito mais facilitada pela forma como as pessoas se conectam para além das fronteiras. Por exemplo, os maiores fluxos de migrantes criaram oportunidades para novas formas de solidariedade, reunindo pessoas com vulnerabilidades semelhantes, mas diferentes cidadanias nos países de acolhimento.¹²⁴

A ação coletiva é baseada nas interações pessoais e na confiança, mas as modernas tecnologias de comunicação e as redes sociais também têm o potencial de expandir o âmbito das comunidades sociais e políticas para além das fronteiras.¹²⁵ O uso do telemóvel é quase universal, com 6,8 mil milhões de assinaturas, e a utilização da Internet está em ascensão, encabeçada pelo crescimento médio anual de 27 por cento em África.¹²⁶ A tecnologia

das comunicações pode também fazer ouvir mais alto as vozes das pessoas mais vulneráveis—incentivando a participação política e social dos grupos que têm sido historicamente excluídos, ou minimamente representados no discurso público, como os pobres, as mulheres, as minorias e outros grupos vulneráveis.

* * *

O objetivo frequentemente postulado de crescimento e desenvolvimento global mais inclusivo, sustentável e resiliente requer uma visão positiva do domínio público mundial e o reconhecimento de que “o mundo que queremos” depende do êxito do aprovisionamento dos bens públicos naturais e criados pelo homem. Os mercados, embora importantes, não podem fornecer, por si mesmos, proteções sociais e ambientais adequadas. Os Estados, individual e coletivamente, têm de voltar a desempenhar o seu papel, com uma vontade mais forte e visionária de cooperar—através da harmonização de políticas nacionais ou por meio da ação coletiva internacional. Os governos precisam de maior margem de manobra política para garantir proteção e emprego às suas populações. A sociedade civil pode gerar vontade política, mas apenas se os cidadãos reconhecerem o valor para o indivíduo da colaboração transfronteiriça e dos bens públicos.

O progresso exige esforço. Muitos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio são suscetíveis de ser alcançados a nível nacional até 2015, mas o sucesso não é automático e os ganhos não são necessariamente permanentes. Ir mais longe no caminho do desenvolvimento implica proteger as conquistas feitas contra a vulnerabilidade e contra os choques, reforçando a resiliência e aprofundando o progresso. Identificar e orientar os grupos vulneráveis, reduzir a desigualdade e dar resposta à vulnerabilidade estrutural são ações essenciais para sustentar o desenvolvimento ao longo da vida do indivíduo e ao longo de gerações.

Notas

Síntese

- 1 PNUD 2013a.
- 2 Stiglitz e Kaldor 2013a.
- 3 Ver, por exemplo, Banco Mundial (2013c).
- 4 Assembleia-Geral da ONU 2013b, p. 9.
- 5 UN System Task Team on the Post-2015 UN Development Agenda 2012b.
- 6 FAO, IFAD e PAM 2013.
- 7 ILO 2013.
- 8 UNDESA 2009
- 9 OMS 2011b
- 10 CRED 2013.
- 11 PNUD 2011a.
- 12 Banco Mundial 2010.
- 13 PNUD 2013c.
- 14 Cornia e Stewart 1993.
- 15 UN System Task Team on the Post-2015 UN Development Agenda 2012b
- 16 OIT 2012b.
- 17 OIT 2010c.
- 18 Stiglitz e Kaldor 2013a.

Capítulo 1

- 1 PNUD 1990.
- 2 Chambers 2006.
- 3 Choudhury 2013.
- 4 Global Pulse, Nações Unidas, 2012; Conceição, Mukherjee e Nayyar 2011.
- 5 Stewart 2013.
- 6 Entende-se por competências sociais o que as instituições sociais podem ser ou fazer; de algum modo, trata-se das capacidades das instituições por oposição às dos indivíduos. Ver Stewart (2013).
- 7 PNUD 1994, p. 3.
- 8 PNUD 1994; Ogata e Sen 2003.
- 9 Macfarlane e Khong 2006.
- 10 Nos termos da Resolução n.º 66/290 da Assembleia Geral das Nações Unidas de 2012, a noção de segurança humana inclui o seguinte: a) O direito que assiste a toda a pessoa de viver em liberdade e condignamente, livre da pobreza e do desespero. Todos os indivíduos, sobretudo os mais vulneráveis, têm o direito a viver livres do medo e da carência, com oportunidades iguais para gozar todos os seus direitos e desenvolver integralmente o seu potencial humano; b) A segurança humana exige respostas centradas no indivíduo, abrangentes, adaptadas a um contexto específico e orientadas para a prevenção, que reforcem a proteção e o empoderamento individual e coletivo; . . .”
- 11 Stiglitz e Kaldor 2013a.
- 12 Dutta, Foster e Mishra 2011, p. 1.
- 13 ONU 2012a.
- 14 Com base em dados disponíveis de 91 países.
- 15 Sundaram 2013.

- 16 Com base em dados disponíveis de 104 países, relativos a 2000-2012, e representando 5,4 mil milhões de pessoas. Cálculos do GRDH baseados no PovcalNet do Banco Mundial (<http://iresearch.worldbank.org/PovcalNet/>, acessado em 15 de fevereiro de 2014).
- 17 Dados disponíveis para 8 países.
- 18 OIT 2010c.
- 19 Sundaram 2013.
- 20 Sundaram 2013.
- 21 Stiglitz e Kaldor 2013a.
- 22 IPCC 2013.
- 23 PNUD 2011a.
- 24 La Trobe 2002.
- 25 Assembleia Geral da ONU 2013c.
- 26 Kaul 2014.
- 27 Stiglitz e Kaldor 2013a.
- 28 A desigualdade horizontal é a desigualdade entre grupos. Ver Stewart, Brown e Mancini (2005).
- 29 Projeto Minorias em Risco 2014.
- 30 Swiderska e outros 2009.
- 31 OMS 2011b.
- 32 UNDESA 2009.
- 33 UIP 2013; Munyaneza 2013.
- 34 Ver Liem e Rayman (1982), Darity e Goldsmith (1996) e Muqtada (2010), entre outros.
- 35 Ver Burgard, Brand e House 2007;
- 36 Zaidi 2014; Hardgrove e outros 2014; Young 2014.
- 37 Nussbaum 2005.
- 38 Boudet e outros 2012.
- 39 OIT n.d.
- 40 FMI 2014.
- 41 FMI 2014; OIT 2013e.
- 42 O’Sullivan, Mugglestone e Allison 2014.
- 43 Stiglitz e Kaldor 2013a.
- 44 Ismi 2013.
- 45 Østby 2008b; Stewart 2008.
- 46 Stewart 2008.
- 47 Stewart 2013.
- 48 Kelly e outros 2008
- 49 Fitoussi e Malik 2013
- 50 Sen 1992.
- 51 Kant 1781.
- 52 Sen 1999, p. 8.
- 53 Sen, Stiglitz e Fitoussi 2009, p. 4.
- 54 O RDH de 1993 (PNUD 1993) define crescimento sem emprego como a situação em que o aumento do emprego não acompanha o crescimento do produto.
- 55 Banco Mundial 2012.
- 56 HelpAge International 2013.
- 57 Nona Conferência Ministerial da Organização MUndial do Comércio (2013) Sítio Web, <https://mc9.wto.org>.
- 58 Revkin 2012.
- 59 Polanyi 1944.

Capítulo 2

- 1 PNUD 2013a.
- 2 Sen, Stiglitz e Fitoussi 2009, p. 7.

- 3 Os países desenvolvidos não estão incluídos nos agregados regionais, mas estão incluídos nos agregados de desenvolvimento humano.
- 4 Algumas ressalvas: uma vez que o IDH é limitado a um máximo de 1, pode estar sujeito a uma melhoria marginal em decréscimo; porque o componente rendimento (fluxo) é muitas vezes mais volátil do que os componentes de saúde e educação (stocks), as mudanças de curto prazo podem ser impulsionadas principalmente pelo rendimento (especialmente durante uma crise económica); e a falta de dados recentes (especialmente na educação e nos países mais pobres) pode esconder o progresso geral. No entanto, a magnitude das mudanças e o facto de as conclusões serem bastante evidentes relativamente a vários pontos charneira (por exemplo, de 2005 em vez de 2008) indicam que estão em causa os fatores mais significativos.
- 5 A amostra mais pequena (em comparação com os 187 países que têm um valor de IDH relativo a 2013) fica a dever-se à falta de séries de tempo suficientemente longas para vários países.
- 6 Por exemplo, um melhor acesso ao atendimento qualificado pré-natal e ao nascimento contribuiu para reduzir drasticamente a mortalidade materna no Nepal. O acesso universal gratuito ao ensino reforçou o desenvolvimento humano no Sri Lanka. Além disso, os programas de transferência de rendimento em vários países da América Latina ajudaram a reduzir a pobreza. Ver também a RDH 2013 (PNUD 2013a) para os fatores-chave do progresso.
- 7 PNUD 2010.
- 8 Em algumas regiões, isso pode dever-se à dificuldade de aumentar os níveis de ensino para além de um determinado nível, tais como a educação primária na Ásia do sul e África Subariana.
- 9 PNUD 2013a.
- 10 Estes dados não são diretamente comparáveis com a figura 2.4, uma vez que se referem ao número de países que experimentaram uma tendência específica da desigualdade (em vez de fornecer uma medida de desigualdade a nível regional), bem como a um período de tempo mais longo.
- 11 UNDESA 2013b.
- 12 Lakner e Milanovic 2013. Os autores ajustam estimativas anteriores, que apontavam para um declínio recente na desigualdade mundial, a fim de fazer à provável insuficiente informação sobre os rendimentos mais elevados nos inquéritos.
- 13 Milanovic 2012. A parte que cabe a 1 por cento dos mais ricos pode ser gravemente subestimada, dada a dificuldade de estimar os seus rendimentos.
- 14 Fuentes-Nieva e Galasso 2014.
- 15 Stiglitz 2012a.
- 16 The Economist 2013b.
- 17 Atkinson 2013.
- 18 Os dados referem-se a 2000–2012 e são expressos em termos de PPC 2005 (baseado em dados do Banco Mundial 2014a).
- 19 Os dados referem-se a 2005–2012 (Baseado em cálculos do GRDH).
- 20 PNUD 1993.
- 21 A Organização Internacional do Trabalho indica que, se as tendências atuais nos mercados de trabalho persistirem, as taxas de emprego nos países em desenvolvimento regressam a níveis pré-crise em 2015, enquanto nos países desenvolvidos, regressarão aos níveis pré-crise só depois de 2017 (OIT 2013e).
- 22 OIT 2013c.
- 23 Sen 2013.
- 24 PNUD 2011a, 2013. O RDH 2011 definiu o desenvolvimento humano sustentável como “alargamento das liberdades substantivas das pessoas do mundo atual, ao mesmo tempo que se enviam esforços razoáveis para evitar comprometer seriamente as das gerações futuras” (p. 20).
- 25 ONU 2013b.
- 26 Ver Rockström e outros (2009) e Fitoussi e Malik (2013).
- 27 PNUD 2013a.
- 28 Pineda 2013.
- 29 CNUCED 2012b.
- 30 OIT 2013a.
- 31 Kim e Conceição 2010.
- 32 Molina e outros 2014. Uma regressão no IDH é definida como um abrandamento do crescimento do IDH em relação à sua tendência de longo prazo. O estudo também constata que os componentes não-rendimento do desenvolvimento humano são mais resilientes a choques do que o componente rendimento (talvez porque o componente de rendimento é um fluxo, em vez de um stock).
- 33 Existem também dados que mostram que a liberalização da balança de capital leva a um aumento persistente da desigualdade (ver Furceri e Loungani 2013).
- 34 Banco Mundial 2013c.
- 35 Dependendo, naturalmente, da fonte e do tipo de crescimento económico.
- 36 Stiglitz 2012a. Por exemplo, nos Estados Unidos, a estagnação dos salários reais para os trabalhadores, na base da escala da distribuição, quando combinada com o crédito fácil, contribuiu para a bolha imobiliária do início dos anos 2000. A nível global, os desequilíbrios

- macroeconômicos contribuíram para uma maior instabilidade econômica, que também desempenhou um papel importante na crise econômica global.
- 37 Berg e Ostry 2011b.
- 38 Naylor e Falcon (2010) defendem que as variações de preços de produtos de base na década de 2000 foram semelhantes à volatilidade extrema observada na década de 1970 - e, assim, consideravelmente maior do que nas décadas de 1980 e 1990. A política macroeconômica, as taxas de câmbio e os preços do petróleo foram os principais determinantes da variabilidade dos preços no período 2005 -2010.
- 39 O RDH 2011 (PNUD 2011) defendeu que o risco ambiental pode aumentar significativamente a desigualdade global.
- 40 Cutter e outros 2009.
- 41 OMS 2011a.
- 42 IPCC 2013.
- 43 IPCC 2014.
- 44 PNUD 2013c.
- 45 O Uppsala Conflict Data Program/Peace Research Institute, em Oslo, define quatro tipos de conflitos armados: interestatais, que ocorrem entre dois ou mais estados; internos, que ocorrem entre o governo de um estado e um ou mais grupos de oposição internos sem a intervenção de outros estados; interno internacionalizado, que ocorre entre o governo de um estado e um ou mais grupos de oposição internos com a intervenção de outros estados (partes secundárias) em um ou ambos os lados; e extrasistêmico, que ocorre entre um Estado e um grupo não-estatal fora do seu próprio território. Os conflitos extrasistêmicos referem-se principalmente às guerras coloniais. Para reduzir o número de categorias, os conflitos extrasistêmicos estão incluídos nos conflitos interestatais, e os conflitos internos internacionalizados são incluídos em conflitos internos.
- 46 Relativamente aos três últimos anos, a desigualdade de rendimento colocou os Riscos Mundiais do Fórum Econômico Mundial no topo da classificação em termos de probabilidade (ver FEM 2014).
- 47 OCDE 2012.
- Capítulo 3**
- 1 A preocupação é, em particular, a limitação potencial das escolhas que as pessoas legitimamente valorizam.
- 2 Ver Young (2014).
- 3 Fuentes-Nieva e Galasso 2014.
- 4 Stiglitz 2012b.
- 5 Pineda e Rodríguez 2006a; Bénabou 2000; Alesina e outros 1996.
- 6 PNUD 2013a.
- 7 Schroder-Butterfill e Mariani 2006.
- 8 Os resultados também dependem do tipo de indicador utilizado. Por exemplo, constata-se que o potencial de recuperação de uma situação de atraso no crescimento na infância é positivo nos casos de pontuações de altura z , mas existem menos provas de recuperação a nível dos indicadores referentes à altura em geral. Isto significa que há casos em que a reversão é possível, mas que as provas existentes são mistas e dependem do contexto específico (ver Cameron, Preece e Cole 2005).
- 9 Shonkoff e Richter 2013.
- 10 A África Subsaariana é a única região onde a percentagem de crianças com idade inferior a 5 anos não registou uma diminuição substancial, desde 1970 (Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em Lutz e KC 2013).
- 11 Ver Young (2002).
- 12 Shonkoff e Phillips 2000; McCain, Mustard e McCuaig 2011; Shonkoff e outros 2012.
- 13 Hertzman e Boyce 2010.
- 14 O desenvolvimento humano precoce processa-se através de uma interação complexa e dinâmica entre natureza e criação, ou seja, entre os genes e o meio ambiente. Os genes “escutam” o ambiente, e o ambiente “adapta” o código genético. O ambiente modifica a expressão dos genes (por exemplo, variantes do gene, fenótipo) e pode “ligar” e “desligar” os genes através do processo epigenético. Neste processo, as experiências deixam uma assinatura química, ou marca epigenética, que altera a expressão genética sem alterar a sequência de ADN. Muitas dessas mudanças são temporárias, mas outras parecem subsistir (ver McCain, Mustard, McCuaig 2011 e Young 2013).
- 15 Estes resultados não são determinantes; refletem simplesmente o facto de que as adversidades no início da vida estão associadas a uma maior probabilidade de efeitos adversos no futuro (ver Anda e outros 2006; Felitti e outros 1998; Hertzman e Boyce 2010 e Young 2014).
- 16 Bhutta 2002; Engle e outros 2007, 2011; Alderman e Engle 2008; Armecin e outros 2006.
- 17 McEwen 2008. A exposição a um risco de desenvolvimento aumenta a probabilidade de comprometer o desenvolvimento, mas não é determinante. Implica apenas que a criança terá maior probabilidade de se confrontar com problemas de desenvolvimento. Provas existentes também mostram que isso pode reduzir o impacto da exposição da criança a fatores de proteção ou a intervenções destinadas a promover o desenvolvimento na primeira infância (ver Wachs e Rahman 2013).
- 18 Heckman 2006.
- 19 Young 2014.
- 20 Muitos dos riscos com que normalmente se deparam as crianças que crescem em situação de pobreza nos países de baixo e médio rendimento são os mesmos com que se deparam as crianças pobres que crescem em países de elevado rendimento, ainda que os riscos sejam menores para estas últimas (ver Wachs e Rahman 2013).
- 21 A falta de registo de nascimento pode condicionar seriamente o direito da criança à plena cidadania, e impedir que a criança usufrua da maioria das formas de proteção infantil, como os cuidados de saúde. A região onde a questão do registo de nascimento suscita mais problemas é a Ásia do Sul, que respondeu por cerca de metade dos 51 milhões de crianças sem registo de nascimento no mundo, em 2007 (ver Engle, Rao e Petrovic 2013).
- 22 A alimentação é um fator crítico a partir das primeiras fases de desenvolvimento. Tanto a quantidade como a qualidade da alimentação dos bebés têm efeitos importantes no seu crescimento. As práticas de alimentação e o desmame dos bebés afetam o seu peso bem como a sua morbidade e mortalidade. Estudos mostram que a amamentação sub ótima e a amamentação não exclusiva nos primeiros 6 meses de vida respondem por 10 por cento da carga de doenças em crianças com menos de 5 anos de idade (Black e outros 2008).
- 23 Young 2013.
- 24 Brooks-Gunn e Duncan 1997.
- 25 Engle e outros 2007.
- 26 Hart e Risley (1995). Carneiro e Heckman (2003) também encontraram, já aos 6 anos de idade, diferenças relacionadas com o estrato socioeconómico a nível das competências cognitivas.
- 27 Ardila e outros (2005). Alguns estudos realizados em países em desenvolvimento têm chegado a conclusões semelhantes sobre a ligação entre o estatuto socioeconómico e o desenvolvimento cognitivo (Naudeau e outros 2011). Um estudo levado a cabo no Equador (Paxson e Schady 2007) mostra que a riqueza das famílias (e a educação dos pais) está associada a uma pontuação mais elevada nos testes de compreensão oral, e que as lacunas são maiores entre as crianças mais velhas.
- 28 A interação compreende a comunicação nos dois sentidos com as pessoas de referência para a criança, a vocalização, gestos, expressões faciais e movimentos do corpo. As interações podem ser expressões calorosas da mãe, contato físico e jogos, reciprocidade visual e trocas vocais, bem como a resposta oportuna e adequada da mãe ao bebé (Bornstein e outros 2008). Ver também Bornstein e Putnick (2012) sobre ações positivas de prestação de cuidados nos domínios cognitivo e socio emocional.
- 29 NICHD 2006.
- 30 No entanto, ao tempo da crise, no caso das crianças de 7-12 anos, o efeito foi negativo e pequeno, mas não estatisticamente diferente de zero (Stevens e Schaller 2011; Falkingham 2000; Frankenberg, Duncan e Beege 1999).
- 31 Falkingham 2000.
- 32 O trabalho infantil é também uma consequência da insegurança económica e da vulnerabilidade dos trabalhadores adultos em relação ao mercado de trabalho. O trabalho infantil é um mecanismo de subsistência adotado pelas famílias pobres, justamente as mais vulneráveis a choques adversos para a sua subsistência (Basu e Van 1998).
- 33 Young 2014.
- 34 Heckman 2013.
- 35 McCain, Mustard e Shanker 2007; Mustard 2006.
- 36 OMS 2002; Heise 1998; Abramsky e outros 2011; Abrahams e Jewkes 2005.
- 37 Alguns autores salientam, porém, que os problemas de não comunicação de ocorrências podem comprometer a obtenção de provas conclusivas (Berliner e Elliot 1996).
- 38 Pereda e outros (2009), análise de 65 estudos de 22 países.
- 39 Bos e outros 2009.
- 40 Pinheiro 2006; Plan International 2012.
- 41 A Organização Internacional do Trabalho define os jovens como pessoas com idades entre 15 e 24 anos (OIT 2013b).
- 42 Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em dados da ONU (2014b) e Lutz e KC (2013).
- 43 OIT 2013a.
- 44 Verick 2009; Ha e outros 2010.
- 45 OIT 2012a.
- 46 Verick 2009.
- 47 Assaad e Levison 2013.
- 48 Conforme documentado no PNUD (2013a).
- 49 Estima-se que o aumento súbito da população jovem, ou “explosão juvenil”, trará anualmente mais de 120 milhões de novos jovens para o mercado de trabalho, principalmente nos países em desenvolvimento (ver Fórum Económico Mundial 2014).
- 50 O Banco Mundial estima que mais de 25 por cento dos jovens no mundo (cerca de 300 milhões) não têm um trabalho produtivo (ver Newhouse 2013).
- 51 Isto não se prende apenas com considerações de ordem económica, mas também com a falta de confiança e vínculos sociais que a exclusão de oportunidades produtivas suscita (ver Assaad e Levison 2013).
- 52 De acordo com o cenário de base, espera-se que o desemprego juvenil seja ainda um pouco mais elevado em 2050 (14,3 por cento).
- 53 O fosso será colmatado na Ásia do Sul, embora lentamente, à medida que a oferta começa a diminuir, por volta de 2035.
- 54 Boyden, Hardgrove e Knowles 2012.
- 55 Pells 2011.
- 56 Ames, Rojas e Portugal 2009; Woldehanna, Jones e Tefera 2008. Ver também Vennam e outros (2009).
- 57 Morrow 2013.
- 58 Rolleston e James 2011. Estes resultados não se ficam a dever a diferenças na frequência escolar, uma vez que

- nestes países, aos 15 anos de idade, as jovens têm maior probabilidade de frequentar a escola do que os rapazes (ver Hardgrove e outros 2014).
- 59 Incluindo o risco, em todas as sociedades, de estigma social em relação a jovens lésbicas, homossexuais, bissexuais, transexuais e outros que se questionam sobre a sua orientação sexual.
- 60 Outra vulnerabilidade que se gera com a experiência sexual é a exposição a riscos de doenças sexualmente transmissíveis.
- 61 Hardgrove 2012.
- 62 Bunting e McAuley 2004.
- 63 Pinheiro 2006.
- 64 Kelly 2010.
- 65 PNUD 2013b.
- 66 Krug e outros 2002.
- 67 O emprego vulnerável corresponde à soma de trabalhadores familiares não remunerados e trabalhadores por conta própria.
- 68 As projeções da Organização Internacional do Trabalho mostram que se prevê que, até 2017, o número de trabalhadores pobres entre a população empregada total diminuirá para 17 por cento na Ásia do Sul e 32 por cento na África Subsaariana (OIT 2013a).
- 69 Banco Mundial 2012.
- 70 OIT 2013e.
- 71 Von Wachter 2014. Ver também Stephens (1997); Schmieder, von Wachter e Bender (2009); Eliason e Storrie (2009); e Morissette, Zhang e Frenette (2007).
- 72 Ver Kaplan, Martinez e Robertson (2005), no caso do México.
- 73 Frankenberg, Duncan e Beege 1999; Smith e outros 2002; McKenzie 2003.
- 74 Burgard, Brand e House 2007; Sullivan e von Wachter 2009; Cutler e outros 2002.
- 75 Brand, Levy e Gallo 2008.
- 76 Verificou se, no caso das mulheres, que a disparidade de rendimentos na velhice está relacionada sobretudo com a idade (as coortes mais jovens obtêm rendimentos superiores), a educação (um nível de escolaridade mais elevado reduz a diferença entre os sexos), e a profissão e setor de atividade em que se trabalhou (ver Bardasi e Jenkins 2002).
- 77 OIT 2012c.
- 78 No caso dos países da Categoria 3, embora o número de postos de trabalho tenha diminuído, os empregos de menor qualidade foram os primeiros a ser suprimidos, com a consequente melhoria na qualidade geral do emprego. Em contrapartida, no caso dos países da Categoria 2, as taxas de emprego aumentaram comparativamente a 2007, mas em resultado de um aumento dos postos de trabalho de baixa qualidade.
- 79 OIT 2012b.
- 80 Heintz 2012.
- 81 Bargain e Kwenda 2009; von Wachter 2014.
- 82 Ono e Sullivan 2013; Keizer 2008.
- 83 OIT 2013a.
- 84 Arriagada 1994; Cerrutti 2000; Casale 2003.
- 85 Bahçe e Memiş 2013; Berik e Kongar 2013.
- 86 Heath 2012.
- 87 Stevens e Schaller 2011; Falkingham 2000.
- 88 Mejia-Mantilla 2012; Falkingham 2000.
- 89 Banco Mundial 2012; Fischer 2013.
- 90 Banco Mundial 2012.
- 91 Kuhn, Lavile e Zweimuller 2009.
- 92 Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em Lutz e KC (2013).
- 93 Barrientos 2006.
- 94 Os que contribuíram para um regime de pensões durante a sua vida de trabalho terão alguns rendimentos e são menos vulneráveis do que aqueles que tiveram um emprego mal remunerado, a tempo parcial, precário ou no setor informal (Zaidi 2013).
- 95 Kondkher, Knox-Vydanov e Vilela 2013.
- 96 Alguns estudos indicam que as pensões sociais auferidas regularmente e por direito próprio, mesmo que relativamente pequenas, melhoram as condições socioeconómicas dos idosos, apoiando o seu papel como membros da família que participam ativamente na tomada de decisões (ver Beales 2012). Os efeitos positivos das pensões sociais são passíveis de ser alargados a outros membros da família, nomeadamente as crianças. Chegou-se à conclusão de que as crianças de famílias que incluem uma pessoa mais velha beneficiária de uma pensão social beneficiam, em termos de alimentação e educação, do contributo destes pagamentos relativamente pequenos para o rendimento familiar (ver Duflo 2000).
- 97 A passagem à situação de viuvez ou deficiência desencadeia também um impacto negativo importante no bem estar financeiro das pessoas idosas (ver Burkhauser, Holden e Feaster 1988; Burkhauser, Butler e Holden 1991; Emmerson e Muriel 2008; Holden, Burkhauser e Myers 1986; e McLaughlin e Jensen 2000).
- 98 UNFPA e HelpAge International 2012.
- 99 OCDE 2011b.
- 100 CEPAL 2011.
- 101 OMS 2011b.
- 102 Masset e White 2004.
- 103 UNFPA e HelpAge International 2012.
- 104 De igual modo, a Organização Mundial da Saúde (OMS 2007) constatou que, em todos os países, determinados grupos de mulheres idosas estão mais expostos ao risco de pobreza, nomeadamente, as viúvas, divorciadas ou portadoras de deficiência, bem como as que cuidam de netos e crianças órfãs da SIDA.
- 105 O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF 2006) estima que, na África Oriental e Austral, 40 60 por cento das crianças órfãs e vulneráveis estão ao cuidado dos avós. De igual modo, Beegle e outros 2009 constataam que as pessoas mais velhas chegam a cuidar de 81 por cento das crianças órfãs.
- 106 Stewart, Brown e Mancini 2005.
- 107 DFID 2001.
- 108 Chambers 1989.
- 109 UN Enable 2013.
- 110 Cerca de 1,5 milhões de pessoas (de 10 milhões) ficaram desalojadas e foram transferidas para acampamentos após o terramoto. Devido à capacidade limitada do Estado e dos serviços públicos para proceder a obras de reconstrução e proteger a população, a vulnerabilidade das famílias mais pobres aumentou ainda mais (com epidemias, inundações, etc.), e as suas condições de vida agravaram-se (ver Châtaigner 2014 e Herrera e outros 2014).
- 111 Rentschler 2013.
- 112 A base de dados Povcal do Banco Mundial fornece estimativas sobre pobreza de rendimento baseadas em inquéritos respeitantes ao período de 2000 2012 e a apenas 104 países, que representam um total de 5,4 mil milhões de pessoas. O número de pessoas que vive com menos de 1,25 dólares por dia é 1,2 mil milhões, correspondentes a 22 por cento da população nesses 104 países. De notar também que as linhas internacionais de pobreza são expressas em termos de PPC de 2005.
- 113 Este grupo pode ser denominado “quase pobres”. A população considerada próxima da pobreza multidimensional tem 20 33 por cento de privações. A população considerada quase pobre do ponto de vista monetário tem um rendimento equivalente per capita acima de 1,25 dólares por dia, mas abaixo de 2,50 dólares por dia.
- 114 Chegou-se à conclusão de que as pessoas social e geograficamente desfavorecidas expostas a desigualdades persistentes, incluindo a desigualdade horizontal (por exemplo, a desigualdade em função do género, idade, raça, etnia e deficiência), são particularmente afetadas negativamente pelas alterações climáticas e os riscos relacionados com o clima (ver IPCC 2014).
- 115 Banco Mundial 2013b.
- 116 UN Global Pulse 2012.
- 117 Stiglitz e Kaldor 2013a.
- 118 Frazer e Marlier 2012.
- 119 Hallegatte e outros 2010; Rentschler 2013.
- 120 Rentschler 2013.
- 121 Rentschler 2013.
- 122 Isto reflete, pura e simplesmente, o facto de que as famílias mais pobres estão expostas a um maior número e uma maior diversidade de tipos de choques e acontecimentos adversos do que as famílias mais abastadas. Ver Boyden 2009; Woodhead, Dornan e Murray 2013.
- 123 Krutikova 2010.
- 124 PNUD 2011a.
- 125 Países classificados no quintil superior do Índice de Instituições Sociais e Género da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, que mede a discriminação subjacente contra as mulheres através do registo e quantificação das instituições sociais discriminatórias (ver OCDE 2010).
- 126 O estudo utilizou um grande conjunto de dados de 59 países, abrangendo 1,5 milhões de nascimentos entre 1975 e 2004 (Conceição, Mukherjee e Nayyar 2011; Baird, Friedman e Schady 2007).
- 127 Friedman e Schady 2009.
- 128 Serviço de Investigação do Parlamento Europeu 2013.
- 129 Ferris, Petz e Stark 2013.
- 130 Apoiadas pela Swayam Shikshan Prayog, uma organização não governamental com sede em Mumbai, e pelo Covenant Centre for Development, uma organização não governamental com sede em Tamil Nadu, as mulheres visitaram 13 aldeias em Nagapattinam e Cuddalore, os dois distritos mais atingidos. Identificaram formas de promover programas de reabilitação da habitação e subsistência das aldeias a longo prazo e apoiaram ativamente a população, conversando com os sobreviventes, partilhando histórias e organizando encontros com grupos de mulheres, grupos de jovens e cooperativas de pescadores (ver Gupta e Leung 2011).
- 131 UNDESA 2009
- 132 Dada a diversidade de povos indígenas, o sistema das Nações Unidas não adotou uma definição oficial do termo “indígena”. Em vez disso, desenvolveu uma compreensão moderna do termo baseada em critérios como a auto-identificação enquanto povos indígenas; continuidade histórica com sociedades pré-coloniais ou précolonizadoras, ligações fortes a territórios e recursos naturais circundantes; sistemas sociais, económicos e políticos distintos; língua, cultura e crenças distintos; e determinação de reproduzir ambientes e sistemas ancestrais como povos e comunidades distintivos.
- 133 Vinding e Kampbel, 2007
- 134 Por exemplo, durante uma onda de calor na cidade Húngara de Ozd em Agosto de 2013, o abastecimento de água foi cortado num grande número de fontes de água das quais os Roma dependem. Isto deixou milhares deles à espera de recolher água das fontes públicas de água que ainda funcionavam (ver Dunai, 2013)
- 135 Hughes e outros, 2012.
- 136 Por exemplo, pessoas que utilizam cadeiras de rodas podem não ter dificuldades relacionadas com a informação geral sobre o risco de catástrofes. No entanto, essas mesmas pessoas podem enfrentar grandes obstáculos para garantir, em segurança, a sua própria

- proteção aquando de uma evacuação na sequência de um sismo.
- 137 Robinson, Scherrer e Gormally, 2013.
- 138 A deficiência está também relacionada com níveis mais baixos de educação. Dados disponíveis demonstram que existe uma maior probabilidade de sofrer de uma deficiência nos níveis mais baixos de escolaridade. Isto aplica-se a todas as regiões, se bem que em diferentes graus (ver KC e outros, 2014).
- 139 OMS, 2011
- 140 Cerca de um terço da migração dos países em desenvolvimento é irregular (PNUD, 2009b)
- 141 As mulheres migrantes representaram cerca de 49,6 por cento dos migrantes internacionais em 2005 (UNFPA, 2008)
- 142 UNFPA, 2008.
- 143 PNUD, 1994, p. 1.
- 144 Gasper e Gomez, 2014.
- 145 OMS, 2002
- 146 Muito concretamente, o custo da violência para a sociedade é avultado. Um estudo de 1992 sobre os Estados Unidos estimou em 126 mil milhões de dólares os custos anuais diretos e indiretos de ferimentos infligidos com armas de fogo e em 51 mil milhões de dólares os ferimentos infligidos com armas brancas (OMS 2002). Além disso, um estudo conjunto realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento registou custos importantes da criminalidade e da violência em termos de percentagem do PIB em cinco países da América Latina em 2010, desde 3 por cento no Chile e no Uruguai a mais de 10 por cento nas Honduras (ver PNUD, 2013b)
- 147 Gasper e Gomez, 2014
- 148 PNUD, 2005, 2013b
- 149 PNUD, 2012b
- 150 Stiglitz e Kaldor, 2013a.
- 151 OCDE, 2011a
- 152 Stewart 2010.
- 153 Excluído pela corrente dominante da sociedade da plena participação na vida económica, social e política das respectivas sociedades, frequentemente em razão de algumas características de um grupo (por exemplo, culturais, religiosas ou raciais). Ver Stewart e outros, (2006)
- 154 Zeitlyn, 2004.
- 155 Stewart, 2010
- 156 Os motivos dos dirigentes de grupo podem ser a falta de poder político, enquanto os seguidores se preocupam mais com a desigualdade social e cultural (ver Stewart, 2008). Ver também OCDE (2011a) para uma discussão de alguns motores socioeconómicos críticos de desigualdade em países em desenvolvimento e a sua interação
- 157 A análise de Østby (2008) de 55 países entre 1986-2003 constata um aumento significativo da probabilidade de conflito nos países com severa desigualdade horizontal económica e social. Mancini (2008) indica que a ocorrência de conflito violento é mais provável em zonas com menor desenvolvimento económico e maior polarização religiosa. Consta também que as medidas de desigualdade de rendimentos (vertical) assim como outros indicadores puramente demográficos de diversidade étnica não afetaram a probabilidade de violência sectária comunal. (Ver também Stewart 2008, 2010 e Hoefler, 2012). Outro estudo sugeriu considerar a exclusão social como processos de desfavorecimento que ocorrem verticalmente, dado que isto proporciona um entendimento mais matizado da forma como as fraturas sociais podem conduzir ao conflito de um modo que impede a tendência de imputar aos estratos sociais mais baixos o conflito induzido pela desigualdade sem incorporar o papel frequentemente desempenhado pelas elites em muitos episódios de conflito (ver Fischher, 2008).
- 158 A relação entre a exclusão social e o conflito pode ser ilustrada em muitos exemplos: as rebeliões muçulmanas nas Filipinas e na Tailândia; os movimentos separatistas de Aceh, Timor-Leste e Papua na Indonésia; e os separatistas do Paquistão do Leste e da Eritreia, entre outros (Ver Stewart, 2010)
- 159 Dados disponíveis associam estes episódios a períodos de reforma económica (como alterações a nível da política comercial). Ver Kanbur (2007).
- 160 Marc e outros, 2012.
- 161 Stewart e outros (2006) Ver também Stewart (2010) para uma tipologia das diferentes abordagens para gerir a desigualdade horizontal.
- 162 Parlow, 2012.
- 163 EWSCVA 2007.
- 164 ACNUR, 2012.
- 165 Deste número, 17,7 milhões eram pessoas deslocadas internamente e 10,5 milhões eram refugiados (mais 2,3 milhões do que em 2011) O número dos refugiados estava próximo do de 2011 (10,4 milhões), e o número de pessoas deslocadas internamente aumentou 2,2 milhões desde o final de 2010 (ACNUR, 2012).
- 166 O conflito, nomeadamente as guerras civis, parece estar associado ao mau desempenho em termos do Índice de Desenvolvimento Humano (progresso significativamente abaixo do que se poderia esperar dadas as condições iniciais), visto que 60 por cento dos países que vivem este tipo de conflito (28 de 46 países incluídos na amostragem) apresentaram resultados insuficientes neste domínio (Ver PNUD 2010)
- 167 Cálculo do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseado nos dados do Programa de Dados de Upsall sobre mortes ocorridas em batalha.
- 168 Outros serviços importantes que podem ser gravemente afetados por conflitos são os serviços de saúde reprodutiva. Por exemplo, os casais não podem ter acesso a serviços de planeamento familiar, o que resulta no aumento dos casos de gravidez indesejada e de abortos realizados sem condições de segurança. (Ver OMS 2000)
- 169 As crianças sudanesas de 7 a 12 anos de idade que viviam no norte do Uganda e que estiveram expostas à guerra tinham maior probabilidade de problemas comportamentais, sintomas de depressão e queixas semelhantes às do stress pós-traumático do que as crianças ugandesas que não tinham sido afetadas pela Guerra (Paardekooper, De Jong e Hermanns, 1999).
- 170 Recorrendo a dados dos agregados familiares relativos à Colômbia, Engel e Ibanez (2000) mostram que as perceções de segurança exercem uma influência decisiva sobre a migração.
- 171 Os atos de violência sexual e relacionada com o género contra mulheres e jovens do sexo feminino (incluindo a violação em massa) são, cada vez mais característicos da guerra e do conflito (Ver OMS, 2000)
- 172 Gagrom, 2010
- receitas fiscais necessárias para apoiar o modelo nórdico.
- 11 UNICEF 2008.
- 12 OIT e PNUD 2011.
- 13 UNICEF 2008.
- 14 UNICEF 2008.
- 15 OIT 2011b.
- 16 Waters, Saadah e Pradhan 2003.
- 17 Waters, Saadah e Pradhan 2003.
- 18 Mok, Lawler e Hinsz 2009.
- 19 Ao mesmo tempo, as redes familiares e comunitárias tradicionais e outras instituições sociais na Tailândia permaneceram relativamente estáveis, em que os laços entre populações rurais e urbanas forneciam uma rede de segurança informal para as pessoas carenciadas.
- 20 PNUD 2011c.
- 21 Ringen 1988.
- 22 Esping-Andersen 1999; Palme 2006.
- 23 OIT 2011b.
- 24 Esping-Andersen e Myles 2008
- 25 Jantti e Bradbury 2001.
- 26 Nelson (2004) associou o elevado nível de redução da pobreza na Suécia ao elevado nível de redistribuição por meio de prestações não sujeitas a condição de recursos, nomeadamente prestações universais.
- 27 OIT e PNUD 2011.
- 28 PNUD 2013a.
- 29 A literacia feminina e os indicadores de educação para as mulheres podem ser melhores indicadores da cobertura da educação, uma vez que os indicadores agregados podem dar uma média com base nas diferenças de género em termos de desempenho escolar. Isto aplica-se de modo especial às sociedades patriarcais em que existe a probabilidade de as mulheres terem menos acesso do que os homens à educação e aos cuidados de saúde.
- 30 Meng e Tang 2010.
- 31 Xinhua New Service 2013.
- 32 MacLeod e Urquiola 2012.
- 33 Young 2014.
- 34 Dalman e Bremberg, 1999.
- 35 Os benefícios obtidos graças a intervenções precoces eficazes são mais sustentáveis quando acompanhados por investimentos continuados numa educação de grande qualidade. Os retornos do investimento na escola são mais elevados para as pessoas com capacidades cognitivas mais sólidas, em que o desenvolvimento cognitivo ocorre nos primeiros anos.
- 36 Heckman 2005.
- 37 Bornstein e outros 2008.
- 38 Hackman, Farah e Meaney 2010; Nelson, Fox e Zeanah 2014.
- 39 Para uma revisão da literatura sobre a correlação entre estatuto socioeconómico e desenvolvimento na primeira infância, ver Young (2014).
- 40 OIT 2014.
- 41 Amsden 2001; Chang 1993.
- 42 OIT 2006a

Capítulo 4

- 1 A “Bolsa Família” começou como “Bolsa Escola”, um programa de transferências condicionadas de rendimentos que dava incentivos aos pais para que mantivessem os filhos na escola e visitassem regularmente os centros de saúde. Em 2006, estimava-se que a “Bolsa Família” custava 0,5 por cento do PIB do Brasil e cerca de 2,5 por cento da despesa total do governo, abrangendo aproximadamente 11,2 milhões de famílias, ou cerca de 44 milhões de cidadãos brasileiros.
- 2 Mkandawire 2001; Kumlin e Rothstein 2005.
- 3 Assembleia-Geral da ONU 2013b, p. 12.
- 4 Assembleia-Geral da ONU 2013a, p. 11.
- 5 Deacon e Cohen 2011.
- 6 Korpi e Palme (1998, p. 661) definem assim o paradoxo: quanto mais direcionamos os benefícios para os pobres e quanto mais nos preocupamos em criar igualdade através de transferências públicas iguais para todos, menos probabilidades temos de reduzir a pobreza e a desigualdade.
- 7 Mkandawire 2001; Rothstein 2001.
- 8 Baldwin 1990.
- 9 Deacon e Cohen 2011.
- 10 Heller (2005) define o espaço orçamental como uma margem existente num orçamento do governo que lhe permite afetar recursos a um determinado objetivo, sem comprometer a sustentabilidade da sua posição financeira ou a estabilidade da economia. O modelo nórdico pôde ser financiado justamente porque também incluía provisões para apoiar o pleno emprego. O pleno emprego, por seu turno, gerava as

- 43 Heyer, Stewart e Thorp 1999; Thorp, Stewart e Heyer 2005.
- 44 Para análises de programas de obras públicas, ver Devereux e Solomon (2006) e Lal e outros (2010).
- 45 Zepeda e outros 2013.
- 46 Kostzer 2008.
- 47 Muqtada 1987; Ahmed e outros 1995.
- 48 Marshall e Butzbach 2003; Devereux e Solomon 2006.
- 49 Langer e outros 2012. Date-Bah 2003.
- 50 KC e outros 2014.
- 51 Hausmann 2013.
- 52 A compreensão de meios de subsistência diversificados é um dos conhecimentos genéricos que decorrem da literatura sobre meios de subsistência.
- 53 Em certos casos, as transições a nível do desenvolvimento podem conduzir a novos regimes de segurança social, ou poderão verificar-se efeitos de feedback entre transições económicas e proteções sociais.
- 54 Anuário Estatístico da China 2011.
- 55 UNRISD 2010.
- 56 PNUD 2011a.
- 57 Hoon 2011.
- 58 Stephan 2009.
- 59 Além disso, também se observa que as subvenções salariais da Alemanha nesse período parecem ter sido benéficas do ponto de vista orçamental. Estima-se que os ganhos orçamentais ascendem a 1 600–2 000 euros para os homens na Alemanha Oriental e a 500–1 000 euros para os homens na Alemanha Ocidental e para as mulheres na Alemanha Oriental durante o período de observação de 3,5 anos. Uma conceção e implementação cuidadosas são cruciais para evitar ganhos adicionais para empregadores que não produzam benefícios líquidos.
- 60 Burns, Edwards e Pauw 2010.
- 61 Gupta e Larssen 2010, p. 26. Mais especificamente, os investigadores concluíram que, no caso das pessoas com deficiência de longa duração e capacidade de trabalho reduzida no grupo etário dos 18 aos 49 anos, a probabilidade de arranjar emprego após a introdução do esquema aumenta 33 pontos percentuais em relação a uma taxa média de emprego numa linha de base de 44 por cento.
- 62 Bonilla García e Gruat (2003 p. 13) definem proteção social como o conjunto de medidas públicas que uma sociedade disponibiliza aos seus membros a fim de os proteger contra as dificuldades económicas e sociais que seriam causadas pela ausência ou por uma redução substancial do rendimento do trabalho devido a diversas contingências (doença, maternidade, acidente de trabalho, invalidez, velhice, e morte do responsável pelo rendimento familiar); a prestação de cuidados de saúde; e a concessão de prestações às famílias com crianças.
- 63 Roxburgh e Mischke 2011.
- 64 Paci, Revenga e Rijkers 2011.
- 65 ODI 2008.
- 66 Paci, Revenga e Rijkers 2011, p. 13
- 67 Onyango, Hixson e McNally 2013.
- 68 Haughton e Khandker 2012
- 69 Os dados relativos às despesas sociais públicas são da OCDE (n.d.). As principais áreas de política social são a velhice, os sobreviventes, as prestações relacionadas com incapacidade, a saúde, a família, programas laborais ativos, desemprego, habitação e outras. Essas áreas podem ainda dividir-se de acordo com o tipo de despesa (prestações em dinheiro, prestações em espécie), tipo de programa (programa laboral ativo, relacionado com incapacidade) e fonte (privada voluntária, pública).
- 70 Furceri 2009.
- 71 Relatório da OCDE 2013b
- 72 Assimaidou K., Kiendrebeogo Y. e Tall A. (2013)
- 73 Von Wachter 2014.
- 74 Banco Mundial 2013.
- 75 Fischer 2013.
- 76 Posel, Fairburn e Lund 2006.
- 77 OIT 2009.
- 78 OIT 2010c, 2011b.
- 79 OIT 2011a.
- 80 Gassmann e Behrendt 2006.
- 81 OIT 2010c.
- 82 OIT 2006b.
- 83 Burkina Faso, Camarões, Etiópia, Guiné, Quênia, Senegal, República Unida da Tanzânia, Bangladeche, Índia, Nepal, Paquistão e Vietname.
- 84 OIT 2008
- 85 Easterly, Ritzen e Woolcock 2006
- 86 A classificação das sociedades em menos e mais coesas é a mesma que em Easterly, Ritzen e Woolcock (2006) e baseia-se em medidas de fracionamento etnolinguístico e parcela de rendimento da classe média (definida como os 60 por cento situados no meio da distribuição de rendimento). Easterly, Ritzen e Woolcock (2006) definem as sociedades mais coesas como as situadas na metade inferior do fracionamento étnico-linguístico e na metade superior da parcela de rendimento da classe média e as sociedades menos coesas como o inverso. Desde 1980, as sociedades mais coesas têm progredido mais rapidamente do que as sociedades menos coesas, mas a diferença tornou-se muito mais acentuada após a recessão em sociedades menos coesas na década de 1980 e depois da crise mundial em 2008.
- 87 The Economist 2013a.
- 88 Telles 2004.
- 89 Carneiro 2013
- 90 Naidoo e Kongolo 2004.
- 91 Maisonnave, Decaluwé e Chitiga 2009.
- 92 Burger e Jafta 2010.
- 93 Sander e Taylor 2012.
- 94 Banco Mundial 2011.
- 95 Para promover comportamentos desejados, os economistas dão ênfase a incentivos materiais dados por meio de contratos, mercados ou políticas. Embora estes frequentemente sejam bastante eficazes, há também muitos casos intrigantes em que os incentivos não têm os efeitos desejados (efeito de evicção), ou em que os incentivos pouco relevantes têm um impacto desproporcionado (efeito de atração, normas em mudança). Por vezes, as sociedades também persistem naquilo que parecem ser formas onerosas e ineficientes de incentivos (prisão em vez de multas ou reparações) ou renunciam a outros que podem ser bastante baratos ou efetivos (humilhação pública). Para um debate mais aprofundado, Ver Benabou e Tirole (2011).
- 96 Young 2007.
- 97 Kinzig e outros 2013.
- 98 Benabou e Tirole 2011.
- 99 PNUD 2009a.
- 100 PNUD 2009a.
- 101 Rodrik 2000, p. 3.
- 102 Easterly e outros 2006.
- 103 Evans e Heller, trabalho a publicar.
- 104 Stewart 2013.
- 105 Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo 2009.
- 106 PNUD 2003.
- 107 Sobhan 2014.
- 108 UNISDR (Gabinete das Nações Unidas para a Redução dos Riscos de Catástrofes) 2012b.
- 109 Haque e outros 2012.
- 110 UNISDR n.d.
- 111 Equipa operacional do sistema ONU para apoiar a Agenda do Desenvolvimento Mundial da ONU pós-2015- 2012a.
- 112 PNUD 2013d
- 113 Lund e Myers 2007.
- 114 Marc e outros 2012.
- 115 Banco Mundial 2012.
- 13 Fenner e outros 1988.
- 14 OMS 2013a.
- 15 Médecins Sans Frontières 2013.
- 16 Held e Young 2013.
- 17 Stiglitz e Kaldor 2013b.
- 18 Held e Young 2011.
- 19 Stiglitz 2013.
- 20 Ver Kaul (2013, 2014) e Kaul e outros (2003) para mais informação sobre bens públicos. Ver Musgrave (1959) para a teorização original sobre bens de interesse social. Para a explicação do conceito de bens de interesse social no contexto global, ver Sandler, Arce e Daniel (2002). Ver Ocampo (2013) para uma discussão sobre os bens sociais universais (bens que visam a promoção de normas e padrões sociais comuns e a igualdade entre os indivíduos).
- 21 Ortiz e outros 2013.
- 22 Crouch 2011.
- 23 Evans e Sewell 2013.
- 24 OIT 2010c.
- 25 ONU 2000.
- 26 ONU 1948
- 27 UN 1966
- 28 UE 2007.
- 29 ONU 2009
- 30 ONU 1989
- 31 OIT 1952.
- 32 Ver UNCSD (2012) para pormenores sobre a proposta de desenvolvimento de um processo intergovernamental e transparente inclusivo sobre objetivos de desenvolvimento sustentável, aberto a todos os interessados, com vista ao desenvolvimento de objetivos de desenvolvimento sustentável globais a acordar pela Assembleia-geral da ONU.
- 33 Naudé, Santos-Paulino e McGillivray 2011.
- 34 PNUD 2012c.
- 35 Diálogo Internacional sobre Construção da Paz e Construção do Estado de 2011. Os membros do G7+ são: Afeganistão, Burundi, República Centro-Africana, Chade, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Etiópia, Guiné, Guiné-Bissau, Haiti, Libéria, Nepal, Papuásia Nova Guiné, Serra Leoa, Ilhas Salomão, Somália, Sudão do Sul, Timor-Leste e Togo.
- 36 Serra Leoa 2013.
- 37 Os objetivos 8B e 8C dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio incentivam o aumento da ajuda pública ao desenvolvimento pelos países desenvolvidos, mas não enumera metas específicas. No entanto, em 2005, na Cimeira do Grupo dos Oito em Gleneagles, na Escócia, os países doadores comprometeram-se a prestar assistência pública ao desenvolvimento ao nível de 0,7 por cento do rendimento nacional bruto até 2015. Em 2012, a ajuda pública ao desenvolvimento foi inferior a metade desta meta, apenas 0,29 por cento do RNB (ONU 2013c).

Capítulo 5

- 1 Banco Mundial 2014b.
- 2 Divisão para a População da ONU 2013.
- 3 Hale 2014.
- 4 Banco de Pagamentos Internacionais 2013.
- 5 Wadhams 2010.
- 6 Canis 2011.
- 7 ACNUR 2012.
- 8 Kaul 2014
- 9 Kaul 2014.
- 10 Kaul e outros 2003; Kaul e Conceição 2006.
- 11 Os bens sociais universais são bens e serviços que a sociedade entende que devem ser garantidos a todos, independentemente da respetiva capacidade de pagamento, bem como as regras que os cidadãos devem respeitar na sua interação com os outros (como a não-discriminação e a proteção dos membros mais fracos da sociedade). Ver Ocampo (2013).
- 12 Ver Musgrave (1959) para a teorização original sobre bens de interesse social.

- 38 PNUD 2013a.
- 39 Hamdani 2014.
- 40 OCDE 2013a.
- 41 OCDE 2013a.
- 42 PNUD 2011b.
- 43 Hollingshead 2010.
- 44 Painel de Progresso de África 2013.
- 45 G20 2013.
- 46 OCDE 2011c.
- 47 PNUD 2013a.
- 48 Ocampo 2010.
- 49 Stiglitz e Kaldor 2013b
- 50 Cattaneo, Gereffi e Staritz 2010.
- 51 Un Global Pulse 2010.
- 52 Cho e Newhouse 2013.
- 53 Jansen e von Uexkull 2010.
- 54 Jansen e von Uexkull 2010.
- 55 Dureya e Morales 2011.
- 56 Gavrilovic e outros 2009.
- 57 Bluedorn e outros 2013.
- 58 Ferri, Liu e Stiglitz 1999.
- 59 O Comité de Basileia de Supervisão Bancária introduziu rigorosas normas regulamentares, incluindo o aumento dos «amortecedores» de fundos próprios para períodos de stresse financeiro, medidas para melhorar a qualidade do capital dos bancos e um rácio mínimo de endividamento global/fundos próprios. Embora promissor, o Acordo de Basileia III de 2010 assenta em compromissos voluntários e ainda não foi totalmente implementado (Ver Held e Young 2011).
- 60 Ver PNUD 2013a.
- 61 Ratha e outros 2013.
- 62 Ratha e outros 2013.
- 63 Este custo é o das transferências do Gana para a Nigéria (Banco Mundial 2013a).
- 64 FMI 2012.
- 65 G20 2011.
- 66 Kyngge 2014.
- 67 Ocampo 2006; Machinea e Titelman 2007.
- 68 Ocampo e Griffith-Jones 2007.
- 69 Grabel 2012.
- 70 Os líderes do Brasil, China, Índia, Federação Russa e África do Sul concordaram em reunir recursos para criar um Banco BRICS durante a Cimeira dos BRICS de março de 2013, na África do Sul.
- 71 Park 2006.
- 72 Culpeper 2006.
- 73 PNUD 2013a.
- 74 Hamdani 2014.
- 75 Jansen e von Uexkull 2010.
- 76 Hamdani 2014.
- 77 Thrasher e Gallagher 2008.
- 78 Gallagher, Griffith-Jones e Ocampo 2012.
- 79 OMC 2001 p. 1.
- 80 OMC 2013.
- 81 Von Braun e Tadesse 2012; Hoekman e Martin 2012.
- 82 Khor e Ocampo 2011.
- 83 Ghaem 2011.
- 84 Khor e Ocampo 2011.
- 85 Kennedy e Stiglitz 2013.
- 86 Odagir e outros 2012; Pollock 2006.
- 87 Abdel-Latif 2012.
- 88 Hogerzeil e outros 2013.
- 89 Khor e Ocampo 2011.
- 90 IPCC 2013.
- 91 Banco Mundial 2014b.
- 92 IPCC 2013.
- 93 PNUD 2012a.
- 94 Hirsch 2012.
- 95 Polk 2013.
- 96 Polk 2013.
- 97 Assembleia-geral da ONU 2013c.
- 98 Hale 2014.
- 99 UN-Habitat 2011.
- 100 Lutsey e Sperling 2008.
- 101 WWF 2007.
- 102 CDP 2013.
- 103 CDP 2013.
- 104 CQNUAC 2012.
- 105 Hale 2014.
- 106 CQNUAC 2011
- 107 Hale, Held e Young 2013
- 108 A proposta foi fortemente rejeitada com o fundamento de que constituía um risco de maior enfraquecimento do Conselho Económico e Social das Nações Unidas, da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento e da Assembleia-geral das Nações Unidas. Em resposta à proposta de Fórum de Líderes Globais e a um pacote de outras recomendações, os países em desenvolvimento sugeriram que, em vez de limitar o sistema da ONU a um papel secundário e a questões de nichos, o sistema das Nações Unidas deve afirmar a sua liderança sobre o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que foram considerados serem dominados pelos países desenvolvidos (Müller 2010)
- 109 Ocampo and Stiglitz 2011.
- 110 Ver Chatterjee (2009), Weiss (2011), Abebe e outros (2012) e ONU (2013e).
- 111 PNUD 2013a.
- 112 Esse conselho seria semelhante ao Conselho de Coordenação Económica Global recomendado em Stiglitz e outros (2009).
- 113 ONU 2012b, 2013d.
- 114 Kaul 2013.
- 115 Evans e Heller, a publicar.
- 116 Bandura 2000.
- 117 Evans e Heller, a publicar.
- 118 Reinalda 2013.
- 119 ONU 1989.
- 120 ONU 1995.
- 121 ONU 2006.
- 122 ONU 2014a.
- 123 Sassen 2006.
- 124 Sassen 2006.
- 125 Tarrow 2013.
- 126 UIT 2013.

Bibliografia

- Abdel-Latif, A. 2012.** "Intellectual Property Rights and Green Technologies from Rio to Rio: An Impossible Dialogue?" Policy Brief 14. ICTSD (Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável), Genebra.
- Abebe, H., R. Dugan, M. McShane, J. Mellin, T. Patel, e L. Patentas. 2012.** "The United Nations' Role in Global Economic Governance: A Research and Policy Brief for the Use of the NGO Committee on Financing for Development." www.ngosonffd.org/wp-content/uploads/2010/11/UN-Role-in-Global-Economic-Governance-2012.pdf. Acedido em 27 de março de 2014.
- Abrahams, N., and R. Jewkes. 2005.** "Effects of South African Men's Having Witnessed Abuse of Their Mothers during Childhood on Their Levels of Violence in Adulthood." *American Journal of Public Health* 95(10): 1811–16. www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1449441/. Acedido em 20 de março de 2014.
- Abramsky, T., C.H. Watts, C. Garcia-Moreno, K. Devries, L. Kiss, M. Ellsberg, H.A.F.M. Jansen, and L. Heise. 2011.** "What Factors Are Associated with Recent Intimate Partner Violence? Findings from the WHO Multi-Country Study on Women's Health and Domestic Violence." *BMC Public Health* 11:109. www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3049145/pdf/1471-2458-11-109.pdf. Acedido em 20 de março de 2014.
- ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). 2012.** UNHCR Global Trends 2012: Displacement. The New 21st Century Challenge. Genebra. http://unhcr.org/globaltrends/june2013/UNHCR%20GLOBAL%20TRENDS%202012_V08_web.pdf. Acedido em 19 de março de 2014.
- Africa Progress Panel. 2013.** Relatório do progresso em África de 2013: Equity in Extractives: Stewarding Africa's Natural Resources for All. Genebra. www.africaprogess-panel.org/wp-content/uploads/2013/08/2013_APPR_Equity_in_Extractives_25062013_ENG_HR.pdf. Acedido em 24 de março de 2014.
- Ahmed, A.U., S. Zohir, S.K. Kumar, e O.H. Chowdury. 1995.** "Bangladesh's Food for Work Programme and Alternatives to Food Security." In J. von Braun, ed., *Employment for Poverty Reduction and Food Security*. Washington, DC: Instituto Internacional de Investigação das Políticas Alimentares.
- Alderman H., and P. Engle. 2008.** "The Synergy of Nutrition and ECD Interventions in Africa." In M. Garcia, A. Pence, and J. Evans, eds., *Africa's Future, Africa's Challenge: Early Childhood Care and Development in Sub-Saharan Africa*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Alesina, A., S. Özler, N. Roubini, e P. Swagel. 1996.** "Political Instability and Economic Growth." *Journal of Economic Growth* 1(2): 189–211.
- AllAfrica.Com Site Web** <http://m.allafrica.com/stories/201309190110.html?maneref=http%3A%2F%2Fsearch.yahoo.com%2Fmobile%2Fs%3Frewrite%3D72%26%26tsc%3Dapple%26first%3D1%26p%3Dshare%2Bof%2Bwomen%2Bin%2Bparliament%2Bin%2Bwanda%26pint%3Den%26fr%3Donesearch>
- Alliance Development Works. 2012.** World Risk Report 2012. Berlim.
- Ames, P., V. Rojas, e T. Portugal. 2009.** "Starting School: Who is Prepared? Young Lives' Research on Children's Transition to First Grade in Peru." Young Lives Working Paper 47. University of Oxford, Department of International Development, Oxford, Reino Unido. www.younglives.org.uk/files/working-papers/wp47-starting-school-who-is-prepared-young-lives2019-research-on-children2019s-transition-to-first-grade-in-peru. Acedido em 21 de março de 2014.
- Amsden, A.H. 2001.** *The Rise of the 'Rest': Challenges to the West from Late Industrializing Economies*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Anand, S., e A. Sen. 2000.** "Human Development and Economic Sustainability." *World Development* 28(12): 2029–49. www2.econ.iastate.edu/classes/tsc220/hallam/Readings/AnandSenHumanDevelopmentEconomicSustainability.pdf. Acedido em 17 de março de 2014.
- Anda R.F., V.J. Felitti, J. Walker, C.L. Whitfield, J.D. Bremner, B.D. Perry, S.R. Dube, e W.H. Giles. 2006.** "The Enduring Effects of Abuse and Related Adverse Experiences in Childhood: A Convergence of Evidence from Neurobiology and Epidemiology." *European Archives of Psychiatry and Clinical Neuroscience* 156(3): 174–86.
- Ardila, A., M. Rosselli, E. Matute, e S. Guajardo. 2005.** "The Influence of the Parents' Educational Level on the Development of Executive Functions." *Developmental Neuropsychology* 28(1): 539–60. http://psy2.fau.edu/~rosselli/NeuroLab/pdfs/parents_effect_on_executive_function.pdf. Acedido em 19 março de 2014.
- Armecin, G., J.R. Behrman, P. Duazo, S. Ghuman, S. Gultiano, E.M. King, e N. Lee. 2006.** "Early Childhood Development through an Integrated Program: Evidence from the Philippines." Policy Research Working Paper 3922. Banco Mundial, Washington, DC.
- Arriagada, I. 1994.** "Changes in the Urban Female Labour Market." *CEPAL Review* 53: 92–110.
- Assaad, R., e D. Levison. 2013.** "Employment for Youth—A Growing Challenge for the Global Economy." Background paper for the High Level Panel on the Post-2015 UN MDG Development Agenda. www.post2015hlp.org/wp-content/uploads/2013/06/Assaad-Levison-Global-Youth-Employment-Challenge-Edited-June-5.pdf. Acedido em 21 de março de 2014.
- Assimaïdou K., Kiendrebeogo Y. e Tall A. (2013)- "Social protection for poverty reduction in times of crisis"; Etudes et Documents no 11 Juin 2013, acedido em 15 de maio de 2014** <http://cerdi.org/uploads/ed/2013/2013.11.pdf>
- Atkinson, A. 2013.** "Ensuring Social Inclusion in Changing Labour and Capital Markets." *Economia Europeia — Economic Papers* 481. Comissão Europeia, DG Assuntos Económicos e Financeiros (DG ECFIN), Comissão Europeia, Bruxelas.
- Bachelet, M. 2011.** "Social Protection Floor for a Fair and Inclusive Globalization." Secretariado Internacional do Trabalho, Organização Internacional do Trabalho, Genebra. http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_165750.pdf. Acedido em 21 abril de 2014
- Bahçe, S.A.K., e E. Memi . 2013.** "Estimating the Impact of the 2008–09 Economic Crisis on Work Time in Turkey." *Feminist Economics* 19(3): 181–207. <http://dx.doi.org/10.1080/13545701.2013.786182>. Acedido em 25 de março de 2014.
- Baird, S., J. Friedman, e N. Schady. 2007.** "Aggregate Income Shocks and Infant Mortality in the Developing World." Policy Research Working Paper 4346. Banco Mundial, Washington, DC. <http://elibrary.worldbank.org/doi/pdf/10.1596/1813-9450-4346>. Acedido em 28 de março de 2014.
- Baldwin, P (1990)** *The Politics of Social Solidarity: Class Bases of the European Welfare State, 1875–1975*, Cambridge University Press
- Banco Mundial 2014.** "Poverty Overview." www.worldbank.org/en/topic/poverty/overview. Acedido em 28 de abril de 2014.
- Banco Mundial, site Web** <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTSOCIALPROTECTION/EXTLM/0,,contentMDK:20224904-menuPK:584866-pagePK:148956-piPK:216618-theSitePK:390615,00.html>
- Banco Mundial. 2000.** World Development Report 2000/01. Washington, DC.
- Banco Mundial. 2011.** "Malaysia Economic Monitor: Brain Drain." Banguécoque.
- Banco Mundial. 2012.** World Development Report 2013: Jobs. Washington, DC.
- Banco Mundial. 2013.** World Development Report 2014: Risk and Opportunity—Managing Risk for Development. Washington, DC
- Banco Mundial. 2013.** World Development Report 2013: Jobs. Washington, DC: Banco Mundial. http://siteresources.worldbank.org/EXTNWDR2013/Resources/8258024-1320950747192/8260293-1322665883147/WDR_2013_Report.pdf. Acedido em 25 de março de 2014.
- Banco Mundial. 2013a.** World Development Report 2013: Jobs. Washington, DC: Banco Mundial. http://siteresources.worldbank.org/EXTNWDR2013/Resources/8258024-1320950747192/8260293-1322665883147/WDR_2013_Report.pdf. Acedido em 25 de março de 2014.
- Banco Mundial. 2013a.** Remittance Prices Worldwide Databank. <http://remittanceprices.worldbank.org>. Acedido em 27 de março de 2014.
- Banco Mundial. 2013b.** Turn Down the Heat: Climate Extremes, Regional Impacts, and the Case for Resilience. Washington DC: Banco Mundial. www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/document/Full_Report_Vol_2_Turn_Down_The_Heat_%20Climate_Extremes_Regional_Impacts_Case_for_Resilience_Print%20ersion_FINAL.pdf. Acedido em 20 de março de 2014.
- Banco Mundial. 2014.** World Development Indicators DataBank. <http://databank.worldbank.org/data/views/variableSelection/selectvariables.aspx?source=world-development-indicators>. Acedido em 20 de março de 2014.

- Banco Mundial. n.d.** "Workers in the Informal Economy." <http://go.worldbank.org/1PVGLNWYCO>. Acedido em 28 Abril 2014.
- Bandura, A. 2000.** "Exercise of Human Agency through Collective Efficacy." *Current Directions in Psychological Science* 9(3): 75–78.
- Bank for International Settlements. 2013.** "Triennial Central Bank Survey: Foreign Exchange Turnover in April 2013: Preliminary Global Results." Monetary and Economic Department, Basel, Switzerland. www.bis.org/publ/rpfx13fx.pdf. Acedido em 20 de janeiro de 2014.
- Bardasi, E., e S.P. Jenkins. 2002.** *Income in Later Life: Work History Matters*. Bristol, Reino Unido: The Policy Press. www.jrf.org.uk/sites/files/jrf/jr111-income-later-life.pdf. Acedido em 25 março de 2014.
- Bargain, O., e P. Kwenda. 2009.** "The Informal Sector Wage Gap: New Evidence Using Quantile Estimations on Panel Data." Discussion Paper 4286. Institute for the Study of Labour, Bona, Alemanha. <http://d-nb.info/996172467/34>. Acedido em 25 de março de 2014.
- Barrientos, A. 2006.** "Ageing, Poverty and Public Policy in Developing Countries: New Survey Evidence." In P.A. Kemp, K. Van den Bosch, and L. Smith, eds., *Social Protection in an Ageing World*. International Studies on Social Security Vol. 13. Oxford, Reino Unido: Intersentia.
- Barrientos, S.W. 2013.** "'Labour Chains': Analysing the Role of Labour Contractors in Global Production Networks." *Journal of Development Studies* 49(8): 1058–71.
- Basu, K., e P.H. Van. 1998.** "The Economics of Child Labor." *American Economic Review* 88(3): 412–27. http://qed.econ.queensu.ca/pub/faculty/sumon/basu_childlabor.pdf. Acedido em 20 março de 2014.
- Beales, S. 2012.** "Empowerment and Older People: Enhancing Capabilities in an Ageing World." Paper prepared for the Expert Group Meeting on promoting people's empowerment in achieving poverty eradication, social integration and productive and decent work for all, 10–12 September, Nova Iorque. www.un.org/esa/socdev/egms/docs/2012/SylviaBeales.pdf. Acedido em 26 de março de 2014.
- Beegle, K., D. Filmer, A. Stokes, e L. Tiererova. 2009.** "Orphanhood and the Living Arrangements of Children in Sub-Saharan Africa." Policy Research Working Paper 4889. Washington, DC: World Bank. www-wds.worldbank.org/servert/WDSContentServer/WDSP/IB/2009/07/24/000112742_20090724110307/Rendered/PDF/WPS4889.pdf. Acedido em 26 de março de 2014.
- Bénabou, R. 2000.** "Unequal Societies: Income Distribution and the Social Contract." *American Economic Review* 90(1): 96–129.
- Bénabou, R. 2000.** "Unequal Societies: Income Distribution and the Social Contract." *American Economic Review* 90(1): 96–129.
- Bénabou, R., e J. Tirole. 2011.** *Laws and Norms*. Documento de trabalho do NBER 17579. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research.
- Béné, C., R.G. Wood, A. Newsham, e M. Davies. 2012.** "Resilience: New Utopia or New Tyranny? Reflection about the Potentials and Limits of the Concept of Resilience in Relation to Vulnerability Reduction Programmes." Working Paper 405. Institute of Development Studies, Brighton, Reino Unido.
- Berg, A. e J. Ostry. 2011a.** "Equality and Efficiency." *Finance & Development* 48(3): 12–15.
- . **2011b.** "Inequality and Unsustainable Growth: Two Sides of the Same Coin?" Staff Discussion Note 11/08. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Berg, A., e J. Ostry. 2011.** "Inequality and Unsustainable Growth: Two Sides of the Same Coin?" Staff Discussion Note 11/08. International Monetary Fund, Washington, DC.
- Berg, J. 2009.** "Brazil: The Minimum Wage as a Response to the Crisis." OIT Notes on the Crisis. Organização Internacional do Trabalho, Genebra.
- Berik, G., e E. Kongar. 2013.** "Time Allocation of Married Mothers and Fathers in Hard Times: The 2007–09 U.S. Recession." *Feminist Economics* 19(3): 208–37. <http://dx.doi.org/10.1080/13545701.2013.798425>. Acedido em 25 de março de 2014.
- Berliner, L., e D.M. Elliott. 1996.** "Sexual Abuse of Children." In J. Briere, L. Berliner, J.A. Bulkley, C. Jenny, and T. Reid, eds., *The APSAC Handbook on Child Maltreatment*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Bettin, G., A.F. Presbitero, e N. Spatafora. 2014.** "Remittances and Vulnerability in Developing Countries." Working Paper WP/14/13. International Monetary Fund, Washington, DC. www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2014/wp1413.pdf. Acedido em 27 de Março de 2014.
- Bhutta, Z.A. 2002.** "Children of War: The Real Casualties of the Afghan Conflict." *British Medical Journal* 324(7333): 349–52.
- Black, R.E., L.H. Allen, Z.A. Bhutta, L.E. Caulfield, M. de Onis, M. Ezziati, C. Mathers, e J. Rivera. 2008.** "Maternal and Child Undernutrition Study Group. Maternal and Child Undernutrition: Global and Regional Exposures and Health Consequences." *Lancet* 371(9608): 243–60.
- Bluedorn, M.J.C., R. Duttgupta, J. Guajardo, e P. Topalova. 2013.** "Capital Flows are Fickle: Anytime, Anywhere." Working Paper WP/13/183. International Monetary Fund, Washington, DC. www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2013/wp13183.pdf. Acedido em 24 de março de 2014.
- Bonilla Garcia A. e J.V. Gruat (2003)** Social Protection: A Life Cycle Continuum Investment for Social Justice, Poverty Reduction and Sustainable Development, Social Protection Section, ILO <http://www.ilo.org/public/english/protection/download/lifecycl/lifecycle.pdf> Acedido em 15 de maio de 2014.
- Bornstein, M.H., C.S. Tamis-Lemonda, C.S. Hahn, e O.M. Haynes. 2008.** "Maternal Responsiveness to Young Children at Three Ages: Longitudinal Analysis of a Multidimensional, Modular, and Specific Parenting Construct." *Developmental Psychology* 44(3): 867–74.
- Bornstein, M.H., e D. Putnick. 2012.** "Cognitive and Socioemotional Caregiving in Developing Countries. Child Development." *Society for Research in Child Development* 83(1): 46–61.
- Bos, K.J., N. Fox, C.H. Zeanah, e C.A. Nelson. 2009.** "Effects of Early Psychosocial Deprivation on the Development of Memory and Executive Function." *Frontiers in Behavioral Neuroscience* 3: 16.
- Boudet, A.M.M., P. Petesch, C. Turk, e A. Thumala. 2012.** *On Norms and Agency: Conversations about Gender Equality with Women and Men in 20 Countries*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Boyden, J. 2009.** "Risk and Capability in the Context of Adversity: Children's Contributions to Household Livelihoods in Ethiopia." *Children, Youth and Environments* 19(2): 111–137. www.colorado.edu/journals/cye/19_2/19_2_07_Ethiopia.pdf. Acedido em 27 de março de 2014.
- Boyden, J., A. Hardgrove, e C. Knowles. 2012.** "Continuity and Change in Poor Children's Lives: Evidence from Young Lives." In A. Minujin and S. Nandy, eds., *Global Child Poverty and Well-being: Measurement, Concepts, Policy and Action*. Bristol, Reino Unido: Policy Press.
- Bradbury B. e M. Jäntti. 2001.** "Child poverty across industrialized countries" in *Journal of Population and Social Security (Population)*, Supplement to Volume 1
- Brand, J.E., B.R. Levy, e W.T. Gallo. 2008.** "Effects of Layoffs and Plant Closings on Depression among Older Workers." *Research on Aging* 30(6): 701–21. www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2792935/. Acedido em 25 de março de 2014.
- Brooks-Gunn, J., e G.J. Duncan. 1997.** "The Effects of Poverty on Children." *The Future of Children* 7(2): 55–71.
- Bunting, L., e C. McAuley. 2004.** "Research Review: Teenage Pregnancy and Motherhood: The Contribution of Support." *Child and Family Social Work* 9(2): 207–15.
- Burgard, S.A., J.E. Brand, e J.S. House. 2007.** "Toward a Better Estimation of the Effect of Job Loss on Health." *Journal of Health and Social Behavior* 48(4): 369–84. <http://sarahburgard.com/pdf/Burgard%20Brand%20and%20House%202007%20JHSB.pdf>. Acedido em 25 de março de 2014.
- Burger, R., e R. Jafta. 2010.** "Affirmative Action in South Africa: An Empirical Assessment of the Impact on Labour Market Outcomes." Documento de trabalho 76. Universidade de Oxford, Centre for Research on Inequality, Human Security and Ethnicity, Oxford, Reino Unido.
- Burkhauser, R.V., J.S. Butler, e K.C. Holden. 1991.** "How the Death of a Spouse Affects Economic Well-being after Retirement: A Hazard Model Approach." *Social Science Quarterly* 72: 504–19.
- Burkhauser, R.V., K.C. Holden, e D. Feaster. 1988.** "Incidence, Timing and Events associated with Poverty: A Dynamic View of Poverty in Retirement." *Journal of Gerontology* 43(2): S46–S52.
- Burns, J., L. Edwards, e K. Pauw. 2010.** "Wage Subsidies to Combat Unemployment and Poverty: Assessing South Africa's Options." Discussion Paper 00969. International Food Policy Research Institute, Washington, DC.
- Cameron, N., M.A. Preece, e T.J. Cole. 2005.** "Catch-up Growth or Regression to the Mean? Recovery from Stunting Revisited." *American Journal of Human Biology* 17(4): 412–17.
- Canis, B. 2011.** "The Motor Vehicle Supply Chain: Effects of the Japanese Earthquake and Tsunami." Congressional Research Service, Washington, DC. www.fas.org/sgp/crs/misc/R41831.pdf. Acedido em 19 de março de 2014.
- Cannon, T., e D. Muller-Mahn. 2010.** "Vulnerability, Resilience and Development Discourses in Context of Climate Change." *Natural Hazards* 55(3): 621–35.
- Carneiro, J. 2013.** "Brazil's Universities Take Affirmative Action." BBC Brasil, 28 August. www.bbc.co.uk/news/business-23862676. Acedido em 15 de maio de 2014.

- Carneiro, P., e J. Heckman. 2003.** Human Capital Policy. NBER Working Paper 9495. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research. www.nber.org/papers/w9495.pdf. Acedido em 19 de março de 2014.
- Casale, D. 2003.** "The rise in female labour force participation in South Africa: an analysis of household survey data, 1995-2001," Ph.D. dissertation, Division of Economics, University of KwaZulu-Natal.
- Cattaneo, O., G. Gereffi, e C. Staritz, eds. 2010.** Global Value Chains in a Postcrisis World: A Development Perspective. Washington, DC: Banco Mundial.
- CDP (Carbon Disclosure Project). 2013.** Sector Insights: What Is Driving Climate Change Action in the World's Largest Companies? Global 500 Climate Change Report 2013. Londres. <https://www.cdp.net/cdpresults/cdp-global-500-climate-change-report-2013.pdf>. Acedido em 24 de março de 2014.
- CE (Comissão Europeia). 2013a.** Base de dados Eurostat : General government deficit/surplus. <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcode=tec00127&plugin=1>. Acedido em 9 de dezembro de 2013.
- Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo. 2009.** "What Explains the Decline in Brazil's Inequality?" One Pager 89. Brasília. Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo
- CEPAL (Comissão Económica para a América Latina e as Caraíbas). 2011.** "El Envejecimiento y las Personas de Edad. Indicadores para América Latina y el Caribe." Santiago de Chile. www.cepal.org/celade/noticias/documentosdetrabajo/3/39343/Separata_Indicadores_Envejecimiento.pdf. Acedido em 28 de março de 2014..
- Cerrutti, M. 2000.** "Economic Reform, Structural Adjustment and Female Labor Force Participation in Buenos Aires, Argentina." *World Development* 28(5): 879-891.
- Chalabi, M., e J. Holder. 2013.** "WHO Report into Violence against Women: Key Data". The Guardian. Datablog, 20 June. www.theguardian.com/news/datablog/2013/jun/20/women-violence-worldwide-statistics-who. Acedido em 28 de março de 2014.
- Chambers, R. 1989.** "Vulnerability, coping and policy", *Institute of Development Studies Bulletin* 20(2): 1-8
- . 2006. "Vulnerability, Coping and Policy (Editorial Introduction)." *IDS Bulletin* 37(4): 33-40. Chambers, R. 2006. "Vulnerability, Coping and Policy (Editorial Introduction)." *IDS Bulletin* 20(2): 5.
- Chang, H. 1993.** *The Political Economy of Industrial Policy*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan. Anuário Estatístico da China 2011
- Châtaigner J.-M. 2014.** *Fragilités et résilience ; les nouvelles frontières de la mondialisation*. Paris: Karthala.
- Chatterjee, A. 2009.** "The UN at Sixty Three: Problems and Prospects of Reforming a Veteran." *Journal of Management and Social Sciences* 5(1): 22-29. http://biztek.edu.pk/downloads/research/jms_v5_n1/3%20The%20UN%20at%20Sixty%20three.pdf?origin=publication_detail. Acedido em 27 de março de 2014.
- Chen, S., e M. Ravallion. 2012.** "Absolute Poverty Measures for the Developing World." In *Measuring the Real Size of the World Economy*. Washington, DC: Banco Mundial.
- China National Bureau of Statistics. 2011.** *China Statistical Yearbook 2011*. Beijing.
- Cho, Y., e D. Newhouse. 2013.** "How Did the Great Recession Affect Different Types of Workers? Evidence from 17 Middle-Income Countries." *Desenvolvimento Mundial* 41: 31-50.
- Choudhury, Chandras (2013).** "India Weathers Cyclone Phailin," *Bloomberg*, Oct 16, 2013 available at <http://www.bloomberg.com/news/2013-10-16/india-weather-cyclone-phailin.html>
- CNUCED (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento). 2012.** *Development and Globalization: Facts and Figures 2012*. Genebra.
- CNUDS (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável). 2012.** "The Future We Want." Rio de Janeiro, Brasil. www.uncsd2012.org/content/documents/727The%20Future%20We%20Want%2019%20June%201230pm.pdf. Acedido em 27 de março de 2014.
- Conceição, P., S. Mukherjee, e S. Nayyar. 2011.** "Impacts of the Global Economic Crisis on the MDGs in Africa." *African Development Review* 23(4): 439-60.
- Conceição, P., S. Mukherjee, e S. Nayyar. 2011.** "Impacts of the Economic Crisis on Human Development and the MDGs in Africa." *African Development Review* 23(4): 439-60.
- CQNUAC (Conferência Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas). 2009.** "Copenhagen Accord." FCCC/CP/2009/L.7. Bona, Alemanha. <http://unfccc.int/resource/docs/2009/cop15/eng/l07.pdf>. Acedido em 27 de março de 2014.
- CQNUAC (Conferência Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas). 2011.** "Report of the Conference of the Parties on Its Sixteenth Session, Held in Cancun from 29 November to 10 December 2010." FCCC/CP/2010/7/Add.1. Bona, Alemanha. <http://unfccc.int/resource/docs/2010/cop16/eng/07a01.pdf>. Acedida em 27 de março de 2014.
- CQNUAC (Conferência Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas). 2012.** "Report of the Conference of the Parties on Its Seventeenth Session, Held in Durban from 28 November to 11 December 2011." FCCC/CP/2011/9/Add.1. Bona, Alemanha. <http://unfccc.int/resource/docs/2011/cop17/eng/09a01.pdf>. Acedido em 27 de março de 2014.
- Cornia, G.A., and F. Stewart. 1993.** "Two Errors of Targeting." *Journal of International Development* 5: 459-96.
- CRED (Centro de Investigação sobre a Epidemiologia de Catástrofes). 2013.** EM-DAT: The International Disaster Database: Disaster trends. Universidade Católica de Lovaina, Bélgica. www.emdat.be/disaster-trends. Acedido em 18 de fevereiro de 2014.
- Crouch, C. 2011.** *The Strange Non-Death of Neo-Liberalism*. Cambridge, Reino Unido: Político.
- Culpeper, R. 2006.** "Reforming the Global Financial Architecture: The Potential of Regional Institutions." In J. A. Ocampo, ed., *Regional Financial Cooperation*. Washington D.C.: Brookings Institution Press.
- Cutler, D.M., F. Knaul, R. Lozano, O. Mendez, e B. Zurita. 2002.** "Financial Crisis, Health Outcomes, and Aging: Mexico in the 1980s and 1990s." *Journal of Public Economics* 84 (2): 279-303.
- Cutter, S., C. Emrich, J. Webb, e D. Morath. 2009.** "Social Vulnerability to Climate Variability Hazards: A Review of the Literature." Final Report to Oxfam America. University of South Carolina, Department of Geography, Hazards and Vulnerability Research Institute, Columbia, SC.
- Dalman, C. e S. Bremberg. 1999.** How do we invest in the children? Child welfare measures in the county of Stockholm, measured in SEK, Centre for Child and Adolescent Health. Stockholm County Council, Suécia.
- Darity, W., e A. Goldsmith. 1996.** "Social Psychology, Unemployment and Macroeconomics." *Journal of Economic Perspectives* 10(1): 121-40.
- Date-Bah, E. 2003.** *Jobs after War: A Critical Challenge in the Peace and Reconstruction Puzzle*. Genebra: OIT.
- Davidson, D.J. 2010.** "The Applicability of the Concept of Resilience to Social Systems: Some Sources of Optimism and Nagging Doubts." *Society and Natural Resources* 23(12): 1135-49.
- Davies, S.E., e L. Glanville. 2010.** *Protecting the Displaced: Deepening the Responsibility to Protect*. Leiden, Países Baixos: Martinus Nijhoff Publishers.
- Deacon B. e S. Cohen. 2011.** From the global politics of poverty alleviation to the global politics of social solidarity, *Global Social Policy* 11:233
- Devereux S. e C. Solomon 2006** *Employment Creation Programmes: The International Experience*. Issues in Employment and Poverty. Discussion Paper No. 24. Genebra: OIT
- DFID (Departamento do Reino Unido para o desenvolvimento internacional). 2010.** "Building Peaceful States and Societies." A
- DFID (Department for International Development). 2001.** "Making government work for poor people building state capability <http://www.gsdrc.org/docs/open/tsp.pdf>. Acedido em 28 Março de 2014. Duflo, E. 2000. Grandmothers and Granddaughters: Old Age Pension and Intra-Household Allocation in South Africa. Working Paper 8061. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research. www.nber.org/papers/w8061.pdf?new_window=1. Acedido em 26 de março de 2014.
- DFID Practice Paper. Londres. www.gsdrc.org/docs/open/CON75.pdf. Acedido em 15 de maio de 2014.**
- . 2010. "Building Peaceful States and Societies." A DFID Practice Paper. London. www.gsdrc.org/docs/open/CON75.pdf. Acedido em 15 de maio 2014.
- Diálogo Internacional sobre a Construção da Paz e a Construção dos Estados. 2011.** A New Deal for Engagement in Fragile States. www.newdeal4peace.org/wp-content/uploads/2013/01/new-deal-for-engagement-in-fragile-states-en.pdf. Acedido em 20 de março de 2014.
- Divisão para a População da ONU. 2013.** "Trends in International Migrant Stock: The 2013 Revision." Nova Iorque. <http://esa.un.org/unmigration/TIMSA2013/migrantstocks2013.htm>. Acedido em 21 de novembro de 2013.
- Drèze J. e Sen A. 1989.** *Hunger and Public Action*. Clarendon Press, Oxford.
- Duflo, E. 2000.** Grandmothers and Granddaughters: Old Age Pension and Intra-Household Allocation in South Africa. Working Paper 8061. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research. www.nber.org/papers/w8061.pdf?new_window=1. Acedido em 26 Março 2014.

- Dunai, M. 2013.** "Hungarian Roma Queue for Water in Heatwave after pumps shut down." Reuters, 9 August. www.reuters.com/article/2013/08/09/us-hungary-roma-water-heat-idUSBRE9760Z120130809. Acedido em 28 de março de 2014.
- Duryea, S., e M. Morales. 2011.** "Effects of the Global Financial Crisis on Children's School and Employment Outcomes in El Salvador." *Development Policy Review* 29(5): 527–46.
- Dutta, I., J. Foster, e A. Mishra. 2011.** "On Measuring Vulnerability to Poverty." *Social Choice and Welfare* 37(4): 743–61.
- Easterly, W e Ritzen, J e Woolcock, M. 2006.** *Social Cohesion, Institutions, and Growth. Economics & Politics*, Vol. 18, No. 2, pp. 103-120, July 2006. <http://ssrn.com/abstract=909632> or <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-0343.2006.00165.x> Acedido em 15 de maio de 2014.
- Eliason, M., e D. Storrie. 2009.** "Does Job Loss Shorten Life?" *Journal of Human Resources* 44(2): 277–382.
- Emmerson, C., e A. Muriel. 2008.** "Financial Resources and Well-being." In J. Banks, E. Breeze, C. Lessof, and J. Nazroo, eds. *Living in the 21st Century: Older People in England. The 2006 English Longitudinal Study of Ageing (Wave 3)*. Londres: Institute for Fiscal Studies.
- Engel, S. e A.M. Ibanez. 2007.** "Displacement Due to Violence in Colombia: A Household-Level Analysis." *Economic Development and Cultural Change* 55(2): 335–65.
- Engle, P.L, L.C. Fernald, H. Alderman, J. Behrman, C. O'Gara, A. Yousafzai, M. Cabral de Mello, M. Hidrobo, N. Ulkuer, I. Ertem, S. Iltus, e the Global Development Steering Group. 2011.** "Strategies for Reducing Inequalities and Improving Developmental Outcomes for Young Children in Low-Income and Middle-Income Countries." *Lancet* 378(9799): 1339–53.
- Engle, P.L., M.M. Black, J.R. Behrman, M. Cabral de Mello, P.J. Gertler, L. Kapiriri, R. Martorell, e M.E. Young. 2007.** "Strategies to Avoid the Loss of Developmental Potential in More than 200 Million Children in the Developing World." *Lancet* 369(9557): 229–42.
- Engle, P.L., N. Rao, e O. Petrovic. 2013.** "Situational Analysis of Young Children in a Changing World." In P. Rebello Britto, P.L. Engle, and C.M. Super, eds., *Handbook of Early Childhood Development. Research and Its Impact on Global Policy*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Equality Now. 2011.** *Discrimination against Women in Law*. Nova Iorque. www.equalitynow.org/sites/default/files/WG_Report_EN.pdf. Acedido em 28 de março de 2014.
- Equipa operacional do sistema ONU para apoiar a Agenda do Desenvolvimento Mundial da ONU para além de 2015. 2012.** *Disaster Risk and Resilience*. Nova Iorque. www.unisdr.org/we/inform/publications/27462. Acedido em 16 de maio de 2014
- ESCSWA (Comissão Económica e Social para a Ásia Ocidental). 2007.** *The Impact of Armed Conflict on Women*. Beirute.
- Esping-Andersen G. e Myles J. (unpublished mimeograph),** "The Welfare State and Redistribution", acedido online http://dcpis.upf.edu/~gosta-esping-andersen/materials/welfare_state.pdf Acedido em 15 de maio de 2014.
- Esping-Andersen, G. 1999.** *Social Foundations of Postindustrial Economies*, Oxford: Oxford University Press
- European Parliamentary Research Service. 2013.** "Women in Politics: Background Notes on 12 Countries." Brussels. www.europarl.europa.eu/eplibrary/EPRS-Background-Notes.pdf. Acedido em 28 de março de 2014.
- Evans, P., e P. Heller. 2012.** "Human Development, State Transformation and the Politics of the Developmental State." *Human Development Research Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.*
- Evans, P., e P. Heller. 2012.** "Human Development, State Transformation and the Politics of the Developmental State." In S. Leibfried, F. Nullmeier, E. Huber, M. Lange, J. Levy, e J.D. Stephens, eds., *The Oxford Handbook of Transformations of the State*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press. www.patrickheller.com/uploads/1/5/3/7/15377686/evans_heller_devel_state_hu-man_devel_oxon_state_hdbk_draft_june_2012_1.pdf. Acedido em 24 de Março de 2014.
- Evans, P., e W.H. Sewell. 2013.** "The Neo-Liberal Era: Ideology, Policy and Social Effect." In P.A. Hall and M. Lamont, eds., *Social Resilience in the Neoliberal Era*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Falkingham, J. 2000.** "From Security to Uncertainty: The Impact of Economic Change on Child Welfare in Central Asia." Working Paper 76. United Nations Children's Fund Innocenti Research Centre, Florence, Italy. www.unicef-irc.org/publications/pdf/iwp76.pdf. Acedido em 25 de março de 2014.
- Fang, C, D Yang e W. Meiyang 2010** "Employment and inequality outcomes in China" Institute of Population and Labour Economics, Chinese Academy of Social Sciences. <http://www.oecd.org/els/emp/42546043.pdf> Acedido em 22 de maio de 2014.
- FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations), IFAD (International Fund for Agricultural Development) e WFP (World Food Programme). 2013.** *The State of Food Insecurity in the World 2013: The Multiple Dimensions of Food Security*. Roma.
- FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). 2013.** "FAO Food Price Index." www.fao.org/worldfoodsituation/foodpricesindex/. Acedido em 18 de fevereiro de 2014.
- Felitti, V.J., R.F. Anda, D. Nordenberg, D.F. Williamson, A.M. Spitz, V. Edwards, M.P. Koss, e FEM (Fórum Económico Mundial). 2014.** *Global Risks 2014*. 9º ed. Genebra.
- Fenner, F., D.A. Henderson, I. Arita, Z. Ježek, e I.D. Ladnyi. 1988.** *Smallpox and its Eradication*. Genebra: Organização Mundial de Saúde.
- Ferri, G., L.G. Liu, e J.E. Stiglitz. 1999.** "The Procyclical Role of Rating Agencies: Evidence from the East Asian Crisis." *Economic Notes* 28(3): 335–55.
- Ferris, E., D. Petz, e C. Stark. 2013.** "The Year of Recurring Disasters: A Review of Natural Disasters in 2012." Brookings Institution–London School of Economics, Project on Internal Displacement, Washington, DC. www.brookings.edu/research/reports/2013/03/natural-disaster-review-ferris. Acedido em 28 de março de 2014.
- FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola). 2013.** "Climate Facts." www.ifad.org/climate/facts.htm. Acedido em 7 de novembro de 2013.
- Fischer, A.M. 2008.** "Resolving the Theoretical Ambiguities of Social Exclusion with Reference to Polarisation and Conflict." DESTIN Working Paper 08-90. London School of Economics and Political Science, Development Studies Institute, Londres. www.lse.ac.uk/internationalDevelopment/pdf/WP/WP90.pdf. Acedido em 20 de março de 2014.
- . 2013. "The Social Value of Employment and the Redistributive Imperative for Development." *Occasional Paper. United Nations Development Programme, Human Development Report Office, Nova Iorque.*
- Fischer, A.M. 2013.** "The Social Value of Employment and the Redistributive Imperative for Development." *Occasional Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.*
- Fitoussi, J.P. e K. Malik. 2013.** "Choices, Capabilities and Sustainability." *Occasional Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.*
- FMI (Fundo Monetário Internacional). 2012.** "The Liberalization and Management of Capital Flows: An Institutional View." Washington, DC. www.imf.org/external/np/pp/eng/2012/111412.pdf. Acedido em 24 de março de 2014.
- FMI, World Economic Outlook. April 2014**
- Fórum Económico Mundial. 2014.** *Global Risks 2014*. Genebra.
- Frankenberg, E., T. Duncan, e K. Beegle. 1999.** "The Real Cost of Indonesia's Economic Crisis: Preliminary Findings from the Indonesia Life Surveys." Labor and Population Program Working Paper 99-04. RAND, Santa Monica, CA. www.rand.org/content/dam/rand/pubs/drafts/2008/DRU2064.pdf. Acedido em 20 de março de 2014.
- Fraser, S., G. Leonard, I. Matsuo e H. Murakami. 2012.** "Tsunami evacuation: Lessons from the Great East Japan earthquake and tsunamis of Março de 11th 2011", GNS Science Report 2012/17.
- Frazer, H., e E. Marlier. 2012.** *2011 Assessment of Social Inclusion Policy Developments in the EU: Main Findings and Suggestions on the Way Forward*. Comissão Europeia, Direção-Geral do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Inclusão, Bruxelas.
- Friedman, J. e N. Schady. 2009.** "How Many More Infants Are Likely to Die in Africa as a Result of the Global Financial Crisis?" Policy Research Working Paper 5023. Banco Mundial, Washington, DC. http://econ.worldbank.org/external/default/main?pagePK=64165259&theSitePK=469372&piPK=64165421&menuPK=64166093&entityID=000158349_20090820140450&cid=decresearch%22. Acedido em 28 de março de 2014.
- Fuentes-Nieva, R., e N. Galasso. 2014.** "Working for the Few: Political Capture and Economic Inequality." *Briefing Paper 178*. Oxfam, Oxford, Reino Unido. www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/bp-working-for-few-political-capture-economic-inequality-200114-en.pdf. Acedido em 17 de março de 2014.
- Funk, A., J.L. Lang, e J. Osterhaus. 2005.** *Ending Violence against Women and Girls: Protecting Human Rights. Good Practices for Development Cooperation*. Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit, Planning and Development Department Governance and Democracy, Eschborn, Alemanha. <http://www2.gtz.de/dokumente/bib/05-1048.pdf>. Acedido em 26 de março de 2014.

- Furceri, D. 2009.** "Stabilization Effects of Social Spending: Empirical Evidence from a Panel of OECD Countries Overcoming the Financial Crisis in the United States." Documento de Trabalho do Departamento de Economia da OCDE n.º 675. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, Paris.
- Furceri, D., e P. Loungani. 2013.** "Who Let the Gini Out?" *Finance & Development* 50(4): 25–27.
- G20 (Grupo dos 20). 2011.** "G20 Coherent Conclusions for the Management of Capital Flows Drawing on Country Experiences." 15 de outubro. www.g20.utoronto.ca/2011/2011-finance-capital-flows-111015-en.pdf. Acedido em 24 de março de 2014.
- G20 (Grupo dos 20). 2013.** "Tax Annex to the St. Petersburg G20 Leaders' Declaration." <http://en.g20russia.ru/news/20130906/782776427.html>. Acedido em 20 de março de 2014.
- Gagro, S. 2010.** "The Crime of Rape in the ICTY's and the ICTR's Case-Law." *Zbornik PFZ* 60(3): 1309–34.
- Gallagher, K.P., S. Griffith-Jones, e J.A. Ocampo, eds. 2012.** *Regulating Global Capital Flows for Long-Run Development*. Pardee Center Task Force Report. Boston, MA: Boston University, Fredrick S. Pardee Center for the Study of the Longer Range Future. <http://stephanygj.net/papers/RegulatingGlobalCapitalFlowsForLongRunDevelopment2012.pdf>. Acedido em 24 de Março de 2014.
- Gallopin, G.C. 2006.** "Linkages between Vulnerability, Resilience, and Adaptive Capacity." *Global Environmental Change* 16(3): 293–303.
- Gallup. 2013.** Gallup World Poll Database. <http://worldview.gallup.com>. Acedido em 15 de Outubro de 2013.
- Gasper, D., e O. Gomez. 2014.** "Evolution of Thinking and Research on Human Security and Personal Security 1994–2013." Human Development Research Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Gassmann, F. e Behrendt C. 2006.** Cash benefits in low-income countries: Simulating the effects on poverty reduction for Tanzania and Senegal, Issues in social protection series, Discussion paper 15, ILO Social Security Department. <http://www.gsdc.org/docs/open/SP21.pdf> Acedido em 15 de maio de 2014
- Gavrilocic, M., C. Harper, N. Jones, R. Marcus, e P. Perezniato. 2009** "Impact of the Economic Crisis and Food and Fuel Price Volatility on Children and Women in Kazakhstan." Report for UNICEF Kazakhstan Office. Overseas Development Institute, Londres.
- Ghanem, H. 2011.** "How to Stop the Rise in Food Price Volatility." 13 Janeiro. Carnegie Endowment for International Peace, Washington, DC. <http://carnegieendowment.org/2011/01/13/how-to-stop-rise-in-food-price-volatility/3bs>. Acedido em 24 de março de 2014.
- Global Footprint Network. 2014.** National Footprint Accounts, 2014 Edition. Oakland, CA.
- Grabel, I. 2012.** "Financial Architectures and Development: Resilience, Policy Space, and Human Development in the Global South." Working Paper 281. University of Massachusetts Amherst, Political Economy Research Institute, Amherst, MA. www.peri.umass.edu/fileadmin/pdf/working_papers/working_papers_251-300/WP281.pdf. Acedido em 24 de março de 2014.
- Gupta, N.D., e M. Larssen. 2010.** "Evaluating Labour Market Effects of Wage Subsidies for the Disabled—The Danish Flexjob Scheme." Documento de trabalho 07:2010. Danish National Centre for Social Research, Copenhaga.
- Gupta, S., e I.S. Leung. 2011.** "Turning Good Practices into Institutional Mechanisms: Investing in Grassroots Women's Leadership to Scale Up Local Implementation of the Hyogo Framework for Action." An In-depth Study for the HFA Mid-Term Review. Huairou Commission and GROOTS International, Nova Iorque www.unisdr.org/files/18197_201guptaandleung.theoleofwomenasaf.pdf. Acedido em 28 de março de 2014.
- Ha, B., C. McInerney, S. Tobin, e R. Torres. 2010.** "Youth Employment in Crisis." Discussion Paper DP/201/2010. International Institute for Labour Studies, Geneva. www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---inst/documents/publication/wcms_192840.pdf. Acedido em 21 de março de 2014.
- Hackman, D.A., M.J. Farah, e M.J. Meaney. 2010.** "Socioeconomic Status and the Brain: Mechanistic Insights from Human and Animal Research." *Nature Reviews Neuroscience* 11(9): 651–59.
- Hale, T. 2014.** "Improving Global Collective Action in a Connected World." Human Development Research Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Hale, T., D. Held, e K. Young. 2013.** *Gridlock: Why Global Cooperation Is Failing When We Need It Most*. Cambridge, Reino Unido: Político.
- Hall, P.A., e M. Lamont. 2013.** *Social Resilience in the Neoliberal Era*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Hallegatte, S., F. Henriot, A. Patwardhan, K. Narayanan, S. Ghosh, S. Karmakar, U. Patnaik, A. Abhayankar, S. Pohit, J. Corfee-Morlot, C. Herweijer, N. Ranger, S. Bhattacharya, M. Bachu, S. Priya, K. Dhore, F. Raïque, P. Mathur, e N. Naville. 2010.** "Flood Risks, Climate Change Impacts and Adaptation Benefits in Mumbai: An Initial Assessment of Socio-Economic Consequences of Present and Climate Change Induced Flood Risks and of Possible Adaptation Options." Environment Working Paper 27. Organisation for Economic Co-operation and Development, Paris. <http://dx.doi.org/10.1787/5km4hv6wb434-en>. Acedido em 27 de março de 2014.
- Hamdani, K. 2014.** "Trans-border Vulnerabilities" Human Development Research Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Haque, U., M. Hashizume, K.N. Kolivras, H.J. Overgaard, B. Das, e T. Yamamoto. 2012.** "Reduced Death Rates from Cyclones in Bangladesh: What More Needs to Be Done?" *Boletim da Organização Mundial de Saúde* 90: 150–56.
- Hardgrove, A. 2012.** "Life after Guns: The Life Chances and Trajectories of Ex-combatant and Other Post-war Youth in Monrovia, Liberia." DPhil thesis. University of Oxford, Department of International Development, Oxford, Reino Unido.
- Hardgrove, A., K. Pells, P. Dorman, e J. Boyden. 2014.** "Life Course Vulnerabilities for Youth: The Trouble in Transitions." Human Development Research Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Hart, B., e T.R. Risley. 1995.** "Meaningful Differences in the Everyday Experience of Young American Children". Baltimore, MD: Paul H. Brookes Publishing.
- Harvard Law e Policy Review 2013.** "India's Parliament Passes New Law on Sexual Offenses". April 2, 2013 <http://www3.law.harvard.edu/journals/hlpr/2013/04/indias-parliament-passes-new-law-on-sexual-offenses/#more-16>. Acedido em 27 março de 2014.
- Houghton J. e Khandker S.H. (2012)** The Surprising Effects of the Great Recession: Losers and Winners in Thailand in 2008-2009; Policy Research Working Paper 6255, Banco Mundial <http://elibrary.worldbank.org/doi/pdf/10.1596/1813-9450-6255> Acedido em 15 de maio de 2014.
- Hausmann, R. 2013.** "The Logic of the Informal Economy." Project Syndicate, 19 June 2013. www.project-syndicate.org/commentary/the-logic-of-the-informal-economy-by-ricardo-hausmann. Acedido em 15 de maio de 2014.
- Heath, R. 2012.** "Women's Access to Labour Market Opportunities, Control of Household Resources, and Domestic Violence." Policy Research Working Paper 6149. Banco Mundial, Washington, DC. http://econ.worldbank.org/external/default/main?pagePK=64165259&theSitePK=469372&piPK=64165421&menuPK=64166093&entityID=000158349_20120726090130. Acedido em 25 de março de 2014.
- Heckman, J. 2005.** "Skill Formation and the Economics of Investing in Disadvantaged Children." *Science* 312(5782): 1900–02.
- . 2013. "The Economics of Inequality and Human Development." Keynote presentation at the First National Congress meeting on building a legal framework for public policies for early childhood, 16 de abril, Brasília.
- Heintz, J. 2012.** "Informality, Inclusiveness, and Economic Growth: An Overview of Key Issues." Supporting Inclusive Growth Working Paper 2012/2. International Development Research Centre, Ottawa. www.idrc.ca/EN/Documents/SIG-WP2-Informality.pdf. Acedido em 25 março de 2014.
- Heise, L.H. 1998.** "Violence against Women: An Integrated, Ecological Framework." *Violence against Women* 4(3): 262–90.
- Held, D., e K. Young. 2011.** "Crises in Parallel Worlds: The Governance of Global Risks in Finance, Security and the Environment." In C.J. Calhoun and G.M. Deluguian, eds., *The Deepening Crisis: Governance Challenges After Neoliberalism*. Vol. 2. Nova Iorque: Nova Iorque University Press.
- Held, D., e K. Young. 2013.** "Transforming Global Governance? Structural Deficits and Recent Developments in Security and Finance." In J. Stiglitz and M. Kaldor, eds., *The Quest for Security: Protection Without Protectionism and the Challenge of Global Governance*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- . 2013. "Transforming Global Governance? Structural Deficits and Recent Developments in Security and Finance." In J. Stiglitz and M. Kaldor, eds., *The Quest for Security: Protection Without Protectionism and the Challenge of Global Governance*. Nova Iorque: Columbia University Press.

- Heller, P. 2013.** “Challenges and opportunities: Civil society in a globalizing world”. Human Development Research Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque
- HelpAge International. 2013.** Global AgeWatch Index 2013: Insight Report. Londres.
- Herrera, J., D. Milbin, F. Roubaud, C. Saint-Macary, C. Torelli, e C. Zanuso. 2014.** Enquête sur les Conditions de Vie des Ménages Après Séisme ECVMAS-Haïti 2012. Port au Prince: Institut Haïtien de Statistique et d’Informatique, and Paris: Développement, institutions et mondialisation.
- Hertzman, C., e T. Boyce. 2010.** “How Experience Gets Under the Skin to Create Gradients in Developmental Health.” *Annual Review of Public Health* 31: 329-47.
- Heyer, J. F. Stewart e R. Thorp 1999.** “Group Behaviour and Development”. Research Paper 161, World Institute for Development Economics Research. http://wider.unu.edu/publications/working-papers/previous/en_GB/wp-161/_files/82530858921501417/default/wp161.pdf Acedido em 15 de março de 2014.
- Hirsch, A. 2012.** “Sahel Food Crisis Has Been Made Worse by the Widespread Unrest in Africa.” *The Guardian*, 29 de março.
- Hoeffler, A. 2012.** “On the Causes of Civil War.” In M.R. Garfinkel and S. Skaperdas, eds. *The Oxford Handbook of the Economics of Peace and Conflict*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Hoekman, B., e W. Martin. 2012.** “Reducing Distortions in International Commodity Markets: An Agenda for Multilateral Cooperation.” Policy Research Working Paper 5928. Banco Mundial, Poverty Reduction and Economic Management Network, International Trade Department, and Development Research Group, Washington, DC. www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/IW3P/IB/2012/01/03/000158349_20120103113143/Rendered/PDF/WPS5928.pdf. Acedido em 24 de março de 2014.
- Hogerzeil, H.V., J. Liberman, V.J. Wirtz, S.P. Kishore, S. Selvaraj, R. Kiddell-Monroe, e T. von Holden, K.C., R.V. Burkhauser, e D.A. Myers. 1986.** “Income Transitions at Older Stages of Life: The Dynamics of Poverty.” *Gerontologist* 26(3): 292-97.
- Holling, C.S. 1973.** “Resilience and Stability of Ecological Systems.” *Annual Review of Ecology and Systematics* 4: 1-23.
- Hollingshead, A. 2010.** “The Implied Tax Revenue Loss from Trade Mispricing.” *Global Financial Integrity*, Washington, DC. www.gfintegrity.org/storage/gfip/documents/reports/IMPLIED%20tax%20revenue%20loss%20report_final.pdf. Acedido em 24 de março de 2014.
- Hoon, H. T. 2011.** “Wage Subsidies in a Program for Economic Inclusion and Growth.” Research Collection School Of Economics. http://ink.library.smu.edu.sg/cgi/viewcontent.cgi?article=2254&context=soe_research. Acedido em 22 abril de 2014
- Hornborg, A. 2009.** “Zero-Sum World Challenges in Conceptualizing Environmental Load Displacement and Ecologically Unequal Exchange in the World-System.” *International Journal of Comparative Sociology* 50(3-4): 237-62.
- Hughes, K., M.A. Bellis, L. Jones, S. Wood, G. Bates, L. Eckley, E. McCoy, C. Mikton, T. Shakespeare, e A. Officer. 2012.** “Prevalence and Risk of Violence against Adults with Disabilities: A Systematic Review and Meta-analysis of Observational Studies.” *Lancet* 379(9826): 1621-29.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e IESP/UERJ (Grupo de Estudos Multidisciplinares sobre Discriminação positiva). 2013.**
- IPCC (Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas). 2013.** *Climate Change: The Physical Science Basis. Working Group I Contribution to the Fifth Assessment Report*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- IPCC (Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas). 2013.** *Climate Change: The Physical Science Basis. Contribuição do Grupo de Trabalho I para o Quinto Relatório de Avaliação*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- IPCC (Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas). 2007.** *Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- IPCC (Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas). 2012.** *Managing the Risks of Extreme Events and Disasters to Advance Climate Change Adaptation: Special Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- IPCC (Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas). 2013.** *Climate Change 2013: The Physical Science Basis. Working Group I Contribution to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press. <https://www.ipcc.ch/report/ar5/wg1/>. Acedido em 20 de março de 2014.
- . **2006a.** *Changing Patterns in the World of Work*. International Labour Conference. 95th Session. Geneva. <http://www.ilo.org/public/english/standards/relm/ilc/ilc95/pdf/rep-i-c.pdf> Acedido em 22 de maio 2014
- . **2006b.** “Social Security for All: Investing in Global Social and Economic Development: A
- Consultation.” Issues in Social Protection Discussion Paper 16. Geneva.**
- . **2008.** “Can Low-income Countries Afford Basic Social Security?” *Global Campaign on Social Security and Coverage for All Paper 3*. Social Security Department, Geneva.
- . **2009.** “Protecting People, Promoting Jobs: From Crisis Response to Recovery and Sustainable Growth.” *Communication to G20 Leaders by ILO Director-General*, Pittsburgh Summit, 24–25 September, Pittsburgh, PA.
- . **2010a.** *Constitution of the International Labour Organisation and Selected Texts*. Geneva: International Labour Office. www.ilo.org/public/english/bureau/leg/download/constitution.pdf. Acedido em 25 de março 2014.
- . **2010b.** “Pioneering a System of Migration Management in Asia: The Republic of Korea’s Employment Permit System Approach to Decent Work.” Geneva. www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---asia/---ro-bangkok/documents/publication/wcms_145630.pdf. Acedido em 20 de março 2014.
- . **2010c.** *World Social Security Report 2010/11*. Geneva: International Labour Office. www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_146566.pdf. Acedido em 20 de março 2014.
- . **2011a.** “Conclusions Concerning the Recurrent Discussion on Social Protection (Social Security).” Adopted at the 100th Session of the International Labour Conference, Geneva.
- . **2011b.** *Social Protection Floor for a Fair and Inclusive Globalization. Report of the Advisory Group chaired by Michelle Bachelet convened by the ILO with the collaboration of the WHO*. Geneva: International Labour Office.
- . **2012a.** *Global Employment Trends for Youth 2012*. Geneva: International Labour Office. www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_180976.pdf. Acedido em 21 de março 2014.
- . **2012b.** “Statistical Update on Employment in the Informal Economy.” *International Labour Office*, Geneva. http://laborsta.ilo.org/applv8/data/INFORMAL_ECONOMY/2012-06-Statistical%20update%20-%20v2.pdf. Acedido em 15 de maio 2014.
- . **2012c.** *World of Work Report 2012*. Geneva: International Labour Office. www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_179453.pdf. Acedido em 25 de março 2014.
- . **2013a.** *Global Employment Trends 2013: Recovering from a Second Jobs Dip*. Geneva: International Labour Office. www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_202326.pdf. Acedido em 21 de março 2014.
- . **2013b.** *Global Employment Trends for Youth 2013: A Generation at Risk*. Geneva: International Labour Office. www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_212423.pdf. Acedido em 21 de março 2014.
- . **2013c.** *Global Wage Report 2012/2013: Wages and Equitable Growth*. Geneva: International Labour Office.
- . **2013d.** *Key Indicators of the Labour Market*. 8th ed. Geneva: International Labour Office.
- . **2013e.** *World of Work Report 2013: Repairing the Economic and Social Fabric*. Geneva: International Labour Office. www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_214476.pdf. Acedido em 24 de março 2014.
- . **2014.** *Global Employment Trends 2014: The Risk of a Jobless Recovery*. www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_233953.pdf. Acedido em 21 de abril 2014.
- . **n.d.** “Informal Economy.” www.ilo.int/global/topics/employment-promotion/informal-economy/. Acedido em 14 de Maio 2014.
- . **2012.** *Managing the Risks of Extreme Events and Disasters to Advance Climate Change Adaptation: Special Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- . **2013.** *Climate Change 2013: The Physical Science Basis. Working Group I Contribution to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge, UK: Cambridge University Press. <https://www.ipcc.ch/report/ar5/wg1/>. Acedido em 20 de março 2014.

- . 2014. *Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Working Group II Contribution to the Fifth Assessment Report*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Jansen, M., e E. von Uexkuell. 2010.** Trade and Employment in the Global Crisis. Genebra: Organização Internacional do Trabalho. www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/@publ/documents/publication/wcms_141911.pdf. Acedido em 24 de março de 2014.
- Jäntti, M., and B. Bradbury. 2001.** "Child Poverty across Industrialized Countries." *Journal of Population and Social Security 1*(Supplement): 385–410.
- Jolly, R., G. A. Cornia, D. Elson, C. Fortin, S. Griffith-Jones, G. Helleiner, R. van der Hoeven, R.**
- Kabeer, N. 2014.** "Vulnerability, capability and citizenship: addressing violence against women and girls". Human Development Research Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque
- Kabeer, N., K. Huda, S. Kaur, e N. Lamhaug. 2012.** "Productive Safety Nets for Women in Extreme Poverty: Lessons from Pilot Projects in India and Pakistan." Discussion Paper 28/12. University of London, School of Oriental and African Studies, Centre for Development Policy and Research, Londres. www.soas.ac.uk/cdpr/publications/papers/file76193.pdf. Acedido em 28 de março de 2014.
- Kabeer, N., K. Mumtaz, e A. Sayeed. 2010.** "Beyond Risk Management: Vulnerability, Social Protection and Citizenship in Pakistan." *Journal of International Development 22*: 1–19. www.researchcollective.org/Documents/Beyond_Risk_Management_Vulnerability_Social_Protection_and_Citizenship_in_Pakistan.PDF. Acedido em 28 de março de 2014.
- Kaldor, M., e J. Stiglitz. 2013.** *The Quest for Security: Protection without Protectionism and the Challenges of Global Governance*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Kanbur, R. 2007.** "Poverty and Conflict: The Inequality Link." *Coping with Crisis Working Paper Series*. International Peace Institute, Nova Iorque. www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Publications/Detail/?id=126966. Acedido em 21 de março de 2014.
- Kant, E. 1781.** *Critique of Pure Reason*. P. Guyer e A. Wood, trans. and eds, 1997. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Kaplan, D.S., G. Martinez, e R. Robertson. 2005.** "What Happens to Wages after Displacement?" *Economía 5*(2): 197–242.
- Karanikolos, M., P. Mladovsky, J. Cylus, S. Thomson, S. Basu, D. Stuckler, J. Mackenbach, e M. McKee. 2013.** "Financial Crisis, Austerity, and Health in Europe." *Lancet 381*(9874): 1323–1331.
- Karoly, L.A., S.S. Everingham, J. Hoube, R. Kilburn, C.P. Rydell, M. Sanders, e P.W. Greenwood. 1997.** "Benefits and Costs of Early-Childhood Interventions: A Documented Briefing." RAND Corporation, Santa Mónica, CA.
- Kaul, I. 2013.** *Global Public Goods: A Concept for Framing the Post-2015 Agenda*. Bona, Alemanha http://de.wikipedia.org/wiki/Deutschland:Deutsche_Institut_für_Entwicklungspolitik.
- . 2014. "Fostering Sustainable Human Development: Managing the Macro-Risks of Vulnerability." Human Development Research Paper. United Nations Development Programme, Human Development Report Office, Nova Iorque.
- Kaul, I., e P. Conceição, eds. 2006.** *The New Public Finance: Responding to Global Challenges*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Kaul, I., P. Conceição, K. Le Goulven, e R.U. Mendoza. 2003.** *Providing Global Public Goods: Managing Globalization*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- KC, S., W. Lutz, E. Loichinger, R. Muttarak, e E. Striessnig. 2014.** "Reducing Vulnerability in Critical Life Course Phases through Empowerment." Human Development Research Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Keizer, A.B. 2008.** "Non-regular Employment in Japan." *Work, Employment, and Society 22*(3): 407–25.
- Kelly, S. 2010.** "The Psychological Consequences to Adolescents for Exposure to Gang Violence in the Community: An Integrated Review of the Literature." *Journal of Child and Adolescent Psychiatric Nursing 23*(2): 61–73. http://middleschoolgangsandcliques.wikispaces.com/file/view/The+Psychological+Consequences+to+Adolescents+of+Exposure+to+Gang+Violence+in+the+Community+An+Integrated+Review+of+the+Literature+ejcap_225.pdf. Acedido em 21 de março de 2014.
- Kelly, T., W. Yang, C.S. Chen, K. Reynolds, and J. He. 2008.** "Global Burden of Obesity in 2005 and Projections to 2030." *International Journal of Obesity 32*(9): 1431–37.
- Kennedy, D., e J.E. Stiglitz, eds. 2013.** *Law and Economics with Chinese Characteristics: Institutions for Promoting Development in the Twenty-First Century*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Khor, M., e J.A. Ocampo. 2011.** "The Unsettled Global Trade Architecture." *Queries 1*(4): 68–88.
- Kim, N., e P. Conceição. 2010.** "The Economic Crisis, Violent Conflict, and Human Development." *International Journal of Peace Studies 15*(1): 29–43.
- Kinzig, A.P., P.R. Ehrlich, L.J. Alston, K. Arrow, S. Barrett, T.G. Buchman, G.C. Daily, B. Levin, S. Levin, M. Oppenheimer, E. Ostrom, e D. Saari. 2013.** "Social Norms and Global Environmental Challenges: The Complex Interaction of Behaviors, Values, and Policy." *Bioscience 63*(3): 164–75.
- Kondkher, B.H., C. Knox-Vydanov, e A. Vilela. 2013.** "Old Age Social Protection Options for Bangladesh." Dhaka University, Bureau of Economic Research, and HelpAge International. www.pension-watch.net/silo/files/old-age-sp-options-for-bangladesh.pdf. Acedido em 26 de março de 2014.
- Korpi, W., e J. Palme. 1998.** "The Paradox of Redistribution and Strategies of Equality: Welfare State Institutions, Inequality, and Poverty in the Western Countries." *American Sociological Review 66*: 611–687
- Kostzer, D. 2008.** "Argentina: A Case study on the Plan Jefes y Jefas de Hogar Desocupados, or the Employment Road to Economic Recovery." Documento de trabalho n.º. 534. The Levy Economics Institute. http://www.levyinstitute.org/pubs/wp_534.pdf. Acedido em 21 de abril de 2014
- Kraemer, K., G. Linden, e J. Dedrick. 2011.** "Capturing Value in Global Networks: Apple's iPad and iPhone." Working Paper. Universidade da Califórnia, Irvine, Paul Merage School of Business, Personal Computing Industry Center, Irvine, CA. http://pcic.merage.uci.edu/papers/2011/value_iPad_iPhone.pdf. Acedido em novembro de 2013.
- Krug, E.G., L.L. Dahlberg, J.A. Mercy, A.B. Zwi, e R. Lozano, eds. 2002.** *World Report on Violence and Health*. Geneva: World Health Organization. http://whqlibdoc.who.int/publications/2002/9241545615_eng.pdf?ua=1. Acedido em 30 de março de 2014.
- Krug, E.G., J. Mercy, L. Dahlberg, and A. Zwi. 2002b.** "The World Report on Violence and Health." *Lancet 360*: 1083–88.
- Krutikova, S. 2010.** "Who Gets to Stay in School? Long-run Impact of Income Shocks on Schooling in Rural Tanzania." Working Paper 36. University of Oxford, Department of Economics, Centre for the Study of African Economies, Oxford, REINO UNIDO. www.economics.ox.ac.uk/Centre-for-the-Study-of-African-Economies-Series/who-gets-to-stay-in-school-long-run-impact-of-income-shocks-on-schooling-in-rural-tanzania. Acedido em 26 de março de 2014.
- Kuhn, A., R. Lavile, e J. Zweimuller. 2009.** "The Public Health Cost of Job Loss." *Journal of Health Economics 28*(6): 1099–1115.
- Kumhof, M., e R. Ranciére. 2010.** "Leveraging Inequality." *Finance & Development 47*(4): 28–31.
- Kumlin, S., e B. Rothstein. 2005.** "Making and Breaking Social Capital The Impact of Welfare-State Institutions." *Comparative political studies 38*(4): 339–365.
- Kwak, S., and S. Smith. 2011.** "Multidimensional Poverty and Interlocking Poverty Traps: Framework and Application to Ethiopian Household Panel Data." Working Paper 2011-04. George Washington University, Elliott School of International Affairs, Institute for International Economic Policy, Washington, DC.
- Kynge, J. 2014.** "'Fragile Five' Falls Short As Tapering Leaves More Exposed." *Financial Times*, 15 de janeiro www.ft.com/intl/cms/s/0/a245c70e-7e0c-11e3-95dd-00144feabdc0.html#axzzxBU9hUzG. Acedido em 27 de março de 2014.
- La Trobe, S. 2002.** "Climate Change and Poverty." Discussion paper. Tearfund, Middlesex, Reino Unido.
- Lakner, C., e B. Milanovic. 2013.** "Global Income Distribution: From the Fall of the Berlin Wall to the Great Recession." Policy Research Working Paper 6719. Banco Mundial, Washington, DC.
- Lal, R., S. Miller, M. Lieu-Kie-Song, e D. Kostzer. 2010.** "Public Works and Employment Programmes: Towards a Long-Term Development Approach." Documento de trabalho 66, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCWorkingPaper66.pdf>. Acedido em 21 de abril de 2014.
- Langer, A. Stewart F. e R Venugopal. 2012.** "In Brief: Have post-conflict development policies addressed horizontal inequalities?" Centre for Research on Inequality, Human Security and Ethnicity, Oxford, Reino Unido. <http://www.qeh.ox.ac.uk/pdf/pdf-research/crise-ib9> Acedido em 22 de maio de 2014

- Leach, M. 2008.** "Re-Framing Resilience: A Symposium Report." Brighton, Reino Unido: STEPS Centre.
- Liem, R. and R. Rayman. 1982.** "Health and Social Costs of Unemployment: Research and Policy Considerations." *American Psychologist* 37(10): 1116–23.
- Linden, G., K. Kraemer, e J. Dedrick. 2011.** "Innovation and Job Creation in a Global Economy: The Case of Apple's iPod." *Journal of International Commerce and Economics* 3: 223–39.
- Lund, M. e Myers, R. 2007.** "Can Fostering a Culture of Dialogue Change the Course of a Nation?" An Evaluation of the United Nations Social Cohesion Programme in Guyana. Nova Iorque: PNUD
- Lutsey, N., e D. Sperling. 2008.** "America's Bottom-Up Climate Change Mitigation Policy." *Energy Policy* 36(2): 673–85.
- Lutz, L., e S. KC. 2013.** "Demography and Human Development: Education and Population Projections." In K. Malik and M. Kugler, eds., *Human Progress and the Rising South*. Nova Iorque: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.
- Macfarlane, S.N., and Y.F. Khong. 2006.** *Human Security and the UN: A Critical History*. Bloomington, IN: Indiana University Press.
- Machinea, J.L., e D. Titelman. 2007.** "Less Volatile Growth? The Role of Regional Financial Institutions." *Cepal Review* 91: 7–28.
- MacLeod, W.B., e M. Urquiola. 2012.** *Anti-lemons: Reputation and Educational Quality*. NBER Documento de trabalho 15112. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research.
- Maddison 2010.** "Statistics on World Population, GDP and per capita GDP, 1-2008 AD." Groningen Growth and Development Centre, The Netherlands. <http://www.ggd.cnet/maddison/oriindex.htm> Acedido em 15 de março de 2014.
- Maisonave, H., B. Decaluwé, e M. Chitiga. 2009.** "Does South African Affirmative Action Policy Reduce Poverty?" Documento de trabalho 09-36. Centre interuniversitaire sur le risque, les politiques économiques et l'emploi, Montreal, Canadá.
- Mancini, L. 2008.** "Horizontal Inequality and Communal Violence: Evidence from Indonesian Districts." In F. Stewart, ed., *Horizontal Inequalities and Conflict: Understanding Group Violence in Multiethnic Societies*. Basingstoke, Reino Unido: Palgrave Macmillan.
- Marc, A., A. Willman, G. Aslam, M. Rebosio e K. Balasuriya. 2012.** "Societal Dynamics and Fragility: Engaging Societies in Responding to Fragile Situations". Washington DC: Banco Mundial.
- Marc, A., A. Willman, G. Aslam, M. Rebosio, e K. Balasuriya. 2013.** *Societal Dynamics and Fragility: Engaging Societies in Responding to Fragile Situations*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Marshall K e O Butzbach ed. 2003.** *New Social Policy Agendas for Europe and Asia: Challenges, Experience, and Lessons*. Washington, D.C. Banco Mundial. http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2003/02/07/000094946_03012804015776/Rendered/PDF/multi0page.pdf Acedido em 22 de maio de 2014.
- Masset, E., e H. White. 2004.** "Are Chronically Poor People Being Left out of Progress towards the Millennium Development Goals? A Quantitative Analysis of Older People, Disabled People and Orphans." *Journal of Human Development* 5(2): 279–97.
- McCain, M.N., J.F. Mustard, e D.S. Shanker. 2007.** *Early Years Study 2: Putting Science into Action*. Toronto, Canadá: Council of Early Child Development. http://earlylearning.ubc.ca/media/publications/early_years_study_2.pdf. Acedido em 20 de março de 2014.
- McCain, M.N., J.F. Mustard, e K. McCuaig. 2011.** *Early Years Study 3: Making Decisions, Taking Action*. Toronto, Canada: Margaret & Wallace McCain Family Foundation. www.misatoronto.ca/index.php/learning/exploring/resources/i_115_eyes3_en_2nd_072412.pdf. Acedido em 18 de março de 2014.
- McEwen, B.S. 2008.** "Understanding the Potency of Stressful Early Life Experiences on Brain and Body Function." *Metabolism Clinical and Experimental* 57(2): S11-S15.
- McGee, R., e J. Gaventa. 2011.** "Shifting Power? Assessing the Impact of Transparency and Accountability Initiatives." Documento de trabalho 383. Institute of Development Studies, Brighton, Reino Unido. http://r4d.dfid.gov.uk/PDF/Outputs/Mis_SPC/60827_Wp383McGeeGaventa.pdf. Acedido em 24 de abril de 2014.
- McKenzie, D.J. 2003.** "How Do Households Cope with Aggregate Shocks? Evidence from the Mexican Peso Crisis." *World Development* 31(7): 1179–99.
- McLaughlin, D.K., e L. Jensen. 2000.** "Work History and US Elders' Transitions into Poverty." *Gerontologist* 40(4): 469–79.
- Mearns, R., e A. Norton, eds. 2010.** *Social Dimensions of Climate Change: Equity and Vulnerability in a Warming World*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Médecins Sans Frontières. 2013.** *Untangling the Web of Antiretroviral Price Reductions*. Genebra. http://d2pd-3b5abq75bb.cloudfront.net/2013/09/11/10/25/44/896/MSF_Access_UTW_16th_Edition_2013.pdf. Acedido em 20 de março de 2014.
- Mejia-Mantilla, C. 2012.** "Mid-term and Long-term Effects of the 1998 Asian Crisis in Indonesia." Mimeo. UCLA.
- Meng, Q & Tang, S. 2010.** *Universal Coverage of Health Care in China: Challenges and Opportunities*. World Health Report, Organização Mundial de Saúde
- Milanovic, B. 2012.** "Global Income Inequality by the Numbers: In History and Now—An Overview." Policy Research Working Paper 6259. Banco Mundial, Washington, DC.
- Miller, F., H. Osbahr, E. Boyd, F. Thomalla, S. Bharwani, G. Ziervogel, B. Walker, J. Birkmann, S. Van der Leeuw, J. Rockström, J. Hinkel, T. Downing, C. Folke, and D. Nelson. 2010.** "Resilience and Vulnerability: Complementary or Conflicting Concepts?" *Ecology and Society* 15(3): 11.
- Minorities at Risk Project. 2014.** Database. University of Maryland, Center for International Development and Conflict Management, College, Park, MD. www.cidcm.umd.edu/mar/data.asp. Acedido em 28 de abril 2014.
- Mkandawire 2001.** *Social policy in a development context UNRISD Social policy and development programme paper, 7*. United Nations, Genebra, Suíça
- Mok, K., J. Lawler, e S.B. Hinsz. 2009.** "Economic Shocks in Education: Analysis of the 1997 Asian Financial Crisis and Lessons for Today." *Global Social Policy* 9(1 suppl): 145–79.
- Molina, G., E. Ortiz, A. Reyes, e P. Garcia. 2014.** "Human Development Outliers: Progress That is Resilient to Shocks." Human Development Research Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Morissette, R., X. Zhang, e M. Frenette. 2007.** "Earnings Losses of Displaced Workers: Canadian Evidence from a Large Administrative Database on Firm Closures and Mass Lay-offs." Analytical Studies Branch Research Paper. Catalogue no. 11F0019MIE—No. 291. Statistics Canada, Ottawa. www.statcan.gc.ca/pub/11f0019m/11f0019m2007291-eng.pdf. Acedido em 24 de março de 2014.
- Morrone, A., K. Scrivens, C. Smith, and C. Balestra. 2011.** "Measuring Vulnerability and Resilience in OECD Countries." Paper prepared for the IARIW-OECD Conference on Economic Insecurity, 22–23 de novembro, Paris.
- Morrow, V. 2013.** "Troubling Transitions? Young People's Experiences of Growing Up in Poverty in Rural Andhra Pradesh, India." *Journal of Youth Studies* 16(1): 86–100.
- Müller, J. 2010.** "UN System Coordination: The Challenge of Working Together." *Journal of International Organizations Studies* 1: 29–56.
- Munyaneza, J. 2013.** "Rwanda: Women Take 64 Percent Seats in Parliament." *The New Times*, 19 September. <http://allafrica.com/stories/201309190110.html>. Acedido em 14 de maio 2014.
- Muqtada M. 1987.** "Special Employment Schemes in Rural Bangladesh: Issues and Perspective". *Philippine Review of Economics*, 1987, vol. 24, issue 3&4, 323-386
- . 2010. "The Crisis of Orthodox Macroeconomic Policy: The Case for a Renewed Commitment to Full Employment." Documento de trabalho sobre o Emprego 53. Organização Internacional do Trabalho, Genebra.
- Musgrave, R.A. 1959.** *Theory of Public Finance: A Study in Public Economy*. Nova Iorque: McGraw-Hill.
- Mustard, J.F. 2006.** "Early Child Development and Experience-based Brain Development—The Scientific Underpinnings of the Importance of Early Child Development in a Globalized World." Paper prepared for the World Bank International Symposium on Early Child Development—A Priority for Sustained Economic Growth & Equity, 27–29 September, Washington, DC. www.brookings.edu/views/papers/200602mustard.pdf. Acedido em 20 de março de 2014.
- Naidoo, V., e M. Kongo. 2004.** "Has Affirmative Action Reached South African Women?" *Journal of International Women's Studies* 6(1):124–36.
- Narayan, A., J. Saavedra-Chanduvi, e S. Tiwari. 2013.** "Shared Prosperity: Links to Growth, Inequality and Inequality of Opportunity." Policy Research Working Paper 6649. Banco Mundial, Washington, DC.
- Narayan, D., and P. Patesch, eds. 2007.** *Moving out of Poverty: Cross-Disciplinary Perspectives*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Narayan, D., R. Chambers, M.K. Shah, e P. Patesch. 2000.** *Voices of the Poor: Crying Out for Change*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.

- Naudé, W., A.U. Santos-Paulino, e M. McGillivray, eds. 2011.** *Fragile States: Causes, Costs, and Responses*. Reino Unido: Oxford University Press.
- Naudeau, S., S. Martinez, P. Premand, e D. Filmer. 2011.** "Cognitive Development among Young Children in Low-Income Countries." In H. Alderman, ed., *No Small Matter: The Impact of Poverty, Shocks and Human Capital Investments in Early Childhood Education*. Washington, DC: Banco Mundial. <http://sitere-sources.worldbank.org/EXTAFRREGTOPEUCATION/Resources/444707-1291071725351/nosmallmatter.pdf>. Acedido em 19 de março de 2014.
- Naylor, R., e W. Falcon. 2010.** "Food Security in an Era of Economic Volatility." *Population and Development Review* 36(4): 693–723.
- Nayyar, D. 2012.** "On Macroeconomics and Human Development." *Journal of Human Development and Capabilities* 13(1): 7–30.
- Nelson, C.A., N.A. Fox, e C.H. Zeanah. 2014.** *Romania's Abandoned Children: Deprivation, Brain Development, and the Struggle for Recovery*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Nelson, K. 2004.** "Mechanisms of Poverty Alleviation: Anti-Poverty Effects of Non-Means-Tested and Means-Tested Benefits in Five Welfare States." *Journal of European Social Policy* 14(4): 371–390.
- Newhouse, D. 2013.** "New Estimates of Youth Idleness and Employment Outcomes in Developing Countries". mimeo. Social Protection and Labor. Washington DC: Banco Mundial.
- NICHD (National Institute of Child Health e Human Development) Early Child Care Research NOAA (United States Department of Commerce, National Oceanic and Atmospheric Administration). 2013.** "Hurricane Sandy Service Assessment." Washington, DC. www.nws.noaa.gov/os/assessments/pdfs/Sandy13.pdf. Acedido em 20 de março de 2014.
- Nussbaum, M.C. 2005.** "Women's Bodies: Violence, Security, Capabilities." *Journal of Human Development* 6(2): 167–83. <https://www.amherst.edu/system/files/media/1556/Picq-%2520nussbaum-women%2527s%2520bodies.pdf>. Acedido em 28 de março de 2014.
- O'Keefe, P., K. Westgate, and B. Wisner. 1976.** "Taking the Naturalness out of Natural Disasters." *Nature* 260(5552): 566–67.
- Observatório de Deslocamento Interno (IDMC) 2013.** *Global Overview 2012: People Internally Displaced by Conflict and Violence*. Genebra. www.internal-displacement.org/publications/2013/global-overview-2012-people-internally-displaced-by-conflict-and-violence. Acedido em 20 de março de 2014.
- Ocampo, J., e J.E. Stiglitz. 2011.** "From the G-20 to a Global Economic Coordination Council." *Journal of Globalization and Development* 2(2): 1–18.
- Ocampo, J.A., ed. 2006.** *Regional Financial Cooperation*. Washington DC: Brookings Institution Press.
- . **2010.** "Rethinking Global Economic and Social Governance." *Journal of Globalization and Development* 1(1): 1–29.
- . **2013.** "Global Economic and Social Governance and the United Nations System." Initiative for Policy Dialogue Working Paper. Nova Iorque. http://policydialogue.org/files/publications/Global_Econ_and_UN_Ocampo_withCS.pdf. Acedido em 20 de março de 2014.
- Ocampo, J.A., e S. Griffith-Jones. 2007.** "A Counter-Cyclical Framework for a Development-Friendly International Financial Architecture." Working Paper 39. Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas Nova Iorque. www.un.org/esa/desa/papers/2007/wp39_2007.pdf. Acedido em 24 de março de 2014.
- Ocampo, J.A., and J. Stiglitz. 2011.** "From the G-20 to a Global Economic Coordination Council." *Journal of Globalization and Development* 2(2): 1–18.
- OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos). 2012.** "Think Global, Act Global: Confronting Global Factors that Influence Conflict and Fragility." A Summary of the Berlin Policy Forum em 15-16 de novembro de 2012.
- OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos). 2010.** "Gender Inequality and the MDGs: What are the Missing Dimensions?" Paris. www.oecd.org/social/poverty/45987065.pdf. Acedido em 28 de março de 2014.
- OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). 2011.** *Tax Transparency 2011: Report on Progress*. Paris. www.oecd.org/tax/transparency/48981620.pdf. Acedido em 20 de março de 2014.
- . **2011a.** "Growing Income Inequality in OECD Countries: What Drives It and How Can Policy Tackle It?" OECD Forum on Tackling Inequality, 2 May, Paris. www.oecd.org/social/soc/47723414.pdf. Acedido em 31 de março 2014.
- . **2011b.** *Pensions at a Glance 2011: Retirement-Income Systems in OECD and G20 Countries*. Paris. http://dx.doi.org/10.1787/pension_glance-2011-en. Acedido em 26 de Março 2014.
- . **2011c.** *Tax Transparency 2011: Report on Progress*. Paris. www.oecd.org/tax/transparency/48981620.pdf. Acedido em 20 de março 2014.
- . **2012.** "Think Global, Act Global: Confronting Global Factors that Influence Conflict and Fragility." A Summary of the Berlin Policy Forum, 15–16 November, Berlin.
- . **2013a.** *Action Plan on Base Erosion and Profit Shifting*. Paris. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264202719-en>. Acedido em 24 de março 2014.
- . **2013b.** "Crisis Squeezes Income and Puts Pressure on Inequality and Poverty: Results from the OECD Income Distribution Database (May 2013)." Paris. www.oecd.org/els/soc/OECD2013-Inequality-and-Poverty-8p.pdf. Acedido em 15 de maio 2014.
- . **2013c.** *Education at a Glance 2013: OECD Indicators*. Paris.
- . **2013d.** *Employment Outlook 2013*. Paris.
- . **2013e.** *Health at a Glance 2013: OECD Indicators*. Paris.
- . **2013f.** "Unemployment Set to Remain High in OECD Countries through 2014 – Youth and Low-skilled Hit Hardest." www.oecd.org/employment/unemployment-set-to-remain-high-in-oecd-countries-through-2014youth-and-low-skilled-hit-hardest.htm. Acedido em 14 de maio 2014.
- . **n.d.** *Social Expenditure Database*. Paris. www.oecd.org/social/expenditure.htm. Acedido em 20 de março 2014.
- O'Sullivan, R., K. Muggleston, and T. Allison. 2014.** "In This Together: The Hidden Cost of Young Adult Unemployment." *Policy Brief. Young Invincibles, Washington, DC.*
- Odagiri, H., A. Goto, A. Sunami, e R.R. Nelson. 2012.** *Intellectual Property Rights, Development, and Catch Up: An International Comparative Study*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- ODI (Overseas Development Institute). 2008.** "The Indian National Rural Employment Guarantee Act: Will It Reduce Poverty and Boost the Economy?" Project Briefing 7. Londres.
- OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development). s.d.** *Social Expenditure Database*. Paris. <http://www.oecd.org/social/expenditure.htm>. Acedido em 20 de março de 2014.
- OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development). 2013.** *Employment Outlook 2013*. Paris.
- Ogata, S. and A. Sen. 2003.** *Human Security Now: Protecting and Empowering People*. Nova Iorque: Comissão de Segurança Humana.
- OIT Relatório sobre o Mundo do Trabalho, 2013**
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2010b.** *World Social Security Report 2010/11*. Geneva: International Labour Office. www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_146566.pdf. Acedido em 20 de março de 2014
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). 1952.** "Social Security (Minimum Standards) Convention." www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0:NO:12100:P12100_ILO_CODE:C102. Acedido em 20 de Março de 2014.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2006a.** "Social Security for All: Investing in Global Social and Economic Development: A Consultation." Issues in Social Protection Discussion Paper 16. Genebra.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2006b.** *Changing Patterns in the World of Work Conferência Internacional do Trabalho. 95.ª Sessão*. Genebra. <http://www.ilo.org/public/english/standards/realm/ilc/ilc95/pdf/rep-i-c.pdf>. Acedido em 22 de maio de 2014
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2008.** "Can Low-income Countries Afford Basic Social Security?" Global Campaign on Social Security and Coverage for All Paper 3. Social Security Department, Genebra.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2009.** "Protecting People, Promoting Jobs: From Crisis Response to Recovery and Sustainable Growth." Communication to G20 Leaders by ILO Director-General, Pittsburgh Summit, 24–25 September, Pittsburgh, PA.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2010.** *World Social Security Report 2010/11*. Genebra: Secretariado Internacional do Trabalho.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2010a.** "Pioneering a System of Migration Management in Asia: The Republic of Korea's Employment Permit System Approach to Decent Work." Genebra. www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---asia/---ro-bangkok/documents/publication/wcms_145630.pdf. Acedido em 20 de março de 2014
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2011a.** "Conclusions Concerning the Recurrent Discussion

- on Social Protection (Social Security).” Adotadas na 100.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, Genebra.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho).**
- 2011b.** Social Protection Floor for a Fair and Inclusive Globalization. Relatório do Grupo Consultivo presidido por Michelle Bachelet a pedido da OIT com a colaboração da OMS. Genebra: Secretariado Internacional do Trabalho.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2013a.** World of Work Report 2013: Repairing the Economic and Social Fabric. Genebra: Organização Internacional do Trabalho e Instituto Internacional de Estudos Laborais.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2014.** “Global Employment Trends 2014: The risk of a Jobless Recovery.” http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-/dgreports/-/dcomm/-/publ/documents/publication/wcms_233953.pdf. Acedido em 21 abril de 2014 OIT (Organização Internacional do Trabalho) e PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2011. “Inclusive and Resilient Development: The Role of Social Protection.” Documento preparado para o Grupo de Trabalho do G20 para o Desenvolvimento. Genebra.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2010.** World Social Security Report 2010/11. Genebra: Organização Internacional do Trabalho.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2010.** Constitution of the International Labour Organisation and Selected Texts. Genebra: International Labour Office. www.ilo.org/public/english/bureau/leg/download/constitution.pdf. Acedido em 25 março de 2014.
- OMC (Organização Mundial do Comércio). 2001.** Ministerial Declaration. http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min01_e/mindecl_e.pdf. Acedido em 13 de maio de 2014.
- OMC (Organização Mundial do Comércio). 2013.** Ninth WTO Ministerial Conference. <https://mc9.wto.org>. Acedido em 24 de março de 2014.
- OMS World Report on Violence and Health, 2002**
- OMS World Report on Disability, Genebra, 2011**
- OMS (Organização Mundial de Saúde). 2011.** Gender, Climate Change and Health. Genebra.
- OMS (Organização Mundial de Saúde). 2000.** “Reproductive Health during Conflict and Displacement: A Guide for Programme Managers.” Genebra. http://whqlibdoc.who.int/hq/2001/WHO_RHR_00.13.pdf?ua=1. Acedido em 20 de março de 2014.
- OMS (Organização Mundial de Saúde). 2010.** Global Burden of Disease 2010. Genebra.
- OMS (Organização Mundial de Saúde). 2013.** “Global Leaders Support Support new Six-Six-year plan Plan to deliver Deliver a polioPolio-free world World by 2018.” News release. 25 de abril. http://www.who.int/mediacentre/news/releases/2013/polio_six_year_plan_20130425/en/www.who.int/mediacentre/news/releases/2013/polio_six_year_plan_20130425/en/. Acedido em 20 de março de 2014.
- Ono, Y., e D. Sullivan. 2013.** “Manufacturing Plants’ Use of Temporary Workers: An Analysis Using Census Micro Data.” Industrial Relations: A Journal of Economy and Society 52(2): 419–43. <ftp://tigerline.census.gov/ces/wp/2008/CES-WP-08-40.pdf>. Acedido em 24 de março de 2014.
- ONU Report of the Secretary General on the Situation in the Sahel Region, 2013**
- ONU (Nações Unidas). 2013a.** The Millennium Development Goals Report 2013. Nova Iorque.
- ONU (Organização das Nações Unidas) Assembleia-Geral. 2009.** “Legal Empowerment of the Poor and Eradication of Poverty.” Report of the Secretary General. A/64/133. Nova Iorque. www.snap-undp.org/lepknowl-edgebank/Public%20Document%20Library/Legal%20empowerment%20of%20the%20poor%20and%20Eradication%20of%20Poverty.pdf. Acedido em 16 de maio de 2014
- ONU (Organização das Nações Unidas) Assembleia-Geral. 2013a.** “Draft Resolution Referred to the High-Level Plenary Meeting of the General Assembly by the General Assembly at its Sexagésima quarta sessão . [A/65/L.1. <http://www.un.org/en/mdg/summit2010/pdf/mdg%20outcome%20document.pdf>. Acedido em 16 de maio de 2014
- ONU (Organização das Nações Unidas) Assembleia-Geral. 2013b.** “A Life of Dignity for All: Accelerating Progress towards the Millennium Development Goals and Advancing the United Nations Development Agenda beyond 2015.” Report of the Secretary-General. A/68/202. Nova Iorque.
- ONU (Organização das Nações Unidas) News Centre. 2013a.** “States Must Prioritize Migrants’ Human Rights, UN Independent Experts Reiterate.” 7 de Outubro. www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=46206&Cr=Italy&Cr1=&Kw1=lampedusa&Kw2=&Kw3=#.UOXDET_XI25. Acedido em 20 de março de 2014.
- ONU (Organização das Nações Unidas) News Centre. 2013b.** “Australia’s Transfer of Asylum-seekers to Pacific Islands Faulted in UN Reports.” 26 de Novembro. www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=46596&Cr=asylum&Cr1. Acedido em 20 de março de 2014.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 1948.** “Universal Declaration of Human Rights.” G.A. Res. 217A(III), U.N. GAOR, 3d Sess., U.N. Doc. A/810 (Dec. 10, 1948). www.un.org/en/documents/udhr/. Acedido em 20 de março de 2014.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 1966 .** “International Convention on Economic, Social and Cultural Rights.” G.A. res. 2200A (XXI), 21 U.N. GAOR Supp. (No. 16) at 49, U.N. Doc. A/6316 (1966). www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CESCR.aspx. Acedido em 20 de março de 2014.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 1989.** “Convention on the Rights of the Child.” GA res. 44/25, annex, 44 UN GAOR Supp. (No. 49) at 167, U.N. Doc. A/44/49 (1989). www.un.org/documents/ga/res/44/a44r025.htm. Acedido em 20 de março de 2014.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 1995.** “Report of the Fourth World Conference on Women.” 4–15 de setembro, Pequim. www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/Beijing%20full%20report%20E.pdf. Acedido em 20 de março de 2014.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 2000.** “United Nations Millennium Declaration.” www.un.org/millennium/declaration/ares552e.htm. Acedido em 20 de março de 2014.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 2006.** “Convention on the Rights of Persons with Disabilities.” www.un.org/disabilities/default.asp?id=259. Acedido em 20 março de 2014.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 2009.** State of the World’s Indigenous Peoples. Nova Iorque.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 2009.** “The Social Protection Floor.” www.un.org/ga/second/64/socialprotection.pdf Acedido em 20 de março de 2014.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 2012.** “Report of the UN Special Rapporteur on Extreme Poverty and Human Rights.” A/67/278. Nova Iorque.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 2012.** “Resolution Adopted by the General Assembly on 27 July 2012: Resolution 66/288. The Future We Want.” Sixty-Sixth Session of the General Assembly. Nova Iorque. www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/66/288&Lang=E. Acedido em 27 de março de 2014.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 2013b.** “Report of the Secretary-General on the Situation in the Sahel Region.” Nova Iorque. www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_2013_354.pdf. Acedido em 24 de março de 2014.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 2013c.** “Resolution Adopted by the General Assembly on 20 September 2013: Resolution 61/16 on ‘Strengthening of the Economic and Social Council’.” Sexagésima oitava sessão da Assembleia-geral. Nova Iorque. www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/68/1. Acedido em 27 de março de 2014.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 2013d.** “Resolution Adopted by the General Assembly on 9 July 2013: Resolution 67/290. Format and Organizational Aspects of the High-Level Political Forum on Sustainable Development.” Sexagésima sétima sessão da Assembleia-geral. Nova Iorque. www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/67/290&Lang=E. Acedido em 27 de março de 2014.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 2013e.** The Global Partnership for Development: The Challenge We Face. MDG Gap Task Force Report 2013. Nova Iorque. www.un.org/en/development/desa/policy/mdg_gap/mdg_gap2013/mdg_report_2013_en.pdf Acedido em 20 de março de 2014.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 2014.** “World Conference on Indigenous Peoples.” <http://wci2014.org/background>. Acedido em 20 de março de 2014.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 2013a.** “Declaration of the High-level Dialogue on International Migration and Development.” Sixty-Eighth Session of the General Assembly. Nova Iorque. www.iam.int/files/live/sites/iam/files/What-We-Do/docs/Final-Declaration-2013-En.pdf. Acedido em 20 de março de 2014.
- Onyango, M.A., B.L. Hixson, e S. McNally. 2013.** “Minimum Initial Service Package (MISP) for Reproductive Health during Emergencies:
- Ortiz, I., S. Burke, M. Berrada, e H. Cortés, 2013.** “World Protests 2006-2013.” Working Paper. Initiative for Policy Dialogue and Friedrich-Ebert-Stiftung, Nova Iorque. http://policydialogue.org/files/publications/World_Protests_2006-2013-Complete_and_Final_4282014.pdf. Acedido em 20 de março de 2014.

- Østby, G. 2008a.** "Inequalities, the Political Environment and Civil Conflict: Evidence from 55 Developing Countries." In F. Stewart, ed., *Horizontal Inequalities and Conflict: Understanding Group Violence in Multiethnic Societies*. Basingstoke, Reino Unido: Palgrave Macmillan.
- **G. 2008b.** "Polarization, Horizontal Inequalities and Violent Civil Conflict." *Journal of Peace Research* 45(2): 143–62.
- Paardekooper, B., J.T.V.M. De Jong, e J.M.A. Hermanns. 1999.** "The Psychological Impact of War and the Refugee Situation on South Sudanese Children in Refugee Camps in Northern Uganda: An Exploratory Study." *Journal of Child Psychology and Psychiatry* 40(4): 529–36.
- Paci, P., A. Revenga, e B. Rijkers. 2011.** *Coping with Crises: Policies to Protect Employment and Earnings*. VOX Column <http://www.voxeu.org/article/coping-crises-policies-protect-employment-and-earnings>. Acedido em 15 de maio de 2014.
- Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas. 2014.** *Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability*. Stanford, CA. <http://ipcc-wg2.gov/AR5/report/final-drafts/> Acedido em 31 de março de 2014.
- Palme, J. 2006.** "Welfare States and Inequality: Institutional Designs and Distributive Outcome." *Research in Social Stratification and Mobility* 24(4): 387–403
- Pardee Center for International Futures. 2013.** "Development-Oriented Policies and Alternative Human Development Paths." In K. Malik and M. Kugler, eds., *Human Progress and the Rising South*. Nova Iorque: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- Park, Y.C. 2006.** "Regional Financial Integration in East Asia: Challenges and Prospects. Regional Financial Cooperation." In J.A. Ocampo, ed., *Regional Financial Cooperation*. Washington DC: Brookings Institution Press.
- Parliament of India Rajya Sabha. 2013.** *One Hundred and Sixty Seventh Report on the Criminal Law (Amendment) Bill, 2012*. Nova Deli: Rajya Sabha Secretariat. www.prsindia.org/uploads/media/Criminal%20Law/SCR%20Criminal%20Law%20Bill.pdf. Acedido em 28 de março de 2014.
- Parlow, A. 2012.** "Armed Conflict and Children's Health – Exploring New Directions: The Case of Kashmir." MPRA Paper 38033. Munich Personal RePEc Archive, Munich, Germany. http://mpra.ub.uni-muenchen.de/38033/1/MPRA_paper_38033.pdf. Acedido em 28 de março de 2014.
- Paxson, C., e N. Schady. 2007.** "Cognitive Development among Young Children in Ecuador: The roles of Wealth, Health and Parenting." Policy Research Working Paper 3605. Banco Mundial, Washington, DC. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/8929>. Acedido em 19 de março de 2014.
- Pells, K. 2011.** "Poverty and Gender Inequalities: Evidence from Young Lives." Young Lives Policy Paper 3. University of Oxford, Department of International Development, Oxford, Reino Unido.
- Pereda, N., G. Guilera, M. Forns, e J. Gómez-Benito. 2009.** "The Prevalence of Child Sexual Abuse in Community and Student Samples: A Meta-analysis." *Clinical Psychology Review* 29(4): 328–38.
- Pick, S., e J. Sirkin. 2010.** *Breaking the Poverty Cycle: The Human Basis for Sustainable Development*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Pineda, J. 2013.** "Sustainability and Human Development: A Proposal for a Sustainability Adjusted Human Development Index." *Theoretical and Practical Research in Economic Fields* 3(2): 71–98.
- Pineda, J. and F. Rodriguez. 2006.** "Public Investment in Infrastructure and Productivity Growth: Evidence from the Venezuelan Manufacturing Sector." Wesleyan Economics Working Paper 2006-010. Wesleyan University, Middletown, CT.
- Pineda, J., e F. Rodriguez. 2006.** "The Political Economy of Investment in Human Capital." *Economics of Governance* 7: 167–93.
- Pinheiro, P.S. 2006.** *World Report on Violence against Children*. United Nations Secretary-General's Study on Violence against Children. Nova Iorque: Nações Unidas. [www.unicef.org/lac/full_text\(3\).pdf](http://www.unicef.org/lac/full_text(3).pdf). Acedido em 21 de março de 2014.
- Plan International. 2012.** *State of the World's Girls 2012: Learning for Life*. Report prepared for the "Because I Am a Girl" campaign. Woking, Reino Unido. <http://plan-international.org/girls/pdfs/2012-report/The-State-of-the-World-s-Girls-Learning-for-Life-Plan-International-2012.pdf>. Acedido em 21 de março de 2014.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 1990.** *Relatório do Desenvolvimento Humano 1990*. Nova Iorque.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 1993.** *Relatório do Desenvolvimento Humano 1993: Participação das Pessoas*. Nova Iorque.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 1994.** *Human Development Report 1994*. Nova Iorque: Oxford University Press. http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/255/hdr_1994_en_complete_nostats.pdf. Acedido em 30 de março de 2014.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2003.** *Assessment of Micro-Macro Linkages in Poverty Alleviation: South Asia*. Evaluation Office, Nova Iorque.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2009.** *Community Security and Social Cohesion: Towards a UNDP Approach*. Genebra.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2011.** "Illicit Financial Flows from the Least Developed Countries 1990-2008." Discussion Paper. Nova Iorque. http://www.ginbot7.org/pdf/IFFs_from_LDCs_web.pdf. Acedido em 24 março de 2014.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2011a.** *Human Development Report 2011: Sustainability and Equity: A Better Future for All*. Nova Iorque.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2011b.** *Sharing Innovative Experiences: Successful Social Protection Floor Experiences*. Nova Iorque.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2012.** *Seeing Beyond the State: Grassroots Women's Perspectives on Corruption and Anti-corruption*. Nova Iorque.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2012a.** *Governance for Peace: Securing the Social Contract*. Nova Iorque. www.undp.org/content/dam/undp/library/crisis%20prevention/governance-for-peace_2011-12-15_web.pdf. Acedido em 24 de março de 2014.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2012b.** *Africa Human Development Report 2012: Towards a Food Secure Future*. www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/HDR/Africa%20HDR/UNDP-Africa%20HDR-2012-EN.pdf. Acedido em 20 de março de 2014.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2013.** *Human Development Report 2013: The Rise of the South: Human Progress in a Diverse World*. Nova Iorque. www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/HDR/2013GlobalHDR/English/HDR2013%20Report%20English.pdf. Acedido em 24 de março de 2014.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2013a.** *Human Development Report 2013: The Rise of the South: Human Progress in a Diverse World*. Nova Iorque.
- PNUD 2013b.** *Preventing Crisis Enabling Recovery: A Review of UNDP's Work in Conflict and Disaster-Affected Countries: 2012* http://www.undp.org/content/dam/undp/library/crisis%20prevention/BCPR_isuu-sm.pdf Acedido em 15 de maio de 2014
- Polanyi, K. 1944.** *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. Boston, MA: Beacon Press.
- Polk, W.R. 2013.** *Humpty Dumpty: The Fate of Regime Change*. Stone, Reino Unido: Panda Press.
- Pollock, R. 2006.** *The Value of the Public Domain*. Londres: Institute for Public Policy Research. http://rufuspollock.org/papers/value_of_public_domain.ippr.pdf. Acedido em 27 de março de 2014.
- Posel, D., J.A. Fairburn, e F. Lund. 2006.** "Labour Migration and Households: A Reconsideration of the Effects of the Social Pension on Labour Supply in South Africa." *Economic Modelling* 23(5): 836–53.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento–Banco Mundial–Inquérito regional da Comissão Europeia. 2011.** <http://www.eurasia.undp.org/content/rbec/en/home/ourwork/povertyreduction/roma-in-central-and-southeast-europe/roma-data/>. Acedido em 28 de março de 2014.
- Raman, A.V., and J.W. Björkman. 2008.** "Public-Private Partnership in Health Care Services in India." *Health Administrator* 21(1–2): 62–77.
- Ratha, D., C. Eigen-Zucchi, S. Plaza, H. Wyss, e S. Yi. 2013.** "Migration and Remittance Flows: Recent Trends and Outlook, 2013–2016." *Migration and Development Brief* 21. Banco Mundial, Washington, DC. <http://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1288990760745/MigrationandDevelopmentBrief21.pdf>. Acedido em 24 de março de 2014.
- Reinalda, B., ed. 2013.** *Routledge Handbook of International Organization*. Londres: Routledge.
- Reinhart, C. 2012.** *A Series of Unfortunate Events: Common Sequencing Patterns in Financial Crises*. Working Paper

17941. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research.
- Rentschler, J.E. 2013.** "Why Resilience Matters: The Poverty Impacts of Disasters." Policy Research Working Paper 6699. Banco Mundial, Washington, DC. <http://elibrary.worldbank.org/doi/pdf/10.1596/1813-9450-6699>. Acedido em 26 de março de 2014.
- República da Serra Leoa, Ministry of Finance and Economic Development, Development Assistance Coordination Office. 2013.** Republic of Sierra Leone Fragility Assessment. Freetown. www.newdeal4peace.org/wp-content/uploads/2013/05/Fragility-Assessment-SierraLeone-border-180313.pdf. Acedido em 24 de março de 2014.
- Revkin, A. 2012.** "Beyond Rio: Pursuing 'Ecological Citizenship.'" Nova Iorque Times, 25 de junho.
- Ringen, S. 1988.** "Direct and Indirect Measures of Poverty." *Journal of Social Policy* 17(1): 351-365.
- Robinson, A., V. Scherrer, e A. Gormally. 2013.** "Disability and Vulnerability: A Primer." Disability-inclusive DRR Network for Asia and the Pacific partners. www.didrrn.net/home/files/3613/8614/3327/DiDRRN_GP_vulnerability_primer_v.fin.pdf. Acedido em 24 de março de 2014.
- Rockström, J., W. Steffen, K. Noone, Å. Persson, F. Chapin, E. Lambin, T. Lenton, M. Scheffer, C. Folke, H. Schellnhuber, B. Nykvist, C. De Wit, T. Hughes, S. van der Leeuw, H. Rodhe, S. Sörlin, P. Snyder, R. Costanza, U. Svedin, M. Falkenmark, L. Karlberg, R. Corell, V. Fabry, J. Hansen, B. Walker, D. Liverman, K. Richardson, P. Crutzen, e J. Foley. 2009.** "Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity." *Ecology and Society* 14(2): 32.
- Rodrik, D. 2000.** "Participatory Politics, Social Cooperation, and Economic Stability." *American Economic Review* 90(2): 140-44. <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.298.5443&rep=rep1&type=pdf> Acedido em 15 de maio de 2014
- Roemer, J.E. 1993.** "A Pragmatic Approach to Responsibility for the Egalitarian Planner." *Philosophy and Public Affairs* 22(2): 146-66.
- Rolleston, C., e Z. James. 2011.** "The Role of Schooling in Skill Development: Evidence from Young Lives in Ethiopia, India, Peru and Vietnam." Paper commissioned for the Education for All Global Monitoring Report 2012. www.younglives.org.uk/files/policy-papers/role-of-schooling-in-skill-development. Acedido em 21 de março de 2014.
- Rothstein, B. 2001.** "Social Capital in the Social Democratic Welfare State." *Politics and Society* 29(2): 207-241
- Roxburgh, C., e J. Mischke. 2011.** "European Growth and Renewal: The Path from Crisis to Recovery." McKinsey Global Institute, Updated Research. http://www.mckinsey.com/insights/europe/european_growth_and_renewal_path_to_recovery. Acedido em 22 de abril de 2014
- Sander, R., e S. Taylor Jr. 2012.** Mismatch: How Affirmative Action Hurts Students It's Intended to Help, and Why Universities Won't Admit It. Nova Iorque: Basic Books.
- Sandler, T., M. Arce, e G. Daniel. 2002.** "A Conceptual Framework for Understanding Global and Transnational Public Goods for Health." *Fiscal Studies* 23(2): 195-222.
- Sassen, S. 2006.** Territory, Authority, Rights: From Medieval to Global Assemblages. Vol. 7. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Schmieder, J.F., T.M. von Wachter, e S. Bender. 2009.** "The Effects of Unemployment Insurance on Labour Supply and Search Outcomes: Regression Discontinuity Estimates from Germany." Discussion Paper 0910-08. Columbia University, Department of Economics, Nova Iorque. <http://doku.iab.de/discussionpapers/2010/dp0410.pdf>. Acedido em 24 de março de 2014.
- Schroder-Butterfill, E., e R. Marianti. 2006.** "A Framework for Understanding Old-age Vulnerabilities." *Ageing & Society* 26(1): 9-35. <http://journals.cambridge.org/action/displayFulltext?type=1&fid=371433&jid=ASO&volumeld=26&issueuld=01&aid=371432&bodyld=&membershipNumber=&societyETOCSession>. Acedido em 17 de março de 2014.
- Sebastian, H. 2009.** "The Culture of Fear and Control in Costa Rica: Crime Statistics and Law Enforcement." Working Paper 104. German Institute of Global Affairs, Hamburgo, Alemanha.
- Seitz, S. 2013.** "Indigenous Peoples and the Process of Decentralization: Conflicting Interests Regarding Upland Resource Management in Palawan Province/Philippines." Occasional Paper 13. Universidade de Friburgo Alemanha https://areastudies.uni-freiburg.de/Content/files/occasional-paper-series/op13_seitz.pdf/at_download/file. Acedido em 16 de maio de 2014.
- Sen, A. 1992.** Inequality Reexamined. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- . 1999. "Democracy as a Universal Value." *Journal of Democracy* 10(3): 3-17.
- . 2013. "The Ends and Means of Sustainability." *Journal of Human Development and Capabilities* 14(1): 6-20.
- Sen, A., J. Stiglitz, and J. Fitoussi. 2009.** Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress. Paris.
- Sen, A., J. Stiglitz, e J. Fitoussi. 2009.** Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress. Paris.
- Sen, P. 1998.** "Violence against Women." *Gender and Development* 6(3): 7-16.
- Shonkoff, J.P., e D.A. Phillips. 2000.** From Neurons to Neighborhoods: The Science of Early Childhood Development. Washington DC: National Academy Press.
- Shonkoff, J.P., e L. Richter. 2013.** "The Powerful Reach of Early Childhood Development." In P. Rebello Britto, P.L. Engle, and C.M. Super, eds., *Handbook of Early Childhood Development. Research and Its Impact on Global Policy*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Shonkoff, J.P., L. Richter, J. van der Gaag, e Z.A. Bhutta. 2012.** "The Biology of Adversity: Building an Integrated Science of Child Survival, Early Childhood Development, and Human Capital Formation." *Pediatrics* 129(2): 1-13.
- Sinclair, A.R.E., and J.M. Fryxell. 1985.** "The Sahel of Africa: Ecology of a Disaster." *Canadian Journal of Zoology* 63: 987-94.
- Smith, J.P., G. Teruel, T. Duncan, K. Beegle, e E. Frankenberg. 2002.** "Wages, Employment and Economic Shocks: Evidence from Indonesia." *Journal of Population Economics* 15(1): 161-93. http://scholar.google.com/scholar_url?url=it&q=http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc%3FAD%3DADA385386&sa=X&scisig=AAGBfm327yyptkIiH6W6JPPHV92yhL2HFA&oi=scholar. Acedido em 24 de março de 2014.
- Sobhan, R. 2013.** Vulnerability Traps and Their Effects on Human Development. Human Development Research Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Somavia, J. 2013.** The Meaning of Decent Work. Geneva: International Labour Office.
- State of World Population 2010.** Nova Iorque. www.unfpa.org/webdav/site/global/shared/documents/publications/2010/EN_SOWP10.pdf. Acedido em 20 de março de 2014.
- Stephan, G. 2009.** "Employer Wage Subsidies and Wages in Germany: Some Evidence from Individual Data." Discussion Paper 9/2009. Federal Employment Agency, Instituto Alemão para a Investigação em matéria de Emprego, Nuremberga, Alemanha.
- Stephens, A.H. 1997.** "Persistent Effects of Job Displacement: The Importance of Multiple Job Losses." *Journal of Labour Economics* 15(1): 165-88. www.jstor.org/stable/2535319?seq=1. Acedido em 24 de março de 2014.
- Stevens, A.H., e J. Schaller. 2011.** "Short-run Effects of Parental Job Loss on Children's Academic Achievement." *Economics of Education Review* 30(2): 289-99.
- Stewart, F. 2008.** Horizontal Inequalities and Conflict. Understanding Group Violence in Multiethnic Societies. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Stewart, F., ed. 2010.** Horizontal Inequalities and Conflict: Understanding Group Violence in Multiethnic Societies. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- . 2013. "Capabilities and Human Development: Beyond the Individual—the Critical Role of Social Institutions and Social Competencies." In K. Malik and M. Kugler, eds., *Human Progress and the Rising South*. Nova Iorque: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- Stewart, F., M. Barrón, G. Brown, e M. Hartwell. 2006.** "Social Exclusion and Conflict: Analysis and Policy Implications." Policy Paper. Oxford University, Centre for Research on Inequality, Human Security and Ethnicity, Oxford, Reino Unido. www.qeh.ox.ac.uk/pdf/pdf-research/crise-pp1. Acedido em 26 de março de 2014.
- Stewart, F., G. Brown, e L. Mancini. 2005.** "Why Horizontal Inequalities Matter: Some Implications for Measurement." Working Paper 19. Oxford University, Centre for Research on Inequality, Human Security and Ethnicity, Oxford, Reino Unido. <http://r4d.dfid.gov.uk/pdf/outputs/inequality/wp19.pdf>. Acedido em 26 de março de 2014.
- Stiglitz, J. 2012a.** "Macroeconomic Fluctuations, Inequality, and Human Development." *Journal of Human Development and Capabilities* 13(1): 31-58.
- . 2012b. *The Price of Inequality: How Today's Divided Society Endangers Our Future*. Nova Iorque: W. W. Norton & Company.
- . 2013. "Social Protection without Protectionism." In J. Stiglitz and M. Kaldor, eds., *The Quest for Security: Protection Without Protectionism and the Challenge of Global Governance*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Stiglitz, J., and M. Kaldor, eds. 2013a.** *The Quest for Security: Protection without Protectionism and the*

- Challenge of Global Governance. Nova Iorque: Columbia University Press.
- . **2013b.** *The Quest for Security: Protection without Protectionism and the Challenge of Global Governance.* Nova Iorque: Columbia University Press.
- Stiglitz, J., e M. Kaldor. 2013a.** "Introduction." In J. Stiglitz, and M. Kaldor, eds., *The Quest for Security: Protection Without Protectionism and the Challenge of Global Governance.* Nova Iorque: Columbia University Press.
- Stiglitz, J., A. Bougrov, Y. Boutros-Ghali, J.P. Fitoussi, C.A. Goodhart, e R. Johnson. 2009.** "Relatório da Comissão de Peritos do Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre reformas do Sistema Financeiro e Monetário internacional." A Conferência das Nações Unidas sobre a Crise Financeira e Económica Mundial e o seu Impacto no Desenvolvimento, 24–26 de junho, Nova Iorque. www.un.org/ga/president/63/interactive/financialcrisis/PreliminaryReport210509.pdf. Acessado em 24 de março de 2014.
- Stiglitz, J., A. Sen, and J. Fitoussi. 2010.** *Mismeasuring Our Lives: Why GDP Doesn't Add Up.* Nova Iorque: New Press.
- Sullivan, D., e T. von Wachter. 2009.** "Job Displacement and Mortality: An Analysis Using Administrative Data." *Quarterly Journal of Economics* 124(3): 1265–1306. <http://qje.oxfordjournals.org/content/124/3/1265.abstract>. Acessado em 24 de março de 2014.
- Sulmasy, G., e J. Yoo. 2007.** "Challenges to Civilian Control of the Military: A Rational Choice Approach to the War on Terror." *UCLA Law Review* 54. http://papers.ssm.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1030761. Acessado em 16 de maio de 2014.
- Sundaram, J. 2013.** "A World of Vulnerability." Project Syndicate, 13 July. www.project-syndicate.org/commentary/poverty--vulnerability--and-social-protection-by-jomo-kwame-sundaram. Acessado em 28 de abril 2014.
- Swiderska, K. A. Argumedo, Y. Song, J. Li, R. Pant, H. Herrera, D. Mutta, P. Munyi, and S. Vedavathy. 2009.** *Protecting Community Rights over Traditional Knowledge: Implications of Customary Laws and Practices: Key Findings and Recommendations 2005–2009.* Londres: International Institute for Environment and Development.
- Tarrow, S. 2013.** *The Language of Contention: Revolutions in Words, 1688–2012.* Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Telles, E.E. 2004.** *Race in Another America: The Significance of Skin Color in Brazil.* Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Temin, M. 2008.** "Expanding Social Protection for Vulnerable Children and Families: Learning from an Institutional Perspective." Documento de trabalho. Inter-Agency Task Team on Children and HIV and AIDS: Working Group on Social Protection, Nova Iorque. www.unicef.org/aids/files/Expanding_Social_Protection.MTemin.May2008.pdf. Acessado em 16 de maio de 2014.
- The Bangladesh Accord Foundation. 2013.** "Accord on Fire and Building Safety in Bangladesh." http://bangladeshaccord.org/wp-content/uploads/2013/10/the_accord.pdf. Acessado em 16 de novembro de 2013.
- Thorp, R., F. Stewart e A. Heyer. 2005.** "When and how far is group formation a route out of chronic poverty?" *World Development.* Volume 33, Issue 6, junho 2005, páginas 907–920
- Thrasher, R., e K. Gallagher. 2008.** *21st Century Trade Agreements: Implications for Long-Run Development Policy.* Pardee Paper 2. Boston, MA: Boston University, Frederick S. Pardee Center for the Study of the Longer Range Future. <http://ase.tufts.edu/gdae/Pubs/rp/KGPardeePolSpaceSep08.pdf>. Acessado em 24 de março de 2014.
- Tshimpanga, J.M., E. Enfors, R. Biggs, and G. Peterson. 2011.** "Maradi Agro-ecosystem." Regime Shifts Database. <http://www.regimeshifts.org/component/k2/item/57-maradi-agro-ecosystem#>. Acessado em 28 de abril de 2014.
- UCDP (Uppsala Conflict Data Program) e PRIO (Peace Research Institute Oslo). 2013.** *UCDP/PRIO Armed Conflict Dataset v.4-2013, 1946–2012.* Suécia e Oslo. www.pcr.uu.se/research/ucdp/datasets/ucdp_prio_armed_conflict_dataset/. Acessado em 18 de fevereiro de 2014.
- UCDP (Uppsala Conflict Data Program). 2013.** *UCDP Non-State Conflict Dataset v. 2.5-2013, 1989–2012.* Suécia. www.pcr.uu.se/research/ucdp/datasets/ucdp_non-state_conflict_dataset/. Acessado em 18 de fevereiro de 2014.
- UE (União Europeia). (2007).** "Tratado de Lisboa." http://europa.eu/lisbon_treaty/full_text/index_en.htm. Acessado em 20 de março de 2014.
- UIT (União Internacional de Telecomunicações). 2013.** "The World in 2013: ICT Facts and Figures." Genebra. www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/facts/ICTFactsFigures2013-e.pdf. Acessado em 24 de março de 2014.
- UN (United Nations). 1948.** "Universal Declaration of Human Rights." G.A. Res. 217A(III), U.N. GAOR, 3d Sess., U.N. Doc. A/810 (Dec. 10, 1948). www.un.org/en/documents/udhr/. Acessado em 20 de março 2014.
- UN (United Nations). 2005.** *World Summit Outcome (A/60/L.1) 15 September, 2005.* Nova Iorque. www.un.org/womenwatch/ods/A-RES-60-1-E.pdf. Acessado em 25 de março de 2014.
- . **1966.** "International Convention on Economic, Social and Cultural Rights." G.A. res. 2200A (XXI), 21
- U.N. GAOR Supp. (No. 16) at 49, U.N. Doc. A/6316 (1966).** www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CESCR.aspx. Acessado em 20 de Março 2014.
- . **1989.** "Convention on the Rights of the Child." GA res. 44/25, annex, 44 UN GAOR Supp. (No. 49) at 167, U.N. Doc. A/44/49 (1989). www.un.org/documents/ga/res/44/a44r025.htm. Acessado em 20 de março 2014.
- . **1995.** "Report of the Fourth World Conference on Women." 4–15 September, Beijing. www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/Beijing%20full%20report%20E.pdf. Acessado em 20 de 2014.
- . **2000.** "United Nations Millennium Declaration." www.un.org/millennium/declaration/ares552e.htm. Acessado em 20 de março 2014.
- . **2005.** *World Summit Outcome (A/60/L.1) 15 September, 2005.* New York. www.un.org/womenwatch/ods/A-RES-60-1-E.pdf. Acessado em 25 de março 2014.
- . **2006.** "Convention on the Rights of Persons with Disabilities." www.un.org/disabilities/default.asp?id=259. Acessado em 20 de março 2014.
- . **2009.** "The Social Protection Floor." www.un.org/ga/second/64/socialprotection.pdf Acessado em 20 de março 2014.
- . **2012a.** "Report of the UN Special Rapporteur on Extreme Poverty and Human Rights." A/67/278. Nova Iorque.
- . **2012b.** "Resolution Adopted by the General Assembly on 27 July 2012: Resolution 66/288. The Future We Want." Sixty-Sixth Session of the General Assembly. New York. www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/66/288&Lang=E. Acessado em 27 March 2014.
- . **2013a.** "Declaration of the High-level Dialogue on International Migration and Development." Sixty-Eighth Session of the General Assembly. Nova Iorque. www.ion.int/files/live/sites/iom/files/What-We-Do/docs/FinalDeclaration-2013-En.pdf. Acessado em 20 de março 2014.
- . **2013b.** *A New Global Partnership: Eradicate Poverty and Transform Economies through Sustainable Development.* Report of the High-Level Panel of Eminent Persons on the Post-2015 Development Agenda. Nova Iorque.
- . **2013c.** *The Global Partnership for Development: The Challenge We Face.* MDG Gap Task Force Report 2013. New York. www.un.org/en/development/desa/policy/mdg_gap/mdg_gap2013/mdg_report_2013_en.pdf. Acessado em 20 de março 2014.
- . **2013d.** "Resolution Adopted by the General Assembly on 9 July 2013: Resolution 67/290. Format and Organizational Aspects of the High-Level Political Forum on Sustainable Development." Sixty-Seventh Session of the General Assembly. New York. www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/67/290. Acessado em 27 de março 2014.
- . **2013e.** "Resolution Adopted by the General Assembly on 20 September 2013: Resolution 61/16 on 'Strengthening of the Economic and Social Council'." Sixty-Eighth Session of the General Assembly. New York. www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/68/1. Acessado em 27 de março 2014.
- . **2014a.** "World Conference on Indigenous Peoples." <http://wqip2014.org/background>. Acessado em 20 de Março 2014.
- . **2014b.** *World Population Prospects: The 2012 Revision.* Nova Iorque. <http://esa.un.org/wpp/Excel-Data/population.htm>. Acessado em 18 de fevereiro 2014.
- UN (United Nations) General Assembly. 2009.** "Legal Empowerment of the Poor and Eradication of Poverty." Report of the Secretary General. A/64/133. New York. www.snap-undp.org/lepknowledgebank/Public%20Document%20Library/Legal%20Empowerment%20of%20the%20poor%20and%20Eradication%20of%20Poverty.pdf. Acessado em 16 de maio 2014.
- . **2013a.** "Draft Resolution Referred to the High-Level Plenary Meeting of the General Assembly by the General Assembly at its Sixty-Fourth Session." A/65/L.1. www.un.org/en/mdg/summit2010/pdf/mdg%20outcome%20document.pdf. Acessado em 16 de maio 2014.
- . **2013b.** "A Life of Dignity for All: Accelerating Progress towards the Millennium Development Goals and Advancing the United Nations Development Agenda. **beyond 2015.**" Report of the Secretary-General. A/68/202. Nova Iorque.
- . **2013c.** "Report of the Secretary-General on the Situation in the Sahel Region." Nova Iorque.

- UN (United Nations) News Centre. 2013a.** "States Must Prioritize Migrants' Human Rights, UN Independent Experts Reiterate." 7 October. www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=46206&Cr=Italy&Cr1=&Kw1=lampedusa&Kw2=&Kw3=#.UOXDET_XI25. Acedido em 20 de março 2014.
- . **2013b.** "Australia's Transfer of Asylum-seekers to Pacific Islands Faulted in UN Reports." 26 November. www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=46596&Cr=asylum&Cr1. Acedido em 20 de março 2014.
- UN Atlas of the Oceans. 2013.** "Human Settlement on the Coasts." www.oceansatlas.org/servelet/CDSServelet?status=NDOxODc3JyY9ZW4mMz9KjYzNz1rb3M~. Acedido em 20 de março 2014.
- UN Enable. 2013.** "Disability, Natural Disasters and Emergency Situations." www.un.org/disabilities/default.asp?id=1546. Acedido em 30 de março 2014.
- UN Global Pulse. 2010.** Voices of the Vulnerable: Recovery from the Ground Up. Nova Iorque. www.unglobalpulse.org/sites/default/files/reports/Voices-of-the-Vulnerable_0.pdf. Acedido em 24 de março 2014.
- . **2012.** "Monitoring Household Coping Strategies during Complex Crises." www.unglobalpulse.org/projects/rivaf-research-monitoring-household-coping-strategies-during-complex-crises. Acedido em 30 de março 2014.
- UN System Task Team on the Post-2015 UN Development Agenda. 2012a.** Disaster Risk and Resilience. New York. www.unisdr.org/files/27462_20120607unttpostmdgthinkpieceondrra.pdf. Acedido em 16 de maio 2014.
- . **2012b.** Social Protection: A Development Priority in the Post-2015 UN Development Agenda. Nova Iorque. http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/Think%20Pieces/16_social_protection.pdf. Acedido em 27 de março 2014.
- UNCSD (United Nations Conference on Sustainable Development). 2012.** "The Future We Want." Rio de Janeiro, Brazil. www.uncsd2012.org/content/documents/727The%20Future%20We%20Want%2019%20June%201230pm.pdf. Acedido em 27 de março 2014.
- UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) 2012a.** Corporate Social Responsibility in Global Value Chains: Evaluation and Monitoring Challenges for Small and Medium Sized Suppliers in Developing Countries. Nova Iorque e Genebra. http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/diaeed2012d3_en.pdf. Acedido em 19 de março de 2014.
- . **2012b.** Development and Globalization: Facts and Figures 2012. Geneva.
- . **2013.** World Investment Report: Global Value Chains: Investment and Trade for Development. Nova Iorque and Geneva. http://unctad.org/en/publicationslibrary/wir2013_en.pdf. Acedido em 19 de março 2014.
- . **2014.** UNCTADstat. http://unctadstat.unctad.org/ReportFolders/reportFolders.aspx?sCS_referer=&sCS_ChosenLang=en Acedido em 20 de março 2014.
- UNDESA (United Nations Department of Economic and Social Affairs). 2009.** State of the World's Indigenous Peoples. New York. www.un.org/esa/socdev/unpfi/documents/SOWIP_web.pdf. Acedido em 28 de março 2014.
- . **2013a.** "LDC Information: The Criteria for Identifying Least Developed Countries." www.un.org/en/development/desa/policy/cdp/ldc/ldc_criteria.shtml. Acedido em 14 de maio 2014.
- . **2013b.** Report on World Social Situation 2013: Inequality Matters. Nova Iorque.
- UNECA (Comissão Económica das Nações Unidas para África). 2010.** Innovations and Best Practices in Public Sector Reforms: The Case of Civil Service in Ghana, Kenya, Nigeria and South Africa. Addis Abeba. www.uneca.org/sites/default/files/publications/innovations_in_the_public_sector.pdf. Acedido em 16 de maio de 2014
- UNFCCC (United Nations Framework Convention on Climate Change). 2009.** "Copenhagen Accord." FCCC/CP/2009/L.7. Bonn, Germany. <http://unfccc.int/resource/docs/2009/cop15/eng/107.pdf>. Acedido em 27 March 2014.
- . **2011.** "Report of the Conference of the Parties on Its Sixteenth Session, Held in Cancun from 29 November to 10 December 2010." FCCC/CP/2010/7/Add.1. Bonn, Germany. <http://unfccc.int/resource/docs/2010/cop16/eng/07a01.pdf>. Acedido em 27 de março 2014.
- . **2012.** "Report of the Conference of the Parties on Its Seventeenth Session, Held in Durban from 28 November to 11 December 2011." FCCC/CP/2011/9/Add.1. Bonn, Germany. <http://unfccc.int/resource/docs/2011/cop17/eng/09a01.pdf>. Acedido em 27 de março 2014.
- UNFPA (United Nations Population Fund). 2008.** "Linking Population, Poverty and Development. Migration: A World on the Move." www.unfpa.org/pds/migration.html. Acedido em 30 de março 2014.
- UNFPA (Fundo das Nações Unidas para a População) e HelpAge International. 2012.** Ageing in the Twenty-First Century: A Celebration and a Challenge. Nova Iorque e Londres: UNFPA e HelpAge.
- UNFPA (Fundo das Nações Unidas para a População). 2008.** "Linking Population, Poverty and Development. Migration: A World on the Move." www.unfpa.org/pds/migration.html. Acedido em 30 Março de 2014.
- UN-Habitat (United Nations Human Settlements Programme). 2011.** "Cities and Climate Change: Global Report on Human Settlements 2011." Nairobi. <http://mirror.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=3086>. Acedido em 24 de março 2014.
- UNHCR (United Nations Refugee Agency). 2012.** UNHCR Global Trends 2012. Displacement: The New 21st Century Challenge. Geneva. http://unhcr.org/global-trends/june2013/UNHCR%20GLOBAL%20TRENDS%202012_V08_web.pdf. Acedido em 31 de março de 2014.
- UNICEF (United Nations Children's Fund). 2006.** State of the World's Children Report 2007: Women and Children: The Double Dividend of Gender Equality. Nova Iorque.
- . **2007.** The Impact of International Migration: Children Left Behind in Selected Countries of Latin America and the Caribbean. Nova Iorque. www.unicef.org/videoaudio/PDFs/The_Impact_of_International_Migration_LAC.pdf. Acedido em 20 de março de 2014.
- . **2008.** The State of Asia-Pacific's Children. Nova Iorque. http://www.unicef.org/pacificislands/SAPC_Full_Report.pdf Acedido em 22 de maio de 2014
- UNISDR (Gabinete das Nações Unidas para a Redução dos Riscos de Catástrofes). 2005.** "Hyogo Framework for Action 2005-2015: Building the Resilience of Nations and Communities to Disasters." Genebra. www.unisdr.org/2005/wcdr/intergover/official-doc/L-docs/Hyogo-framework-for-action-english.pdf. Acedido em 20 de março de 2014.
- . **2012a.** "Japan's success in risk reduction highlighted on Março de 11 anniversary", UNISDR Press Release 9 March 2012.
- . **2012b.** "UNISDR Counts the Cost of 20 Years of Inaction on Climate Change and Risk Reduction." Comunicado de imprensa, 13 de junho. Genebra.
- . **n.d.** "Key Focus Areas." www.unisdr.org/2006/ppew/iewp/iewp-introduction.htm. Acedido em 16 de maio de 2014
- United Nations Global Pulse. 2012.** "Monitoring Household Coping Strategies during Complex Crises." www.unglobalpulse.org/projects/rivaf-research-monitoring-household-coping-strategies-during-complex-crises. Acedido em 28 de abril de 2014.
- UNOCHA (Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas). 2014.** "World Humanitarian Summit Concept Note." <https://docs.unocha.org/sites/dms/Documents/WHHS%20Concept%20Note.pdf> Acedido em 20 de março de 2014.
- UNOHCHR (Gabinete do Alto Comissário para os Direitos Humanos). 2003.** "Human Rights in the Administration of Justice: A Manual on Human Rights for Judges, Prosecutors and Lawyers." Geneva. www.ohchr.org/Documents/Publications/training9Titleen.pdf. Acedido em 16 de maio de 2014
- UNRISD (Instituto de Investigação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social) 2010.** "Combating Poverty and Inequality: Structural Change, Social Policy and Politics". Genebra. <http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9%2F%28httpAuxPages%29%2F92B1D5057F43149CC125779600434441%2F>. Acedido em 16 de maio de 2014. UNSSC (United Nations System Staff College). 2010. Indigenous Peoples and Peacebuilding: A Compilation of Best Practices. Turim, Itália.
- Väilä, T., e A. Mehrotra. 2005.** "Evolution and Determinants of Public Investment in Europe." Economic and Financial Report 2005/01. Banco Europeu de Investimento, Luxemburgo.
- Van de Gaer, D. 1993.** "Equality of Opportunity and Investment in Human Capital." Ph.D. thesis. Universidade Católica de Lovaina, Bélgica.
- Vennam, U., A. Komanduri, E. Cooper, G. Crivello, e M. Woodhead. 2009.** "Early Childhood Education Trajectories and Transitions: A Study of the Experiences and Perspectives of Parents and Children in Andhra Pradesh, India." Young Lives Working Paper 52. University of Oxford, Department of International Development, Oxford, Reino Unido. www.younglives.org.uk/files/working-papers/wp52-early-childhood-education-trajectories-and-transitions-a-study-of-the-experiences-and-perspectives-of-parents-and-children-in-andhra-pradesh-india. Acedido em 21 de março de 2014.
- Verick, S. 2009.** "Who Is Hit Hardest during a Financial Crisis? The Vulnerability of Young Men and Women to Unemployment in an Economic Downturn." Discussion Paper 4359. Institute for the Study of Labour, Bona. <http://ftp.iza.org/dp4359.pdf>. Acedido em 21 de março de 2014.

- Vinding, D., e E.R. Kampbel. 2007.** "Indigenous Women Workers with Case Studies from Bangladesh, Nepal and the Americas." Working Paper. International Labour Office, Geneva. www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---gender/documents/publication/wcms_173293.pdf. Acedido em 28 de março de 2014.
- Von Braun, J., e G. Tadesse. 2012.** "Global Food Price Volatility and Spikes: An Overview of Costs, Causes, and Solutions." Discussion Paper on Development Policy 161. University of Bonn, Center for Development Research, Bonn, Alemanha. <http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/120021/3/DP161Rev.pdf>. Acedido em 24 de março de 2014.
- Von Wachter, T. 2014.** "The Effect of Labour-market Related Shocks on Worker and Family Outcomes in Developed and Developing Countries." Human Development Research Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Von Wachter, T. 2014.** "The Effect of Labour-market Related Shocks on Worker and Family Outcomes in Developed and Developing Countries." Human Development Research Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Wachs, T.D., e A. Rahman. 2013.** "The Nature and Impact of Risk and Protective Influences on Children's Development in Low-Income Countries." In P.R. Britto, P. Engle, and C. Super, eds., *Handbook of Early Childhood Development Research and Its Impact on Global Policy*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Wadhams, N. 2010.** "Iceland Volcano: Kenya's Farmers Losing \$1.3m a Day in Flights Chaos." *The Guardian*, 18 de abril. www.theguardian.com/world/2010/apr/18/iceland-volcano-kenya-farmers. Acedido em 19 de março de 2014.
- Waldron, J. 2013.** "Separation of Powers in Thought and Practice?" *Boston College Law Review* 54: 433–68. www.bc.edu/content/dam/files/centers/clough/pdf/01_waldron.pdf. Acedido em 16 de maio de 2014.
- Waters, H., F. Saadah, e M. Pradhan. 2003.** "The Impact of the 1997–98 East Asian Economic Crisis on Health and Health Care in Indonesia in Health Policy Plan." *Health Policy and Planning* 18(2): 172–81.
- Weiss, T. G. 2011.** "ECOSOC and the MDGs: What Can Be Done?" In R. Wilkinson, e D. Humle, eds., *The Millennium Development Goals and Beyond: Global Development after 2015*. Nova Iorque: Routledge. www.povertydialogue.org/wp-content/uploads/2011/01/26_ECOSOC_and_the_MDGs_What_can_be_Done_ThomasGWeiss.pdf. Acedido em 27 de março de 2014.
- Welford, R. 2013.** "Climate Change Refugees." *CSR Asia Weekly*. <http://csr-asia.com/csr-asia-weekly-news-detail.php?id=12312>. Acedido em 20 de março de 2014.
- Wisner, B., P. Blaikie, T. Cannon, e I. Davis. 2004.** *At Risk: Natural Hazards, People's Vulnerability and Disasters* (2.ª ed.), Routledge, Londres, Reino Unido.
- Woldehanna, T., N. Jones, e B. Tefera. 2008.** "The Invisibility of Children's Paid and Unpaid Work: Implications for Ethiopia's National Poverty Reduction Policy." *Childhood* 15: 177–201.
- Woodhead, M., P. Dornan, e H. Murray. 2013.** *What Inequality Means for Children, Evidence from Young Lives*. Oxford, Reino Unido: Young Lives. www.younglives.org.uk/files/policy-papers/what-inequality-means-for-children-evidence-from-young-lives. Acedido em 27 de março de 2014.
- World Economic Forum. 2014.** *Global Risks 2014: Ninth Edition*. Geneva. http://www3.weforum.org/docs/WEF_GlobalRisks_Report_2014.pdf. Acedido em 21 de março de 2014.
- WWF (Fundo Mundial para a Natureza). 2007.** "Climate Solutions: WWF's Vision for 2020." http://wwf.panda.org/what_we_do/how_we_work/businesses/climate/climate_savers/. Acedido em 20 de março de 2014.
- Xinhua News Service. 2013.** "China Achieves 99% Rural Healthcare Coverage." 23 August. www.china.org.cn/china/2013-08/23/content_29808818.htm. Acedido em 16 maio de 2014
- Yong Invincibles, In This Together: The Hidden Cost of Young Adult Unemployment, 2014**
- Young, H.P. 2007.** "Social Norms and Public Policy." Brookings Institution, Washington, DC.
- Young, I.M. 1990.** *Justice and the Politics of Difference*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Young, M. 2014.** "Addressing and Mitigating Vulnerability across the Life Cycle: The Case for Investing in Early Childhood." Human Development Research Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Young, M.E. 2002.** *From Early Child Development to Human Development: Investing in Our Children's Future*. Washington, DC: BancoMundial.
- Young, M.E. 2014.** "Addressing and Mitigating Vulnerability across the Life Cycle: The Case for Investing in Early Childhood." Human Development Research Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Zaidi, A. 2013.** "Vulnerabilities in Old Age: A Review." Human Development Research Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Zaidi, A. 2014.** "Vulnerabilities in Old Age: A Review." Human Development Research Paper. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.
- Zeitlyn, S. 2004.** "Social Exclusion in Asia – Some Initial Ideas." UK Department for International Development, Londres.
- Zepeda, E, McDonald S. Panda M. e G Kumar 2013.** "Employing India: Guaranteeing jobs for the rural poor" Carnegie Endowment for International Peace, Washington, D.C. http://www.un.org/en/development/desa/policy/publications/seminars/india_rural_employment.pdf Acedido em 22 de maio de 2014

Anexo Estatístico

Guia do leitor	160
----------------	-----

Classificação do IDH de 2013	165
------------------------------	-----

Tabelas estatísticas

Índices de Desenvolvimento Humano

1 Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes	166
2 Tendências dos Indicadores do Desenvolvimento Humano, 1980-2013	170
3 Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade	172
4 Índice de Desigualdade de Género	178
5 Índice de Desenvolvimento Humano por Género	182
6 Índice de Pobreza Multidimensional	180
6A Índice de Pobreza Multidimensional - alterações ao longo do tempo em alguns países selecionados (países selecionados)	186

Indicadores do desenvolvimento humano

7 Saúde infantil e juvenil	190
8 Saúde dos adultos e despesas de saúde	194
9 Educação	198
10 Controlo e afetação dos recursos	202
11 Competências sociais	206
12 Insegurança pessoal	210
13 Integração internacional	214
14 Ambiente	218
15 Tendências populacionais	222
16 Indicadores suplementarem: perceções de bem-estar	226

Regiões	230
---------	-----

Referências estatísticas	231
--------------------------	-----

Guia do leitor

As 17 tabelas estatísticas proporcionam uma visão geral dos aspectos cruciais do desenvolvimento humano. As primeiras seis tabelas contêm o conjunto dos Índices de Desenvolvimento Humano e seus componentes estimados pelo Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano (GRDH). As restantes dez tabelas apresentam um conjunto mais alargado de indicadores relacionados com o desenvolvimento humano.

Exceto quando especificado na fonte, as tabelas utilizam os dados disponibilizados ao GRDH a partir de 15 de novembro de 2013. Todos os índices e os indicadores, assim como as notas técnicas sobre os cálculos dos índices compostos e fontes de informação suplementares encontram-se disponíveis em linha em <http://hdr.undp.org/en/data>.

Os países e territórios encontram-se classificados pelos valores do IDH de 2013. A avaliação da solidez e fiabilidade demonstrou que, no que se refere à maioria dos países, as diferenças verificadas no IDH não são significativas em termos estatísticos a partir da quarta casa decimal¹. Por esta razão, os países que apresentam os mesmos valores em três casas decimais do IDH são classificados *ex-aequo*.

Fontes e definições

O GRDH usa os dados fornecidos pelas agências de dados internacionais que dispõem do mandato, recursos e competências para recolher dados nacionais sobre indicadores específicos, exceto quando especificado em contrário.

No final de cada tabela são apresentadas as definições dos indicadores e fontes dos componentes dos dados originais, com referências completas na secção *Referências Estatísticas* no fim deste anexo.

RNB per capita – PPC em USD

Na comparação entre os níveis de vida com base no rendimento dos países, o componente rendimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) utiliza o Rendimento Nacional Bruto (RNB) *per capita* convertido em paridade de poder de compra (PPC em USD) para eliminar as diferenças ao nível de preços nacionais.

O Programa de Comparação Internacional (PCI) é a maior iniciativa estatística do mundo que, com base nos seus estudos, apresenta níveis de preços numa base comparável internacionalmente, agregados económicos em termos reais e estimativas sobre a PPC. Aquando da elaboração do Relatório de Desenvolvimento Humano 2014 (RDH), as estimativas disponíveis ao GRDH sobre o RNB *per capita* (PPC em USD) tiveram por base os

estudos realizados pelo PCI em 2005 abrangendo 146 países. Em 2011, foi realizada nova ronda de estudos pelo PCI que incluiu 180 países. As estimativas relativas à PPC em USD desta nova ronda de estudos estarão disponíveis no HDR 2015.

Atualização de Metodologias

Nos últimos três anos, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano procedeu a extensas consultas junto dos principais especialistas académicos e políticos a fim de debater várias abordagens à medição do desenvolvimento, incluindo a família de índices compostos do Relatório. Todos os participantes desses debates concordaram, sem hesitação, com a necessidade de os índices compostos serem claros e de fácil entendimento para os decisores políticos, meios de comunicação, dirigentes da sociedade civil e outros extratos do público, para que continuem a ser utilizados para a orientação e defesa das políticas em matéria de desenvolvimento humano, razão por que foram originalmente concebidos.

Está em curso uma breve reflexão destinada a definir uma estratégia formal para o processo que envolve futuras modificações dos índices de desenvolvimento humano. O sítio *Web* do GRDH (<http://hdr.undp.org/en>) fornece acesso, pela primeira vez, aos programas de *software* de uso exclusivo utilizados para calcular os diferentes índices no Relatório de 2014.

O Relatório de 2014 mantém o Índice de Desenvolvimento Humano, o índice de Pobreza Multidimensional (MPI), o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD) e o Índice de Desigualdade de Género (IDG), com ligeiras atualizações nos dois primeiros. O IDH inclui agora um número máximo fixo de parâmetros que esperamos manter pelo menos durante os próximos cinco anos. Para mais pormenores sobre os parâmetros do IDH consulte a Nota Técnica 1 disponível em linha. Para mais pormenores sobre as atualizações do Índice de Pobreza Multidimensional consulte a Nota Técnica 5.

Comparações ao longo do tempo e entre edições do Relatório

Dado que as agências internacionais e nacionais melhoram continuamente as suas séries de dados, os dados apresentados neste Relatório – incluindo os valores e classificações de IDH – não são comparáveis com os publicados em edições anteriores. No que se refere à comparabilidade do IDH com base nos anos e países, são apresentadas na Tabela 2 tendências que usam dados consistentes – calculados em intervalos de cinco anos para o período 1980-2013.

Discrepâncias entre estimativas nacionais e internacionais

As estimativas nacionais e internacionais de dados podem apresentar discrepâncias, uma vez que as agências de dados internacionais harmonizam os dados nacionais e, ocasionalmente, produzem uma estimativa dos dados inexistentes para efeitos de comparabilidade entre países. Noutros casos, as agências internacionais poderão não ter acesso aos dados nacionais mais recentes. Quando o GRDH se apercebe da existência de discrepâncias, estas são levadas ao conhecimento das autoridades de dados nacionais e internacionais.

Agrupamentos e agregados de países

Nas tabelas apresentam-se diversos agregados ponderados. Em geral, só é mostrado um agregado quando estão disponíveis dados relevantes para, pelo menos, metade dos países e esses dados representam, pelo menos, dois terços da população disponível nessa classificação. Os agregados para cada classificação representam apenas os países para os quais estão disponíveis dados.

Classificação do desenvolvimento humano

As classificações do IDH têm por base limiares fixos para os IDH, que derivam dos quartis da distribuição dos indicadores componentes. Os limiares são: Grupo que regista um desenvolvimento humano muito elevado – IDH superior ou igual a 0,800; Grupo que regista um desenvolvimento humano elevado – Valores de IDH entre 0,700 e 0,799; Grupo que regista um desenvolvimento humano médio - Valores de IDH entre 0,550 e 0,699; e Grupo que regista um desenvolvimento humano baixo – Valores de IDH inferiores a 0,550.

Agrupamentos regionais

Os agrupamentos regionais têm por base a classificação regional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Os Países Menos Desenvolvidos ou os Pequenos Estados Insulares em Vias de Desenvolvimento são definidos de acordo com classificações das Nações Unidas.

Notas sobre países

Os dados relativos à China não incluem a Região Administrativa Especial de Hong Kong, a Região Administrativa Especial de Macau e a Província de Taiwan, exceto quando especificado em contrário.

Os dados relativos ao Sudão incluem os do Sudão do Sul a menos que indicado em contrário.

Símbolos

Um traço entre dois anos, como em 2005-2013, indica que os dados são relativos ao ano mais recente disponível durante o período especificado. Uma barra entre anos, como em 2005/2013, indica a média relativa aos anos indicados. As taxas de crescimento são geralmente taxas médias anuais de crescimento entre o primeiro e o último ano do período referido.

Os seguintes símbolos são usados nas tabelas:

- Não disponível
- 0 ou 0,0 Nulo ou irrelevante
- Não aplicável

Agradecimentos no domínio da estatística

Os índices compostos e outros recursos estatísticos utilizados no Relatório têm como fonte um vasto leque dos mais respeitados fornecedores de dados internacionais nos respetivos campos de especialização. Estamos particularmente gratos ao Centro de Investigação sobre a Epidemiologia de Catástrofes; à Comissão Económica das Nações Unidas para a América Latina e as Caraíbas; ao Eurostat; à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura; à Gallup; à ICF Macro; ao Observatório de Deslocamento Interno (IDMC); à Organização Internacional do Trabalho; ao Fundo Monetário Internacional; à União Internacional das Telecomunicações; à União Interparlamentar; ao Estudo sobre Rendimento do Luxemburgo; à Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos; Oxford Poverty and Human Development Initiative, ao Fundo das Nações Unidas para a Infância; à Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento; ao Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas; à Comissão Económica e Social da ONU para a Ásia Ocidental; ao Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados; ao Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime; à Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas; ao Banco Mundial; à Organização Mundial de Saúde. A base de dados internacional mantida por Robert Barro (Universidade de Harvard) e Jong-Wha Lee (Universidade da Coreia) constitui igualmente uma inestimável fonte de informações para o cálculo dos índices utilizados no Relatório.

Tabelas estatísticas

As primeiras seis tabelas incluídas neste anexo estão relacionadas com os cinco Índices de Desenvolvimento Humano e seus componentes.

A partir do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010, são calculados quatro índices de Desenvolvimento Humano compostos: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), o Índice de Desigualdade de Género (IDG) e o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Este ano, o relatório introduz o Índice de Desenvolvimento Humano por Género (IDHG), que compara o IDH calculado separadamente para homens e mulheres.

Além disso, o anexo inclui outras dez tabelas que apresentam um conjunto mais alargado de indicadores relacionados com o desenvolvimento humano e fornece uma visão mais abrangente do desenvolvimento humano de um país.

Tabela 1, O “Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes” classifica os países segundo o valor do Índice de Desenvolvimento Humano de 2013 e dá a conhecer, de forma circunstanciada, os valores dos três componentes do IDH: longevidade, educação (com dois indicadores) e rendimento. A tabela apresenta igualmente os valores do IDH de 2012, com base nos dados mais recentes disponíveis sobre o referido ano, juntamente com as alterações de classificação que tiveram lugar entre 2012 e 2013.

Tabela 2, “Tendências dos Indicadores do Desenvolvimento Humano, 1980-2013” apresenta uma série cronológica dos valores relativos ao IDH que permite comparar os valores relativos ao IDH de 2013 com os do ano transato. A tabela recorre à mais recente revisão dos dados históricos disponível em 2013 e à mesma metodologia aplicada para calcular o IDH de 2013. A par destes valores de IDH históricos, a tabela inclui as alterações de classificação com base no IDH ao longo dos últimos cinco anos, bem como a média anual de crescimento do IDH ao longo de três intervalos de tempo.

Tabela 3, “Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade” contém duas medidas relacionadas de desigualdade – o IDH ajustado à desigualdade (IDHAD) e a perda no Índice do Desenvolvimento Humano devida à desigualdade. O IDHAD vai mais longe do que as realizações médias em matéria de saúde, educação e rendimento de um país, refletindo a distribuição dessas realizações entre os residentes. O IDHAD pode ser interpretado como o nível de desenvolvimento humano quando a desigualdade é tomada em consideração. A diferença relativa entre o IDHAD e o IDH é a perda devida à desigualdade na distribuição do IDH dentro do país. A tabela também apresenta uma nova medida, o coeficiente de desigualdade humana, que é uma média não ponderada das desigualdades em três dimensões.

Para além disso, a tabela mostra a diferença de classificação por país no que respeita ao IDH e ao IDHAD. Um valor negativo significa que o facto de ter em conta a desigualdade reduz a classificação de um país na distribuição do IDH. A Tabela 3 também apresenta três medidas-padrão de desigualdade de rendimento – o rácio entre os quintis superiores e inferiores, o rácio de Palma, que é o rácio entre o rendimento dos 10 por cento mais ricos e dos 40 por cento mais pobres e o coeficiente de Gini.

Tabela 4, “Índice de Desigualdade de Género” apresenta uma medida composta da desigualdade de género recorrendo a três dimensões: saúde reprodutiva, capacitação e participação no mercado de trabalho. Saúde reprodutiva é medida por dois indicadores: a taxa de mortalidade materna e a taxa de fertilidade adolescente. A dimensão da capacitação é medida pela percentagem de assentos parlamentares detidos por cada sexo, bem como pela percentagem da população, dividida por homens e mulheres, que concluiu o ensino secundário e superior. A dimensão do trabalho é medida pela participação das mulheres e dos homens na força de trabalho. Um baixo valor de Índice de Desigualdade de Género indica uma reduzida desigualdade entre mulheres e homens, e vice-versa.

Tabela 5, “Índice de Desenvolvimento Humano por Género”, mede as disparidades relativas ao IDH por género. A tabela contém os valores de IDH estimado separadamente para mulheres e homens, cujo rácio é o Índice de Desenvolvimento Humano por Género (IDHG). Quanto mais perto estiver o rácio de 1, menor são as disparidades entre mulheres e homens. Os valores para os três componentes do IDH - longevidade, educação (com dois indicadores) e rendimento - também são apresentados por género.

Tabela 6, “Índice de Pobreza Multidimensional” regista as múltiplas privações que as pessoas enfrentam em matéria de níveis de educação, saúde e vida. O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) mostra simultaneamente a incidência da pobreza multidimensional não relacionada com o rendimento (uma contagem per capita das pessoas em situação de pobreza multidimensional) e da sua intensidade (o número relativo de privações sobrepostas que as pessoas sofrem). Com base nos limiares de intensidade, as pessoas são classificadas como quase pobres, multidimensionalmente pobres e em situação de pobreza grave, respetivamente. Inclui-se o contributo das privações verificadas em cada uma das dimensões para a pobreza total. A tabela também apresenta as medidas de pobreza de rendimento - uma população que vive com menos de 1,25 USD em PPC por dia e uma população que vive abaixo do limiar de pobreza nacional. O IPM deste ano inclui algumas modificações ao conjunto original de dez indicadores: “altura para a idade” substitui o indicador “abaixo do peso para a idade” no caso de crianças com idade inferior a 5 anos, atendendo a que o atraso no crescimento é um melhor indicador de desnutrição crónica. O limiar mínimo para a privação no domínio da

educação foi elevado de cinco anos de escolaridade para seis anos, de modo a refletir a definição padrão de escolaridade primária utilizada nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e em medidas internacionais de alfabetização funcional, sendo que os indicadores de património familiar foram alargados por forma a melhor refletir as os agregados familiares rurais e os urbanos.

Tabela 6A, “Índice de Pobreza Multidimensional - alterações no tempo em alguns países selecionados” apresenta uma estimativa dos IPM e seus componentes relativa a duas ou mais situações observadas ao longo do tempo nos países para os quais existiam dados disponíveis em 2013. A estimativa assenta na metodologia revista.

Tabela 7, “Saúde infantil e juvenil”, apresenta indicadores de saúde infantil (percentagem de lactentes amamentados exclusivamente durante os primeiros seis meses de vida, percentagem de lactentes que receberam a vacina tríplice e a vacina contra o sarampo e taxa de mortalidade infantil), saúde da criança (percentagem de crianças com menos de 5 anos de idade que sofrem de atraso no crescimento, percentagem de crianças que têm excesso de peso e taxa de mortalidade infantil) e prevalência e prevenção do VIH (número de crianças com idades entre os 0 os 14 anos que vivem com VIH, taxa de prevalência do VIH entre os jovens, utilização de preservativos pelos jovens e percentagem de mulheres grávidas seropositivas sem tratamento para prevenir a transmissão por via materna). A tabela também inclui dados sobre a cobertura de pré-natal.

Tabela 8, “Saúde dos adultos e despesas de saúde” contém taxas de mortalidade em idade adulta por género, taxas de mortalidade normalizadas por idade em consequência de consumo de álcool e de drogas, bem como taxas de obesidade normalizadas por idade e taxas de prevalência do VIH em adultos. Inclui igualmente dois indicadores relativos à esperança de vida - a esperança de vida aos 60 anos de idade e a esperança de vida à nascença ajustada à saúde - e ainda três indicadores relativos à qualidade dos cuidados de saúde: número de médicos por 10 000 pessoas, despesas de saúde em percentagem do PIB, e despesas próprias com a saúde.

Tabela 9, “Educação” apresenta os indicadores normalizados relativos à educação, juntamente com indicadores da qualidade da educação, incluindo as médias das classificações em exames de leitura, matemática e ciências para alunos de 15 anos de idade. A tabela disponibiliza também indicadores de sucesso escolar – taxa de alfabetização juvenil e de adultos, bem como a percentagem da população adulta com pelo menos parte do ensino secundário. Os rácios brutos de matrículas em cada nível de ensino são complementados com as taxas de abandono escolar no ensino primário. A tabela inclui outros dois indicadores da qualidade da educação, a saber, um indicador relativo aos professores do ensino primário com formação para o ensino; e o rácio alunos-professores. Por último, a tabela reflete a despesa com a educação enquanto percentagem do PIB.

Tabela 10, “Controlo e afetação dos recursos” combina indicadores macroeconómicos, como o produto interno bruto (PIB), a formação bruta de capital fixo e o índice de preços no consumidor, impostos sobre o rendimento, lucros e mais-valias como percentagem das receitas totais dos impostos, e as percentagens da agricultura, caça, silvicultura e pescas para o PIB. A FBCF é um indicador aproximado do rendimento nacional que é investido e não consumido. Habitualmente, em tempos de incerteza económica ou recessão, a FBCF diminui. O IPC, que tem por base o ano 2005, é apresentado como uma medida da inflação. Os indicadores relativos à despesa pública correspondem à despesa geral de consumo final das administrações públicas (quer taxas de crescimento, quer percentagem do PIB) despesa pública na investigação e desenvolvimento. Além desses indicadores macroeconómicos, a dívida é medida com três indicadores, todos como percentagens do PIB - crédito interno fornecido pelo setor bancário, o volume da dívida externa e serviço da dívida total. A tabela também contém dois indicadores relacionados com o preço dos alimentos - o índice de nível de preços e o índice da volatilidade do nível de preços.

Tabela 11, “Competências sociais” contém indicadores relativos a três componentes: emprego e vulnerabilidades conexas, proteção social e taxas de suicídio por género.

Tabela 12, “Insegurança pessoal” reflete a dimensão da insegurança da população. Apresenta números relativos aos refugiados por país de origem e números de pessoas deslocadas internamente. Apresenta também as taxas de desemprego de longa duração e as taxas de homicídios. São também fornecidos dados sobre a dimensão da população sem-abrigo, população reclusa e número de crianças órfãs. A tabela inclui a medida da importância do défice alimentar em quilocalorias per capita por dia e um indicador baseado na perceção sobre a justificação da violência doméstica contra a mulher.

Tabela 13, “Integração internacional” fornece indicadores de diversos aspetos da globalização: o comércio internacional é registado por medida do afastamento dos mercados mundiais e como percentagem do PIB. Os fluxos de capitais são representados por entradas líquidas de investimento direto estrangeiro e capitais privados, ajuda pública ao desenvolvimento e entradas de remessas. A mobilidade humana é registada pela percentagem de imigrantes, pelo Índice líquido de migração e turismo recetor internacional. Comunicação internacional é representado pela percentagem da população que utiliza a internet e pelo tráfego internacional de chamadas telefónicas recebidas e efetuadas em minutos por pessoa.

Tabela 14, “Ambiente” ilustra a vulnerabilidade e os efeitos das ameaças ambientais. A tabela dá a conhecer a percentagem que os combustíveis fósseis e as fontes de energia renováveis representam no abastecimento de energia primária, apresenta níveis per capita e crescimento anual das emissões de CO₂, e dá a conhecer

medidas importantes para a preservação dos ecossistemas e os recursos naturais – esgotamento de recursos naturais como uma percentagem do RNB, percentagem da área florestal e percentagem de mudança; e retiradas de água doce. A tabela contém as taxas de mortalidade infantil no caso de crianças com idade inferior a 5 anos devido à poluição do ar interior e exterior, bem como devido à água insalubre, saneamento e higiene deficientes. A tabela também apresenta indicadores de impactos diretos das catástrofes naturais - número de mortes e população afetada.

Tabela 15, “Tendências populacionais” contém os principais indicadores populacionais. A tabela apresenta em pormenor a população total, a idade média da população, os rácios de dependência e as taxas de fertilidade total, o que pode contribuir para avaliar a carga que recai sobre a população ativa num determinado país. Os desvios no rácio natural dos géneros à nascença têm implicações nas taxas de substituição das populações e são reveladores de eventuais futuros problemas sociais e económicos e preconceitos sexistas.

Tabela 16, “Indicadores suplementares: perceções de bem-estar” inclui indicadores que refletem as opiniões dos indivíduos e auto-perceção sobre as dimensões relevantes do desenvolvimento humano - a qualidade da educação, a qualidade dos cuidados de saúde, nível de vida e mercado de trabalho, segurança pessoal, satisfação global com a vida e com a liberdade de escolha. A tabela também contém indicadores relativos à confiança noutras pessoas e satisfação com a comunidade, bem como um conjunto de indicadores mais amplo que reflete perceções sobre as políticas governamentais em matéria de redução da pobreza, preservação do ambiente e confiança nos governos nacionais.

Nota

1. Aguna e Kovacevic, 2011, e Høyland, Moene, e Willumsen, 2011

Classificação do IDH de 2013

Afganistão	169	Estados Unidos	5	Namíbia	127
África do Sul	118	Estónia	33	Nepal	145
Albânia	95	Etiópia	173	Nicarágua	132
Alemanha	6	Federação Russa	57	Níger	187
Andorra	37	Fiji, Ilhas	88	Nigéria	152
Angola	149	Filipinas	117	Noruega	1
Antiga República Jugoslava da Macedónia	84	Finlândia	24	Nova Zelândia	7
Antígua e Barbuda	61	França	20	Omã	56
Árabia Saudita	34	Gabão	112	Países Baixos	4
Argélia	93	Gâmbia	172	Palau	60
Argentina	49	Gana	138	Palestina, Estado da	107
Arménia	87	Geórgia	79	Panamá	65
Austrália	2	Granada	79	Papuásia - Nova Guiné	157
Áustria	21	Grécia	29	Paquistão	146
Azerbaijão	76	Guatemala	125	Paraguai	111
Bahamas	51	Guiana	121	Peru	82
Bangladeche	142	Guiné	179	Polónia	35
Barain	44	Guiné Equatorial	144	Portugal	41
Barbados	59	Guiné-Bissau	177	Qatar	31
Bélgica	21	Haiti	168	Quénia	147
Belize	84	Honduras	129	Quirguizistão	125
Benim	165	Hong Kong, China (RAE)	15	Quiribati	133
Bielorrússia	53	Hungria	43	Reino Unido	14
Bolívia, Estado Plurinacional da	113	Iémen	154	República Checa	28
Bósnia-Herzegovina	86	Ilhas Salomão	157	República Dominicana	102
Botsuana	109	Índia	135	Roménia	54
Brasil	79	Indonésia	108	Ruanda	151
Brunei Darussalam	30	Irão, República Islâmica do	75	Samoa	106
Bulgária	58	Iraque	120	Santa Lúcia	97
Burquina Faso	181	Irlanda	11	São Cristóvão e Nevis	73
Burundi	180	Islândia	13	São Tomé e Príncipe	142
Butão	136	Israel	19	São Vicente e Granadinas	91
Cabo Verde	123	Itália	26	Seicheles	71
Camarões	152	Jamaica	96	Senegal	163
Camboja	136	Japão	17	Serra Leoa	183
Canadá	8	Jordânia	77	Sérvia	77
Cazaquistão	70	Koweit	46	Singapura	9
Centro-Africana, República	185	Laos, República Democrática Popular do	139	Síria, República Árabe da	118
Chade	184	Lesoto	162	Sri Lanca	73
Chile	41	Letónia	48	Suazilândia	148
China, República Popular da	91	Líbano	65	Sudão	166
Chipre	32	Libéria	175	Suécia	12
Colômbia	98	Líbia	55	Suíça	3
Comores	159	Listenstaine	18	Suriname	100
Congo	140	Lituânia	35	Tailândia	89
Congo, República Democrática do	186	Luxemburgo	21	Tajiquistão	133
Coreia, República da	15	Madagáscar	155	Tanzânia, República Unida da	159
Costa do Marfim	171	Malásia	62	Timor-Leste	128
Costa Rica	68	Malawi	174	Togo	166
Croácia	47	Maldivas	103	Tonga	100
Cuba	44	Mali	176	Trinidade e Tobago	64
Dinamarca	10	Malta	39	Tunísia	90
Djibouti	170	Marrocos	129	Turquemenistão	103
Domínica	93	Maurícia	63	Turquia	69
Egito	110	Mauritânia	161	Ucrânia	83
El Salvador	115	México	71	Uganda	164
Emiratos Árabes Unidos	40	Mianmar	150	Uruguai	50
Equador	98	Micronésia, Estados Federados da	124	Usbequistão	116
Eritreia	182	Moçambique	178	Vanuatu	131
Eslováquia	37	Moldávia, República da	114	Venezuela, República Bolivariana da	67
Eslovénia	25	Mongólia	103	Vietname	121
Espanha	27	Montenegro	51	Zâmbia	141
				Zimbabué	156

Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Esperança de vida à nascença	Média de anos de escolaridade	Anos de escolaridade esperados	Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Variações nas classificações
	Valor	(anos)	(anos)	(anos)	(2011 PPC \$)	Valor	2012-2013
	2013	2013	2012 ^a	2012 ^a	2013	2012	
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO							
1 Noruega	0,944	81,5	12,6	17,6	63.909	0,943	0
2 Austrália	0,933	82,5	12,8	19,9	41.524	0,931	0
3 Suíça	0,917	82,6	12,2	15,7	53.762	0,916	0
4 Países Baixos	0,915	81,0	11,9	17,9	42.397	0,915	0
5 Estados Unidos	0,914	78,9	12,9	16,5	52.308	0,912	0
6 Alemanha	0,911	80,7	12,9	16,3	43.049	0,911	0
7 Nova Zelândia	0,910	81,1	12,5	19,4	32.569	0,908	0
8 Canadá	0,902	81,5	12,3	15,9	41.887	0,901	0
9 Singapura	0,901	82,3	10,2 ^b	15,4 ^c	72.371	0,899	3
10 Dinamarca	0,900	79,4	12,1	16,9	42.880	0,900	0
11 Irlanda	0,899	80,7	11,6	18,6	33.414	0,901	-3
12 Suécia	0,898	81,8	11,7 ^b	15,8	43.201	0,897	-1
13 Islândia	0,895	82,1	10,4	18,7	35.116	0,893	0
14 Reino Unido	0,892	80,5	12,3	16,2	35.002	0,890	0
15 Hong Kong, China (RAE)	0,891	83,4	10,0	15,6	52.383	0,889	0
15 Coreia, República da	0,891	81,5	11,8	17,0	30.345	0,888	1
17 Japão	0,890	83,6	11,5	15,3	36.747	0,888	-1
18 Listenstaine	0,889	79,9 ^d	10,3 ^e	15,1	87.085 ^{fg}	0,888	-2
19 Israel	0,888	81,8	12,5	15,7	29.966	0,886	0
20 França	0,884	81,8	11,1	16,0	36.629	0,884	0
21 Áustria	0,881	81,1	10,8 ^b	15,6	42.930	0,880	0
21 Bélgica	0,881	80,5	10,9 ^b	16,2	39.471	0,880	0
21 Luxemburgo	0,881	80,5	11,3	13,9	58.695	0,880	0
24 Finlândia	0,879	80,5	10,3	17,0	37.366	0,879	0
25 Eslovénia	0,874	79,6	11,9	16,8	26.809	0,874	0
26 Itália	0,872	82,4	10,1 ^b	16,3	32.669	0,872	0
27 Espanha	0,869	82,1	9,6	17,1	30.561	0,869	0
28 República Checa	0,861	77,7	12,3	16,4	24.535	0,861	0
29 Grécia	0,853	80,8	10,2	16,5	24.658	0,854	0
30 Brunei Darussalam	0,852	78,5	8,7	14,5	70.883 ^h	0,852	0
31 Qatar	0,851	78,4	9,1	13,8	119.029 ^g	0,850	0
32 Chipre	0,845	79,8	11,6	14,0	26.771	0,848	0
33 Estónia	0,840	74,4	12,0	16,5	23.387	0,839	0
34 Arábia Saudita	0,836	75,5	8,7	15,6	52.109	0,833	0
35 Lituânia	0,834	72,1	12,4	16,7	23.740	0,831	1
35 Polónia	0,834	76,4	11,8	15,5	21.487	0,833	-1
37 Andorra	0,830	81,2 ^d	10,4 ⁱ	11,7	40.597 ⁱ	0,830	0
37 Eslováquia	0,830	75,4	11,6	15,0	25.336	0,829	1
39 Malta	0,829	79,8	9,9	14,5	27.022	0,827	0
40 Emiratos Árabes Unidos	0,827	76,8	9,1	13,3 ^k	58.068	0,825	0
41 Chile	0,822	80,0	9,8	15,1	20.804	0,819	1
41 Portugal	0,822	79,9	8,2	16,3	24.130	0,822	0
43 Hungria	0,818	74,6	11,3 ^b	15,4	21.239	0,817	0
44 Barain	0,815	76,6	9,4	14,4 ^l	32.072 ^h	0,813	0
44 Cuba	0,815	79,3	10,2	14,5	19.844 ^m	0,813	0
46 Koweit	0,814	74,3	7,2	14,6	85.820 ^g	0,813	-2
47 Croácia	0,812	77,0	11,0	14,5	19.025	0,812	0
48 Letónia	0,810	72,2	11,5 ^b	15,5	22.186	0,808	0
49 Argentina	0,808	76,3	9,8	16,4	17.297 ^h	0,806	0
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO							
50 Uruguai	0,790	77,2	8,5	15,5	18.108	0,787	2
51 Bahamas	0,789	75,2	10,9	12,6 ⁿ	21.414	0,788	0
51 Montenegro	0,789	74,8	10,5 ^o	15,2	14.710	0,787	1
53 Bielorrússia	0,786	69,9	11,5 ^o	15,7	16.403	0,785	1
54 Roménia	0,785	73,8	10,7	14,1	17.433	0,782	1
55 Líbia	0,784	75,3	7,5	16,1	21.666 ^h	0,789	-5
56 Omã	0,783	76,6	6,8	13,6	42.191 ^h	0,781	0
57 Federação Russa	0,778	68,0	11,7	14,0	22.617	0,777	0
58 Bulgária	0,777	73,5	10,6 ^b	14,3	15.402	0,776	0
59 Barbados	0,776	75,4	9,4	15,4	13.604	0,776	-1
60 Palau	0,775	72,4 ^d	12,2 ^p	13,7	12.823	0,773	0
61 Antígua e Barbuda	0,774	76,0	8,9 ^p	13,8	18.800	0,773	-1

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Esperança de vida à nascença	Média de anos de escolaridade	Anos de escolaridade esperados	Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Variações nas classificações
	Valor	(anos)	(anos)	(anos)	(2011 PPC \$)	Valor	2012–2013
	2013	2013	2012 ^a	2012 ^a	2013	2012	
62 Malásia	0,773	75,0	9,5	12,7	21.824	0,770	0
63 Maurícia	0,771	73,6	8,5	15,6	16.777	0,769	0
64 Trindade e Tobago	0,766	69,9	10,8	12,3	25.325	0,765	0
65 Líbano	0,765	80,0	7,9 ^o	13,2	16.263	0,764	0
65 Panamá	0,765	77,6	9,4	12,4	16.379	0,761	2
67 Venezuela, República Bolivariana da	0,764	74,6	8,6	14,2	17.067	0,763	-1
68 Costa Rica	0,763	79,9	8,4	13,5	13.012	0,761	-1
69 Turquia	0,759	75,3	7,6	14,4	18.391	0,756	0
70 Cazaquistão	0,757	66,5	10,4	15,0	19.441	0,755	0
71 México	0,756	77,5	8,5	12,8	15.854	0,755	-1
71 Seicheles	0,756	73,2	9,4 ^o	11,6	24.632	0,755	-1
73 São Cristóvão e Nevis	0,750	73,6 ^d	8,4 ^p	12,9	20.150	0,749	0
73 Sri Lanca	0,750	74,3	10,8	13,6	9.250	0,745	2
75 Irão, República Islâmica do	0,749	74,0	7,8	15,2	13.451 ^h	0,749	-2
76 Azerbaijão	0,747	70,8	11,2 ^o	11,8	15.725	0,745	-1
77 Jordânia	0,745	73,9	9,9	13,3	11.337	0,744	0
77 Sérvia	0,745	74,1	9,5	13,6	11.301	0,743	1
79 Brasil	0,744	73,9	7,2	15,2 ^q	14.275	0,742	1
79 Geórgia	0,744	74,3	12,1 ^r	13,2	6.890	0,741	2
79 Granada	0,744	72,8	8,6 ^p	15,8	10.339	0,743	-1
82 Peru	0,737	74,8	9,0	13,1	11.280	0,734	0
83 Ucrânia	0,734	68,5	11,3	15,1	8.215	0,733	0
84 Belize	0,732	73,9	9,3	13,7	9.364	0,731	0
84 Antiga República Jugoslava da Macedónia	0,732	75,2	8,2 ^r	13,3	11.745	0,730	1
86 Bósnia-Herzegovina	0,731	76,4	8,3 ^o	13,6	9.431	0,729	0
87 Arménia	0,730	74,6	10,8	12,3	7.952	0,728	0
88 Fiji, Ilhas	0,724	69,8	9,9	15,7	7.214	0,722	0
89 Tailândia	0,722	74,4	7,3	13,1	13.364	0,720	0
90 Tunísia	0,721	75,9	6,5	14,6	10.440	0,719	0
91 China, República Popular da	0,719	75,3	7,5	12,9	11.477	0,715	2
91 São Vicente e Granadinas	0,719	72,5	8,6 ^p	13,3	10.339	0,717	0
93 Argélia	0,717	71,0	7,6	14,0	12.555	0,715	0
93 Domínica	0,717	77,7 ^d	7,7 ^p	12,7 ⁿ	9.235	0,716	-1
95 Albânia	0,716	77,4	9,3	10,8	9.225	0,714	2
96 Jamaica	0,715	73,5	9,6	12,5	8.170	0,715	-3
97 Santa Lúcia	0,714	74,8	8,3 ^p	12,8	9.251	0,715	-4
98 Colômbia	0,711	74,0	7,1	13,2	11.527	0,708	0
98 Equador	0,711	76,5	7,6	12,3 ⁿ	9.998	0,708	0
100 Suriname	0,705	71,0	7,7	12,0	15.113	0,702	1
100 Tonga	0,705	72,7	9,4 ^b	14,7	5.316	0,704	0
102 República Dominicana	0,700	73,4	7,5	12,3 ^l	10.844	0,698	0
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO							
103 Maldivas	0,698	77,9	5,8 ^b	12,7	10.074	0,695	0
103 Mongólia	0,698	67,5	8,3	15,0	8.466	0,692	3
103 Turquemenistão	0,698	65,5	9,9 ^s	12,6 ^p	11.533	0,693	1
106 Samoa	0,694	73,2	10,3	12,9 ^t	4.708	0,693	-2
107 Palestina, Estado da	0,686	73,2	8,9 ^o	13,2	5.168 ^{h,u}	0,683	0
108 Indonésia	0,684	70,8	7,5	12,7	8.970	0,681	0
109 Botsuana	0,683	64,4 ^v	8,8	11,7	14.792	0,681	-1
110 Egito	0,682	71,2	6,4	13,0	10.400	0,681	-2
111 Paraguai	0,676	72,3	7,7	11,9	7.580	0,670	0
112 Gabão	0,674	63,5	7,4	12,3	16.977	0,670	-1
113 Bolívia, Estado Plurinacional da	0,667	67,3	9,2	13,2	5.552	0,663	0
114 Moldávia, República da	0,663	68,9	9,8	11,8	5.041	0,657	2
115 El Salvador	0,662	72,6	6,5	12,1	7.240	0,660	0
116 Usbequistão	0,661	68,2	10,0 ^r	11,5	5.227	0,657	0
117 Filipinas	0,660	68,7	8,9 ^b	11,3	6.381	0,656	1
118 África do Sul	0,658	56,9	9,9	13,1 ^p	11.788	0,654	1
118 Síria, República Árabe da	0,658	74,6	6,6	12,0	5.771 ^{h,u}	0,662	-4
120 Iraque	0,642	69,4	5,6	10,1	14.007	0,641	0
121 Guiana	0,638	66,3	8,5	10,7	6.341	0,635	0
121 Vietname	0,638	75,9	5,5	11,9 ⁿ	4.892	0,635	0
123 Cabo Verde	0,636	75,1	3,5 ^p	13,2	6.365	0,635	-2

TABELA 1: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SEUS COMPONENTES

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Esperança de vida à nascença	Média de anos de escolaridade	Anos de escolaridade esperados	Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Variações nas classificações
	Valor	(anos)	(anos)	(anos)	(2011 PPC \$)	Valor	2012-2013
	2013	2013	2012 ^a	2012 ^a	2013	2012	
124 Micronésia, Estados Federados da	0,630	69,0	8,8 ^s	11,4 ^p	3.662	0,629	0
125 Guatemala	0,628	72,1	5,6	10,7	6.866	0,626	0
125 Quirguizistão	0,628	67,5	9,3	12,5	3.021	0,621	1
127 Namíbia	0,624	64,5	6,2	11,3	9.185	0,620	0
128 Timor-Leste	0,620	67,5	4,4 ^w	11,7	9.674	0,616	1
129 Honduras	0,617	73,8	5,5	11,6	4.138	0,616	0
129 Marrocos	0,617	70,9	4,4	11,6	6.905	0,614	2
131 Vanuatu	0,616	71,6	9,0 ^o	10,6	2.652	0,617	-3
132 Nicarágua	0,614	74,8	5,8	10,5	4.266	0,611	0
133 Quiribati	0,607	68,9	7,8 ^p	12,3	2.645	0,606	0
133 Tajiquistão	0,607	67,2	9,9	11,2	2.424	0,603	1
135 Índia	0,586	66,4	4,4	11,7	5.150	0,583	0
136 Butão	0,584	68,3	2,3 ^w	12,4	6.775	0,580	0
136 Camboja	0,584	71,9	5,8	10,9	2.805	0,579	1
138 Gana	0,573	61,1	7,0	11,5	3.532	0,571	0
139 Laos, República Democrática Popular do	0,569	68,3	4,6	10,2	4.351	0,565	0
140 Congo	0,564	58,8	6,1	11,1	4.909	0,561	0
141 Zâmbia	0,561	58,1	6,5	13,5	2.898	0,554	2
142 Bangladeche	0,558	70,7	5,1	10,0	2.713	0,554	1
142 São Tomé e Príncipe	0,558	66,3	4,7 ^w	11,3	3.111	0,556	-1
144 Guiné Equatorial	0,556	53,1	5,4 ^p	8,5	21.972	0,556	-3
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO							
145 Nepal	0,540	68,4	3,2	12,4	2.194	0,537	0
146 Paquistão	0,537	66,6	4,7	7,7	4.652	0,535	0
147 Quênia	0,535	61,7	6,3	11,0	2.158	0,531	0
148 Suazilândia	0,530	49,0	7,1	11,3	5.536	0,529	0
149 Angola	0,526	51,9	4,7 ^w	11,4	6.323	0,524	0
150 Mianmar	0,524	65,2	4,0	8,6	3.998 ^h	0,520	0
151 Ruanda	0,506	64,1	3,3	13,2	1.403	0,502	0
152 Camarões	0,504	55,1	5,9	10,4	2.557	0,501	0
152 Nigéria	0,504	52,5	5,2 ^w	9,0	5.353	0,500	1
154 Iémen	0,500	63,1	2,5	9,2	3.945	0,499	0
155 Madagáscar	0,498	64,7	5,2 ^p	10,3	1.333	0,496	0
156 Zimbabué	0,492	59,9	7,2	9,3	1.307	0,484	4
157 Papuásia - Nova Guiné	0,491	62,4	3,9	8,9 ^p	2.453	0,490	-1
157 Ilhas Salomão	0,491	67,7	4,5 ^p	9,2	1.385	0,489	0
159 Comores	0,488	60,9	2,8	12,8	1.505	0,486	-1
159 Tanzânia, República Unida da	0,488	61,5	5,1	9,2	1.702	0,484	1
161 Maurítânia	0,487	61,6	3,7	8,2	2.988	0,485	-2
162 Lesoto	0,486	49,4	5,9 ^b	11,1	2.798	0,481	1
163 Senegal	0,485	63,5	4,5	7,9	2.169	0,484	-3
164 Uganda	0,484	59,2	5,4	10,8	1.335	0,480	0
165 Benim	0,476	59,3	3,2	11,0	1.726	0,473	0
166 Sudão	0,473	62,1	3,1	7,3 ^p	3.428	0,472	0
166 Togo	0,473	56,5	5,3	12,2	1.129	0,470	1
168 Haiti	0,471	63,1	4,9	7,6 ^p	1.636	0,469	0
169 Afeganistão	0,468	60,9	3,2	9,3	1.904	0,466	0
170 Djibouti	0,467	61,8	3,8 ^r	6,4	3.109 ^h	0,465	0
171 Costa do Marfim	0,452	50,7	4,3	8,9 ^p	2.774	0,448	0
172 Gâmbia	0,441	58,8	2,8	9,1	1.557	0,438	0
173 Etiópia	0,435	63,6	2,4 ^w	8,5	1.303	0,429	0
174 Malauí	0,414	55,3	4,2	10,8	715	0,411	0
175 Libéria	0,412	60,6	3,9	8,5 ^p	752	0,407	0
176 Mali	0,407	55,0	2,0 ^b	8,6	1.499	0,406	0
177 Guiné-Bissau	0,396	54,3	2,3 ^r	9,0	1.090	0,396	0
178 Moçambique	0,393	50,3	3,2 ^w	9,5	1.011	0,389	1
179 Guiné	0,392	56,1	1,6 ^w	8,7	1.142	0,391	-1
180 Burundi	0,389	54,1	2,7	10,1	749	0,386	0
181 Burquina Faso	0,388	56,3	1,3 ^r	7,5	1.602	0,385	0
182 Eritreia	0,381	62,9	3,4 ^p	4,1	1.147	0,380	0
183 Serra Leoa	0,374	45,6	2,9	7,5 ^p	1.815	0,368	1
184 Chade	0,372	51,2	1,5 ^s	7,4	1.622	0,370	-1
185 Centro-Africana, República	0,341	50,2	3,5	7,2	588	0,365	0

	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Esperança de vida à nascença	Média de anos de escolaridade	Anos de escolaridade esperados	Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	Variações nas classificações
	Valor	(anos)	(anos)	(anos)	(2011 PPC \$)	Valor	2012-2013
Classificação do IDH	2013	2013	2012*	2012*	2013	2012	
186 Congo, República Democrática do	0,338	50,0	3,1	9,7	444	0,333	1
187 Níger	0,337	58,4	1,4	5,4	873	0,335	-1
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS							
Coreia, República Popular Democrática da	-	70,0	-	-	-	-	-
Marshall, Ilhas	-	72,6	-	-	4.206	-	-
Mónaco	-	-	-	-	-	-	-
Nauru	-	-	-	9,3	-	-	-
São Marino	-	-	-	15,3	-	-	-
Somália	-	55,1	-	-	-	-	-
Sudão do Sul	-	55,3	-	-	1.450	-	-
Tuvalu	-	-	-	10,8	5.151	-	-
Agrupamentos por IDH							
Desenvolvimento humano muito elevado	0,890	80,2	11,7	16,3	40.046	0,889	—
Desenvolvimento humano elevado	0,735	74,5	8,1	13,4	13.231	0,733	—
Desenvolvimento humano médio	0,614	67,9	5,5	11,7	5.960	0,612	—
Desenvolvimento humano baixo	0,493	59,4	4,2	9,0	2.904	0,490	—
Regiões							
Estados Árabes	0,682	70,2	6,3	11,8	15.817	0,681	—
Ásia Oriental e Pacífico	0,703	74,0	7,4	12,5	10.499	0,699	—
Europa e Ásia Central	0,738	71,3	9,6	13,6	12.415	0,735	—
América Latina e Caraíbas	0,740	74,9	7,9	13,7	13.767	0,739	—
Ásia do Sul	0,588	67,2	4,7	11,2	5.195	0,586	—
África Subsariana	0,502	56,8	4,8	9,7	3.152	0,499	—
Países menos desenvolvidos	0,487	61,5	3,9	9,4	2.126	0,484	—
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	0,665	70,0	7,5	11,0	9.471	0,663	—
Mundo	0,702	70,8	7,7	12,2	13.723	0,700	—

NOTAS

- a Dados referentes a 2012 ou ao ano mais recente disponível.
- b Atualizado pelo GRDH com base em dados do Instituto de Estatística da UNESCO (2013b).
- c Calculado pelo Ministério da Educação de Singapura.
- d Valor da UNDESA (2011).
- e Assume a mesma média de anos de escolaridade de adultos que a Suíça antes da atualização mais recente.
- f Estimado com base na paridade de poder de compra (PPC) e na taxa de crescimento projetada da Suíça.
- g Para efeitos do cálculo do IDH, o RNB per capita é limitado a \$75.000.
- h Com base nas taxas de conversão do RNB do Banco Mundial (2014) e nos deflacionadores do PIB e no RNB per capita em moeda nacional da Divisão de Estatística da ONU (2014).
- i Assume a mesma média de anos de escolaridade de adultos que a Espanha, antes da atualização mais recente.
- j Estimado com base na PPC e na taxa de crescimento projetada de Espanha.
- k Com base nos dados do Instituto de Estatística da UNESCO (2011).

- l Com base nos dados sobre os anos de escolaridade esperados do Instituto de Estatística da UNESCO (2013a).
- m Taxa de crescimento projetada da CEPAL (2013).
- n Com base nos dados sobre os anos de escolaridade esperados do Instituto de Estatística da UNESCO (2012).
- o Com base na distribuição do nível acadêmico alcançado do Instituto de Estatística da UNESCO (2013b).
- p Baseado em regressão transnacional.
- q Cálculos do GRDH baseados em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Brasil (2013).
- r Com base em dados dos Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos da UNICEF relativos a 2005-2012.
- s Com base em dados dos inquéritos às famílias da Base de Dados do Banco Mundial relativa à Distribuição Internacional de Rendimento.
- t Cálculos do GRDH baseados em dados do Gabinete de Estatísticas de Samoa.
- u Com base em taxas de crescimento projetadas da UNESCWA (2013).
- v Estimativa provisória não publicada de uma comunicação de outubro de 2013 da Divisão da População das Nações Unidas.

w Com base em dados dos Inquéritos sobre Demografia e Saúde da ICF Macro.

DEFINIÇÕES

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Um índice composto que mede as realizações em três dimensões básicas do desenvolvimento humano - uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno. Para mais pormenores sobre o cálculo do IDH, ver Nota técnica 1 em <http://hdr.undp.org>.

Esperança de vida à nascença: Número de anos que uma criança recém-nascida poderia esperar viver se os padrões prevalentes das taxas de mortalidade por idades à data do nascimento permanecessem iguais ao longo da sua vida.

Média de anos de escolaridade: Número médio de anos de escolaridade recebida por pessoas a partir dos 25 anos, convertido a partir dos níveis de realização educativa usando as durações oficiais de cada nível.

Anos de escolaridade esperados: Número de anos de escolaridade que uma criança em idade de entrada na escola pode esperar receber, se os padrões prevalentes das taxas de matrícula por idades persistirem ao longo da sua vida.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita: Rendimento agregado de uma economia gerado

pela sua produção e posse dos fatores de produção, deduzido dos rendimentos pagos pela utilização de fatores de produção pertencentes ao resto do mundo, convertido para dólares internacionais usando as taxas de PPC e dividido pelo total da população a meio do ano..

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Colunas 1 e 6: Cálculos do GRDH baseados em dados do UNDESA (2013a), de Barro e Lee (2013), do Instituto de Estatística da UNESCO (2013b), da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2014), do Banco Mundial (2014) e do FMI (2014).

Coluna 2: UNDESA (2013a).

Coluna 3: Barro e Lee (2013), Instituto de Estatística da UNESCO (2013b) e cálculos do GRDH baseados em dados sobre o nível acadêmico alcançado do Instituto de Estatística da UNESCO (2013b) e sobre a metodologia de Barro e Lee (2013).

Coluna 4: Instituto de Estatística da UNESCO (2013b).

Coluna 5: Cálculos do GRDH baseados em dados do Banco Mundial (2014), do FMI (2014) e da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2014).

Coluna 7: Cálculos baseados nos dados das colunas 1 e 6.

Tendências dos Indicadores do Desenvolvimento Humano, 1980-2013

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)										Classificação do IDH		Média anual de crescimento do IDH		
	Valor										2012	Variação 2008-2013*	%		
	1980	1990	2000	2005	2008	2010	2011	2012	2013	1980-1990			1990-2000	2000-2013	
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO															
1	Noruega	0,793	0,841	0,910	0,935	0,937	0,939	0,941	0,943	0,944	1	0	0,59	0,80	0,28
2	Austrália	0,841	0,866	0,898	0,912	0,922	0,926	0,928	0,931	0,933	2	0	0,29	0,37	0,29
3	Suíça	0,806	0,829	0,886	0,901	0,903	0,915	0,914	0,916	0,917	3	1	0,29	0,66	0,27
4	Países Baixos	0,783	0,826	0,874	0,888	0,901	0,904	0,914	0,915	0,915	4	3	0,53	0,57	0,35
5	Estados Unidos	0,825	0,858	0,883	0,897	0,905	0,908	0,911	0,912	0,914	5	-2	0,39	0,29	0,26
6	Alemanha	0,739	0,782	0,854	0,887	0,902	0,904	0,908	0,911	0,911	6	-1	0,57	0,89	0,51
7	Nova Zelândia	0,793	0,821	0,873	0,894	0,899	0,903	0,904	0,908	0,910	7	1	0,35	0,62	0,32
8	Canadá	0,809	0,848	0,867	0,892	0,896	0,896	0,900	0,901	0,902	8	1	0,48	0,21	0,31
9	Singapura	-	0,744	0,800	0,840	0,868	0,894	0,896	0,899	0,901	12	14	-	0,72	0,92
10	Dinamarca	0,781	0,806	0,859	0,891	0,896	0,898	0,899	0,900	0,900	10	-1	0,31	0,63	0,37
11	Irlanda	0,734	0,775	0,862	0,890	0,902	0,899	0,900	0,901	0,899	8	-6	0,54	1,08	0,32
12	Suécia	0,776	0,807	0,889	0,887	0,891	0,895	0,896	0,897	0,898	11	-1	0,38	0,98	0,08
13	Islândia	0,754	0,800	0,858	0,888	0,886	0,886	0,890	0,893	0,895	13	0	0,59	0,70	0,32
14	Reino Unido	0,735	0,768	0,863	0,888	0,890	0,895	0,891	0,890	0,892	14	-2	0,45	1,18	0,25
15	Hong Kong, China (RAE)	0,698	0,775	0,810	0,839	0,877	0,882	0,886	0,889	0,891	15	2	1,06	0,43	0,74
15	Coreia, República da	0,628	0,731	0,819	0,856	0,874	0,882	0,886	0,888	0,891	16	5	1,52	1,14	0,65
17	Japão	0,772	0,817	0,858	0,873	0,881	0,884	0,887	0,888	0,890	16	-2	0,57	0,48	0,28
18	Listenstaine	-	-	-	-	-	0,882	0,887	0,888	0,889	16	-	-	-	-
19	Israel	0,749	0,785	0,849	0,869	0,877	0,881	0,885	0,886	0,888	19	-1	0,48	0,78	0,34
20	França	0,722	0,779	0,848	0,867	0,875	0,879	0,882	0,884	0,884	20	0	0,76	0,85	0,33
21	Áustria	0,736	0,786	0,835	0,851	0,868	0,877	0,879	0,880	0,881	21	3	0,67	0,61	0,41
21	Bélgica	0,753	0,805	0,873	0,865	0,873	0,877	0,880	0,880	0,881	21	1	0,68	0,81	0,07
21	Luxemburgo	0,729	0,786	0,866	0,876	0,882	0,881	0,881	0,880	0,881	21	-6	0,75	0,98	0,13
24	Finlândia	0,752	0,792	0,841	0,869	0,878	0,877	0,879	0,879	0,879	24	-7	0,52	0,60	0,34
25	Eslovênia	-	0,769	0,821	0,855	0,871	0,873	0,874	0,874	0,874	25	-2	-	0,66	0,48
26	Itália	0,718	0,763	0,825	0,858	0,868	0,869	0,872	0,872	0,872	26	-2	0,60	0,78	0,43
27	Espanha	0,702	0,755	0,826	0,844	0,857	0,864	0,868	0,869	0,869	27	1	0,74	0,90	0,39
28	República Checa	-	0,762	0,806	0,845	0,856	0,858	0,861	0,861	0,861	28	1	-	0,56	0,52
29	Grécia	0,713	0,749	0,798	0,853	0,858	0,856	0,854	0,854	0,853	29	-2	0,49	0,64	0,51
30	Brunei Darussalam	0,740	0,786	0,822	0,838	0,843	0,844	0,846	0,852	0,852	30	2	0,60	0,46	0,27
31	Qatar	0,729	0,756	0,811	0,840	0,855	0,847	0,843	0,850	0,851	31	-1	0,35	0,71	0,37
32	Chipre	0,661	0,726	0,800	0,828	0,844	0,848	0,850	0,848	0,845	32	-1	0,95	0,96	0,43
33	Estônia	-	0,730	0,776	0,821	0,832	0,830	0,836	0,839	0,840	33	0	-	0,61	0,61
34	Arábia Saudita	0,583	0,662	0,744	0,773	0,791	0,815	0,825	0,833	0,836	34	13	1,28	1,17	0,90
35	Lituânia	-	0,737	0,757	0,806	0,827	0,829	0,828	0,831	0,834	36	1	-	0,28	0,75
35	Polónia	0,687	0,714	0,784	0,803	0,817	0,826	0,830	0,833	0,834	34	3	0,38	0,94	0,48
37	Andorra	-	-	-	-	-	0,832	0,831	0,830	0,830	37	-	-	-	-
37	Eslováquia	-	0,747	0,776	0,803	0,824	0,826	0,827	0,829	0,830	38	0	-	0,39	0,51
39	Malta	0,704	0,730	0,770	0,801	0,809	0,821	0,823	0,827	0,829	39	4	0,36	0,53	0,57
40	Emiratos Árabes Unidos	0,640	0,725	0,797	0,823	0,832	0,824	0,824	0,825	0,827	40	-5	1,25	0,95	0,28
41	Chile	0,640	0,704	0,753	0,785	0,805	0,808	0,815	0,819	0,822	42	3	0,96	0,67	0,68
41	Portugal	0,643	0,708	0,780	0,790	0,805	0,816	0,819	0,822	0,822	41	3	0,96	0,97	0,41
43	Hungria	0,696	0,701	0,774	0,805	0,814	0,817	0,817	0,817	0,818	43	-3	0,08	0,99	0,43
44	Barain	0,677	0,729	0,784	0,811	0,810	0,812	0,812	0,813	0,815	44	-2	0,75	0,72	0,30
44	Cuba	0,681	0,729	0,742	0,786	0,830	0,824	0,819	0,813	0,815	44	-9	0,68	0,17	0,73
46	Koweit	0,702	0,723	0,804	0,795	0,800	0,807	0,810	0,813	0,814	44	1	0,29	1,08	0,09
47	Croácia	-	0,689	0,748	0,781	0,801	0,806	0,812	0,812	0,812	47	-1	-	0,82	0,64
48	Letónia	-	0,710	0,729	0,786	0,813	0,809	0,804	0,808	0,810	48	-7	-	0,26	0,82
49	Argentina	0,665	0,694	0,753	0,758	0,777	0,799	0,804	0,806	0,808	49	4	0,43	0,81	0,55
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO															
50	Uruguai	0,658	0,691	0,740	0,755	0,773	0,779	0,783	0,787	0,790	52	5	0,49	0,69	0,50
51	Bahamas	-	-	0,766	0,787	0,791	0,788	0,789	0,788	0,789	51	-3	-	-	0,23
51	Montenegro	-	-	-	0,750	0,780	0,784	0,787	0,787	0,789	52	1	-	-	-
53	Bielorrússia	-	-	-	0,725	0,764	0,779	0,784	0,785	0,786	54	7	-	-	-
54	Roménia	0,685	0,703	0,706	0,750	0,781	0,779	0,782	0,782	0,785	55	-3	0,25	0,05	0,82
55	Libia	0,641	0,684	0,745	0,772	0,789	0,799	0,753	0,789	0,784	50	-5	0,65	0,85	0,40
56	Omã	-	-	-	0,733	0,714	0,780	0,781	0,781	0,783	56	6	-	-	-
57	Federação Russa	-	0,729	0,717	0,750	0,770	0,773	0,775	0,777	0,778	57	0	-	-0,17	0,64
58	Bulgária	0,658	0,696	0,714	0,749	0,766	0,773	0,774	0,776	0,777	58	0	0,57	0,25	0,66
59	Barbados	0,658	0,706	0,745	0,761	0,776	0,779	0,780	0,776	0,776	58	-5	0,71	0,54	0,31
60	Palau	-	-	0,741	0,771	0,772	0,768	0,770	0,773	0,775	60	-4	-	-	0,34
61	Antígua e Barbuda	-	-	-	-	-	0,778	0,772	0,773	0,774	60	-	-	-	-
62	Malásia	0,577	0,641	0,717	0,747	0,760	0,766	0,768	0,770	0,773	62	1	1,05	1,12	0,58

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)										Classificação do IDH		Média anual de crescimento do IDH		
	Valor										2012	Variação 2008-2013 ^a	(%)		
	1980	1990	2000	2005	2008	2010	2011	2012	2013	1980-1990			1990-2000	2000-2013	
63 Maurícia	0,558	0,621	0,686	0,722	0,741	0,753	0,759	0,769	0,771	63	9	1,07	1,01	0,90	
64 Trinidad e Tobago	0,658	0,658	0,697	0,745	0,764	0,764	0,764	0,765	0,766	64	-3	0,00	0,58	0,73	
65 Líbano	-	-	-	0,741	0,750	0,759	0,764	0,764	0,765	65	2	-	-	-	
65 Panamá	0,627	0,651	0,709	0,728	0,752	0,759	0,757	0,761	0,765	67	1	0,38	0,85	0,59	
67 Venezuela, República Bolivariana da	0,639	0,644	0,677	0,716	0,758	0,759	0,761	0,763	0,764	66	-2	0,08	0,50	0,93	
68 Costa Rica	0,605	0,652	0,705	0,721	0,744	0,750	0,758	0,761	0,763	67	1	0,76	0,79	0,60	
69 Turquia	0,496	0,576	0,653	0,687	0,710	0,738	0,752	0,756	0,759	69	16	1,50	1,27	1,16	
70 Cazaquistão	-	0,686	0,679	0,734	0,744	0,747	0,750	0,755	0,757	70	-1	-	-0,09	0,84	
71 México	0,595	0,647	0,699	0,724	0,739	0,748	0,752	0,755	0,756	70	2	0,84	0,78	0,60	
71 Seicheles	-	-	0,743	0,757	0,766	0,763	0,749	0,755	0,756	70	-12	-	-	0,14	
73 São Cristóvão e Nevis	-	-	-	-	-	0,747	0,745	0,749	0,750	73	-	-	-	-	
73 Sri Lanca	0,569	0,620	0,679	0,710	0,725	0,736	0,740	0,745	0,750	75	5	0,87	0,91	0,77	
75 Irão, República Islâmica do	0,490	0,552	0,652	0,681	0,711	0,725	0,733	0,749	0,749	73	10	1,19	1,69	1,07	
76 Azerbaijão	-	-	0,639	0,686	0,724	0,743	0,743	0,745	0,747	75	4	-	-	1,21	
77 Jordânia	0,587	0,622	0,705	0,733	0,746	0,744	0,744	0,744	0,745	77	-8	0,58	1,26	0,43	
77 Sérvia	-	0,726	0,713	0,732	0,743	0,743	0,744	0,743	0,745	78	-5	-	-0,19	0,34	
79 Brasil	0,545	0,612	0,682	0,705	0,731	0,739	0,740	0,742	0,744	80	-4	1,16	1,10	0,67	
79 Geórgia	-	-	-	0,710	0,730	0,733	0,736	0,741	0,744	81	-3	-	-	-	
79 Granada	-	-	-	-	-	0,746	0,747	0,743	0,744	78	-	-	-	-	
82 Peru	0,595	0,615	0,682	0,694	0,707	0,722	0,727	0,734	0,737	82	8	0,34	1,03	0,60	
83 Ucrânia	-	0,705	0,668	0,713	0,729	0,726	0,730	0,733	0,734	83	-5	-	-0,54	0,73	
84 Belize	0,619	0,640	0,675	0,710	0,710	0,714	0,717	0,731	0,732	84	3	0,33	0,53	0,63	
84 Antiga República Jugoslava da Macedónia	-	-	-	0,699	0,724	0,728	0,730	0,730	0,732	85	-3	-	-	-	
86 Bósnia-Herzegovina	-	-	-	0,716	0,727	0,726	0,729	0,729	0,731	86	-7	-	-	-	
87 Arménia	-	0,632	0,648	0,693	0,722	0,720	0,724	0,728	0,730	87	-4	-	0,26	0,92	
88 Fiji, Ilhas	0,587	0,619	0,674	0,694	0,712	0,721	0,722	0,722	0,724	88	-4	0,53	0,86	0,55	
89 Tailândia	0,503	0,572	0,649	0,685	0,704	0,715	0,716	0,720	0,722	89	3	1,28	1,27	0,83	
90 Tunísia	0,484	0,567	0,653	0,687	0,706	0,715	0,716	0,719	0,721	90	1	1,60	1,42	0,77	
91 China, República Popular da	0,423	0,502	0,591	0,645	0,682	0,701	0,710	0,715	0,719	93	10	1,72	1,66	1,52	
91 São Vicente e Granadinas	-	-	-	-	-	0,717	0,715	0,717	0,719	91	-	-	-	-	
93 Argélia	0,509	0,576	0,634	0,675	0,695	0,709	0,715	0,715	0,717	93	5	1,25	0,96	0,95	
93 Dominica	-	-	0,691	0,708	0,712	0,717	0,718	0,716	0,717	92	-8	-	-	0,29	
95 Albânia	0,603	0,609	0,655	0,689	0,703	0,708	0,714	0,714	0,716	97	-1	0,10	0,74	0,69	
96 Jamaica	0,614	0,638	0,671	0,700	0,710	0,712	0,714	0,715	0,715	93	-8	0,38	0,51	0,49	
97 Santa Lúcia	-	-	-	-	-	0,717	0,718	0,715	0,714	93	-	-	-	-	
98 Colômbia	0,557	0,596	0,655	0,680	0,700	0,706	0,710	0,708	0,711	98	-2	0,68	0,94	0,63	
98 Equador	0,605	0,643	0,658	0,687	0,697	0,701	0,705	0,708	0,711	98	-1	0,61	0,24	0,59	
100 Suriname	-	-	-	0,672	0,694	0,698	0,701	0,702	0,705	101	0	-	-	-	
100 Tonga	0,602	0,631	0,672	0,695	0,696	0,701	0,702	0,704	0,705	100	-2	0,49	0,62	0,37	
102 República Dominicana	0,527	0,589	0,645	0,668	0,684	0,691	0,695	0,698	0,700	102	-1	1,12	0,91	0,63	
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO															
103 Maldivas	-	-	0,599	0,659	0,675	0,688	0,692	0,695	0,698	103	1	-	-	1,19	
103 Mongólia	0,515	0,552	0,580	0,637	0,665	0,671	0,682	0,692	0,698	106	3	0,71	0,50	1,43	
103 Turquemenistão	-	-	-	-	-	0,687	0,690	0,693	0,698	104	-	-	-	-	
106 Samoa	-	-	0,654	0,681	0,683	0,688	0,690	0,693	0,694	104	-3	-	-	0,45	
107 Palestina, Estado da	-	-	-	0,649	0,672	0,671	0,679	0,683	0,686	107	1	-	-	-	
108 Indonésia	0,471	0,528	0,609	0,640	0,654	0,671	0,678	0,681	0,684	108	4	1,16	1,44	0,90	
109 Botswana	0,470	0,583	0,560	0,610	0,656	0,672	0,678	0,681	0,683	108	2	2,18	-0,40	1,54	
110 Egito	0,452	0,546	0,621	0,645	0,667	0,678	0,679	0,681	0,682	108	-4	1,91	1,30	0,72	
111 Paraguai	0,550	0,581	0,625	0,648	0,661	0,669	0,672	0,670	0,676	111	-3	0,55	0,73	0,61	
112 Gabão	0,540	0,619	0,632	0,644	0,654	0,662	0,666	0,670	0,674	111	0	1,37	0,21	0,50	
113 Bolívia, Estado Plurinacional da	0,494	0,554	0,615	0,636	0,649	0,658	0,661	0,663	0,667	113	2	1,17	1,04	0,63	
114 Moldávia, República da	-	0,645	0,598	0,639	0,652	0,652	0,656	0,657	0,663	116	0	-	-0,76	0,80	
115 El Salvador	0,517	0,529	0,607	0,640	0,648	0,652	0,657	0,660	0,662	115	1	0,22	1,38	0,67	
116 Usbequistão	-	-	-	0,626	0,643	0,648	0,653	0,657	0,661	116	2	-	-	-	
117 Filipinas	0,566	0,591	0,619	0,638	0,648	0,651	0,652	0,656	0,660	118	-1	0,45	0,46	0,49	
118 África do Sul	0,569	0,619	0,628	0,608	0,623	0,638	0,646	0,654	0,658	119	2	0,86	0,14	0,36	
118 Síria, República Árabe da	0,528	0,570	0,605	0,653	0,658	0,662	0,662	0,662	0,658	114	-8	0,76	0,60	0,65	
120 Iraque	0,500	0,508	0,606	0,621	0,632	0,638	0,639	0,641	0,642	120	-1	0,17	1,77	0,45	
121 Guiana	0,516	0,505	0,570	0,584	0,621	0,626	0,632	0,635	0,638	121	0	-0,22	1,22	0,87	
121 Vietname	0,463	0,476	0,563	0,598	0,617	0,629	0,632	0,635	0,638	121	2	0,28	1,70	0,96	
123 Cabo Verde	-	-	0,573	0,589	0,613	0,622	0,631	0,635	0,636	121	1	-	-	0,81	
124 Micronésia, Estados Federados da	-	-	-	-	-	0,627	0,627	0,629	0,630	124	-	-	-	-	
125 Guatemala	0,445	0,483	0,551	0,576	0,601	0,613	0,620	0,626	0,628	125	3	0,82	1,34	1,01	

TABELA 2: TENDÊNCIAS DOS INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 1980-2013

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)										Classificação do IDH		Média anual de crescimento do IDH		
	Valor										2012	Variação 2008-2013*	%		
	1980	1990	2000	2005	2008	2010	2011	2012	2013	1980-1990			1990-2000	2000-2013	
125 Quirguizistão	-	0,607	0,586	0,605	0,617	0,614	0,618	0,621	0,628	126	-2	-	-0,34	0,52	
127 Namíbia	0,550	0,577	0,556	0,570	0,598	0,610	0,616	0,620	0,624	127	3	0,48	-0,36	0,89	
128 Timor-Leste	-	-	0,465	0,505	0,579	0,606	0,606	0,616	0,620	129	5	-	-	2,25	
129 Honduras	0,461	0,507	0,558	0,584	0,604	0,612	0,615	0,616	0,617	129	-2	0,95	0,96	0,78	
129 Marrocos	0,399	0,459	0,526	0,569	0,588	0,603	0,612	0,614	0,617	131	3	1,41	1,37	1,23	
131 Vanuatu	-	-	-	-	0,608	0,617	0,618	0,617	0,616	128	-5	-	-	-	
132 Nicarágua	0,483	0,491	0,554	0,585	0,599	0,604	0,608	0,611	0,614	132	-3	0,17	1,22	0,79	
133 Quiribati	-	-	-	-	-	0,599	0,599	0,606	0,607	133	-	-	-	-	
133 Tajiquistão	-	0,610	0,529	0,572	0,591	0,596	0,600	0,603	0,607	134	-2	-	-1,42	1,07	
135 Índia	0,369	0,431	0,483	0,527	0,554	0,570	0,581	0,583	0,586	135	1	1,58	1,15	1,49	
136 Butão	-	-	-	-	-	0,569	0,579	0,580	0,584	136	-	-	-	-	
136 Camboja	0,251	0,403	0,466	0,536	0,564	0,571	0,575	0,579	0,584	137	-1	4,83	1,47	1,75	
138 Gana	0,423	0,502	0,487	0,511	0,544	0,556	0,566	0,571	0,573	138	1	1,73	-0,30	1,26	
139 Laos, República Democrática Popular do	0,340	0,395	0,473	0,511	0,533	0,549	0,560	0,565	0,569	139	3	1,51	1,83	1,44	
140 Congo	0,542	0,553	0,501	0,525	0,548	0,565	0,549	0,561	0,564	140	-2	0,19	-0,98	0,92	
141 Zâmbia	0,422	0,407	0,423	0,471	0,505	0,530	0,543	0,554	0,561	143	7	-0,37	0,39	2,19	
142 Bangladesh	0,336	0,382	0,453	0,494	0,515	0,539	0,549	0,554	0,558	143	2	1,29	1,71	1,62	
142 São Tomé e Príncipe	-	-	0,495	0,520	0,537	0,543	0,548	0,556	0,558	141	-1	-	-	0,92	
144 Guiné Equatorial	-	-	0,476	0,517	0,543	0,559	0,553	0,556	0,556	141	-4	-	-	1,21	
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO															
145 Nepal	0,286	0,388	0,449	0,477	0,501	0,527	0,533	0,537	0,540	145	4	3,09	1,47	1,42	
146 Paquistão	0,356	0,402	0,454	0,504	0,536	0,526	0,531	0,535	0,537	146	-1	1,22	1,21	1,30	
147 Quênia	0,446	0,471	0,455	0,479	0,508	0,522	0,527	0,531	0,535	147	-1	0,55	-0,34	1,25	
148 Suazilândia	0,477	0,538	0,498	0,498	0,518	0,527	0,530	0,529	0,530	148	-5	1,20	-0,77	0,48	
149 Angola	-	-	0,377	0,446	0,490	0,504	0,521	0,524	0,526	149	2	-	-	2,60	
150 Mianmar	0,328	0,347	0,421	0,472	0,500	0,514	0,517	0,520	0,524	150	0	0,59	1,94	1,69	
151 Ruanda	0,291	0,238	0,329	0,391	0,432	0,453	0,463	0,502	0,506	151	17	-2,01	3,31	3,35	
152 Camarões	0,391	0,440	0,433	0,457	0,477	0,493	0,498	0,501	0,504	152	2	1,19	-0,15	1,18	
152 Nigéria	-	-	-	0,466	0,483	0,492	0,496	0,500	0,504	153	1	-	-	-	
154 Iémen	-	0,390	0,427	0,462	0,471	0,484	0,497	0,499	0,500	154	2	-	0,90	1,22	
155 Madagascar	-	-	0,453	0,470	0,487	0,494	0,495	0,496	0,498	155	-3	-	-	0,73	
156 Zimbabué	0,437	0,488	0,428	0,412	0,422	0,459	0,473	0,484	0,492	160	16	1,12	-1,30	1,08	
157 Papuásia - Nova Guiné	0,323	0,363	0,423	0,441	0,467	0,479	0,484	0,490	0,491	156	1	1,19	1,53	1,17	
157 Ilhas Salomão	-	-	0,475	0,483	0,506	0,489	0,494	0,489	0,491	157	-10	-	-	0,25	
159 Comores	-	-	-	0,464	0,474	0,479	0,483	0,486	0,488	158	-4	-	-	-	
159 Tanzânia, República Unida da	0,377	0,354	0,376	0,419	0,451	0,464	0,478	0,484	0,488	160	5	-0,64	0,59	2,04	
161 Maurítania	0,347	0,367	0,433	0,455	0,466	0,475	0,475	0,485	0,487	159	-2	0,55	1,67	0,91	
162 Lesoto	0,443	0,493	0,443	0,437	0,456	0,472	0,476	0,481	0,486	163	0	1,06	-1,06	0,72	
163 Senegal	0,333	0,384	0,413	0,451	0,474	0,483	0,483	0,484	0,485	160	-6	1,44	0,72	1,25	
164 Uganda	0,293	0,310	0,392	0,429	0,458	0,472	0,477	0,480	0,484	164	-4	0,55	2,38	1,63	
165 Benim	0,287	0,342	0,391	0,432	0,454	0,467	0,471	0,473	0,476	165	-2	1,78	1,33	1,52	
166 Sudão	0,331	0,342	0,385	0,423	0,447	0,463	0,468	0,472	0,473	166	-1	0,33	1,20	1,59	
166 Togo	0,405	0,404	0,430	0,442	0,447	0,460	0,467	0,470	0,473	167	-1	-0,03	0,63	0,74	
168 Haiti	0,352	0,413	0,433	0,447	0,458	0,462	0,466	0,469	0,471	168	-8	1,61	0,46	0,66	
169 Afeganistão	0,230	0,296	0,341	0,396	0,430	0,453	0,458	0,466	0,468	169	1	2,56	1,42	2,46	
170 Djibouti	-	-	-	0,412	0,438	0,452	0,461	0,465	0,467	170	-3	-	-	-	
171 Costa do Marfim	0,377	0,380	0,393	0,407	0,427	0,439	0,443	0,448	0,452	171	0	0,10	0,33	1,08	
172 Gâmbia	0,300	0,334	0,383	0,414	0,432	0,440	0,436	0,438	0,441	172	-4	1,08	1,37	1,08	
173 Etiópia	-	-	0,284	0,339	0,394	0,409	0,422	0,429	0,435	173	2	-	-	3,35	
174 Malauí	0,270	0,283	0,341	0,368	0,395	0,406	0,411	0,411	0,414	174	0	0,46	1,88	1,50	
175 Libéria	-	-	0,339	0,335	0,374	0,393	0,402	0,407	0,412	175	3	-	-	1,52	
176 Mali	0,208	0,232	0,309	0,359	0,385	0,398	0,405	0,406	0,407	176	0	1,14	2,89	2,13	
177 Guiné-Bissau	-	-	-	0,387	0,397	0,401	0,402	0,396	0,396	177	-4	-	-	-	
178 Moçambique	0,246	0,216	0,285	0,343	0,366	0,380	0,384	0,389	0,393	179	1	-1,31	2,84	2,49	
179 Guiné	-	-	-	0,366	0,377	0,380	0,387	0,391	0,392	178	-2	-	-	-	
180 Burundi	0,230	0,291	0,290	0,319	0,362	0,381	0,384	0,386	0,389	180	0	2,37	-0,03	2,29	
181 Burquina Faso	-	-	-	0,321	0,349	0,367	0,376	0,385	0,388	181	0	-	-	-	
182 Eritreia	-	-	-	-	-	0,373	0,377	0,380	0,381	182	-	-	-	-	
183 Serra Leoa	0,276	0,263	0,297	0,329	0,346	0,353	0,360	0,368	0,374	184	0	-0,49	1,23	1,79	
184 Chade	-	-	0,301	0,324	0,338	0,349	0,365	0,370	0,372	183	1	-	-	1,66	
185 Centro-Africana, República	0,295	0,310	0,314	0,327	0,344	0,355	0,361	0,365	0,341	185	-1	0,50	0,13	0,61	
186 Congo, República Democrática do	0,336	0,319	0,274	0,292	0,307	0,319	0,323	0,333	0,338	187	1	-0,53	-1,52	1,64	
187 Níger	0,191	0,218	0,262	0,293	0,309	0,323	0,328	0,335	0,337	186	-1	1,34	1,86	1,95	

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)										Classificação do IDH		Média anual de crescimento do IDH		
	Valor										2012	Variação 2008–2013 ^a	%		
	1980	1990	2000	2005	2008	2010	2011	2012	2013	2008–1990			1990–2000	2000–2013	
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS															
Coreia, República Popular Democrática da	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Marshall, Ilhas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mónaco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nauru	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
São Marino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Somália	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Sudão do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Tuvalu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Agrupamentos por IDH															
Desenvolvimento humano muito elevado	0,757	0,798	0,849	0,870	0,879	0,885	0,887	0,889	0,890	—	—	0,52	0,62	0,37	
Desenvolvimento humano elevado	0,534	0,593	0,643	0,682	0,710	0,723	0,729	0,733	0,735	—	—	1,04	0,81	1,04	
Desenvolvimento humano médio	0,420	0,474	0,528	0,565	0,587	0,601	0,609	0,612	0,614	—	—	1,22	1,09	1,17	
Desenvolvimento humano baixo	0,345	0,367	0,403	0,444	0,471	0,479	0,486	0,490	0,493	—	—	0,64	0,95	1,56	
Regiões															
Estados Árabes	0,492	0,551	0,611	0,644	0,664	0,675	0,678	0,681	0,682	—	—	1,14	1,05	0,85	
Ásia Oriental e Pacífico	0,457	0,517	0,595	0,641	0,671	0,688	0,695	0,699	0,703	—	—	1,23	1,42	1,29	
Europa e Ásia Central	-	0,651	0,665	0,700	0,716	0,726	0,733	0,735	0,738	—	—	-	0,21	0,80	
América Latina e Caraíbas	0,579	0,627	0,683	0,705	0,726	0,734	0,737	0,739	0,740	—	—	0,79	0,87	0,62	
Ásia do Sul	0,382	0,438	0,491	0,533	0,560	0,573	0,582	0,586	0,588	—	—	1,37	1,16	1,39	
África Subsaariana	0,382	0,399	0,421	0,452	0,477	0,488	0,495	0,499	0,502	—	—	0,44	0,52	1,37	
Países menos desenvolvidos															
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	0,319	0,345	0,391	0,429	0,457	0,472	0,480	0,484	0,487	—	—	0,79	1,26	1,70	
Mundo	0,559	0,597	0,639	0,667	0,685	0,693	0,698	0,700	0,702	—	—	0,66	0,67	0,73	

NOTAS

a Um valor positivo indica uma melhoria na classificação.

DEFINIÇÕES

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Um índice composto que mede as realizações em três dimensões básicas do desenvolvimento humano - uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno. Para mais pormenores sobre o cálculo do IDH, ver Nota técnica 1 em <http://hdr.undp.org>.

Média anual de crescimento do IDH: Um crescimento anual regularizado do IDH num determinado período, calculado como a taxa de crescimento anual composta.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Colunas 1 a 9: Cálculos do GRDH baseados em dados do UNDESA (2013a), de Barro e Lee (2013),

do Instituto de Estatística da UNESCO (2013b), da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2014), do Banco Mundial (2014) e do FMI (2014).

Colunas 10 a 14: Cálculos baseados nos dados das colunas 1 a 9.

Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD)		Coeficiente de Desigualdade Humana		Desigualdade na esperança de vida		Índice de esperança de vida ajustado à desigualdade		Índice de educação ajustado à desigualdade		Desigualdade no rendimento ^a		Índice de rendimento ajustado à desigualdade		
	Valor	Valor	Perda Global (%)	Diferença da classificação do IDH ^b	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	Rácio por quintil	Rácio de Palma	Coeficiente de Gini
	2013	2013	2013	2013	2013	2013	2013	2013 ^c	2013	2013 ^c	2013	2013 ^c	2013	2003–2012	2003–2012	2003–2012
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO																
1	Noruega	0,944	0,891	5,6	0	5,5	3,4	0,914	2,4	0,888	10,7	0,871	-	-	-	25,8
2	Austrália	0,933	0,860	7,8	0	7,5	4,2	0,921	1,8	0,910	16,6	0,760	-	-	-	-
3	Suíça	0,917	0,847	7,7	-1	7,6	3,9	0,926	5,8	0,795	13,2	0,824	-	-	-	33,7
4	Países Baixos	0,915	0,854	6,7	1	6,6	3,9	0,902	4,1	0,857	11,8	0,806	5,1	-	-	30,9
5	Estados Unidos	0,914	0,755	17,4	-23	16,2	6,2	0,851	6,7	0,830	35,6	0,609	-	-	-	40,8
6	Alemanha	0,911	0,846	7,1	1	7,0	3,7	0,900	2,4	0,863	14,8	0,781	-	-	-	28,3
7	Nova Zelândia	0,910	-	-	-	-	-	0,895	-	-	-	-	-	-	-	-
8	Canadá	0,902	0,833	7,6	-2	7,5	4,6	0,902	4,0	0,816	13,9	0,785	-	-	-	32,6
9	Singapura	0,901	-	-	-	-	-	0,932	-	-	-	-	-	-	-	-
10	Dinamarca	0,900	0,838	6,9	0	6,8	4,0	0,877	3,1	0,846	13,3	0,794	-	-	-	-
11	Irlanda	0,899	0,832	7,5	-1	7,4	3,7	0,899	5,2	0,841	13,3	0,761	-	-	-	34,3
12	Suécia	0,898	0,840	6,5	3	6,4	3,1	0,922	3,6	0,800	12,4	0,803	-	-	-	25,0
13	Islândia	0,895	0,843	5,7	5	5,6	2,8	0,928	2,5	0,826	11,6	0,783	-	-	-	-
14	Reino Unido	0,892	0,812	8,9	-4	8,6	4,5	0,890	2,6	0,838	18,8	0,719	7,2	-	-	36,0
15	Hong Kong, China (RAE)	0,891	-	-	-	-	-	0,948	-	-	-	-	-	-	-	-
15	Coreia, República da	0,891	0,736	17,4	-20	16,8	3,9	0,910	28,1	0,622	18,4	0,704	-	-	-	-
17	Japão	0,890	0,779	12,4	-6	12,2	3,2	0,947	19,8	0,648	13,5	0,772	-	-	-	-
18	Listenstaine	0,889	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
19	Israel	0,888	0,793	10,7	-4	10,4	3,8	0,915	7,9	0,786	19,6	0,693	-	-	-	39,2
20	França	0,884	0,804	9,0	-2	8,9	4,0	0,913	8,6	0,745	14,2	0,765	-	-	-	-
21	Áustria	0,881	0,818	7,2	4	7,1	3,7	0,906	3,7	0,765	13,8	0,789	-	-	-	29,2
21	Bélgica	0,881	0,806	8,5	0	8,5	3,9	0,895	9,2	0,738	12,3	0,792	-	-	-	33,0
21	Luxemburgo	0,881	0,814	7,6	3	7,5	3,3	0,901	6,0	0,716	13,1	0,837	-	-	-	30,8
24	Finlândia	0,879	0,830	5,5	9	5,5	3,5	0,899	2,1	0,798	10,8	0,798	-	-	-	26,9
25	Eslovénia	0,874	0,824	5,8	9	5,7	3,8	0,882	2,7	0,840	10,6	0,755	4,8	-	-	31,2
26	Itália	0,872	0,768	11,9	-1	11,6	3,4	0,927	11,7	0,697	19,8	0,701	-	-	-	36,0
27	Espanha	0,869	0,775	10,9	1	10,5	3,9	0,918	5,4	0,751	22,1	0,673	-	-	-	34,7
28	República Checa	0,861	0,813	5,6	9	5,5	3,7	0,855	1,4	0,854	11,3	0,737	-	-	-	-
29	Grécia	0,853	0,762	10,6	0	10,5	4,0	0,898	11,3	0,707	16,2	0,697	-	-	-	34,3
30	Brunei Darussalam	0,852	-	-	-	-	-	0,861	-	-	-	-	-	-	-	-
31	Qatar	0,851	-	-	-	-	-	0,844	-	-	-	-	-	13,3	-	41,1
32	Chipre	0,845	0,752	11,0	-3	10,9	3,7	0,887	14,0	0,668	14,9	0,719	-	-	-	-
33	Estónia	0,840	0,767	8,7	3	8,5	5,6	0,791	2,5	0,837	17,4	0,681	6,4	-	-	36,0
34	Arábia Saudita	0,836	-	-	-	-	-	0,779	-	-	-	-	-	-	-	-
35	Lituânia	0,834	0,746	10,6	-3	10,4	6,6	0,749	6,1	0,823	18,6	0,673	6,7	1,6	-	37,6
35	Polónia	0,834	0,751	9,9	-2	9,7	5,7	0,818	5,6	0,779	17,9	0,666	5,2	1,3	-	32,7
37	Andorra	0,830	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
37	Eslováquia	0,830	0,778	6,3	9	6,2	5,6	0,805	1,5	0,790	11,5	0,740	3,6	0,9	-	26,0
39	Malta	0,829	0,760	8,3	5	8,2	4,8	0,875	5,7	0,691	14,1	0,727	-	-	-	-
40	Emiratos Árabes Unidos	0,827	-	-	-	-	-	0,826	-	-	-	-	-	-	-	-
41	Chile	0,822	0,661	19,6	-16	18,5	5,9	0,868	13,7	0,644	36,0	0,516	13,5	3,5	-	52,1
41	Portugal	0,822	0,739	10,1	0	9,8	3,9	0,886	5,7	0,686	19,9	0,664	-	-	-	-
43	Hungria	0,818	0,757	7,4	7	7,3	5,4	0,795	3,5	0,777	13,1	0,703	4,8	1,2	-	31,2
44	Barain	0,815	-	-	-	-	-	0,816	-	-	-	-	-	-	-	-
44	Cuba	0,815	-	-	-	-	-	0,865	11,0	0,661	-	-	-	-	-	-
46	Koweit	0,814	-	-	-	-	-	0,775	-	-	-	-	-	-	-	-
47	Croácia	0,812	0,721	11,2	-2	11,1	5,2	0,832	10,4	0,690	17,6	0,653	5,2	1,4	-	33,7
48	Letónia	0,810	0,725	10,6	0	10,3	7,6	0,741	3,6	0,784	19,8	0,654	6,0	1,4	-	34,8
49	Argentina	0,808	0,680	15,8	-4	15,3	9,3	0,786	8,6	0,716	28,1	0,560	11,3	2,4	-	44,5
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO																
50	Uruguai	0,790	0,662	16,1	-8	15,7	9,2	0,799	10,9	0,635	27,1	0,573	10,3	2,5	-	45,3
51	Bahamas	0,789	0,676	14,3	-3	14,0	9,4	0,770	8,0	0,657	24,5	0,612	-	-	-	-
51	Montenegro	0,789	0,733	7,2	5	7,1	7,6	0,779	2,5	0,754	11,3	0,669	4,3	1,0	-	28,6
53	Bielorrússia	0,786	0,726	7,6	6	7,5	6,8	0,716	4,8	0,781	11,1	0,685	3,8	0,9	-	26,5
54	Roménia	0,785	0,702	10,5	4	10,4	8,8	0,755	5,0	0,710	17,3	0,645	4,1	1,0	-	27,4
55	Líbia	0,784	-	-	-	-	-	0,765	-	-	-	-	-	-	-	-
56	Omã	0,783	-	-	-	-	-	0,809	-	-	-	-	-	-	-	-
57	Federação Russa	0,778	0,685	12,0	3	11,6	9,8	0,666	2,1	0,764	22,9	0,631	7,3	1,9	-	40,1
58	Bulgária	0,777	0,692	11,0	5	10,8	7,9	0,759	5,8	0,706	18,8	0,618	4,3	1,0	-	28,2

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD)			Coefficiente de Desigualdade Humana	Desigualdade na esperança de vida	Índice de esperança de vida ajustado à desigualdade	Desigualdade na educação ^a	Índice de educação ajustado à desigualdade	Desigualdade no rendimento ^a	Índice de rendimento ajustado à desigualdade	Desigualdade de rendimento		
	Valor	Valor	Perda Global (%)	Diferença da classificação do IDH ^b	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	Rácio por quintil	Rácio de Palma	Coefficiente de Gini
	2013	2013	2013	2013	2013	2013	2013	2013 ^c	2013	2013 ^c	2013	2003–2012	2003–2012	2003–2012
59 Barbados	0,776	-	-	-	-	8,1	0,783	-	-	-	-	-	-	-
60 Palau	0,775	-	-	-	-	-	-	12,0	0,692	23,0	0,565	-	-	-
61 Antígua e Barbuda	0,774	-	-	-	-	8,0	0,792	-	-	-	-	-	-	-
62 Malásia	0,773	-	-	-	-	4,9	0,805	-	-	-	-	11,3	2,6	46,2
63 Maurícia	0,771	0,662	14,2	-2	14,1	9,2	0,749	13,2	0,623	19,8	0,621	-	-	-
64 Trindade e Tobago	0,766	0,649	15,2	-6	15,0	16,4	0,641	6,6	0,654	21,9	0,653	-	-	-
65 Líbano	0,765	0,606	20,8	-17	20,3	6,7	0,861	24,1	0,479	30,0	0,538	-	-	-
65 Panamá	0,765	0,596	22,1	-18	21,4	12,1	0,778	16,3	0,550	35,8	0,494	17,1	3,6	51,9
67 Venezuela, República Bolivariana da	0,764	0,613	19,7	-10	19,4	12,2	0,738	17,6	0,562	28,4	0,556	11,5	2,4	44,8
68 Costa Rica	0,763	0,611	19,9	-11	19,1	7,3	0,855	15,7	0,551	34,3	0,483	14,5	3,3	50,7
69 Turquia	0,759	0,639	15,8	-3	15,6	11,0	0,757	14,1	0,560	21,8	0,616	8,3	1,9	40,0
70 Cazaquistão	0,757	0,667	11,9	9	11,8	16,7	0,596	5,9	0,717	12,7	0,695	4,2	1,1	29,0
71 México	0,756	0,583	22,9	-13	22,3	10,9	0,788	21,4	0,501	34,6	0,500	10,7	2,7	47,2
71 Seicheles	0,756	-	-	-	-	7,9	0,754	-	-	-	-	18,8	6,4	65,8
73 São Cristóvão e Nevis	0,750	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
73 Sri Lanka	0,750	0,643	14,3	1	14,2	8,3	0,766	14,6	0,630	19,6	0,550	5,8	1,6	36,4
75 Irão, República Islâmica do	0,749	0,498	33,6	-34	32,1	12,5	0,728	37,3	0,429	46,6	0,395	7,0	1,7	38,3
76 Azerbaijão	0,747	0,659	11,8	7	11,5	21,7	0,611	8,3	0,642	4,5	0,730	5,3	1,4	33,7
77 Jordânia	0,745	0,607	18,6	-5	18,5	11,9	0,730	22,4	0,543	21,1	0,564	5,7	1,5	35,4
77 Sérvia	0,745	0,663	10,9	12	10,9	8,5	0,761	10,7	0,621	13,5	0,618	4,6	1,1	29,6
79 Brasil	0,744	0,542	27,0	-16	26,3	14,5	0,709	24,7	0,498	39,7	0,452	20,6	4,3	54,7
79 Geórgia	0,744	0,636	14,5	4	14,0	12,9	0,728	3,3	0,745	25,9	0,474	9,5	2,1	42,1
79 Granada	0,744	-	-	-	-	8,4	0,744	-	-	-	-	-	-	-
82 Peru	0,737	0,562	23,7	-9	23,4	13,9	0,726	25,6	0,494	30,6	0,495	13,5	2,9	48,1
83 Ucrânia	0,734	0,667	9,2	18	9,1	10,4	0,669	6,1	0,747	10,9	0,593	3,6	0,9	25,6
84 Belize	0,732	-	-	-	-	11,4	0,734	-	-	37,9	0,426	17,6	-	53,1
84 Antiga República Jugoslava da Macedónia	0,732	0,633	13,6	7	13,3	7,6	0,785	10,6	0,574	21,8	0,563	10,0	2,3	43,6
86 Bósnia-Herzegovina	0,731	0,653	10,6	13	10,4	6,7	0,809	5,2	0,621	19,2	0,555	6,5	1,5	36,2
87 Arménia	0,730	0,655	10,4	15	10,2	12,7	0,733	3,7	0,675	14,3	0,567	4,6	1,2	31,3
88 Fiji, Ilhas	0,724	0,613	15,3	6	15,1	12,3	0,672	10,5	0,686	22,6	0,500	8,0	2,2	42,8
89 Tailândia	0,722	0,573	20,7	-2	20,0	9,8	0,755	16,1	0,510	34,0	0,488	6,9	1,8	39,4
90 Tunísia	0,721	-	-	-	-	10,6	0,768	-	-	-	-	6,4	1,5	36,1
91 China, República Popular da	0,719	-	-	-	-	9,8	0,768	-	-	29,5	0,505	10,1	2,1	42,1
91 São Vicente e Granadinas	0,719	-	-	-	-	12,9	0,703	-	-	-	-	-	-	-
93 Argélia	0,717	-	-	-	-	16,7	0,654	-	-	-	-	-	-	-
93 Domínica	0,717	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
95 Albânia	0,716	0,620	13,4	11	13,4	9,9	0,796	11,9	0,536	18,3	0,558	5,3	1,4	34,5
96 Jamaica	0,715	0,579	19,0	1	18,6	15,0	0,700	10,6	0,598	30,1	0,465	9,6	-	45,5
97 Santa Lúcia	0,714	-	-	-	-	9,9	0,760	-	-	-	-	-	-	-
98 Colômbia	0,711	0,521	26,7	-10	25,7	13,5	0,719	22,1	0,469	41,5	0,420	20,1	4,5	55,9
98 Equador	0,711	0,549	22,7	-3	22,4	13,4	0,752	21,6	0,466	32,1	0,472	12,5	3,1	49,3
100 Suriname	0,705	0,534	24,2	-6	23,5	13,6	0,678	19,5	0,474	37,3	0,475	17,9	-	52,9
100 Tonga	0,705	-	-	-	-	13,7	0,699	-	-	-	-	-	-	-
102 República Dominicana	0,700	0,535	23,6	-4	23,4	16,9	0,683	24,0	0,449	29,3	0,500	11,3	2,7	47,2
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO														
103 Maldivas	0,698	0,521	25,4	-7	24,2	8,1	0,819	41,2	0,322	23,2	0,535	6,8	-	37,4
103 Mongólia	0,698	0,618	11,5	16	11,4	16,6	0,610	5,2	0,658	12,3	0,588	6,2	1,6	36,5
103 Turquemenistão	0,698	-	-	-	-	26,0	0,517	-	-	-	-	-	-	-
106 Samoa	0,694	-	-	-	-	13,3	0,709	-	-	-	-	-	-	-
107 Palestina, Estado da	0,686	0,606	11,7	13	11,7	13,1	0,711	6,9	0,617	15,0	0,507	5,8	1,5	35,5
108 Indonésia	0,684	0,553	19,2	5	19,1	16,4	0,654	23,2	0,463	17,7	0,559	6,3	1,7	38,1
109 Botsuana	0,683	0,422	38,2	-21	36,5	21,9	0,533	32,1	0,420	55,5	0,336	-	-	-
110 Egito	0,682	0,518	24,0	-5	22,8	13,4	0,682	40,9	0,339	14,2	0,602	4,4	1,2	30,8
111 Paraguai	0,676	0,513	24,1	-5	23,7	19,2	0,650	17,2	0,486	34,6	0,428	17,3	3,7	52,4
112 Gabão	0,674	0,512	24,0	-5	24,0	28,0	0,482	23,5	0,451	20,4	0,617	7,8	2,0	41,5
113 Bolívia, Estado Plurinacional da	0,667	0,470	29,6	-10	29,4	24,5	0,549	27,6	0,488	36,1	0,388	27,8	4,8	56,3
114 Moldávia, República da	0,663	0,582	12,2	16	12,0	11,0	0,670	6,1	0,614	18,9	0,480	5,3	1,3	33,0
115 El Salvador	0,662	0,485	26,7	-7	26,2	14,5	0,692	30,2	0,386	34,0	0,427	14,3	3,0	48,3
116 Usbequistão	0,661	0,556	15,8	14	15,3	24,3	0,562	1,4	0,642	20,1	0,478	6,2	1,6	36,7
117 Filipinas	0,660	0,540	18,1	10	18,0	15,2	0,635	13,5	0,528	25,2	0,470	8,3	2,2	43,0

TABELA 3: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO AJUSTADO À DESIGUALDADE

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)		IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD)		Coeficiente de Desigualdade Humana		Desigualdade na esperança de vida		Índice de esperança de vida ajustado à desigualdade		Índice de educação ajustado à desigualdade		Desigualdade no rendimento ^a		Índice de rendimento ajustado à desigualdade		
	Valor	Valor	Perda Global (%)	Diferença da classificação do IDH ^b	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	Rácio por quintil	Rácio de Palma	Coeficiente de Gini	
	2013	2013	2013	2013	2013	2013	2013	2013 ^c	2013	2013 ^c	2013	2013 ^c	2013	2003–2012	2003–2012	2003–2012	
118 África do Sul	0,658	-	-	-	-	25,7	0,422	18,1	0,569	-	-	25,3	7,1	63,1			
118 Síria, República Árabe da	0,658	0,518	21,2	4	20,8	12,6	0,734	31,5	0,379	18,3	0,500	5,7	-	35,8			
120 Iraque	0,642	0,505	21,4	0	21,2	17,6	0,626	29,8	0,328	16,1	0,626	4,6	1,2	30,9			
121 Guiana	0,638	0,522	18,2	10	18,0	19,2	0,575	10,5	0,521	24,4	0,474	-	-	-			
121 Vietname	0,638	0,543	14,9	15	14,9	12,1	0,757	18,0	0,421	14,6	0,502	5,9	1,5	35,6			
123 Cabo Verde	0,636	0,511	19,7	4	19,4	12,0	0,746	18,2	0,395	28,0	0,452	-	-	50,5			
124 Micronésia, Estados Federados da	0,630	-	-	-	-	19,8	0,604	-	-	63,1	0,201	-	-	61,1			
125 Guatemala	0,628	0,422	32,8	-8	32,0	17,4	0,662	36,1	0,309	42,5	0,367	19,6	4,5	55,9			
125 Quirguizistão	0,628	0,519	17,2	10	16,9	20,0	0,585	6,6	0,613	24,1	0,391	5,4	1,3	33,4			
127 Namíbia	0,624	0,352	43,6	-22	39,3	21,7	0,536	27,8	0,376	68,3	0,216	21,8	-	63,9			
128 Timor-Leste	0,620	0,430	30,7	-3	29,4	22,8	0,565	47,6	0,248	17,8	0,568	-	-	-			
129 Honduras	0,617	0,418	32,2	-6	31,1	17,0	0,687	29,6	0,356	46,8	0,299	29,7	5,2	57,0			
129 Marrocos	0,617	0,433	29,7	0	28,5	16,8	0,652	45,8	0,254	23,0	0,493	7,3	2,0	40,9			
131 Vanuatu	0,616	-	-	-	-	15,4	0,672	-	-	18,5	0,404	-	-	-			
132 Nicarágua	0,614	0,452	26,4	4	25,8	13,2	0,732	33,3	0,323	31,0	0,391	7,6	1,9	40,5			
133 Quiribati	0,607	0,416	31,5	-4	30,1	20,6	0,597	21,4	0,473	48,4	0,255	-	-	-			
133 Tadjiquistão	0,607	0,491	19,2	9	18,8	29,3	0,514	12,2	0,561	15,0	0,409	4,7	1,2	30,8			
135 Índia	0,586	0,418	28,6	0	27,7	25,0	0,536	42,1	0,274	16,1	0,500	5,0	1,4	33,9			
136 Butão	0,584	0,465	20,4	9	20,2	22,2	0,578	13,3	0,365	25,1	0,477	6,8	1,7	38,1			
136 Camboja	0,584	0,440	24,7	7	24,6	25,3	0,597	28,3	0,355	20,3	0,401	5,6	1,5	36,0			
138 Gana	0,573	0,394	31,3	-1	31,2	30,8	0,438	35,6	0,356	27,2	0,392	9,3	2,2	42,8			
139 Laos, República Democrática Popular do	0,569	0,430	24,5	8	24,1	21,5	0,583	34,1	0,287	16,8	0,474	5,9	1,6	36,7			
140 Congo	0,564	0,391	30,7	0	30,6	36,0	0,382	25,4	0,381	30,3	0,410	10,7	2,8	47,3			
141 Zâmbia	0,561	0,365	35,0	-4	34,5	37,2	0,368	23,8	0,451	42,6	0,292	17,4	4,8	57,5			
142 Bangladeche	0,558	0,396	29,1	4	28,7	20,1	0,623	37,8	0,278	28,3	0,357	4,7	1,3	32,1			
142 São Tomé e Príncipe	0,558	0,384	31,2	0	30,4	26,9	0,521	20,0	0,375	44,2	0,290	-	-	50,8			
144 Guiné Equatorial	0,556	-	-	-	-	44,4	0,283	-	-	-	-	-	-	-			
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO																	
145 Nepal	0,540	0,384	28,8	3	27,8	21,1	0,588	44,0	0,253	18,3	0,381	5,0	1,3	32,8			
146 Paquistão	0,537	0,375	30,1	2	28,7	29,9	0,502	45,2	0,204	11,0	0,516	4,2	1,2	30,0			
147 Quênia	0,535	0,360	32,8	0	32,7	31,5	0,440	30,7	0,357	36,0	0,297	11,0	2,8	47,7			
148 Suazilândia	0,530	0,354	33,3	-2	33,1	35,0	0,290	26,8	0,404	37,6	0,378	14,0	3,5	51,5			
149 Angola	0,526	0,295	44,0	-17	43,6	46,2	0,264	34,6	0,310	50,0	0,313	9,0	2,2	42,7			
150 Mianmar	0,524	-	-	-	-	27,1	0,507	19,4	0,299	-	-	-	-	-			
151 Ruanda	0,506	0,338	33,2	-4	33,1	30,2	0,473	29,4	0,338	39,6	0,241	11,0	3,2	50,8			
152 Camarões	0,504	0,339	32,8	-2	32,4	39,4	0,327	34,8	0,317	23,1	0,377	6,9	1,8	38,9			
152 Nigéria	0,504	0,300	40,3	-14	40,2	40,8	0,296	45,2	0,233	34,5	0,394	12,2	3,0	48,8			
154 Iémen	0,500	0,336	32,8	-2	31,7	30,3	0,462	47,2	0,179	17,6	0,457	6,3	1,7	37,7			
155 Madagáscar	0,498	0,346	30,5	2	30,3	24,8	0,517	30,1	0,320	36,1	0,250	9,3	2,3	44,1			
156 Zimbábue	0,492	0,358	27,2	7	26,8	26,8	0,449	17,8	0,411	35,8	0,249	-	-	-			
157 Papuásia - Nova Guiné	0,491	-	-	-	-	26,5	0,480	11,5	0,333	-	-	-	-	-			
157 Ilhas Salomão	0,491	0,374	23,8	11	23,8	22,3	0,570	22,8	0,313	26,3	0,293	-	-	-			
159 Comores	0,488	-	-	-	-	34,2	0,414	47,4	0,237	-	-	26,7	-	64,3			
159 Tanzânia, República Unida da	0,488	0,356	27,1	8	26,9	30,4	0,445	29,5	0,300	20,9	0,339	6,6	1,7	37,6			
161 Maurítânia	0,487	0,315	35,3	-2	34,6	36,6	0,405	45,9	0,191	21,2	0,404	7,8	1,9	40,5			
162 Lesoto	0,486	0,313	35,6	-2	34,9	33,5	0,301	24,3	0,382	47,0	0,267	19,0	3,9	52,5			
163 Senegal	0,485	0,326	32,9	3	32,3	29,5	0,471	44,6	0,204	22,7	0,359	7,7	1,9	40,3			
164 Uganda	0,484	0,335	30,8	5	30,8	33,8	0,399	31,2	0,329	27,3	0,285	8,7	2,3	44,3			
165 Benim	0,476	0,311	34,6	0	34,2	37,0	0,381	42,0	0,240	23,6	0,329	6,6	1,8	38,6			
166 Sudão	0,473	-	-	-	-	32,8	0,435	-	-	-	-	6,2	1,4	35,3			
166 Togo	0,473	0,317	32,9	4	32,6	36,8	0,355	37,6	0,321	23,5	0,280	7,6	1,8	39,3			
168 Haiti	0,471	0,285	39,5	-3	38,9	27,9	0,478	40,4	0,223	48,4	0,218	-	-	59,2			
169 Afeganistão	0,468	0,321	31,4	7	30,0	34,3	0,414	45,0	0,201	10,8	0,397	4,0	1,0	27,8			
170 Djibouti	0,467	0,306	34,6	2	33,7	32,5	0,434	47,0	0,162	21,7	0,406	-	-	40,0			
171 Costa do Marfim	0,452	0,279	38,3	-2	37,9	40,2	0,283	45,4	0,213	28,1	0,361	8,5	2,0	41,5			
172 Gâmbia	0,441	-	-	-	-	34,8	0,389	-	-	26,9	0,303	11,0	2,8	47,3			
173 Etiópia	0,435	0,307	29,4	5	28,0	30,2	0,469	44,3	0,176	9,5	0,351	5,3	1,4	33,6			
174 Malauí	0,414	0,282	31,9	1	31,6	40,0	0,326	30,2	0,307	24,6	0,224	8,9	2,3	43,9			
175 Libéria	0,412	0,273	33,8	-1	32,8	33,1	0,417	46,4	0,197	19,0	0,247	7,0	1,7	38,2			
176 Mali	0,407	-	-	-	-	45,6	0,293	36,9	0,193	-	-	5,2	1,3	33,0			

TABELA 3

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)		IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD)		Coeficiente de Desigualdade Humana	Desigualdade na esperança de vida	Índice de esperança de vida ajustado à desigualdade	Desigualdade na educação ^a	Índice de educação ajustado à desigualdade	Desigualdade no rendimento ^a	Índice de rendimento ajustado à desigualdade	Desigualdade de rendimento		
	Valor	Valor	Perda Global (%)	Diferença da classificação do IDH ^b								Rácio por quintil	Rácio de Palma	Coefficiente de Gini
	2013	2013	2013	2013	2013	2013	2013	2013 ^c	2013	2013 ^c	2013	2003–2012	2003–2012	2003–2012
177 Guiné-Bissau	0,396	0,239	39,6	-4	39,4	45,3	0,289	40,3	0,194	32,5	0,244	-	-	35,5
178 Moçambique	0,393	0,277	29,5	2	28,9	40,2	0,278	18,2	0,304	28,4	0,250	9,8	2,5	45,7
179 Guiné	0,392	0,243	38,0	-1	37,8	40,3	0,332	42,0	0,171	31,1	0,253	7,3	1,8	39,4
180 Burundi	0,389	0,257	33,9	2	32,6	43,6	0,296	41,0	0,218	13,2	0,264	4,8	1,3	33,3
181 Burkina Faso	0,388	0,252	35,0	2	34,6	41,1	0,329	38,5	0,154	24,2	0,318	7,0	1,9	39,8
182 Eritreia	0,381	-	-	-	-	24,7	0,496	-	-	-	-	-	-	-
183 Serra Leoa	0,374	0,208	44,3	-3	43,6	51,2	0,192	48,7	0,156	31,0	0,302	5,6	1,5	35,4
184 Chade	0,372	0,232	37,8	1	36,8	46,1	0,259	43,4	0,145	21,0	0,332	7,4	1,8	39,8
185 Centro-Africana, República	0,341	0,203	40,4	-2	39,9	45,7	0,252	45,9	0,172	28,1	0,192	18,0	4,5	56,3
186 Congo, República Democrática do	0,338	0,211	37,6	1	36,8	49,9	0,231	29,4	0,262	31,2	0,155	9,3	2,4	44,4
187 Níger	0,337	0,228	32,4	3	31,8	37,9	0,367	39,5	0,120	17,9	0,269	5,3	1,4	34,6
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS														
Coreia, República Popular Democrática da	-	-	-	-	-	15,4	0,651	-	-	-	-	-	-	-
Marshall, Ilhas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70,0	-	-
Mónaco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nauru	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Marino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Somália	-	-	-	-	-	42,1	0,312	-	-	-	-	-	-	-
Sudão do Sul	-	-	-	-	-	40,8	0,321	-	-	-	-	-	-	45,5
Tuvalu	-	-	-	-	-	-	-	10,5	-	-	-	-	-	-
Agrupamentos por IDH														
Desenvolvimento humano muito elevado	0,890	0,780	12,3	—	12,0	4,9	0,881	8,7	0,769	22,4	0,702	—	—	—
Desenvolvimento humano elevado	0,735	0,590	19,7	—	19,3	10,7	0,749	17,4	0,531	29,9	0,517	—	—	—
Desenvolvimento humano médio	0,614	0,457	25,6	—	25,2	21,9	0,575	35,1	0,331	18,6	0,502	—	—	—
Desenvolvimento humano baixo	0,493	0,332	32,6	—	32,4	35,0	0,394	38,2	0,241	23,9	0,387	—	—	—
Regiões														
Estados Árabes	0,682	0,512	24,9	—	24,2	17,4	0,639	38,0	0,334	17,3	0,629	—	—	—
Ásia Oriental e Pacífico	0,703	0,564	19,7	—	19,5	11,7	0,734	19,7	0,477	27,0	0,513	—	—	—
Europa e Ásia Central	0,738	0,639	13,3	—	13,2	14,2	0,676	8,6	0,639	16,9	0,605	—	—	—
América Latina e Caraíbas	0,740	0,559	24,5	—	23,9	13,2	0,733	22,2	0,502	36,3	0,474	—	—	—
Ásia do Sul	0,588	0,419	28,7	—	28,0	24,4	0,549	41,6	0,274	18,0	0,489	—	—	—
África Subariana	0,502	0,334	33,6	—	33,5	36,6	0,359	35,7	0,276	28,1	0,375	—	—	—
Países menos desenvolvidos														
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	0,487	0,336	31,0	—	30,9	32,3	0,433	35,6	0,253	24,7	0,348	—	—	—
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	0,665	0,497	25,3	—	24,9	18,5	0,626	22,1	0,433	34,2	0,452	—	—	—
Mundo	0,702	0,541	22,9	—	22,8	17,3	0,647	27,0	0,433	24,1	0,564	—	—	—

NOTAS

- a Consultar a lista de inquéritos utilizados para estimar as desigualdades em <http://hdr.undp.org>.
- b Com base nos países para os quais é calculado o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade.
- c Dados referentes a 2013 ou ao ano mais recente disponível.

DEFINIÇÕES

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Um índice composto que mede as realizações em três dimensões básicas do desenvolvimento humano - uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno. Para mais pormenores sobre o cálculo do IDH, ver Nota técnica 1 em <http://hdr.undp.org>.

IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD): O valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ajustado para desigualdades nas três dimensões básicas do desenvolvimento humano. Para mais pormenores sobre o cálculo do IDHAD, ver Nota técnica 2 em <http://hdr.undp.org>.

Perda global: Diferença percentual entre o IDHAD e o IDH.

Diferença da classificação do IDH: A diferença das classificações do IDHAD e do IDH calculadas apenas para países para os quais é calculado o IDHAD.

Coefficiente de Desigualdade Humana: Desigualdade média nas três dimensões básicas do desenvolvimento humano. Ver Nota técnica 2 em <http://hdr.undp.org>.

Desigualdade na esperança de vida: Desigualdade na distribuição da esperança de vida com base nos dados das tabelas de vida calculados usando o índice de desigualdade de Atkinson.

Índice de esperança de vida ajustado à desigualdade: O índice de esperança de vida do IDH ajustado para a desigualdade na distribuição do tempo de vida esperado, com base nos dados das tabelas de vida listadas nas Fontes de dados principais.

Desigualdade na educação: Desigualdade na distribuição dos anos de escolaridade com base nos dados dos inquéritos às famílias calculados usando o índice de desigualdade de Atkinson.

Índice de educação ajustado à desigualdade: O índice de educação do IDH ajustado para a desigualdade na distribuição dos anos de escolaridade, com base nos dados dos inquéritos às famílias listados nas Fontes de dados principais.

Desigualdade de rendimento: Desigualdade na distribuição do rendimento com base nos dados dos inquéritos às famílias calculados usando o índice de desigualdade de Atkinson.

Índice de rendimento ajustado à desigualdade: O índice de rendimento do IDH ajustado para a desigualdade na distribuição do rendimento, com base nos dados dos inquéritos às famílias listados nas Fontes de dados principais.

Rácio por quintil: Relação entre o rendimento médio dos

20% mais ricos da população e o rendimento médio dos 20% mais pobres da população.

Rácio de Palma: A parte do RNB dos 10% mais ricos da população dividida pela parte do RNB dos 40% mais pobres. Baseia-se no trabalho de José Gabriel Palma (2011), que concluiu que os rendimentos da classe média constituem quase sempre cerca de metade do RNB, enquanto a outra metade é dividida entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres. Contudo, a parte relativa a estes dois últimos grupos varia consideravelmente de país para país.

Coefficiente de Gini: Medida da variação da distribuição de rendimento entre indivíduos ou famílias no mesmo país face a uma distribuição perfeitamente igual. Um valor de zero representa a igualdade absoluta, um valor de 100 a desigualdade absoluta.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Coluna 1: Cálculos do GRDH baseados em dados do UNDESA (2013a), de Barro e Lee (2013), do Instituto de Estatística da UNESCO (2013b), da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2014), do Banco Mundial (2014) e do FMI (2014).

Coluna 2: Cálculos com a média geométrica dos valores das colunas 7, 9 e 11, utilizando a metodologia descrita na Nota Técnica 2 (disponível em <http://hdr.undp.org>).

Coluna 3: Cálculos baseados nos dados das colunas 1 e 2.

Coluna 4: Cálculos baseados nos dados constantes da coluna 2 e nas classificações IDH recalculadas dos países para os quais é calculado o IDHAD.

Coluna 5: Calculado como a média geométrica dos valores das colunas 6, 8 e 10, utilizando a metodologia descrita na Nota Técnica 2 (disponível em <http://hdr.undp.org>).

Coluna 6: Cálculos baseados nas tabelas de vida resumidas do UNDESA (2013a).

Coluna 7: Cálculos baseados nos dados constantes da coluna 6 e no índice de esperança de vida não ajustado.

Colunas 8 e 10: Cálculos baseados em dados do Estudo do Rendimento do Luxemburgo, das Estatísticas do Eurostat da União Europeia sobre Rendimento e Condições de Vida, da Base de Dados do Banco Mundial sobre Distribuição Internacional de Rendimento, dos Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos da UNICEF, e dos Inquéritos sobre Demografia e Saúde da ICF Macro, utilizando a metodologia descrita na Nota Técnica 2 (disponível em <http://hdr.undp.org>).

Coluna 9: Cálculos baseados nos dados constantes da coluna 8 e no índice de educação não ajustado.

Coluna 11: Cálculos baseados nos dados constantes da coluna 10 e no índice de rendimento não ajustado.

Colunas 12 e 13: Cálculos do GRDH baseados em dados do Banco Mundial (2013a).

Coluna 14: Banco Mundial (2013a).

Índice de Desigualdade de Género (IDG)

Classificação do IDH	Índice de Desigualdade de Género		Taxa de mortalidade materna	Taxa de fertilidade adolescente	Porcentagem de assentos no parlamento ^a	População com pelo menos parte do ensino secundário		Taxa de participação na força de trabalho	
	Valor	Classificação	(mortes por 100.000 nados vivos)	(nascimentos por 1.000 mulheres dos 15 aos 19 anos)	(% do sexo feminino)	(% com 25 anos ou mais)		(% com 15 anos ou mais)	
	2013	2013	2010	2010/2015 ^a	2013	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO									
1 Noruega	0,068	9	7	7,8	39,6	97,4	96,7	61,5	69,5
2 Austrália	0,113	19	7	12,1	29,2	94,3 ^c	94,6 ^c	58,8	71,9
3 Suíça	0,030	2	8	1,9	27,2	95,0	96,6	61,2	75,3
4 Países Baixos	0,057	7	6	6,2	37,8	87,7	90,5	79,9	87,3
5 Estados Unidos	0,262	47	21	31,0	18,2	95,1	94,8	56,8	69,3
6 Alemanha	0,046	3	7	3,8	32,4	96,3	97,0	53,5	66,4
7 Nova Zelândia	0,185	34	15	25,3	32,2	95,0	95,3	62,1	73,9
8 Canadá	0,136	23	12	14,5	28,0	100,0	100,0	61,6	71,2
9 Singapura	0,090	15	3	6,0	24,2	74,1	81,0	59,0	77,5
10 Dinamarca	0,056	5	12	5,1	39,1	95,5 ^d	96,6 ^d	59,1	67,5
11 Irlanda	0,115	20	6	8,2	19,5	80,5	78,6	52,7	67,9
12 Suécia	0,054	4	4	6,5	44,7	86,5	87,3	60,2	68,1
13 Islândia	0,088	14	5	11,5	39,7	91,0	91,6	70,6	77,3
14 Reino Unido	0,193	35	12	25,8	22,6	99,8	99,9	55,7	68,8
15 Hong Kong, China (RAE)	-	-	-	3,3	-	72,2	79,2	51,6	68,0
15 Coreia, República da	0,101	17	16	2,2	15,7	77,0 ^e	89,1 ^e	49,9	72,0
17 Japão	0,138	25	5	5,4	10,8	87,0	85,8	48,1	70,4
18 Listenstaine	-	-	-	-	20,0	-	-	-	-
19 Israel	0,101	17	7	7,8	22,5	84,4	87,3	58,1	69,5
20 França	0,080	12	8	5,7	25,1	78,0	83,2	50,9	61,8
21 Áustria	0,056	5	4	4,1	28,7	100,0	100,0	54,6	67,7
21 Bélgica	0,068	9	8	6,7	38,9	77,5	82,9	46,9	59,4
21 Luxemburgo	0,154	29	20	8,3	21,7	100,0 ^d	100,0 ^d	50,7	64,9
24 Finlândia	0,075	11	5	9,2	42,5	100,0	100,0	56,0	64,3
25 Eslovénia	0,021	1	12	0,6	24,6	95,8	98,0	52,3	63,5
26 Itália	0,067	8	4	4,0	30,6	71,2	80,5	39,4	59,4
27 Espanha	0,100	16	6	10,6	35,2	66,8	73,1	52,6	66,5
28 República Checa	0,087	13	5	4,9	20,6	99,9	99,7	50,1	67,8
29 Grécia	0,146	27	3	11,9	21,0	59,5	67,0	44,2	62,6
30 Brunei Darussalam	-	-	24	23,0	-	66,6 ^e	61,2 ^e	52,9	75,6
31 Qatar	0,524	113	7	9,5	0,1 ^f	66,7	59,0	50,8	95,6
32 Chipre	0,136	23	10	5,5	10,7	72,2	79,6	55,8	70,8
33 Estónia	0,154	29	2	16,8	20,8	100,0 ^d	100,0 ^d	56,0	68,7
34 Arábia Saudita	0,321	56	24	10,2	19,9	60,5	70,3	18,2	75,5
35 Lituânia	0,116	21	8	10,6	24,1	89,1	94,3	55,8	66,3
35 Polónia	0,139	26	5	12,2	21,8	79,4	85,5	48,9	64,8
37 Andorra	-	-	-	-	50,0	49,5	49,3	-	-
37 Eslováquia	0,164	32	6	15,9	18,7	99,1	99,5	51,0	68,7
39 Malta	0,220	41	8	18,2	14,3	68,6	78,2	38,0	66,5
40 Emiratos Árabes Unidos	0,244	43	12	27,6	17,5	73,1	61,3	46,6	91,0
41 Chile	0,355	68	25	55,3	13,9	73,3	76,4	49,0	74,6
41 Portugal	0,116	21	8	12,6	28,7	47,7	48,2	55,4	67,2
43 Hungria	0,247	45	21	12,1	8,8	97,9 ^d	98,7 ^d	44,7	59,9
44 Barain	0,253	46	20	13,8	18,8	74,4 ^e	80,4 ^e	39,4	87,2
44 Cuba	0,350	66	73	43,1	48,9	73,9 ^e	80,4 ^e	43,3	70,1
46 Koweit	0,288	50	14	14,5	6,2	55,6	56,3	43,4	82,8
47 Croácia	0,172	33	17	12,7	23,8	85,0	93,6	44,8	58,5
48 Letónia	0,222	42	34	13,5	23,0	98,9	99,0	54,5	67,1
49 Argentina	0,381	74	77	54,4	37,7	57,0 ^e	54,9 ^e	47,3	75,0
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO									
50 Uruguai	0,364	70	29	58,3	12,3	54,4	50,3	55,5	76,8
51 Bahamas	0,316	53	47	28,5	16,7	91,2 ^e	87,6 ^e	69,3	79,3
51 Montenegro	-	-	8	15,2	17,3	84,2	94,7	-	-
53 Bielorrússia	0,152	28	4	20,6	29,5	87,0	92,2	49,9	62,7
54 Roménia	0,320	54	27	31,0	11,6	86,1	92,0	48,5	64,7
55 Líbia	0,215	40	58	2,5	16,5	55,6 ^e	44,0 ^e	30,0	76,4
56 Omã	0,348	64	32	10,6	9,6	47,2	57,1	28,6	81,8
57 Federação Russa	0,314	52	34	25,7	12,1	89,6	92,5	57,0	71,4
58 Bulgária	0,207	38	11	35,9	24,6	93,0	95,7	47,8	58,8
59 Barbados	0,350	66	51	48,4	21,6	89,5 ^e	87,6 ^e	65,9	76,7
60 Palau	-	-	-	-	10,3	-	-	-	-

Classificação do IDH	Índice de Desigualdade de Género		Taxa de mortalidade materna	Taxa de fertilidade adolescente	Porcentagem de assentos no parlamento ^a	População com pelo menos parte do ensino secundário		Taxa de participação na força de trabalho	
	Valor	Classificação	(mortes por 100.000 nados vivos)	(nascimentos por 1.000 mulheres dos 15 aos 19 anos)	(% do sexo feminino)	(% com 25 anos ou mais)		(% com 15 anos ou mais)	
	2013	2013	2010	2010/2015 ^a	2013	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
61 Antígua e Barbuda	-	-	-	49,3	19,4	-	-	-	-
62 Malásia	0,210	39	29	5,7	13,9	66,0 ^e	72,8 ^e	44,3	75,3
63 Maurícia	0,375	72	60	30,9	18,8	49,4	58,0	43,5	74,3
64 Trindade e Tobago	0,321	56	46	34,8	26,0	59,4	59,2	52,9	75,5
65 Líbano	0,413	80	25	12,0	3,1	38,8	38,9	22,8	70,5
65 Panamá	0,506	107	92	78,5	8,5	63,5 ^e	60,7 ^e	49,0	81,9
67 Venezuela, República Bolivariana da	0,464	96	92	83,2	17,0	56,5	50,8	50,9	79,2
68 Costa Rica	0,344	63	40	60,8	38,6	54,5 ^e	52,8 ^e	46,4	79,0
69 Turquia	0,360	69	20	30,9	14,2	39,0	60,0	29,4	70,8
70 Cazaquistão	0,323	59	51	29,9	18,2	99,3	99,4	67,5	77,5
71 México	0,376	73	50	63,4	36,0	55,7	60,6	45,0	80,0
71 Seicheles	-	-	-	56,3	43,8	66,9	66,6	-	-
73 São Cristóvão e Nevis	-	-	-	-	6,7	-	-	-	-
73 Sri Lanca	0,383	75	35	16,9	5,8	72,7	75,5	35,0	76,4
75 Irão, República Islâmica do	0,510	109	21	31,6	3,1	62,2	67,6	16,4	73,1
76 Azerbaijão	0,340	62	43	40,0	16,0	93,7	97,4	62,5	68,9
77 Jordânia	0,488	101	63	26,5	12,0	69,5	78,5	15,3	66,2
77 Sérvia	-	-	12	16,9	33,2	58,4	73,6	-	-
79 Brasil	0,441	85	56	70,8	9,6	51,9	49,0	59,5	80,9
79 Geórgia	-	-	67	46,8	12,0	-	-	56,2	74,7
79 Granada	-	-	24	35,4	25,0	-	-	-	-
82 Peru	0,387	77	67	50,7	21,5	56,3	66,1	68,0	84,4
83 Ucrânia	0,326	61	32	25,7	9,4	91,5 ^e	96,1 ^e	53,0	66,6
84 Belize	0,435	84	53	71,4	13,3	35,2 ^e	32,8 ^e	49,1	82,3
84 Antiga República Jugoslava da Macedónia	0,162	31	10	18,3	34,1	40,2	55,6	42,9	67,3
86 Bósnia-Herzegovina	0,201	36	8	15,1	19,3	44,8	70,0	34,1	57,2
87 Arménia	0,325	60	30	27,1	10,7	94,1 ^e	94,8 ^e	51,6	73,4
88 Fiji, Ilhas	-	-	26	42,8	-	57,5	58,1	37,5	72,0
89 Tailândia	0,364	70	48	41,0	15,7	35,7	40,8	64,4	80,8
90 Tunísia	0,265	48	56	4,6	26,7	32,8	46,1	25,1	70,6
91 China, República Popular da	0,202	37	37	8,6	23,4	58,7	71,9	63,8	78,1
91 São Vicente e Granadinas	-	-	48	54,5	13,0	-	-	55,7	78,2
93 Argélia	0,425	81	97	10,0	25,8	20,9	27,3	15,0	71,9
93 Domínica	-	-	-	-	12,5	29,7	23,2	-	-
95 Albânia	0,245	44	27	15,3	17,9	81,8	87,9	45,0	65,4
96 Jamaica	0,457	88	110	70,1	15,5	74,0 ^e	71,1 ^e	56,1	71,0
97 Santa Lúcia	-	-	35	56,3	17,2	-	-	62,6	76,0
98 Colômbia	0,460	92	92	68,5	13,6	56,9	55,6	55,7	79,7
98 Equador	0,429	82	110	77,0	38,7	40,1	39,4	54,4	82,6
100 Suriname	0,463	95	130	35,2	11,8	44,6	47,1	40,4	68,8
100 Tonga	0,458	90	110	18,1	3,6	87,5	88,3	53,5	74,8
102 República Dominicana	0,505	105	150	99,6	19,1	55,6	53,1	51,2	78,7
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO									
103 Maldivas	0,283	49	60	4,2	6,5	13,3	16,6	55,9	77,1
103 Mongólia	0,320	54	63	18,7	14,9	85,3 ^e	84,1 ^e	56,1	68,8
103 Turquemenistão	-	-	67	18,0	16,8	-	-	46,7	76,5
106 Samoa	0,517	111	100	28,3	4,1	64,3	60,0	23,4	58,4
107 Palestina, Estado da	-	-	64	45,8	-	31,5	32,2	15,2	66,3
108 Indonésia	0,500	103	220	48,3	18,6	39,9	49,2	51,3	84,4
109 Botsuana	0,486	100	160	44,2	7,9	73,6 ^e	77,3 ^e	71,8	81,5
110 Egito	0,580	130	66	43,0	2,8	43,4 ^e	59,3 ^e	23,6	74,6
111 Paraguai	0,457	88	99	67,0	18,4	36,8	40,8	55,4	84,8
112 Gabão	0,508	108	230	103,0	16,7	53,8 ^e	34,7 ^e	56,0	65,1
113 Bolívia, Estado Plurinacional da	0,472	97	190	71,9	30,1	47,6	59,1	64,1	80,9
114 Moldávia, República da	0,302	51	41	29,3	19,8	93,6	96,6	37,0	43,3
115 El Salvador	0,441	85	81	76,0	26,2	36,8	43,6	47,6	79,0
116 Usbequistão	-	-	28	38,8	19,2	-	-	47,9	75,2
117 Filipinas	0,406	78	99	46,8	26,9	65,9	63,8	51,0	79,7
118 África do Sul	0,461	94	300	50,9	41,1 ^g	72,7	75,9	44,2	60,0
118 Síria, República Árabe da	0,556	125	70	41,6	12,0	29,0	38,9	13,4	72,7
120 Iraque	0,542	120	63	68,7	25,2	22,0 ^e	42,7 ^e	14,7	69,7

TABELA 4: ÍNDICE DE DESIGUALDADE DE GÉNERO (IDG)

Classificação do IDH	Índice de Desigualdade de Género		Taxa de mortalidade materna	Taxa de fertilidade adolescente	Percentagem de assentos no parlamento ^a	População com pelo menos parte do ensino secundário		Taxa de participação na força de trabalho	
	Valor	Classificação	(mortes por 100.000 nados vivos)	(nascimentos por 1.000 mulheres dos 15 aos 19 anos)	(% do sexo feminino)	(% com 25 anos ou mais)		(% com 15 anos ou mais)	
						Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
	2013	2013	2010	2010/2015 ^a	2013	2005–2012 ^b	2005–2012 ^b	2012	2012
121 Guiana	0,524	113	280	88,5	31,3	61,5 ^e	48,8 ^e	42,3	80,9
121 Vietname	0,322	58	59	29,0	24,4	59,4	71,2	72,8	81,9
123 Cabo Verde	-	-	79	70,6	20,8	-	-	51,1	83,5
124 Micronésia, Estados Federados da	-	-	100	18,6	0,1	-	-	-	-
125 Guatemala	0,523	112	120	97,2	13,3	21,9	23,2	49,1	88,2
125 Quirguizistão	0,348	64	71	29,3	23,3	94,5	96,8	55,7	79,0
127 Namíbia	0,450	87	200	54,9	25,0	33,0 ^e	34,0 ^e	75,2	82,2
128 Timor-Leste	-	-	300	52,2	38,5	-	-	24,7	51,1
129 Honduras	0,482	99	100	84,0	19,5	28,0	25,8	42,5	82,9
129 Marrocos	0,460	92	100	35,8	11,0	20,1 ^e	36,3 ^e	43,0	57,4
131 Vanuatu	-	-	110	44,8	0,1	-	-	61,5	80,3
132 Nicarágua	0,458	90	95	100,8	40,2	30,8 ^e	44,7 ^e	47,0	80,1
133 Quiribati	-	-	-	16,6	8,7	-	-	-	-
133 Tajiquistão	0,383	75	65	42,8	17,5	89,9	95,0	58,7	76,9
135 Índia	0,563	127	200	32,8	10,9	26,6 ^e	50,4 ^e	28,8	80,9
136 Butão	0,495	102	180	40,9	6,9	34,0	34,5	66,4	76,9
136 Camboja	0,505	105	250	44,3	18,1 ^h	9,9	22,2	78,9	86,5
138 Gana	0,549	123	350	58,4	10,9	45,2	64,7	67,2	71,2
139 Laos, República Democrática Popular do	0,534	118	470	65,0	25,0	22,9 ^e	36,8 ^e	76,3	78,9
140 Congo	0,617	135	560	126,7	9,6	43,8 ^e	48,7 ^e	68,4	72,9
141 Zâmbia	0,617	135	440	125,4	11,5	25,7 ^e	44,2 ^e	73,2	85,7
142 Bangladeche	0,529	115	240	80,6	19,7	30,8 ^e	39,3 ^e	57,3	84,1
142 São Tomé e Príncipe	-	-	70	65,1	18,2	-	-	44,9	77,5
144 Guiné Equatorial	-	-	240	112,6	18,8	-	-	80,6	92,3
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO									
145 Nepal	0,479	98	170	73,7	33,2	17,9 ^e	39,9 ^e	54,3	63,2
146 Paquistão	0,563	127	260	27,3	19,7	19,3	46,1	24,4	82,9
147 Quênia	0,548	122	360	93,6	19,9	25,3	31,4	62,0	72,2
148 Suazilândia	0,529	115	320	72,0	21,9	49,9 ^e	46,1 ^e	43,8	71,3
149 Angola	-	-	450	170,2	34,1	-	-	63,1	76,9
150 Mianmar	0,430	83	200	12,1	4,6	18,0 ^e	17,6 ^e	85,7	82,9
151 Ruanda	0,410	79	340	33,6	51,9	7,4 ^e	8,0 ^e	86,5	85,5
152 Camarões	0,622	138	690	115,8	16,1	21,1 ^e	34,9 ^e	63,6	76,7
152 Nigéria	-	-	630	119,6	6,6	-	-	48,1	63,5
154 Iémen	0,733	152	200	47,0	0,7	7,6 ^e	24,4 ^e	25,2	71,8
155 Madagáscar	-	-	240	122,8	15,8	-	-	86,8	90,6
156 Zimbabué	0,516	110	570	60,3	35,1	48,8	62,0	83,2	89,7
157 Papuásia - Nova Guiné	0,617	135	230	62,1	2,7	6,8 ^e	14,1 ^e	70,5	74,0
157 Ilhas Salomão	-	-	93	64,9	2,0	-	-	53,4	79,1
159 Comores	-	-	280	51,1	3,0	-	-	35,0	80,2
159 Tanzânia, República Unida da	0,553	124	460	122,7	36,0	5,6 ^e	9,2 ^e	88,1	90,2
161 Mauritânia	0,644	142	510	73,3	19,2	8,0 ^e	20,8 ^e	28,6	79,0
162 Lesoto	0,557	126	620	89,4	26,8	21,9	19,8	58,8	73,3
163 Senegal	0,537	119	370	94,4	42,7	7,2	15,4	65,9	88,0
164 Uganda	0,529	115	310	126,6	35,0	22,9	33,5	75,9	79,3
165 Benim	0,614	134	350	90,2	8,4	11,2 ^e	25,6 ^e	67,5	78,3
166 Sudão	0,628	140	730	84,0	24,1	12,8 ^e	18,2 ^e	31,2	76,0
166 Togo	0,579	129	300	91,5	15,4	15,3 ^e	45,1 ^e	80,7	81,2
168 Haiti	0,599	132	350	42,0	3,5	22,5 ^e	36,3 ^e	60,6	70,8
169 Afeganistão	0,705	150	460	86,8	27,6	5,8 ^e	34,0 ^e	15,7	79,7
170 Djibouti	-	-	200	18,6	12,7	-	-	36,1	67,3
171 Costa do Marfim	0,645	143	400	130,3	10,4	13,7 ^e	29,9 ^e	52,2	81,5
172 Gâmbia	0,624	139	360	115,8	7,5	16,9 ^e	31,4 ^e	72,2	83,0
173 Etiópia	0,547	120	350	78,4	25,5	7,8	18,2	78,2	89,4
174 Malawi	0,591	131	460	144,8	22,3	10,4	20,4	84,7	81,3
175 Libéria	0,655	145	770	117,4	11,7	15,7 ^e	39,2 ^e	58,2	64,7
176 Mali	0,673	148	540	175,6	10,2	7,7	15,1	50,6	81,4
177 Guiné-Bissau	-	-	790	99,3	14,0	-	-	68,1	78,5
178 Moçambique	0,657	146	490	137,8	39,2	1,5 ^e	6,0 ^e	26,3	75,8
179 Guiné	-	-	610	131,0	-	-	-	65,5	78,3
180 Burundi	0,501	104	800	30,3	34,9	5,2 ^e	9,3 ^e	83,2	81,8
181 Burquina Faso	0,607	133	300	115,4	15,7	0,9	3,2	77,1	90,1

Classificação do IDH	Índice de Desigualdade de Género		Taxa de mortalidade materna	Taxa de fertilidade adolescente	Porcentagem de assentos no parlamento ^a	População com pelo menos parte do ensino secundário		Taxa de participação na força de trabalho	
	Valor	Classificação	(mortes por 100.000 nados vivos)	(nascimentos por 1.000 mulheres dos 15 aos 19 anos)	(% do sexo feminino)	(% com 25 anos ou mais)		(% com 15 anos ou mais)	
	2013	2013	2010	2010/2015 ^a	2013	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
182 Eritreia	-	-	240	65,3	22,0	-	-	79,9	89,8
183 Serra Leoa	0,643	141	890	100,7	12,4	9,5 ^e	20,4 ^e	65,7	68,9
184 Chade	0,707	151	1,100	152,0	14,9	1,7	9,9	64,0	79,2
185 Centro-Africana, República	0,654	144	890	98,3	12,5 ⁱ	10,3 ^e	26,2 ^e	72,5	85,1
186 Congo, República Democrática do	0,669	147	540	135,3	8,3	10,7 ^e	36,2 ^e	70,7	73,2
187 Níger	0,674	149	590	204,8	13,3	44,5	49,5	39,9	89,8
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS									
Coreia, República Popular Democrática da	-	-	81	0,6	15,6	-	-	72,3	84,2
Marshall, Ilhas	-	-	-	-	3,0	-	-	-	-
Mónaco	-	-	-	-	20,8	-	-	-	-
Nauru	-	-	-	-	5,3	-	-	-	-
São Marino	-	-	-	-	18,3	-	-	-	-
Somália	-	-	1,000	110,4	13,8	-	-	37,2	75,6
Sudão do Sul	-	-	-	75,3	24,3	-	-	-	-
Tuvalu	-	-	-	-	6,7	-	-	-	-
Agrupamentos por IDH									
Desenvolvimento humano muito elevado	0,197	—	16	19,2	26,7	86,1	87,7	52,3	69,0
Desenvolvimento humano elevado	0,315	—	42	28,8	18,8	60,2	69,1	57,1	77,1
Desenvolvimento humano médio	0,513	—	186	43,4	17,5	34,2	51,4	38,7	80,0
Desenvolvimento humano baixo	0,587	—	427	92,3	20,0	14,9	29,6	55,7	78,4
Regiões									
Estados Árabes	0,546	—	164	45,4	13,8	32,9	46,4	24,7	73,2
Ásia Oriental e Pacífico	0,331	—	72	21,2	18,7	54,6	66,4	62,8	79,3
Europa e Ásia Central	0,317	—	31	30,8	18,2	70,4	80,6	45,5	70,2
América Latina e Caraíbas	0,416	—	74	68,3	25,3	53,3	53,9	53,7	79,8
Ásia do Sul	0,539	—	202	38,7	17,8	28,4	49,9	30,7	80,7
África Subsaariana	0,578	—	474	109,7	21,7	22,9	32,9	63,6	76,3
Países menos desenvolvidos	0,570	—	389	97,0	20,3	16,5	27,2	64,0	81,6
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	0,478	—	195	61,5	23,0	50,4	55,2	52,8	73,3
Mundo	0,451	—	145	47,4	21,1	54,2	64,2	50,6	76,7

NOTAS

- a** Os dados correspondem à média anual dos valores previstos para 2010-2015.
- b** Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.
- c** Referentes à população com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos.
- d** Referentes à população com idades compreendidas entre os 25 e os 74 anos.
- e** Estimativa de Barro e Lee (2013) para 2010 com base em dados do Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
- f** Para calcular o Índice de Desigualdade de Género, foi usado um valor de 0,1%.
- g** Não incluídas as 36 delegadas especiais, em regime rotativo, nomeadas numa base ad hoc.
- h** Referentes a 2012.

- i** Os dados referem-se ao ano anterior ao especificado.

DEFINIÇÕES

Índice de Desigualdade de Género: Uma medida composta que reflete a desigualdade de realização entre mulheres e homens em três dimensões: saúde reprodutiva, capacitação e mercado de trabalho. Para mais pormenores sobre o cálculo do Índice de Desigualdade de Género, ver Nota técnica 3 em <http://hdr.undp.org>.

Taxa de mortalidade materna: Número de mortes maternas expresso por 100.000 nados vivos.

Taxa de partos na adolescência: Número de partos de mulheres com idades compreendidos entre os 15 e os 19 anos por 1.000 mulheres da mesma faixa etária.

Porcentagem de assentos no parlamento:

Proporção de assentos detidos por mulheres no parlamento nacional, expressa como percentagem dos assentos totais. Nos países com sistemas legislativos de duas câmaras, a percentagem de lugares no parlamento nacional é calculada com base nas duas câmaras.

População com pelo menos uma parte do ensino secundário:

Proporção da população em idade ativa a partir dos 25 anos que atingiu (mas não completou necessariamente) um nível secundário de ensino.

Taxa de participação na força de trabalho:

Proporção da população em idade ativa de um país (com pelo menos 15 anos de idade) que se envolve no mercado de trabalho, seja a trabalhar ou a procurar ativamente trabalho, expressa em percentagem da população em idade ativa.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Coluna 1: Cálculos do GRDH baseados em dados do Grupo das Nações Unidas para o Cálculo das Estimativas da Mortalidade Materna (2013), do UNDESA (2013a), da UIP (2013), de Barro e Lee (2013), do Instituto de Estatística da UNESCO (2013b) e da OIT (2013a).

Coluna 2: Cálculos baseados nos dados da coluna 1.

Coluna 3: Grupo das Nações Unidas para o Cálculo das Estimativas da Mortalidade Materna (2013).

Coluna 4: UNDESA (2013a).

Coluna 5: UIP (2013).

Colunas 6 e 7: Instituto de Estatística da UNESCO (2013b).

Colunas 8 e 9: OIT (2013a).

Índice de desenvolvimento humano por género (IDHG)

Classificação do IDH	Índice de desenvolvimento humano por género		Índice de desenvolvimento humano (IDH)		Esperança de vida à nascença		Média de anos de escolaridade		Anos de escolaridade esperados		RNB estimado per capita ^a	
	Rácio feminino/masculino do IDH	Classificação ^b	Valor		(anos)		(anos)		(anos)		(PPC em US\$ de 2011)	
			Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
	2013	2013	2013	2013	2013	2013	2002–2012 ^c	2002–2012 ^c	2000–2012 ^c	2000–2012 ^c	2013	2013
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO												
1 Noruega	0,997	5	0,940	0,943	83,6	79,4	12,7	12,6	18,2	16,9	56.994	70.807
2 Austrália	0,975	40	0,920	0,944	84,8	80,3	12,5	13,1	20,3	19,4	35.551	47.553
3 Suíça	0,953	76	0,895	0,939	84,9	80,2	11,5	13,1	15,6	15,8	42.561	65.278
4 Países Baixos	0,968	51	0,899	0,929	82,9	79,1	11,6	12,2	18,0	17,8	34.497	50.432
5 Estados Unidos	0,995	7	0,911	0,915	81,3	76,5	13,0	12,9	17,4	15,7	41.792	63.163
6 Alemanha	0,962	61	0,892	0,928	83,1	78,3	12,6	13,3	16,2	16,4	33.028	53.445
7 Nova Zelândia	0,971	47	0,896	0,923	83,0	79,2	12,5	12,6	20,2	18,5	26.695	38.656
8 Canadá	0,986	24	0,893	0,906	83,6	79,3	12,3	12,2	16,2	15,4	34.612	49.272
9 Singapura	0,967	52	0,878	0,908	84,7	79,8	9,7 ^d	10,7 ^d	15,5 ^e	15,3 ^e	50.001	95.329 ^f
10 Dinamarca	0,989	17	0,895	0,906	81,5	77,3	11,9	12,3	17,6	16,3	37.106	48.742
11 Irlanda	0,965	56	0,881	0,913	82,9	78,6	11,7	11,5	18,5	18,7	23.872	43.092
12 Suécia	1,004	6	0,898	0,894	83,9	79,7	11,8 ^d	11,4 ^d	16,6	15,1	38.071	48.365
13 Islândia	0,982	30	0,883	0,899	83,9	80,3	10,8	10,0	19,9	17,6	27.612	42.520
14 Reino Unido	0,993	13	0,887	0,894	82,5	78,6	12,8	11,8	16,7	15,8	27.589	42.632
15 Hong Kong, China (RAE)	0,969	49	0,874	0,902	86,4	80,4	9,8	10,3	15,3	15,4	40.051	66.417
15 Coreia, República da	0,940	85	0,860	0,915	84,8	78,1	11,1	12,5	16,1	17,8	21.795	38.990
17 Japão	0,951	79	0,863	0,907	87,0	80,1	11,2	11,8	15,1	15,4	22.384	51.906
18 Listenstaine	-	-	-	-	-	-	-	-	13,8	16,4	-	-
19 Israel	0,984	29	0,879	0,893	83,6	79,9	12,6	12,5	16,1	15,2	24.636	35.402
20 França	0,989	17	0,878	0,888	85,2	78,3	10,9	11,4	16,3	15,6	29.580	44.139
21 Áustria	0,935	91	0,834	0,892	83,6	78,5	8,9	10,6	15,9	15,3	25.170	61.543
21 Bélgica	0,977	38	0,866	0,887	83,1	78,0	10,5 ^d	10,7 ^d	16,5	16,0	30.213	49.077
21 Luxemburgo	0,961	66	0,861	0,896	83,0	78,0	10,9	11,7	14,0	13,8	41.351	76.196 ^f
24 Finlândia	1,006	8	0,881	0,876	83,7	77,4	10,3	10,2	17,6	16,4	32.123	42.795
25 Eslovénia	1,006	8	0,876	0,871	82,8	76,4	11,8	12,0	17,9	15,8	21.762	31.916
26 Itália	0,962	61	0,852	0,886	85,0	79,6	9,7	10,6	16,8	15,8	22.303	43.640
27 Espanha	0,985	25	0,861	0,874	85,3	78,9	9,5	9,7	17,5	16,8	23.487	37.804
28 República Checa	0,969	49	0,844	0,871	80,7	74,6	12,1	12,5	16,9	15,9	16.233	33.098
29 Grécia	0,959	69	0,833	0,868	83,1	78,4	9,9	10,4	16,6	16,4	17.791	31.707
30 Brunei Darussalam	0,981	31	0,839	0,856	80,5	76,7	8,6	8,8	14,9	14,2	52.831	88.468
31 Qatar	0,979	32	0,838	0,856	79,5	77,8	10,1	8,7	14,0	13,9	45.863	141.468 ^f
32 Chipre	0,940	85	0,817	0,869	81,8	77,9	10,7	12,6	14,0	13,9	19.787	33.461
33 Estónia	1,042	70	0,856	0,821	79,6	69,1	12,3	11,7	17,5	15,5	19.410	27.985
34 Arábia Saudita	0,897	112	0,773	0,861	77,6	73,9	8,0	9,2	15,9	15,4	16.197	78.689
35 Lituânia	1,036	58	0,848	0,818	78,2	66,0	12,3	12,4	17,3	16,0	19.588	28.607
35 Polónia	1,010	14	0,837	0,828	80,5	72,3	11,9	11,7	16,3	14,7	16.462	26.871
37 Andorra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
37 Eslováquia	1,000	1	0,829	0,829	79,2	71,5	11,6 ^g	11,5 ^g	15,6	14,5	19.450	31.554
39 Malta	0,954	75	0,807	0,846	82,0	77,5	9,5	10,3	14,7	14,3	18.832	35.217
40 Emiratos Árabes Unidos	0,958	70	0,800	0,835	78,2	76,1	10,2	8,7	13,9 ^g	12,9 ^g	23.903	72.659
41 Chile	0,962	61	0,803	0,835	82,7	77,1	9,6	9,9	15,3	15,0	14.339	27.410
41 Portugal	0,970	48	0,808	0,833	82,9	76,9	8,0	8,5	16,5	16,1	17.846	30.817
43 Hungria	0,998	4	0,816	0,818	78,6	70,5	11,2 ^d	11,4 ^d	15,7	15,1	17.233	25.663
44 Barain	0,961	66	0,798	0,831	77,5	75,9	9,1	9,6	15,1 ^h	13,7 ^h	24.531	36.660
44 Cuba	0,962	61	0,796	0,827	81,3	77,3	10,1 ^g	10,3 ^g	15,1	13,9	13.302	26.319
46 Koweit	0,987	22	0,801	0,812	75,5	73,5	7,9	6,8	15,2	14,2	43.134	114.532 ^f
47 Croácia	0,987	22	0,807	0,818	80,4	73,7	10,5	11,6	15,2	13,9	15.777	22.509
48 Letónia	1,033	52	0,823	0,797	77,5	66,7	11,5 ^d	11,5 ^d	16,3	14,8	18.624	26.415
49 Argentina	1,001	2	0,806	0,805	79,9	72,6	10,0	9,6	17,5	15,4	11.975	22.849
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO												
50 Uruguai	1,015	25	0,793	0,781	80,6	73,7	8,7	8,2	16,6	14,4	13.789	22.730
51 Bahamas	-	-	-	-	78,2	72,1	11,1	11,1	-	-	17.934	25.047
51 Montenegro	-	-	-	-	77,2	72,5	9,9 ⁱ	11,2 ⁱ	15,5	14,8	-	-
53 Bielorrússia	1,021	32	0,793	0,777	75,8	64,2	11,4 ⁱ	11,7 ⁱ	16,3	15,2	12.655	20.730
54 Roménia	0,973	43	0,771	0,793	77,5	70,3	10,4	11,0	14,5	13,7	12.005	23.148
55 Líbia	0,931	93	0,749	0,805	77,3	73,5	7,5	7,5	16,4	15,9	10.649	32.678
56 Omã	-	-	-	-	79,0	74,8	-	-	13,9	13,4	17.346	56.424
57 Federação Russa	1,038	61	0,792	0,763	74,4	61,8	11,7	11,8	14,5	13,5	18.228	27.741
58 Bulgária	0,994	8	0,775	0,779	77,3	70,0	10,6 ^d	10,5 ^d	14,5	14,1	12.539	18.430
59 Barbados	1,021	32	0,784	0,767	77,8	73,0	9,5	9,2	17,2	13,8	11.165	16.054
60 Palau	-	-	-	-	-	-	12,2	12,6	14,6	12,9	-	-

Classificação do IDH	Índice de desenvolvimento humano por gênero		Índice de desenvolvimento humano (IDH)		Esperança de vida à nascença		Média de anos de escolaridade		Anos de escolaridade esperados		RNB estimado per capita ^a	
	Rácio feminino/masculino do IDH	Classificação ^b	Valor		(anos)		(anos)		(anos)		(PPC em US\$ de 2011)	
	2013	2013	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
61 Antígua e Barbuda	-	-	-	-	78,3	73,5	-	-	13,7	13,8	-	-
62 Malásia	0,935	91	0,743	0,794	77,4	72,7	9,2	9,9	12,7	12,7	13.187	30.984
63 Maurícia	0,957	72	0,750	0,784	77,1	70,3	8,0	9,1	15,9	15,2	10.980	22.726
64 Trindade e Tobago	0,994	8	0,763	0,767	73,6	66,4	10,9	10,6	12,5	12,1	19.079	31.713
65 Líbano	0,900	110	0,715	0,794	82,3	78,1	7,6 ⁱ	8,2 ⁱ	13,0	13,3	7.199	25.038
65 Panamá	0,978	36	0,753	0,770	80,5	74,8	9,6 ^g	9,2 ^g	12,9	11,9	10.798	21.850
67 Venezuela, República Bolivariana da	0,999	2	0,759	0,760	77,7	71,7	8,7	8,4	15,3	13,1	11.924	22.180
68 Costa Rica	0,973	43	0,751	0,772	82,2	77,8	8,4	8,3	13,9	13,2	9.719	16.204
69 Turquia	0,884	118	0,704	0,796	78,7	71,8	6,4	8,7	13,8	15,0	8.813	28.318
70 Cazaquistão	1,015	25	0,762	0,751	72,3	61,0	10,2 ^g	10,5 ^g	15,4	14,7	14.369	24.902
71 México	0,940	85	0,728	0,775	79,8	75,1	8,1	8,8	12,9	12,6	10.060	22.020
71 Seicheles	-	-	-	-	78,1	69,0	9,4 ⁱ	9,4 ⁱ	12,1	11,1	-	-
73 São Cristóvão e Nevis	-	-	-	-	-	-	-	-	13,4	12,4	-	-
73 Sri Lanca	0,961	66	0,720	0,749	77,4	71,2	10,7 ^g	9,4 ^g	13,9	13,4	5.078	13.616
75 Irão, República Islâmica do	0,847	128	0,672	0,793	76,1	72,2	7,1	8,6	15,0	15,3	4.159	22.631
76 Azerbaijão	0,952	77	0,723	0,759	73,9	67,6	10,5 ⁱ	11,2 ⁱ	11,6	11,9	10.968	20.541
77 Jordânia	0,842	130	0,658	0,781	75,6	72,3	9,4	10,4	13,5	13,1	2.875	19.459
77 Sérvia	-	-	-	-	76,9	71,3	9,2 ^g	9,9 ^g	14,1	13,2	-	-
79 Brasil	-	-	-	-	77,6	70,4	7,3 ^g	7,2 ^g	-	-	10.851	17.813
79 Geórgia	0,941	84	0,713	0,758	77,8	70,5	11,9 ⁱ	12,4 ⁱ	12,8	12,8	4.231	9.871
79 Granada	-	-	-	-	75,3	70,3	-	-	16,3	15,3	-	-
82 Peru	0,957	72	0,720	0,753	77,6	72,2	8,5	9,6	13,2	13,1	8.942	13.607
83 Ucrânia	1,012	21	0,738	0,729	74,4	62,8	11,2	11,4	15,3	14,9	6.450	10.279
84 Belize	0,963	60	0,714	0,742	77,1	70,9	9,2 ^g	9,3 ^g	14,1	13,3	6.163	12.571
84 Antiga República Jugoslava da Macedónia	0,944	83	0,708	0,750	77,5	72,9	7,9 ^j	8,5 ^j	13,4	13,2	7.913	15.563
86 Bósnia-Herzegovina	-	-	-	-	78,9	73,8	7,2 ⁱ	9,5 ⁱ	-	-	6.381	12.628
87 Arménia	0,994	8	0,725	0,729	78,0	71,3	10,8 ^g	10,8 ^g	13,6	11,2	5.486	10.282
88 Fiji, Ilhas	0,937	89	0,679	0,725	73,0	67,0	9,8	10,0	14,1	13,7	4.100	10.214
89 Tailândia	0,990	14	0,718	0,725	77,8	71,1	7,0	7,7	13,4	12,7	11.728	15.069
90 Tunísia	0,891	116	0,669	0,751	78,3	73,6	5,5	7,5	15,0	14,0	4.751	16.226
91 China, República Popular da	0,939	88	0,696	0,740	76,7	74,1	6,9	8,2	13,0	12,8	9.288	13.512
91 São Vicente e Granadinas	-	-	-	-	74,7	70,4	-	-	13,4	13,1	7.541	13.085
93 Argélia	0,843	129	0,629	0,746	72,7	69,4	5,9	7,8	14,2	13,8	3.695	21.219
93 Domínica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
95 Albânia	0,957	72	0,694	0,725	80,6	74,6	9,1	9,5	10,3	10,3	6.704	11.734
96 Jamaica	0,989	17	0,703	0,711	76,1	71,0	9,8	9,2	12,4	11,5	6.406	9.990
97 Santa Lúcia	-	-	-	-	77,5	72,2	-	-	12,5	11,8	7.597	10.966
98 Colômbia	0,972	46	0,697	0,718	77,7	70,4	7,0	7,1	13,5	12,9	7.698	15.485
98 Equador	-	-	-	-	79,4	73,7	7,4	7,8 ^g	-	-	7.045	12.951
100 Suriname	0,974	41	0,693	0,711	74,3	67,9	7,3	8,0	12,9	11,2	9.874	20.329
100 Tonga	0,966	54	0,682	0,706	75,7	69,8	9,2 ^d	9,5 ^d	14,0	13,4	3.983	6.642
102 República Dominicana	-	-	-	-	76,7	70,4	7,7	7,2	-	-	7.514	14.172
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO												
103 Maldivas	0,936	90	0,673	0,718	79,0	76,9	5,4 ^d	6,2 ^d	12,8	12,5	7.504	12.608
103 Mongólia	1,021	32	0,705	0,691	71,6	63,7	8,5	8,2	15,6	14,4	7.299	9.654
103 Turquemenistão	-	-	-	-	69,8	61,4	-	-	-	-	7.714	15.479
106 Samoa	0,948	81	0,670	0,707	76,5	70,2	10,3	10,3	13,3 ^k	12,5 ^k	2.868	6.436
107 Palestina, Estado da	0,974	41	0,612	0,628	75,0	71,5	8,4 ⁱ	9,3 ⁱ	14,0	12,5	1.651	8.580
108 Indonésia	0,923	98	0,654	0,709	72,9	68,8	6,9	8,1	12,8	12,7	5.873	12.030
109 Botsuana	0,964	58	0,669	0,694	66,8	62,1	8,7	9,0	11,7	11,6	11.491	18.054
110 Egito	0,855	125	0,617	0,722	73,6	68,8	5,3	7,5	12,7	13,3	4.225	16.522
111 Paraguai	0,966	54	0,664	0,687	74,6	70,1	7,5	7,9	12,2	11,7	5.984	9.150
112 Gabão	-	-	-	-	64,5	62,4	8,4	6,4	-	-	14.003	19.919
113 Bolívia, Estado Plurinacional da	0,931	93	0,642	0,690	69,5	65,1	8,4 ^g	10,0 ^g	12,9	13,4	4.406	6.701
114 Moldávia, República da	0,990	14	0,659	0,666	72,8	65,0	9,6 ^g	10,0 ^g	12,1	11,6	4.196	5.979
115 El Salvador	0,965	56	0,648	0,672	77,1	67,8	6,1	6,9	12,0	12,3	5.383	9.302
116 Usbequistão	0,945	82	0,637	0,674	71,7	65,0	9,5 ⁱ	9,9 ⁱ	11,3	11,7	3.579	6.893
117 Filipinas	0,989	17	0,652	0,659	72,2	65,4	8,8 ^d	8,5 ^d	11,5	11,1	4.987	7.771
118 África do Sul	-	-	-	-	58,8	54,7	9,8	10,1	-	-	8.539	15.233
118 Síria, República Árabe da	0,851	127	0,588	0,691	77,8	71,8	6,1	7,1	12,0	12,1	1.922	9.478
120 Iraque	0,802	137	0,556	0,693	73,2	65,9	4,4	6,7	8,7	11,4	4.246	23.555

TABELA 5: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO POR GÊNERO (IDHG)

Classificação do IDH	Índice de desenvolvimento humano por gênero		Índice de desenvolvimento humano (IDH)		Esperança de vida à nascença		Média de anos de escolaridade		Anos de escolaridade esperados		RNB estimado per capita ^a	
	Rácio feminino/masculino do IDH	Classificação ^b	Valor		(anos)		(anos)		(anos)		(PPC em US\$ de 2011)	
			Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
	2013	2013	2013	2013	2013	2013	2002–2012 ^c	2002–2012 ^c	2000–2012 ^c	2000–2012 ^c	2013	2013
121 Guiana	0,985	25	0,629	0,638	68,9	63,6	9,0 ^g	8,1 ^g	11,7	9,9	3.993	8.613
121 Vietname	-	-	-	-	80,5	71,3	5,2	5,7	-	-	4.147	5.655
123 Cabo Verde	-	-	-	-	78,8	71,1	-	-	13,6	12,9	4.266	8.480
124 Micronésia, Estados Federados da	-	-	-	-	69,9	68,0	5,6	9,2	-	-	-	-
125 Guatemala	0,910	104	0,596	0,655	75,6	68,5	5,0	6,4	10,3	11,1	4.456	9.397
125 Quirguizistão	0,976	39	0,618	0,633	71,9	63,4	9,3 ^g	9,3 ^g	12,7	12,3	2.228	3.837
127 Namíbia	0,978	36	0,616	0,631	67,1	61,7	6,3	6,1	11,4	11,3	7.288	11.196
128 Timor-Leste	0,875	122	0,574	0,656	69,1	66,0	3,6 ^l	5,3 ^l	11,3	12,0	5.634	13.582
129 Honduras	0,929	95	0,590	0,634	76,2	71,5	5,3	5,7	12,1	11,2	2.474	5.800
129 Marrocos	0,828	132	0,545	0,658	72,7	69,1	3,2	5,6	10,6	11,6	3.215	10.692
131 Vanuatu	0,900	110	0,581	0,646	73,8	69,7	8,0	10,0	10,2	10,9	2.022	3.264
132 Nicarágua	0,912	102	0,583	0,639	77,9	71,8	4,8	6,7	10,8	10,3	2.821	5.743
133 Quiribati	-	-	-	-	71,8	66,1	-	-	12,7	11,9	-	-
133 Tajiquistão	0,952	77	0,591	0,621	70,8	64,1	10,0 ^g	9,7 ^g	10,4	12,0	1.939	2.906
135 Índia	0,828	132	0,519	0,627	68,3	64,7	3,2	5,6	11,3	11,8	2.277	7.833
136 Butão	-	-	-	-	68,7	68,0	-	-	12,5	12,3	5.419	7.942
136 Camboja	0,909	105	0,533	0,587	74,5	69,1	3,2 ^g	5,0 ^g	10,3	11,5	2.410	3.220
138 Gana	0,884	118	0,537	0,607	62,1	60,2	5,9	8,1	10,9	12,1	2.937	4.138
139 Laos, República Democrática Popular do	0,897	112	0,537	0,599	69,7	66,9	3,8	5,4	9,5	10,8	3.806	4.902
140 Congo	0,928	96	0,543	0,585	60,2	57,4	5,5	6,7	10,9	11,3	4.222	5.597
141 Zâmbia	0,913	101	0,534	0,585	60,0	56,3	5,8	7,2	13,0	13,9	2.344	3.455
142 Bangladeche	0,908	107	0,528	0,582	71,5	69,9	4,6	5,6	10,3	9,7	1.928	3.480
142 São Tomé e Príncipe	0,894	115	0,524	0,586	68,3	64,3	4,0 ^l	5,5 ^l	11,4	11,2	2.001	4.248
144 Guiné Equatorial	-	-	-	-	54,6	51,7	-	-	6,9	10,0	17.769	25.977
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO												
145 Nepal	0,912	102	0,514	0,564	69,6	67,3	2,4	4,2	12,5	12,2	1.857	2.554
146 Paquistão	0,750	145	0,447	0,596	67,5	65,7	3,3	6,1	6,9	8,4	1.707	7.439
147 Quênia	0,908	107	0,508	0,560	63,6	59,8	5,4 ^g	7,1 ^g	10,7	11,3	1.763	2.554
148 Suazilândia	0,877	121	0,493	0,562	48,3	49,6	7,4	6,8	10,9	11,8	3.738	7.384
149 Angola	-	-	-	-	53,4	50,4	-	-	8,7	14,0	5.080	7.587
150 Mianmar	-	-	-	-	67,2	63,1	4,1	3,8	-	-	3.362	4.673
151 Ruanda	0,950	80	0,463	0,487	65,7	62,4	3,1	3,6	10,3	10,2	1.263	1.550
152 Camarões	0,872	123	0,468	0,537	56,2	53,9	5,1	6,7	9,5	11,2	2.062	3.052
152 Nigéria	0,839	131	0,458	0,546	52,8	52,2	4,2 ^l	6,3 ^l	8,2	9,8	4.068	6.594
154 Iémen	0,738	146	0,415	0,562	64,5	61,8	1,2	3,8	7,7	10,6	1.775	6.080
155 Madagáscar	0,917	99	0,476	0,519	66,2	63,2	4,8 ^k	5,6 ^k	10,2	10,5	1.102	1.566
156 Zimbabué	0,909	105	0,468	0,515	60,8	58,8	6,7 ^g	7,8 ^g	9,1	9,5	1.124	1.496
157 Papuásia - Nova Guiné	-	-	-	-	64,6	60,4	3,2	8,4	-	-	2.140	2.754
157 Ilhas Salomão	-	-	-	-	69,2	66,3	-	-	8,8	9,7	940	1.816
159 Comores	-	-	-	-	62,3	59,5	-	-	12,3	13,2	798	2.201
159 Tanzânia, República Unida da	0,916	100	0,466	0,509	62,9	60,2	4,5	5,8	9,0	9,3	1.501	1.903
161 Maurítânia	0,801	138	0,425	0,530	63,1	60,0	2,6	4,9	8,1	8,3	1.362	4.592
162 Lesoto	0,973	43	0,474	0,488	49,5	49,2	6,8 ^d	4,6 ^d	11,6	10,6	2.217	3.395
163 Senegal	0,864	124	0,449	0,520	64,9	61,9	3,4 ^g	5,6 ^g	7,8	8,1	1.642	2.717
164 Uganda	0,896	114	0,456	0,509	60,4	58,0	4,3	6,4	10,6	10,9	1.167	1.502
165 Benim	0,822	134	0,428	0,520	60,7	57,9	2,0	4,4	9,4	12,7	1.455	1.999
166 Sudão	-	-	-	-	63,9	60,3	2,5	3,8	-	-	1.692	5.153
166 Togo	0,803	136	0,401	0,499	57,4	55,6	3,3	6,7	8,5	11,9	998	1.263
168 Haiti	-	-	-	-	65,0	61,2	3,2	6,7	-	-	1.349	1.930
169 Afeganistão	0,602	148	0,330	0,549	62,2	59,7	1,2	5,1	7,2	11,3	503	3.265
170 Djibouti	-	-	-	-	63,4	60,2	-	-	5,9	6,9	1.907	4.300
171 Costa do Marfim	-	-	-	-	51,6	50,0	3,1	5,4	-	-	1.866	3.648
172 Gâmbia	-	-	-	-	60,2	57,5	2,0	3,6	-	-	1.309	1.811
173 Etiópia	0,853	126	0,401	0,470	65,3	62,0	1,4 ^l	3,6 ^l	8,0	9,0	1.090	1.515
174 Malawi	0,891	116	0,389	0,437	55,4	55,1	3,4 ^g	5,1 ^g	10,8	10,7	652	777
175 Libéria	0,786	140	0,379	0,482	61,5	59,6	2,3	5,6	8,9	12,4	634	868
176 Mali	0,771	143	0,350	0,455	54,9	55,1	1,4 ^d	2,6 ^d	7,6	9,6	914	2.076
177 Guiné-Bissau	-	-	-	-	55,8	52,8	1,4 ^j	3,4 ^j	-	-	907	1.275
178 Moçambique	0,879	120	0,343	0,391	51,0	49,3	0,8 ^l	1,7 ^l	8,9	10,1	939	1.086
179 Guiné	0,785	141	0,344	0,439	56,9	55,3	0,8 ^l	2,6 ^l	7,4	10,1	913	1.370

Classificação do IDH	Índice de desenvolvimento humano por gênero		Índice de desenvolvimento humano (IDH)		Esperança de vida à nascença		Média de anos de escolaridade		Anos de escolaridade esperados		RNB estimado per capita ^a	
	Rácio feminino/masculino do IDH	Classificação ^b	Valor		(anos)		(anos)		(anos)		(PPC em US\$ de 2011)	
			Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
	2013	2013	2013	2013	2013	2013	2002–2012 ^c	2002–2012 ^c	2000–2012 ^c	2000–2012 ^c	2013	2013
180 Burundi	0,904	109	0,370	0,410	56,1	52,2	2,2	3,3	9,6	10,7	685	815
181 Burquina Faso	0,924	97	0,376	0,407	56,9	55,7	1,9 ⁱ	1,1 ^j	7,0	8,0	1.335	1.871
182 Eritreia	-	-	-	-	65,2	60,5	-	-	3,7	4,6	986	1.309
183 Serra Leoa	0,799	139	0,329	0,412	45,8	45,3	2,0	3,8	6,1	8,4	1.617	2.016
184 Chade	0,762	144	0,319	0,419	52,1	50,3	0,6	2,3	5,9	8,9	1.289	1.953
185 Centro-Africana, República	0,776	142	0,296	0,382	52,1	48,3	2,3	4,9	5,9	8,6	482	698
186 Congo, República Democrática do	0,822	134	0,304	0,369	51,8	48,2	2,1	4,1	8,4	10,9	390	499
187 Níger	0,714	147	0,275	0,385	58,6	58,3	0,8	2,1	4,8	6,1	471	1.268
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIO												
Coreia, República Popular Democrática da	-	-	-	-	73,4	66,4	-	-	-	-	-	-
Marshall, Ilhas	-	-	-	-	-	-	-	-	12,0	11,4	-	-
Mónaco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nauru	-	-	-	-	-	-	-	-	9,9	8,9	-	-
São Marino	-	-	-	-	-	-	-	-	15,9	14,7	-	-
Somália	-	-	-	-	56,7	53,4	-	-	-	-	-	-
Sudão do Sul	-	-	-	-	56,3	54,2	-	-	-	-	-	-
Tuvalu	-	-	-	-	-	-	-	-	11,4	10,3	-	-
Agrupamentos por IDH												
Desenvolvimento humano muito elevado	0,975	—	0,874	0,896	83,0	77,4	11,6	11,8	16,7	15,8	26.677	53.683
Desenvolvimento humano elevado	0,946	—	0,710	0,750	76,8	72,3	7,5	8,5	13,4	13,1	9.426	16.966
Desenvolvimento humano médio	0,875	—	0,565	0,646	70,0	65,9	4,7	6,4	11,4	11,8	3.199	8.619
Desenvolvimento humano baixo	0,834	—	0,446	0,535	60,5	58,2	3,1	5,1	8,3	9,8	2.011	3.789
Regiões												
Estados Árabes	0,866	—	0,626	0,722	72,2	68,4	4,9	6,7	12,1	12,8	6.991	23.169
Ásia Oriental e Pacífico	0,943	—	0,682	0,724	75,8	72,3	6,8	7,9	12,8	12,6	8.154	12.488
Europa e Ásia Central	0,938	—	0,705	0,752	75,4	67,3	8,8	9,8	13,4	13,8	7.287	17.867
América Latina e Caraíbas	0,963	—	0,716	0,744	78,0	71,8	7,7	8,0	13,6	13,0	8.962	18.732
Ásia do Sul	0,830	—	0,522	0,629	68,9	65,7	3,5	5,8	10,8	11,4	2.384	7.852
África Subariana	0,867	—	0,460	0,531	58,0	55,6	3,7	5,4	8,8	10,1	2.492	3.812
Países menos desenvolvidos	0,859	—	0,447	0,520	62,8	60,3	2,9	4,5	9,0	10,1	1.576	2.629
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	-	—	-	-	72,4	67,7	-	-	13,5	12,8	6.993	12.017
Mundo	0,920	—	0,655	0,712	73,0	68,8	6,0	7,4	12,0	12,3	8.956	18.277

NOTAS

- a Não estando disponíveis dados discriminados por gênero relativos ao rendimento, os dados foram estimados de forma grosseira. Para mais pormenores sobre a metodologia utilizada, ver Definições abaixo e a Nota Técnica 3 em <http://hdr.undp.org>.
- b Os países estão classificados por desvio absoluto da paridade de gênero nos valores do IDH.
- c Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.
- d Atualizado pelo GRDH com base nos dados sobre o nível acadêmico alcançado do Instituto de Estatística da UNESCO (2013b) e na metodologia de Barro e Lee (2013).
- e Calculado pelo Ministério da Educação de Singapura.
- f Para efeitos do cálculo do IDH masculino, o rendimento auferido estimado é limitado a \$75.000.
- g Com base nos dados do Instituto de Estatística da UNESCO (2011).
- h Com base nos dados sobre os anos de escolaridade esperados do Instituto de Estatística da UNESCO (2013a).

- i Com base na distribuição do nível acadêmico alcançado do Instituto de Estatística da UNESCO (2013a).
- j Cálculos do GRDH baseados em dados recentes dos Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos.
- k Cálculos do GRDH baseados em dados do recenseamento da população de 2011 realizado pelo Gabinete de Estatísticas de Samoa (n.d.).
- l Cálculos do GRDH baseados nos dados mais recentes dos Inquéritos sobre Demografia e Saúde (DHS).

DEFINIÇÕES

Índice de Desenvolvimento Humano por Gênero: Uma medida composta que reflete a desigualdade de realização entre mulheres e homens em três dimensões: saúde, educação e padrões de vida. Para mais pormenores sobre o cálculo do Índice de Desenvolvimento ajustado ao Gênero, ver Nota técnica 4 em <http://hdr.undp.org>.

Rácio feminino/masculino do IDH: Valores do rácio feminino/masculino do IDH.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Um índice composto que mede as realizações em três

dimensões básicas do desenvolvimento humano - uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno. Para mais pormenores sobre o cálculo do IDH, ver Nota técnica 1 em <http://hdr.undp.org>.

Esperança de vida à nascença: Número de anos que uma criança recém-nascida poderia esperar viver se os padrões prevalentes das taxas de mortalidade por idades à data do nascimento permanecessem iguais ao longo da sua vida.

Média de anos de escolaridade: Número médio de anos de escolaridade recebida por pessoas a partir dos 25 anos, convertido a partir dos níveis de realização educativa usando as durações oficiais de cada nível.

Anos de escolaridade esperados: Número de anos de escolaridade que uma criança em idade de entrada na escola pode esperar receber, se os padrões prevalentes das taxas de matrícula por idades persistirem ao longo da sua vida.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) estimado per capita: Calculado com base no rácio dos salários feminino/masculino, das percentagens feminina/masculina da população economicamente ativa, e do RNB (PPC USD 2011 constante). Para

mais pormenores, ver Nota técnica 4 em <http://hdr.undp.org>.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

- Colunas 1 e 2:** Cálculos baseados nos dados das colunas 3 e 4.
- Colunas 3 e 4:** Cálculos do GRDH baseados em dados do UNDESA (2013a), de Barro e Lee (2013), da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2014), do Instituto de Estatística da UNESCO (2013b), do Banco Mundial (2014) e da OIT (2014).
- Colunas 5 e 6:** UNDESA (2013a).
- Colunas 7 e 8:** Barro e Lee (2013), Instituto de Estatística da UNESCO (2013b) e cálculos do GRDH baseados em dados sobre o nível acadêmico alcançado do Instituto de Estatística da UNESCO (2013b) e sobre a metodologia de Barro e Lee (2013).
- Colunas 9 e 10:** Instituto de Estatística da UNESCO (2013).
- Colunas 11 e 12:** Cálculos do GRDH baseados em dados da OIT (2013a), do UNDESA (2013a) e do Banco Mundial (2014).

Índice de Pobreza Multidimensional

	Ano / Inquérito ^a	Índice de Pobreza Multidimensional ^b								Contribuição das privações para a pobreza global (%)			População que vive abaixo do limiar de pobreza (%)	
		Especificações revistas ^c		Especificações (2010) ^d		População em pobreza multidimensional ^e		População em quase pobreza multidimensional ^f	População em pobreza grave ^g	Condições de vida			1,25 US\$ em PPC por dia	Limiar nacional de pobreza
		Índice	Contagem	Índice	Contagem	Contagem	Intensidade de privação			Educação	Saúde	(%)		
Afeganistão	2010/2011 M	0,293 ^g	58,8 ^g	0,353 ^g	66,2 ^g	17116 ^g	49,9 ^g	16,0 ^g	29,8 ^g	45,6	19,2	35,2	-	36,00
África do Sul	2012 N	0,041	10,3	0,044	11,1	5400	39,6	17,1	1,3	8,4	61,4	30,2	13,77	23,00
Albânia	2008/2009 D	0,005	1,2	0,005	1,4	38	38,3	7,2	0,1	22,4	47,1	30,5	0,62	12,40
Antiga República Jugoslava da Macedónia	2011 M	0,007 ⁱ	1,7 ⁱ	0,002 ⁱ	0,7 ⁱ	36 ⁱ	38,4 ⁱ	2,4 ⁱ	0,1 ⁱ	18,5 ⁱ	57,2 ⁱ	24,3 ⁱ	0,60	19,00
Argentina	2005 N	0,015 ^h	3,7 ^h	0,011 ^h	2,9 ^h	1438 ^h	39,1 ^h	5,2 ^h	0,5 ^h	38,2 ^h	27,8 ^h	34,0 ^h	0,92	-
Arménia	2010 D	0,002	0,6	0,001	0,3	18	37,0	3,0	0,1	3,4	87,8	8,7	2,47	35,80
Azerbaijão	2006 D	0,009	2,4	0,021	5,3	210	38,2	11,5	0,2	20,0	50,7	29,3	0,43	6,00
Bangladesh	2011 D	0,237	49,5	0,253	51,2	75610	47,8	18,8	21,0	28,4	26,6	44,9	43,25	31,51
Belize	2011 M	0,030	7,4	0,018	4,6	23	41,2	6,4	1,5	36,2	34,8	29,0	-	-
Benim	2005 D	0,401 ⁱ	69,8 ⁱ	0,412 ⁱ	71,8 ⁱ	5897 ⁱ	57,4 ⁱ	18,8 ⁱ	45,7 ⁱ	35,0 ⁱ	24,9 ⁱ	40,1 ⁱ	47,33	36,20
Bielorrússia	2006 M	0,001	0,4	0,000	0,0	41	34,5	1,1	0,0	2,6	89,7	7,7	0,07	6,30
Bolívia, Estado Plurinacional da	2008 D	0,097	20,6	0,089	20,5	2022	47,0	17,3	7,8	21,9	27,9	50,2	15,61	51,30
Bósnia-Herzegovina	2011/2012 M	0,006 ^j	1,7 ^j	0,002 ^j	0,5 ^j	65 ^j	37,3 ^j	3,2 ^j	0,0 ^j	7,8 ^j	79,5 ^j	12,7 ^j	0,04	14,00
Brasil	2012 N	0,012 ^{g,l}	3,1 ^{g,l}	-	-	6083 ^{g,l}	40,8 ^{g,l}	7,4 ^{g,l}	0,5 ^{g,l}	27,7 ^{g,l}	38,4 ^{g,l}	33,9 ^{g,l}	6,14	21,40
Burquina Faso	2010 D	0,508	82,8	0,535	84,0	12875	61,3	7,6	63,8	39,0	22,5	38,5	44,60	46,70
Burundi	2010 D	0,442	81,8	0,454	80,8	7553	54,0	12,0	48,2	25,0	26,3	48,8	81,32	66,90
Butão	2010 M	0,128	29,4	0,119	27,2	211	43,5	18,0	8,8	40,3	26,3	33,4	1,66	12,00
Camarões	2011 D	0,260	48,2	0,248	46,0	10187	54,1	17,8	27,1	24,5	31,3	44,2	9,56	39,90
Camboja	2010 D	0,211	46,8	0,212	45,9	6721	45,1	20,4	16,4	25,9	27,7	46,4	18,60	20,50
Cazaquistão	2010/2011 M	0,004	1,1	0,001	0,2	173	36,4	2,3	0,0	4,3	83,9	11,8	0,11	3,80
Centro-Africana, República	2010 M	0,424	76,3	0,430	77,6	3320	55,6	15,7	48,5	23,8	26,2	50,0	-	-
China, República Popular da	2009 N	0,026 ^{lm}	6,0 ^{lm}	0,036 ^{lm}	8,8 ^{lm}	80784 ^{lm}	43,4 ^{lm}	19,0 ^{lm}	1,3 ^{lm}	21,0 ^{lm}	44,4 ^{lm}	34,6 ^{lm}	11,80	-
Colômbia	2010 D	0,032	7,6	0,022	5,4	3534	42,2	10,2	1,8	34,3	24,7	41,0	8,16	32,70
Congo	2011/2012 D	0,192	43,0	0,181	39,7	1866	44,7	26,2	12,2	10,6	32,8	56,6	54,10	46,50
Congo, República Democrática do	2010 M	0,399	74,4	0,392	74,0	46278	53,7	15,5	46,2	18,5	25,5	55,9	87,72	71,30
Costa do Marfim	2011/2012 D	0,307	59,3	0,310	58,7	11772	51,7	17,9	32,4	36,5	25,8	37,7	23,75	42,70
Djibouti	2006 M	0,127	26,9	0,139	29,3	212	47,3	16,0	11,1	36,1	22,7	41,2	18,84	-
Egito	2008 D	0,036 ^k	8,9 ^k	0,024 ^k	6,0 ^k	6740 ^k	40,3 ^k	8,6 ^k	1,5 ^k	41,8 ^k	45,6 ^k	12,6 ^k	1,69	25,20
Etiópia	2011 D	0,537	88,2	0,564	87,3	78887	60,9	6,7	67,0	27,4	25,2	47,4	30,65	29,60
Filipinas	2008 D	0,038 ^{gn}	7,3 ^{gn}	0,064 ^{gn}	13,4 ^{gn}	6559 ^{gn}	51,9 ^{gn}	12,2 ^{gn}	5,0 ^{gn}	37,1 ^{gn}	25,7 ^{gn}	37,2 ^{gn}	18,42	26,50
Gabão	2012 D	0,073	16,7	0,070	16,5	273	43,4	19,9	4,4	15,2	43,8	40,9	4,84	32,70
Gâmbia	2005/2006 M	0,329	60,8	0,324	60,4	901	54,1	15,7	35,9	34,0	30,5	35,5	33,63	48,40
Gana	2011 M	0,144	30,5	0,139	30,4	7559	47,3	18,7	12,1	27,7	27,1	45,2	28,59	28,50
Geórgia	2005 M	0,008	2,2	0,003	0,8	99	37,6	4,1	0,1	7,4	67,4	25,2	17,99	24,70
Guiana	2009 D	0,031	7,8	0,030	7,7	61	40,0	18,8	1,2	16,8	51,2	32,0	-	-
Guiné	2005 D	0,548	86,5	0,506	82,5	8283	63,4	7,7	68,6	34,4	22,3	43,3	43,34	55,20
Guiné-Bissau	2006 M	0,495	80,4	0,462	77,5	1168	61,6	10,5	58,4	30,5	27,9	41,6	48,90	69,30
Haiti	2012 D	0,242	50,2	0,248	49,4	5104	48,1	22,2	20,1	24,8	23,4	51,8	-	-
Honduras	2011/2012 D	0,098 ⁱ	20,7 ⁱ	0,072 ⁱ	15,8 ⁱ	1642 ⁱ	47,4 ⁱ	28,6 ⁱ	7,2 ⁱ	36,6 ⁱ	23,1 ⁱ	40,3 ⁱ	17,92	60,00
Iémen	2006 M	0,191 ^g	37,5 ^g	0,283 ^g	52,5 ^g	7741 ^g	50,9 ^g	16,7 ^g	18,4 ^g	33,4 ^g	21,3 ^g	45,3 ^g	17,53	34,80
Índia	2005/2006 D	0,282	55,3	0,283	53,7	631999	51,1	18,2	27,8	22,7	32,5	44,8	32,68	21,90
Indonésia	2012 D	0,024 ^g	5,9 ^g	0,066 ^g	15,5 ^g	14574 ^g	41,3 ^g	8,1 ^g	1,1 ^g	24,7 ^g	35,1 ^g	40,2 ^g	16,20	12,00
Iraque	2011 M	0,052	13,3	0,045	11,6	4236	39,4	7,4	2,5	50,1	38,6	11,3	2,82	22,90
Jordânia	2009 D	0,004	1,0	0,008	2,4	64	36,8	4,1	0,1	33,7	56,3	10,0	0,12	13,30
Laos, República Democrática Popular do	2011/2012 M	0,186	36,8	0,174	34,1	2447	50,5	18,5	18,8	37,7	25,4	36,9	33,88	27,60
Lesoto	2009 D	0,227	49,5	0,156	35,3	984	45,9	20,4	18,2	14,8	33,8	51,4	43,41	56,60
Libéria	2007 D	0,459	81,9	0,485	83,9	2883	56,1	12,9	52,8	30,4	21,8	47,8	83,76	63,80
Madagascar	2008/2009 D	0,420	77,0	0,357	66,9	15774	54,6	11,7	48,0	31,6	24,5	43,9	81,29	75,30
Malauí	2010 D	0,332	66,7	0,334	66,7	10012	49,8	24,5	29,8	18,9	27,7	53,4	61,64	50,70
Maldivas	2009 D	0,008	2,0	0,018	5,2	6	37,5	8,5	0,1	27,8	60,2	11,9	1,48	-
Mali	2006 D	0,533	85,6	0,558	86,6	10545	62,4	7,8	66,8	37,4	22,6	40,1	50,43	43,60
Mauritânia	2007 M	0,362	66,0	0,352	61,7	2197	54,9	12,8	42,3	33,5	18,2	48,3	23,43	42,00
México	2012 N	0,024	6,0	0,011	2,8	7272	39,9	10,1	1,1	31,4	25,6	43,0	0,72	52,30
Moçambique	2011 D	0,390	70,2	0,389	69,6	17246	55,6	14,8	44,1	30,4	22,3	47,3	59,58	54,70
Moldávia, República da	2005 D	0,005	1,3	0,007	1,9	49	38,8	5,2	0,2	17,7	46,6	35,6	0,39	16,60
Mongólia	2005 M	0,077	18,3	0,065	15,8	462	42,0	19,0	4,2	13,5	35,7	50,8	-	27,40
Montenegro	2005/2006 M	0,012 ^j	3,0 ^j	0,006 ^j	1,5 ^j	19 ^j	40,1 ^j	1,3 ^j	0,5 ^j	21,0 ^j	63,8 ^j	15,3 ^j	0,12	9,30
Namíbia	2006/2007 D	0,200	42,1	0,187	39,6	876	47,5	22,6	15,7	14,8	33,4	51,8	31,91	28,70
Nepal	2011 D	0,197	41,4	0,217	44,2	11255	47,4	18,1	18,6	27,3	28,2	44,5	24,82	25,20
Nicarágua	2011 N	0,088	19,4	-	28,0	1146	45,6	14,8	6,9	37,8	12,6	49,6	-	-

	Ano / Inquérito ^a	Índice de Pobreza Multidimensional ^b				População em pobreza multidimensional ^c		População em quase pobreza multidimensional ^d		População em pobreza grave ^e		Contribuição das privações para a pobreza global (%)			População que vive abaixo do limiar de pobreza (%)	
		Especificações revistas ^f		Especificações (2010) ^g		Contagem	Intensidade de privação	Contagem	Intensidade de privação	Contagem	Intensidade de privação	Educação	Saúde	Condições de vida	1.25 US\$ em PPC por dia	Limiar nacional de pobreza
		Índice	Contagem	Índice	Contagem											
Níger	2012 D	0,584	89,8	0,605	89,3	15408	65,0	5,9	73,5	35,9	24,0	40,0	43,62	59,50		
Nigéria	2011 M	0,239	43,3	0,240	43,3	71014	55,2	17,0	25,7	26,9	32,6	40,4	67,98	46,00		
Palestina, Estado da	2006/2007 N	0,007	2,0	0,005	1,4	74	36,9	7,4	0,1	16,6	72,3	11,1	0,04	21,90		
Paquistão	2012/2013 D	0,237	45,6	0,230	44,2	83045	52,0	14,9	26,5	36,2	32,3	31,6	21,04	22,30		
Peru	2012 D	0,043	10,4	0,043	10,5	3132	41,4	12,3	2,1	19,4	29,8	50,8	4,91	25,80		
Quênia	2008/2009 D	0,226	48,2	0,229	47,8	19190	47,0	29,1	15,7	11,2	32,4	56,4	43,37	45,90		
Quirguizistão	2005/2006 M	0,013	3,4	0,019	4,9	173	37,9	10,1	0,3	5,0	63,9	31,2	5,03	38,00		
República Dominicana	2007 D	0,026	6,2	0,018	4,6	599	41,9	10,8	1,4	36,2	30,4	33,3	2,24	40,90		
Ruanda	2010 D	0,352	70,8	0,350	69,0	7669	49,7	17,9	34,6	23,8	27,2	49,0	63,17	44,90		
São Tomé e Príncipe	2008/2009 D	0,217	47,5	0,154	34,5	82	45,5	21,5	16,4	29,1	26,5	44,4	-	61,70		
Senegal	2010/2011 D	0,390	69,4	0,439	74,4	9247	56,2	14,4	45,1	36,7	33,1	30,2	29,61	46,70		
Serra Leoa	2010 M	0,405	72,7	0,388	72,5	4180	55,8	16,7	46,4	24,2	28,3	47,4	51,71	52,90		
Sérvia	2010 M	0,001	0,3	0,000	0,1	25	39,9	3,1	0,0	24,7	48,6	26,7	0,21	9,20		
Síria, República Árabe da	2006 M	0,024	6,4	0,021	5,5	1197	38,0	7,7	0,9	44,4	43,1	12,5	1,71	-		
Somália	2006 M	0,500	81,8	0,514	81,2	7104	61,1	8,3	63,6	33,7	18,8	47,5	-	-		
Suazilândia	2010 M	0,113	25,9	0,086	20,4	309	43,5	20,5	7,4	13,7	41,0	45,3	40,63	63,00		
Suriname	2010 M	0,033 ^j	7,6 ^j	0,024 ^j	5,9 ^j	40 ^j	43,1 ^j	4,7 ^j	2,0 ^j	31,0 ^j	37,2 ^j	31,8 ^j	-	-		
Tailândia	2005/2006 M	0,004	1,0	0,006	1,6	664	38,8	4,4	0,1	19,4	51,3	29,4	0,38	13,20		
Tajiquistão	2012 D	0,031	7,9	0,054	13,2	629	39,0	23,4	1,2	13,4	52,6	34,0	6,56	46,70		
Tanzânia, República Unida da	2010 D	0,335	66,4	0,332	65,6	29842	50,4	21,5	32,1	16,9	28,2	54,9	67,87	28,20		
Timor-Leste	2009/2010 D	0,322	64,3	0,360	68,1	694	50,1	21,4	31,5	20,0	30,4	49,6	-	49,90		
Togo	2010 M	0,260	50,9	0,250	49,8	3207	51,2	20,3	26,4	28,9	25,0	46,1	28,22	58,70		
Trinidade e Tobago	2006 M	0,007 ^g	1,7 ^g	0,020 ^g	5,6 ^g	23 ^g	38,0 ^g	0,5 ^g	0,2 ^g	2,2 ^g	86,1 ^g	11,7 ^g	-	-		
Tunísia	2011/2012 M	0,006	1,5	0,004	1,2	161	39,3	3,2	0,2	33,7	48,2	18,1	-	-		
Ucrânia	2007 D	0,002 ^g	0,6 ^g	0,008 ^g	2,2 ^g	264 ^g	34,3 ^g	0,2 ^g	0,0 ^g	1,0 ^g	95,1 ^g	3,8 ^g	0,02	2,90		
Uganda	2011 D	0,359	70,3	0,367	69,9	24712	51,1	20,6	33,3	18,0	30,2	51,9	38,01	24,50		
Usbequistão	2006 M	0,013	3,5	0,008	2,3	935	36,6	6,2	0,1	3,7	83,4	12,8	-	-		
Vanuatu	2007 M	0,135	31,2	0,129	30,1	69	43,1	32,6	7,3	24,4	24,1	51,6	-	-		
Vietname	2010/2011 M	0,026	6,4	0,017	4,2	5796	40,7	8,7	1,3	35,9	25,7	38,4	16,85	20,70		
Zâmbia	2007 D	0,318	62,8	0,328	64,2	7600	50,7	18,7	31,3	16,3	29,4	54,3	74,45	60,50		
Zimbabué	2010/2011 D	0,181	41,0	0,172	39,1	5482	44,1	24,9	12,2	7,8	37,9	54,3	-	72,30		

NOTAS

- a** D indica que os dados são de Inquéritos sobre Demografia e Saúde, M indica que os dados são de Inquéritos de Grupos de Indicadores Múltiplos e N indica que os dados são de inquéritos nacionais (consultar a lista de inquéritos nacionais em <http://hdr.undp.org>).
- b** Nem todos os indicadores estiveram disponíveis para todos os países; deve ser usada cautela nas comparações transnacionais. Nos casos em que faltam dados, a ponderação dos indicadores foi ajustada para totalizar 100%.
- c** As especificações revistas referem-se a definições de certo modo alteradas de privações em alguns indicadores em comparação com as especificações de 2010. Para mais pormenores, ver Nota técnica 5 em <http://hdr.undp.org>.
- d** As especificações de 2010 baseiam-se na metodologia de Alkire e Santos (2010).
- e** Com base nas especificações revistas na Nota Técnica 5 (disponível em <http://hdr.undp.org>).
- f** Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.
- g** Faltam os indicadores sobre nutrição.

- h** Os dados referem-se apenas à parte urbana do país.
- i** Falta o indicador sobre eletricidade.
- j** Falta o indicador sobre mortalidade infantil.
- k** Falta o indicador sobre tipo de pavimento.
- l** Os dados referem-se apenas a uma parte do país (9 províncias).
- m** Falta o indicador sobre combustível para cozinhar.
- n** Falta o indicador sobre frequência escolar.

DEFINIÇÕES

- Índice de Pobreza Multidimensional:** População que é multidimensionalmente pobre ajustada pela intensidade das privações. Para mais pormenores sobre o cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional, ver Nota técnica 5 em <http://hdr.undp.org>.
- Contagem de pessoas em pobreza multidimensional:** Percentagem da população com uma pontuação de privações ponderada de, pelo menos, 33%.
- Intensidade de privação da pobreza multidimensional:** A percentagem média da

privação sentida pelas pessoas em estado de pobreza multidimensional.

População em quase pobreza multidimensional: Percentagem da população em risco de sofrer privações múltiplas, ou seja, as pessoas com uma pontuação de privações de 20-33%.

População em pobreza grave: Percentagem da população em estado de pobreza multidimensional grave, ou seja, as pessoas com uma pontuação de privações de 50% ou mais.

Contribuição das privações para a pobreza global: Percentagem do Índice de Pobreza Multidimensional atribuída às privações em cada dimensão.

População abaixo de USD 1,25 em PPC por dia: Percentagem da população que vive abaixo da linha internacional de pobreza de USD 1,25 (em termos de paridade de poder de compra) por dia.

Percentagem da população que vive abaixo da linha nacional de pobreza: Percentagem da população que vive abaixo da linha nacional

de pobreza, que é a linha de pobreza considerada adequada a um país pelas suas autoridades. As estimativas nacionais baseiam-se em estimativas ponderadas de subgrupos de população obtidas de inquéritos às famílias.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Coluna 1: Calculado a partir de vários inquéritos às famílias, incluindo Inquéritos sobre Demografia e Saúde da ICF Macro, Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos do Fundo das Nações Unidas para a Infância e Inquéritos Mundiais à Saúde da Organização Mundial da Saúde efetuados entre 2005 e 2012.

Colunas 2, 3, e 6-12: Cálculos do GRDH baseados em dados sobre as privações das famílias em termos de educação, saúde e padrões de vida, provenientes de vários inquéritos às famílias conforme lista da coluna 1, utilizando a metodologia revista descrita na Nota Técnica 5 (disponível em <http://hdr.undp.org>).

Colunas 4 e 5: Alkire, Conconi e Seth (2014).

Colunas 13 e 14: Banco Mundial (2013a).

Índice de Pobreza Multidimensional - alterações ao longo tempo em alguns países selecionados

	População em Pobreza Multidimensional ^e					População em quase pobreza multidimensional	População em pobreza grave	Contribuição das privações para a pobreza global (%)		
	Índice de Pobreza Multidimensional ^a		Contagem		Intensidade da Privação			Educação	Saúde	Condições de vida
	Ano / Inquérito ^a	Valor	(%)	(Milhares)	(%)					
África do Sul	2012 N	0,041	10,3	5400	39,6	17,1	1,3	8,4	61,4	30,2
África do Sul	2008 N	0,039 ^f	9,4 ^f	4701 ^f	41,5 ^f	21,4 ^f	1,4 ^f	13,4 ^f	45,6 ^f	41,1 ^f
Antiga República Jugoslava da Macedónia	2011 M	0,007 ^d	1,7 ^d	36 ^d	38,4 ^d	2,4 ^d	0,1 ^d	18,5 ^d	57,2 ^d	24,3 ^d
Antiga República Jugoslava da Macedónia	2005 M	0,013	3,0	64	42,2	7,1	0,7	50,7	22,3	27,0
Bangladeche	2011 D	0,237	49,5	75610	47,8	18,8	21,0	28,4	26,6	44,9
Bangladeche	2007 D	0,294	59,5	87185	49,3	18,7	27,2	26,0	26,5	47,5
Belize	2011 M	0,030	7,4	23	41,2	6,4	1,5	36,2	34,8	29,0
Belize	2006 M	0,028	6,9	19	40,8	6,5	1,2	13,8	52,6	33,6
Bósnia-Herzegovina	2011/2012 M	0,006 ^d	1,7 ^d	65 ^d	37,3 ^d	3,2 ^d	0,0 ^d	7,8 ^d	79,5 ^d	12,7 ^d
Bósnia-Herzegovina	2006 M	0,013 ^d	3,5 ^d	134 ^d	38,1 ^d	5,3 ^d	0,1 ^d	7,9 ^d	76,3 ^d	15,8 ^d
Brasil	2012 N	0,012 ^{e,f}	3,1 ^{e,f}	6083 ^{e,f}	40,8 ^{e,f}	7,4 ^{e,f}	0,5 ^{e,f}	27,7 ^{e,f}	38,4 ^{e,f}	33,9 ^{e,f}
Brasil	2006 N	0,017 ^g	4,0 ^g	7578 ^g	41,4 ^g	11,2 ^g	0,7 ^g	41,4 ^g	20,4 ^g	38,2 ^g
Burquina Faso	2010 D	0,508	82,8	12875	61,3	7,6	63,8	39,0	22,5	38,5
Burquina Faso	2006 M	0,538	85,2	11775	63,2	6,9	67,1	38,0	22,3	39,6
Burundi	2010 D	0,442	81,8	7553	54,0	12,0	48,2	25,0	26,3	48,8
Burundi	2005 M	0,485 ^e	87,9 ^e	6833 ^e	55,2 ^e	8,5 ^e	53,5 ^e	37,8 ^e	11,1 ^e	51,1 ^e
Camarões	2011 D	0,260	48,2	10187	54,1	17,8	27,1	24,5	31,3	44,2
Camarões	2006 M	0,304 ^d	51,8 ^d	9644 ^d	58,7 ^d	14,0 ^d	35,9 ^d	24,8 ^d	31,7 ^d	43,5 ^d
Camboja	2010 D	0,211	46,8	6721	45,1	20,4	16,4	25,9	27,7	46,4
Camboja	2005 D	0,282	58,0	7746	48,7	17,5	26,4	29,0	26,3	44,7
Cazaquistão	2010/2011 M	0,004	1,1	173	36,4	2,3	0,0	4,3	83,9	11,8
Cazaquistão	2006 M	0,007	1,8	277	38,5	4,7	0,2	5,5	73,4	21,2
Centro-Africana, República	2010 M	0,424	76,3	3320	55,6	15,7	48,5	23,8	26,2	50,0
Centro-Africana, República	2006 M	0,464	80,5	3245	57,7	12,1	54,5	30,2	24,3	45,6
Congo	2011/2012 D	0,192	43,0	1866	44,7	26,2	12,2	10,6	32,8	56,6
Congo	2009 D	0,154 ^e	32,7 ^e	1308 ^e	47,1 ^e	29,9 ^e	15,1 ^e	16,2 ^e	25,6 ^e	58,2 ^e
Costa do Marfim	2011/2012 D	0,307	59,3	11772	51,7	17,9	32,4	36,5	25,8	37,7
Costa do Marfim	2005 D	0,269 ^{e,g}	50,0 ^{e,g}	8693 ^{e,g}	53,9 ^{e,g}	22,7 ^{e,g}	26,7 ^{e,g}	42,8 ^{e,g}	20,8 ^{e,g}	36,5 ^{e,g}
Gana	2011 M	0,144	30,5	7559	47,3	18,7	12,1	27,7	27,1	45,2
Gana	2008 D	0,186	39,2	9057	47,4	20,3	15,4	26,5	28,5	45,0
Guiana	2009 D	0,031	7,8	61	40,0	18,8	1,2	16,8	51,2	32,0
Guiana	2007 M	0,032	7,9	61	40,1	10,7	1,5	16,9	44,8	38,3
Haiti	2012 D	0,242	50,2	5104	48,1	22,2	20,1	24,8	23,4	51,8
Haiti	2005/2006 D	0,315	59,3	5566	53,2	18,1	32,8	28,8	22,8	48,5
Honduras	2011/2012 D	0,098 ^h	20,7 ^h	1642 ^h	47,4 ^h	28,6 ^h	7,2 ^h	36,6 ^h	23,1 ^h	40,3 ^h
Honduras	2005/2006 D	0,156 ^h	31,5 ^h	2214 ^h	49,6 ^h	26,6 ^h	13,3 ^h	38,4 ^h	22,6 ^h	39,0 ^h
Indonésia	2012 D	0,024 ^e	5,9 ^e	14574 ^e	41,3 ^e	8,1 ^e	1,1 ^e	24,7 ^e	35,1 ^e	40,2 ^e
Indonésia	2007 D	0,043 ^e	10,1 ^e	23432 ^e	42,4 ^e	15,4 ^e	2,3 ^e	30,4 ^e	21,0 ^e	48,7 ^e
Iraque	2011 M	0,052	13,3	4236	39,4	7,4	2,5	50,1	38,6	11,3
Iraque	2006 M	0,077	18,5	5182	41,8	15,0	4,3	45,7	33,9	20,4
Laos, República Democrática Popular do	2011/2012 M	0,186	36,8	2447	50,5	18,5	18,8	37,7	25,4	36,9
Laos, República Democrática Popular do	2006 M	0,320 ^d	55,0 ^d	3242 ^d	58,3 ^d	11,1 ^d	35,2 ^d	32,3 ^d	32,6 ^d	35,2 ^d
México	2012 N	0,024	6,0	7272	39,9	10,1	1,1	31,4	25,6	43,0
México	2006 N	0,028	6,9	7779	40,9	10,7	1,6	32,0	29,0	39,0
Moçambique	2011 D	0,390	70,2	17246	55,6	14,8	44,1	30,4	22,3	47,3
Moçambique	2009 D	0,395 ^e	70,0 ^e	16343 ^e	56,5 ^e	14,7 ^e	43,2 ^e	31,3 ^e	20,3 ^e	48,4 ^e
Nepal	2011 D	0,197	41,4	11255	47,4	18,1	18,6	27,3	28,2	44,5
Nepal	2006 D	0,314	62,1	15910	50,6	15,5	31,6	26,0	28,0	46,0
Nicarágua	2011 N	0,088	19,4	1146	45,6	14,8	6,9	37,8	12,6	49,6
Nicarágua	2006/2007 N	0,137	27,9	1561	49,2	15,3	12,9	38,1	12,3	49,7
Níger	2012 D	0,584	89,8	15408	65,0	5,9	73,5	35,9	24,0	40,0
Níger	2006 D	0,677	93,4	12774	72,5	3,4	86,1	35,2	24,5	40,3
Nigéria	2011 M	0,239	43,3	71014	55,2	17,0	25,7	26,9	32,6	40,4
Nigéria	2008 D	0,294	53,8	81357	54,7	18,2	31,4	27,2	30,8	42,0
Paquistão	2012/2013 D	0,237	45,6	83045	52,0	14,9	26,5	36,2	32,3	31,6
Paquistão	2006/2007 D	0,218 ^e	43,5 ^e	71378 ^e	50,0 ^e	13,2 ^e	21,7 ^e	43,0 ^e	19,7 ^e	37,3 ^e
Peru	2012 D	0,043	10,4	3132	41,4	12,3	2,1	19,4	29,8	50,8
Peru	2011 D	0,051	12,2	3607	42,2	12,3	2,8	20,2	29,0	50,8
Peru	2010 D	0,056	13,2	3859	42,1	14,3	3,1	18,3	30,3	51,4
Peru	2008 D	0,069	16,1	4605	42,7	53,8	15,1	17,9	29,1	53,0
Ruanda	2010 D	0,352	70,8	7669	49,7	17,9	34,6	23,8	27,2	49,0
Ruanda	2005 D	0,481	86,5	8155	55,6	9,7	60,4	23,3	22,3	54,4
Senegal	2010/2011 D	0,390	69,4	9247	56,2	14,4	45,1	36,7	33,1	30,2

	População em Pobreza Multidimensional ^a					População em quase pobreza multidimensional	População em pobreza grave	Contribuição das privações para a pobreza global (%)		
	Índice de Pobreza Multidimensional ^b		Contagem		Intensidade da Privação			Educação	Saúde	Condições de vida
	Ano / Inquérito ^c	Valor	(%)	(Milhares)	(%)					
Senegal	2005 D	0,436	71,1	8018	61,3	11,7	51,6	38,4	26,1	35,5
Serra Leoa	2010 M	0,405	72,7	4180	55,8	16,7	46,4	24,2	28,3	47,4
Serra Leoa	2008 D	0,451	79,7	4409	56,6	12,5	51,7	32,0	22,7	45,3
Sérvia	2010 M	0,001	0,3	25	39,9	3,1	0,0	24,7	48,6	26,7
Sérvia	2005/2006 M	0,011 ^d	3,0 ^d	296 ^d	38,3 ^d	3,8 ^d	0,3 ^d	18,1 ^d	60,1 ^d	21,8 ^d
Suriname	2010 M	0,033 ^d	7,6 ^d	40 ^d	43,1 ^d	4,7 ^d	2,0 ^d	31,0 ^d	37,2 ^d	31,8 ^d
Suriname	2006 M	0,044	9,2	46	47,4	6,3	3,6	36,7	21,1	42,2
Tajiquistão	2012 D	0,031	7,9	629	39,0	23,4	1,2	13,4	52,6	34,0
Tajiquistão	2005 M	0,059	14,7	1002	39,8	18,6	2,3	11,0	57,3	31,7
Togo	2010 M	0,260	50,9	3207	51,2	20,3	26,4	28,9	25,0	46,1
Togo	2006 M	0,277	53,1	3021	52,2	20,3	28,8	31,4	23,2	45,4
Uganda	2011 D	0,359	70,3	24712	51,1	20,6	33,3	18,0	30,2	51,9
Uganda	2006 D	0,399	74,5	22131	53,6	18,2	41,5	17,1	30,4	52,5
Zimbabué	2010/2011 D	0,181	41,0	5482	44,1	24,9	12,2	7,8	37,9	54,3
Zimbabué	2006 D	0,193	42,4	5399	45,4	22,8	15,7	11,5	29,6	58,9

NOTAS

- a** D indica que os dados são de Inquéritos sobre Demografia e Saúde, M indica que os dados são de Inquéritos de Grupos de Indicadores Múltiplos e N indica que os dados são de inquéritos nacionais (consultar a lista de inquéritos nacionais em <http://hdr.undp.org>).
- b** Nem todos os indicadores estiveram disponíveis para todos os países; deve ser usada cautela nas comparações transnacionais. Nos casos em que faltam dados, a ponderação dos indicadores foi ajustada para totalizar 100%.
- c** Com base em definições revistas de privações em alguns indicadores em comparação com as especificações de 2010 – descritas na Nota Técnica 5 em <http://hdr.undp.org>.
- d** Falta o indicador sobre mortalidade infantil.

- e** Faltam os indicadores sobre nutrição.
- f** Falta o indicador sobre tipo de pavimento.
- g** Falta o indicador sobre combustível para cozinhar.
- h** Falta o indicador sobre eletricidade.

DEFINIÇÕES

Índice de Pobreza Multidimensional: Percentagem da população que é multidimensionalmente pobre ajustada pela intensidade das privações. Para mais pormenores sobre o cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional, ver Nota técnica 5 em <http://hdr.undp.org>.

Contagem de pessoas em pobreza multidimensional: Percentagem da população com uma pontuação de privações ponderada de, pelo menos, 33%.

Intensidade da privação da pobreza

multidimensional: A percentagem média da privação sentida pelas pessoas em estado de pobreza multidimensional.

População em quase pobreza multidimensional:

Percentagem da população em risco de sofrer privações múltiplas, ou seja, as pessoas com uma pontuação de privações de 20-33%.

População em pobreza grave:

Percentagem da população em estado de pobreza multidimensional grave, ou seja, as pessoas com uma pontuação de privações de 50% ou mais.

Contribuição das privações para a pobreza

global: Percentagem do Índice de Pobreza Multidimensional atribuída às privações em cada dimensão.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Colunas 1 e 2: Calculado a partir de vários inquéritos às famílias, incluindo Inquéritos sobre Demografia e Saúde da ICF Macro, Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos do Fundo das Nações Unidas para a Infância e Inquéritos Mundiais à Saúde da Organização Mundial da Saúde efetuados entre 2005 e 2012.

Colunas 3-10: Cálculos do GRDH baseados em dados sobre as privações das famílias em termos de educação, saúde e padrões de vida, provenientes de vários inquéritos às famílias conforme lista da coluna 1, utilizando a metodologia revista descrita na Nota Técnica 5 (disponível em <http://hdr.undp.org>).

TABELA
6A

Saúde infantil e juvenil

Classificação do IDH	Crianças alimentadas exclusivamente com leite materno (% de crianças até aos 5 meses)	Crianças com imunização insuficiente (% de crianças com 1 ano)		Taxas de mortalidade mortes por 1.000 nados vivos		Cobertura pré-natal (%)	Subnutrição em crianças com idade inferior a 5 anos (% de crianças com menos de 5 anos)			Prevalência do VIH			Prevenção do VIH		
		Triplíce	Contra o sarampo	Bebês	Crianças com menos de 5 anos		Atraso no crescimento (moderado e grave)	Excesso de peso (moderado e grave)	Crianças com VIH (0-14 anos) (milhares)	Na juventude (% entre os 15 e os 24 anos)		Utilização de preservativos pelos jovens com parceiros múltiplos (% entre os 15 e os 24 anos)		Mulheres grávidas seropositivas sem tratamento destinado a prevenir a transmissão por via materna ^a (%)	
										Feminino	Masculino	Feminino	Masculino		
		2008-2012 ^b	2012	2012	2012		2012	2008-2012 ^b	2008-2012 ^b	2008-2012 ^b	2012	2012	2012	2008-2012 ^b	2008-2012 ^b
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO															
1 Noruega	-	1	6	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2 Austrália	-	8	6	4	5	98,3	-	-	-	-	-	-	-	-	
3 Suíça	-	5	8	4	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
4 Países Baixos	-	1	4	3	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
5 Estados Unidos	-	2	8	6	7	-	3,3 ^c	7,0 ^c	-	-	-	-	-	-	
6 Alemanha	-	3	3	3	4	100,0 ^c	-	-	-	-	-	-	-	-	
7 Nova Zelândia	-	6	8	5	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
8 Canadá	-	2	2	5	5	100,0 ^c	-	-	-	-	-	-	-	-	
9 Singapura	-	2	5	2	3	-	4,4 ^c	2,6 ^c	-	-	-	-	-	-	
10 Dinamarca	-	3	10	3	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
11 Irlanda	-	2	8	3	4	99,5 ^c	-	-	-	-	-	-	-	-	
12 Suécia	-	1	3	2	3	100,0 ^c	-	-	-	-	-	-	-	-	
13 Islândia	-	3	10	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
14 Reino Unido	-	1	7	4	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
15 Hong Kong, China (RAE)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
15 Coreia, República da	-	1	1	3	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
17 Japão	-	1	4	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
18 Listenstaine	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
19 Israel	-	4	4	3	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
20 França	-	1	11	3	4	99,8 ^c	-	-	-	-	-	-	-	-	
21 Áustria	-	7	24	3	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
21 Bélgica	-	1	4	3	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
21 Luxemburgo	-	1	4	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
24 Finlândia	-	1	3	2	3	99,8 ^c	-	-	-	-	-	-	-	-	
25 Eslovénia	-	2	5	3	3	99,5 ^c	-	-	-	-	-	-	-	-	
26 Itália	-	1	10	3	4	99,0 ^c	-	-	-	-	-	-	-	-	
27 Espanha	-	1	3	4	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
28 República Checa	-	1	2	3	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
29 Grécia	-	1	1	4	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
30 Brunei Darussalam	-	4	1	7	8	99,0	-	-	-	-	-	-	-	-	
31 Qatar	-	6	3	6	7	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	
32 Chipre	-	1	14	3	3	99,2 ^c	-	-	-	-	-	-	-	-	
33 Estónia	-	4	6	3	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
34 Arábia Saudita	-	2	2	7	9	97,0	-	-	-	-	-	-	-	-	
35 Lituânia	-	3	7	4	5	100,0 ^c	-	-	-	-	-	-	-	5,0	
35 Polónia	-	1	2	4	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
37 Andorra	-	1	2	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
37 Eslováquia	-	1	1	6	8	96,9 ^c	-	-	-	-	-	-	-	-	
39 Malta	-	1	7	6	7	100,0 ^c	-	-	-	-	-	-	-	-	
40 Emiratos Árabes Unidos	-	6	6	7	8	100,0 ^c	-	-	-	-	-	-	-	-	
41 Chile	63,0	10	10	8	9	-	-	-	0,1	0,2	-	-	-	5,0 ^d	
41 Portugal	-	1	3	3	4	100,0 ^c	-	-	-	-	-	-	-	-	
43 Hungria	-	1	1	5	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
44 Barain	-	1	1	8	10	100,0 ^c	-	-	-	-	-	-	-	-	
44 Cuba	48,6	4	1	4	6	100,0	-	-	0,1 ^e	0,1 ^e	66,4	-	-	5,0 ^d	
46 Koweit	-	1	1	10	11	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	
47 Croácia	-	3	5	4	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
48 Letónia	-	5	10	8	9	91,8 ^c	-	-	-	-	-	-	-	5,0 ^d	
49 Argentina	54,0	6	6	13	14	99,2 ^c	8,2 ^c	9,9 ^c	-	0,1	0,2	-	-	5,0	
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO															
50 Uruguai	65,2	2	4	6	7	96,2 ^c	14,7 ^c	10,0 ^c	-	0,2	0,5	-	-	5,0	
51 Bahamas	-	1	9	14	17	98,0 ^c	-	-	-	-	-	-	-	-	
51 Montenegro	19,0 ^c	2	10	6	6	97,4 ^c	7,0 ^c	15,6 ^c	-	-	-	-	-	-	
53 Bielorrússia	9,0 ^c	2	2	4	5	99,4	4,0 ^c	9,7 ^c	-	0,2	0,3	-	-	-	
54 Roménia	16,0 ^c	4	6	11	12	93,5 ^c	13,0 ^c	8,3 ^c	-	-	-	-	-	5,0	
55 Líbia	-	1	2	13	15	93,0 ^c	21,0 ^c	22,4 ^c	-	-	-	-	-	-	
56 Omã	-	1	1	10	12	99,0	9,8	1,7	-	-	-	-	-	-	

Classificação do IDH	Crianças alimentadas exclusivamente com leite materno (% de crianças até aos 5 meses)	Crianças com imunização insuficiente (% de crianças com 1 ano)		Taxas de mortalidade mortes por 1.000 nados vivos		Cobertura pré-natal (%)	Subnutrição em crianças com idade inferior a 5 anos (% de crianças com menos de 5 anos)			Prevalência do VIH			Prevenção do VIH		
		Triplíce	Contra o sarampo	Bebês	Crianças com menos de 5 anos		Atraso no crescimento (moderado e grave)	Excesso de peso (moderado e grave)	Crianças com VIH (0-14 anos) (milhares)	Na juventude		Utilização de preservativos pelos jovens com parceiros múltiplos		Mulheres grávidas seropositivas sem tratamento destinado a prevenir a transmissão por via materna ^g	
										Feminino	Masculino	Feminino	Masculino		
		2008-2012 ^b	2012	2012	2012		2012	2008-2012 ^b	2008-2012 ^b	2008-2012 ^b	2012	2012	2012	2008-2012 ^b	2008-2012 ^b
57 Federação Russa	-	3	2	9	10	-	-	-	-	-	-	-	-	5,0 ^d	
58 Bulgária	-	4	6	11	12	-	-	-	-	-	-	-	-	65,4	
59 Barbados	-	7	10	17	18	100,0 ^c	-	-	-	-	-	-	-	-	
60 Palau	-	1	9	15	21	90,3	-	-	-	-	-	-	-	-	
61 Antígua e Barbuda	-	1	2	9	10	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	
62 Malásia	-	1	5	7	9	90,7	16,6 ^c	5,1	-	0,1	0,1	-	-	5,0 ^d	
63 Maurícia	21,0	1	1	13	15	-	-	-	-	0,3	0,3	-	-	5,0 ^d	
64 Trinidad e Tobago	13,0 ^c	3	15	18	21	95,7 ^c	-	-	-	-	-	67,1 ^c	-	-	
65 Líbano	14,8	16	20	8	9	95,6 ^c	-	-	-	-	-	-	-	-	
65 Panamá	-	1	2	16	19	95,8	19,0	-	-	0,3	0,4	-	-	5,0 ^d	
67 Venezuela, República Bolivariana da	-	10	13	13	15	94,1 ^c	15,6 ^c	6,1 ^c	-	0,3	0,3	-	-	33,4	
68 Costa Rica	18,7 ^c	8	10	9	10	89,9	5,6	8,1	-	0,2	0,1	-	-	-	
69 Turquia	41,6	2	2	12	14	92,0	12,3	-	-	-	-	-	-	-	
70 Cazaquistão	31,8	1	4	17	19	99,9	13,1	0,6	-	-	-	73,5	76,2	5,0 ^d	
71 México	18,6	1	1	14	16	95,8	13,6 ^c	9,7 ^c	-	0,1	0,1	-	-	30,8	
71 Seicheles	-	2	2	11	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
73 São Cristóvão e Nevis	-	1	5	7	9	100,0 ^c	-	-	-	-	-	-	-	-	
73 Sri Lanca	76,0 ^c	1	1	8	10	99,4 ^c	17,0 ^c	0,8	-	0,1 ^e	0,1 ^e	-	-	86,3	
75 Irão, República Islâmica do	23,0 ^c	1	2	15	18	98,3	-	-	-	0,1	0,1	-	-	75,4	
76 Azerbaijão	12,0 ^c	19	34	31	35	76,6	25,0 ^c	12,9 ^c	-	0,1	0,2	-	28,6	5,0 ^d	
77 Jordânia	22,7	2	2	16	19	98,8	7,7	4,4	-	-	-	-	-	-	
77 Sérvia	13,7	9	13	6	7	99,0	6,6	15,6	-	-	-	64,5 ^f	63,3	66,7	
79 Brasil	41,0	1	1	13	14	98,2	7,0 ^c	7,3 ^c	-	-	-	-	-	5,0 ^d	
79 Geórgia	54,8	6	7	18	20	97,6	11,3	19,9	-	0,1	0,3	-	-	5,0 ^d	
79 Granada	-	1	6	11	14	100,0 ^c	-	-	-	-	-	-	-	-	
82 Peru	70,6	1	6	14	18	95,4	19,5	9,8	-	0,2	0,2	38,0 ^{c,f}	-	5,0 ^d	
83 Ucrânia	18,0 ^c	24	21	9	11	98,5 ^c	-	-	-	0,5	0,4	62,7 ^c	63,7 ^c	5,0 ^d	
84 Belize	14,7	1	4	16	18	94,0	19,3	7,9	-	0,6	0,5	25,5 ^{c,d}	-	16,7	
84 Antiga República Jugoslava da Macedónia	23,0	3	3	7	7	98,6	4,9	12,4	-	-	-	-	-	-	
86 Bósnia-Herzegovina	18,5	5	6	6	7	98,9	8,9 ^c	17,4 ^c	-	-	-	-	67,4	-	
87 Arménia	34,6	2	3	15	16	99,1	19,3	15,3	-	0,1 ^e	0,1 ^e	-	-	25,0	
88 Fiji, Ilhas	39,8 ^c	1	1	19	22	100,0	-	-	-	0,1	0,1	-	-	-	
89 Tailândia	15,1	1	2	11	13	99,1	16,0 ^c	8,0 ^c	-	0,3	0,3	-	-	5,0 ^f	
90 Tunísia	6,0	1	4	14	16	96,0	10,1	14,3	-	0,1 ^e	0,1 ^e	-	-	18,2	
91 China, República Popular da	27,6	1	1	12	14	94,1	9,9	6,6	-	-	-	-	-	33,9	
91 São Vicente e Granadinas	-	2	6	21	23	99,5	-	-	-	-	-	-	-	-	
93 Argélia	7,0	1	5	17	20	89,4 ^c	15,0 ^c	12,9 ^c	-	-	-	-	-	24,7	
93 Dominica	-	2	1	12	13	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	
95 Albânia	38,6 ^c	1	1	15	17	97,3	19,0 ^c	21,7 ^c	-	-	-	-	54,9	-	
96 Jamaica	15,0 ^c	1	7	14	17	99,0	4,8	4,0	-	0,5	0,9	49,4	75,5	8,7	
97 Santa Lúcia	-	1	1	15	18	99,2 ^c	-	-	-	-	-	-	-	-	
98 Colômbia	42,8	8	6	15	18	97,0	13,2	4,8	-	0,2	0,3	38,8	-	22,4	
98 Equador	40,0 ^c	1	6	20	23	84,2 ^c	29,0 ^c	5,1 ^c	-	0,2	0,4	-	-	5,0	
100 Suriname	2,8	6	27	19	21	89,9	8,8 ^c	4,0 ^c	-	0,7	0,4	39,3 ^c	-	5,0	
100 Tonga	-	5	5	11	13	97,9	-	-	-	-	-	-	-	-	
102 República Dominicana	7,8 ^c	8	21	23	27	98,9 ^c	9,8 ^c	8,3	-	0,2	0,1	33,9 ^c	61,8 ^c	5,0	
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO															
103 Maldivas	47,8	1	2	9	11	99,1	18,9	6,5	-	0,1 ^e	0,1 ^e	-	-	-	
103 Mongólia	65,7	1	1	23	28	99,0	15,3	10,9 ^c	-	0,1 ^e	0,1 ^e	-	68,9	84,2	
103 Turcomenistão	11,0 ^c	2	1	45	53	99,1 ^c	19,0 ^c	-	-	-	-	-	-	-	
106 Samoa	51,3	1	15	15	18	93,0	-	-	-	-	-	-	-	-	
107 Palestina, Estado da	27,0 ^c	2	2	19	23	98,8	10,9	-	-	-	-	-	-	-	
108 Indonésia	41,5	9	20	26	31	92,7	35,6	12,3	-	0,5	0,4	-	-	76,6	
109 Botsuana	20,0 ^c	2	6	41	53	94,1 ^c	31,4 ^c	11,2 ^c	11,0	6,7	3,7	-	-	5,0	
110 Egito	53,2	6	7	18	21	73,6	28,9	20,5	-	0,1 ^e	0,1 ^e	-	-	85,7	
111 Paraguai	24,4	4	9	19	22	96,3	17,5 ^c	7,1 ^c	-	0,3	0,2	51,3	-	12,9	
112 Gabão	6,0	14	29	42	62	94,4	16,5	7,4	3,6	1,6	0,4	55,7	76,5	27,1	
113 Bolívia, Estado Plurinacional da	60,4	15	16	33	41	85,8	27,1	8,5	-	0,1	0,1	-	40,7	5,0	

TABELA 7: SAÚDE INFANTIL E JUVENIL

Classificação do IDH	Crianças alimentadas exclusivamente com leite materno (% de crianças até aos 5 meses)	Crianças com imunização insuficiente (% de crianças com 1 ano)		Taxas de mortalidade mortes por 1.000 nados vivos		Cobertura pré-natal (%)	Subnutrição em crianças com idade inferior a 5 anos (% de crianças com menos de 5 anos)			Prevalência do VIH			Prevenção do VIH		
		Triplíce	Contra o sarampo	Bebês	Crianças com menos de 5 anos		Atraso no crescimento (moderado e grave)	Excesso de peso (moderado e grave)	Crianças com VIH (0-14 anos) (milhares)	Na juventude (% entre os 15 e os 24 anos)		Utilização de preservativos pelos jovens com parceiros múltiplos (% entre os 15 e os 24 anos)		Mulheres grávidas seropositivas sem tratamento destinado a prevenir a transmissão por via materna ^a (%)	
										Feminino	Masculino	Feminino	Masculino		
		2008–2012 ^b	2012	2012	2012		2012	2008–2012 ^b	2008–2012 ^b	2008–2012 ^b	2012	2012	2012	2008–2012 ^b	2008–2012 ^b
114	Moldávia, República da	46,0 ^c	3	9	15	18	98,0 ^c	10,0 ^c	9,1 ^c	-	0,2	0,2	-	-	23,9
115	El Salvador	31,4	8	7	14	16	94,0	19,2	6,0	-	0,2	0,3	-	-	26,7
116	Usbequistão	26,0 ^c	1	1	34	40	99,0 ^c	19,0 ^c	12,8 ^c	-	0,1 ^e	0,1 ^e	-	-	5,0
117	Filipinas	34,0	10	15	24	30	91,1	32,0	4,3	-	0,1 ^d	0,1 ^d	-	-	92,1
118	África do Sul	8,0 ^c	30	21	33	45	97,1	33,0 ^c	19,2 ^c	410,0	13,9	3,9	-	-	5,0
118	Síria, República Árabe da	42,6	32	39	12	15	87,7	27,5	17,9	-	-	-	-	-	-
120	Iraque	19,6	13	³¹	28	34	83,8	22,6	11,8	-	-	-	-	-	-
121	Guiana	33,2	1	1	29	35	92,1	18,2	6,2	-	0,8	0,5	-	76,1	5,0
121	Vietname	17,0	1	4	18	23	93,7	22,7	4,4	-	0,1	0,2	-	-	58,1
123	Cabo Verde	60,0 ^c	1	4	19	22	97,6 ^c	-	-	-	0,1 ^e	0,1 ^e	-	-	-
124	Micronésia, Estados Federados da	-	3	9	31	39	80,0	-	-	-	-	-	-	-	-
125	Guatemala	49,6	2	7	27	32	93,2	48,0	4,9	-	0,2	0,3	27,3 ^f	74,3	5,0
125	Quirguizistão	32,0 ^c	4	2	24	27	96,9	22,6	4,4	-	0,1	0,2	-	75,7	65,7
127	Namíbia	24,0 ^c	11	24	28	39	94,6 ^c	29,0 ^c	4,6 ^c	18,0	4,1	2,2	73,7	82,2	5,0
128	Timor-Leste	51,5	31	38	48	57	84,4	58,1	4,7	-	-	-	-	-	-
129	Honduras	31,2	12	7	19	23	91,7	22,6 ^c	5,1 ^c	-	0,2	0,2	38,0 ^c	59,0	34,6
129	Marrocos	31,0 ^c	1	¹	27	31	77,1	14,9	10,7	-	0,1	0,1	-	-	70,0
131	Vanuatu	40,0 ^c	22	48	15	18	84,3 ^c	26,3 ^c	4,5 ^c	-	-	-	-	-	-
132	Nicarágua	30,6 ^c	1	1	21	24	90,2 ^c	22,0 ^c	6,2 ^c	-	0,2	0,3	-	-	42,9
133	Quiribati	69,0	6	9	46	60	88,4	-	-	-	-	-	2,4 ^f	29,6	-
133	Tajiquistão	25,0 ^c	4	6	49	58	88,8	26,2	5,9	-	0,1	0,1	-	-	51,9
135	Índia	46,4 ^c	12	26	44	56	74,2 ^c	48,0 ^c	1,9 ^c	-	0,1	0,1	17,1 ^{c,f}	32,4 ^c	-
136	Butão	48,7	3	5	36	45	97,3	33,5	7,6	-	0,1	0,1	-	-	61,5
136	Camboja	73,5	3	7	34	40	89,1	39,9	1,6	-	0,2	0,2	-	-	14,4
138	Gana	45,7	8	12	49	72	96,4	22,7	2,6	28,0	0,5	0,3	27,2	39,3	9,8
139	Laos, República Democrática Popular do	26,0 ^c	13	28	54	72	35,1	44,2	2,0	-	0,2	0,2	-	-	73,7
140	Congo	19,0 ^c	10	20	62	96	93,0	30,0 ^c	3,3	13,0	1,3	0,8	44,0	55,0	93,0
141	Zâmbia	61,0 ^c	14	17	56	89	93,7 ^c	45,4 ^c	7,9 ^c	160,0	4,6	3,5	41,5 ^{c,f}	43,1 ^c	5,0
142	Bangladeche	64,1	1	4	33	41	54,6	41,3	1,5	-	0,1 ^e	0,1 ^e	-	-	25,0
142	São Tomé e Príncipe	51,4	2	8	38	53	97,9	29,3	10,5	-	0,4	0,3	-	59,1	-
144	Guiné Equatorial	24,0 ^c	35	49	72	100	86,1 ^c	35,0 ^c	8,3 ^c	-	-	-	-	-	-
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO															
145	Nepal	69,6	10	14	34	42	58,3	40,5	1,5	-	0,1 ^e	0,1 ^e	-	45,1	71,2
146	Paquistão	37,0 ^c	12	17	69	86	60,9 ^c	43,7	6,4	-	0,1 ^e	0,1 ^e	-	-	95,5
147	Quênia	32,0	11	7	49	73	91,5	35,3	4,7	200,0	3,6	1,8	37,1	67,3	25,0
148	Suazilândia	44,1	3	¹²	56	80	96,8	30,9	10,7	22,0	20	10,3	68,6	84,5	5,0
149	Angola	11,0 ^c	1	3	100	164	79,8 ^c	29,0 ^c	-	30,0	1,2	0,6	-	-	76,4
150	Mianmar	23,6	11	16	41	52	83,1	35,1	2,6	-	0,1 ^e	0,1 ^e	-	-	5,0
151	Ruanda	84,9	1	3	39	55	98,0	44,2	7,1	27,0	1,3	1	-	-	34,1
152	Camarões	20,0	6	18	61	95	84,7	32,5	6,5	59,0	1,8	1,0	46,5	66,5	38,4
152	Nigéria	15,1	53	58	78	124	57,7	35,8	3,0	430,0	1,3	0,7	46,6	-	79,1
154	Iémen	12,0 ^c	11	29	46	60	47,0 ^c	57,7 ^c	5,0 ^c	-	0,1	0,1	-	-	97,8
155	Madagáscar	50,7	4	³¹	41	58	86,3	50,1	-	-	0,3	0,3	6,6	8,8	83,7
156	Zimbabué	31,4	5	10	56	90	89,8	32,0	5,5	180,0	6,3	3,9	38,5 ^f	50,5	38,2
157	Papuaía - Nova Guiné	56,0 ^c	15	33	48	63	78,8 ^c	43,6 ^c	4,4 ^c	3,1	0,1 ^e	0,1 ^e	-	-	74,9
157	Ilhas Salomão	74,0 ^c	6	15	26	31	73,9 ^c	32,8 ^c	2,5 ^c	-	-	-	18,0 ^c	39,1	-
159	Comores	-	9	15	58	78	75,0	30,1	9,3	-	1,6	2,8	-	52,3	-
159	Tanzânia, República Unida da	49,8	1	3	38	54	87,8	42,0	5,0	230,0	3,6	1,8	33,9	40,6	15,3
161	Mauritânia	45,9	5	25	65	84	75,4	22,5	1,2	-	0,2	0,1	-	-	95,7
162	Lesoto	53,5	7	15	74	100	91,8	39,0	7,3	38,0	10,7	5,8	44,9	60,3	30,0
163	Senegal	39,0	3	16	45	60	93,3	26,5	2,5	-	0,3	0,1	-	-	60,8
164	Uganda	63,2	11	18	45	69	93,3	33,4	3,4	190,0	4	2,3	-	47,3	43,3
165	Benim	32,5	12	28	59	90	85,8	44,6	17,9	9,1	0,4	0,2	34,6	43,8	63,9
166	Sudão	41,0	1	15	49	73	55,9	35,0	-	-	-	-	-	-	-
166	Togo	62,4	6	28	62	96	71,6	29,7	1,6	17,0	0,9	0,5	39,2	54,4	21,0
168	Haiti	39,7	19	42	57	76	84,5	21,9 ^c	3,6 ^c	12,0	0,9	0,6	51,6 ^c	61,8 ^c	5,0
169	Afeganistão	-	14	32	71	99	47,9	59,0 ^c	4,6 ^c	-	0,1 ^e	0,1 ^e	-	-	99,0 ^g
170	Djibouti	1,0 ^c	15	17	66	81	92,3 ^c	30,8	8,1	1,2	0,3	0,2	-	-	80,1

Classificação do IDH	Crianças alimentadas exclusivamente com leite materno (% de crianças até aos 5 meses)	Crianças com imunização insuficiente (% de crianças com 1 ano)		Taxas de mortalidade mortes por 1.000 nados vivos		Cobertura pré-natal (%)	Subnutrição em crianças com idade inferior a 5 anos			Prevalência do VIH			Prevenção do VIH		
		Triplíce	Contra o sarampo	Bebês	Crianças com menos de 5 anos		Atraso no crescimento (moderado e grave)	Excesso de peso (moderado e grave)	Crianças com VIH (0-14 anos) (milhares)	Na juventude		Utilização de preservativos pelos jovens com parceiros múltiplos		Mulheres grávidas seropositivas sem tratamento destinado a prevenir a transmissão por via materna ^g	
										Feminino	Masculino	Feminino	Masculino		
		2008–2012 ^b	2012	2012	2012		2012	2008–2012 ^b	2008–2012 ^b	2008–2012 ^b	2012	2012	2012	2008–2012 ^b	2008–2012 ^b
171 Costa do Marfim	12,1	2	15	76	108	90,6	29,8	3,0	63,0	1,2	0,7	34,2	56,5	18,6	
172 Gâmbia	33,5	1	5	49	73	98,1	23,4	1,9	-	0,5	0,2	49,3 ^f	-	5,0	
173 Etiópia	52,0	20	34	47	68	42,5	44,4	1,7	170,0	0,5	0,3	-	47,2	72,3	
174 Malawi	71,4	1	10	46	71	94,7	47,1	8,3	180,0	4,5	2,7	31,4	40,5	39,4	
175 Libéria	29,0 ^c	14	20	56	75	79,3 ^c	41,8	4,6	3,7	0,1 ^e	0,1 ^e	16,2	27,8	23,1	
176 Mali	20,4	15	41	80	128	70,4	27,8 ^c	1,0	-	0,3	0,2	7,9 ^f	38,0	57,9	
177 Guiné-Bissau	38,3	8	31	81	129	92,6	32,2	3,2	5,9	1,7	0,9	50,0	-	59,5	
178 Moçambique	42,8	9	18	63	90	92,3	42,6	7,4	180,0	6,6	2,8	38,3	40,8	39,0	
179 Guiné	48,0	14	42	65	101	88,4	34,5	3,6	14,0	0,8	0,4	37,0	54,0	44,9	
180 Burundi	69,3	1	7	67	104	98,9	57,7	2,7	17,0	0,6	0,4	-	-	38,0	
181 Burquina Faso	38,2	6	13	66	102	94,3	32,9	2,4	21,0	0,5	0,4	65,3	74,7	45,8	
182 Eritreia	52,0	1	1	37	52	70,3 ^c	44,0 ^c	1,6 ^c	3,1	0,2	0,2	-	-	-	
183 Serra Leoa	31,6	6	20	117	182	93,0	44,4	9,6	5,8	1	0,3	12,4	-	5,0	
184 Chade	3,4	36	36	89	150	53,1	38,7	2,8	34,0	1,1	0,6	57,1 ^f	-	86,0	
185 Centro-Africana, República	34,3	31	51	91	129	68,3	40,7	1,8	-	-	-	34,0 ^c	46,5 ^c	25,5	
186 Congo, República Democrática do	37,0	14	27	100	146	88,8	43,4	4,9	88,0	0,8	0,4	15,9	-	-	
187 Níger	23,3	20	27	63	114	46,1	43,9	2,4	-	0,1 ^e	0,1 ^d	-	-	57,6	
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS															
Coreia, República Popular Democrática da	65,0	3	1	23	29	100,0	27,9	-	-	-	-	-	-	-	
Marshall, Ilhas	31,0 ^c	3	22	31	38	81,2 ^c	-	-	-	-	-	8,8 ^f	22,6	-	
Mónaco	-	1	1	3	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nauru	67,0 ^c	2	4	30	37	94,5 ^c	24,0 ^c	2,8 ^c	-	-	-	8,2	16,7	-	
São Marino	-	2	13	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Somália	9,0 ^c	48	54	91	147	26,1 ^c	42,0 ^c	4,7	-	0,2	0,2	-	-	94,0	
Sudão do Sul	45,1	21	38	67	104	40,3	31,1	5,4	19,0	1,2	0,6	7,3	-	90,0	
Tuvalu	35,0 ^c	1	2	25	30	97,4 ^c	10,0 ^c	6,3 ^c	-	-	-	-	-	-	
Agrupamentos por IDH															
Desenvolvimento humano muito elevado	-	2	6	5	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Desenvolvimento humano elevado	-	2	3	13	15	94,9	-	-	-	-	-	-	-	-	
Desenvolvimento humano médio	-	10	20	37	46	78,7	40,3	5,3	-	-	-	-	-	8,3	
Desenvolvimento humano baixo	-	18	27	64	94	70,5	39,8	4,2	-	-	-	-	-	46,1	
Regiões															
Estados Árabes	-	8	15	28	37	78,1	27,7	-	-	-	-	-	-	-	
Ásia Oriental e Pacífico	-	4	6	17	21	93,4	18,4	7,0	-	-	-	-	-	-	
Europa e Ásia Central	-	6	7	20	23	95,2	15,5	9,7	-	-	-	-	-	-	
América Latina e Caraíbas	-	4	5	16	19	96,1	14,6	-	-	-	-	-	-	11,9	
Ásia do Sul	-	11	22	45	57	71,8	46,7	2,5	-	-	-	-	-	-	
África Subsaariana	-	20	28	64	97	76,9	37,8	4,6	200,8	-	-	-	-	34,8	
Países menos desenvolvidos	-	10	20	57	84	69,1	41,1	3,8	-	-	-	-	-	33,7	
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	-	11	25	37	49	92,1	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mundo	-	9	16	35	47	84,8	-	-	-	-	-	-	-	-	

NOTAS

- a As estimativas correspondem ao limite superior.
- b Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.
- c Os dados referem-se ao ano anterior ao especificado.
- d 5 ou menos.
- e 0,1 ou menos.
- f Com base num denominador reduzido (geralmente casos entre os 25 e os 49 anos não ponderados).
- g 99 ou mais.

DEFINIÇÕES

Crianças alimentadas exclusivamente com leite materno: Percentagem de crianças alimentadas exclusivamente com leite materno nas 24 horas anteriores ao inquérito.

Crianças com imunização triplíce insuficiente: Percentagem de crianças sobreviventes que não receberam a primeira dose da vacina triplíce (difteria, tétano e tosse convulsa).

Crianças com imunização insuficiente contra o sarampo: Percentagem de crianças sobreviventes que não receberam a primeira dose da vacina contra o sarampo.

Taxa de mortalidade infantil: Probabilidade de morte entre o nascimento e o ano, expressa por 1.000 nados vivos.

Taxa de mortalidade até aos 5 anos: Probabilidade de morte entre o nascimento e os 5 anos, expressa por 1.000 nados vivos.

Cobertura pré-natal: Proporção de mulheres que recorreram, pelo menos uma vez durante a gravidez, a cuidados de saúde pré-natal prestados por profissionais

de saúde especializados por razões relacionadas com a gravidez, como percentagem dos nados vivos.

Crianças com atraso no crescimento: Percentagem de crianças com idade inferior aos 59 meses com dois desvios-padrão abaixo da altura média para a idade dos Padrões de Crescimento Infantil da OMS.

Crianças com excesso de peso: Percentagem de crianças com idade inferior aos 59 meses com dois desvios-padrão acima do peso médio para a idade dos Padrões de Crescimento Infantil da OMS.

Crianças com VIH: Número estimado de crianças (0-14 anos) com VIH a partir de 2011.

VIH na juventude: Percentagem da população com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos infetada com VIH.

Utilização de preservativos pelos jovens com parceiros múltiplos: Jovens entre os 15 e os 24 anos que referiram ter tido mais do que um parceiro sexual

nos últimos 12 meses e ter usado preservativo da última vez que fizeram sexo com um deles, expresso em percentagem de todos os jovens com parceiros múltiplos.

Mulheres grávidas seropositivas sem tratamento: Proporção de mulheres grávidas seropositivas que não estão a receber tratamento antirretroviral para prevenir a transmissão de mãe para filho, expressa em percentagem de todas as mulheres grávidas seropositivas.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Colunas 1 e 6 a 13: UNICEF (2014).

Colunas 2 e 3: Cálculos do GRDH baseados em dados da UNICEF (2014).

Colunas 4 e 5: Grupo Interagências para o Cálculo de Estimativas da Mortalidade Infantil (2013).

Coluna 14: OMS (2013a).

Saúde dos adultos e despesas de saúde

Classificação do IDH	Taxa de mortalidade em adulto		Taxas de mortalidade normalizadas por idade		Taxa de obesidade normalizada por idade em adulto	Prevalência do VIH em adultos	Esperança de vida				Despesas de saúde		
	(por 1000 pessoas)		(por 100.000 pessoas)				(% da população com 20 anos ou mais)	(% entre os 15 e os 49 anos)	aos 60 anos		Médicos	Total	Despesas próprias
	Feminino	Masculino	por consumo de álcool	por consumo de drogas	(anos)	Feminino			Masculino	(por 10.000 pessoas)			
	2011	2011	2008	2008	2008	2012	2010/2015 ^a	2010	2010	2003-2012 ^b	2011	2011	
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO													
1	Noruega	49	77	2,9	0,9	19,8	-	24,0	69,7	66,3	-	9,1	13,6
2	Austrália	46	80	1,0	0,5	25,1	-	25,1	71,8	68,4	38,5	9,0	19,8
3	Suíça	41	69	2,3	3,0	14,9	-	25,0	72,4	69,1	40,8	10,9	25,0
4	Países Baixos	55	72	0,9	0,1	16,2	-	23,5	70,2	67,9	-	12,0	5,1
5	Estados Unidos	77	131	2,1	1,6	31,8	-	23,2	69,5	66,2	24,2	17,9	11,3
6	Alemanha	51	96	4,3	0,9	21,3	-	23,5	70,9	67,1	36,9	11,1	12,4
7	Nova Zelândia	55	85	0,4	0,3	27,0	-	24,1	70,7	67,7	27,4	10,1	10,5
8	Canadá	53	84	1,6	1,2	24,3	-	24,4	70,9	68,3	20,7	11,2	14,4
9	Singapura	41	72	-	-	6,4	-	24,5	72,6	69,6	19,2	4,6	60,4
10	Dinamarca	62	103	6,9	0,5	16,2	-	22,4	69,5	66,3	-	11,2	13,2
11	Irlanda	51	85	1,6	2,2	24,5	-	23,4	70,5	67,2	-	9,4	14,5
12	Suécia	44	71	2,8	1,5	16,6	-	24,1	71,2	68,0	38,7	9,4	16,9
13	Islândia	38	64	0,9	0,3	21,9	-	24,3	69,9	66,9	34,6	9,1	18,2
14	Reino Unido	57	91	1,4	1,8	24,9	-	23,5	70,1	67,1	27,7	9,3	9,2
15	Hong Kong, China (RAE)	-	-	-	-	-	-	25,4	-	-	-	-	-
15	Coreia, República da	42	102	2,2	0,2	7,3	-	24,0	72,6	67,9	20,2	7,2	32,9
17	Japão	46	84	0,3	0,0	4,5	-	26,1	75,5	70,6	21,4	9,3	16,4
18	Listenstaine	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
19	Israel	44	75	0,8	1,4	25,5	-	24,3	70,9	68,3	31,1	7,7	21,4
20	França	53	113	4,2	0,5	15,6	-	25,1	71,9	67,0	33,8	11,6	7,5
21	Áustria	49	94	3,2	2,6	18,3	-	23,9	71,2	67,0	48,6	10,6	16,3
21	Bélgica	59	102	1,7	0,4	19,1	-	23,6	70,6	66,5	37,8	10,6	19,1
21	Luxemburgo	52	84	3,7	1,0	23,4	-	23,4	69,9	66,9	27,8	7,7	11,4
24	Finlândia	51	116	3,5	0,7	19,9	-	23,8	69,6	65,0	-	8,9	19,2
25	Eslovénia	51	118	4,1	0,3	27,0	-	22,8	70,7	65,7	25,4	9,1	13,0
26	Itália	40	73	0,2	0,7	17,2	-	24,7	71,9	68,3	38,0	9,5	19,9
27	Espanha	41	91	0,6	1,4	24,1	-	24,8	73,0	68,8	39,6	9,4	20,1
28	República Checa	60	132	1,3	0,3	28,7	-	21,1	69,6	64,8	37,1	7,4	15,1
29	Grécia	43	102	0,1	-	17,5	-	23,5	70,4	67,0	-	10,8	36,7
30	Brunei Darussalam	71	105	-	0,5	7,9	-	21,4	68,6	66,2	13,6	2,5	14,8
31	Qatar	52	74	-	0,0	33,1	-	21,2	67,4	66,2	27,6	1,9	13,6
32	Chipre	38	79	0,0	0,1	23,4	-	22,0	70,6	67,1	27,5	7,4	49,4
33	Estónia	69	207	8,8	0,6	18,9	-	20,2	69,3	61,7	33,4	6,0	18,6
34	Arábia Saudita	52	71	0,4	0,2	35,2	-	19,2	66,6	63,9	9,4	3,7	18,0
35	Lituânia	92	267	0,7	0,4	24,7	-	19,1	68,4	60,0	36,4	6,6	27,9
35	Polónia	72	191	3,7	0,1	23,2	-	21,1	69,3	62,8	20,7	6,7	22,9
37	Andorra	44	93	0,4	1,2	24,2	-	-	72,2	68,3	39,1	7,2	19,6
37	Eslováquia	70	170	0,0	1,5	24,6	-	19,8	68,3	62,4	30,0	8,7	26,2
39	Malta	42	77	0,2	-	26,6	-	22,3	70,6	66,7	32,3	8,7	33,9
40	Emiratos Árabes Unidos	64	85	1,1	0,3	33,7	-	19,8	66,2	64,7	19,3	3,3	16,2
41	Chile	58	113	3,0	0,8	29,1	0,4	23,6	71,0	66,2	10,3	7,5	37,2
41	Portugal	50	117	0,9	1,5	21,6	-	23,2	70,7	66,4	-	10,4	27,3
43	Hungria	93	208	3,3	1,5	24,8	-	19,9	67,3	61,1	34,1	7,7	26,2
44	Barain	51	69	0,5	0,5	32,6	-	19,5	65,2	64,3	14,9	3,8	16,6
44	Cuba	75	119	2,1	0,0	20,5	0,1 ^c	22,9	66,9	63,5	67,2	10,0	5,3
46	Koweit	44	61	0,1	-	42,8	-	17,6	67,0	65,3	17,9	2,7	16,1
47	Croácia	60	140	2,9	1,6	21,3	-	20,6	68,3	63,6	27,2	7,8	14,6
48	Letónia	89	237	1,9	1,5	22,0	-	19,1	67,2	60,0	29,0	6,2	39,6
49	Argentina	85	154	1,7	0,9	29,4	0,4	21,4	68,7	63,5	31,6	8,1	24,7
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO													
50	Uruguai	80	152	1,2	0,3	23,6	0,7	21,8	70,0	64,0	37,4	8,0	13,1
51	Bahamas	116	190	4,9	0,2	35,0	-	22,3	66,9	59,4	28,2	7,7	28,7
51	Montenegro	81	154	-	-	21,8	-	19,2	66,1	63,3	20,3	9,3	30,0
53	Bielorrússia	103	307	3,1	2,3	23,4	0,4	17,1	65,6	56,4	37,6	5,3	26,7
54	Roménia	84	209	2,9	0,0	17,7	-	19,4	67,3	61,4	23,9	5,8	19,4
55	Líbia	134	411	0,0	6,9	30,8	-	19,7	63,6	62,2	19,0	4,4	31,2
56	Omã	78	157	0,4	0,2	22,0	-	20,5	66,4	63,6	20,5	2,3	11,4
57	Federação Russa	131	351	3,5	4,5	24,9	-	17,5	64,5	55,4	43,1	6,2	35,4

Classificação do IDH	Taxa de mortalidade em adulto		Taxas de mortalidade normalizadas por idade		Taxa de obesidade normalizada por idade em adulto	Prevalência do VIH em adultos	Esperança de vida			Despesas de saúde		
	(por 1000 pessoas)		(por 100.000 pessoas)				(% da população com 20 anos ou mais)	(% entre os 15 e os 49 anos)	aos 60 anos		Médicos	Total
	Feminino	Masculino	por consumo de álcool	por consumo de drogas	(anos)	Feminino			Masculino	(por 10.000 pessoas)		
	2011	2011	2008	2008	2008	2012	2010/2015 ^a	2010	2010	2003-2012 ^b	2011	2011
58 Bulgária	86	194	0,8	0,1	21,4	-	18,8	66,8	61,5	37,6	7,3	43,2
59 Barbados	70	122	0,7	-	33,4	-	19,5	64,7	61,9	18,1	7,7	29,0
60 Palau	109	231	0,1	0,0	50,7	-	-	-	-	13,8	10,6	11,6
61 Antígua e Barbuda	164	203	5,5	-	25,8	-	21,5	65,5	61,2	-	5,9	28,2
62 Malásia	90	174	0,9	0,4	14,1	0,4	19,0	66,4	62,6	12,0	3,6	41,7
63 Maurícia	94	208	4,1	0,5	18,2	1,2	19,3	66,8	61,2	10,6	5,9	53,0
64 Trindade e Tobago	104	222	0,8	0,4	30,0	-	17,8	63,3	55,7	11,8	5,7	38,5
65 Líbano	99	148	2,0	4,6	28,2	-	22,7	67,5	65,9	35,4	6,3	56,5
65 Panamá	82	148	0,3	0,8	25,8	0,7	23,9	69,0	64,3	-	8,2	26,8
67 Venezuela, República Bolivariana da	90	198	0,6	0,8	30,8	0,6	21,1	68,5	61,7	-	5,2	57,0
68 Costa Rica	66	114	1,3	0,4	24,6	0,3	23,8	70,5	67,3	-	10,9	27,2
69 Turquia	68	123	-	0,2	29,3	-	20,9	66,0	61,8	17,1	6,7	16,1
70 Cazaquistão	152	337	3,1	4,0	24,4	-	16,5	62,4	53,9	38,4	3,9	41,5
71 México	95	177	1,1	0,2	32,8	0,2	22,7	69,1	64,7	19,6	6,2	46,5
71 Seicheles	101	220	4,5	0,5	24,6	-	19,4	62,7	54,2	15,1	3,8	5,4
73 São Cristóvão e Nevis	83	170	4,4	-	40,9	-	-	-	-	-	4,4	41,8
73 Sri Lanca	77	191	5,2	0,4	5,0	0,1	19,6	68,6	62,3	4,9	3,4	45,9
75 Irão, República Islâmica do	85	154	1,2	11,1	21,6	0,2	19,9	65,3	61,5	8,9	6,0	58,5
76 Azerbaijão	85	175	1,7	0,5	24,7	0,2	18,3	65,1	59,9	33,8	5,2	70,1
77 Jordânia	99	146	0,7	1,7	34,3	-	19,0	63,2	64,8	25,6	8,4	24,7
77 Sérvia	86	175	-	-	23,0	-	18,7	68,0	64,0	21,1	10,4	36,2
79 Brasil	100	202	4,8	0,5	19,5	-	21,8	66,6	61,1	17,6	8,9	31,3
79 Geórgia	88	227	0,2	3,7	21,2	0,3	19,8	66,9	59,3	42,4	9,9	69,5
79 Granada	122	196	3,7	0,9	24,0	-	18,5	61,7	57,4	6,6	6,2	50,5
82 Peru	93	119	1,0	1,0	16,5	0,4	21,5	66,6	64,8	9,2	4,8	38,4
83 Ucrânia	120	310	3,6	2,3	20,1	0,9	17,4	64,9	56,6	35,2	7,2	45,2
84 Belize	139	210	2,0	0,3	34,9	1,4	21,5	61,5	57,3	8,3	5,7	23,4
84 Antiga República Jugoslava da Macedónia	74	137	1,8	1,0	20,3	-	19,1	66,4	63,2	26,2	6,6	38,3
86 Bósnia-Herzegovina	66	141	0,2	2,8	24,2	-	20,2	68,1	64,4	16,9	10,2	31,3
87 Arménia	94	228	1,3	0,6	23,4	0,2	20,0	67,2	59,9	28,5	4,3	57,4
88 Fiji, Ilhas	153	244	0,2	-	31,9	0,2	17,0	59,0	57,1	4,3	3,8	21,0
89 Tailândia	102	207	1,9	0,9	8,5	1,1	21,4	67,8	62,7	3,0	4,1	13,7
90 Tunísia	72	134	1,6	4,6	23,8	0,1 ^c	20,2	67,5	64,6	12,2	6,2	39,5
91 China, República Popular da	81	112	0,9	0,0	5,6	-	19,5	70,4	65,5	14,6	5,2	34,8
91 São Vicente e Granadinas	115	176	4,1	0,7	25,1	-	19,7	62,5	58,1	-	4,9	18,3
93 Argélia	100	123	0,5	0,2	17,5	-	17,9	64,6	63,8	12,1	3,9	18,2
93 Domínica	118	222	1,9	0,7	25,0	-	-	65,0	58,3	-	5,9	23,6
95 Albânia	87	123	0,1	0,7	21,1	-	21,1	67,0	62,5	11,1	6,3	55,0
96 Jamaica	103	188	0,1	0,0	24,6	1,7	21,3	64,6	61,0	4,1	4,9	32,5
97 Santa Lúcia	88	180	1,9	-	22,3	-	21,0	64,1	59,0	-	7,2	51,1
98 Colômbia	76	154	0,0	1,2	18,1	0,5	21,3	67,1	62,4	14,7	6,1	17,0
98 Equador	89	162	3,7	1,2	22,0	0,6	23,6	68,5	64,4	16,9	7,3	49,4
100 Suriname	111	194	0,7	0,2	25,8	1,1	18,5	63,0	58,5	9,1	5,3	11,0
100 Tonga	242	123	0,0	0,2	59,6	-	18,6	63,2	58,9	5,6	5,3	11,1
102 República Dominicana	148	165	1,8	0,1	21,9	0,7	21,9	64,5	60,1	-	5,4	40,0
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO												
103 Maldivas	61	91	3,6	1,5	16,1	0,1 ^c	21,0	68,9	67,3	16,0	8,5	49,1
103 Mongólia	147	309	0,8	0,0	16,4	0,1 ^c	16,3	60,3	53,0	27,6	5,3	39,7
103 Turquemenistão	201	375	5,9	0,5	14,3	-	17,0	63,0	57,1	-	2,7	39,2
106 Samoa	105	177	0,1	0,2	55,5	-	18,9	63,2	59,8	4,8	7,0	7,1
107 Palestina, Estado da	-	-	-	-	-	-	18,7	64,0	60,5	-	-	-
108 Indonésia	166	200	1,0	1,0	4,7	0,4	17,8	62,5	59,3	2,0	2,7	49,9
109 Botsuana	238	301	0,6	0,3	13,5	23,0	16,4	61,3	57,1	3,4	5,1	5,0
110 Egito	85	141	0,4	13,5	34,6	0,1 ^c	17,5	60,8	57,5	28,3	4,9	58,2
111 Paraguai	97	176	3,2	0,3	19,2	0,3	20,8	64,4	61,3	-	9,7	56,1
112 Gabão	266	300	0,7	0,3	15,0	4,0	18,2	52,8	47,4	2,9	3,2	46,6
113 Bolívia, Estado Plurinacional da	165	222	1,5	1,2	18,9	0,3	18,6	61,5	60,1	-	4,9	25,8
114 Moldávia, República da	109	269	2,8	0,2	20,4	0,7	16,2	64,6	57,5	36,4	11,4	44,9
115 El Salvador	138	294	22,8	0,1	26,9	0,6	22,0	67,0	60,5	16,0	6,8	32,3

TABELA 8 SAÚDE DOS ADULTOS E DESPESAS DE SAÚDE

Classificação do IDH	Taxa de mortalidade em adulto		Taxas de mortalidade normalizadas por idade		Taxa de obesidade normalizada por idade em adulto	Prevalência do VIH em adultos	Esperança de vida			Despesas de saúde			
	(por 1000 pessoas)		(por 100.000 pessoas)		(% da população com 20 anos ou mais)	(% entre os 15 e os 49 anos)	aos 60 anos	anos ajustados à saúde		Médicos	Total	Despesas próprias	
	Feminino	Masculino	por consumo de álcool	por consumo de drogas			(anos)	Feminino	Masculino	(por 10.000 pessoas)	(% do PIB)	(% das despesas totais com saúde)	
	2011	2011	2008	2008	2008	2012	2010/2015 ^a	2010	2010	2003-2012 ^b	2011	2011	
116	Usbequistão	132	213	0,3	1,0	17,3	0,1	18,3	61,7	57,1	25,4	5,4	43,9
117	Filipinas	137	256	0,9	0,3	6,4	0,1 ^c	17,0	63,2	57,4	11,5	4,1	55,9
118	África do Sul	407	474	0,9	0,4	33,5	17,9	16,0	52,7	49,1	7,6	8,5	7,2
118	Síria, República Árabe da	75	132	0,6	2,9	31,6	-	19,9	67,5	64,6	15,0	3,7	51,0
120	Iraque	116	207	0,3	6,9	29,4	-	17,5	60,9	60,8	6,1	8,3	19,3
121	Guiana	258	379	1,1	0,6	16,9	1,3	16,6	57,6	52,5	2,1	5,9	18,0
121	Vietname	87	128	0,9	1,7	1,6	0,4	22,4	69,1	62,6	12,2	6,8	55,7
123	Cabo Verde	103	269	0,5	0,4	11,5	0,2	19,9	66,4	60,8	3,0	4,8	23,4
124	Micronésia, Estados Federados da	152	177	0,1	0,2	42,0	-	17,3	58,6	55,2	1,8	13,4	9,0
125	Guatemala	155	282	14,7	9,4	20,7	0,7	21,5	63,8	58,1	9,3	6,7	53,4
125	Quirguizistão	135	279	1,7	1,3	17,2	0,3	16,8	61,4	54,1	24,7	6,5	34,4
127	Namíbia	242	282	0,5	0,3	10,9	13,3	17,3	55,1	50,0	3,7	5,3	7,7
128	Timor-Leste	224	259	0,9	1,0	2,9	-	16,9	59,2	56,9	1,0	5,1	4,0
129	Honduras	114	163	13,7	0,3	19,8	0,5	22,1	62,2	61,0	3,7	8,6	47,9
129	Marrocos	89	141	0,8	8,0	17,3	0,1	17,9	61,9	60,3	6,2	6,0	58,0
131	Vanuatu	117	166	0,1	0,3	29,8	-	18,0	57,4	54,3	1,2	4,1	6,9
132	Nicarágua	119	204	10,5	0,3	24,2	0,3	22,2	66,3	61,9	3,7	10,1	42,2
133	Quiribati	164	340	-	0,1	45,8	-	17,4	54,7	49,6	3,8	10,1	1,3
133	Tajiquistão	156	180	0,5	3,4	9,9	0,3	18,2	61,0	56,5	19,0	5,8	60,1
135	Índia	159	247	1,2	1,9	1,9	0,3	17,0	57,7	54,9	6,5	3,9	59,4
136	Butão	157	210	1,1	2,2	5,5	0,2	19,5	61,5	58,2	0,7	4,1	15,3
136	Camboja	220	260	1,2	7,1	2,3	0,8	23,8	60,0	55,9	2,3	5,7	56,9
138	Gana	217	252	1,8	2,1	8,0	1,4	15,5	56,1	54,5	0,9	4,8	29,1
139	Laos, República Democrática Popular do	164	204	1,2	8,9	3,0	0,3	17,1	57,8	54,1	1,9	2,8	39,7
140	Congo	287	332	0,7	0,2	5,3	2,8	17,1	51,6	48,4	1,0	2,5	31,5
141	Zâmbia	377	426	0,8	0,3	4,2	12,7	17,0	48,7	46,8	0,7	6,1	27,0
142	Bangladeche	136	163	1,0	2,3	1,1	0,1 ^c	18,4	59,8	57,1	3,6	3,7	61,3
142	São Tomé e Príncipe	189	234	1,8	0,4	11,3	1,0	18,2	60,6	58,5	4,9	7,7	56,9
144	Guiné Equatorial	331	369	1,0	0,3	11,5	-	15,9	51,1	46,7	3,0	4,0	31,6
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO													
145	Nepal	157	183	1,0	1,2	1,5	0,3	17,1	59,9	57,6	2,1	5,4	54,8
146	Paquistão	152	186	0,4	6,0	5,9	0,1 ^c	17,4	58,0	55,2	8,1	2,5	63,0
147	Quênia	294	346	0,7	0,2	4,7	6,1	17,8	56,8	54,2	1,8	4,5	46,4
148	Suazilândia	504	558	0,7	0,3	23,4	26,5	16,3	43,3	40,4	1,7	8,0	13,1
149	Angola	331	383	1,3	0,3	7,2	2,3	15,7	54,0	49,7	1,7	3,5	27,3
150	Mianmar	181	231	1,1	3,8	4,1	0,6	16,6	58,3	53,2	5,0	2,0	80,7
151	Ruanda	291	344	0,9	0,0	4,3	2,9	17,8	56,4	53,2	0,6	10,8	21,4
152	Camarões	372	415	0,8	0,3	11,1	4,5	16,4	51,4	49,0	0,8	5,2	65,1
152	Nigéria	360	393	0,9	1,7	7,1	3,1	13,7	50,8	50,0	4,0	5,3	60,4
154	Iémen	185	234	0,5	13,1	16,7	0,1	16,2	55,3	55,3	2,0	5,5	78,1
155	Madagáscar	167	213	0,8	0,4	1,7	0,5	16,9	54,7	53,0	1,6	4,1	25,2
156	Zimbabué	473	501	0,8	0,1	8,6	14,7	18,8	46,1	43,3	0,6	-	-
157	Papuaásia - Nova Guiné	235	312	1,1	1,0	15,9	0,5	14,9	51,5	49,6	0,5	4,3	11,7
157	Ilhas Salomão	159	201	0,1	0,2	32,1	-	16,9	55,3	53,0	2,2	8,8	3,0
159	Comores	229	275	0,6	0,3	4,4	2,1	15,9	54,6	53,4	1,5	5,3	42,2
159	Tanzânia, República Unida da	322	363	0,8	0,0	5,4	5,1	17,9	52,6	51,8	0,1	7,3	31,7
161	Mauritânia	218	287	0,8	0,3	14,0	0,4	16,4	55,0	53,5	1,3	5,4	37,3
162	Lesoto	541	583	0,5	0,4	16,9	23,1	15,5	42,6	37,7	0,5	12,8	17,9
163	Senegal	239	293	0,8	0,0	8,0	0,5	16,2	56,5	54,8	0,6	6,0	32,7
164	Uganda	363	410	0,8	0,1	4,6	7,2	17,5	52,8	50,1	1,2	9,5	47,8
165	Benim	270	326	0,8	0,2	6,5	1,1	15,6	55,1	52,2	0,6	4,6	42,6
166	Sudão	216	279	1,3	3,5	6,6	-	17,4	58,1	55,9	2,8	8,4	69,1
166	Togo	313	359	0,8	0,2	4,6	2,9	14,5	52,0	50,0	0,5	8,0	40,4
168	Haiti	223	258	9,2	0,3	8,4	2,1	17,2	37,1	27,8	-	7,9	22,1
169	Afganistão	245	289	0,7	33,1	2,4	0,1 ^c	15,9	46,2	48,5	1,9	9,6	79,4
170	Djibouti	308	352	0,1	14,9	10,4	1,2	17,5	54,1	52,9	2,3	7,9	31,6
171	Costa do Marfim	310	348	1,1	0,3	6,7	3,2	13,9	50,6	45,4	1,4	6,8	64,3
172	Gâmbia	237	295	0,8	0,3	8,5	1,3	15,2	54,2	52,3	1,1	4,4	22,3
173	Etiópia	265	306	0,7	0,0	1,2	1,3	17,8	53,5	51,4	0,3	4,7	33,8

Classificação do IDH	Taxa de mortalidade em adulto		Taxas de mortalidade normalizadas por idade		Taxa de obesidade normalizada por idade em adulto	Prevalência do VIH em adultos	Esperança de vida			Despesas de saúde		
	(por 1000 pessoas)		(por 100.000 pessoas)				(% da população com 20 anos ou mais)	(% entre os 15 e os 49 anos)	aos 60 anos		Médicos	Total
	Feminino	Masculino	por consumo de álcool	por consumo de drogas	(anos)	Feminino			Masculino	(por 10.000 pessoas)		
	2011	2011	2008	2008	2008	2012	2010/2015 ^a	2010	2010	2003–2012 ^b	2011	2011
174 Malauí	347	384	0,8	0,3	4,5	10,8	17,0	46,4	43,7	0,2	8,4	14,2
175 Libéria	292	331	0,9	0,3	5,5	0,9	15,4	47,9	47,6	0,1	19,5	17,7
176 Mali	304	369	0,9	0,3	4,8	0,9	15,4	48,4	48,8	0,8	6,8	54,3
177 Guiné-Bissau	352	405	0,9	0,3	5,4	3,9	14,9	49,5	46,7	0,7	6,3	41,3
178 Moçambique	421	457	0,7	0,3	5,4	11,1	16,8	46,1	42,9	0,3	6,6	9,0
179 Guiné	294	348	0,9	0,3	4,7	1,7	14,8	50,6	49,8	1,0	6,0	67,4
180 Burundi	321	370	0,9	0,2	3,3	1,3	16,0	46,8	45,5	0,3	8,7	43,6
181 Burquina Faso	236	298	0,9	0,3	2,4	1,0	15,1	48,8	45,4	0,5	6,5	36,6
182 Eritreia	259	347	0,6	0,2	1,8	0,7	15,1	52,0	50,3	0,5	2,6	51,2
183 Serra Leoa	438	459	1,2	0,0	7,0	1,5	12,5	50,7	47,6	0,2	18,8	74,9
184 Chade	311	373	1,0	0,3	3,1	2,7	15,6	48,6	45,1	0,4	4,3	70,5
185 Centro-Africana, República	420	466	0,9	0,2	3,7	-	15,9	41,7	37,7	0,5	3,8	43,4
186 Congo, República Democrática do	358	411	0,9	0,2	1,9	1,1	15,2	48,1	44,7	1,1	8,5	43,5
187 Níger	272	312	1,1	0,3	2,5	0,5	15,5	49,4	48,5	0,2	5,3	37,6
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS												
Coreia, República Popular Democrática da	131	203	0,8	0,6	3,8	-	16,8	64,4	60,3	32,9	-	-
Marshall, Ilhas	392	433	0,2	0,2	46,5	-	-	55,8	53,1	4,4	16,5	12,6
Mónaco	51	110	2,0	-	-	-	-	-	-	70,6	4,4	7,0
Nauru	57	105	0,9	-	71,1	-	-	-	-	7,1	-	8,0
São Marino	46	56	-	-	-	-	-	-	-	48,8	7,2	14,7
Somália	316	399	2,1	6,4	5,3	0,5	16,1	48,2	46,8	0,4	-	-
Sudão do Sul	344	378	-	-	-	2,7	16,4	-	-	-	1,6	55,4
Tuvalu	283	251	0,2	0,1	-	-	-	-	-	10,9	17,3	0,1
Agrupamentos por IDH												
Desenvolvimento humano muito elevado	59	109	1,9	1,0	22,0	-	23,0	70,9	66,9	27,8	12,2	13,7
Desenvolvimento humano elevado	89	152	1,6	0,9	12,5	-	19,9	68,6	63,6	17,2	6,0	33,8
Desenvolvimento humano médio	157	230	1,3	2,3	5,9	-	18,5	59,5	56,3	7,4	4,6	44,7
Desenvolvimento humano baixo	270	313	0,9	2,9	5,4	-	16,2	53,0	50,7	2,8	5,2	52,7
Regiões												
Estados Árabes	111	160	0,7	6,6	25,5	-	19,0	61,8	60,0	13,7	4,3	31,1
Ásia Oriental e Pacífico	99	137	1,0	0,4	5,6	-	18,5	68,2	63,5	12,1	4,8	35,9
Europa e Ásia Central	104	216	2,3	1,4	23,1	-	18,7	64,8	58,9	26,2	6,3	28,5
América Latina e Caraíbas	98	181	3,4	0,8	23,6	-	21,2	66,8	62,0	-	7,6	34,4
Ásia do Sul	153	228	1,1	3,2	3,2	-	18,6	58,3	55,5	6,3	4,2	59,7
África Subsariana	327	372	0,9	0,6	7,6	-	16,6	51,6	49,4	1,8	6,3	27,6
Países menos desenvolvidos												
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	155	206	3,0	0,3	18,6	-	19,3	57,1	52,5	25,5	5,6	33,6
Mundo	127	188	1,4	1,7	11,6	-	20,7	63,7	59,8	13,4	10,1	17,8

NOTAS

- a Os dados correspondem à média anual dos valores previstos para 2010-2015.
- b Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.
- c 0,1 ou menos.

DEFINIÇÕES

Taxa de mortalidade em adulto: Probabilidade de morte antes dos 60 anos de um jovem com 15 anos, expressa por 1.000 pessoas.

Taxa de mortalidade devida ao consumo de álcool normalizada por idade: A média ponderada das taxas de mortalidade devida ao consumo de álcool normalizadas por idade por 100.000 pessoas, em que as ponderações correspondem às percentagens de pessoas dos respetivos grupos etários da população padrão da OMS.

Taxa de mortalidade devida ao consumo de drogas normalizada por idade: A média ponderada das taxas de mortalidade devida ao consumo de drogas normalizadas por idade por 100.000 pessoas, em que as ponderações correspondem às percentagens de pessoas dos respetivos grupos etários da população padrão da OMS.

Taxa de obesidade normalizada por idade em adultos: A média ponderada da taxa de obesidade normalizada por idade (sendo a obesidade definida por um índice de massa corporal de 30 kg/m2 ou superior) em adultos com 20 anos ou mais expressa como percentagem da população total de 20 anos ou mais.

Taxa de prevalência do VIH em adultos: Percentagem da população com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos infetada com VIH.

Esperança de vida aos 60 anos: Número de anos adicionais que um adulto com 60 anos poderia esperar viver ainda se os padrões prevalentes das taxas de mortalidade por idades permanecessem iguais ao longo do resto da sua vida.

Esperança de vida ajustada à saúde: Número médio de anos que a pessoa pode esperar viver “em plena saúde” tendo em conta os anos que viveu com uma saúde não plena devido a doença ou ferimentos.

Médicos por 10.000 pessoas: Número de médicos (generalistas ou especialistas), expresso por 10.000 pessoas.

Total das despesas de saúde: Despesas de saúde correntes e de capitais incluídas nos orçamentos dos governos (centrais e locais), empréstimos e financiamentos externos (incluindo doações das agências internacionais e organizações não governamentais), e fundos de segurança social ou

de seguros de saúde obrigatórios, expressos em percentagem do PIB.

Despesas de saúde pagas com fundos próprios: Pagamentos diretos realizados pelas famílias a prestadores públicos ou privados de serviços de saúde, instituições sem fins lucrativos e partilha de custos não reembolsáveis como, por exemplo, deduções, participações e taxas de serviço expressas em percentagem do total das despesas de saúde.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

- Colunas 1 a 6 e 10:** OMS (2013a).
- Coluna 7:** UNDESA (2013a).
- Colunas 8 e 9:** Salomon e outros (2012).
- Coluna 11:** Banco Mundial (2013a).
- Coluna 12:** OMS (2013b).

Classificação do IDH	Taxas de alfabetização		População com pelo menos parte do ensino secundário	Taxas brutas de matrículas						Taxas de abandono escolar no ensino primário	Qualidade da educação					Despesa com educação (% do PIB)
	Adultos	Jovens		Pré-primário	Primário	Secundário	Superior	Professores do ensino primário com formação para o ensino	Desempenho dos estudantes de 15 anos			Rácio alunos-professores				
	(% com 15 anos ou mais)	(% entre os 15 e os 24 anos)		(% com 25 anos ou mais)	(% de crianças em idade pré-escolar)	(% da população em idade do ensino primário)	(% da população em idade do ensino secundário)	(% da população em idade do ensino superior)	(% do grupo de nível primário)		(%)	Matemática ^a	Leitura ^b	Ciências ^c	(Número de alunos por professor)	
	2005-2012 ^d	2005-2012 ^d		2005-2012 ^d	2003-2012 ^d	2003-2012 ^d	2003-2012 ^d	2003-2012 ^d	2003-2012 ^d		2003-2012 ^d	2012	2012	2012	2003-2012 ^d	
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO																
1	Noruega	-	-	97,1	99	99	113	73	0,7	-	489	504	495	-	6,9	
2	Austrália	-	-	94,4 ^e	95	104	133	83	-	-	504	512	521	-	5,1	
3	Suíça	-	-	95,7	100	103	96	54	-	-	531	509	515	-	5,4	
4	Países Baixos	-	-	89,0	90	108	128	76	-	-	523	511	522	-	6,0	
5	Estados Unidos	-	-	95,0	73	99	94	95	6,9	-	481	498	497	14	5,6	
6	Alemanha	-	-	96,6	112	101	102	57	3,4	-	514	508	524	12	5,1	
7	Nova Zelândia	-	-	95,2	93	100	120	81	-	-	500	512	516	15	7,2	
8	Canadá	-	-	100,0	71	99	102	-	-	-	518	523	525	-	5,5	
9	Singapura	95,9	99,8	77,4	-	-	-	-	1,3	94	573	542	551	17	3,3	
10	Dinamarca	-	-	96,1 ^f	100	100	120	74	1,1	-	500	496	498	-	8,7	
11	Irlanda	-	-	79,6	67	105	118	73	-	-	501	523	522	16	6,5	
12	Suécia	-	-	86,9	95	101	97	74	4,4	-	478	483	485	9	7,0	
13	Islândia	-	-	91,3	97	99	109	81	2,9	-	493	483	478	10	7,8	
14	Reino Unido	-	-	99,9	85	107	97	61	-	-	494	499	514	17	5,6	
15	Hong Kong, China (RAE)	-	-	75,4	101	101	106	60	1,0	96	561	545	555	14	3,4	
15	Coreia, República da	-	-	82,9 ^g	118	104	97	101	1,0	-	554	536	538	19	5,0	
17	Japão	-	-	86,4	87	103	102	60	0,1	-	536	538	547	17	3,8	
18	Listenstaine	-	-	-	95	105	111	44	20,6	-	535	516	525	8	2,1	
19	Israel	-	-	85,8	97	104	102	62	1,1	-	466	486	470	13	6,0	
20	França	-	-	80,5	110	108	110	57	-	-	495	505	499	18	5,9	
21	Áustria	-	-	100,0	101	100	98	71	0,6	-	506	490	506	11	6,0	
21	Bélgica	-	-	80,1	119	104	106	69	6,7	-	515	509	505	11	6,6	
21	Luxemburgo	-	-	100,0 ^f	89	97	101	18	-	-	490	488	491	9	-	
24	Finlândia	-	-	100,0	70	99	107	96	0,4	-	519	524	545	14	6,8	
25	Eslovénia	99,7	99,9	96,9	91	98	98	85	1,4	-	501	481	514	17	5,7	
26	Itália	99,0	99,9	75,7	98	100	101	64	0,5	-	485	490	494	10	4,5	
27	Espanha	97,7	99,6	69,9	127	104	129	83	2,2	-	484	488	496	12	5,0	
28	República Checa	-	-	99,8	103	102	96	65	0,8	-	499	493	508	19	4,2	
29	Grécia	97,3	99,4	63,1	76	103	111	91	2,6	-	453	477	467	10	4,1	
30	Brunei Darussalam	95,4	99,7	63,8 ^g	92	95	108	24	3,6	88	-	-	-	11	3,3	
31	Qatar	96,3	96,8	60,5	73	103	112	12	6,4	49	376	388	384	10	2,5	
32	Chipre	98,7	99,8	78,7	79	101	93	47	4,7	-	440	449	438	13	7,3	
33	Estónia	99,8	99,8	100,0 ^f	90	98	109	72	2,5	-	521	516	541	12	5,7	
34	Arábia Saudita	87,2	98,0	66,5	13	103	114	51	1,3	91	-	-	-	11	5,6	
35	Lituânia	99,7	99,8	91,4	77	99	107	77	3,6	-	479	477	496	12	5,4	
35	Polónia	99,7	100,0	82,3	74	99	97	74	1,5	-	518	518	526	10	5,2	
37	Andorra	-	-	49,4	112	-	-	-	35,4	100	-	-	-	10	3,0	
37	Eslováquia	-	-	99,3	90	102	94	55	1,9	-	482	463	471	15	4,2	
39	Malta	92,4	98,3	73,3	114	96	95	39	3,7	-	-	-	-	13	5,4	
40	Emiratos Árabes Unidos	90,0	95,0	62,7	71	108	-	-	15,6	100	434	442	448	18	-	
41	Chile	98,6	98,9	74,8	112	102	90	71	2,1	-	423	441	445	22	4,1	
41	Portugal	95,4	99,7	48,0	83	112	110	66	-	-	487	488	489	11	5,8	
43	Hungria	99,0	98,9	98,3 ^e	87	101	101	60	1,9	-	477	488	494	11	4,9	
44	Barain	94,6	98,2	78,0 ^g	50	-	96	33	2,2	82	-	-	-	12	2,9	
44	Cuba	99,8	100,0	77,1 ^g	109	99	90	62	3,5	100	-	-	-	9	12,9	
46	Koweit	93,9	98,6	56,0	81	106	100	22	5,9	78	-	-	-	9	3,8	
47	Croácia	98,9	99,6	89,1 ^g	64	94	98	59	0,7	100	471	485	491	14	4,3	
48	Letónia	99,8	99,7	98,9	90	105	99	67	6,9	-	491	489	502	11	5,0	
49	Argentina	97,9	99,2	56,3 ^g	75	118	90	75	4,7	-	388	396	406	16	5,8	
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO																
50	Uruguai	98,1	98,8	52,5	89	112	90	63	5,3	-	409	411	416	14	2,9	
51	Bahamas	-	-	89,6	-	108	93	-	10,5	92	-	-	-	14	-	
51	Montenegro	98,5	99,3	89,2 ^g	61	101	91	56	19,5	-	410	422	410	8	-	
53	Bielorrússia	99,6	99,8	89,3	103	99	106	91	0,9	100	-	-	-	15	5,2	
54	Roménia	97,7	97,2	88,9	78	96	96	52	5,2	-	445	438	439	17	4,2	
55	Líbia	89,5	99,9	49,6 ^g	10	114	104	61	-	-	-	-	-	-	-	
56	Omã	86,9	97,7	53,9	55	109	94	16	6,4	-	-	-	-	20	4,3	

Classificação do IDH	Taxas de alfabetização		População com pelo menos parte do ensino secundário	Taxas brutas de matrículas					Taxas de abandono escolar no ensino primário	Professores do ensino primário com formação para o ensino	Qualidade da educação			Despesa com educação (% do PIB)
	Adultos	Jovens		Pré-primário	Primário	Secundário	Superior	Desempenho dos estudantes de 15 anos			Rácio alunos-professores			
	(% com 15 anos ou mais)	(% entre os 15 e os 24 anos)		(% de crianças em idade pré-escolar)	(% da população em idade do ensino primário)	(% da população em idade do ensino secundário)	(% da população em idade do ensino superior)	Matemática ^a			Leitura ^b	Ciências ^c	(Número de alunos por professor)	
	2005–2012 ^d	2005–2012 ^d		2005–2012 ^d	2003–2012 ^d	2003–2012 ^d	2003–2012 ^d	2012			2012	2012	2003–2012 ^d	
57 Federação Russa	99,7	99,7	90,9	90	99	85	75	3,9	-	482	475	486	18	4,1
58 Bulgária	98,4	97,9	94,3	85	101	93	60	3,4	-	439	436	446	17	4,1
59 Barbados	-	-	88,6 ^a	79	105	105	61	6,6	55	-	-	-	13	7,5
60 Palau	-	-	-	-	101	96	-	-	-	-	-	-	-	-
61 Antígua e Barbuda	99,0	-	-	83	101	106	14	8,7	65	-	-	-	15	2,5
62 Malásia	93,1	98,4	69,4 ^a	78	101	67	37	0,8	-	421	398	420	13	5,1
63 Maurícia	88,8	96,8	53,6	120	108	96	40	2,7	100	-	-	-	21	3,7
64 Trindade e Tobago	98,8	99,6	59,3	83	106	86	12	10,6	88	-	-	-	18	-
65 Líbano	89,6	98,7	54,2	91	107	74	46	6,7	10	-	-	-	14	1,6
65 Panamá	94,1	97,6	62,1 ^a	65	100	84	42	8,4	90	-	-	-	23	4,1
67 Venezuela, República Bolivariana da	95,5	98,5	53,7	72	102	85	78	6,1	-	-	-	-	-	3,6
68 Costa Rica	96,3	98,3	53,6 ^a	73	107	101	47	9,0	91	407	441	429	17	6,3
69 Turquia	94,1	98,7	49,4	29	102	89	61	5,0	-	448	475	463	-	2,9
70 Cazaquistão	99,7	99,8	99,3	54	105	98	45	0,7	-	432	393	425	16	3,1
71 México	93,5	98,5	58,0	99	104	84	28	5,0	96	413	424	415	28	5,3
71 Seicheles	91,8	99,1	66,8	110	107	101	1	6,0	99	-	-	-	13	4,8
73 São Cristóvão e Nevis	-	-	-	96	88	79	18	26,5	61	-	-	-	16	4,2
73 Sri Lanca	91,2	98,2	74,0	87	99	99	14	2,7	82	-	-	-	24	2,0
75 Irão, República Islâmica do	85,0	98,7	65,1	35	106	86	55	3,8	98	-	-	-	20	4,7
76 Azerbaijão	99,8	100,0	95,5	27	96	100	20	1,8	100	-	-	-	12	2,8
77 Jordânia	95,9	99,1	74,1	34	99	89	40	2,1	-	386	399	409	20	-
77 Sérvia	98,0	99,3	65,6	56	93	92	52	1,6	56	449	446	445	16	4,7
79 Brasil	90,4	97,5	53,6	-	-	-	-	-	-	391	410	405	-	5,8
79 Geórgia	99,7	99,8	92,0	58	106	87	28	6,9	95	-	-	-	6	2,7
79 Granada	-	-	-	99	103	108	53	-	65	-	-	-	16	-
82 Peru	89,6	97,4	61,1	77	105	91	43	18,5	-	368	384	373	20	2,6
83 Ucrânia	99,7	99,8	93,5 ^a	101	106	98	80	1,9	100	-	-	-	16	5,3
84 Belize	-	-	76,1 ^a	47	121	84	26	9,1	54	-	-	-	22	6,6
84 Antiga República Jugoslava da Macedónia	97,4	98,7	47,8	26	90	82	41	2,5	-	-	-	-	16	-
86 Bósnia-Herzegovina	98,0	99,7	56,8	16	-	-	38	16,7	-	-	-	-	-	-
87 Arménia	99,6	99,8	94,4 ^a	51	102	96	46	4,4	77	-	-	-	19	3,1
88 Fiji, Ilhas	-	-	57,8	18	105	90	62	9,1	100	-	-	-	31	4,1
89 Tailândia	93,5	98,1	38,1	112	97	87	51	-	-	427	441	444	16	5,8
90 Tunísia	79,1	97,2	39,3	-	110	91	35	5,3	100	388	404	398	17	6,2
91 China, República Popular da	95,1	99,6	65,3 ^a	62	128	87	24	-	-	613	570	580	17	-
91 São Vicente e Granadinas	-	-	-	80	105	101	-	31,4	85	-	-	-	16	5,1
93 Argélia	72,6	91,8	24,1	79	117	98	31	7,2	99	-	-	-	23	4,3
93 Domínica	-	-	26,5	95	119	97	-	12,2	61	-	-	-	16	3,5
95 Albânia	96,8	98,8	84,8	69	-	82	55	1,2	-	394	394	397	19	3,3
96 Jamaica	87,0	95,6	72,6 ^a	113	-	93	26	4,8	-	-	-	-	28	6,4
97 Santa Lúcia	-	-	-	61	87	91	10	10,4	88	-	-	-	17	4,4
98 Colômbia	93,6	98,2	56,3	49	107	93	45	15,3	100	376	403	399	25	4,5
98 Equador	91,6	98,7	39,8	150	114	87	39	8,6	84	-	-	-	18	5,2
100 Suriname	94,7	98,4	45,9	88	114	85	-	9,7	100	-	-	-	15	-
100 Tonga	99,0	99,4	87,9	35	110	91	6	9,6	-	-	-	-	21	-
102 República Dominicana	90,1	97,0	54,4	37	105	75	33	25,2	85	-	-	-	25	2,2
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO														
103 Maldivas	98,4	99,3	14,9	95	98	72	13	-	81	-	-	-	12	7,2
103 Mongólia	97,4	95,7	84,7 ^a	86	117	103	61	7,0	99	-	-	-	29	5,5
103 Turquemenistão	99,6	99,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
106 Samoa	98,8	99,5	62,1	34	105	86	-	10,0	-	-	-	-	30	5,8
107 Palestina, Estado da	95,3	99,3	56,7	42	94	83	49	0,7	100	-	-	-	24	-
108 Indonésia	92,8	98,8	44,5	42	109	81	27	12,0	-	375	396	382	16	2,8
109 Botsuana	85,1	95,2	75,5 ^a	18	106	82	7	7,0	100	-	-	-	25	7,8
110 Egito	73,9	89,3	51,2 ^a	27	109	76	29	1,1	-	-	-	-	28	3,8
111 Paraguai	93,9	98,6	38,8	35	97	68	35	17,4	-	-	-	-	28	4,1
112 Gabão	89,0	97,9	24,0 ^a	35	165	-	-	-	100	-	-	-	25	-
113 Bolívia, Estado Plurinacional da	91,2	99,4	53,1	51	94	77	38	13,8	-	-	-	-	24	7,6

TABELA 9 EDUCAÇÃO

Classificação do IDH	Taxas de alfabetização		População com pelo menos parte do ensino secundário	Taxas brutas de matrículas					Taxas de abandono escolar no ensino primário	Qualidade da educação					Despesa com educação (% do PIB)	
	Adultos	Jovens		Pré-primário	Primário	Secundário	Superior	Desempenho dos estudantes de 15 anos			Rácio alunos-professores					
	(% com 15 anos ou mais)	(% entre os 15 e os 24 anos)		(% com 25 anos ou mais)	(% de crianças em idade pré-escolar)	(% da população em idade do ensino primário)	(% da população em idade do ensino secundário)	(% da população em idade do ensino superior)		(% do grupo de nível primário)	(%)	Matemática ^a	Leitura ^b	Ciências ^c		(Número de alunos por professor)
	2005–2012 ^d	2005–2012 ^d		2005–2012 ^d	2003–2012 ^d	2003–2012 ^d	2003–2012 ^d	2003–2012 ^d		2003–2012 ^d	2003–2012 ^d	2012	2012	2012		2003–2012 ^d
114	Moldávia, República da	99,0	100,0	95,0	80	94	75	38	4,2	-	-	-	16	8,6		
115	El Salvador	84,5	96,0	39,8	63	114	67	25	16,0	96	-	-	29	3,4		
116	Usbequistão	99,4	99,9	-	25	93	105	9	1,9	100	-	-	16	-		
117	Filipinas	95,4	97,8	64,8 ^g	51	106	85	28	24,2	-	-	-	31	2,7		
118	África do Sul	93,0	98,8	74,3	77	102	102	-	-	87	-	-	30	6,0		
118	Síria, República Árabe da	84,1	95,3	34,1	11	122	74	26	6,8	-	-	-	-	5,1		
120	Iraque	78,5	82,4	32,4 ^g	7	107	53	16	-	100	-	-	17	-		
121	Guiana	85,0	93,1	31,2 ^g	63	80	105	13	16,5	68	-	-	25	3,6		
121	Vietname	93,4	97,1	65,0	77	105	-	25	2,5	100	511	508	528	19	6,6	
123	Cabo Verde	84,9	98,4	-	75	112	93	21	10,7	95	-	-	23	5,6		
124	Micronésia, Estados Federados da	-	-	-	-	112	83	-	-	-	-	-	-	-		
125	Guatemala	75,9	87,4	22,6	64	114	65	18	29,1	-	-	-	26	2,8		
125	Quirguizistão	99,2	99,8	95,6 ^g	25	106	88	41	2,9	72	-	-	24	5,8		
127	Namíbia	76,5	87,1	33,5 ^g	30	109	65	9	15,5	98	-	-	41	8,4		
128	Timor-Leste	58,3	79,5	-	10	125	57	18	16,4	-	-	-	31	10,1		
129	Honduras	85,1	95,9	27,0	42	109	73	21	30,4	36	-	-	34	-		
129	Marrocos	67,1	81,5	28,0	59	116	69	16	8,4	100	-	-	26	5,4		
131	Vanuatu	83,2	94,6	-	61	122	60	5	28,5	100	-	-	22	5,2		
132	Nicarágua	78,0	87,0	37,6 ^g	55	117	69	18	51,6	75	-	-	30	4,7		
133	Quiribati	-	-	-	-	116	86	-	-	85	-	-	25	-		
133	Tajiquistão	99,7	99,9	92,4	9	100	86	22	2,0	94	-	-	23	3,9		
135	Índia	62,8	81,1	38,7 ^g	58	113	69	23	-	-	-	-	35	3,3		
136	Butão	52,8	74,4	34,4	9	112	74	9	5,1	91	-	-	24	4,7		
136	Camboja	73,9	87,1	15,5	15	124	45	16	34,1	100	-	-	46	2,6		
138	Gana	71,5	85,7	54,3 ^g	114	110	58	12	27,8	52	-	-	33	8,2		
139	Laos, República Democrática Popular do	72,7	83,9	29,7 ^g	24	123	47	17	30,1	97	-	-	27	3,3		
140	Congo	-	-	46,2	14	109	54	10	29,7	80	-	-	44	6,2		
141	Zâmbia	61,4	64,0	35,0 ^g	-	114	101	-	46,9	-	-	-	49	1,3		
142	Bangladeche	57,7	78,7	26,7 ^g	26	114	51	13	33,8	58	-	-	40	2,2		
142	São Tomé e Príncipe	69,5	80,2	-	50	118	71	8	33,9	48	-	-	29	-		
144	Guiné Equatorial	94,2	98,1	-	73	91	-	-	27,9	49	-	-	26	-		
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO																
145	Nepal	57,4	82,4	28,3 ^g	82	139	66	14	38,3	93	-	-	28	4,7		
146	Paquistão	54,9	70,7	33,2	49	93	37	10	39,0	84	-	-	41	2,4		
147	Quênia	72,2	82,4	28,6	51	112	60	4	-	97	-	-	47	6,7		
148	Suazilândia	87,8	93,7	48,1 ^g	25	115	60	6	32,7	78	-	-	29	7,8		
149	Angola	70,4	73,0	-	87	140	32	7	68,1	-	-	-	46	3,5		
150	Mianmar	92,7	96,1	17,8 ^g	9	114	50	14	25,2	100	-	-	28	0,8		
151	Ruanda	65,9	77,3	7,7 ^g	13	134	32	7	64,4	96	-	-	59	4,8		
152	Camarões	71,3	80,6	27,9	30	111	50	12	30,2	79	-	-	46	3,2		
152	Nigéria	51,1	66,4	-	13	81	44	10	20,1	66	-	-	36	-		
154	Iémen	65,3	86,4	16,0 ^g	2	97	47	10	-	-	-	-	30	5,2		
155	Madagáscar	64,5	64,9	-	9	145	38	4	59,3	95	-	-	43	2,8		
156	Zimbabué	83,6	90,9	55,4 ^g	-	-	38	6	-	-	-	-	39	2,5		
157	Papua Nova Guiné	62,4	70,8	10,5 ^g	100	60	-	-	-	-	-	-	36	-		
157	Ilhas Salomão	-	-	-	43	141	48	-	36,6	54	-	-	24	7,3		
159	Comores	75,5	86,0	-	24	117	73	11	-	55	-	-	28	7,6		
159	Tanzânia, República Unida da	67,8	74,6	7,4 ^g	34	93	35	4	18,6	97	-	-	46	6,2		
161	Mauritânia	58,6	69,0	14,2 ^g	-	97	27	5	18,8	100	-	-	40	3,7		
162	Lesoto	75,8	83,2	20,9	36	111	52	11	36,8	68	-	-	34	13,0		
163	Senegal	49,7	65,0	10,8	14	84	41	8	38,6	65	-	-	32	5,6		
164	Uganda	73,2	87,4	28,8	14	110	28	9	75,2	95	-	-	48	3,3		
165	Benim	28,7	42,4	18,4 ^g	19	123	48	12	40,7	47	-	-	44	5,3		
166	Sudão	71,9	87,3	15,5 ^g	-	-	-	-	9,1	60	-	-	38	-		
166	Togo	60,4	79,9	29,8 ^g	11	133	55	10	48,3	83	-	-	42	4,6		
168	Haiti	48,7	72,3	29,1 ^g	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
169	Afganistão	-	-	20,3 ^g	-	97	52	4	-	-	-	-	44	-		
170	Djibouti	-	-	-	4	70	44	5	-	100	-	-	35	8,4		

Classificação do IDH	Taxas de alfabetização		População com pelo menos parte do ensino secundário	Taxas brutas de matrículas					Taxas de abandono escolar no ensino primário	Professores do ensino primário com formação para o ensino	Qualidade da educação			Despesa com educação (% do PIB)
	Adultos	Jovens		Pré-primário	Primário	Secundário	Superior	Desempenho dos estudantes de 15 anos			Rácio alunos-professores			
	(% com 15 anos ou mais)	(% entre os 15 e os 24 anos)		(% com 25 anos ou mais)	(% de crianças em idade pré-escolar)	(% da população em idade do ensino primário)	(% da população em idade do ensino secundário)	(% da população em idade do ensino superior)			(% do grupo de nível primário)	Matemática ^a	Leitura ^b	
	2005–2012 ^d	2005–2012 ^d	2005–2012 ^d	2003–2012 ^d	2003–2012 ^d	2003–2012 ^d	2003–2012 ^d	2003–2012 ^d	2003–2012 ^d	2012	2012	2012	2003–2012 ^d	2005–2012 ^d
171 Costa do Marfim	56,9	67,5	22,1 ^a	5	94	-	8	17,8	99	-	-	-	42	4,6
172 Gâmbia	51,1	68,1	24,0 ^a	30	85	57	4	17,2	63	-	-	-	34	3,9
173 Etiópia	39,0	55,0	12,5	18	95	37	8	63,4	57	-	-	-	54	4,7
174 Malawi	61,3	72,1	8,6 ^a	-	141	34	1	50,9	78	-	-	-	74	5,4
175 Libéria	42,9	49,1	27,3 ^a	-	102	45	-	32,2	56	-	-	-	27	1,9
176 Mali	33,4	46,9	10,9	4	88	51	7	38,4	52	-	-	-	48	4,7
177 Guiné-Bissau	55,3	73,2	-	7	116	34	3	-	39	-	-	-	52	-
178 Moçambique	50,6	67,1	3,6 ^a	-	105	26	5	69,4	84	-	-	-	55	5,0
179 Guiné	25,3	31,4	-	16	91	39	9	41,4	75	-	-	-	44	3,1
180 Burundi	86,9	88,9	7,1 ^a	5	137	28	3	56,2	95	-	-	-	47	6,1
181 Burquina Faso	28,7	39,3	2,0	4	85	26	5	31,0	95	-	-	-	48	3,4
182 Eritreia	68,9	90,1	-	13	42	30	2	31,0	90	-	-	-	41	2,1
183 Serra Leoa	43,3	61,0	14,8 ^a	9	131	-	-	-	55	-	-	-	33	2,7
184 Chade	35,4	47,9	5,5	1	95	23	2	61,9	62	-	-	-	61	2,6
185 Centro-Africana, República	56,6	65,6	17,9 ^a	6	95	18	3	53,4	58	-	-	-	80	1,2
186 Congo, República Democrática do	61,2	65,8	16,5 ^a	4	111	43	8	29,3	94	-	-	-	35	2,5
187 Níger	28,7	36,5	48,3	6	71	16	2	30,7	97	-	-	-	39	4,5
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS														
Coreia, República Popular Democrática da	100,0	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marshall, Ilhas	-	-	-	48	105	103	43	16,5	-	-	-	-	-	-
Mónaco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,6
Nauru	-	-	-	94	93	63	-	-	74	-	-	-	22	-
São Marino	-	-	-	108	92	95	64	3,8	-	-	-	-	6	-
Somália	-	-	-	-	29	7	-	-	-	-	-	-	36	-
Sudão do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tuvalu	-	-	-	105	100	-	-	-	-	-	-	-	19	-
Agrupamentos por IDH														
Desenvolvimento humano muito elevado	-	-	86,9	85	103	101	76	3,6	-	-	-	-	-	5,3
Desenvolvimento humano elevado	94,2	98,9	64,9	67	118	87	35	8,1	-	-	-	-	-	4,6
Desenvolvimento humano médio	71,7	85,9	47,5	51	111	70	23	18,3	-	-	-	-	-	3,7
Desenvolvimento humano baixo	58,2	70,2	22,1	24	98	39	8	42,7	-	-	-	-	-	3,7
Regiões														
Estados Árabes	77,0	89,9	41,1	32	105	76	28	5,8	-	-	-	-	-	-
Ásia Oriental e Pacífico	94,4	98,8	-	58	120	84	-	-	-	-	-	-	-	-
Europa e Ásia Central	97,7	99,4	75,6	43	101	95	50	4,1	-	-	-	-	-	3,4
América Latina e Caraíbas	91,5	97,1	54,7	79	106	85	44	14,6	-	-	-	-	-	5,2
Ásia do Sul	62,9	80,6	38,4	54	110	64	22	21,2	-	-	-	-	-	3,4
África Subsaariana	58,9	69,2	28,1	24	100	43	8	37,7	-	-	-	-	-	5,2
Países menos desenvolvidos	59,3	71,5	-	20	105	42	9	39,9	-	-	-	-	-	3,7
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	-	-	-	67	96	79	-	15,8	-	-	-	-	-	-
Mundo	81,2	87,9	63,6	52	108	74	31	17,1	-	-	-	-	-	5,0

NOTAS

- a A classificação média nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos (OCDE) é de 494.
- b A classificação média nos países da OCDE é de 496.
- c A classificação média nos países da OCDE é de 501.
- d Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.
- e Referentes à população com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos.
- f Referentes à população com idades compreendidas entre os 25 e os 74 anos.
- g Estimativa de Barro e Lee (2013) para 2010 com base em dados do Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

DEFINIÇÕES

Taxa de alfabetização dos adultos: Percentagem da população a partir dos 15 anos que consegue, na sua vida quotidiana, ler e escrever um texto pequeno e simples, compreendendo o seu sentido.

Taxa de alfabetização dos jovens: Percentagem da população com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos que consegue, na sua vida quotidiana, ler e escrever um texto pequeno e simples, compreendendo o seu sentido.

População com pelo menos uma parte do ensino secundário: Percentagem da população a partir dos 25 anos que atingiu pelo menos um nível secundário de ensino.

Taxa bruta de matrículas: Número total de matrículas num determinado nível de ensino (pré-primário, primário, secundário ou superior),

independentemente da idade, expresso em percentagem do total oficial de população em idade escolar para o mesmo nível de ensino.

Taxa de abandono escolar no ensino primário: Percentagem de alunos de um determinado grupo que se matricularam no ensino primário mas abandonaram os estudos antes de o terminarem. É calculada com base em 100 menos a taxa de sobreviventes do último ano do ensino primário, e assume que os fluxos observados se mantêm inalterados durante a vida do grupo e que os abandonos não regressam à escola.

Professores do ensino primário com formação para o ensino: Percentagem de professores do ensino primário com o mínimo de formação de professores (recebida previamente ou já em exercício da profissão) exigida para lecionarem ao nível do ensino básico.

Desempenho dos estudantes de 15 anos em leitura, matemática e ciências: Classificação

obtida por estudantes com 15 anos em testes de competências e conhecimentos sobre estas disciplinas essenciais para a participação na sociedade.

Rácio alunos-professores: Número médio de alunos (estudantes) por professor no ensino primário num determinado ano de escolaridade.

Despesa com educação: Despesa pública total (corrente e de capital) com a educação, expressa em percentagem do PIB.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Colunas 1 a 9 e 13: Instituto de Estatística da UNESCO (2013).

Colunas 10-12: OCDE (2013).

Coluna 14: Banco Mundial (2013a).

Controlo e afetação dos recursos

Classificação do IDH	Produto interno bruto (PIB)		Formação bruta de capital fixo	Despesa geral de consumo final das administrações públicas		Impostos sobre rendimentos, lucros e mais-valias	Despesas de investigação e desenvolvimento	Percentagens da agricultura, da caça, da silvicultura e da pesca	DÍVIDAS			PREÇOS		
	PPC em US\$ de 2011			Total (% do PIB)	Crescimento anual (%)				Crédito interno fornecido pelo setor bancário	Volume da dívida externa	Serviço da dívida total	Índice de preços no consumidor	Produtos alimentares de origem nacional	
	milhares de milhões	per capita	(% do PIB)	(% do PIB)	(%)	(% das receitas totais dos impostos)	(% do PIB)	(% do PIB)	(% do PIB)	(% do RNB)	(% do RNB)	(2005=100)	Índice de nível de preços	Índice da volatilidade do nível de preços
	2012	2012	2005–2012 ^a	2005–2012 ^a	2005–2012	2005–2012 ^a	2005–2012 ^a	2012	2012	2005–2012 ^a	2012	2012	2013	2013
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO														
1 Noruega	315,5	62.858	20,6	21,3	1,8	33,0	1,7	1,2	87,0 ^b	-	-	114	1,2	6,8
2 Austrália	960,6	42.278	27,9	17,9	3,4	63,6	2,4	2,4	154,4	-	-	122	1,2 ^b	12,7
3 Suíça	410,2	51.293	20,4	11,1	2,0	24,2	3,0	0,7	192,6	-	-	104	1,1 ^b	9,2
4 Países Baixos	711,3	42.453	16,8	28,4	0,0	25,2	1,8	1,7	216,0	-	-	113	0,9 ^b	4,2
5 Estados Unidos	15.965,5	50.859	14,7	17,3	-2,6	54,9	2,9	1,1	231,6	-	-	118	1,0 ^b	-
6 Alemanha	3.375,2	41.966	17,6	19,5	1,2	15,4	2,8	0,9	123,6	-	-	113	1,1	13,8
7 Nova Zelândia	143,5	32.360	18,8	20,1	0,3	45,8	1,3	6,3	157,8 ^b	-	-	121	1,3 ^b	13,0
8 Canadá	1.410,6	40.588	22,0	20,9	0,8	53,3	1,8	1,5	177,6 ^b	-	-	114	1,3 ^b	9,4
9 Singapura	379,7	71.475	24,1	9,7	-3,6	34,4	2,4	0,0	99,5	-	-	125	1,3	15,8
10 Dinamarca	232,2	41.524	17,6	28,6	0,2	38,9	3,1	1,5	206,6	-	-	117	1,1 ^b	20,9
11 Irlanda	196,9	42.919	10,0	17,6	-3,4	36,0	1,8	1,6	202,1	-	-	112	1,0 ^b	4,2
12 Suécia	398,3	41.840	18,8	26,9	0,7	11,2	3,4	1,6	144,8	-	-	112	1,1 ^b	10,0
13 Islândia	12,4	38.553	14,4	25,5	-0,2	28,5	2,6	7,8	143,2	-	-	163	1,1 ^b	39,2
14 Reino Unido	2.207,0	34.694	14,2	22,1	2,2	35,6	1,8	0,7	210,1	-	-	123	1,2	22,9
15 Hong Kong, China (RAE)	359,8	50.291	26,4	9,1	3,7	38,7	0,8	-	200,6	-	-	122	-	-
15 Coreia, República da	1.474,9	29.495	26,7	15,8	3,9	30,3	3,7	2,6	168,7	-	-	123	2,0 ^b	41,7
17 Japão	4.465,4	35.006	20,6	20,4	1,5	42,9	3,4	1,2	346,2	-	-	99	1,9	10,0
18 Listenstaine	-	-	-	-	-	-	-	0,7	-	-	-	-	-	-
19 Israel	242,1	30.600	20,4	22,9	3,2	27,6	4,4	2,0	85,9 ^b	-	-	120	1,3 ^b	33,0
20 França	2.369,9	36.074	19,8	24,7	1,4	23,7	2,3	2,0	136,4	-	-	112	1,1 ^b	8,8
21 Áustria	363,7	43.139	21,4	18,8	0,4	23,3	2,8	1,6	133,4	-	-	116	1,2	15,9
21 Bélgica	439,5	39.498	20,7	24,9	0,4	35,4	2,0	0,8	116,6	-	-	118	1,1 ^b	8,4
21 Luxemburgo	46,0	86.587	20,2	16,9	5,0	29,8	1,6	0,3	167,7	-	-	118	1,1	-
24 Finlândia	206,3	38.104	19,4	24,8	0,8	15,6	3,9	2,8	104,1	-	-	117	1,2	23,4
25 Eslovénia	56,4	27.394	17,8	20,8	-1,3	11,2	2,1	2,7	93,8	-	-	120	1,4	20,2
26 Itália	2.004,6	33.668	18,2	20,1	-2,9	32,3	1,3	2,0	167,6	-	-	116	1,2 ^b	9,1
27 Espanha	1.458,9	31.198	19,1	20,1	-0,5	21,7	1,4	2,5	221,5	-	-	119	1,1 ^b	19,8
28 República Checa	281,0	26.733	23,6	20,8	-1,2	14,5	1,6	2,4	68,7	-	-	121	1,2	46,0
29 Grécia	281,7	25.391	13,1	17,8	-4,2	17,0	0,6	3,4	135,5	-	-	123	1,1 ^b	14,4
30 Brunei Darussalam	29,3	71.080	13,4	17,3	2,0	-	-	0,7	13,5	-	-	107	1,6 ^b	11,7
31 Qatar	274,2	133.713	33,8	12,3	-	40,2	-	0,1	77,5	-	-	141	0,8	52,1
32 Chipre	25,9	29.698	18,4	19,7	0,5	28,4	0,5	2,5	344,1	-	-	119	1,3 ^b	10,7
33 Estónia	32,2	24.195	25,0	19,6	4,0	8,0	1,6	4,1	79,0	-	-	138	1,5 ^b	39,5
34 Arábia Saudita	1.436,8	50.791	22,2	20,4	-	-	0,1	1,9	-10,5	-	-	141	1,2 ^b	34,7
35 Lituânia	70,4	23.554	16,7	17,6	0,7	7,4	0,8	4,0	52,3	72,6	16,35	138	1,8 ^b	128,1
35 Polónia	853,3	22.143	19,4	17,9	0,1	13,1	0,7	3,9	63,8	-	-	125	1,3 ^b	7,5
37 Andorra	-	-	-	-	-	-	-	0,6	-	-	-	-	-	-
37 Eslováquia	138,1	25.537	21,5	17,6	-0,7	9,6	0,6	3,1	54,1 ^b	-	-	124	1,4	32,5
39 Malta	11,9	28.398	14,6	20,5	0,9	31,8	0,6	1,6	154,1	-	-	118	1,5	15,0
40 Emiratos Árabes Unidos	525,1	57.045	21,9	6,9	3,6	-	-	0,7	76,5	-	-	116	-	-
41 Chile	368,5	21.099	24,1	12,1	3,9	27,2	0,4	3,6	74,3	41,0	6,52	108	1,6	23,1
41 Portugal	263,9	25.096	15,8	18,3	-4,4	21,7	1,6	2,3	198,7	-	-	116	1,1 ^b	15,4
43 Hungria	219,7	22.146	17,2	20,3	-2,5	12,5	1,2	4,7	68,2	-	-	143	1,5 ^b	37,0
44 Barain	53,6	40.658	19,5	14,6	-	0,5	-	0,3	73,1	-	-	117	1,2 ^b	17,2
44 Cuba	-	-	9,9	37,9	2,4	-	0,6	5,0	-	-	-	-	-	-
46 Koweit	273,7 ^b	84.188 ^b	15,6	14,8	-	0,6	0,1	0,3	54,8 ^b	-	-	140	0,9	25,3
47 Croácia	85,1	19.946	18,8	19,9	-1,9	7,8	0,7	5,0	96,3	-	-	123	1,5	36,3
48 Letónia	43,2	21.229	23,7	15,3	-0,2	8,1	0,6	5,0	63,0	134,4	28,50	148	1,4	97,0
49 Argentina	-	-	21,8	16,6	5,2	-	0,6	9,0	37,3	26,3	3,57	111 ^b	1,3	29,3
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO														
50 Uruguai	61,0	17.966	20,6	12,2	5,4	18,0	0,4	7,7	32,0	31,6	3,26	166	1,4	28,2
51 Bahamas	8,4	22.705	28,1	14,8	3,5	-	-	2,0	105,0	-	-	119	-	-
51 Montenegro	8,7	14.040	18,4	22,1	-	-	1,1	8,8	57,9	45,6	5,00	126 ^b	-	-
53 Bielorrússia	159,6	16.868	32,8	14,6	-1,2	3,3	0,6	9,5	32,2	54,6	3,33	396	1,8 ^b	62,4
54 Roménia	346,0	17.234	26,7	6,6	2,3	17,6	0,5	6,0	54,3	72,3	10,20	148	1,4 ^b	24,2
55 Líbia	-	-	27,9	9,3	-	-	-	2,3	-65,9 ^b	-	-	154	-	-
56 Omã	-	-	-	17,2	-	2,5	-	1,1	35,4	-	-	141	1,1 ^b	39,4
57 Federação Russa	3.327,7	23.184	22,0	18,6	-0,2	1,7	1,2	3,9	41,1	31,1	3,50	185	1,6 ^b	24,2

Classificação do IDH	Produto interno bruto (PIB)		Formação bruta de capital fixo	Despesa geral de consumo final das administrações públicas		Impostos sobre rendimentos, lucros e mais-valias	Despesas de investigação e desenvolvimento	Percentagens da agricultura, da caça, da silvicultura e da pesca	DÍVIDAS			PREÇOS		
	PPC em US\$ de 2011			Total (% do PIB)	Crescimento anual (%)				Crédito interno fornecido pelo setor bancário	Volume da dívida externa	Serviço da dívida total	Índice de preços no consumidor	Produtos alimentares de origem nacional	
	milhares de milhões	per capita	(% do PIB)	(% do PIB)	(%)	(% das receitas totais dos impostos)	(% do PIB)	(% do PIB)	(% do PIB)	(% do RNB)	(% do RNB)	(2005=100)	Índice de nível de preços	Índice da volatilidade do nível de preços
	2012	2012	2005–2012 ^a	2005–2012 ^a	2005–2012	2005–2012 ^a	2005–2012 ^a	2012	2012	2005–2012 ^a	2012	2012	2013	2013
58 Bulgária	115,0	15.738	21,4	7,8	-0,4	15,5	0,6	6,4	71,0	77,9	8,75	148	1,3 ^b	39,3
59 Barbados	4,3 ^b	15.299 ^b	14,6	20,3	-	31,6	-	1,6	136,3 ^b	-	-	151	-	-
60 Palau	0,3	14.411	-	-	-	-	-	6,1	-	-	-	-	-	-
61 Antígua e Barbuda	1,8	19.714	29,3	17,8	-	-	-	2,1	94,5	-	-	120	-	-
62 Malásia	640,3	21.897	25,6	13,5	5,0	52,0	0,6	10,2	134,5	34,8	3,87	120	1,6	7,6
63 Maurícia	20,9	16.194	24,0	13,5	2,3	18,2	0,4	3,5	113,6	12,5	1,43	152	1,8 ^b	71,4
64 Trindade e Tobago	38,9	29.086	9,7	9,5	-0,6	47,5	0,1	0,4	36,5	-	-	178	-	-
65 Líbano	73,1	16.509	31,2	14,5	6,9	17,2	-	5,0	176,4	61,7	13,36	118	-	-
65 Panamá	63,3	16.655	27,7	11,2	18,1	-	0,2	3,5	89,0	43,7	2,80	137	-	-
67 Venezuela, República Bolivariana da	528,5	17.642	20,3	12,2	6,3	21,5	-	5,7	42,0	21,8	2,00	249	2,3	82,1
68 Costa Rica	62,9	13.091	20,2	17,9	1,7	15,5	0,5	5,9	53,3	25,7	3,98	173	-	-
69 Turquia	1.344,3	18.167	20,3	14,8	5,7	25,5	0,8	8,9	71,9	40,1	7,36	178	1,9	81,7
70 Cazaquistão	361,1	21.506	20,6	11,6	11,3	36,5	0,2	4,5	41,8	77,9	20,49	184	-	15,0
71 México	1.950,9	16.144	20,7	11,5	1,5	-	0,4	3,5	47,1	25,2	3,69	134	1,3	6,7
71 Seicheles	2,0	23.152	-	-	-	31,5	0,3	2,6	38,8	184,4	3,43	203	-	-
73 São Cristóvão e Nevis	1,1	20.895	29,9	10,4	-	6,8	-	1,6	108,2	-	-	133	-	-
73 Sri Lanka	180,1	8.862	27,1	14,8	6,3	16,6	0,1	11,1	48,4	41,0	2,24	196	1,8 ^b	33,9
75 Irão, República Islâmica do	1.181,6 ^b	15.461 ^b	25,8	11,2	-4,3	19,3	0,8	9,3	18,0 ^b	-	0,74	316	2,6 ^b	58,6
76 Azerbaijão	147,7	15.888	22,5	10,3	10,2	18,1	0,2	5,5	24,7	14,9	3,32	179	1,9 ^b	66,4
77 Jordânia	71,6	11.340	25,2	16,5	-13,5	12,3	0,4	3,0	113,4	61,5	3,25	147	1,3	20,5
77 Sérvia	83,7	11.587	26,3	18,9	-2,2	8,8	0,9	10,2	62,4	71,8	12,34	183	-	-
79 Brasil	2.840,9	14.301	18,1	21,5	3,2	28,4	1,2	5,2	110,5	16,6	2,43	141	1,3 ^b	25,2
79 Geórgia	30,0	6.691	21,8	17,7	-	35,2	0,2	8,3	35,0	79,1	11,46	154	-	7,2
79 Granada	1,2	11.786	21,9	17,1	-	15,2	-	5,6	92,4	73,8	3,41	127	-	-
82 Peru	347,9	11.603	26,6	10,3	9,4	34,5	-	7,0	17,8	25,8	2,03	123	1,7	9,1
83 Ucrânia	379,9	8.332	18,9	19,4	2,4	12,8	0,9	8,9	80,2	83,3	17,02	212	1,2 ^b	70,6
84 Belize	2,7 ^b	8.438 ^b	25,4	15,8	5,1	29,8	-	12,4	66,9 ^b	96,0	9,99	116	-	-
84 Antiga República Jugoslava da Macedónia	24,7	11.708	20,6	18,3	-2,8	12,7	0,2	10,3	48,8	62,8	9,24	124	1,6 ^b	38,8
86 Bósnia-Herzegovina	35,2	9.184	21,9	23,0	1,7	6,6	0,0	8,4	67,0	58,6	4,71	125	1,7 ^b	17,5
87 Arménia	21,6	7.291	31,3	11,9	14,2	19,4	0,3	20,9	44,4	68,3	8,66	145	1,9	51,0
88 Fiji, Ilhas	6,6	7.552	20,7	14,8	-	32,5	-	12,2	117,1	23,6	5,19	144	1,4 ^b	19,3
89 Tailândia	907,3	13.586	28,5	13,6	7,5	38,0	0,2	10,4	168,9	24,0	3,14	124	1,9	16,4
90 Tunísia	114,4	10.612	22,7	13,8	3,3	29,0	1,1	8,9	82,2	50,4	6,03	134	1,8	19,3
91 China, República Popular da	14.548,6	10.771	46,1	13,5	9,7	23,1	1,7	10,1	152,7	9,4	1,07	125	2,0 ^b	65,9
91 São Vicente e Granadinas	1,1	10.271	25,2	16,2	-	23,6	-	7,1	56,8	42,1	4,47	131	-	-
93 Argélia	491,7	12.779	38,3	14,2	6,6	60,2	0,1	8,8	-2,1	3,4	0,35	139	-	-
93 Domínica	0,7	9.629	22,8	17,6	-	-	-	14,6	63,4	59,9	3,63	121	-	-
95 Albânia	29,2	9.243	25,3	8,2	7,6	-	0,2	20,4	67,0	46,0	2,97	122	1,7	22,8
96 Jamaica	22,8 ^b	8.421 ^b	20,8	16,0	-	31,4	-	6,4	51,5	98,8	11,87	205	-	-
97 Santa Lúcia	1,9	10.242	35,7	16,6	-	-	-	2,9	134,7	37,6	3,76	123	-	-
98 Colômbia	557,5	11.687	23,6	16,1	770,6	22,0	0,2	6,5	69,6	24,3	3,15	134	1,7	30,3
98 Equador	153,4	9.900	26,6	13,5	7,7	-	0,3	9,4	24,3 ^b	25,1	3,15	137	1,6	13,1
100 Suriname	8,1	15.174	24,9	23,3	-	-	-	9,1	26,9	-	-	179	-	-
100 Tonga	0,5	5.127	30,7	17,1	-	-	-	18,8	27,2	43,5	1,34	141	-	-
102 República Dominicana	113,2	11.016	16,3	8,1	11,5	18,7	-	5,9	46,4	28,8	2,80	153	-	-
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO														
103 Maldivas	3,8	11.270	40,4	16,8	-	3,1	-	4,1	70,3	50,2	5,12	174	1,7 ^b	55,4
103 Mongólia	23,2	8.288	51,7	14,1	9,4	15,3	0,2	17,1	30,8	32,7	1,44	211	1,8 ^b	59,0
103 Turquemenistão	64,5	12.460	54,1	9,5	-	-	-	13,8	-	2,0	0,49	-	-	-
106 Samoa	0,9	4.935	-	-	-	-	-	9,8	45,7	58,5	1,95	141	-	-
107 Palestina, Estado da	-	-	25,7	32,6	8,5	2,1	-	5,6	-	-	-	119 ^b	-	-
108 Indonésia	2.186,3	8.856	33,1	8,9	2,3	35,6	0,1	14,4	42,6	26,0	3,80	160	2,0	23,5
109 Botsuana	28,9	14.443	36,1	19,3	2,2	28,5	0,5	3,0	14,9	13,8	0,46	181	2,0	64,6
110 Egito	862,5	10.685	16,0	11,6	3,1	29,7	0,2	14,8	79,3	15,7	1,51	204	2,0	102,7
111 Paraguai	48,3	7.215	14,7	12,2	21,0	13,8	0,1	20,9	37,2	25,7	1,83	157	1,7	66,7
112 Gabão	29,4	17.997	25,9	8,9	13,6	-	0,6	2,7	13,0	19,7	2,48	117	2,5 ^b	19,7
113 Bolívia, Estado Plurinacional da	59,3	5.650	18,2	13,5	4,9	9,6	0,2	12,3	48,7	27,6	2,00	157	1,6 ^b	35,9
114 Moldávia, República da	14,8	4.146	23,4	20,6	11,1	1,0	0,5	12,8	42,2	72,0	6,18	173	1,5	46,8
115 El Salvador	46,9	7.445	14,2	11,2	2,5	24,3	0,1	11,4	66,1	53,5	5,52	127	-	-

TABELA 10 CONTROLO E AFETAÇÃO DOS RECURSOS

Classificação do IDH	Produto interno bruto (PIB)		Formação bruta de capital fixo	Despesa geral de consumo final das administrações públicas		Impostos sobre rendimentos, lucros e mais-valias	Despesas de investigação e desenvolvimento	Percentagens da agricultura, da caça, da silvicultura e da pesca	DÍVIDAS			PREÇOS			
	PPC em US\$ de 2011			Total (% do PIB)	Crescimento anual (%)				(% das receitas totais dos impostos)	(% do PIB)	(% do PIB)	Crédito interno fornecido pelo setor bancário	Volume da dívida externa	Serviço da dívida total	Índice de preços no consumidor
	milhares de milhões	per capita	(% do PIB)			(% do PIB)	(% do PIB)	(% do PIB)							
116	Usbequistão	140,1	4.705	23,5	22,7	-	-	-	19,8	-	17,8	1,32	-	-	-
117	Filipinas	580,7	6.005	19,4	10,5	12,2	42,1	0,1	11,8	50,9	33,6	4,85	137	1,6	26,4
118	África do Sul	626,7	11.989	19,2	22,4	4,2	50,2	0,9	2,6	187,2	28,4	1,66	155	1,5 ^b	35,6
118	Síria, República Árabe da	-	-	18,8	10,1	8,5	-	-	21,0	47,7 ^b	-	1,09	204	1,5 ^b	44,0
120	Iraque	473,3	14.527	-	-	-	-	-	4,1	-1,9	-	-	181 ^b	1,6	47,2
121	Guiana	4,8	6.054	23,9	15,4	-	-	-	18,0	50,6	-	1,78	146	-	-
121	Vietname	436,1	4.912	27,7	5,4	4,8	-	-	19,7	115,4	49,1	2,88	216	1,7 ^b	28,7
123	Cabo Verde	3,1	6.311	36,5	20,7	7,7	18,2	-	9,4	76,8	55,5	2,15	130	1,5	9,1
124	Micronésia, Estados Federados da	0,4	3.428	-	-	-	-	-	-	-19,0	-	-	-	-	-
125	Guatemala	105,4	6.990	14,7	10,7	6,8	29,6	0,1	11,5	39,2	35,9	4,54	148	-	-
125	Quirguizistão	16,0	2.847	24,0	18,2	2,2	20,3	0,2	19,5	14,0 ^b	-	7,24	200	-	0,0
127	Namíbia	20,6	9.136	21,9	25,2	7,9	28,3	-	7,6	49,5	-	-	157	1,8	38,9
128	Timor-Leste	2,2	1.815	-	-	-	-	-	4,4	-52,7	-	-	171	-	-
129	Honduras	35,1	4.423	24,3	16,1	1,3	22,7	-	14,0	55,9	28,5	6,12	156	-	-
129	Marrocos	227,5	6.878	31,4	19,2	7,9	25,4	0,6	13,7	115,4	29,4	3,36	114	1,6	19,8
131	Vanuatu	0,7	2.894	26,2	18,1	-	-	-	21,9	68,2 ^b	25,4	0,83	122	-	-
132	Nicarágua	25,5	4.254	25,2	6,9	4,5	29,6	-	20,0	44,0	101,0	7,02	184	-	-
133	Quiribati	0,2	1.772	-	-	-	-	-	25,7	-	-	-	-	-	-
133	Tajiquistão	18,6	2.320	18,7	9,9	1,2	-	0,1	23,1	13,1	51,6	8,99	202	-	-
135	Índia	6.245,4	5.050	29,6	11,8	3,9	49,5	0,8	17,4	76,6	18,3	1,57	181	1,6 ^b	35,0
136	Butão	5,6	7.490	56,1	20,8	-2,1	15,9	-	18,1	50,4	65,0	4,90	161	1,8 ^b	28,2
136	Camboja	41,5	2.789	16,0	6,0	7,8	12,1	-	35,6	33,8	35,3	0,63	160	1,2	101,3
138	Gana	92,3	3.638	29,0	13,6	5,1	24,7	0,2	22,7	32,3	29,8	0,91	224	1,7	44,8
139	Laos, República Democrática Popular do	29,2	4.388	27,7	9,9	11,8	15,8	-	31,7	26,5 ^b	80,3	3,63	143	2,2 ^b	25,9
140	Congo	24,4	5.631	25,1	10,0	2,8	4,9	-	3,6	-8,9	23,1	0,96	137	2,5 ^b	10,4
141	Zâmbia	42,1	2.990	23,4	20,6	38,8	44,0	0,3	18,2	18,5	24,7	1,05	189	1,4	19,0
142	Bangladeche	365,7	2.364	25,4	5,7	5,6	22,4	-	17,3	69,2	22,6	1,22	174	1,6 ^b	20,3
142	São Tomé e Príncipe	0,5	2.837	-	-	-	-	-	20,5	35,1	92,2	0,67	321	2,4 ^b	39,0
144	Guiné Equatorial	27,6	37.479	40,0	3,7	3,4	-	-	2,0	-3,5	-	-	147	-	0,0
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO															
145	Nepal	58,5	2.131	19,6	10,3	12,5	19,2	-	35,7	67,0	20,8	1,06	186	1,6 ^b	35,1
146	Paquistão	781,2	4.360	10,9	8,3	8,2	28,8	0,5	24,4	44,5	27,3	1,34	222	2,1	46,5
147	Quênia	91,1	2.109	20,4	17,2	9,3	42,5	0,4	29,6	52,3	30,4	1,27	225	2,4 ^b	57,3
148	Suazilândia	7,3	5.912	9,6	15,3	-5,8	-	-	7,3	21,1	15,5	1,16	167	-	22,6
149	Angola	152,9	7.346	11,4	19,5	-	-	-	9,4	15,9	23,4	3,12	233	2,4 ^b	133,7
150	Mianmar	-	-	-	-	-	25,2	-	36,4	-	-	-	239	-	-
151	Ruanda	15,8	1.379	22,8	8,2	15,2	-	-	35,1	8,0 ^b	17,5	0,31	174	1,8 ^b	30,3
152	Camarões	55,4	2.551	19,8	14,9	9,8	-	-	23,3	15,2	12,2	1,28	124	2,0 ^b	11,2
152	Nigéria	918,4	5.440	-	-	-	0,6	0,2	33,1	35,3	6,1	0,19	201	2,4 ^b	38,6
154	Iémen	95,3	3.996	11,7	11,8	-14,1	-	-	14,6	26,9	20,5	0,93	228	1,6 ^b	49,6
155	Madagáscar	30,7	1.378	32,6	10,0	3,9	11,8	0,1	27,5	12,9	28,4	0,43	185	2,0	32,6
156	Zimbabué	18,4	1.337	12,4	23,8	-	-	-	17,5	75,5 ^b	64,8	12,45	1.197 ^b	2,1	54,0
157	Papuásia - Nova Guiné	17,1	2.382	-	-	-	-	-	29,1	38,3	101,2	9,86	144	-	-
157	Ilhas Salomão	1,1	1.964	13,4	39,2	-	-	-	28,9	12,0	37,9	2,27	167	-	-
159	Comores	1,1	1.493	12,4	15,3	-	-	-	50,9	21,6	45,6	0,65	123	-	-
159	Tanzânia, República Unida da	76,8	1.654	36,1	16,4	14,2	-	0,4	28,3 ^c	24,8	42,6	0,64	197	2,4	67,6
161	Mauritânia	11,2	2.938	38,9	15,2	6,4	-	-	23,6	36,8	70,8	2,72	147	2,2 ^b	20,7
162	Lesoto	4,9	2.368	31,8	38,1	17,6	17,4	0,0	8,2	3,1	27,1	1,40	157	1,8 ^b	55,7
163	Senegal	29,8	2.174	30,3	8,7	4,8	-	0,4	17,0	31,0	30,6	2,50	120	2,0 ^b	31,7
164	Uganda	48,5	1.334	24,4	11,3	3,3	39,1	0,4	24,2	16,4	23,5	0,44	203	1,9	78,5
165	Benim	17,0	1.687	17,6	11,9	2,9	17,1	-	35,3	19,7	19,5	0,53	130	2,0	54,0
166	Sudão	125,4	3.370	19,2	10,9	20,9	-	-	41,8 ^d	24,5	-	0,91	280	-	-
166	Togo	8,5	1.286	18,6	9,8	15,8	10,3	-	47,1	37,6	18,1	0,46	125	2,2 ^b	284,3
168	Haiti	16,0	1.575	-	9,1	-	-	-	18,8	19,6	10,6	0,07	173	-	-
169	Afeganistão	56,4 ^b	1.892 ^b	16,6	16,0	-	2,7	-	30,3	-3,0 ^b	-	0,06	164	-	-
170	Djibouti	-	-	37,5	25,1	8,0	-	-	3,7	26,5 ^b	-	-	145	-	-
171	Costa do Marfim	54,5	2.747	10,1	8,6	0,4	-	-	30,0	27,3	52,1	2,36	121	2,1 ^b	51,9
172	Gâmbia	2,8	1.565	19,2	9,6	-3,4	-	0,0	23,0	43,9	43,6	2,82	129 ^b	2,8 ^b	23,7
173	Etiópia	111,8	1.218	25,5	8,1	-0,8	16,0	0,2	48,4	37,1 ^b	27,2	1,12	365	1,9	100,6

Classificação do IDH	Produto interno bruto (PIB)		Formação bruta de capital fixo		Despesa geral de consumo final das administrações públicas		Impostos sobre rendimentos, lucros e mais-valias		Despesas de investigação e desenvolvimento		Percentagens da agricultura, da caça, da silvicultura e da pesca		DÍVIDAS			PREÇOS		
	PPC em US\$ de 2011		milhares de milhões		per capita		Total (% do PIB)		Crescimento anual (%)		(% das receitas totais dos impostos)		(% do PIB)		Crédito interno fornecido pelo setor bancário		Índice de preços no consumidor	
	2012	2012	2005–2012 ^a	2005–2012 ^a	2005–2012	2005–2012 ^a	2005–2012 ^a	2005–2012 ^a	2012	2012	2005–2012 ^a	2012	2012	2013	2013			
174 Malauí	11,8	739	13,5	19,9	10,0	-	-	32,0	35,6	22,3	0,39	203	1,9 ^b	67,0				
175 Libéria	3,3	782	25,0	15,2	2,9	25,5	-	70,7	33,3	42,9	0,24	188	-	-				
176 Mali	23,9	1.607	22,2	17,1	3,8	21,8	0,2	42,3	19,9	29,1	0,67	126	2,0	24,0				
177 Guiné-Bissau	1,9	1.164	-	-	-	-	-	46,4	18,6	29,2	0,53	127	2,0 ^b	11,7				
178 Moçambique	24,5	971	24,7	14,0	14,7	-	0,2	30,0	28,1	32,1	0,46	175	2,1 ^b	23,5				
179 Guiné	13,9	1.216	17,6	10,6	69,2	-	-	25,9	32,2 ^b	65,6	3,67	331	2,9 ^b	66,7				
180 Burundi	7,3	737	20,0	28,0	2,3	-	-	39,7	26,1	26,9	0,36	211	-	0,0				
181 Burquina Faso	25,1	1.528	16,7	19,3	9,5	19,2	0,2	35,0	19,8	23,8	0,68	123	2,1	34,8				
182 Eritreia	7,2	1.180	10,0	21,1	-9,5	-	-	16,9	104,0 ^b	40,8	0,86	-	-	-				
183 Serra Leoa	9,5	1.586	40,3	10,1	2,0	21,8	-	45,8	14,0	48,2	0,71	214	2,4 ^b	108,9				
184 Chade	24,9	2.003	31,8	13,2	-0,9	-	-	18,7	6,2	21,4	0,81	122	2,7 ^b	60,6				
185 Centro-Africana, República	4,4	964	12,5	8,1	-2,2	-	-	54,3	26,8	26,5	0,03	132	-	11,2				
186 Congo, República Democrática do	29,6	451	20,5	13,2	6,9	11,9	0,5	41,6	10,7	37,9	1,76	2.378 ^b	-	-				
187 Níger	15,2	884	36,8	14,4	-	11,6	-	40,4	13,6	23,7	0,58	117	2,5 ^b	31,9				
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS																		
Coreia, República Popular Democrática da	-	-	-	-	-	-	-	21,2	-	-	-	-	-	-				
Marshall, Ilhas	0,2	3.526	-	-	-	-	-	14,1	-	-	-	-	-	-				
Mónaco	-	-	-	-	-	-	0,0	-	-	-	-	-	-	-				
Nauru	-	-	-	-	-	-	-	5,1	-	-	-	-	-	-				
São Marino	-	-	-	-	-	16,9	-	0,1	-	-	-	120	-	-				
Somália	-	-	-	-	-	-	-	60,2	-	-	-	-	-	-				
Sudão do Sul	19,4	1.790	10,5	17,1	16,8	-	-	9,7	-	-	-	149 ^b	-	-				
Tuvalu	0,0	3.489	-	-	-	-	-	22,8	-	-	-	-	-	-				
Agrupamentos por IDH																		
Desenvolvimento humano muito elevado	45.473,5	40.397	18,2	19,2	0,7	37,2	2,5	1,5	203,4	-	-	—	—	—				
Desenvolvimento humano elevado	31.426,4	12.920	33,0	14,9	21,9	23,5	-	7,8	109,5	20,7	2,74	—	—	—				
Desenvolvimento humano médio	12.959,8	5.875	27,4	12,0	6,3	-	-	14,4	72,5	23,8	2,17	—	—	—				
Desenvolvimento humano baixo	3.010,1	2.830	17,1	12,6	6,3	-	-	28,1	32,8	23,4	1,17	—	—	—				
Regiões																		
Estados Árabes	5.098,0	16.367	23,7	14,5	-	-	-	8,1	24,8	-	-	—	—	—				
Ásia Oriental e Pacífico	19.423,3	10.151	-	-	-	-	-	10,7	139,8	-	-	—	—	—				
Europa e Ásia Central	2.879,7	12.453	22,0	15,0	4,5	23,8	0,7	9,0	62,8	50,0	9,19	—	—	—				
América Latina e Caraíbas	7.482,5	13.554	20,1	16,6	37,0	-	-	5,6	73,0	22,7	3,18	—	—	—				
Ásia do Sul	8.878,4	5.147	27,0	11,3	1,2	41,9	-	18,1	72,1	20,0	1,43	—	—	—				
África Subsariana	2.797,2	3.237	21,0	17,8	5,8	-	-	18,4	77,2	24,0	1,24	—	—	—				
Países menos desenvolvidos	1.602,4	1.971	21,6	12,4	6,1	-	-	24,6	31,5	27,4	1,22	—	—	—				
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	286,4	6.736	-	-	-	-	-	8,7	52,5	-	-	—	—	—				
Mundo	92.889,4	13.599	22,6	17,6	5,8	-	-	4,4	168,0	-	-	—	—	—				

NOTAS

- a Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.
- b Os dados referem-se ao ano anterior ao especificado.
- c Apenas a Tanzânia continental.
- d Excluindo o Sudão do Sul.

DEFINIÇÕES

Produto interno bruto (PIB): Valor acrescentado bruto de todos os produtores residentes na economia, incluindo taxas sobre o produto, menos quaisquer subsídios não incluídos no seu valor, expresso em dólares internacionais de 2005 com base na PPC.

PIB per capita: PIB de um determinado período dividido pela população total durante o mesmo período.

Formação bruta de capital fixo: Valor das aquisições pelo setor comercial, pelos governos e pelos agregados familiares (excluindo as suas empresas não constituídas em sociedade) de ativos imobilizados novos ou existentes, menos as respetivas cessões, expresso em percentagem

do PIB. Não é efetuado qualquer ajustamento de depreciação dos ativos imobilizados.

Despesa geral de consumo final das administrações públicas: Todas as atuais despesas governamentais relativas à compra de bens e serviços (incluindo as remunerações dos funcionários e a maior parte das despesas com a defesa e a segurança nacionais, mas excluindo as despesas militares do governo, que fazem parte da formação do capital governamental), expressas em percentagem do PIB.

Impostos sobre rendimentos, lucros e mais-valias: Impostos cobrados sobre o rendimento líquido real ou presumível dos indivíduos, sobre os lucros de sociedades e empresas, e sobre mais-valias, realizadas ou não, de propriedades, títulos e outros ativos.

Despesas de investigação e desenvolvimento: Despesas correntes e de capitais (públicas e privadas) em trabalho criativo com caráter sistemático destinado a reforçar o conhecimento e a utilização do conhecimento em novas aplicações, expressas em percentagem do PIB. Abrange a pesquisa básica, a pesquisa aplicada e o desenvolvimento experimental.

Percentagens da agricultura, da caça, da silvicultura e da pesca: Percentagem do valor acrescentado bruto nos setores da agricultura, da caça, da silvicultura e das pescas, expressa em percentagem do PIB.

Crédito interno fornecido pelo setor bancário: Crédito a diversos setores com base em valores brutos - com exceção do crédito ao governo central, que é líquido - expresso em percentagem do PIB.

Volume da dívida externa em percentagem do RNB: Dívidas a não residentes reembolsáveis em moeda estrangeira, bens ou serviços, expressas em percentagem do rendimento nacional bruto.

Serviço da dívida total: Somatório dos principais reembolsos e juros efetivamente pagos em moeda estrangeira, bens ou serviços sobre a dívida a longo prazo, juros pagos sobre a dívida a curto prazo, e reembolsos (acordos de recompra e encargos) ao Fundo Monetário Internacional (FMI), expresso em percentagem do PIB.

Índice de preços no consumidor: Um índice que reflete alterações no custo de aquisição, para o consumidor médio, de um pacote de produtos

e serviços que podem ser fixos ou alterados a intervalos predeterminados, como, por exemplo, anualmente.

Índice de nível de preços dos produtos alimentares nacionais: Trata-se da paridade do poder de compra (PPC) dos produtos alimentares dividida pela PPC geral, fornecendo assim um índice de preços dos produtos alimentares no país comparativamente aos preços do cabaz geral de compras.

Índice da volatilidade do nível de preços dos produtos alimentares nacionais: Avaliação da variação do índice de nível de preços dos produtos alimentares nacionais, calculada com base no desvio padrão (DP) dos desvios da tendência ao longo dos cinco anos precedentes.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

- Colunas 1 e 2:** Banco Mundial (2014).
- Colunas 3 a 7 e 9 a 12:** Banco Mundial (2013a).
- Coluna 8:** Divisão de Estatística das Nações Unidas (2013a).
- Colunas 13 e 14:** FAO (2013a).

Competências sociais

Classificação do IDH	Emprego e vulnerabilidades							Beneficiário de pensão por velhice ^a					Taxas de suicídios	
	Rácio emprego-população	Vulnerabilidade laboral	Desemprego jovem	Taxa de desemprego	Trabalho infantil	Percentagem de trabalhadores pobres (2 US\$ em PPC por dia)	Duração da licença obrigatória de maternidade remunerada ^b	Registo de nascimento	(% da população em idade de receber uma pensão obrigatória)			(por 100.000)		
	(% com 25 anos ou mais)	(% de emprego total)	(% entre os 15 e os 24 anos)	(% com 15 anos ou mais)	(% entre os 5 e os 14 anos)	(% de emprego total)	(dias)	(% de crianças com menos de 5 anos)	Total	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	
	2012	2003–2012 ^b	2008–2012 ^b	2004–2013 ^b	2005–2012	2003–2010 ^b	2013	2005–2012 ^b	2004–2013 ^b	2004–2013 ^b	2004–2013 ^b	2003–2009 ^b	2003–2009 ^b	
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO														
1 Noruega	65,5	-	8,6	3,1	-	-	-	100,0	100,0	100,0	100,0	6,5	17,3	
2 Austrália	62,3	9,0	11,7	5,2	-	-	-	100,0	83,0	87,6	77,5	3,6	12,8	
3 Suíça	65,9	9,1	8,4	4,2	-	-	98	100,0	100,0	100,0	100,0	11,4	24,8	
4 Países Baixos	61,0	11,5	9,5	5,3	-	-	112	100,0	100,0	100,0	100,0	5,5	13,1	
5 Estados Unidos	61,0	-	16,2	7,4	-	-	-	100,0	92,5	-	-	4,5	17,7	
6 Alemanha	58,0	6,8	8,1	5,5	-	-	98	100,0	100,0	100,0	100,0	6,0	17,9	
7 Nova Zelândia	66,2	12,1	17,7	6,9	-	-	98	100,0	98,0	96,5	99,8	5,5	18,1	
8 Canadá	62,9	-	14,3	7,2	-	-	105	100,0	97,7	-	-	5,4	17,3	
9 Singapura	72,5	9,3	6,7	3,1	-	-	112	-	-	-	-	7,7	12,9	
10 Dinamarca	59,2	-	14,1	7,5	-	-	126	100,0	100,0	100,0	100,0	6,4	17,5	
11 Irlanda	55,6	11,7	30,4	14,7	-	-	182	100,0	90,5	66,3	100,0	4,7	19,0	
12 Suécia	62,7	-	23,7	8,0	-	-	-	100,0	100,0	100,0	100,0	6,8	18,7	
13 Islândia	71,2	-	13,6	6,0	-	-	90	100,0	100,0	100,0	100,0	7,0	16,5	
14 Reino Unido	59,1	-	21,0	7,9	-	-	273	100,0	99,5	99,2	100,0	3,0	10,9	
15 Hong Kong, China (RAE)	60,9	7,4	9,3	3,3	-	-	70	-	72,9	-	-	10,7	19,0	
15 Coreia, República da	65,4	24,8	9,0	3,2	-	-	90	-	77,6	-	-	22,1	39,9	
17 Japão	58,5	10,5	7,9	4,3	-	-	98	100,0	80,3	-	-	13,2	36,2	
18 Listenstaine	-	-	-	2,5 ^c	-	-	-	100,0	-	-	-	-	-	
19 Israel	63,4	7,2	12,1	6,8	-	-	98	100,0	73,6	-	-	1,5	7,0	
20 França	54,4	7,1	23,8	9,9	-	-	112	100,0	100,0	100,0	100,0	8,5	24,7	
21 Áustria	58,9	8,6	8,7	4,3	-	-	112	100,0	100,0	93,7	77,5	7,1	23,8	
21 Bélgica	53,0	10,3	19,8	7,5	-	-	105	100,0	84,6	67,8	100,0	10,3	28,8	
21 Luxemburgo	60,5	5,7	18,8	5,1	-	-	-	100,0	90,0	56,4	100,0	3,2	16,1	
24 Finlândia	57,6	-	17,7	7,7	-	-	147	100,0	100,0	100,0	100,0	10,0	29,0	
25 Eslovénia	56,4	12,8	20,6	8,8	-	-	105	100,0	95,1	85,9	100,0	9,4	34,6	
26 Itália	47,1	18,2	35,3	10,7	-	-	150	100,0	81,1	69,2	100,0	2,8	10,0	
27 Espanha	47,9	-	53,2	25,0	-	-	112	100,0	68,2	46,6	97,4	3,4	11,9	
28 República Checa	59,3	15,0	19,5	7,0	-	-	196	100,0	100,0	100,0	100,0	4,4	23,9	
29 Grécia	43,8	29,7	55,3	24,2	-	-	119	100,0	77,4	54,6	100,0	1,0	6,0	
30 Brunei Darussalam	68,1	-	-	1,7	-	-	-	-	81,7	-	-	-	-	
31 Qatar	89,8	0,4	1,3	0,4	-	-	-	-	7,9	-	-	-	-	
32 Chipre	62,4	12,5	27,8	11,8	-	-	-	100,0	85,2	57,2	100,0	1,7	7,4	
33 Estónia	59,4	-	20,9	10,2	-	-	140	100,0	98,0	97,5	98,5	7,3	30,6	
34 Arábia Saudita	60,4	-	28,3	5,6	-	-	70	-	-	-	-	-	-	
35 Lituânia	58,5	8,9	26,4	13,2	-	-	126	100,0	100,0	100,0	100,0	10,4	61,3	
35 Polónia	55,5	18,2	26,5	10,1	-	-	182	100,0	96,5	94,9	100,0	4,1	26,4	
37 Andorra	-	-	-	-	-	-	-	100,0	-	-	-	-	-	
37 Eslováquia	57,0	12,4	34,0	14,0	-	-	238	100,0	100,0	100,0	100,0	3,4	22,3	
39 Malta	49,9	8,9	14,2	6,4	-	-	-	100,0	60,5	32,0	97,5	1,0	5,9	
40 Emiratos Árabes Unidos	84,4	1,0	12,1	4,2	-	-	45	100,0	-	-	-	-	-	
41 Chile	64,8	24,4	16,3	6,0	2,9	0,0	126	99,8 ^d	74,5	73,4	76,4	4,2	18,2	
41 Portugal	55,5	16,7	37,6	15,7	3,4 ^{d,e}	-	-	100,0	100,0	100,0	100,0	4,0	15,6	
43 Hungria	50,7	-	28,1	10,9	-	-	168	100,0	91,4	87,6	97,7	10,6	40,0	
44 Barain	72,5	2,0	5,0	1,1	4,6	-	-	-	40,1	-	-	3,5	4,0	
44 Cuba	58,4	-	3,1	3,2	-	-	-	100,0 ^d	-	-	-	5,5	19,0	
46 Koweit	76,3	2,2	-	3,6	-	-	70	-	27,3	-	-	1,7	1,9	
47 Croácia	47,4	16,5	43,1	15,8	-	0,0	208	-	57,6	44,2	85,1	7,5	28,9	
48 Letónia	55,0	-	28,4	14,9	-	-	112	100,0	100,0	100,0	100,0	8,2	40,0	
49 Argentina	62,5	19,0	18,3	7,3	6,5 ^d	1,8	90	99,0 ^{d,e}	90,7	93,3	86,8	3,0	12,6	
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO														
50 Uruguai	65,3	-	18,5	6,4	7,9 ^d	0,0	84	100,0	68,2	64,4	73,6	6,3	26,0	
51 Bahamas	70,8	-	30,8	14,7	-	-	-	-	84,2	-	-	0,6	1,9	
51 Montenegro	44,9	-	41,1	19,7	9,9	-	45	99,0	52,3	-	-	-	-	
53 Bielorrússia	53,9	2,1	12,5	0,7	1,4	0,0	126	100,0	93,6	-	-	8,8	48,7	
54 Roménia	57,3	31,5	22,7	7,0	0,9 ^e	-	126	-	98,0	88,0	100,0	3,5	21,0	
55 Líbia	55,4	-	-	-	-	-	-	-	43,3	-	-	-	-	
56 Omã	67,6	-	-	-	-	-	42	-	24,7	-	-	-	-	
57 Federação Russa	65,0	-	14,8	5,5	-	0,0	140	100,0	100,0	100,0	100,0	9,5	53,9	

Classificação do IDH	Emprego e vulnerabilidades							Beneficiário de pensão por velhice ^a Taxas de suicídios					
	Rácio emprego-população	Vulnerabilidade laboral	Desemprego jovem	Taxa de desemprego	Trabalho infantil	Porcentagem de trabalhadores pobres (2 US\$ em PPC por dia)	Duração da licença obrigatória de maternidade remunerada ^b	Registro de nascimento	(% da população em idade de receber uma pensão obrigatória)			(por 100.000)	
	(% com 25 anos ou mais)	(% de emprego total)	(% entre os 15 e os 24 anos)	(% com 15 anos ou mais)	(% entre os 5 e os 14 anos)	(% de emprego total)	(dias)	(% de crianças com menos de 5 anos)	Total	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
	2012	2003–2012 ^b	2008–2012 ^b	2004–2013 ^b	2005–2012	2003–2010 ^b	2013	2005–2012 ^b	2004–2013 ^b	2004–2013 ^b	2004–2013 ^b	2004–2013 ^b	2003–2009 ^b
58 Bulgária	50,3	8,0	28,1	12,3	-	-	410	100,0	96,9	95,5	99,4	6,2	18,8
59 Barbados	67,5	14,0	-	11,6	-	-	-	-	68,3	-	-	0,0	7,3
60 Palau	-	-	-	-	-	-	-	-	48,0	-	-	-	-
61 Antígua e Barbuda	-	-	-	-	-	-	-	-	69,7	-	-	-	-
62 Malásia	65,5	-	10,3	3,0	-	1,9	60	-	19,8	-	-	-	-
63 Maurícia	59,3	16,2	23,7	8,1	-	-	84	-	100,0	100,0	100,0	1,9	11,8
64 Trindade e Tobago	64,5	15,6	10,5	5,0 ^f	0,7	-	-	97,0	98,7	-	-	3,8	17,9
65 Líbano	50,0	33,9	16,8	9,0	1,9	-	49	99,5	0,0	-	-	-	-
65 Panamá	68,8	29,2	10,3	6,5	5,6 ^d	6,8	98	-	37,3	28,9	49,4	1,9	9,0
67 Venezuela, República Bolivariana da	68,2	31,8	17,1	7,5	7,7 ^e	8,2	182	81,0 ^{d,e}	59,4	50,2	70,0	1,2	5,3
68 Costa Rica	64,0	20,2	18,4	7,8	4,7	4,2	120	-	55,8	48,8	65,4	1,9	10,2
69 Turquia	48,5	32,1	17,5	8,1	2,6 ^d	6,4	112	93,7	88,1	-	-	-	-
70 Cazaquistão	75,2	29,2	3,9	5,8	2,2	1,1	126	99,7	95,9	-	-	9,4	43,0
71 México	63,9	-	9,4	4,8	6,3	6,5	84	93,4	25,2	17,2	34,6	1,5	7,0
71 Seicheles	-	-	-	-	-	-	-	-	100,0	-	-	0,0	8,9
73 São Cristóvão e Nevis	-	-	-	-	-	-	-	-	44,7	39,7	51,6	-	-
73 Sri Lanca	57,9	-	17,3	5,0	-	26,0	84	97,2	17,1	-	-	-	-
75 Irão, República Islâmica do	44,7	-	23,0	13,5	11,4	6,2	90	98,6	26,4	-	-	-	-
76 Azerbaijão	73,0	54,7	14,2	5,2	6,5 ^d	6,1	126	93,6	81,7	79,0	82,6	0,3	1,0
77 Jordânia	44,3	9,7	29,3	12,2	1,9 ^d	2,8	70	99,1	42,2	11,8	82,3	0,0	0,2
77 Sérvia	47,2	26,4	51,1	23,9	4,4	-	135	98,9	46,1	44,8	48,4	10,0	28,1
79 Brasil	68,4	-	15,4	6,2	8,6 ^d	5,9	120	93,4 ^d	86,3	83,0	90,6	2,0	7,7
79 Geórgia	62,4	60,6	33,3	15,0	18,4	26,8	126	98,5	89,8	-	-	1,7	7,1
79 Granada	-	-	-	-	-	-	-	-	34,0	-	-	0,0	0,0
82 Peru	78,9	46,3	9,5	6,8 ^g	33,5 ^d	13,5	90	96,0	33,2	26,1	41,4	1,0	1,9
83 Ucrânia	58,2	-	17,3	7,5	7,3	0,0	126	99,8	95,0	-	-	7,0	37,8
84 Belize	66,9	-	-	14,4	5,8	-	-	95,2	64,6	-	-	0,7	6,6
84 Antiga República Jugoslava da Macedónia	42,9	22,1	53,9	31,0	12,5	3,4	270	99,7	52,2	-	-	4,0	9,5
86 Bósnia-Herzegovina	36,4	27,4	62,8	28,0	5,3	0,0	365	99,5	29,6	-	-	-	-
87 Arménia	58,6	-	39,2	28,6	3,9 ^d	9,0	140	99,6	80,0	-	-	1,1	2,8
88 Fiji, Ilhas	56,3	38,8	-	4,6	-	49,7	84	-	10,6	-	-	-	-
89 Tailândia	77,0	53,5	2,8	0,6	8,3	10,1	45	100,0	81,7	84,6	77,9	3,8	12,0
90 Tunísia	47,1	28,8	42,3	17,6	2,1	-	30	99,2	68,8	-	-	-	-
91 China, República Popular da	72,2	-	4,1 ^h	-	-	-	98	-	74,4	-	-	-	-
91 São Vicente e Granadinas	-	8,0	33,8	-	-	-	-	-	76,6	-	-	1,9	5,4
93 Argélia	45,4	29,5	22,4	9,8	4,7 ^d	-	98	99,3	63,6	-	-	-	-
93 Domínica	-	-	-	-	-	-	-	-	38,5	-	-	-	-
95 Albânia	53,3	-	22,5	13,8	12,0	3,4	365	98,6	77,0	60,8	100,0	3,3	4,7
96 Jamaica	65,3	-	34,0	13,9	6,1	4,6	56	97,8	55,5	-	-	-	-
97 Santa Lúcia	-	-	-	21,0	-	-	-	-	26,5	8,3	10,3	0,0	4,9
98 Colômbia	68,2	-	21,9	11,8	13,0 ^d	22,6	98	96,5	23,0	18,4	28,3	2,0	7,9
98 Equador	72,2	-	11,1	5,0	7,5	12,1	84	90,0	53,0	50,8	55,5	3,6	10,5
100 Suriname	56,3	-	-	9,5	4,1	-	-	98,9	-	-	-	4,8	23,9
100 Tonga	-	55,2	-	1,1	-	-	-	-	1,0	-	-	-	-
102 República Dominicana	63,2	-	29,4	14,7	12,9	10,7	84	82,4	11,1	6,2	16,5	0,7	3,9
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO													
103 Maldivas	67,4	29,6	-	11,7	-	11,2	-	92,5	99,7	-	-	0,0	0,7
103 Mongólia	69,3	54,9	11,9	9,9	10,4	-	120	99,0	100,0	-	-	-	-
103 Turquemenistão	62,1	-	-	4,0	-	-	-	95,5	-	-	-	-	-
106 Samoa	-	38,1	16,1	-	-	-	-	47,7	49,5	-	-	-	-
107 Palestina, Estado da	40,3	26,7	38,8	22,9	5,7	-	70	99,3 ^d	8,0	-	-	-	-
108 Indonésia	70,7	57,2	22,2	6,2	6,9 ^d	52,0	90	67,0	8,1	-	-	-	-
109 Botsuana	74,5	-	-	17,6	9,0 ^d	-	84	72,2	100,0	100,0	100,0	-	-
110 Egito	51,2	23,1	24,8	9,0	9,3	14,4	90	99,0	32,7	8,0	61,7	0,0	0,1
111 Paraguai	71,5	-	11,2	5,7	14,6	11,0	63	76,0	22,2	20,0	24,9	2,0	5,1
112 Gabão	63,2	52,9	-	20,4	13,4	14,2	98	89,6 ^e	38,8	-	-	-	-
113 Bolívia, Estado Plurinacional da	78,5	-	6,2	5,2	26,4 ^d	23,4	84	75,8 ^d	100,0	100,0	100,0	-	-
114 Moldávia, República da	42,7	28,6	13,1	5,6	16,3	10,9	126	100,0 ^e	72,8	77,0	63,7	5,6	30,1
115 El Salvador	64,5	-	12,4	6,4	10,4 ^d	12,1	84	98,6	18,1	10,3	31,6	3,6	12,9

TABELA 11 COMPETÊNCIAS SOCIAIS

Classificação do IDH	Emprego e vulnerabilidades							Beneficiário de pensão por velhice ^a					Taxas de suicídios	
	Rácio emprego-população	Vulnerabilidade laboral	Desemprego jovem	Taxa de desemprego	Trabalho infantil	Percentagem de trabalhadores pobres (2 US\$ em PPC por dia)	Duração da licença obrigatória de maternidade remunerada ^b	Registro de nascimento	(% da população em idade de receber uma pensão obrigatória)			(por 100.000)		
	(% com 25 anos ou mais)	(% de emprego total)	(% entre os 15 e os 24 anos)	(% com 15 anos ou mais)	(% entre os 5 e os 14 anos)	(% de emprego total)	(dias)	(% de crianças com menos de 5 anos)	Total	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	
	2012	2003–2012 ^b	2008–2012 ^b	2004–2013 ^b	2005–2012	2003–2010 ^b	2013	2005–2012 ^b	2004–2013 ^b	2004–2013 ^b	2004–2013 ^b	2003–2009 ^b	2003–2009 ^b	
116	Usbequistão	62,6	-	-	0,4 ^c	-	66,5	126	99,9	98,1	-	-	2,3	7,0
117	Filipinas	69,3	39,8	16,3	7,3	-	40,9	60	90,0 ^e	28,5	-	-	-	-
118	África do Sul	48,6	10,1	51,5	25,1 ^e	-	19,7	120	95,0 ^e	92,6	-	-	0,4	1,4
118	Síria, República Árabe da	47,0	32,9	19,2	8,6	4,0	12,9	120	96,0	16,7	-	-	-	-
120	Iraque	44,0	-	-	8,0 ⁱ	4,7	16,6	-	99,2	56,0	-	-	-	-
121	Guiana	56,2	-	-	-	16,4	-	-	87,9	100,0	-	-	13,4	39,0
121	Vietname	80,9	62,5	5,5	1,8	6,9	37,3	180	95,0	34,5	-	-	-	-
123	Cabo Verde	66,8	-	-	-	3,2 ^{d,e}	-	-	91,4	55,7	52,8	59,8	-	-
124	Micronésia, Estados Federados da	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
125	Guatemala	69,1	-	7,5	2,9	25,8 ^d	-	84	96,7	14,1	10,3	18,2	1,7	5,6
125	Quirguizistão	70,7	47,3	-	8,4	3,6	25,5	126	96,0	100,0	100,0	100,0	3,6	14,1
127	Namíbia	63,5	32,7	34,3	16,7	-	-	84	78,0	98,4	-	-	-	-
128	Timor-Leste	54,0	69,6	14,8	-	4,2	68,2	-	55,2	100,0	-	-	-	-
129	Honduras	66,6	-	8,0	4,3	15,6	29,6	84	93,6	8,4	5,8	13,8	-	-
129	Marrocos	51,5	50,7	18,6	9,0	8,3	13,0	98	94,0 ^{d,e}	39,8	-	-	-	-
131	Vanuatu	-	70,0	-	5,5	-	-	-	43,0	3,5	-	-	-	-
132	Nicarágua	65,5	-	11,9	7,8	14,5 ^e	27,4	84	85,0 ^d	23,7	16,2	42,3	2,6	9,0
133	Quiribati	-	-	-	30,6	-	-	-	93,5	-	-	-	-	-
133	Tajiquistão	71,1	-	16,7	11,5	10,0	48,3	140	88,3	80,2	72,1	95,6	2,3	2,9
135	Índia	60,8	80,8	10,7	9,3	11,8	74,5	84	41,1	24,1	-	-	7,8	13,0
136	Butão	81,0	53,1	7,2	2,0	2,9	50,8	-	99,9	3,2	-	-	-	-
136	Camboja	85,8	-	3,4	7,1 ⁱ	36,1 ^d	53,1	90	62,1	5,0	-	-	-	-
138	Gana	81,6	76,8	-	5,3 ^e	33,9	48,3	84	62,5	7,6	-	-	-	-
139	Laos, República Democrática Popular do	85,0	-	-	1,4	10,1	64,0	90	74,8	5,6	-	-	-	-
140	Congo	78,6	75,1	-	10,0 ^j	24,7	72,9	105	91,0 ^d	22,1	4,7	42,4	-	-
141	Zâmbia	79,9	81,0	-	13,2 ^k	40,6 ^d	76,1	84	14,0	7,7	-	-	-	-
142	Bangladeche	73,4	85,0	-	4,5	12,8	80,1	112	30,5	39,5	-	-	-	-
142	São Tomé e Príncipe	-	-	-	16,6	7,5	-	-	75,1	41,8	-	-	-	-
144	Guiné Equatorial	86,5	-	-	-	27,8 ^e	14,0	-	37,0 ^e	-	-	-	-	-
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO														
145	Nepal	85,2	-	-	-	33,9 ^d	74,1	52	42,3	62,5	-	-	-	-
146	Paquistão	56,3	-	7,7	5,5	-	57,0	84	26,5	2,3	-	-	-	-
147	Quênia	75,6	-	-	-	25,9 ^e	33,6	90	60,0	7,9	-	-	-	-
148	Suazilândia	56,1	-	-	28,2	7,3	-	-	49,5	86,0	-	-	-	-
149	Angola	75,5	-	-	-	23,5 ^e	-	90	36,0 ^e	14,5	-	-	-	-
150	Mianmar	83,1	-	-	-	-	60,8	-	72,4	-	-	-	-	-
151	Ruanda	92,6	-	-	-	28,5	87,4	84	63,2	4,7	-	-	-	-
152	Camarões	80,5	-	-	3,8	41,7	-	98	61,4	12,5	5,9	20,2	-	-
152	Nigéria	61,7	-	-	23,9 ⁱ	24,7	79,2	84	41,5	-	-	-	-	-
154	Iémen	50,0	-	33,7	16,2	22,7 ^e	33,5	70	17,0	8,5	-	-	-	-
155	Madagáscar	91,4	-	-	3,8	28,1 ^d	88,1	98	79,7	4,6	-	-	-	-
156	Zimbabué	88,6	-	-	5,4	-	87,1	98	48,8	6,2	-	-	-	-
157	Papuásia - Nova Guiné	77,9	-	-	-	-	-	-	-	0,9	-	-	-	-
157	Ilhas Salomão	72,8	-	-	-	-	44,2	-	-	13,1	-	-	-	-
159	Comores	62,4	-	-	-	27,1 ^e	61,2	-	88,0 ^e	-	-	-	-	-
159	Tanzânia, República Unida da	91,9	87,7	7,1	4,3	21,1 ^d	84,7	84	16,3	3,2	-	-	-	-
161	Mauritânia	44,5	-	-	10,1 ^e	14,6	-	98	58,8	9,3 ^d	-	-	-	-
162	Lesoto	59,9	-	34,4	24,4	22,9 ^e	51,2	84	45,1	100,0	100,0	100,0	-	-
163	Senegal	75,5	-	-	10,4	16,5 ^d	61,1	98	74,6	23,5	-	-	-	-
164	Uganda	86,8	-	5,4	9,1 ^g	25,4 ^d	61,7	60	29,9	6,6	-	-	-	-
165	Benim	80,8	89,9	-	-	45,6	71,3	98	80,2	9,7	-	-	-	-
166	Sudão	55,1	-	22,9	19,8	-	-	56	59,3	4,6	-	-	-	-
166	Togo	83,9	89,1	-	-	28,3	66,7	98	77,9	10,9	-	-	-	-
168	Haiti	75,5	-	-	-	24,4	-	42	79,7	1,0	-	-	0,0	0,0
169	Afeganistão	52,2	-	-	8,5	10,3	73,6	-	37,4	10,7	-	-	-	-
170	Djibouti	-	-	-	-	7,7	-	-	92,0	12,0 ^d	-	-	-	-
171	Costa do Marfim	73,1	-	-	-	26,0	45,5	98	65,0	7,7	-	-	-	-
172	Gâmbia	80,4	-	-	-	19,2	54,5	-	52,5	10,8	-	-	-	-
173	Etiópia	84,1	-	-	17,5 ^{e,j}	27,4 ^e	73,1	90	6,6	9,0	-	-	-	-

TABELA 11

Classificação do IDH	Emprego e vulnerabilidades							Beneficiário de pensão por velhice ^a Taxas de suicídios					
	Rácio emprego-população	Vulnerabilidade laboral	Desemprego jovem	Taxa de desemprego	Trabalho infantil	Porcentagem de trabalhadores pobres (2 US\$ em PPC por dia)	Duração da licença obrigatória de maternidade remunerada ^a	Registro de nascimento	(% da população em idade de receber uma pensão obrigatória)			(por 100.000)	
	(% com 25 anos ou mais)	(% de emprego total)	(% entre os 15 e os 24 anos)	(% com 15 anos ou mais)	(% entre os 5 e os 14 anos)	(% de emprego total)	(dias)	(% de crianças com menos de 5 anos)	Total	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
	2012	2003–2012 ^b	2008–2012 ^b	2004–2013 ^b	2005–2012	2003–2010 ^b	2013	2005–2012 ^b	2004–2013 ^b	2004–2013 ^b	2004–2013 ^b	2004–2013 ^b	2003–2009 ^b
174 Malauí	91,8	-	-	-	25,7	89,3	56	-	4,1	-	-	-	-
175 Libéria	72,0	78,7	5,1	3,7	20,8	94,4	90	3,6 ^d	-	-	-	-	-
176 Mali	65,5	82,9	-	7,3	21,4	77,7	98	80,8	5,7	3,7	8,5	-	-
177 Guiné-Bissau	77,8	-	-	-	38,0	-	-	24,1	6,2	-	-	-	-
178 Moçambique	89,4	87,8	-	22,5	22,2	81,1	60	47,9	17,3	15,9	20,0	-	-
179 Guiné	79,0	-	-	1,7	40,1	70,2	98	43,2	8,8	-	-	-	-
180 Burundi	87,8	94,6	-	-	26,3	89,8	84	75,2	4,0	2,0	6,8	-	-
181 Burquina Faso	85,5	89,6	-	2,3	39,2	81,1	98	76,9	3,2	0,5	7,1	-	-
182 Eritreia	83,9	-	-	-	-	73,1	-	-	-	-	-	-	-
183 Serra Leoa	76,7	-	-	2,8	26,0	78,2	84	78,0	0,9	-	-	-	-
184 Chade	76,7	-	-	-	26,1	80,4	98	15,7	1,6	-	-	-	-
185 Centro-Africana, República	82,3	-	-	-	28,5	77,5	-	61,0	-	-	-	-	-
186 Congo, República Democrática do	82,2	-	-	-	15,0	82,2	98	27,8	15,0	-	-	-	-
187 Níger	66,0	84,8	-	-	42,8	73,7	98	31,8 ^d	6,1	-	-	-	-
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS													
Coreia, República Popular Democrática da	79,1	-	-	-	-	60,8	-	100,0	-	-	-	-	-
Marshall, Ilhas	-	-	-	-	-	-	-	95,9	64,2	-	-	-	-
Mónaco	-	-	-	-	-	-	-	100,0	-	-	-	-	-
Nauru	-	-	-	-	-	-	-	82,6	56,5	-	-	-	-
São Marino	-	-	-	-	-	-	-	100,0	-	-	-	-	-
Somália	59,2	-	-	-	49,0	74,5	-	3,0	-	-	-	-	-
Sudão do Sul	-	-	-	-	-	-	-	35,4	-	-	-	-	-
Tuvalu	-	-	-	-	-	-	-	49,9	19,5	-	-	-	-
Agrupamentos por IDH													
Desenvolvimento humano muito elevado	58,7	-	18,3	7,9	-	-	—	99,9	-	87,5	97,5	6,6	20,5
Desenvolvimento humano elevado	68,1	-	16,2	5,4	-	-	—	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento humano médio	63,7	-	-	8,3	11,8	60,5	—	57,2	-	-	-	-	-
Desenvolvimento humano baixo	72,2	-	-	-	25,2	74,9	—	40,3	-	-	-	-	-
Regiões													
Estados Árabes	52,7	-	24,6	10,4	-	-	—	80,8	-	-	-	-	-
Ásia Oriental e Pacífico	72,8	-	-	-	-	-	—	79,0	-	-	-	-	-
Europa e Ásia Central	56,5	-	19,2	8,3	4,7	19,7	—	96,5	-	-	-	5,5	23,9
América Latina e Caraíbas	67,3	-	14,0	6,6	11,1	-	—	92,5	-	-	-	2,0	8,1
Ásia do Sul	60,9	-	-	8,6	12,3	74,2	—	41,3	-	-	-	-	-
África Subariana	75,0	-	-	-	26,2	71,1	—	43,5	-	-	-	-	-
Países menos desenvolvidos													
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	65,7	-	-	-	-	-	—	-	-	-	-	-	-
Mundo	65,4	-	-	7,5	-	-	—	62,3	-	-	-	-	-

NOTAS

- a Uma vez que os dados têm por base a idade legal de reforma, a qual varia de país para país, qualquer comparação deve ser feita com muita precaução.
- b Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.
- c Exclusivamente desempregados registados.
- d Os dados referem-se ao ano anterior ao especificado.
- e Não coincidem com a definição padrão ou referem-se apenas a uma parte do país.
- f Estão excluídos os candidatos ao primeiro emprego.
- g Apenas cidades principais e áreas metropolitanas.
- h Apenas desempregados registados em zonas urbanas.
- i Estão incluídas as pessoas com interrupções de tempo não normalizado.
- j Inclui os jovens entre os 12 e os 14 anos.
- k Apenas zonas urbanas.

I Estão incluídos os que trabalham menos de 40 horas semanais.

DEFINIÇÕES

Rácio emprego-população: Porcentagem da população a partir dos 25 anos empregada.

Vulnerabilidade laboral: Porcentagem de empregados contratados como trabalhadores familiares não remunerados ou trabalhadores por conta própria.

Desemprego jovem: Porcentagem da população ativa entre os 15 e os 24 anos que não exerce atividade profissional por conta de outrem ou independente mas que está disponível para trabalhar e já tentou arranjar um emprego remunerado ou trabalhar por conta própria.

Taxa de desemprego: Porcentagem da população ativa a partir dos 15 anos de idade que não exerce atividade profissional por conta de outrem ou independente mas que está disponível para trabalhar e já tentou arranjar um emprego remunerado ou trabalhar por conta própria.

Trabalho infantil: Porcentagem de crianças entre os 5 e os 11 anos que, durante a semana de referência, realizaram pelo menos 1 hora de atividade económica ou pelo menos 28 horas de tarefas domésticas, ou de crianças entre os 12 e os 14 anos que, durante a semana de referência, realizaram pelo menos 14 horas de atividade económica ou pelo menos 28 horas de tarefas domésticas.

Porcentagem de trabalhadores pobres: Pessoas empregadas que vivem com menos de \$2 (em termos de paridade de poder de compra) por dia expresso em percentagem das pessoas empregadas com 15 anos ou mais.

Licença obrigatória de maternidade remunerada: Tempo de trabalho remunerado a que a mulher em situação de empregada tem direito para cuidar do filho recém-nascido.

Registro de nascimento: Porcentagem de crianças com menos de 5 anos já registadas na altura do inquérito. Inclui crianças cuja certidão de nascimento foi efetivamente vista pelo entrevistador e crianças cujas mães ou avós afirmaram que o nascimento fora registado.

Beneficiário de pensão de velhice: Pessoas com idades acima da idade da reforma obrigatória e que recebem uma pensão de velhice (contributivas ou não contributivas ou ambas) expressos em percentagem da população elegível.

Taxa de suicídios: Número de mortes provocadas por ferimentos autoinfligidos, na população total ou num grupo específico definido pelo sexo ou pela idade, dividido pelo número total de população de referência, expresso por 100.000 pessoas.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Colunas 1 a 3 e 6: OIT (2013a).

Coluna 4: OIT (2014b).

Colunas 5 e 8: UNICEF (2014).

Coluna 7: Banco Mundial (2013b).

Colunas 9 a 11: OIT (2014a).

Colunas 12 e 13: OMS (2013c).

Insegurança pessoal

Classificação do IDH	Grupos vulneráveis						Importância do déficit alimentar (kcal/capita/dia)	Taxa de homicídios (por 100.000 pessoas)	Atitudes	
	Refugiados por país de origem ^a	Pessoas deslocadas internamente ^b	Pessoas sem-abrigo (% da população)	Crianças órfãs por qualquer razão	População reclusa (por 100.000 pessoas)	Desempregados de longa duração (% da força de trabalho)			Justificação da violência doméstica contra a mulher	
	(milhares)	(milhares)	(%) da população	(milhares)	(por 100.000 pessoas)	(% da força de trabalho)			(% de mulheres entre os 15 e os 49 anos)	(% de homens entre os 15 e os 49 anos)
	2012	2012	2009	2012	2002–2013 ^c	2005–2012 ^e	2011/2013	2008–2011	2005–2012 ^e	2005–2012 ^e
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO										
1 Noruega	0,0	-	-	-	72	0,3	-	2,3	-	-
2 Austrália	0,0	-	-	-	130	1,1	-	1,1	-	-
3 Suíça	0,0	-	-	-	82	1,5	-	0,6	-	-
4 Países Baixos	0,1	-	-	-	82	1,7	-	0,9	-	-
5 Estados Unidos	4,5 ^d	-	-	-	716	2,4	-	4,7	-	-
6 Alemanha	0,2	-	-	-	79	2,5	-	0,8	-	-
7 Nova Zelândia	0,0	-	-	-	192	0,8	-	0,9	-	-
8 Canadá	0,1	-	-	-	118	0,9	-	1,5	-	-
9 Singapura	0,1	-	0,0	-	230	0,6	-	0,3	-	-
10 Dinamarca	0,0	-	-	-	73	4,7	-	0,8	-	-
11 Irlanda	0,0	-	-	-	88	9,0	-	0,9	-	-
12 Suécia	0,0	-	-	-	67	1,3	-	0,9	-	-
13 Islândia	0,0	-	-	-	47	1,5	-	0,9	-	-
14 Reino Unido	0,2	-	-	-	148	2,7	-	1,2	-	-
15 Hong Kong, China (RAE)	0,0	-	-	-	128	-	-	0,2	-	-
15 Coreia, República da	0,6	-	0,4	-	99	0,0	6	2,6	-	-
17 Japão	0,2	-	-	-	51	1,6	-	0,3	-	-
18 Listenstaine	-	-	-	-	24	-	-	0,0	-	-
19 Israel	1,3	-	0,0	-	223	0,8	-	2,0	-	-
20 França	0,1	-	-	-	98 ^e	3,9	-	1,2	-	-
21 Áustria	0,0	-	-	-	98	1,1	-	0,8	-	-
21 Bélgica	0,1	-	-	-	108	3,4	-	1,8	-	-
21 Luxemburgo	-	-	-	-	122	1,6	-	0,8	-	-
24 Finlândia	0,0	-	-	-	58	1,6	-	2,2	-	-
25 Eslovénia	0,0	-	-	-	66	4,2	-	0,8	-	-
26 Itália	0,1	-	-	-	106	5,6	-	0,9	-	-
27 Espanha	0,1	-	-	-	147	11,1	-	0,8	-	-
28 República Checa	0,6	-	-	-	154	3,0	-	0,8	-	-
29 Grécia	0,1	-	-	-	111	14,4	-	1,6	-	-
30 Brunei Darussalam	0,0	-	0,0	-	122	-	2	-	-	-
31 Qatar	0,1	-	0,0	-	60	0,1	-	0,9	-	-
32 Chipre	0,0	208 ^f	-	-	106 ^g	3,6	-	0,8	-	-
33 Estónia	0,5	-	-	-	238	5,5	-	4,8	-	-
34 Arábia Saudita	0,8	-	0,0	-	162	-	12	-	-	-
35 Lituânia	0,5	-	-	-	329	6,5	-	6,4	-	-
35 Polónia	1,6	-	-	-	217	3,5	-	1,2	-	-
37 Andorra	0,0	-	-	-	38	-	-	1,2	-	-
37 Eslováquia	0,2	-	-	-	187	8,9	-	1,8	-	-
39 Malta	0,0	-	-	-	145	3,0	-	0,7	-	-
40 Emiratos Árabes Unidos	0,6	-	0,0	-	238	-	25	-	-	-
41 Chile	1,2	-	0,6	-	266	-	23	3,7	-	-
41 Portugal	0,0	-	-	-	136	7,6	-	1,1	-	-
43 Hungria	1,1	-	-	-	186	5,1	-	1,4	-	-
44 Barain	0,3	-	0,0	-	275	-	-	0,5	-	-
44 Cuba	6,7	-	1,9	-	510	-	4	5,0	-	-
46 Koweit	1,2	-	-	-	137	-	11	2,2	-	-
47 Croácia	62,6	0	-	-	108	10,2	-	1,1	-	-
48 Letónia	0,7	-	-	-	304	7,7	-	3,1	-	-
49 Argentina	0,4	-	0,4	-	147	2,0	23	5,5	-	-
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO										
50 Uruguai	0,2	-	0,4	-	281	-	42	5,9	-	-
51 Bahamas	0,2	-	0,6	-	444	7,1	40	36,6	-	-
51 Montenegro	4,1	-	-	-	208	15,8	-	3,6	10,9	-
53 Bielorrússia	6,2	-	-	-	335	-	-	4,9	4,1	4,2
54 Roménia	2,8	-	-	-	155	3,2	-	1,6	-	-
55 Líbia	5,3	50 ^h	0,0	-	81	-	8	2,9	-	-
56 Omã	0,1	-	0,0	-	61	-	-	0,7	-	-
57 Federação Russa	110,7	9,9 ⁱ	-	-	475	1,7	-	9,7	-	-
58 Bulgária	2,1	-	-	-	151	6,8	-	1,7	-	-
59 Barbados	0,1	-	1,0	-	521	2,3	23	11,3	-	-

Classificação do IDH	Grupos vulneráveis						Importância do déficit alimentar (kcal/capita/dia)	Taxa de homicídios (por 100.000 pessoas)	Atitudes	
	Refugiados por país de origem ^a	Pessoas deslocadas internamente ^b	Pessoas sem-abrigo (% da população)	Crianças órfãs por qualquer razão (milhares)	População reclusa (por 100.000 pessoas)	Desempregados de longa duração (% da força de trabalho)			Justificação da violência doméstica contra a mulher	
	(milhares)	(milhares)	2009	2012	2002–2013 ^c	2005–2012 ^c			2011/2013	2008–2011
60 Palau	-	-	-	-	295	-	-	0,0	-	-
61 Antígua e Barbuda	0,0	-	9,4	-	403	-	100	6,8	-	-
62 Malásia	0,5	-	0,3	-	132	-	23	-	-	-
63 Maurícia	0,1	-	0,3	-	202	2,0	37	3,4	-	-
64 Trindade e Tobago	0,3	-	0,0	-	281	-	53	26,1	7,6	-
65 Líbano	15,1	44,6	0,1	-	118	-	20	2,2	9,7 ⁱ	-
65 Panamá	0,1	-	0,5	-	411	-	57	21,3	-	-
67 Venezuela, República Bolivariana da	8,2	-	0,7	-	161	-	14	45,1	- ^j	- ^j
68 Costa Rica	0,3	-	1,4	-	314	-	57	10,0	-	-
69 Turquia	135,4	954–1.201 ^j	1,6	-	179	2,3	5	3,3	24,7	-
70 Cazaquistão	3,6	-	-	-	295	-	3	8,8	12,2	16,7
71 México	8,4	-	0,7	-	210	0,1	2	23,7	-	-
71 Seicheles	0,0	-	0,2	-	709	-	49	-	-	-
73 São Cristóvão e Nevis	0,0	-	0,2	-	714	-	72	38,2	-	-
73 Sri Lanca	132,8	90	12,1	-	132	1,5	200	3,6	53,2 ⁱ	-
75 Irão, República Islâmica do	75,6	-	0,5	-	284	-	29	3,0	-	-
76 Azerbaijão	15,9	600 ^k	-	-	413	-	9	2,2	49,0	58,3
77 Jordânia	2,4	-	0,0	-	95	-	20	-	90,0 ^j	-
77 Sérvia	157,9	225	-	-	142	18,7	-	1,3	2,9	6,6 ⁱ
79 Brasil	1,1	-	0,3	-	274	9,8	56	21,8	-	-
79 Geórgia	9,3	280 ^l	-	-	225 ^m	-	-	2,5	6,9	-
79 Granada	0,3	-	0,0	-	424	-	138	11,5	-	-
82 Peru	5,2	150	2,5	-	202	-	76	10,3	-	-
83 Ucrânia	25,3	-	-	-	305	2,1	-	4,3	3,6	11,1
84 Belize	0,0	-	0,0	-	476	-	39	39,0	8,6	-
84 Antiga República Jugoslava da Macedónia	7,6	-	-	-	122	25,4	-	1,5	14,5	-
86 Bósnia-Herzegovina	51,9	113	-	-	80	25,4	-	1,3	4,8	6,0
87 Arménia	16,1	8,4	-	-	164	9,7	16	1,4	9,3	19,9
88 Fiji, Ilhas	1,3	-	1,9	-	174	2,6	18	-	-	-
89 Tailândia	0,4	-	0,4	-	398	0,1	40	4,8	-	-
90 Tunísia	1,9	-	0,0	-	199	-	6	1,1	30,3	-
91 China, República Popular da	193,3	-	4,5	-	121 ⁿ	-	76	1,0	-	-
91 São Vicente e Granadinas	1,3	-	0,0	-	376	16,9	38	19,2	-	-
93 Argélia	5,7	-	0,8	-	162	7,1	15	0,8	67,9	-
93 Domínica	0,1	-	7,4	-	391	-	14	22,1	-	-
95 Albânia	12,6	-	-	-	158	10,6	-	4,4	29,8	36,4
96 Jamaica	1,4	-	0,1	-	152	-	60	41,2	2,9 ⁱ	21,5 ⁱ
97 Santa Lúcia	0,6	-	0,2	-	317	-	88	25,2	-	-
98 Colômbia	111,8	4.900–5.500	1,7	-	245	-	70	33,2	-	-
98 Equador	0,8	-	0,9	-	149	-	106	18,2	-	-
100 Suriname	0,0	-	0,0	-	186	-	70	4,6	12,5	-
100 Tonga	0,0	-	3,6	-	150	-	-	1,0	-	-
102 República Dominicana	0,3	-	1,5	-	240	-	107	25,0	4,1	-
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO										
103 Maldivas	0,0	-	13,9	-	307 ^o	-	35	1,6	30,8 ⁱ	14,3 ⁱ
103 Mongólia	2,1	-	0,0	-	287	3,4	188	9,5	10,1	8,8 ⁱ
103 Turquemenistão	0,7	-	-	-	224	-	15	-	37,7 ⁱ	-
106 Samoa	0,0	-	16,0	-	228	-	23	1,1	60,8	45,7
107 Palestina, Estado da	5.366,7 ^p	144,5	-	-	-	-	211	-	-	-
108 Indonésia	10,1	170	0,8	-	59	-	64	0,6	35,0 ⁱ	17,0 ⁱ
109 Botsuana	0,1	-	2,0	160	205	10,4	187	14,5	-	-
110 Egito	10,0	-	0,1	-	80	7,7	8	3,3	39,3	-
111 Paraguai	0,1	-	0,2	-	118	-	157	11,4	-	-
112 Gabão	0,2	-	0,0	61	196	-	35	13,8	50,2	39,7
113 Bolívia, Estado Plurinacional da	0,6	-	0,8	-	140	1,3	140	7,7	16,1	-
114 Moldávia, República da	6,1	-	-	-	188 ^q	1,7	-	8,6	20,8	21,7 ⁱ
115 El Salvador	8,2	-	0,0	-	422	-	78	70,2	-	-
116 Usbequistão	7,1	3,4	-	-	152	-	38	3,1	69,6	59,4 ⁱ
117 Filipinas	1,0	72 ^r	3,3	-	111	0,1	100	5,4	14,1	-
118 África do Sul	0,4	-	0,1	4.000	294	8,1	13	30,9	-	-
118 Síria, República Árabe da	728,2	6500	0,0	-	58	-	38	2,3	-	-

TABELA 12 INSEGURANÇA PESSOAL

Classificação do IDH	Grupos vulneráveis						Importância do déficit alimentar (kcal/capita/dia)	Taxa de homicídios (por 100.000 pessoas)	Atitudes	
	Refugiados por país de origem ^a	Pessoas deslocadas internamente ^b	Pessoas sem-abrigo (% da população)	Crianças órfãs por qualquer razão	População reclusa (por 100.000 pessoas)	Desempregados de longa duração (% da força de trabalho)			Justificação da violência doméstica contra a mulher	
	(milhares)	(milhares)	(%)	(milhares)	(por 100.000 pessoas)	(%)			(% de mulheres entre os 15 e os 49 anos)	(% de homens entre os 15 e os 49 anos)
	2012	2012	2009	2012	2002–2013 ^c	2005–2012 ^c	2011/2013	2008–2011	2005–2012 ^c	2005–2012 ^c
120 Iraque	746,4 ^a	2.100	0,0	-	110	-	217	2,0	51,2	-
121 Guiana	0,8	-	1,4	-	260	-	33	17,2	16,3	19,3
121 Vietname	336,9 ^t	-	2,0	-	145 ^o	-	63	1,6	35,8	-
123 Cabo Verde	0,0	-	1,1	-	267	-	66	-	17,3	16,3 ^j
124 Micronésia, Estados Federados da	-	-	-	-	80	-	-	0,9	-	-
125 Guatemala	6,4	-	0,0	-	105	-	201	38,5	-	-
125 Quirguizistão	3,5	67	-	-	181	-	39	6,5	37,7	-
127 Namíbia	1,1	-	0,0	130	191	30,9	212	-	35,2	40,8
128 Timor-Leste	0,0	-	0,2	-	25	0,4	254	6,9	86,2	80,7
129 Honduras	2,6	-	0,9	-	153	-	46	91,6	12,4	9,9
129 Marrocos	2,4	-	0,0	-	220	5,8	31	1,4	63,9	-
131 Vanuatu	0,0	-	5,0	-	76	-	48	0,9	60,0	-
132 Nicarágua	1,5	-	0,4	-	153	-	144	12,6	13,7	-
133 Quiribati	0,0	-	4,8	-	114	-	48	7,3	75,6	59,7
133 Tajiquistão	0,7	-	-	-	130	-	249	2,1	74,4 ⁱ	-
135 Índia	14,3	540	1,0	-	30	1,4	121	3,5	54,4	51,0
136 Butão	41,6	-	0,2	-	135	-	-	1,0	68,4	-
136 Camboja	14,0	-	2,2	-	106	-	102	-	45,7 ^j	22,4 ^j
138 Gana	24,3	-	1,2	1.000	54	-	18	15,7	44,1	25,7 ^j
139 Laos, República Democrática Popular do	8,0	-	19,7	-	69	-	195	4,6	58,2	49,1
140 Congo	12,2	7,8	2,1	220	31	-	234	30,8	75,7	-
141 Zâmbia	0,2	-	0,1	1.400	119	-	306	1,8	61,9	49,3
142 Bangladesh	10,2	-	2,1	-	42	-	118	2,7	32,5	-
142 São Tomé e Príncipe	0,0	-	0,0	-	128	-	45	3,6	19,5	21,7
144 Guiné Equatorial	0,2	-	0,0	-	95	-	-	20,7	-	-
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO										
145 Nepal	7,6	-	0,9	-	48	1,0	112	2,8	23,2	21,5
146 Paquistão	33,6	758 ^u	6,2	-	39	1,1	131	7,8	-	-
147 Quênia	8,9	412 ^v	0,0	2.600	121	-	166	6,3	52,6	44,0
148 Suazilândia	0,1	-	0,0	120	284	-	262	-	27,6	23,1 ^j
149 Angola	20,2	-	0,2	1.100	105	-	153	19,0	-	-
150 Mianmar	215,3	498	0,3	-	120	-	-	10,2	-	-
151 Ruanda	97,5	-	0,1	590	492 ^w	-	201	17,1	56,2	25,1
152 Camarões	13,4	-	0,1	1.300	119	-	85	-	46,5	38,7
152 Nigéria	18,0	-	0,5	11.500	32	-	42	12,2	45,6	-
154 Iémen	2,6	307	1,2	-	55 ^x	4,0	188	4,2	-	-
155 Madagáscar	0,3	-	3,8	-	87	-	176	8,1	32,3	30,1
156 Zimbabué	22,1	-	0,5	1.200	129	-	226	7,7	39,6	33,7
157 Papuásia - Nova Guiné	0,2	-	3,7	320	48	-	-	13,0	-	-
157 Ilhas Salomão	0,1	-	0,3	-	55	-	81	3,7	68,8	65,1
159 Comores	0,5	-	0,1	-	16	-	655	12,2	-	-
159 Tanzânia, República Unida da	1,1	-	0,2	3.100	78	-	221	24,5	53,5	38,1
161 Maurítânia	33,8	-	2,2	-	45	-	46	14,7	37,9	-
162 Lesoto	0,0	-	0,1	220	121	15,6	102	35,2	37,1	48,4
163 Senegal	18,7	10–40	0,6	-	64	-	142	8,7	60,0	24,7
164 Uganda	5,6	30	1,4	2.700	97	-	192	10,9	58,3	43,7
165 Benim	0,5	-	0,9	450	75	-	34	15,1	46,6	13,5
166 Sudão	558,5 ^y	2900	1,3	-	56	-	-	24,2	47,0	-
166 Togo	15,7	-	1,8	360	64	-	98	10,9	43,0	-
168 Haiti	38,6	360	1,6	430	96	-	431	6,9	16,7	14,9
169 Afeganistão	2.585,6	493	0,7	-	76	-	-	2,4	90,2	-
170 Djibouti	0,6	-	3,1	43	83	-	143	3,4	-	-
171 Costa do Marfim	100,7	40–80 ^z	0,4	1.300	34 ^{aa}	-	133	56,9	47,9	42,0
172 Gâmbia	3,1	-	0,4	-	56	-	102	10,8	74,5	-
173 Etiópia	74,9	-	0,2	4.500	136	1,3	314	25,5	68,4	44,9
174 Malawi	0,3	-	1,9	1.300	76	-	119	36,0	12,6	12,9
175 Libéria	23,5	-	0,2	190	46	-	201	10,1	59,3	30,2
176 Mali	149,9	353,4	0,7	-	36	-	39	8,0	87,2	-
177 Guiné-Bissau	1,2	-	0,1	120	-	-	61	20,2	40,2	-
178 Moçambique	0,2	-	3,0	2.000	65	5,9	269	3,3	22,9	19,9
179 Guiné	14,2	-	0,0	670	25	-	91	22,5	85,6	-

Classificação do IDH	Grupos vulneráveis						Importância do déficit alimentar (kcal/capita/dia)	Taxa de homicídios (por 100.000 pessoas)	Atitudes	
	Refugiados por país de origem ^a	Pessoas deslocadas internamente ^b	Pessoas sem-abrigo (% da população)	Crianças órfãs por qualquer razão (milhares)	População reclusa (por 100.000 pessoas)	Desempregados de longa duração (% da força de trabalho)			Justificação da violência doméstica contra a mulher	
	(milhares)	(milhares)	2009	2012	2002–2013 ^c	2005–2012 ^c			2011/2013	2008–2011
180 Burundi	73,6	78,8	1,0	680	72	-	581	4,1	72,9	44,3
181 Burquina Faso	1,5	-	0,4	980	28	-	178	18,0	43,5	34,1
182 Eritreia	247,8	10	0,4	160	-	-	488	17,8	70,7	-
183 Serra Leoa	7,4	-	0,4	370	52	-	209	14,9	73,3	-
184 Chade	15,8	90	1,1	960	41	-	216	15,8	62,3	-
185 Centro-Africana, República	162,4	533 ^{ab}	2,2	-	19	-	196	29,3	79,6	80,3 ⁱ
186 Congo, República Democrática do	509,2	2.770	0,4	5.100	33	-	-	21,7	75,9	-
187 Níger	0,8	-	1,3	-	42	-	77	3,8	70,1	-
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS										
Coreia, República Popular Democrática da	1,1	-	5,3	-	-	-	238	15,2	-	-
Marshall, Ilhas	0,0	-	-	-	58	-	-	-	55,9	57,6
Mónaco	0,0	-	-	-	73	-	-	0,0	-	-
Nauru	-	-	-	-	277	-	-	9,8	-	-
São Marino	0,0	-	-	-	6	-	-	-	-	-
Somália	1.136,1	1.133	6,8	-	-	-	-	1,5	75,7 ^{ac}	-
Sudão do Sul	86,9 ^{ad}	430	-	470	65	-	-	-	78,5	-
Tuvalu	0,0	-	5,5	-	120	-	-	-	70,0	73,1
Agrupamentos por IDH										
Desenvolvimento humano muito elevado	86,9	—	-	-	283	3,1	-	2,3	-	-
Desenvolvimento humano elevado	1.136,6	—	3,2	-	186	-	62	6,4	-	-
Desenvolvimento humano médio	7.369,0	—	1,1	-	63	-	104	4,7	46,8	-
Desenvolvimento humano baixo	5.085,4	—	1,6	-	71	-	157	14,1	53,8	-
Regiões										
Estados Árabes	8.585,0	—	0,5	-	116	-	56	4,9	-	-
Ásia Oriental e Pacífico	784,3	—	3,6	-	123	-	76	1,8	-	-
Europa e Ásia Central	463,9	—	-	-	220	-	-	3,8	26,8	-
América Latina e Caraíbas	207,9	—	0,7	-	230	-	57	22,7	-	-
Ásia do Sul	2.901,2	—	1,7	-	46	-	119	3,8	51,9	-
África Subsariana	1.768,7	—	0,7	4.535	91	-	149	17,4	54,7	-
Países menos desenvolvidos	6.185,7	—	1,3	-	77	-	187	12,8	52,0	-
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	54,1	—	1,8	-	231	-	152	14,2	-	-
Mundo	14.902,2	—	2,1	-	145	-	-	6,5	-	-

NOTAS

- a** Os dados referem-se aos refugiados reconhecidos ao abrigo da Convenção das Nações Unidas de 1951/Protocolo de 1967, Convenção da Organização de Unidade Africana (OUA) de 1969. Na ausência de números governamentais, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) estimou a população refugiada em 25 países industrializados com base em 10 anos de reconhecimento individual de refugiados.
- b** Para mais informações sobre as estimativas, ver <http://www.internal-displacement.org>.
- c** Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.
- d** Alguns países registam as estatísticas de refugiados e asilados por país de nascimento e não por país de origem, o que afeta o número de refugiados registados como oriundos dos Estados Unidos.
- e** Exclui os territórios de África, Américas e Oceânia.
- f** Inclui mais de 200.000 cipriotas gregos e turcos deslocados em 1974.
- g** Não inclui a República Turca de Chipre do Norte, não reconhecida internacionalmente.
- h** Os números excluem os não líbios deslocados dentro do país.
- i** Inclui as pessoas deslocadas internamente da Chechênia e da Ossétia do Norte com estatuto de migrante forçado dentro e fora do Norte do Cáucaso.
- j** Com base no inquérito da Universidade de Hacettepe encomendado pelo governo.
- k** Inclui as pessoas deslocadas internamente de Nagorno-Karabakh e distritos circundantes, bem como as crianças nascidas durante a deslocação.
- l** Inclui pessoas deslocadas nos anos noventa e em 2008, bem como as 10.000 pessoas deslocadas internamente na Ossétia do Sul, e ainda as que regressaram a casa ou foram realojadas com os filhos com estatuto de PDI.

- m** Não inclui a Abcásia e a Ossétia do Sul, que declararam a independência da Geórgia.
- n** Não inclui as detenções preventivas ou administrativas.
- o** Exclusivamente os reclusos condenados.
- p** Inclui os refugiados palestinianos sob a responsabilidade da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente.
- q** Exclui a Transnistria, não reconhecida internacionalmente.
- r** Inclui as pessoas dos campos de realojados reconhecidos pelo governo, as pessoas deslocadas por conflitos armados, violência entre clãs e criminalidade em 2012, mas não as PDI que vivem com hóspedes ou pessoas cujo regresso ou instalação noutra local não foi sustentável.
- s** Os números de refugiados iraquianos na Jordânia e na República Árabe da Síria são estimativas governamentais. O ACNUR registou e, no final do ano, dava assistência a 90.500 iraquianos nos dois países.
- t** 300.000 refugiados vietnamitas estão bem integrados e, na prática, recebem proteção do governo chinês.
- u** Só estão incluídos os deslocados na província de Khyber Pakhtunkhwa e áreas tribais administradas federalmente que cumprem os critérios oficiais de registo de PDI.
- v** Inclui os deslocados pela violência que se seguiu às eleições de 2007 e os que continuam deslocados por anteriores episódios de violência.
- w** Inclui milhares de condenados ou arguidos do genocídio de 1994.
- x** Só as prisões do Ministério do Interior.
- y** Podem estar incluídos os cidadãos do Sudão do Sul.
- z** Exclui os deslocados durante o conflito de 2002-2007.
- aa** Só as prisões sob controlo governamental.

- ab** Estes números correspondem a estimativas grosseiras, uma vez que o acesso às populações afetadas é muito limitado.
- ac** Não coincidem com a definição padrão ou referem-se apenas a uma parte do país.
- ad** Pode estar incluído nos dados relativos ao Sudão um número indeterminado de refugiados e candidatas a asilo do Sudão do Sul.

DEFINIÇÕES

- Refugiados por país de origem:** Número de pessoas que fugiram do seu país de origem devido a um receio de perseguição fundamentado em razão da sua raça, religião, nacionalidade, opinião política ou pertença a um grupo social específico e que não podem ou não desejam regressar ao seu país de origem.
- Pessoas deslocadas internamente:** Número de pessoas forçadas a abandonar as suas casas ou locais habituais de residência — nomeadamente em resultado de, ou para evitar, os efeitos de um conflito armado, de situações de violência generalizada, de violações dos direitos humanos ou de catástrofes de origem natural ou humana — e que não atravessaram nenhuma fronteira reconhecida internacionalmente.
- Pessoas sem abrigo:** Pessoas que não possuem abrigo nas zonas de alojamento em resultado de catástrofes naturais e que transportam os seus poucos haveres com eles, dormindo nas ruas, em cais ou portais ou qualquer outro espaço, numa base mais ou menos aleatória, expressas como percentagem da população total.
- Crianças órfãs:** Número de crianças (0-17 anos) que perderam um ou ambos os progenitores por qualquer razão.
- População reclusa:** Número de detidos adultos ou jovens (incluindo as detenções preventivas, salvo indicação em contrário) expresso por 100.000 pessoas.

- Taxa de desemprego de longa duração:** Percentagem da população ativa (população empregada e desempregada) com 15 anos ou mais que não está a trabalhar mas está disponível para isso e já tentou arranjar um emprego remunerado ou trabalhar por conta própria nos últimos 12 meses.
 - Importância do déficit alimentar:** Número de calorías necessárias para retirar os malnutridos do seu estatuto, mantendo-se tudo o resto constante.
 - Taxa de homicídios:** Número de mortes ilegais infligidas propositalmente a uma pessoa por outra, expresso por 100.000 pessoas.
 - Justificação da violência doméstica contra a mulher:** Percentagem de mulheres e homens entre os 15 e os 49 anos que consideram que o marido tem plena justificação para bater ou espancar a mulher por uma das seguintes razões, pelo menos: a mulher queima a comida, discute com ele, sai de casa sem lhe dizer nada, negligência os filhos ou recusa relações sexuais.
- FONTES DE DADOS PRINCIPAIS**
- Coluna 1:** ACNUR (2013).
 - Coluna 2:** IDMC (2013).
 - Coluna 3:** Divisão de Estatística das Nações Unidas (2013).
 - Colunas 4, 9 e 10:** UNICEF (2014).
 - Coluna 5:** Centro Internacional de Estudos Penitenciários (2013).
 - Coluna 6:** OIT (2013a).
 - Coluna 7:** FAO (2013a).
 - Coluna 8:** UNODC (2013).

TABELA 12

Integração internacional

Classificação do IDH	Comércio		Fluxos financeiros					Mobilidade humana				Comunicações		
	Afastamento	Comércio internacional	Investimento direto estrangeiro, entradas líquidas	Fluxos de capitais privados	APD líquida recebida ^a	Remessas, entradas	Reservas totais exceto ouro	Índice líquido de migração	% de imigrantes	Turismo receptor internacional	Utilizadores da Internet	Tráfego internacional de chamadas telefônicas		
												Minutos por pessoa		
	Kms	(% do PIB)	(% do PIB)	(% do PIB)	(% do RNB)	(% do PIB)	(% do PIB)	(por 1.000 pessoas)	(% da população)	(milhares)	(% da população)	Recebidas	Efectuadas	
2012	2012 ^b	2012 ^b	2012 ^b	2011	2011 ^c	2012 ^b	2010/2015 ^d	2013	2011	2012	2006–2011 ^e	2006–2011 ^e		
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO														
1	Noruega	v	68,2	1,5	12,8	-1,0	0,16	3,4	6,0	13,8 ^f	4.963	95,0	-	251,0
2	Austrália	13.506	42,6	4,8	-3,6	-0,4	0,14	0,7	6,5	27,7 ^g	5.875	82,3	-	-
3	Suíça	5.878	91,6	1,5	4,0	-0,5	0,50	-	8,0	28,9	8.534	85,2	-	422,2
4	Países Baixos	5.741	165,9	-1,1	9,4	-0,8	0,21	1,6	0,6	11,7	11.300	93,0	-	99,9
5	Estados Unidos	8.678	31,7	1,3	-2,3	-0,2	0,04	-	3,1	14,3	62.711	81,0	81,2	199,8
6	Alemanha	5.972	97,6	0,8	4,3	-0,4	0,37	10,3	1,3	11,9	28.374	84,0	-	180,5
7	Nova Zelândia	14.121	59,0	2,7	-4,5	-0,3	0,55	0,4	3,3	25,1	2.572	89,5	-	174,0
8	Canadá	7.000	62,1	2,5	-1,9	-0,3	-	0,6	6,3	20,7	16.014	86,8	-	-
9	Singapura	10.132	379,1	20,6	5,7	-	-	0,1	15,0	42,9	10.390	74,2	483,4	1.582,4
10	Dinamarca	5.696	104,6	0,4	6,4	-0,9	0,38	3,5	2,7	9,9	7.363	93,0	176,7	205,0
11	Irlanda	5.796	192,4	15,7	-1,2	-0,5	0,34	-	2,2	15,9	7.630	79,0	-	430,5
12	Suécia	5.735	91,3	0,7	0,5	-1,0	0,14	-	4,2	15,9	5.006	94,0	-	173,7
13	Islândia	5.866	112,1	3,8	41,9	-0,2	0,15	13,4	3,3	10,4	566	96,0	209,5	131,3
14	Reino Unido	5.930	65,7	2,3	14,3	-0,6	0,07	-	2,9	12,4	29.306	87,0	-	143,2
15	Hong Kong, China (RAE)	8.740	447,2	38,7	4,2	-	0,14	-	4,2	38,9	22.316	72,8	492,3	1.700,7
15	Coreia, República da	8.000	109,9	0,4	0,8	-	0,76	-	1,2	2,5	9.795	84,1	22,4	51,2
17	Japão	8.956	31,2	0,0	2,7	-0,2	0,04	1,4	0,6	1,9	6.219	79,1	14,1	27,3
18	Listenstaine	-	-	-	-	-	-	6,4	-	33,1	53	89,4	-	-
19	Israel	6.783	72,2	4,3	1,3	-0,1	0,23	1,6	-2,0	26,5	2.820	73,4	-	-
20	França	5.990	57,1	2,5	-1,6	-0,5	0,69	8,2	2,0	11,6	81.411	83,0	172,9	190,7
21	Áustria	5.860	110,5	0,5	1,2	-0,3	0,64	3,1	3,5	15,7	23.012	81,0	-	211,3
21	Bélgica	5.746	168,4	-0,4	-9,2	-0,5	2,12	2,9	2,7	10,4	7.494	82,0	-	257,5
21	Luxemburgo	5.740	311,4	31,0	-449,3	-1,0	2,94	-	9,7	43,3	871	92,0	809,9	821,8
24	Finlândia	5.763	80,1	0,7	-2,2	-0,5	0,29	-	1,8	5,4	4.192	91,0	-	-
25	Eslovénia	5.889	147,3	0,0	0,0	-0,1	0,86	0,5	2,1	11,3	2.037	70,0	85,6	101,4
26	Itália	6.224	59,3	0,4	-0,8	-0,2	0,32	-	3,0	9,4	46.119	58,0	-	162,2
27	Espanha	6.320	63,4	2,7	1,7	-0,3	0,67	-	2,6	13,8 ^h	56.694	72,0	-	118,1
28	República Checa	5.776	150,7	5,4	-5,8	-0,1	0,84	-	3,8	4,0	8.775	75,0	125,5	46,5
29	Grécia	6.347	59,0	1,2	50,3	-0,1	0,41	2,7	0,9	8,9	16.427	56,0	88,1	168,1
30	Brunei Darussalam	10.034	112,5	7,4	-4,3	1,0	-	-	0,8	49,3	242	60,3	-	-
31	Qatar	7.409	96,5	-0,1	14,6	-	0,33	1,8	48,8	73,8	2.527	88,1	427,4	-
32	Chipre	6.581	86,7	4,3	-32,2	-	0,51	4,5	6,2	18,2 ⁱ	2.392	61,0	248,8	460,5
33	Estónia	5.743	184,4	7,4	-2,0	-0,1	1,84	-	0,0	16,3	2.665	79,0	127,0	85,0
34	Arábia Saudita	7.423	86,4	1,7	-0,6	-	0,04	1,1	2,1	31,4	17.498	54,0	106,6	632,4
35	Lituânia	5.785	167,9	1,6	-3,9	-	4,56	0,1	-1,9	4,9	1.775	68,0	81,4	37,3
35	Polónia	5.814	92,0	0,6	-4,8	-0,1	1,48	1,5	-0,2	1,7	13.350	65,0	-	34,6
37	Andorra	-	-	-	-	-	-	-	-	56,9	1.948	86,4	641,0	711,5
37	Eslováquia	5.843	186,3	3,8	-14,8	-0,1	1,83	3,0	0,6	2,7	1.460	80,0	100,2	73,3
39	Malta	6.380	185,5	4,7	22,9	-	0,40	5,7	2,1	8,0	1.412	70,0	-	141,5
40	Emiratos Árabes Unidos	7.526	169,6	2,2	-	-	-	0,8	11,4	83,7	-	85,0	313,3	654,5
41	Chile	12.324	68,1	11,3	-2,2	0,0	0,00	3,4	0,3	2,3	3.070	61,4	22,7	11,5
41	Portugal	6.380	78,1	6,5	9,4	-0,3	1,59	2,2	1,9	8,4	7.264	64,0	-	115,6
43	Hungria	5.885	181,8	6,8	-4,0	-0,1	1,76	1,1	1,5	4,7	10.250	72,0	115,9	50,2
44	Barain	7.323	123,7	2,7	-18,8	0,1	-	5,2	3,4	54,7	6.732	88,0	285,7	1.585,8
44	Cuba	8.274	38,6	0,0	-	-	-	-	-2,5	0,1	2.688	25,6	32,2	2,9
46	Koweit	7.114	95,7	0,2	9,6	-	-	1,5	18,3	60,2	269	79,2	-	-
47	Croácia	5.911	86,6	2,3	-6,7	-	2,23	0,3	-0,9	17,6	9.927	63,0	98,7	53,1
48	Letónia	5.749	125,7	3,2	-7,5	-	2,45	-	-1,0	13,8	1.493	74,0	-	-
49	Argentina	12.258	37,1	2,7	-2,4	0,0	0,15	2,1	-0,5	4,5	5.705	55,8	-	18,4
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO														
50	Uruguai	12.159	65,2	4,7	-8,9	0,0	0,22	0,5	-1,8	2,2	2.857	55,1	76,2	47,9
51	Bahamas	8.002	101,0	7,6	-4,0	0,3	-	1,9	5,2	16,3	1.346	71,7	-	-
51	Montenegro	-	106,4	12,4	-13,0	1,6	7,62	-	-0,8	8,2	1.201	56,8	-	-
53	Bielorrússia	5.823	158,7	2,3	-1,8	0,5	1,27	-	-0,2	11,6	116	46,9	88,2	64,7
54	Roménia	6.077	85,1	1,4	-4,0	-	2,13	0,8	-0,4	0,9	7.611	50,0	115,5	40,3
55	Líbia	6.566	94,8	2,2	5,0	-	-	3,5	-7,7	12,2	34	19,9	-	-
56	Omã	7.626	94,5	1,1	0,8	-	0,06	-	59,2	30,6	1.048	60,0	247,9	215,8
57	Federação Russa	6.080	51,6	2,6	-1,0	-	0,26	9,0	1,5	7,7	24.932	53,3	-	59,3
58	Bulgária	6.106	137,0	4,0	-0,8	0,8	2,77	1,8	-1,4	1,2	6.328	55,1	107,3	51,1

Classificação do IDH	Comércio		Fluxos financeiros					Mobilidade humana			Comunicações		
	Afastamento	Comércio internacional	Investimento direto estrangeiro, entradas líquidas	Fluxos de capitais privados	APD líquida recebida ^a	Remessas, entradas	Reservas totais exceto ouro	Índice líquido de migração	% de imigrantes	Turismo recetor internacional	Utilizadores da Internet	Tráfego internacional de chamadas telefónicas	
												Minutos por pessoa	
	Kms	(% do PIB)	(% do PIB)	(% do PIB)	(% do RNB)	(% do PIB)	(% do PIB)	(por 1.000 pessoas)	(% da população)	(milhares)	(% da população)	Recebidas	Efectuadas
2012	2012 ^b	2012 ^b	2012 ^b	2011	2011 ^c	2012 ^b	2010/2015 ^d	2013	2011	2012	2006–2011 ^e	2006–2011 ^e	
59 Barbados	8.615	99,7	9,1	-10,4	0,1	2,22	2,4	1,4	11,3	568	73,3	-	-
60 Palau	10.216	153,2	0,9	-	20,7	-	3,6	-	26,7	109	-	157,6	180,0
61 Antígua e Barbuda	8.344	105,0	5,1	-6,6	1,4	1,82	4,3	-0,1	31,9	241	83,8	367,6	180,0
62 Malásia	9.949	163,0	4,2	-3,9	0,0	0,42	-	3,1	8,3 ⁱ	24.714	65,8	-	-
63 Maurícia	10.613	119,9	2,4	-96,7	1,7	0,00	14,5	0,0	3,6 ^k	965	41,4	150,0	102,4
64 Trinidad e Tobago	8.835	91,9	2,4	-	-	0,39	-	-2,2	2,4	386	59,5	192,2	205,9
65 Líbano	6.677	72,9	8,7	-2,8	1,1	18,26	-	21,3	17,6	1.655	61,2	314,6	86,3
65 Panamá	9.308	147,5	9,3	-8,0	0,4	1,24	-	1,5	4,1	1.473	45,2	54,7	102,5
67 Venezuela, República Bolivariana da	8.975	50,4	0,6	-1,2	0,0	0,04	1,5	0,3	3,9	595	44,0	34,2	21,8
68 Costa Rica	9.325	79,4	5,3	-8,8	0,1	1,27	2,3	2,7	8,6	2.192	47,5	85,5	43,0
69 Turquia	6.306	58,0	1,6	-6,2	0,1	0,14	5,6	0,9	2,5	34.038	45,1	58,3	16,1
70 Cazaquistão	6.933	78,5	7,1	2,6	0,1	0,10	1,2	0,0	21,1	3.393	53,3	45,1	41,5
71 México	9.118	66,9	1,1	-5,2	0,1	2,04	-	-2,0	0,9	23.403	38,4	-	-
71 Seicheles	9.484	144,7	13,1	-11,2	2,1	2,41	-	-3,4	13,0	194	47,1	63,2	93,4
73 São Cristóvão e Nevis	8.346	72,6	15,2	-12,2	2,5	6,35	-	-	10,5	92	79,3	821,4	630,3
73 Sri Lanca	9.181	60,7	1,6	-3,3	1,0	8,71	0,3	-3,0	1,5	856	18,3	28,5	-
75 Irão, República Islâmica do	6.873	-	0,8	-	-	0,26	0,3	-0,8	3,4	3.354	26,0	-	-
76 Azerbaijão	6.592	74,3	7,7	-1,6	0,5	2,87	-	0,0	3,4 ^l	1.562	54,2	78,7	19,9
77 Jordânia	6.784	119,1	5,1	-5,7	3,3	11,97	2,2	11,3	40,2	3.975	41,0	108,0	143,4
77 Sérvia	5.987	92,4	6,2	-6,6	1,3	7,56	-	-2,1	5,6 ^m	764	48,1	99,4	40,5
79 Brasil	11.491	26,5	3,4	-3,4	0,2	0,11	1,0	-0,2	0,3	5.433	49,8	1,0	2,1
79 Geórgia	6.448	96,2	5,0	-9,2	3,9	10,65	0,4	-5,8	4,4 ⁿ	2.822	45,5	62,4	34,9
79 Granada	8.726	73,8	5,3	-3,0	1,6	3,71	1,9	-8,1	10,7	118	42,1	487,2	315,3
82 Peru	10.907	49,9	4,7	-4,3	0,4	1,53	-	-2,0	0,3	2.598	38,2	92,1	19,7
83 Ucrânia	5.943	110,3	4,4	-6,4	0,5	4,79	1,9	-0,2	11,4	21.415	33,7	-	-
84 Belize	8.870	130,8	6,6	-5,6	0,4	5,23	3,7	4,6	15,3	250	25,0	130,0	147,6
84 Antiga República Jugoslava da Macedónia	6.113	129,3	3,4	-2,5	1,6	4,17	-	-0,5	6,6	327	63,1	230,2	22,2
86 Bósnia-Herzegovina	6.005	110,8	3,7	-3,3	0,1	10,73	-	-0,3	0,6	392	65,4	200,1	43,8
87 Arménia	6.506	72,3	4,9	-4,8	3,5	19,66	0,0	-3,4	10,6	758	39,2	176,2	253,3
88 Fiji, Ilhas	12.589	105,6	5,4	-6,0	2,0	4,14	-	-6,6	2,6	675	33,7	-	-
89 Tailândia	9.132	148,8	2,4	0,2	0,0	1,32	8,2	0,3	5,6	19.230	26,5	14,3	11,1
90 Tunísia	6.323	106,6	0,9	-3,4	1,5	4,32	1,2	-0,6	0,3	4.785	41,4	57,2	15,9
91 China, República Popular da	8.513	58,7	3,0	-2,9	0,0	0,55	0,2	-0,2	0,1	57.581	42,3	9,1	2,8
91 São Vicente e Granadinas	8.632	82,9	15,9	-18,0	2,8	4,27	3,4	-9,1	9,4	74	47,5	439,1	146,4
93 Argélia	6.359	52,4	1,4	-1,0	0,1	0,10	0,7	-0,3	0,7	2.395	15,2	57,9	25,5
93 Domínica	8.475	89,6	7,2	-4,9	5,2	4,87	4,3	-	8,9	76	55,2	134,1	164,3
95 Albânia	6.128	89,8	9,6	-6,9	2,4	8,96	-	-3,2	3,1	2.932	54,7	252,0	24,0
96 Jamaica	8.541	84,7	1,2	-2,7	0,4	14,60	2,4	-5,8	1,3	1.952	46,5	259,7	882,7
97 Santa Lúcia	8.566	114,1	6,7	-11,6	3,0	2,43	-	0,0	6,7	312	48,6	284,5	200,8
98 Colômbia	9.603	38,7	4,3	-5,8	0,4	1,25	2,1	-0,5	0,3	2.385	49,0	-	-
98 Equador	10.014	64,4	0,8	-0,9	0,3	3,49	-	-0,4	2,3	1.141	35,1	60,6	11,6
100 Suriname	9.093	-	3,4	-1,3	2,3	0,09	-	-1,9	7,7	220	34,7	-	-
100 Tonga	12.825	78,5	2,4	-	21,1	16,68	0,2	-15,4	5,2	46	34,9	-	-
102 República Dominicana	8.371	58,9	4,1	-5,6	0,4	6,56	0,8	-2,7	3,9	4.306	45,0	123,9	21,0
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO													
103 Maldivas	9.236	214,4	13,1	-12,8	2,7	0,14	0,8	0,0	24,4	931	38,9	-	327,6
103 Mongólia	7.108	127,8	53,8	-65,6	4,3	3,19	-	-1,1	0,6	457	16,4	38,6	19,1
103 Turquemenistão	6.842	123,2	11,4	-	0,1	-	-	-1,0	4,3	8	7,2	-	-
106 Samoa	12.241	90,5	2,3	-3,8	16,6	21,94	0,4	-13,4	3,0	121	12,9	-	-
107 Palestina, Estado da	-	-	-	-	-	-	1,0	-2,0	5,9 ^o	449	-	-	-
108 Indonésia	10.862	50,1	2,3	-2,7	0,1	0,82	3,6	-0,6	0,1	7.650	15,4	-	-
109 Botsuana	10.458	95,1	2,0	-1,5	0,2	0,41	26,3	2,0	7,2	2.145	11,5	-	31,3
110 Egito	6.859	44,8	-0,2	-0,2	0,2	6,07	1,0	-0,5	0,4	9.497	44,1	69,8	6,9
111 Paraguai	11.491	93,5	1,6	-3,4	0,4	3,43	0,4	-1,2	2,7	524	27,1	76,5	14,3
112 Gabão	8.696	-	3,9	-	0,5	-	1,0	0,6	23,6	-	8,6	11,0	17,7
113 Bolívia, Estado Plurinacional da	11.042	85,1	3,6	-2,6	0,5	4,36	0,7	-2,4	1,4	807	34,2	83,7	6,8
114 Moldávia, República da	6.007	128,1	2,3	-2,1	6,0	22,81	-	-5,9	11,2 ^p	11	43,4	224,1	62,7
115 El Salvador	9.153	74,9	1,1	-5,9	1,3	15,84	4,2	-7,1	0,7	1.184	25,5	258,4	234,8
116 Usbequistão	6.879	64,4	3,1	-	0,5	-	0,3	-1,4	4,4	975	36,5	-	-
117 Filipinas	9.442	64,8	1,1	-1,8	-0,1	10,25	1,4	-1,4	0,2	3.917	36,2	-	-

TABELA 13 INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL

Classificação do IDH	Comércio		Fluxos financeiros					Mobilidade humana				Comunicações	
	Afastamento	Comércio internacional	Investimento direto estrangeiro, entradas líquidas	Fluxos de capitais privados	APD líquida recebida ^a	Remessas, entradas	Reservas totais exceto ouro	Índice líquido de migração	% de imigrantes	Turismo receptor internacional	Utilizadores da Internet	Tráfego internacional de chamadas telefônicas	
												Minutos por pessoa	
	Kms	(% do PIB)	(% do PIB)	(% do PIB)	(% do RNB)	(% do PIB)	(% do PIB)	(por 1.000 pessoas)	(% da população)	(milhares)	(% da população)	Recebidas	Efectuadas
2012	2012 ^b	2012 ^b	2012 ^b	2011	2011 ^c	2012 ^b	2010/2015 ^d	2013	2011	2012	2006–2011 ^e	2006–2011 ^e	
118 África do Sul	11.090	59,6	1,5	-1,8	0,3	0,29	1,6	-0,4	4,5	8.339	41,0	-	-
118 Síria, República Árabe da	6.710	71,1	2,5	-2,2	-	2,74	-	-13,7	6,4	8.546	24,3	81,1	22,2
120 Iraque	6.848	-	0,8	1,3	1,7	0,21	1,2	2,7	0,3	1.518	7,1	-	-
121 Guiana	9.073	-	6,4	-6,7	6,2	14,48	1,3	-8,2	1,8	157	34,3	110,2	46,1
121 Vietname	8.671	180,0	6,0	-6,5	3,0	6,95	0,4	-0,4	0,1	6.014	39,5	-	-
123 Cabo Verde	8.000	114,8	2,8	-3,7	0,1	9,28	4,0	-6,9	3,0	428	34,7	172,6	34,1
124 Micronésia, Estados Federados da	10.636	-	2,5	-	41,2	-	1,5	-15,7	2,5	26	26,0	-	-
125 Guatemala	9.114	60,8	2,3	-3,7	0,9	9,45	3,3	-1,0	0,5	1.823	16,0	138,6	48,7
125 Quirguizistão	6.892	136,2	11,2	-5,8	9,2	27,57	-	-6,3	4,1	3.114	21,7	47,0	83,0
127 Namíbia	10.276	95,0	7,7	-4,4	2,4	0,12	-	-0,3	2,2	984	12,9	41,1	28,9
128 Timor-Leste	11.254	-	4,3	216,3	-	11,99	4,3	-13,3	1,0	51	0,9	7,0	11,7
129 Honduras	9.074	120,6	5,9	-5,9	3,8	15,87	-	-1,2	0,3	871	18,1	91,1	186,1
129 Marrocos	6.601	86,6	2,5	-2,6	1,3	7,31	0,0	-2,7	0,2	9.342	55,0	123,3	23,9
131 Vanuatu	12.466	95,0	7,4	-7,4	12,4	2,77	1,5	0,0	1,2	94	10,6	-	-
132 Nicarágua	9.205	98,2	7,7	-8,3	7,6	9,48	2,4	-4,0	0,7	1.060	13,5	-	-
133 Quiribati	11.212	-	2,3	-	27,1	-	-	-2,0	2,6	5	10,7	-	-
133 Tajiquistão	6.986	73,9	0,2	-0,2	5,5	46,91	0,0	-2,5	3,4	183	14,5	-	-
135 Índia	7.843	55,4	1,7	-1,1	0,2	3,41	3,5	-0,4	0,4	6.309	12,6	20,4	7,6
136 Butão	7.944	87,3	0,9	-	0,2	0,57	4,8	2,7	6,7	66	25,4	-	-
136 Camboja	9.332	113,6	7,0	-10,6	0,1	1,25	-	-2,3	0,5	2.882	4,9	-	-
138 Gana	8.385	102,1	8,1	-8,7	4,8	0,38	-	-0,8	1,4	931	17,1	50,8	27,3
139 Laos, República Democrática Popular do	8.816	82,3	3,7	-3,8	5,2	1,34	2,1	-2,2	0,3	1.786	10,7	-	-
140 Congo	9.012	122,1	20,3	-	2,4	-	0,0	-2,1	9,7	101	6,1	31,9	73,3
141 Zâmbia	9.846	83,1	10,3	-8,2	6,1	0,24	2,5	-0,6	0,7	815	13,5	8,7	4,9
142 Bangladeche	8.214	60,3	1,0	-0,9	0,9	10,78	1,6	-2,6	0,9	303	6,3	141,6	2,9
142 São Tomé e Príncipe	8.714	68,8	8,5	-7,0	30,2	2,77	-	-1,6	3,3	8	21,6	46,2	21,8
144 Guiné Equatorial	8.465	139,9	4,4	-	0,2	-	1,8	5,3	1,3	-	13,9	-	-
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO													
145 Nepal	7.855	42,4	0,5	-	4,7	22,22	3,7	-2,9	3,5	736	11,1	14,0	-
146 Paquistão	7.322	33,1	0,4	-0,4	1,6	5,82	-	-1,8	2,2	907	10,0	44,2	20,6
147 Quênia	8.954	71,8	1,0	-0,8	7,4	2,72	2,5	-0,2	2,2	1.470	32,1	14,6	15,3
148 Suazilândia	10.604	141,3	2,4	-5,0	3,2	1,38	4,7	-1,0	2,0	879	20,8	339,8	22,7
149 Angola	9.343	108,3	-2,9	8,6	0,2	0,00	-	0,6	0,4	481	16,9	-	-
150 Mianmar	-	-	-	-	-	-	0,2	-0,4	0,2	391	1,1	2,7	0,2
151 Ruanda	8.925	46,0	1,7	-2,3	20,2	1,62	-	-0,8	3,8	619	8,0	3,2	9,0
152 Camarões	8.455	65,4	1,4	-0,5	0,3	0,45	0,1	-0,5	1,3	573	5,7	22,1	5,2
152 Nigéria	8.326	75,2	3,6	-7,9	0,8	8,45	-	-0,4	0,7	715	32,9	18,6	7,9
154 Iémen	7.912	65,1	-2,2	1,9	1,5	4,43	5,4	-1,1	1,3	1.025	17,4	80,9	4,8
155 Madagáscar	10.325	63,2	9,2	-	4,2	-	0,1	0,0	0,1	225	2,1	4,0	2,1
156 Zimbabué	10.030	137,3	4,0	-	7,4	-	-	5,7	2,6	2.423	17,1	32,6	14,5
157 Papuásia - Nova Guiné	11.638	-	-2,5	0,8	4,9	0,09	-	0,0	0,3	165	2,3	-	-
157 Ilhas Salomão	11.809	72,9	12,2	-16,3	49,6	0,19	-	-4,3	1,4	23	7,0	-	-
159 Comores	9.758	67,1	1,1	-	8,5	-	4,5	-2,8	1,7	11	6,0	-	-
159 Tanzânia, República Unida da	9.370	81,3	4,6	-6,0	10,4	0,32	0,4	-0,6	0,6	795	13,1	3,7	3,1
161 Maurítânia	7.690	152,3	1,1	-	9,2	-	3,0	-1,0	2,3	-	5,4	38,4	15,2
162 Lesoto	10.772	154,5	5,2	-5,4	9,0	25,72	-	-1,9	0,1	397	4,6	8,4	5,6
163 Senegal	7.941	68,0	2,0	-2,7	7,4	10,23	8,5	-1,4	1,5	1.001	19,2	77,0	26,3
164 Uganda	8.793	58,1	8,7	-8,7	9,6	5,64	0,7	-0,8	1,4	1.151	14,7	-	6,0
165 Benim	8.305	41,9	1,6	-1,1	0,1	2,53	3,2	-0,2	2,3	209	3,8	32,6	27,8
166 Sudão	7.763	34,8	4,8	-4,2	1,9	2,22	4,7	-4,3	1,2	536	21,0	34,7	12,6
166 Togo	8.327	97,6	1,5	-0,8	15,5	9,13	5,3	-0,3	3,0	300	4,0	33,4	9,8
168 Haiti	8.407	68,8	2,5	-	23,2	21,12	2,0	-3,4	0,4	349	10,9	-	-
169 Afeganistão	7.192	45,3	0,5	0,0	35,0	-	1,3	-2,6	0,3	-	5,5	5,4	2,6
170 Djibouti	-	-	-	-	-	-	-	-3,7	14,2	53	8,3	43,6	222,0
171 Costa do Marfim	8.429	85,3	1,4	-3,4	6,2	1,55	0,0	0,5	12,0	270	2,4	29,3	29,2
172 Gâmbia	8.008	76,0	4,0	-	15,6	10,09	-	-1,5	8,8	106	12,4	-	-
173 Etiópia	8.268	48,7	2,0	-	11,8	1,62	0,8	-0,1	0,8	523	1,5	8,0	0,4
174 Malawi	9.792	69,1	1,6	-1,5	14,5	0,31	3,0	0,0	1,3	767	4,4	6,7	0,9
175 Libéria	8.424	120,8	84,9	-	53,6	23,29	-	-0,9	5,3	-	3,8	29,4	36,8
176 Mali	7.964	61,8	1,7	0,6	12,3	4,44	0,9	-4,0	1,3	160	2,2	45,4	19,5

Classificação do IDH	Comércio		Fluxos financeiros					Mobilidade humana			Comunicações			
	Afastamento	Comércio internacional	Investimento direto estrangeiro, entradas líquidas	Fluxos de capitais privados	APD líquida recebida ^a	Remessas, entradas	Reservas totais exceto ouro	Índice líquido de migração	% de imigrantes	Turismo recetor internacional	Utilizadores da Internet	Tráfego internacional de chamadas telefónicas		
												Minutos por pessoa		
	Kms	(% do PIB)	(% do PIB)	(% do PIB)	(% do RNB)	(% do PIB)	(% do PIB)	(por 1.000 pessoas)	(% da população)	(milhares)	(% da população)	Recebidas	Efectuadas	
2012	2012 ^b	2012 ^b	2012 ^b	2011	2011 ^c	2012 ^b	2010/2015 ^d	2013	2011	2012	2006–2011 ^e	2006–2011 ^e		
177 Guiné-Bissau	8.103	-	2,0	-2,6	12,3	4,74	1,5	-1,2	1,1	30	2,9	-	-	
178 Moçambique	10.596	75,7	16,5	-36,0	16,3	1,25	-	-0,2	0,8	1.718	4,8	5,8	13,9	
179 Guiné	8.264	78,4	18,8	-22,9	4,5	1,27	-	-0,2	3,2	30	1,5	-	-	
180 Burundi	9.017	47,0	0,1	-	1,0	1,93	7,0	-0,4	2,5	142	1,2	-	-	
181 Burkina Faso	7.930	49,7	0,1	1,8	0,3	1,06	3,3	-1,5	4,1	238	3,7	-	-	
182 Eritreia	7.842	37,5	0,7	-	6,3	-	0,1	1,8	0,2	107	0,8	47,5	1,7	
183 Serra Leoa	8.304	69,9	24,3	-25,5	14,6	2,00	0,8	-0,7	1,6	52	1,3	-	-	
184 Chade	7.888	66,2	17,5	-	4,9	-	0,7	-1,9	3,4	71	2,1	-	-	
185 Centro-Africana, República	8.423	35,6	5,0	-	0,5	-	4,7	0,4	2,9	54	3,0	-	7,3	
186 Congo, República Democrática do	9.216	146,3	10,2	-	38,4	0,73	0,9	-0,2	0,7	186	1,7	4,1	5,6	
187 Níger	7.825	76,5	16,8	-18,9	10,9	1,69	2,8	-0,3	0,7	82	1,4	-	-	
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS														
Coreia, República Popular Democrática da	-	-	-	-	-	-	0,1	0,0	0,2	-	-	-	-	
Marshall, Ilhas	10.788	-	4,2	-	38,2	-	1,3	-	3,2	5	10,0	-	-	
Mónaco	-	-	-	-	-	-	-	-	64,2	295	87,0	-	-	
Nauru	-	-	-	-	-	-	-	-	20,6	-	-	-	-	
São Marino	5.958	-	-	-	-	-	0,5	-	15,4	156	50,9	-	-	
Somália	-	-	-	-	-	-	-	-2,9	0,2	-	1,4	-	-	
Sudão do Sul	-	94,2	-	-	-	-	2,3	15,7	5,6	-	-	-	-	
Tuvalu	11.948	-	5,0	-	76,9	-	6,7	-	1,5	1	35,0	-	-	
Agrupamentos por IDH														
Desenvolvimento humano muito elevado	7.825	63,1	1,9	0,4	-0,3	0,26	-	2,5	12,5	581.506	77,1	-	174,8	
Desenvolvimento humano elevado	8.536	60,0	2,8	-3,0	0,1	0,82	-	-0,1	1,8	282.225	42,5	21,2	13,1	
Desenvolvimento humano médio	8.741	63,3	2,2	-1,9	0,5	3,67	2,7	-0,9	0,7	84.432	17,6	-	-	
Desenvolvimento humano baixo	8.360	66,1	2,5	-	5,1	5,03	2,4	-0,8	1,6	19.970	12,3	-	10,3	
Regiões														
Estados Árabes	7.037	91,9	1,5	1,0	-	-	1,3	0,4	8,3	71.884	34,2	92,0	106,3	
Ásia Oriental e Pacífico	8.809	66,2	3,0	-	0,1	0,93	0,9	-0,3	0,4	125.944	36,7	-	-	
Europa e Ásia Central	6.364	77,0	3,6	-4,5	0,5	2,06	-	-0,6	6,7	74.011	41,1	79,3	34,1	
América Latina e Caraíbas	10.621	45,8	3,1	-3,8	0,3	1,11	1,5	-1,0	1,3	70.256	43,4	39,9	25,4	
Ásia do Sul	7.845	53,5	1,4	-1,1	0,6	3,57	2,7	-0,9	0,9	13.462	12,3	34,1	-	
África Subsariana	9.496	76,9	3,3	-	3,8	2,73	2,2	-0,1	1,8	30.695	15,2	-	9,7	
Países menos desenvolvidos														
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	9.133	69,2	2,5	-9,6	3,3	5,79	-	-2,8	1,9	16.456	25,1	-	-	
Mundo	8.078	62,4	2,2	-0,7	0,1	0,71	2,9	0,0	3,2	968.591	35,5	-	42,4	

NOTAS

- a Os valores negativos referem-se a Ajudas Públicas ao Desenvolvimento líquidas concedidas por países doadores.
- b Dados referentes a 2012 ou ao ano mais recente disponível.
- c Dados referentes a 2011 ou ao ano mais recente disponível.
- d Os dados representam os valores estimados anuais médios para 2010-2015.
- e Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.
- f Inclui o arquipélago de Svalbard e a ilha de Jan Mayen.
- g Inclui as ilhas Christmas, Cocos (Keeling) e Norfolk.
- h Inclui as ilhas Canárias, Ceuta e Melilha.
- i Inclui o Norte de Chipre.
- j Inclui Sabá e Saravaque.
- k Inclui as ilhas de Agalega, Rodrigues e S. Brandão.
- l Inclui Nagorno-Karabakh.
- m Inclui o Kosovo.
- n Exclui a Abcásia e a Ossétia do Sul.
- o Inclui Jerusalém Leste. Os refugiados não fazem parte do total de migrantes nascidos no estrangeiro no Estado da Palestina.
- p Inclui a Transnístria.

DEFINIÇÕES

Afastamento: Distância média ponderada pelo PIB entre os mercados mundiais. É calculado pelo somatório de todas as distâncias bilaterais entre capitais de um país e de todos os outros, ponderado pela percentagem do PIB do país parceiro do PIB mundial.

Comércio internacional: Indicador básico de abertura ao comércio externo e à integração económica. Indica a dependência dos produtores nacionais da procura externa (exportações) e dos consumidores e produtores nacionais dos fornecimentos estrangeiros (importações), relativamente à dimensão económica do país (PIB). O comércio é o somatório das exportações e importações de bens e serviços medido como parte do PIB.

Investimento direto estrangeiro, entradas líquidas: Somatório do capital social, do reinvestimento de receitas e de outros capitais a longo ou a curto prazos, expresso em percentagem do PIB.

Fluxos de capitais privados: Investimento direto estrangeiro e investimento em carteira líquidos, expressos em percentagem do PIB.

Ajuda pública ao desenvolvimento líquida recebida: Pagamento de empréstimos feitos em termos preferenciais (líquidos de reembolsos de capitais) e subvenções concedidas por agências oficiais com vista a promover o desenvolvimento económico e o bem-estar em países e territórios

constantes da lista de beneficiários da ajuda do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento, expressos em percentagem do RNB do país beneficiário.

Remessas, entradas: Rendimentos e recursos materiais transferidos pelos migrantes internacionais ou refugiados para beneficiários nos seus países de origem ou nos países onde residem formalmente.

Reservas totais exceto ouro: Somatório dos direitos de saque especiais, reservas dos membros do Fundo Monetário Internacional (FMI) detidas pelo FMI e posições em moeda estrangeira controladas pelas autoridades monetárias, excluindo ouro, expresso em percentagem do PIB.

Índice líquido de migração: Rácio da diferença entre o número de migrantes que entram e saem de um determinado país e a população média desse país, expressa por 1.000 pessoas.

Total de imigrantes: Rácio do total de imigrantes para um determinado país, expresso em percentagem da população desse país. A definição de imigrante varia conforme os países mas, de uma forma geral, inclui a totalidade das pessoas nascidas no estrangeiro ou a totalidade dos estrangeiros (de acordo com a cidadania) ou a combinação das duas.

Turismo recetor internacional: Chegadas de visitantes não residentes (visitantes de uma noite, turistas, visitantes de vários dias, excursionistas) às fronteiras externas.

Utilizadores da Internet: Percentagem de pessoas com acesso à rede Web.

Tráfego telefónico internacional (chamadas recebidas): Chamadas telefónicas (fixas e móveis) efetivamente realizadas (completadas) com origem fora de um determinado país e destinadas a esse país, expressas em minutos de tráfego por pessoa.

Tráfego telefónico internacional (chamadas realizadas): Chamadas telefónicas (fixas e móveis) efetivamente realizadas (completadas) com origem dentro de um determinado país e destinadas a um país estrangeiro, expressas em minutos de tráfego por pessoa.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Coluna 1: Cálculos do GRDH baseados em dados do PIB do Banco Mundial (2013a) e em dados de Geo-distância do CEPPI (2013).

Coluna 2: Cálculos do GRDH baseados em dados do Banco Mundial (2013a).

Colunas 3 a 7, 10 e 11: Banco Mundial (2013a).

Coluna 8: UNDESA (2013a).

Coluna 9: UNDESA (2013c).

Colunas 12 e 13: Cálculos do GRDH baseados em dados da UIT (2013) sobre o tráfego telefónico recebido e realizado.

TABELA
13

Classificação do IDH	Abastecimento de energia primária		Índice de eletrificação	Emissões de dióxido de carbono per capita			Recursos naturais			Impactos das ameaças ambientais					
	Combustíveis fósseis	Fontes de energia renováveis		toneladas	Média anual de crescimento %	Esgotamento de recursos naturais	Área florestal		Retiradas de água doce	Mortes de crianças com idade inferior a 5 anos provocadas por			População que vive em terras degradadas	Incidência das catástrofes naturais	
			(% do total)				(% da população)	(% do RNB)		% de área total de terreno	% de mudança	% dos recursos aquáticos renováveis totais		(por 100.000 crianças menores de 5 anos)	
	2012 ^a	2012 ^a	2010	2010	1970/2010	2010-2012 ^b	2011	1990/2011	2007-2011 ^b	2008	2004	2004	2010	2005/2012	2005/2012
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO															
1 Noruega	57,3	47,8	-	11,7	4,5	10,5	33,3	11,1	0,8	0	0	0	0,2	0	41
2 Austrália	95,4	4,6	-	16,9	5,5	6,9	19,3	-4,0	4,6	0	0	0	9,0	3	1.503
3 Suíça	51,1	49,7	-	5,0	2,3	0,0	31,1	8,1	4,9	0	0	0	0,5	0	92
4 Países Baixos	91,4	6,7	-	11,0	4,3	0,8	10,8	5,9	11,7	0	0	0	5,4	7	0
5 Estados Unidos	83,6	16,3	-	17,6	5,6	1,2	33,3	2,9	15,6	0	0	0	1,1	2	5.691
6 Alemanha	80,2	20,4	-	9,1	-	0,2	31,8	3,3	21,0	0	0	0	8,1	0	3
7 Nova Zelândia	61,4	38,4	-	7,2	3,3	1,1	31,4	7,0	1,5	0	0	-	5,3	5	20.003
8 Canadá	73,7	27,9	-	14,6	5,1	3,0	34,1	0,0	1,5	0	0	0	2,7	0	407
9 Singapura	97,2	2,8	100,0	2,7	0,7	0,0	3,3	-4,3	31,7	0	0	0	-	-	-
10 Dinamarca	70,6	26,8	-	8,3	3,6	1,9	12,9	22,6	10,8	0	0	1	8,5	0	0
11 Irlanda	84,7	6,4	-	8,9	3,8	0,1	10,9	60,8	1,5	0	0	-	0,5	0	45
12 Suécia	31,7	70,5	-	5,6	2,6	0,4	68,7	3,4	1,5	0	0	0	0,3	0	0
13 Islândia	15,3	84,7	-	6,2	2,9	0,0	0,3	254,0	0,1	0	0	0	-	0	0
14 Reino Unido	85,1	14,4	-	7,9	3,5	1,3	11,9	10,6	8,8	0	0	-	2,7	0	1.049
15 Hong Kong, China (RAE)	94,8	0,4	-	5,2	2,4	0,0	-	-	-	-	-	-	-	0	558
15 Coreia, República da	82,8	17,2	-	11,5	4,5	0,0	64,0	-0,8	36,5	0	0	-	2,9	1	289
17 Japão	94,8	5,2	-	9,2	3,9	0,0	68,6	0,2	20,9	0	0	0	0,3	18	795
18 Listenstaine	-	-	-	-	-	-	43,1	6,2	-	-	-	-	-	-	-
19 Israel	96,7	4,8	99,7	9,3	3,9	0,3	7,1	16,5	79,7	0	0	-	12,9	1	2.675
20 França	49,1	52,4	-	5,6	2,6	0,0	29,2	10,1	15,0	0	0	-	3,9	3	881
21 Áustria	67,1	32,2	-	8,0	3,5	0,2	47,2	3,1	4,7	0	0	0	2,7	0	28
21 Bélgica	70,1	28,3	-	10,0	4,1	0,0	22,4	-	34,0	0	0	0	10,5	10	13
21 Luxemburgo	87,4	4,0	-	21,4	6,1	0,1	33,5	-	1,9	0	0	2	-	0	0
24 Finlândia	43,0	47,5	-	11,5	4,5	0,1	72,9	1,5	1,5	0	0	0	0,0	0	75
25 Eslovénia	66,6	34,5	-	7,5	-	0,3	62,3	5,6	3,0	0	0	-	8,4	0	2.133
26 Itália	83,7	13,9	-	6,7	3,1	0,1	31,4	21,6	23,7	0	0	-	2,2	1	184
27 Espanha	75,9	24,9	-	5,9	2,7	0,0	36,8	33,0	29,0	0	0	0	1,4	0	64
28 República Checa	76,9	26,5	-	10,6	-	0,6	34,4	1,2	12,9	0	0	1	4,2	1	241
29 Grécia	90,6	8,8	-	7,7	3,4	0,4	30,5	19,2	12,7	0	0	-	1,1	1	218
30 Brunei Darussalam	100,0	0,0	99,7	22,9	6,3	29,9	71,8	-8,4	1,1	0	0	-	-	-	-
31 Qatar	100,0	0,0	98,7	40,3	7,8	-	-	-	381,0	1	0	6	0,1	-	-
32 Chipre	94,9	5,1	-	7,0	3,2	0,0	18,8	7,5	19,3	0	0	13	11,4	0	0
33 Estónia	88,1	14,6	-	13,7	-	1,7	52,1	5,7	14,0	0	0	0	5,0	0	37
34 Arábia Saudita	100,0	0,0	99,0	17,0	5,5	36,0	0,5	0,0	936,2	2	0	-	4,3	1	63
35 Lituânia	74,0	14,5	-	4,1	-	0,8	34,6	11,5	9,6	0	0	-	4,8	1	0
35 Polónia	90,7	9,6	-	8,3	3,6	1,6	30,8	5,5	19,4	0	0	-	13,2	3	310
37 Andorra	-	-	-	6,6	-	-	34,0	0,0	-	0	0	0	-	-	-
37 Eslováquia	67,5	32,3	-	6,6	-	0,4	40,2	0,6	1,4	0	0	0	9,1	3	38
39 Malta	94,5	5,5	-	6,2	2,9	-	0,9	0,0	71,3	0	0	-	-	-	-
40 Emiratos Árabes Unidos	101,0	0,1	100,0	19,9	5,9	-	3,8	29,9	1.867,0	1	0	10	1,9	-	-
41 Chile	75,6	24,2	99,4	4,2	1,9	12,4	21,9	6,6	2,9	0	0	1	1,1	4	25.719
41 Portugal	74,9	22,0	-	4,9	2,3	0,1	37,8	4,0	12,3	0	0	-	2,3	1	21
43 Hungria	71,1	26,0	-	5,1	2,3	0,5	22,5	12,3	5,4	0	0	0	17,1	7	522
44 Barain	99,9	0,0	99,4	19,3	5,8	18,1	0,7	145,1	205,8	0	0	-	-	-	-
44 Cuba	86,7	13,3	97,0	3,4	1,3	3,3	27,3	42,4	11,6	0	1	1	17,0	0	61.215
46 Koweit	100,0	0,0	100,0	31,3	7,1	29,3	0,4	82,6	2.075,0	1	0	-	0,6	-	-
47 Croácia	81,6	10,6	-	4,7	-	1,0	34,4	3,9	0,6	0	0	0	17,5	1	130
48 Letónia	63,7	33,8	-	3,4	-	0,5	54,1	6,0	1,2	0	0	0	1,8	3	0
49 Argentina	89,7	9,3	97,2	4,5	2,0	4,9	10,7	-16,2	4,0	0	0	3	1,7	0	1.837
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO															
50 Uruguai	57,0	42,1	98,8	2,0	0,0	0,5	10,2	94,4	2,6	0	0	3	5,7	1	10.565
51 Bahamas	-	-	-	6,8	3,1	0,0	51,4	0,0	-	0	0	2	-	1	12.130
51 Montenegro	60,2	28,4	-	4,2	-	-	40,4	0,0	-	-	-	-	8,0	0	4.999
53 Bielorrússia	90,4	5,9	-	6,6	-	1,4	42,7	11,4	7,5	0	0	1	4,7	0	349
54 Roménia	77,7	22,8	-	3,7	1,5	1,8	28,7	3,4	3,2	1	6	-	13,5	3	778
55 Líbia	98,7	1,3	99,8	9,8	4,0	29,0	0,1	0,0	615,4	3	2	-	8,5	-	-
56 Omã	100,0	0,0	98,0	20,4	6,0	31,1	0,0	0,0	86,6	1	0	-	5,8	3	2.528
57 Federação Russa	91,0	9,2	-	12,2	-	14,3	49,4	0,1	1,5	0	0	5	3,1	44	176

Classificação do IDH	Abastecimento de energia primária		Índice de eletrificação	Emissões de dióxido de carbono per capita			Recursos naturais			Impactos das ameaças ambientais					
	Combustíveis fósseis	Fontes de energia renováveis		Média anual de crescimento %	Esgotamento de recursos naturais	Área florestal	Retiradas de água doce	Mortes de crianças com idade inferior a 5 anos provocadas por			Incidência das catástrofes naturais				
	(% do total)	(% da população)	toneladas					(% do RNB)	% de área total de terreno	% de mudança	% dos recursos aquáticos renováveis totais	Poluição do ar exterior	Poluição do ar interior	Água insalubre, saneamento e higiene deficientes	População que vive em terras degradadas
	2012 ^a	2012 ^a	2010	2010	1970/2010	2010-2012 ^b	2011	1990/2011	2007-2011 ^b	2008	2004	2004	2010	2005/2012	2005/2012
58 Bulgária	75,0	29,4	-	5,9	2,8	2,4	36,7	22,0	28,7	1	2	2	7,8	2	1.145
59 Barbados	-	-	-	5,4	2,5	-	19,4	0,0	108,0	0	0	0	-	0	4.482
60 Palau	-	-	-	10,6	4,2	-	87,6	-	-	0	0	40	-	-	-
61 Antígua e Barbuda	-	-	-	5,9	2,7	-	22,3	-4,9	16,2	0	1	0	-	0	178.447
62 Malásia	94,5	5,5	99,4	7,7	3,4	6,2	62,0	-9,0	1,9	0	0	33	1,2	1	2.054
63 Maurícia	-	-	99,4	3,2	1,2	0,0	17,3	-9,7	26,4	0	0	7	-	1	689
64 Trindade e Tobago	99,9	0,1	99,0	38,2	7,7	30,9	44,0	-6,2	6,0	0	1	5	-	0	0
65 Líbano	95,5	3,3	99,9	4,7	2,2	0,0	13,4	4,6	18,6	1	0	40	1,2	0	4
65 Panamá	79,7	20,2	88,1	2,6	0,7	0,5	43,6	-14,6	0,6	0	16	55	4,1	2	2.749
67 Venezuela, República Bolivariana da	88,9	11,2	99,5	6,9	3,2	20,8	52,1	-11,6	0,7	0	1	30	1,9	1	785
68 Costa Rica	48,3	51,8	99,2	1,7	-0,5	0,1	51,5	2,5	5,1	0	2	4	1,3	2	13.250
69 Turquia	89,5	10,3	-	4,1	1,8	0,5	14,9	18,3	18,5	2	11	85	5,5	1	242
70 Cazaquistão	98,9	1,0	-	15,2	-	28,0	1,2	-3,5	18,6	5	3	249	23,5	0	1.213
71 México	90,1	9,9	-	3,8	1,6	7,0	33,3	-8,0	16,9	1	8	23	3,8	1	10.808
71 Seicheles	-	-	-	7,8	3,5	0,0	88,5	0,0	-	0	0	-	-	0	38.151
73 São Cristóvão e Nevis	-	-	-	4,8	2,2	-	42,3	0,0	-	0	0	28	-	-	-
73 Sri Lanca	48,7	51,3	76,6	0,6	-2,9	0,3	29,4	-21,5	24,5	0	8	42	21,1	5	33.200
75 Irão, República Islâmica do	99,5	0,7	98,4	7,7	3,4	19,6	6,8	0,0	67,9	6	3	-	25,1	2	954
76 Azerbaijão	97,9	2,6	-	5,1	-	33,9	11,3	0,7	35,2	2	132	269	3,8	0	3.632
77 Jordânia	96,0	2,0	99,4	3,4	1,4	1,7	1,1	-0,6	99,4	3	0	59	22,0	0	-
77 Sérvia	89,1	11,1	-	6,3	-	-	31,6	19,3	2,5	-	-	-	18,5	0	3.731
79 Brasil	54,6	44,2	98,7	2,2	0,2	3,6	61,2	-10,0	0,7	0	18	123	7,9	1	4.236
79 Geórgia	72,8	28,3	-	1,4	-	0,5	39,4	-1,4	2,9	2	70	169	1,9	0	5.359
79 Granada	-	-	-	2,5	0,5	-	50,0	0,0	-	0	12	5	-	1	7.910
82 Peru	76,0	24,0	85,5	2,0	0,0	9,9	53,0	-3,3	1,0	2	21	69	0,7	8	14.947
83 Ucrânia	79,6	20,7	-	6,6	-	3,9	16,8	4,9	13,8	0	0	3	6,2	3	1.344
84 Belize	-	-	-	1,4	-0,9	0,0	60,6	-12,8	1,2	0	21	27	1,1	4	56.475
84 Antiga República Jugoslava da Macedónia	82,1	10,4	-	5,2	-	4,0	39,8	10,8	16,1	0	1	-	7,1	0	96.337
86 Bósnia-Herzegovina	93,9	7,9	-	8,1	-	-	42,8	-1,1	0,9	1	1	2	6,1	0	3.222
87 Arménia	71,5	32,7	-	1,4	-	1,7	9,1	-25,7	36,8	2	17	65	9,6	0	-
88 Fiji, Ilhas	-	-	-	1,5	-0,7	0,5	55,7	6,8	0,3	1	18	11	-	6	13.877
89 Tailândia	80,4	18,9	87,7	4,4	2,0	3,5	37,2	-2,9	13,1	0	21	59	17,0	3	70.880
90 Tunísia	85,3	14,8	99,5	2,5	0,5	5,2	6,6	59,0	61,7	1	3	64	36,7	0	312
91 China, República Popular da	88,3	11,7	99,7	6,2	2,9	6,1	22,5	33,4	19,5	2	10	55	8,6	8	68.601
91 São Vicente e Granadinas	-	-	-	1,9	-0,1	0,0	68,7	5,8	-	0	2	-	-	0	21.068
93 Argélia	99,9	0,1	99,3	3,3	1,3	18,4	0,6	-11,0	48,9	1	5	101	28,8	1	433
93 Domínica	-	-	-	1,9	-0,1	0,0	59,2	-11,2	-	0	1	0	-	3	54.721
95 Albânia	60,5	26,6	-	1,4	-1,0	3,7	28,3	-1,8	3,1	0	5	50	5,7	0	41.348
96 Jamaica	82,1	17,9	92,0	2,6	0,7	1,1	31,1	-2,3	9,9	1	15	47	3,3	2	16.769
97 Santa Lúcia	-	-	-	2,3	0,3	-	77,0	7,3	-	0	3	2	-	7	8.562
98 Colômbia	75,6	24,8	97,4	1,6	-0,5	10,4	54,4	-3,4	0,6	1	6	33	2,0	4	19.920
98 Equador	86,3	12,9	92,2	2,2	0,2	16,4	38,9	-22,0	2,3	1	2	63	1,6	1	8.368
100 Suriname	-	-	-	4,5	2,1	8,5	94,6	-0,1	0,5	0	0	43	-	1	30.325
100 Tonga	-	-	-	1,5	-0,7	0,0	12,5	0,0	-	0	16	55	-	9	2.448
102 República Dominicana	89,3	10,7	96,9	2,1	0,1	0,4	40,8	0,0	26,1	2	12	73	7,0	6	5.827
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO															
103 Maldivas	-	-	-	3,3	-	0,0	3,0	0,0	15,7	1	41	167	-	1	4.596
103 Mongólia	95,4	4,1	86,2	4,2	1,9	32,2	7,0	-13,7	1,6	19	78	195	31,5	3	147.305
103 Turquemenistão	100,9	0,0	-	10,5	-	-	8,8	0,0	112,5	2	2	449	11,1	-	-
106 Samoa	-	-	-	0,9	-2,1	0,3	60,4	31,5	-	0	26	63	-	96	33.004
107 Palestina, Estado da	-	-	-	0,6	-	-	1,5	1,0	49,9	-	-	-	-	0	979
108 Indonésia	66,4	33,6	73,0	1,8	-0,3	7,2	51,7	-20,9	5,6	2	41	130	3,1	6	3.976
109 Botsuana	65,4	22,3	45,4	2,7	-	3,1	19,8	-18,1	1,6	4	210	341	22,0	26	2.694
110 Egito	96,5	3,7	99,6	2,6	0,7	9,1	0,1	60,5	96,6	2	2	86	25,3	0	18
111 Paraguai	33,8	147,8	97,4	0,8	-2,3	0,0	43,8	-17,7	0,1	1	21	56	1,3	2	41.164
112 Gabão	38,9	61,1	60,0	1,7	-0,5	34,7	85,4	0,0	0,1	9	33	102	-	0	16.269
113 Bolívia, Estado Plurinacional da	72,7	27,3	80,2	1,5	-0,7	14,7	52,5	-9,4	0,4	0	93	245	2,0	3	17.376
114 Moldávia, República da	94,9	3,4	-	1,4	-	0,1	11,9	22,5	9,1	1	13	15	21,8	1	13.802
115 El Salvador	47,9	51,9	91,6	1,0	-1,7	0,5	13,6	-25,0	7,3	1	24	82	6,3	9	11.704

TABELA 14 AMBIENTE

Classificação do IDH	Abastecimento de energia primária		Índice de eletrificação	Emissões de dióxido de carbono per capita			Recursos naturais			Impactos das ameaças ambientais			Incidência das catástrofes naturais			
	Combustíveis fósseis	Fontes de energia renováveis		toneladas	Média anual de crescimento %	Esgotamento de recursos naturais	Área florestal		Retiradas de água doce	Mortes de crianças com idade inferior a 5 anos provocadas por			População que vive em terras degradadas	Incidência das catástrofes naturais		
			(% do total)				(% da população)	(% do RNB)		% de área total de terreno	% de mudança	% dos recursos aquáticos renováveis totais		(por 100.000 crianças menores de 5 anos)		
	2012 ^a	2012 ^a	2010	2010	1970/2010	2010-2012 ^b	2011	1990/2011	2007-2011 ^b	2008	2004	2004	2010	2005/2012	2005/2012	
116	Usbequistão	98,2	1,8	-	3,7	-	17,5	7,7	7,4	100,6	1	192	325	27,0	0	29
117	Filipinas	59,7	40,3	83,3	0,9	-2,1	2,7	25,9	17,5	17,0	1	37	96	2,2	12	68.576
118	África do Sul	87,2	12,9	75,8	9,2	3,9	6,7	7,6	0,0	24,3	2	23	104	17,5	1	967
118	Síria, República Árabe da	98,7	1,4	92,7	2,9	0,9	13,3	2,7	33,7	86,4	2	12	54	33,3	0	30.906
120	Iraque	97,5	1,0	98,0	3,7	1,6	50,6	1,9	3,3	73,4	12	12	383	4,5	0	337
121	Guiana	-	-	-	2,2	0,2	10,5	77,2	0,0	0,7	0	38	132	-	5	131.160
121	Vietname	71,0	28,2	97,6	1,7	-0,4	9,6	45,0	56,3	9,3	1	27	65	8,0	3	17.587
123	Cabo Verde	-	-	-	0,7	-2,5	0,1	21,0	46,7	6,8	0	26	93	-	2	41.479
124	Micronésia, Estados Federados da	-	-	-	1,0	-	-	58,4	-0,4	-	0	30	83	-	0	0
125	Guatemala	33,5	66,2	80,0	0,8	-2,3	2,1	33,6	-24,2	3,1	2	57	126	9,1	15	51.710
125	Quirguizistão	68,4	39,4	-	1,2	-	9,7	5,1	16,1	32,6	1	115	245	9,7	2	47.549
127	Namíbia	66,0	21,0	43,7	1,5	-	1,0	8,8	-17,6	1,6	1	11	21	28,5	14	79.190
128	Timor-Leste	-	-	38,0	0,2	-	-	49,1	-24,3	14,3	0	0	149	-	2	3.007
129	Honduras	51,6	48,8	79,9	1,1	-1,6	0,6	45,3	-37,7	2,2	1	49	106	15,0	5	13.635
129	Marrocos	93,6	4,1	98,9	1,6	-0,6	2,6	11,5	1,8	43,5	6	8	114	39,1	0	619
131	Vanuatu	-	-	-	0,5	-3,4	0,0	36,1	0,0	-	0	9	41	-	0	13.300
132	Nicarágua	49,8	50,3	72,1	0,8	-2,3	1,2	25,3	-32,6	0,7	1	49	102	13,9	7	13.510
133	Quiribati	-	-	-	0,6	-2,8	-	15,0	0,0	-	0	0	206	-	0	883
133	Tajiquistão	42,9	57,5	-	0,4	-	1,1	2,9	0,5	51,1	1	343	551	10,5	3	43.344
135	Índia	72,3	27,6	75,0	1,7	-0,5	4,9	23,1	7,3	33,9	5	131	316	9,6	1	11.130
136	Butão	-	-	-	0,7	-2,7	3,4	84,9	31,5	0,4	0	124	324	0,1	4	14.213
136	Camboja	26,2	71,1	31,1	0,3	-4,7	0,1	56,5	-23,0	0,5	3	346	595	39,3	4	22.695
138	Gana	37,4	63,1	60,5	0,4	-4,1	10,5	21,2	-35,2	1,8	3	152	226	1,4	2	3.586
139	Laos, República Democrática Popular do	-	-	63,0	0,3	-4,7	10,5	67,9	-9,5	1,0	1	157	242	4,1	1	31.911
140	Congo	48,9	51,0	37,1	0,5	-3,4	67,8	65,6	-1,4	0,0	19	149	220	0,1	10	2.080
141	Zâmbia	8,8	91,8	18,5	0,2	-5,8	17,5	66,3	-6,6	1,5	12	378	503	4,6	3	33.251
142	Bangladeche	71,5	28,5	46,5	0,4	-	2,3	11,1	-3,7	2,9	2	142	334	11,3	5	29.222
142	São Tomé e Príncipe	-	-	-	0,6	-3,2	0,7	28,1	0,0	0,3	9	225	428	-	-	-
144	Guiné Equatorial	-	-	-	6,7	3,1	40,4	57,5	-13,2	0,1	10	0	505	-	2	1.398
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO																
145	Nepal	12,5	86,9	76,3	0,1	-6,4	2,2	25,4	-24,7	4,5	1	139	337	2,3	6	9.560
146	Paquistão	60,9	39,1	67,4	0,9	-1,9	2,6	2,1	-34,9	74,4	22	132	205	4,5	48	29.793
147	Quênia	19,7	80,3	18,1	0,3	-4,6	1,2	6,1	-6,8	8,9	4	217	362	31,0	3	47.765
148	Suazilândia	-	-	-	0,9	-2,1	0,0	33,0	20,2	23,1	2	148	252	-	0	89.821
149	Angola	39,3	60,7	40,2	1,6	-0,6	35,0	46,8	-4,3	0,5	11	1.073	1.266	3,3	21	13.856
150	Mianmar	21,3	78,7	48,8	0,2	-5,9	-	48,2	-19,7	2,8	3	181	378	19,2	290	6.913
151	Ruanda	-	-	-	0,1	-8,6	2,9	18,0	39,9	1,6	2	803	970	10,1	2	14.103
152	Camarões	26,8	73,2	48,7	0,4	-4,3	5,3	41,7	-19,0	0,3	14	361	497	15,3	5	702
152	Nigéria	17,4	82,6	50,3	0,5	-3,4	24,4	9,5	-49,9	4,6	14	370	559	11,5	3	7.126
154	Iémen	98,5	1,5	39,6	1,0	-1,8	15,6	1,0	0,0	168,6	5	174	377	32,4	2	239
155	Madagáscar	-	-	17,4	0,1	-7,3	2,7	21,5	-8,7	4,9	2	390	540	0,0	3	13.101
156	Zimbabué	28,3	70,3	36,9	0,7	-2,5	3,4	39,5	-31,0	21,0	5	168	256	29,4	37	43.309
157	Papuaásia - Nova Guiné	-	-	-	0,5	-3,6	23,1	63,1	-9,3	0,0	1	108	288	-	7	9.760
157	Ilhas Salomão	-	-	-	0,4	-4,0	15,1	78,9	-5,0	-	0	54	84	-	17	9.788
159	Comores	-	-	-	0,2	-5,5	1,1	1,4	-78,3	0,8	2	108	177	-	5	106.714
159	Tanzânia, República Unida da	10,7	89,3	14,8	0,2	-6,2	4,4	37,3	-20,4	5,4	4	239	322	25,0	1	15.931
161	Mauritânia	-	-	-	0,6	-2,9	39,2	0,2	-42,9	11,8	16	220	390	23,8	2	77.339
162	Lesoto	-	-	17,0	0,0	-	1,0	1,5	10,5	1,4	2	19	44	63,6	1	202.696
163	Senegal	53,2	46,4	53,5	0,5	-3,2	1,6	43,8	-9,8	5,7	14	292	530	16,2	3	13.748
164	Uganda	-	-	8,5	0,1	-7,0	5,0	14,5	-39,0	0,5	2	327	427	23,5	3	11.021
165	Benim	41,7	56,2	27,9	0,5	-3,2	0,3	40,0	-21,7	0,5	8	394	518	1,6	2	18.298
166	Sudão	29,5	70,5	35,9	0,3	-4,5	9,8	23,2	-27,9	42,8	11	181	255	39,9	8	31.574
166	Togo	15,2	82,4	27,9	0,2	-5,1	3,7	4,9	-61,0	1,2	5	302	419	5,1	2	9.785
168	Haiti	22,0	78,0	20,0	0,2	-5,4	0,6	3,6	-13,6	8,6	5	297	428	15,2	2.485	58.688
169	Afeganistão	-	-	30,0	0,3	-4,7	2,1	2,1	0,0	31,0	21	1.183	1.405	11,0	13	18.859
170	Djibouti	-	-	-	0,6	-2,8	0,3	0,2	0,0	6,3	31	41	454	7,5	1	223.142
171	Costa do Marfim	21,5	79,0	58,9	0,3	-4,6	4,4	32,7	1,8	1,9	9	370	561	1,3	1	176
172	Gâmbia	-	-	-	0,3	-4,8	0,7	47,6	9,0	1,1	7	197	286	17,9	1	59.517
173	Etiópia	5,7	94,3	23,0	0,1	-7,9	5,2	12,2	-20,0	4,6	2	538	705	72,3	2	32.750

Classificação do IDH	Abastecimento de energia primária			Índice de eletrificação			Emissões de dióxido de carbono per capita			Recursos naturais			Impactos das ameaças ambientais				
	Combustíveis fósseis		Fontes de energia renováveis	(% da população)	toneladas	Média anual de crescimento %	Esgotamento de recursos naturais (% do RNB)	Área florestal		Retiradas de água doce	Mortes de crianças com idade inferior a 5 anos provocadas por			População que vive em terras degradadas		Incidência das catástrofes naturais	
	(% do total)	2012 ^a	2010					1970/2010	2010-2012 ^a		2011	1990/2011	2007-2011 ^a	Poluição do ar exterior	Poluição do ar interior	Água insalubre, saneamento e higiene deficientes	(%)
	2012 ^a	2012 ^a	2010	1970/2010	2010-2012 ^a	2011	1990/2011	2007-2011 ^a	2008	2004	2004	2010	2005/2012	2005/2012			
174 Malawi	-	-	8,7	0,1	-7,7	1,7	34,0	-17,8	7,9	3	498	617	19,4	2	61.541		
175 Libéria	-	-	0,2	-0,2	-5,6	4,7	44,6	-12,8	0,1	6	676	885	-	1	28.135		
176 Mali	-	-	-	0,0	-9,1	9,8	10,2	-11,8	6,5	9	703	880	59,5	1	55.720		
177 Guiné-Bissau	-	-	-	0,2	-6,3	0,5	71,6	-9,2	0,6	12	648	873	1,0	41	20.739		
178 Moçambique	9,5	93,3	15,0	0,1	-6,8	2,8	49,4	-10,5	0,4	11	270	388	1,9	4	20.084		
179 Guiné	-	-	-	0,1	-6,9	14,2	26,5	-10,4	0,2	11	324	480	0,8	4	1.704		
180 Burundi	-	-	-	0,0	-9,7	9,6	6,6	-41,1	2,3	4	897	1.088	18,5	2	39.618		
181 Burquina Faso	-	-	14,6	0,1	-7,0	7,8	20,4	-18,4	5,7	9	632	786	73,2	27	28.139		
182 Eritreia	21,7	78,3	32,0	0,1	-	0,0	15,1	-5,8	9,2	3	237	379	58,8	0	305.872		
183 Serra Leoa	-	-	-	0,1	-6,8	1,8	37,8	-13,2	0,1	11	1.207	1.473	-	11	1.069		
184 Chade	-	-	-	0,0	-9,3	25,4	9,1	-12,7	2,0	14	488	618	45,4	11	54.883		
185 Centro-Africana, República	-	-	-	0,1	-8,4	0,1	36,2	-2,7	0,1	10	411	511	-	1	1.959		
186 Congo, República Democrática do	4,2	95,8	15,2	0,0	-8,9	18,0	67,9	-4,1	0,1	16	644	786	0,1	4	604		
187 Níger	-	-	-	0,1	-7,5	1,8	0,9	-38,7	2,9	6	1.023	1.229	25,0	5	122.010		
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS																	
Coreia, República Popular Democrática da	88,4	11,6	26,0	2,9	-	-	46,0	-32,5	11,2	3	0	245	2,9	6	26.951		
Marshall, Ilhas	-	-	-	2,0	-	-	70,2	-	-	-	45	201	-	0	66.716		
Mónaco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	2	-	-	-		
Nauru	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1	-	-	-	-		
São Marino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0	-	-	-	-		
Somália	-	-	0,1	-8,3	-	10,6	-19,5	22,4	19	710	885	26,3	16	145.928			
Sudão do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	16.491		
Tuvalu	-	-	-	-	-	-	33,3	0,0	-	0	18	148	-	0	0		
Agrupamentos por IDH																	
Desenvolvimento humano muito elevado	82,0	17,9	-	11,2	-	2,4	27,6	1,7	8,5	0	0	-	3,3	3	2.989		
Desenvolvimento humano elevado	87,2	12,8	-	5,8	-	7,8	36,6	-1,0	4,6	2	10	61	8,8	8	42.653		
Desenvolvimento humano médio	74,9	25,3	-	1,8	-	7,7	27,6	-8,7	13,9	4	106	261	10,3	3	14.518		
Desenvolvimento humano baixo	-	-	-	0,4	-	12,1	26,3	-13,9	6,5	10	396	542	20,2	48	24.030		
Regiões																	
Estados Árabes	96,8	3,2	87,8	4,6	-	24,7	5,9	-22,5	71,1	6	73	214	24,3	2	10.933		
Ásia Oriental e Pacífico	-	-	-	4,9	-	-	29,7	2,6	-	2	28	90	-	15	54.689		
Europa e Ásia Central	89,4	10,5	-	5,4	-	7,2	9,1	7,7	34,8	2	63	169	10,7	1	5.389		
América Latina e Caraíbas	74,2	25,8	-	2,9	-	6,9	46,7	-9,2	1,5	1	22	80	5,3	44	12.252		
Ásia do Sul	76,3	23,7	72,0	1,7	-	6,1	14,6	3,3	26,8	7	153	328	10,0	7	14.621		
África Subsariana	-	-	-	0,9	-	14,8	28,3	-10,8	1,6	8	428	576	22,3	4	22.382		
Países menos desenvolvidos	-	-	-	0,3	-	8,7	28,9	-12,0	3,1	7	431	590	23,5	51	28.158		
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	-	-	-	2,7	-	4,9	63,0	-3,6	-	2	123	218	-	479	33.638		
Mundo	81,4	18,6	-	4,6	-	5,3	31,0	-3,5	7,6	5	140	258	10,2	12	24.203		

NOTAS

- a Dados referentes a 2012 ou ao ano mais recente disponível.
- b Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.

DEFINIÇÕES

Combustíveis fósseis: Percentagem do abastecimento total de energia proveniente de recursos naturais formados por biomassa do passado geológico (como carvão, petróleo e gás natural).

Fontes de energia renováveis: Percentagem do abastecimento total de energia proveniente de processos naturais constantemente renovados, incluindo recursos solares, eólicos, geotérmicos, hidroelétricos, oceânicos e de biomassa, bem como alguns resíduos. A energia nuclear não está incluída.

Índice de eletrificação: Número de pessoas com acesso à eletricidade, expresso em percentagem da população total. Inclui a eletricidade vendida comercialmente (tanto em rede como fora dela) e a eletricidade autogerada, mas não as ligações ilegais.

Emissões de dióxido de carbono, per capita: Emissões de dióxido de carbono originadas pelo homem e decorrentes da queima de combustíveis

fósseis e de gás e da produção de cimento, divididas pela população a meio do ano. Inclui o dióxido de carbono emitido pela biomassa florestal devido ao esgotamento das áreas de floresta.

Esgotamento de recursos naturais: Expressão monetária do esgotamento de energia, minerais e florestas, expressa como percentagem do rendimento nacional bruto (RNB).

Área florestal: Área de terra total com mais de 0,5 hectares, com árvores acima de 5 metros e um coberto florestal de mais de 10%, ou árvores capazes de atingirem esses limiares. Estão excluídas terras predominantemente sob utilização agrícola ou urbana, plantações de árvores em sistemas de produção agrícola (por exemplo, em pomares e em sistemas agrossilvopastorais) e árvores existentes em parques e jardins urbanos. Estão incluídas as áreas em reflorestação que ainda não alcançaram – mas que se prevê que alcancem – um coberto florestal de mais de 10% e uma altura de árvores de mais de 5 metros, por se encontrarem temporariamente desabonizadas em resultado da intervenção humana ou de causas naturais, mas que, em princípio, retornarão ao estado de floresta.

Retiradas de água doce: Total de água doce retirada num dado ano, expresso como percentagem do total de recursos hídricos renováveis.

Mortes devidas à poluição atmosférica exterior: Mortes de crianças com idade inferior a 5 anos provocadas por infeções e doenças respiratórias, cancro do pulmão e certas doenças cardiovasculares imputáveis à poluição exterior.

Mortes devidas à poluição atmosférica interior: Mortes de crianças com idade inferior a 5 anos provocadas por infeções respiratórias agudas imputáveis ao fumo interior de combustíveis sólidos.

Mortes devidas à água insalubre ou aos deficientes saneamento e higiene: Mortes de crianças até aos 5 anos provocadas por diarreia imputável a má qualidade da água, do saneamento ou da higiene.

População que vive em terras degradadas: Percentagem da população que vive em terras gravemente e muito gravemente degradadas. As estimativas de degradação da terra levam em conta a biomassa, a saúde do solo, a quantidade de água e a biodiversidade.

Número de mortes devidas a catástrofes naturais: Número de pessoas confirmadas mortas e desaparecidas e presumidas mortas em resultado de uma catástrofe natural, expressas por 1 milhão de pessoas. As catástrofes naturais são classificadas como climatológicas, hidrológicas e meteorológicas,

incluindo seca, temperaturas extremas, inundações, movimentos de terras, tempestades e incêndios.

População afetada por catástrofes naturais: Pessoas solicitando assistência imediata durante um período de emergência provocado por uma catástrofe natural, incluindo pessoas deslocadas, evacuadas, sem abrigo e feridas, expressas por 1 milhão de pessoas.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Colunas 1 e 2: Cálculos do GRDH baseados em dados sobre o abastecimento total de energia primária do Banco Mundial (2013a).

Colunas 3 a 5 e 7: Banco Mundial (2013a).

Coluna 6: Cálculos do GRDH baseados no Banco Mundial (2013a).

Coluna 8: Cálculos do GRDH baseados em dados sobre área terrestre florestal e total do Banco Mundial (2013a).

Coluna 9: FAO (2013b).

Colunas 10 a 12: OMS (2013a).

Coluna 13: FAO (2013a).

Colunas 14 e 15: CRED EM-DATA (2013) e UNDESA (2013a).

Tendências populacionais

Classificação do IDH	População							Rácio de dependência					
	Total		Com idade inferior a 5 anos	65 anos ou mais	Taxa média de crescimento anual		Urbana ^a	Idade mediana da população total	Rácio de dependência (por 100 pessoas com idades entre 15-64)		Taxa de fertilidade total		Rácio dos gêneros à nascença ^b
	(milhões)	(milhões)	(milhões)	(%)		(% of population)	(years)	Crianças (14 anos ou menos)	Idosos (65 anos ou mais)	(nascimentos por mulher)		(Rapazes para raparigas nascidos)	
	2013 ^c	2030 ^c	2013 ^c	2013 ^c	2000/2005	2010/2015 ^c	2013 ^c	2015 ^c	2015	2015	2000/2005	2010/2015 ^c	2010/2015 ^c
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO													
1 Noruega	5,0 ^d	5,8 ^d	0,3 ^d	0,8 ^d	0,6 ^d	1,0 ^d	79,9 ^d	39,2 ^d	28,6 ^d	25,2 ^d	1,8 ^e	1,9 ^d	1,06 ^d
2 Austrália	23,3 ^e	28,3 ^e	1,6 ^e	3,3 ^e	1,3 ^e	1,3 ^e	89,5 ^e	37,4 ^e	29,1 ^e	22,7 ^e	1,8 ^e	1,9 ^e	1,06 ^e
3 Suíça	8,1	9,5	0,4	1,4	0,7	1,0	73,8	42,3	21,9	27,1	1,4	1,5	1,05
4 Países Baixos	16,8	17,3	0,9	2,9	0,6	0,3	84,0	42,4	25,8	27,8	1,7	1,8	1,06
5 Estados Unidos	320,1	362,6	20,8	44,7	0,9	0,8	82,9	37,7	29,4	22,2	2,0	2,0	1,05
6 Alemanha	82,7	79,6	3,5	17,5	0,1	-0,1	74,2	46,3	19,7	32,7	1,4	1,4	1,06
7 Nova Zelândia	4,5	5,2	0,3	0,6	1,4	1,0	86,3	37,3	30,8	22,5	1,9	2,1	1,06
8 Canadá	35,2	40,6	2,0	5,3	1,0	1,0	80,9	40,5	24,4	23,7	1,5	1,7	1,06
9 Singapura	5,4	6,6	0,3	0,6	2,7	2,0	100,0	38,7	20,8	15,2	1,3	1,3	1,07
10 Dinamarca	5,6	6,0	0,3	1,0	0,3	0,4	87,2	41,5	27,0	29,1	1,8	1,9	1,06
11 Irlanda	4,6	5,3	0,4	0,6	1,8	1,1	62,8	35,9	32,9	19,2	2,0	2,0	1,07
12 Suécia	9,6	10,7	0,6	1,8	0,4	0,7	85,5	41,2	27,6	31,8	1,7	1,9	1,06
13 Islândia	0,3	0,4	0,0	0,0	1,1	1,1	93,9	35,9	31,2	20,3	2,0	2,1	1,05
14 Reino Unido	63,1	68,6	4,0	11,0	0,5	0,6	79,9	40,5	27,4	28,1	1,7	1,9	1,05
15 Hong Kong, China (RAE)	7,2	7,9	0,3	1,0	0,2	0,7	100,0	43,2	16,0	20,5	1,0	1,1	1,07
15 Coreia, República da	49,3	52,2	2,4	6,0	0,5	0,5	83,8	40,5	19,5	17,9	1,2	1,3	1,07
17 Japão	127,1	120,6	5,4	31,9	0,2	-0,1	92,5	46,5	21,2	43,6	1,3	1,4	1,06
18 Listenstaine	0,0	0,0	-	-	1,0	0,7	14,3	-	-	-	-	-	-
19 Israel	7,7	9,6	0,8	0,8	1,9	1,3	92,0	30,1	45,8	17,8	2,9	2,9	1,05
20 França	64,3	69,3	3,9	11,5	0,7	0,5	86,9	41,0	28,6	29,6	1,9	2,0	1,05
21 Áustria	8,5	9,0	0,4	1,6	0,5	0,4	68,1	43,3	21,6	27,9	1,4	1,5	1,06
21 Bélgica	11,1	11,7	0,7	2,0	0,5	0,4	97,5	41,9	26,7	29,0	1,7	1,9	1,05
21 Luxemburgo	0,5	0,6	0,0	0,1	1,0	1,3	85,9	39,1	25,4	21,2	1,7	1,7	1,05
24 Finlândia	5,4 ^f	5,6 ^f	0,3 ^f	1,0 ^f	0,3 ^f	0,3 ^f	83,9 ^f	42,6 ^f	26,1 ^f	32,3 ^f	1,8 ^f	1,9 ^f	1,04 ^f
25 Eslovénia	2,1	2,1	0,1	0,4	0,1	0,2	49,8	43,0	21,4	26,4	1,2	1,5	1,05
26 Itália	61,0	61,2	2,9	12,9	0,6	0,2	68,7	45,0	21,8	33,8	1,3	1,5	1,06
27 Espanha	46,9 ^g	48,2 ^g	2,5 ^g	8,3 ^g	1,5 ^g	0,4 ^g	77,7 ^g	42,2 ^g	23,4 ^g	27,6 ^g	1,3 ^g	1,5 ^g	1,06 ^g
28 República Checa	10,7	11,1	0,6	1,8	0,0	0,4	73,4	40,9	23,0	26,3	1,2	1,6	1,06
29 Grécia	11,1	11,0	0,6	2,2	0,1	0,0	61,9	43,5	22,6	31,1	1,3	1,5	1,07
30 Brunei Darussalam	0,4	0,5	0,0	0,0	2,1	1,4	76,7	31,1	34,6	6,9	2,3	2,0	1,06
31 Qatar	2,2	2,8	0,1	0,0	6,5	5,9	99,1	31,7	15,9	1,1	3,0	2,1	1,05
32 Chipre	1,1 ^h	1,3 ^h	0,1 ^h	0,1 ^h	1,8 ^h	1,1 ^h	70,9 ^h	35,9 ^h	23,5 ^h	18,1 ^h	1,6 ^h	1,5 ^h	1,07 ^h
33 Estónia	1,3	1,2	0,1	0,2	-0,6	-0,3	69,6	41,3	24,7	28,2	1,4	1,6	1,06
34 Arábia Saudita	28,8	35,6	2,9	0,8	4,1	1,8	82,7	28,4	41,2	4,4	3,5	2,7	1,03
35 Lituânia	3,0	2,8	0,2	0,5	-1,2	-0,5	67,3	39,7	22,4	22,8	1,3	1,5	1,05
35 Polónia	38,2	37,4	2,1	5,5	-0,1	0,0	60,7	39,4	21,7	22,0	1,3	1,4	1,06
37 Andorra	0,1	0,1	-	-	4,3	0,8	86,2	-	-	-	-	-	-
37 Eslováquia	5,5	5,4	0,3	0,7	0,0	0,1	54,6	38,9	21,4	19,1	1,2	1,4	1,05
39 Malta	0,4	0,4	0,0	0,1	0,4	0,3	95,2	41,4	20,8	26,0	1,4	1,4	1,06
40 Emiratos Árabes Unidos	9,3	12,3	0,7	0,0	6,3	2,5	84,9	31,4	19,4	0,6	2,4	1,8	1,05
41 Chile	17,6	19,8	1,2	1,8	1,1	0,9	89,6	33,7	29,9	15,3	2,0	1,8	1,04
41 Portugal	10,6	10,4	0,5	2,0	0,4	0,0	62,1	43,0	21,8	29,3	1,5	1,3	1,06
43 Hungria	10,0	9,5	0,5	1,7	-0,3	-0,2	70,4	41,0	21,9	26,1	1,3	1,4	1,06
44 Barain	1,3	1,6	0,1	0,0	5,5	1,7	88,8	30,2	28,3	3,0	2,7	2,1	1,04
44 Cuba	11,3	10,8	0,5	1,5	0,3	-0,1	75,1	41,3	22,1	19,9	1,6	1,5	1,06
46 Koweit	3,4	4,8	0,3	0,1	3,7	3,6	98,3	29,7	33,6	3,3	2,6	2,6	1,04
47 Croácia	4,3	4,0	0,2	0,8	-0,4	-0,4	58,4	43,1	22,0	28,6	1,4	1,5	1,06
48 Letónia	2,1	1,9	0,1	0,4	-1,3	-0,6	67,7	41,7	23,5	28,2	1,3	1,6	1,05
49 Argentina	41,4	46,9	3,4	4,5	0,9	0,9	92,8	31,6	36,7	17,3	2,4	2,2	1,04
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO													
50 Uruguai	3,4	3,6	0,2	0,5	0,0	0,3	92,7	34,8	33,4	22,3	2,2	2,1	1,05
51 Bahamas	0,4	0,4	0,0	0,0	2,0	1,4	84,6	32,5	29,4	11,7	1,9	1,9	1,06
51 Montenegro	0,6	0,6	0,0	0,1	0,2	0,0	63,7	37,6	26,9	20,2	1,8	1,7	1,07
53 Bielorrússia	9,4	8,5	0,5	1,3	-0,6	-0,5	75,9	39,5	22,4	19,7	1,2	1,5	1,06
54 Roménia	21,7	20,2	1,1	3,3	-0,2	-0,3	52,8	40,0	21,8	22,3	1,3	1,4	1,06
55 Líbia	6,2	7,5	0,6	0,3	1,6	0,9	78,1	27,2	44,7	7,6	2,9	2,4	1,06
56 Omã	3,6	4,9	0,4	0,1	2,8	7,9	73,9	27,1	29,2	4,0	3,2	2,9	1,05
57 Federação Russa	142,8	133,6	8,3	18,6	-0,4	-0,2	74,2	38,5	23,4	18,8	1,3	1,5	1,06
58 Bulgária	7,2	6,2	0,3	1,4	-0,8	-0,8	74,3	43,4	21,2	30,1	1,2	1,5	1,06

Classificação do IDH	População								Rácio de dependência				
	Total		Com idade inferior a 5 anos	65 anos ou mais	Taxa média de crescimento anual		Urbana ^a	Idade mediana da população total	Rácio de dependência (por 100 pessoas com idades entre 15-64)		Taxa de fertilidade total	Rácio dos gêneros à nascença ^b	
	(milhões)		(milhões)	(milhões)	(%)		(% of population)	(years)	Infância (14 anos ou menos)	Idosos (65 anos ou mais)	(nascimentos por mulher)	(Rapazes para raparigas nascidos)	
	2013 ^c	2030 ^c	2013 ^c	2013 ^c	2000/2005	2010/2015 ^e	2013 ^c	2015 ^e	2015	2015	2000/2005	2010/2015 ^e	2010/2015 ^e
59 Barbados	0,3	0,3	0,0	0,0	0,5	0,5	45,4	37,4	26,7	16,2	1,8	1,9	1,04
60 Palau	0,0	0,0	-	-	0,8	0,8	85,8	-	-	-	-	-	-
61 Antígua e Barbuda	0,1	0,1	0,0	0,0	1,2	1,0	29,8	30,9	35,2	10,4	2,3	2,1	1,03
62 Malásia	29,7 ⁱ	36,8 ⁱ	2,5 ⁱ	1,6 ⁱ	2,0 ⁱ	1,6 ⁱ	74,2 ⁱ	28,2 ⁱ	36,6 ⁱ	8,3 ⁱ	2,5 ⁱ	2,0 ⁱ	1,06 ⁱ
63 Maurícia	1,2 ^j	1,3 ^j	0,1 ^j	0,1 ^j	0,5 ^j	0,4 ^j	41,8 ^j	35,5 ^j	26,4 ^j	13,3 ^j	1,9 ^j	1,5 ^j	1,04 ^j
64 Trinidad e Tobago	1,3	1,3	0,1	0,1	0,5	0,3	14,2	34,2	29,9	13,8	1,8	1,8	1,04
65 Líbano	4,8	5,2	0,3	0,4	4,2	3,0	87,5	30,7	27,1	12,3	2,0	1,5	1,05
65 Panamá	3,9	4,9	0,4	0,3	1,9	1,6	76,5	28,5	42,5	11,7	2,8	2,5	1,05
67 Venezuela, República Bolivariana da	30,4	37,2	3,0	1,9	1,8	1,5	93,9	27,7	42,6	10,1	2,7	2,4	1,05
68 Costa Rica	4,9	5,8	0,4	0,3	1,9	1,4	65,6	30,6	32,5	10,8	2,3	1,8	1,05
69 Turquia	74,9	86,8	6,4	5,5	1,4	1,2	73,4	30,1	37,0	11,4	2,3	2,1	1,05
70 Cazaquistão	16,4	18,6	1,7	1,1	0,7	1,0	53,4	29,7	39,4	10,1	2,0	2,4	1,07
71 México	122,3	143,7	11,3	7,8	1,3	1,2	78,7	27,7	41,7	10,3	2,5	2,2	1,05
71 Seicheles	0,1	0,1	0,0	0,0	1,8	0,6	54,4	33,2	31,7	11,2	2,2	2,2	1,06
73 São Cristóvão e Nevis	0,1	0,1	-	-	1,5	1,1	32,1	-	-	-	-	-	-
73 Sri Lanca	21,3	23,3	1,9	1,8	1,1	0,8	15,2	32,0	38,1	13,7	2,3	2,4	1,04
75 Irão, República Islâmica do	77,4	91,3	7,1	4,1	1,2	1,3	69,3	29,5	34,2	7,8	2,0	1,9	1,05
76 Azerbaijão	9,4 ^k	10,5 ^k	0,8 ^k	0,5 ^k	1,1 ^k	1,1 ^k	54,1 ^k	30,4 ^k	30,8 ^k	7,8 ^k	2,0 ^k	1,9 ^k	1,15 ^k
77 Jordânia	7,3	9,4	1,0	0,3	1,9	3,5	83,2	24,0	53,0	5,8	3,9	3,3	1,05
77 Sérvia	9,5 ^l	8,6 ^l	0,5 ^l	1,4 ^l	-0,6 ^l	-0,5 ^l	57,1 ^l	39,3 ^l	22,9 ^l	21,7 ^l	1,6 ^l	1,4 ^l	1,05 ^l
79 Brasil	200,4	222,7	14,6	15,1	1,3	0,8	85,2	31,2	33,6	11,6	2,3	1,8	1,05
79 Geórgia	4,3 ^m	4,0 ^m	0,3 ^m	0,6 ^m	-1,2 ^m	-0,4 ^m	53,0 ^m	38,1 ^m	27,6 ^m	22,0 ^m	1,6 ^m	1,8 ^m	1,11 ^m
79 Granada	0,1	0,1	0,0	0,0	0,3	0,4	39,8	27,2	40,0	10,7	2,4	2,2	1,05
82 Peru	30,4	36,5	2,9	1,9	1,3	1,3	77,9	27,1	42,9	10,3	2,8	2,4	1,05
83 Ucrânia	45,2	39,8	2,5	6,8	-0,8	-0,6	69,3	39,9	21,4	21,2	1,2	1,5	1,06
84 Belize	0,3	0,5	0,0	0,0	2,6	2,4	44,3	23,7	52,1	6,5	3,4	2,7	1,03
84 Antiga República Jugoslava da Macedónia	2,1	2,1	0,1	0,3	0,4	0,1	59,5	37,8	23,2	18,3	1,6	1,4	1,05
86 Bósnia-Herzegovina	3,8	3,7	0,2	0,6	0,2	-0,1	49,3	40,1	21,2	22,9	1,2	1,3	1,07
87 Arménia	3,0	3,0	0,2	0,3	-0,4	0,2	64,2	33,4	29,2	15,0	1,7	1,7	1,14
88 Fiji, Ilhas	0,9	0,9	0,1	0,0	0,3	0,7	53,0	27,5	43,9	8,9	3,0	2,6	1,06
89 Tailândia	67,0	67,6	3,6	6,5	1,0	0,3	34,8	38,0	24,2	14,5	1,6	1,4	1,06
90 Tunísia	11,0	12,6	0,9	0,8	1,0	1,1	66,7	31,2	33,4	10,8	2,0	2,0	1,05
91 China, República Popular da	1.385,6	1.453,3	90,2	123,0	0,6	0,6	53,2	36,0	25,1	13,1	1,6	1,7	1,16
91 São Vicente e Granadinas	0,1	0,1	0,0	0,0	0,2	0,0	50,1	29,8	36,0	10,7	2,2	2,0	1,03
93 Argélia	39,2	48,6	4,6	1,8	1,4	1,8	74,7	27,5	42,4	7,0	2,4	2,8	1,05
93 Dominica	0,1	0,1	-	-	0,2	0,4	67,4	-	-	-	-	-	-
95 Albânia	3,2	3,3	0,2	0,3	-0,7	0,3	55,6	33,5	28,1	16,3	2,2	1,8	1,08
96 Jamaica	2,8	2,9	0,2	0,2	0,8	0,5	52,2	28,2	39,5	12,3	2,5	2,3	1,05
97 Santa Lúcia	0,2	0,2	0,0	0,0	1,1	0,8	16,1	31,2	34,1	13,2	2,1	1,9	1,03
98 Colômbia	48,3	57,2	4,5	3,0	1,6	1,3	75,8	28,3	40,7	10,0	2,6	2,3	1,05
98 Equador	15,7	19,6	1,6	1,0	1,9	1,6	68,6	26,7	45,8	10,7	3,0	2,6	1,05
100 Suriname	0,5	0,6	0,0	0,0	1,4	0,9	70,5	29,1	39,6	10,2	2,6	2,3	1,08
100 Tonga	0,1	0,1	0,0	0,0	0,6	0,4	23,6	21,3	64,3	10,2	4,2	3,8	1,05
102 República Dominicana	10,4	12,2	1,1	0,7	1,5	1,2	70,8	26,4	46,4	10,3	2,8	2,5	1,05
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO													
103 Maldivas	0,3	0,4	0,0	0,0	1,7	1,9	43,4	26,0	42,2	7,3	2,8	2,3	1,06
103 Mongólia	2,8	3,4	0,3	0,1	1,0	1,5	70,4	27,5	40,4	5,6	2,1	2,4	1,03
103 Turquemenistão	5,2	6,2	0,5	0,2	1,1	1,3	49,4	26,4	41,7	6,1	2,8	2,3	1,05
106 Samoa	0,2	0,2	0,0	0,0	0,6	0,8	19,4	21,2	64,9	9,1	4,4	4,2	1,08
107 Palestina, Estado da	4,3 ⁿ	6,4 ⁿ	0,6 ⁿ	0,1 ⁿ	2,1 ⁿ	2,5 ⁿ	74,8 ⁿ	19,7 ⁿ	67,3 ⁿ	5,3 ⁿ	5,0 ⁿ	4,1 ⁿ	1,05 ⁿ
108 Indonésia	249,9	293,5	24,0	13,1	1,4	1,2	52,2	28,4	42,2	8,2	2,5	2,4	1,05
109 Botsuana	2,0	2,3	0,2	0,1	1,3	0,9	62,9	22,8	52,3	6,0	3,2	2,6	1,03
110 Egito	82,1	102,6	9,3	4,7	1,6	1,6	43,8	25,8	48,8	9,4	3,2	2,8	1,05
111 Paraguai	6,8	8,7	0,8	0,4	2,0	1,7	63,0	24,4	50,8	9,1	3,5	2,9	1,05
112 Gabão	1,7	2,4	0,2	0,1	2,4	2,4	86,9	20,9	67,6	8,9	4,5	4,1	1,03
113 Bolívia, Estado Plurinacional da	10,7	13,7	1,3	0,5	1,9	1,6	67,7	22,8	56,1	8,3	4,0	3,3	1,05
114 Moldávia, República da	3,5 ^o	3,1 ^o	0,2 ^o	0,4 ^o	-1,7 ^o	-0,8 ^o	49,1 ^o	36,3 ^o	23,6 ^o	16,4 ^o	1,5 ^o	1,5 ^o	1,06 ^o
115 El Salvador	6,3	6,9	0,6	0,5	0,4	0,7	65,8	24,7	45,2	11,5	2,6	2,2	1,05
116 Usbequistão	28,9	34,1	3,0	1,2	1,0	1,4	36,3	26,0	41,5	6,4	2,6	2,3	1,05
117 Filipinas	98,4	127,8	11,3	3,8	2,0	1,7	49,3	23,4	53,4	6,5	3,7	3,1	1,06

TABELA 15 TENDÊNCIAS POPULACIONAIS

Classificação do IDH	População								Rácio de dependência				
	Total		Com idade inferior a 5 anos		65 anos ou mais		Taxa média de crescimento anual		Idade mediana da população total		Taxa de fertilidade total		Rácio dos gêneros à nascença ^a
	(milhões)		(milhões)		(milhões)		(%)		(years)		(nascimentos por mulher)		(Rapazes para raparigas nascidos)
	2013 ^e	2030 ^e	2013 ^e	2013 ^e	2000/2005	2010/2015 ^e	2013 ^e	2015 ^e	2015	2015	2000/2005	2010/2015 ^e	2010/2015 ^e
118 África do Sul	52,8	58,1	5,4	2,9	1,5	0,8	62,9	26,5	45,1	8,8	2,8	2,4	1,03
118 Síria, República Árabe da	21,9	29,9	2,6	0,9	2,1	0,7	56,9	22,7	56,4	7,1	3,7	3,0	1,05
120 Iraque	33,8	51,0	4,9	1,1	2,8	2,9	66,4	20,0	68,1	5,5	4,8	4,1	1,07
121 Guiana	0,8	0,9	0,1	0,0	0,4	0,5	28,5	23,0	55,7	5,7	2,7	2,6	1,05
121 Vietname	91,7	101,8	7,1	6,0	1,0	1,0	32,3	30,7	31,7	9,6	1,9	1,8	1,10
123 Cabo Verde	0,5	0,6	0,0	0,0	1,6	0,8	64,1	25,2	42,4	7,9	3,3	2,3	1,03
124 Micronésia, Estados Federados da	0,1	0,1	0,0	0,0	-0,2	0,2	22,8	21,5	55,3	7,1	4,1	3,3	1,07
125 Guatemala	15,5	22,6	2,3	0,7	2,5	2,5	50,7	19,7	71,3	8,4	4,6	3,8	1,05
125 Quirguizistão	5,5	6,9	0,7	0,2	0,4	1,4	35,5	25,1	47,6	6,3	2,5	3,1	1,06
127 Namíbia	2,3	3,0	0,3	0,1	1,3	1,9	39,5	21,8	57,0	5,9	3,8	3,1	1,03
128 Timor-Leste	1,1	1,6	0,2	0,0	3,1	1,7	29,1	16,9	86,5	6,6	7,0	5,9	1,05
129 Honduras	8,1	10,8	1,0	0,4	2,0	2,0	53,3	22,5	56,1	7,5	3,7	3,0	1,05
129 Marrocos	33,0	39,2	3,4	1,6	1,0	1,4	57,8	27,5	41,7	7,6	2,5	2,8	1,06
131 Vanuatu	0,3	0,4	0,0	0,0	2,5	2,2	25,5	22,1	60,3	6,7	4,1	3,4	1,07
132 Nicarágua	6,1	7,4	0,7	0,3	1,3	1,4	58,1	23,8	50,4	7,6	3,0	2,5	1,05
133 Quiribati	0,1	0,1	0,0	0,0	1,8	1,5	44,1	24,1	47,8	6,7	3,6	3,0	1,07
133 Tajiquistão	8,2	11,4	1,2	0,3	1,9	2,4	26,6	22,0	59,4	5,2	3,7	3,9	1,05
135 Índia	1.252,1	1.476,4	121,3	66,0	1,6	1,2	32,0	26,9	42,9	8,3	3,0	2,5	1,11
136 Butão	0,8	0,9	0,1	0,0	2,8	1,6	37,1	26,7	39,9	7,3	3,1	2,3	1,04
136 Camboja	15,1	19,1	1,7	0,8	1,8	1,7	20,3	25,0	49,0	8,9	3,5	2,9	1,05
138 Gana	25,9	35,3	3,7	0,9	2,5	2,1	53,2	20,9	65,0	5,9	4,6	3,9	1,05
139 Laos, República Democrática Popular do	6,8	8,8	0,9	0,3	1,4	1,9	36,5	22,0	55,6	6,2	3,7	3,1	1,05
140 Congo	4,4	6,8	0,7	0,2	2,5	2,6	64,5	18,7	78,5	6,3	5,1	5,0	1,03
141 Zâmbia	14,5	25,0	2,7	0,4	2,5	3,2	40,0	16,7	90,6	5,0	6,0	5,7	1,02
142 Bangladeche	156,6	185,1	15,1	7,5	1,6	1,2	29,4	25,8	43,8	7,3	2,9	2,2	1,05
142 São Tomé e Príncipe	0,2	0,3	0,0	0,0	2,1	2,6	64,1	19,4	74,8	5,8	4,6	4,1	1,03
144 Guiné Equatorial	0,8	1,1	0,1	0,0	3,1	2,8	39,8	20,9	65,6	4,8	5,6	4,9	1,03
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO													
145 Nepal	27,8	32,9	2,9	1,4	1,7	1,2	17,7	23,1	53,4	8,6	3,7	2,3	1,07
146 Paquistão	182,1	231,7	21,8	8,0	1,9	1,7	36,8	23,2	52,3	7,0	4,0	3,2	1,09
147 Quênia	44,4	66,3	7,0	1,2	2,7	2,7	24,8	19,0	75,4	5,0	5,0	4,4	1,03
148 Suazilândia	1,2	1,5	0,2	0,0	0,8	1,5	21,2	20,5	63,1	6,1	4,0	3,4	1,03
149 Angola	21,5	34,8	4,0	0,5	3,4	3,1	60,7	16,4	92,9	4,8	6,8	5,9	1,03
150 Mianmar	53,3	58,7	4,4	2,8	0,7	0,8	33,8	29,8	34,4	7,7	2,2	2,0	1,03
151 Ruanda	11,8	17,8	1,9	0,3	2,3	2,7	19,7	18,4	74,1	4,5	5,6	4,6	1,02
152 Camarões	22,3	33,1	3,6	0,7	2,6	2,5	53,2	18,5	78,4	5,9	5,5	4,8	1,03
152 Nigéria	173,6	273,1	30,5	4,8	2,6	2,8	50,9	17,7	83,9	5,1	6,1	6,0	1,06
154 Iémen	24,4	34,0	3,4	0,7	2,8	2,3	33,5	19,7	67,5	5,1	5,9	4,2	1,05
155 Madagáscar	22,9	36,0	3,6	0,6	3,0	2,8	33,8	18,7	75,2	5,1	5,3	4,5	1,03
156 Zimbabué	14,1	20,3	2,0	0,5	0,3	2,8	39,6	20,1	66,9	6,7	4,0	3,5	1,02
157 Papuásia - Nova Guiné	7,3	10,0	1,0	0,2	2,5	2,1	12,6	21,2	62,2	5,0	4,4	3,8	1,08
157 Ilhas Salomão	0,6	0,8	0,1	0,0	2,6	2,1	21,4	19,9	69,4	5,9	4,6	4,1	1,07
159 Comores	0,7	1,1	0,1	0,0	2,6	2,4	28,2	19,1	75,1	5,1	5,3	4,7	1,05
159 Tanzânia, República Unida da	49,3 ^P	79,4 ^P	8,7 ^P	1,6 ^P	2,6 ^P	3,0 ^P	27,6 ^P	17,6 ^P	85,9 ^P	6,2 ^P	5,7 ^P	5,2 ^P	1,03 ^P
161 Maurítania	3,9	5,6	0,6	0,1	3,0	2,5	42,0	20,0	69,4	5,6	5,2	4,7	1,05
162 Lesoto	2,1	2,4	0,3	0,1	0,7	1,1	29,0	21,2	59,2	6,9	3,8	3,1	1,03
163 Senegal	14,1	21,9	2,4	0,4	2,7	2,9	43,1	18,2	80,5	5,4	5,4	5,0	1,04
164 Uganda	37,6	63,4	7,1	0,9	3,4	3,3	16,4	15,9	96,6	4,9	6,7	5,9	1,03
165 Benim	10,3	15,5	1,7	0,3	3,3	2,7	46,2	18,6	76,7	5,3	5,8	4,9	1,04
166 Sudão	38,0	55,1	5,7	1,2	2,6	2,1	33,5	19,4	72,1	5,9	5,3	4,5	1,04
166 Togo	6,8	10,0	1,1	0,2	2,6	2,6	39,0	19,0	74,6	4,9	5,1	4,7	1,02
168 Haiti	10,3	12,5	1,3	0,5	1,5	1,4	56,1	22,7	55,8	7,5	4,0	3,2	1,05
169 Afeganistão	30,6	43,5	4,9	0,7	3,8	2,4	24,1	17,0	85,4	4,7	7,4	5,0	1,06
170 Djibouti	0,9	1,1	0,1	0,0	1,4	1,5	77,2	23,4	53,9	6,6	4,2	3,4	1,04
171 Costa do Marfim	20,3	29,2	3,2	0,6	1,5	2,3	52,8	19,1	73,4	5,7	5,2	4,9	1,03
172 Gâmbia	1,8	3,1	0,3	0,0	3,1	3,2	58,4	17,0	87,9	4,5	5,9	5,8	1,03
173 Etiópia	94,1	137,7	14,2	3,2	2,9	2,6	17,5	18,6	75,2	6,3	6,1	4,6	1,04
174 Malawi	16,4	26,0	2,9	0,5	2,6	2,8	16,0	17,3	86,3	6,3	6,1	5,4	1,03
175 Libéria	4,3	6,4	0,7	0,1	2,5	2,6	48,9	18,6	77,4	5,5	5,7	4,8	1,05
176 Mali	15,3	26,0	3,0	0,4	3,0	3,0	36,2	16,2	95,5	5,4	6,8	6,9	1,05

Classificação do IDH	População								Rácio de dependência				
	Total		Com idade inferior a 5 anos	65 anos ou mais	Taxa média de crescimento anual		Urbana ^a	Idade mediana da população total	(por 100 pessoas com idades entre 15-64)		Taxa de fertilidade total	Rácio dos gêneros à nascença ^b	
	(milhões)		(milhões)	(milhões)	(%)		(% of population)	(years)	Crianças (14 anos ou menos)	Idosos (65 anos ou mais)	(nascimentos por mulher)	(Rapazes para raparigas nascidos)	
	2013 ^c	2030 ^c	2013 ^c	2013 ^c	2000/2005	2010/2015 ^c	2013 ^c	2015 ^c	2015	2015	2000/2005	2010/2015 ^c	2010/2015 ^c
177 Guiné-Bissau	1,7	2,5	0,3	0,0	2,2	2,4	45,3	19,3	73,3	5,3	5,7	5,0	1,03
178 Moçambique	25,8	38,9	4,4	0,8	2,8	2,5	31,7	17,3	87,4	6,4	5,7	5,2	1,03
179 Guiné	11,7	17,3	1,9	0,4	1,8	2,5	36,4	18,8	75,9	5,6	5,8	5,0	1,02
180 Burundi	10,2	16,4	1,9	0,2	3,0	3,2	11,5	17,6	85,3	4,5	6,9	6,1	1,03
181 Burkina Faso	16,9	26,6	3,0	0,4	2,9	2,8	28,2	17,3	85,6	4,6	6,4	5,7	1,05
182 Eritreia	6,3	9,8	1,1	0,1	4,2	3,2	22,2	18,5	78,8	4,3	5,7	4,7	1,05
183 Serra Leoa	6,1	8,1	0,9	0,2	4,3	1,9	40,0	19,3	72,4	4,7	5,7	4,8	1,02
184 Chade	12,8	20,9	2,5	0,3	3,8	3,0	22,0	15,9	96,3	4,8	7,2	6,3	1,03
185 Centro-Africana, República	4,6	6,3	0,7	0,2	1,7	2,0	39,5	20,0	68,7	6,7	5,3	4,4	1,03
186 Congo, República Democrática do	67,5	103,7	11,9	1,9	2,8	2,7	35,4	17,5	84,7	5,4	6,9	6,0	1,03
187 Níger	17,8	34,5	3,7	0,5	3,6	3,9	18,3	15,0	106,0	5,5	7,7	7,6	1,05
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS													
Coreia, República Popular Democrática da	24,9	26,7	1,7	2,4	0,8	0,5	60,6	33,9	30,5	13,8	2,0	2,0	1,05
Marshall, Ilhas	0,1	0,1	-	-	0,0	0,2	72,5	-	-	-	-	-	-
Mónaco	0,0	0,0	-	-	1,0	0,8	100,0	-	-	-	-	-	-
Nauru	0,0	0,0	-	-	0,1	0,2	100,0	-	-	-	-	-	-
São Marino	0,0	0,0	-	-	2,0	0,6	94,2	-	-	-	-	-	-
Somália	10,5	16,9	2,0	0,3	2,7	2,9	38,7	16,5	92,6	5,6	7,4	6,6	1,03
Sudão do Sul	11,3	17,3	1,8	0,4	3,8	4,0	18,4	18,9	75,3	6,4	5,9	5,0	1,04
Tuvalu	0,0	0,0	-	-	0,6	0,2	51,4	-	-	-	-	-	-
Agrupamentos por IDH													
Desenvolvimento humano muito elevado	1.189,7	1.276,5	69,4	193,9	0,7	0,6	81,6	40,2	26,1	25,7	1,7	1,8	1,05
Desenvolvimento humano elevado	2.485,5	2.662,3	176,8	215,9	0,7	0,7	61,4	34,2	28,7	12,9	1,8	1,8	1,06
Desenvolvimento humano médio	2.262,1	2.716,0	228,7	115,9	1,6	1,3	38,3	26,5	44,6	8,1	3,0	2,6	1,05
Desenvolvimento humano baixo	1.145,6	1.675,6	176,9	38,0	2,5	2,4	34,5	19,5	72,6	6,0	5,3	4,6	1,04
Regiões													
Estados Árabes	366,0	481,3	43,9	15,4	2,2	2,0	57,8	24,6	50,8	6,8	3,6	3,2	1,05
Ásia Oriental e Pacífico	2.035,9	2.211,9	149,2	160,7	0,8	0,8	50,8	33,7	29,5	11,8	1,8	1,9	1,05
Europa e Ásia Central	233,4	251,0	18,9	21,2	0,4	0,7	60,5	32,2	33,4	13,4	2,0	2,0	1,07
América Latina e Caraíbas	611,3	711,1	53,6	44,0	1,3	1,1	79,5	29,0	39,4	11,4	2,5	2,2	1,05
Ásia do Sul	1.749,0	2.085,5	175,1	89,6	1,6	1,3	33,4	26,4	44,2	8,1	3,1	2,6	1,06
África Subsariana	888,2	1.348,9	146,6	27,6	2,6	2,7	37,4	18,5	78,9	5,8	5,7	5,1	1,03
Países menos desenvolvidos	898,4^T	1.287,0^T	132,1^T	31,7^T	2,4^T	2,3^T	29,4^T	19,9^T	69,1^T	6,2^T	4,9^T	4,2^T	1,04
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	54,3	63,4	5,4	3,7	1,3	1,1	53,0	27,9	45,4	11,0	3,1	2,7	1,06
Mundo	7.162,1^T	8.424,9^T	659,0^T	570,5^T	1,2^T	1,1^T	53,0^T	29,6^T	39,5^T	12,5^T	2,6^T	2,5^T	1,07

NOTAS

- a Uma vez que os dados têm por base definições nacionais daquilo que constitui uma cidade ou uma área metropolitana, as comparações cruzadas entre países devem ser feitas com precaução.
- b O rácio natural entre os sexos à nascença é habitualmente considerado e empiricamente confirmado como sendo de 105 crianças do sexo masculino para 100 crianças do sexo feminino.
- c Projeções baseadas na variação da fertilidade média.
- d Inclui o arquipélago de Svalbard e a ilha de Jan Mayen.
- e Inclui as ilhas Christmas, Cocos (Keeling) e Norfolk.
- f Inclui as ilhas Åland.
- g Inclui as ilhas Canárias, Ceuta e Melilha.
- h Inclui o Norte de Chipre.

- i Inclui Sabá e Saravaque.
- j Inclui as ilhas de Agalega, Rodrigues e S. Brandão.
- k Inclui Nagorno-Karabakh.
- l Inclui o Kosovo.
- m Exclui a Abcásia e a Ossétia do Sul.
- n Inclui Jerusalém Leste.
- o Inclui a Transnistria.
- p Inclui Zanzibar.
- T Adicionado a partir da fonte original dos dados.

DEFINIÇÕES

População: População efetiva de um país, área ou região em 1 de julho.

População com idade inferior a 5 anos: População efetiva de um país, área ou região com idade inferior a 5 anos a partir de 1 de julho.

População com 65 anos ou mais: População efetiva de um país, área ou região com idade igual ou superior a 65 anos a partir de 1 de julho.

Taxa média de crescimento anual: Taxa média anual de crescimento exponencial para o período indicado.

População urbana: População que vive efetivamente, à data de 1 de julho, em áreas classificadas como urbanas de acordo com os critérios utilizados por cada país ou área.

Idade Mediana: Idade que divide a distribuição da população em duas partes iguais, ou seja, 50% da população está acima dessa idade e 50% está abaixo.

Rácio de dependência das crianças: Rácio entre os totais da população no escalão 0-14 anos de idade e no escalão 15-64 anos. Os rácios são apresentados como número de dependentes por 100 pessoas em idade ativa (15-64 anos).

Rácio de dependência dos idosos: Rácio entre os totais da população no escalão dos 65 ou mais anos de idade e no escalão 15-64 anos. Os rácios são apresentados como número de dependentes por 100 pessoas em idade ativa (15-64 anos).

Taxa de fertilidade total: Número de crianças que nasceriam a uma mulher que vivesse até ao final da sua idade fértil e gerasse crianças em cada idade de acordo com as taxas de fertilidade por idades prevalentes.

Rácio entre os sexos à nascença: Relação entre o número de nascimentos de crianças do sexo masculino e o número de nascimentos de crianças do sexo feminino.

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Colunas 1 a 6 e 8 a 13: UNDESA (2013a).

Coluna 7: UNDESA (2013b).

Indicadores suplementares: percepções de bem-estar

Classificação do IDH	Percepções de bem-estar individual						Percepções acerca da comunidade				Percepções acerca do governo		
	Qualidade da educação	Qualidade dos cuidados de saúde	Nível de vida	Emprego	Segurança	Liberdade de escolha	Índice de satisfação global com a vida	Mercado de trabalho local	Confiança nas outras pessoas	Comunidade	Esforços para enfrentar a pobreza	Ações com vista a preservar o ambiente	Confiança no governo nacional
	(% de satisfeitos)	(% de satisfeitos)	(% de satisfeitos)	(% de satisfeitos)	(% de respostas "sim")	(% de satisfeitos)	(0, pouco satisfeitos; 10, muito satisfeitos)	(% de respostas "boa")	(% de respostas "fiável")	(% de respostas "sim")	(% de satisfeitos)	(% de satisfeitos)	(% de respostas "sim")
	2012	2008-2012 ^a	2007-2013 ^a	2007-2012 ^a	2007-2012	2007-2012 ^a	2007-2012 ^a	2007-2012 ^a	2009-2011 ^a	2007-2012 ^a	2007-2013 ^a	2007-2013 ^a	2007-2012 ^a
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO													
1 Noruega	78	82	90	91	87	92	7,7	54	-	92	34	52	66
2 Austrália	66	81	87	87	65	93	7,2	27	-	90	45	69	42
3 Suíça	77	94	94	93	78	94	7,8	35	44	94	67	74	77
4 Países Baixos	74	88	88	92	77	87	7,5	14	46	93	63	66	57
5 Estados Unidos	64	73	72	85	74	82	7,0	28	37	85	43	59	35
6 Alemanha	60	86	90	91	79	90	6,7	46	31	94	50	67	52
7 Nova Zelândia	71	83	87	86	64	90	7,2	29	-	89	53	77	61
8 Canadá	74	75	86	90	84	92	7,4	43	42	91	45	60	52
9 Singapura	85	84	80	88	89	82	6,5	63	33	92	66	84	83
10 Dinamarca	72	81	88	92	80	92	7,5	18	60	94	57	70	53
11 Irlanda	82	64	76	88	74	90	7,0	6	30	90	52	63	35
12 Suécia	65	81	90	90	81	93	7,6	32	55	94	30	57	63
13 Islândia	78	79	81	93	80	87	7,6	33	-	75	34	55	26
14 Reino Unido	73	86	80	88	75	88	6,9	9	35	88	51	71	42
15 Hong Kong, China (RAE)	46	54	79	81	88	87	5,5	46	29	82	38	38	50
15 Coreia, República da	55	68	72	73	67	59	6,0	25	26	79	33	33	23
17 Japão	55	75	71	79	77	70	6,0	16	33	85	33	41	17
18 Listenstaine	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
19 Israel	62	69	68	80	63	65	7,1	26	26	79	14	42	34
20 França	67	78	83	81	67	83	6,6	16	20	86	44	53	44
21 Áustria	72	93	95	93	82	90	7,4	35	29	94	54	61	38
21 Bélgica	69	87	87	86	66	82	6,9	19	30	91	45	58	44
21 Luxemburgo	65	88	92	91	73	91	7,0	18	26	94	72	76	74
24 Finlândia	81	65	82	91	77	91	7,4	24	58	92	42	57	60
25 Eslovénia	76	81	71	86	85	89	6,1	9	15	92	44	58	24
26 Itália	62	55	66	83	66	55	5,8	3	20	75	30	32	28
27 Espanha	63	74	80	86	78	74	6,3	5	22	88	42	41	34
28 República Checa	62	71	65	78	59	71	6,3	11	24	84	21	52	17
29 Grécia	46	29	38	73	47	36	5,1	1	16	80	7	17	13
30 Brunei Darussalam	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
31 Qatar	72	90	84	88	92	90	6,7	66	23	92	91	91	89
32 Chipre	66	62	69	88	68	69	6,2	11	11	85	39	49	34
33 Estónia	51	45	43	78	61	65	5,4	18	33	85	8	54	27
34 Arábia Saudita	65	56	77	90	77	59	6,5	73	36	93	80	56	-
35 Lituânia	54	51	29	73	45	46	5,8	14	25	84	18	42	15
35 Polónia	60	42	66	83	68	75	5,9	18	25	90	22	47	27
37 Andorra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
37 Eslováquia	61	59	49	78	55	53	5,9	8	21	83	22	42	37
39 Malta	64	70	63	80	72	82	6,0	19	16	82	47	64	50
40 Emiratos Árabes Unidos	83	82	87	87	90	88	7,2	47	18	93	85	89	-
41 Chile	49	35	72	82	57	72	6,6	57	15	82	35	38	34
41 Portugal	67	57	52	83	60	73	5,0	7	27	88	29	43	23
43 Hungria	60	64	40	75	56	55	4,7	7	13	74	17	45	21
44 Barain	82	70	66	77	60	63	5,0	44	11	90	57	57	-
44 Cuba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
46 Koweit	65	62	88	93	-	93	6,2	69	11	93	89	78	-
47 Croácia	62	63	39	73	66	46	6,0	5	16	75	9	40	31
48 Letónia	54	48	32	77	58	51	5,1	17	13	85	12	55	19
49 Argentina	64	63	67	81	45	73	6,5	34	23	82	34	42	42
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO													
50 Uruguai	62	76	79	83	51	85	6,4	56	27	82	58	58	58
51 Bahamas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
51 Montenegro	60	48	37	59	74	43	5,2	7	21	69	9	35	36
53 Bielorrússia	53	38	37	62	61	53	5,7	26	34	82	26	45	59
54 Roménia	53	52	36	70	54	60	5,2	9	15	82	8	23	24
55 Líbia	33	41	57	74	91	68	5,8	49	-	72	56	37	-
56 Omã	-	78	87	86	-	91	6,9	69	-	90	-	-	-
57 Federação Russa	39	27	42	70	39	51	5,6	26	24	72	12	17	45

Classificação do IDH	Percepções de bem-estar individual						Percepções acerca da comunidade				Percepções acerca do governo		
	Qualidade da educação	Qualidade dos cuidados de saúde	Nível de vida	Emprego	Segurança	Liberdade de escolha	Índice de satisfação global com a vida	Mercado de trabalho local	Confiança nas outras pessoas	Comunidade	Esforços para enfrentar a pobreza	Ações com vista a preservar o ambiente	Confiança no governo nacional
	(% de satisfeitos)	(% de satisfeitos)	(% de satisfeitos)	(% de satisfeitos)	(% de respostas "sim")	(% de satisfeitos)	(0, pouco satisfeitos; 10, muito satisfeitos)	(% de respostas "boa")	(% de respostas "fiável")	(% de respostas "sim")	(% de satisfeitos)	(% de satisfeitos)	(% de respostas "sim")
	2012	2008–2012 ^a	2007–2013 ^a	2007–2012 ^a	2007–2012	2007–2012	2007–2012 ^a	2007–2012 ^a	2009–2011 ^a	2007–2012 ^a	2007–2013 ^a	2007–2013 ^a	2007–2012 ^a
58 Bulgária	45	39	29	74	59	59	4,2	6	20	77	9	33	34
59 Barbados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
60 Palau	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
61 Antígua e Barbuda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
62 Malásia	91	87	75	83	45	82	5,9	44	14	83	70	72	76
63 Maurícia	-	77	64	85	55	83	5,5	38	-	91	-	79	67
64 Trindade e Tobago	-	63	71	90	69	77	6,5	46	-	87	34	44	52
65 Líbano	63	46	45	63	62	61	4,6	13	7	81	19	27	37
65 Panamá	68	61	79	89	48	73	6,9	57	21	87	37	46	36
67 Venezuela, República Bolivariana da	77	64	79	89	26	78	7,1	57	13	81	60	63	54
68 Costa Rica	83	65	75	85	53	92	7,3	26	14	85	40	72	28
69 Turquia	55	60	55	71	55	45	5,3	32	8	78	41	45	53
70 Cazaquistão	59	47	64	75	51	75	5,8	38	33	80	32	40	73
71 México	62	71	78	76	54	77	7,3	43	29	79	41	53	36
71 Seicheles	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
73 São Cristóvão e Nevis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
73 Sri Lanca	80	78	60	84	77	77	4,2	50	17	90	58	70	78
75 Irão, República Islâmica do	61	52	67	67	55	57	4,6	22	-	76	58	61	56
76 Azerbaijão	50	34	49	66	69	54	4,9	27	27	73	22	48	71
77 Jordânia	61	72	46	69	81	65	5,1	13	9	74	51	47	77
77 Sérvia	50	43	34	65	62	45	5,2	3	17	65	10	25	22
79 Brasil	52	25	77	83	46	80	6,9	56	15	74	43	46	46
79 Geórgia	67	48	24	50	91	60	4,3	12	16	77	36	53	61
79 Granada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
82 Peru	53	37	60	74	46	66	5,8	43	12	72	37	40	27
83 Ucrânia	44	18	24	67	46	49	5,0	15	29	76	8	18	24
84 Belize	-	-	69	-	43	62	6,5	44	-	67	20	30	26
84 Antiga República Jugoslava da Macedónia	62	47	39	60	63	58	4,6	8	11	65	16	37	37
86 Bósnia-Herzegovina	54	42	32	59	65	40	4,8	5	18	66	6	19	19
87 Arménia	52	40	30	50	78	46	4,3	12	15	55	14	32	29
88 Fiji, Ilhas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
89 Tailândia	91	88	83	97	74	83	6,3	73	27	95	67	75	70
90 Tunísia	44	32	54	63	59	53	4,5	22	15	71	30	38	44
91 China, República Popular da	62	65	73	72	82	77	5,1	38	57	80	68	72	-
91 São Vicente e Granadinas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
93 Argélia	64	52	66	72	53	56	5,6	53	16	83	41	48	53
93 Domínica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
95 Albânia	60	38	48	68	59	58	5,5	12	7	71	13	27	36
96 Jamaica	-	58	42	68	56	75	5,4	20	-	72	21	32	36
97 Santa Lúcia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
98 Colômbia	65	46	75	82	45	81	6,4	41	14	83	34	49	36
98 Equador	76	60	69	84	47	81	6,0	35	9	84	59	67	64
100 Suriname	82	78	64	83	60	87	6,3	34	-	90	61	65	72
100 Tonga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
102 República Dominicana	72	59	63	70	39	83	4,8	21	15	81	46	57	43
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO													
103 Maldivas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
103 Mongólia	55	40	59	81	46	59	4,9	12	14	76	16	22	31
103 Turquemenistão	-	64	89	86	77	63	5,5	57	27	94	38	61	-
106 Samoa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
107 Palestina, Estado da	67	62	47	64	63	53	4,6	8	9	76	39	40	47
108 Indonésia	82	80	63	77	89	70	5,4	38	21	90	28	54	67
109 Botsuana	68	56	36	52	35	79	4,8	32	9	61	74	67	66
110 Egito	40	35	63	71	57	44	4,2	10	25	63	31	20	60
111 Paraguai	76	69	86	89	44	75	5,8	60	12	92	33	46	30
112 Gabão	36	29	29	50	35	56	4,0	35	-	45	26	49	36
113 Bolívia, Estado Plurinacional da	70	48	71	85	40	85	6,0	50	10	84	56	58	44
114 Moldávia, República da	55	40	45	64	46	55	6,0	6	12	73	18	19	21
115 El Salvador	78	67	72	80	53	67	5,9	35	18	85	43	50	31

TABELA 16 INDICADORES SUPLEMENTARES: PERCEÇÕES DE BEM-ESTAR

Classificação do IDH	Perceções de bem-estar individual						Perceções acerca da comunidade				Perceções acerca do governo		
	Qualidade da educação	Qualidade dos cuidados de saúde	Nível de vida	Emprego	Segurança	Liberdade de escolha	Índice de satisfação global com a vida	Mercado de trabalho local	Confiança nas outras pessoas	Comunidade	Esforços para enfrentar a pobreza	Ações com vista a preservar o ambiente	Confiança no governo nacional
	(% de satisfeitos)	(% de satisfeitos)	(% de satisfeitos)	(% de satisfeitos)	(% de respostas "sim")	(% de satisfeitos)	(0, pouco satisfeitos; 10, muito satisfeitos)	(% de respostas "boa")	(% de respostas "fiável")	(% de respostas "sim")	(% de satisfeitos)	(% de satisfeitos)	(% de respostas "sim")
	2012	2008–2012 ^a	2007–2013 ^a	2007–2012 ^a	2007–2012	2007–2012	2007–2012 ^a	2007–2012 ^a	2009–2011 ^a	2007–2012 ^a	2007–2013 ^a	2007–2013 ^a	2007–2012 ^a
116 Usbequistão	83	86	64	89	84	88	6,0	55	26	93	67	82	-
117 Filipinas	83	83	70	83	66	91	5,0	65	14	90	82	87	76
118 África do Sul	67	46	43	55	27	58	5,1	29	17	54	25	42	43
118 Síria, República Árabe da	43	30	38	53	49	40	3,2	17	9	35	47	44	-
120 Iraque	50	30	45	60	41	29	4,7	40	15	64	8	15	34
121 Guiana	-	-	64	-	47	66	6,0	33	-	75	20	34	46
121 Vietname	83	59	68	82	67	73	5,5	35	26	81	59	50	86
123 Cabo Verde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
124 Micronésia, Estados Federados da	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
125 Guatemala	74	49	66	85	53	84	5,9	33	15	88	41	49	50
125 Quirguizistão	64	53	62	69	51	66	5,2	38	34	87	35	44	51
127 Namíbia	-	-	61	-	33	76	4,9	33	-	77	35	58	82
128 Timor-Leste	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
129 Honduras	64	49	56	82	49	69	4,6	31	13	84	32	47	26
129 Marrocos	41	25	74	68	56	72	5,0	21	58	77	48	51	45
131 Vanuatu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
132 Nicarágua	83	65	71	85	56	84	5,4	40	11	89	53	67	57
133 Quiribati	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
133 Tajiquistão	76	68	81	84	86	67	4,5	58	31	91	53	58	92
135 Índia	69	48	47	67	61	57	4,6	30	20	75	39	40	54
136 Butão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
136 Camboja	92	83	49	84	63	95	3,9	55	9	92	89	92	83
138 Gana	59	46	35	63	73	68	5,1	29	19	55	22	44	58
139 Laos, República Democrática Popular do	73	66	73	85	75	87	4,9	66	-	94	66	90	98
140 Congo	56	38	42	63	51	77	3,9	53	-	67	28	61	54
141 Zâmbia	54	50	34	54	46	78	5,0	32	31	56	27	41	59
142 Bangladeche	84	63	74	80	81	64	4,7	35	15	90	57	60	71
142 São Tomé e Príncipe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
144 Guiné Equatorial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO													
145 Nepal	79	56	57	85	61	57	4,2	36	17	84	34	45	44
146 Paquistão	59	43	58	74	41	35	5,1	17	20	79	16	19	23
147 Quênia	69	57	33	50	50	61	4,5	34	10	65	26	51	40
148 Suazilândia	-	58	45	55	42	61	4,9	25	-	62	-	56	35
149 Angola	-	30	50	65	45	57	5,6	44	-	50	60	42	23
150 Mianmar	69	54	45	71	89	65	4,4	32	-	90	51	50	-
151 Ruanda	76	65	30	43	86	84	3,3	44	30	60	66	90	95
152 Camarões	67	48	43	63	60	76	4,2	33	13	60	29	53	53
152 Nigéria	55	47	49	64	61	63	5,5	31	13	69	15	35	30
154 Iémen	35	19	47	53	65	67	4,1	12	27	71	27	21	60
155 Madagáscar	50	35	18	48	40	48	3,6	29	-	83	23	36	35
156 Zimbabué	62	58	48	53	52	46	5,0	33	15	65	36	58	41
157 Papuásia - Nova Guiné	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
157 Ilhas Salomão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
159 Comores	49	24	38	61	72	53	4,0	30	35	75	17	39	46
159 Tanzânia, República Unida da	35	28	40	66	58	57	4,0	32	26	60	26	36	41
161 Mauritània	30	30	43	56	63	48	4,7	32	30	64	26	37	38
162 Lesoto	-	21	27	47	38	62	4,9	21	-	52	-	23	40
163 Senegal	31	42	37	68	57	67	3,7	40	28	64	23	40	65
164 Uganda	48	41	38	59	41	64	4,3	21	17	65	21	44	40
165 Benim	52	44	20	51	71	77	3,2	27	-	63	25	46	58
166 Sudão	38	28	44	48	68	40	4,6	17	31	63	22	26	54
166 Togo	-	23	16	42	52	56	2,9	24	-	58	10	46	51
168 Haiti	39	24	17	38	40	43	4,4	17	30	40	15	38	37
169 Afeganistão	64	43	31	88	39	49	3,8	37	25	70	20	43	44
170 Djibouti	-	49	63	70	72	74	4,4	55	55	75	55	58	68
171 Costa do Marfim	-	21	17	-	47	76	4,2	25	13	41	8	32	42
172 Gâmbia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
173 Etiópia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Classificação do IDH	Percepções de bem-estar individual						Percepções acerca da comunidade			Percepções acerca do governo			
	Qualidade da educação	Qualidade dos cuidados de saúde	Nível de vida	Emprego	Segurança	Liberdade de escolha	Índice de satisfação global com a vida	Mercado de trabalho local	Confiança nas outras pessoas	Comunidade	Esforços para enfrentar a pobreza	Ações com vista a preservar o ambiente	Confiança no governo nacional
	(% de satisfeitos)	(% de satisfeitos)	(% de satisfeitos)	(% de satisfeitos)	(% de respostas "sim")	(% de satisfeitos)	(0, pouco satisfeitos; 10, muito satisfeitos)	(% de respostas "boa")	(% de respostas "fiável")	(% de respostas "sim")	(% de satisfeitos)	(% de satisfeitos)	(% de respostas "sim")
	2012	2008–2012 ^a	2007–2013 ^a	2007–2012 ^a	2007–2012	2007–2012	2007–2012 ^a	2007–2012 ^a	2009–2011 ^a	2007–2012 ^a	2007–2013 ^a	2007–2013 ^a	2007–2012 ^a
174 Malauí	66	64	37	50	49	64	4,3	32	33	78	47	61	47
175 Libéria	-	32	43	63	43	87	4,2	53	12	63	17	34	53
176 Mali	35	31	26	60	67	70	4,3	31	45	60	13	42	49
177 Guiné-Bissau	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
178 Moçambique	-	47	38	63	42	64	5,0	45	-	83	35	55	63
179 Guiné	22	21	20	49	50	64	3,7	46	-	64	10	43	56
180 Burundi	-	41	26	65	65	49	3,7	17	38	76	27	71	85
181 Burquina Faso	66	42	35	56	70	62	4,0	27	26	78	23	61	62
182 Eritreia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
183 Serra Leoa	-	34	32	61	50	77	4,5	30	16	52	11	46	58
184 Chade	58	47	42	71	33	56	4,0	37	21	68	19	67	30
185 Centro-Africana, República	-	23	34	67	60	78	3,7	36	37	76	27	69	78
186 Congo, República Democrática do	40	32	42	55	48	54	4,6	35	39	60	27	40	44
187 Níger	47	37	57	72	86	73	3,8	45	40	77	34	57	53
OUTROS PAÍSES OU TERRITÓRIOS													
Coreia, República Popular Democrática da	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marshall, Ilhas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mónaco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nauru	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Marino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Somália	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sudão do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tuvalu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agrupamentos por IDH													
Desenvolvimento humano muito elevado	63	72	—	84	72	77	6,6	—	31	86	41	53	36
Desenvolvimento humano elevado	60	58	—	74	68	73	5,5	—	-	79	55	60	48
Desenvolvimento humano médio	71	54	—	71	65	62	4,8	—	-	78	41	46	59
Desenvolvimento humano baixo	-	42	—	64	55	56	4,6	—	-	70	24	39	40
Regiões													
Estados Árabes	48	39	—	68	60	53	4,8	—	25	71	39	36	-
Ásia Oriental e Pacífico	-	-	—	-	-	-	-	—	-	-	-	-	-
Europa e Ásia Central	57	50	—	71	60	56	5,3	—	21	79	33	43	47
América Latina e Caraíbas	-	47	—	80	47	77	6,6	—	-	78	41	49	42
Ásia do Sul	69	49	—	70	60	55	4,6	—	20	77	39	41	52
África Subariana	-	42	—	59	53	63	4,6	—	-	65	24	44	44
Países menos desenvolvidos													
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	-	45	—	67	62	62	4,3	—	-	74	37	49	55
Mundo	64	57	—	74	66	68	5,3	—	30	78	44	51	48

NOTAS

a Os dados referem-se ao ano mais recente disponibilizado durante o período especificado.

DEFINIÇÕES

Satisfação com a qualidade da educação: Percentagem de inquiridos que responderam "satisfeito" à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup "Está satisfeito ou insatisfeito com o sistema de ensino?"

Satisfação com a qualidade dos cuidados de saúde: Percentagem de inquiridos que responderam "sim" à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup: "No seu país, confia nos sistemas de cuidados médicos ou de saúde?"

Satisfação com o seu nível de vida atual: Percentagem de inquiridos que responderam "satisfeito" à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup: "Está satisfeito ou insatisfeito com o seu nível de vida, com todas as coisas que pode comprar ou fazer?"

Satisfação com o emprego: Percentagem de inquiridos que responderam "satisfeito" à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup "Está satisfeito ou insatisfeito com o seu emprego?"

Percepção de segurança: Percentagem de inquiridos que responderam "sim" à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup "Sente-se seguro(a) em caminhar sozinho(a) à noite na cidade ou zona onde vive?"

Satisfação com a liberdade de escolha: Percentagem de inquiridos que responderam "satisfeito" à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup: "Neste país, está satisfeito ou insatisfeito com a liberdade que possui de escolher o que fazer com a sua vida?"

Índice de satisfação global com a vida: Resposta média à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup: "Imagine uma escada com degraus numerados de 0, na base, até 10, no topo. Suponha que lhe dizemos que o topo da escada representa a melhor vida possível para si e que a base da escada

representa a pior vida possível para si. Em que degrau da escada diria sentir-se pessoalmente neste momento, presumindo que, quanto mais alto estivesse, melhor se sentiria com a sua vida, e quanto mais baixo pior se sentiria com a sua vida? Que degrau se aproxima mais da forma como se sente?"

Satisfação com o mercado de trabalho local: Percentagem de inquiridos que responderam "boa" à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup: "Tendo presente a situação de emprego na cidade ou zona onde vive atualmente, diria que esta é uma boa altura ou uma má altura para arranjar emprego?"

Confiança nas outras pessoas: Percentagem de inquiridos que responderam "sim" à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup "De uma forma geral, diria que se pode confiar na maioria das pessoas ou que é preciso ter cuidado?"

Satisfação com a comunidade: Percentagem de inquiridos que responderam "satisfeito" à pergunta

da Sondagem Mundial da Gallup: "Está satisfeito ou insatisfeito com a cidade ou zona onde vive?"

Satisfação com os esforços para enfrentar a pobreza: Percentagem de inquiridos que responderam "satisfeito" à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup: "No seu país, está satisfeito ou insatisfeito com os esforços desenvolvidos para enfrentar a pobreza?"

Satisfação com as ações com vista a preservar o ambiente: Percentagem de inquiridos que responderam "satisfeito" à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup: "No seu país, está satisfeito ou insatisfeito com os esforços desenvolvidos para preservar o ambiente?"

Confiança no governo nacional: Percentagem de inquiridos que responderam "sim" à pergunta da Sondagem Mundial da Gallup: "No seu país, confia no governo nacional?"

FONTES DE DADOS PRINCIPAIS

Colunas 1–13: Gallup (2013).

Regiões

Regiões em Desenvolvimento

Estados Árabes (20 países/territórios): Arábia Saudita, Argélia, Barain, Djibuti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Estado da Palestina, Iémen, Iraque, Jordânia, Koweit, Líbano, Líbia, Marrocos, Omã, Qatar, República Árabe da Síria, Somália, Sudão, Tunísia.

Ásia Oriental e Pacífico (24 países): Camboja, China, Estados Federados da Micronésia, Fiji, Filipinas, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Indonésia, Quiribati, Malásia, Mianmar, Mongólia, Nauru, Palau, Papuásia - Nova Guiné, República Popular Democrática da Coreia, República Democrática Popular do Laos, Samoa, Tailândia, Timor-Leste, Tonga, Tuvalu, Vanuatu, Vietname.

Europa e Ásia Central (17 países): Albânia, Antiga República Jugoslava da Macedónia, Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Bósnia-Herzegovina, Cazaquistão, Geórgia, Montenegro, Quirguizistão, República da Moldávia, Sérvia, Tajiquistão, Turquemenistão, Turquia, Ucrânia, Uzbequistão

América Latina e Caraíbas (33 países): Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Equador, Estado Plurinacional da Bolívia, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Bolivariana da Venezuela, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trindade e Tobago, Uruguai.

Ásia do Sul (9 países): Afeganistão, Bangladeche, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão, República Islâmica do Irão, Sri Lanka

África Subsariana (46 países): África do Sul, Angola, Benim, Botsuana, Burquina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Comores, Congo, Costa do Marfim, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Malawi, Mali, Maurícia, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Democrática do Congo, República Centro-Africana, República Unida da Tanzânia, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Seicheles, Senegal, Serra Leoa, Suazilândia, Sudão do Sul, Togo, Uganda, Zâmbia, Zimbabué.

Nota: Os países incluídos nos agregados relativos aos Países Menos Desenvolvidos e Pequenos Estados Insulares em Vias de Desenvolvimento seguem as classificações da ONU, disponíveis em <http://www.unohrls.org/>.

Referências estatísticas

- Aguna, C., and M. Kovacevic. 2011.** "UncAguna, C., and M. Kovacevic 2011. "Incerteza e Análise de Sensibilidade do Índice de Desenvolvimento Humano". UNDP Human Development Research Paper 2010/47. PNUD-GRDH, Nova Iorque. http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2010/papers/HDRP_2010_47.pdf.
- Alkire, S., A. Conconi, e S. Seth. 2014.** "Multidimensional Poverty Index 2012: Brief Methodological Note and Results." Oxford Poverty and Human Development Initiative, Universidade de Oxford, Reino Unido.
- Alkire, S. e M. Santos, 2010.** "Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries." Human Development Research Paper, 2010/11. PNUD-GRDH, Nova Iorque. <http://hdr.undp.org/en/content/acute-multidimensional-poverty>.
- Barro, R. J., e J. W. Lee. 2013.** A New Data Set of Educational Attainment in the World, 1950-2010. Documento de trabalho 15902. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research. <http://www.nber.org/papers/w15902>. Acedido em 15 de novembro de 2013
- Instituto de Estatísticas de Samoa.** Quadros de recenseamento. <http://www.sbs.gov.ws/>. Acedido em 15 de novembro de 2013
- CEPII (Centro de estudos prospetivos e de informação internacional).** Geo-distância. http://www.cepii.fr/CEPII/en/bdd_modele/presentation.asp?id=6. Acedido em 15 de novembro de 2013.
- CREED EM-DAT (Centre for Research on the Epidemiology of Disasters).** 2013. The International Disaster Database. www.emdat.be. Acedido em 15 de novembro de 2013
- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e as Caraíbas).** 2013. Preliminary Overview of the Economies of Latin America and the Caribbean. Chile. <http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/4/41974/P41974.xml&xsl/>
- Eurostat. 2013.** "Estatística da União Europeia sobre Rendimento e Condições de Vida (EUSILC)." Bruxelas. http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/microdata/eu_silc.
- Acedido em 15 de Setembro de 2013.**
- FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura).** 2013a. Base de dados estatísticos. <http://faostat.fao.org/corp/statistics/en/>. Acedido em 15 de novembro de 2013
- 2013b. Base de dados FAO-AQUASTAT. <http://www.fao.org/nr/water/aquastat/data>. Acedido em dezembro de 2013.
- Gallup. 2013.** "Sondagem Mundial Gallup". <https://worldview.gallup.com/>. Acedido em dezembro de 2013.
- Høyland, Moene, e Willumsen. 2011.** "The tyranny of international rankings." *Journal of Development Economics*, 97(1): 1-14
- ICF Macro.** Measure DHS. Diversos anos -Demographic and Health Survey. <http://www.measuredhs.com>. Acedido em 15 de novembro de 2013
- ICPS (Centro Internacional de Estudos Penitenciários)** 2013. <http://www.prisonstudies.org/>. Acedido em 15 de setembro de 2013
- IDMC (Observatório das Situações de Deslocações Internas).** 2013. <http://www.internal-displacement.org>. Acedido em 15 de dezembro de 2013.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho): 2014a.** Base de dados do Departamento de Proteção Social. Correspondência a pensões de velhice. Fevereiro de 2014
- 2014b. Base de dados ILOSTAT. http://www.ilo.org/ilostat/faces/home/statisticaldata?_adf.ctrl-state=13ru4ohf2z_4&clean=true&_afLoop=135828631375124. Acedido em 15 de fevereiro de 2014
- 2013a. Key Indicators of the Labour Market. 7.ª edição. Genebra: OIT.
- http://www.ilo.org/empelm/what/lang--en/WCMS_114240. Acedido em 15 de dezembro de 2013.
- 2013b. Principais estatísticas sobre emprego. LABORSTA. <http://laborsta.ilo.org/>. Acedido em 15 de novembro de 2013
- FMI (Fundo Monetário Internacional).** 2013. World Economic Outlook Database. Washington DC. <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/01/weodata/index.aspx>. Acedido em 15 de outubro de 2013.
- Grupo Interagências para o Cálculo de Estimativas da Mortalidade Infantil (UNICEF, OMS, Divisão da População das Nações Unidas e Banco Mundial).** 2013. Bases de dados sobre mortalidade infantil. http://www.childinfo.org/mortality_igme.html. Acedido em 15 de dezembro de 2013.
- UPI (União Interparlamentar).** 2013. Base de dados PARLINE. <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>. Acedido em 15 de outubro de 2013.
- Centro Internacional de Estudos Penitenciários.** 2013. Lista da população prisional mundial (10.ª edição). Acedido em 15 de dezembro de 2013.
- UTI (União Internacional de Telecomunicações).** 2013. World Telecommunication/ICT Indicators database. <http://www.itu.int/ITU-D/ict/statistics/>. Acedido em 15 de agosto de 2013.
- LIS (Estudo sobre Rendimento do Luxemburgo).** 2013. "Luxembourg Income Study Project." www.lisproject.org/techdoc.htm. Acedido em 15 de setembro de 2013.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Brasil (INEP).** Correspondência a anos de escolaridade esperados. Novembro de 2013
- OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômicos).** 2013. Programa de avaliação internacional dos estudantes. <http://www.oecd.org/pisa/keyfindings/pisa-2012-results.htm>. Acedido em 15 de dezembro de 2013.
- Salomon, J.A., Wang, H. Freeman, M.K., Vos, T. Flaxman, A.D., Lopez, A.D. e L Murray, C.J.L. 2012.** "Healthy life expectancy for 187 countries, 1990-2010: a systematic analysis for the Global Burden Disease Study 2010." *Lancet* 2012; 380: 2144-62
- Grupo das Nações Unidas para o Cálculo das Estimativas da Mortalidade Materna (OMS, UNICEF, FNUP e Banco Mundial).** 2013. http://www.childinfo.org/maternal_mortality_ratio.php. Acedido em 15 de novembro de 2013.
- UNDESA (Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas).** 2013a. World Population Prospects: The 2012 Revision. <http://esa.un.org/unpd/wpp/index.htm>. Acedido em 15 de outubro de 2013.
- 2013b. World Urbanization Prospects: The 2011 Revision. Correspondência a população urbana.
- 2013c. Trends in International Migrant Stock: The 2013 Revision. <http://esa.un.org/unmigration/migrant-stocks2013.htm?msax>. Acedido em setembro de 2013.
- UNDESA (Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas).** 2011. World Population Prospects: The 2010 Revision. http://www.un.org/en/development/desa/population/publications/trends/population-prospects_2010_revision.shtml. Acedido em 15 de outubro de 2013.
- Instituto de Estatística da UNESCO.** 2013. Centro de dados. <http://stats.uis.unesco.org>. Acedido em 15 de dezembro de 2013.
- 2011 Global Education Digest.
- 2012 Global Education Digest.
- UNESCWA (Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental das Nações Unidas).** 2013. Survey of economic and social developments in Western Asia, 2012-2013. Beirute. <http://www.escwa.un.org/information/pubaction.asp?PubID=1370>. Acedido em 15 de novembro de 2013.
- ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados).** 2013. Correspondência a refugiados, setembro de 2013, Genebra.
- UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância).** 2014. The State of the World's Children 2013. Nova Iorque. <http://www.unicef.org/sowc2013/>. Acedido em fevereiro de 2014.
- Vários anos. Inquéritos Conjuntos de Indicadores Múltiplos. Nova Iorque. http://www.unicef.org/statistics/index_24302.html. Acedido em 15 de novembro de 2013
- UNODC (Gabinete das Nações Unidas para o Controle da Droga e a Prevenção do Crime).** 2013. Estatísticas sobre homicídios. <http://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/homicide.html>. Acedido em novembro de 2013.
- UNSD (Divisão de Estatística das Nações Unidas).** 2013a. National Accounts Main Aggregate Database. <http://unstats.un.org/unsd/snaama> Accessed November 2013.
- 2013b. National reporting of household characteristics, living arrangements and homeless households. http://www.un.org/en/development/desa/policy/cdp/ldc/ldc_data.shtml. Acedido em 15 de novembro de 2013.
- OMS (Organização Mundial de Saúde).** 2013a. Observatório da Saúde Mundial. www.who.int/entity/gho/mortality_burden_disease/mortality_adult/en/. Acedido em 15 de setembro de 2013.
- 2013 b. Base de dados sobre despesas globais de saúde. <http://apps.who.int/nha/database/DataExplorerRegime.aspx>. Acedido em 15 de novembro de 2013.
- 2013c. Saúde mental http://www.who.int/gho/mental_health/en/. Acedido em 15 de novembro de 2013
- Banco Mundial.** 2013a. World Development Indicators Washington, D.C.: Banco Mundial. <http://data.worldbank.org>. Acedido em 15 de outubro de 2013.
- Banco Mundial.** 2013b. Women, Business and the Law: Creating Economic Opportunities for Women website. <http://wbl.worldbank.org/Data/ExploreTopics/getting-a-job#Parental>. Acedido em julho de 2013.

Países e classificação do HDI em 2013, e mudanças de classificação entre 2012 e 2013

Afganistão	169	0	Estados Unidos	5	0	Namíbia	127	0
África do Sul	118	1	Estónia	33	0	Nepal	145	0
Albânia	95	2	Etiópia	173	0	Nicarágua	132	0
Alemanha	6	0	Federação Russa	57	0	Níger	187	-1
Andorra	37	0	Fiji, Ilhas	88	0	Nigéria	152	1
Angola	149	0	Filipinas	117	1	Noruega	1	0
Antiga República Jugoslava da Macedónia	84	1	Finlândia	24	0	Nova Zelândia	7	0
Antígua e Barbuda	61	-1	França	20	0	Omã	56	0
Arábia Saudita	34	0	Gabão	112	-1	Países Baixos	4	0
Argélia	93	0	Gâmbia	172	0	Palau	60	0
Argentina	49	0	Gana	138	0	Palestina, Estado da	107	0
Arménia	87	0	Geórgia	79	2	Panamá	65	2
Austrália	2	0	Granada	79	-1	Papuásia - Nova Guiné	157	-1
Áustria	21	0	Grécia	29	0	Paquistão	146	0
Azerbaijão	76	-1	Guatemala	125	0	Paraguai	111	0
Bahamas	51	0	Guiana	121	0	Peru	82	0
Bangladeche	142	1	Guiné	179	-1	Polónia	35	-1
Barain	44	0	Guiné Equatorial	144	-3	Portugal	41	0
Barbados	59	-1	Guiné-Bissau	177	0	Qatar	31	0
Bélgica	21	0	Haiti	168	0	Quénia	147	0
Belize	84	0	Honduras	129	0	Quirguizistão	125	1
Benim	165	0	Hong Kong, China (RAE)	15	0	Quiribati	133	0
Bielorrússia	53	1	Hungria	43	0	Reino Unido	14	0
Bolívia, Estado Plurinacional da	113	0	Íemen	154	0	República Checa	28	0
Bósnia-Herzegovina	86	0	Ilhas Salomão	157	0	República Dominicana	102	0
Botsuana	109	-1	Índia	135	0	Roménia	54	1
Brasil	79	1	Indonésia	108	0	Ruanda	151	0
Brunei Darussalam	30	0	Irão, República Islâmica do	75	-2	Samoa	106	-2
Bulgária	58	0	Iraque	120	0	Santa Lúcia	97	-4
Burquina Faso	181	0	Irlanda	11	-3	São Cristóvão e Nevis	73	0
Burundi	180	0	Islândia	13	0	São Tomé e Príncipe	142	-1
Butão	136	0	Israel	19	0	São Vicente e Granadinas	91	0
Cabo Verde	123	-2	Itália	26	0	Seicheles	71	-1
Camarões	152	0	Jamaica	96	-3	Senegal	163	-3
Camboja	136	1	Japão	17	-1	Serra Leoa	183	1
Canadá	8	0	Jordânia	77	0	Sérvia	77	1
Cazaquistão	70	0	Koweit	46	-2	Singapura	9	3
Centro-Africana, República	185	0	Laos, República Democrática Popular do	139	0	Síria, República Árabe da	118	-4
Chade	184	-1	Lesoto	162	1	Sri Lanca	73	2
Chile	41	1	Letónia	48	0	Suazilândia	148	0
China, República Popular da	91	2	Líbano	65	0	Sudão	166	0
Chipre	32	0	Libéria	175	0	Suécia	12	-1
Colômbia	98	0	Líbia	55	-5	Suíça	3	0
Comores	159	-1	Listenstaine	18	-2	Suriname	100	1
Congo	140	0	Lituânia	35	1	Tailândia	89	0
Congo, República Democrática do	186	1	Luxemburgo	21	0	Tajiquistão	133	1
Coreia, República da	15	1	Madagáscar	155	0	Tanzânia, República Unida da	159	1
Costa do Marfim	171	0	Malásia	62	0	Timor-Leste	128	1
Costa Rica	68	-1	Malauí	174	0	Togo	166	1
Croácia	47	0	Maldivas	103	0	Tonga	100	0
Cuba	44	0	Mali	176	0	Trinidade e Tobago	64	0
Dinamarca	10	0	Malta	39	0	Tunísia	90	0
Djibouti	170	0	Marrocos	129	2	Turquemenistão	103	1
Domínica	93	-1	Maurícia	63	0	Turquia	69	0
Egito	110	-2	Mauritânia	161	-2	Ucrânia	83	0
El Salvador	115	0	México	71	-1	Uganda	164	0
Emiratos Árabes Unidos	40	0	Mianmar	150	0	Uruguai	50	2
Equador	98	0	Micronésia, Estados Federados da	124	0	Usbequistão	116	0
Eritreia	182	0	Moçambique	178	1	Vanuatu	131	-3
Eslováquia	37	1	Moldávia, República da	114	2	Venezuela, República Bolivariana da	67	-1
Eslovénia	25	0	Mongólia	103	3	Vietname	121	0
Espanha	27	0	Montenegro	51	1	Zâmbia	141	2
						Zimbabué	156	4

Nota: Os valores positivos ou negativos e as setas indicam o número de posições que o país subiu ou desceu na classificação ao longo do período 2012–2013, com base em dados e metodologias consistentes; a ausência de referências significa que não se verificou qualquer alteração.



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

One United Nations Plaza

New York, NY 10017

www.undp.org

ISBN 978-92-1-626023-1



9 789216 260231

Mais de 200 milhões de pessoas, sobretudo nos países em desenvolvimento, são atingidas anualmente por catástrofes naturais. O número de pessoas forçadas a deslocar-se por motivo de conflitos ou perseguição — 45 milhões em finais de 2012 — é o valor mais elevado dos últimos 18 anos. Os reveses económicos ameaçam minar conquistas sociais, mesmo em sociedades industrializadas avançadas. A globalização, para além dos muitos contributos positivos, é também veículo de novas vulnerabilidades: Os choques sentidos numa região do mundo propagam-se rapidamente, afetando a vida das pessoas a nível mundial.

O Relatório de 2014 destaca a necessidade de promover as escolhas das pessoas e de proteger os progressos alcançados em matéria de desenvolvimento humano. O Relatório sublinha a importância de identificar e fazer face a vulnerabilidades persistentes, reforçando a resiliência e melhorando a capacidade das pessoas para enfrentar os choques — financeiros, naturais ou outros.

Embora quase todas as pessoas se sintam vulneráveis em algum momento da sua vida, determinados indivíduos e grupos estão, sistematicamente, numa situação desfavorecida. Quase 1,5 mil milhões de pessoas vivem em situação de pobreza multidimensional, com privações coexistentes na saúde, educação e qualidade de vida. E perto de 800 milhões de

pessoas mostram-se vulneráveis a um regresso à situação de pobreza quando ocorrem contratempos. O presente Relatório centra-se nas pessoas em maior risco e nos principais fatores determinantes da vulnerabilidade. Analisa causas estruturais — marginalização social, posição na sociedade e insuficiência de serviços públicos — e contempla as diferentes vulnerabilidades enfrentadas nas várias etapas do ciclo de vida.

A ocorrência de perigos e choques é inevitável, no entanto, é possível adotar medidas para minimizar o impacto desses acontecimentos na redução do desenvolvimento humano. O presente Relatório defende que numerosos choques e reveses podem ser superados com políticas adequadas e um maior empenho na coesão social. A existência de mecanismos de deteção precoce e a realização de investimentos modestos no momento oportuno podem, em geral, reduzir consideravelmente as vulnerabilidades e reforçar a resiliência. Por conseguinte, uma abordagem do desenvolvimento humano que não inclua a análise da vulnerabilidade e da resiliência estará sempre incompleta. Identificar e visar os grupos vulneráveis, reduzir a desigualdade e abordar as vulnerabilidades estruturais é essencial para um desenvolvimento humano sustentável ao longo das gerações.

“O combate às vulnerabilidades permite a todas as pessoas partilhar do progresso do desenvolvimento e tornará o desenvolvimento humano cada vez mais equitativo e sustentável.”

—Helen Clark, Administradora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

“São numerosas as causas e consequências da vulnerabilidade. A redução de vulnerabilidades é um elemento essencial de qualquer agenda em prol da melhoria do desenvolvimento humano. Todavia, o êxito na redução das vulnerabilidades implica abordá-las numa perspetiva sistémica abrangente.”

—Joseph Stiglitz, laureado com o Prémio Nobel, no capítulo 4

“A resiliência humana implica a eliminação de entraves que restrinjam a liberdade de ação das pessoas. Consiste, também, em capacitar os grupos desfavorecidos e excluídos para que expressem as suas preocupações, sejam ouvidos e agentes ativos na construção do seu próprio destino.”

—Khalid Malik, autor principal do Relatório, no capítulo 1

“Não obstante os grandes e variados progressos realizados, continuam a existir grupos e indivíduos vulneráveis — e nenhum o é mais do que o portador de deficiência. As Nações Unidas estimam que mais de mil milhões de pessoas vivam com alguma forma de deficiência, tendo uma representação desproporcionada entre as pessoas mais pobres do mundo.”

—Professor Stephen Hawking, no capítulo 1